

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA- ICHF**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA - PPGA**

**Entre becos e ONGs:**  
**etnografia sobre engajamento militante, favela e juventude**

Patrícia Lânes Araujo de Souza

**Niterói**  
**2017**

Patrícia Lânes Araujo de Souza

Entre becos e ONGs: etnografia sobre engajamento militante, favela e juventude

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do grau de doutora em Antropologia.  
Orientador: Prof. Dr. Marcos Otávio Bezerra

Niterói  
2017

Souza, Patrícia Lânes Araujo de.

Entre becos e ONGs: etnografia sobre engajamento militante, favela e juventude

PPGA/ ICHF/ UFF, Niterói, 2017.

340 p.

Orientador: Marcos Otávio Bezerra

Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia,  
Universidade Federal Fluminense

1. engajamento militante 2. favela 3. juventude

4. ações coletivas 5. Internet 6. Complexo do Alemão

**Entre becos e ONGs: etnografia sobre engajamento militante, favela e juventude**

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Orientador – Dr. Marco Otávio Bezerra (PPGA/UFF)

---

Profa. Dra. Regina Reyes Novaes (UFRJ)

---

Profa. Dra. Adriana de Resende Barreto Vianna (PPGAS/ MN/ UFRJ)

---

Profa. Dra. Lygia Segala (PPGA/UFF)

---

Profa. Dra. Christina Vital da Cunha (PPCULT-UFF)

---

Profa. Dra. Eugênia Motta (Iesp/UERJ) – suplente

---

Profa. Dra. Ana Claudia Cruz da Silva (PPGA/UFF) - suplente

Para militantes, ativistas e pessoas que realizam ações e trabalhos sociais nas favelas,  
especialmente no Complexo do Alemão

Para tia Geny e Tito, inspirações da vida

## Agradecimentos

A produção de uma tese é um processo longo, exaustivo, prazeroso e desafiador. Trata-se de produção científica-acadêmica, mas também do resultado de relações variadas de trabalho, estudo, engajamento e afeto. Para que esta tese se tornasse realidade, contei com o apoio de muitas pessoas, grupos, coletivos e instituições, que ajudaram direta ou indiretamente. São a elas e eles que dirijo especialmente meus agradecimentos

Ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, na figura dos professores Ana Paula Mendes de Miranda e Edilson Márcio Almeida da Silva, que coordenaram o programa no período de meu doutorado. Agradeço também a Marcelo, secretário do programa, cuja atenção e competência me auxiliaram em inúmeros momentos. Meus sinceros agradecimentos pela generosidade e paciência, Marcelo!

À Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que possibilitou a dedicação integral ao doutorado ao longo dos quatro anos de curso, bem como a realização de estágio doutoral na EHESS e na École de Hautes Études, em Paris, França, entre março e junho de 2014.

Ao meu orientador, Marcos Otávio Bezerra, por toda a confiança depositada ao longo do doutorado, incentivo, acolhimento e compreensão durante o processo.

À professora Livia De Tommasi por ter me apresentado a Marcos Otávio, intermediado nosso contato inicial e pelas muitas conversas e trocas ao longo de todo o processo.

Às pessoas com quem tive contato ao longo dos anos de trabalho de campo, especialmente aquelas que vivem, trabalham e militam no Complexo do Alemão, pela disponibilidade para contribuir com minha pesquisa e apoio para que ela se tornasse possível. Agradeço especialmente aos integrantes do Ocupa Alemão, Papo Reto, Raízes em Movimento, Voz da Comunidade, Educap, Oca dos Curumins e, especialmente, aos amigos e amigas Thamyra Thamara, Alan Brum e David Amen, cujo acolhimento, carinho e atenção foram imprescindíveis para o ingresso no meu campo e realização de minha pesquisa.

A todas e todos que me acolheram cedendo seu tempo para convivência, conversas e entrevistas ao longo do trabalho de campo: Alan, Thamyra, Thainã, Lana, Renata, Ananda, Thiago, Geisa, Tia Bete, Lucia, Renato, Marcos, Fabienne, Alice, Charli, Calazans, Pamela, Nathalia, Helcimar, Daiene, Maycom, Rene, Carol, Eddu, David, Rene, Adelita, Hector, Udson, Alex, Raul, Coutinho, Adriana, Tati, Marize, Gustavo, Gabriel, Djénifer, Eddu, Carol, Maria Elena, Vivian, Diogo, Diego, Anny, Beatriz, Nailton, Tiago, Thiago, Betinho, Jessica, Jonas, Leo, Junior, Mari, Kleber, Luciano Daniel, Maria, Sidney, Paulo, Priscila Cristina, Rogerio, Marcelo, Luciano, Leo, Carol, João, Zilda, Valrei, Luciana, Veríssimo, Bidu, Silvana o convívio com vocês e os sentidos que atribuem aos seus trabalhos e às suas lutas me ajudaram a realizar essa pesquisa. Obrigada!

Aos(Às) professores(as) que integraram as bancas de qualificação do meu projeto de tese e de tese: Adriana Facina, Adriana Vianna, Eugênia Motta, João Paulo Macedo e Castro, e Regina Reyes Novaes pela atenta leitura dos materiais apresentados, generosidade e sugestões em momentos centrais da pesquisa.

Aos(Às) professores(as) com quem tive oportunidade de ter aulas ao longo do doutorado. Especialmente Alessandra Barreto, Jair Ramos, Lucía Eilbaum, LÊNIN Pires, Simoni Lahud e Marcos Otávio Bezerra, do PPGA/ UFF; e Adriana Facina, Luiz Fernando Dias Duarte e Moacir Palmeira do PPGAS/MN/ UFRJ. E àqueles(as) com quem tive oportunidade de fazer (também) estágio de docência: Alessandra, Marcos Otávio e Livia De Tommasi, muito obrigada pelas oportunidades e confiança depositada! Agradeço, ainda, às professoras Laura Graziela Gomes, Lygia Segala e Lígia Dabul (PPGS/UFF) pelo generoso acolhimento e disponibilidade para troca de ideias em diferentes momentos.

Aos(Às) colegas e amigos(as) de programa pela possibilidade de troca e aprendizado, especialmente a Tomás Melo, Sara Sousa, Yolanda Ribeiro, Isabela Rangel, Raíra Bohrer e Raquel Souza da Silva, que tornaram-se mais que colegas, também amigos(as).

Ao professor Benoît de L'Estoile pela recepção e orientação no período de estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e na École Normale Supérieure (ENS) e aos professores e colegas que conheci nos quatro meses de estudos em Paris. Agradeço pela acolhida e oportunidades de aprendizado. Agradeço ainda aos professores Gérard Mauger e Geoffrey Pleyers pelas preciosas sugestões sobre a pesquisa naquele momento.

A Thiago Mattos, Nicolas Jaoul e Fabiene Gama por, de diferentes formas, auxiliarem minha ida para a França. A colaboração de vocês foi imprescindível pra minha tranquila e produtiva estadia no período do estágio doutoral.

Aos(Às) colegas que integraram o Coletivo de Pesquisadorxs em Movimento, ligado ao Instituto Raízes em Movimento, do qual participei, e àqueles(a) que participaram de diferentes maneiras dos encontros do Vamos Desenrolar, organizados pela mesma instituição, especialmente a Alan, David, Renato, Eugênia, Marize, Thiago, Charli, Adriana, Tatiana, Priscila, Pedro, Eric, Calazans e Bruno. Obrigada pela oportunidade de trocarmos experiência, nos solidarizarmos e construirmos juntos(as) esse espaço de reflexão e engajamento.

Às amigas e amigos que generosamente me ajudaram ao longo de todo o processo de muitas formas, Paulo Vitor Leite Lopes, Felipe Magalhães, Eliane Ribeiro, Regina Novaes, Ana Karina Brenner, Marina Bay Frydberg, Mariana Santarelli, Angela Collet, Emilia Hamam, Mônica Francisco, Diego Santos, Paulo Carrano, (tia) Luciana Souza, Mariana Alzuguir, Luciana Avanci, Kamille Viola, Flavia Marques, Julio Rodrigues, Felipe Guiardo, Tássia Souza, Francis Rajzman, Alessandra Diz, Julia Cárdenas, Márcia Leite, Fabiene Gama, Lia Rocha, Anelise Gutterres, Chris Vital, Léo Custódio, Marie Alise, Silvia Fernández, Natália Mazotte e Laura Burocco.

Minha especial gratidão à Lilian Gomes, Eugênia Motta, Juliana Farias e Isabela Rangel que se dispuseram a conversar sobre a tese em inúmeras oportunidades, além de lerem, comentarem e corrigirem trechos do texto ao longo de sua redação.

Aos(Às) colegas do Ibase, pelos anos de trabalho, militância, amizade e incentivo, especialmente à Marina Ribeiro, Rita Brandão, Itamar Silva, Nahyda Franca, Moema Miranda e Antonia Rodrigues.

Aos(Às) companheiros(as) do Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, do qual participei por longo período e onde construí importantes relações de militância e amizade, especialmente a Rachel Barros, Monique Cruz, Marcelle Decothé, Fransergio Goulart e Rafael Andrade.

À Denise, Rejane, Camila, Acácio, Bruno, Paula e Angela pela ajuda das mais diversas formas. Para criar e escrever é preciso ter corpo e mente sãos, cuidar-se e ser cuidada. Obrigada pelo (auto)aprendizado proporcionado por vocês!

A Gustavo Maia Seabra e sua família, especialmente Ana e Paulo Seabra, pelo apoio, disponibilidade e cuidado comigo e, especialmente, com Tito. Poder contar com vocês foi imprescindível ao longo dessa jornada.

Devo, ainda, um agradecimento especial às(aos) amigas(os) Lilian, Julia, Juliana, Eugênia, Vivian, Priscila, Shirley, Isabela, Tomás e Rodrigo. Às saídas para espairer, às longas conversas por Whatsapp, em casa ou na mesa do bar, à solidariedade nos momentos mais difíceis, ao carinho e ao cuidado que tiveram comigo. Gratidão por ter vocês na minha vida, pelo companherismo e presença constante (de perto ou de longe) nos últimos tempos. Não sei o que faria sem vocês, queridos(as)!

À minha família, pelo incentivo contínuo e suporte em todos os níveis. Gratidão eterna à minha mãe Sueli, minhas tias Almy, Eny, Geny, Lenice e Sirlene, meu pai Sergio, minha irmã Joana, e todos(as) os(as) tios e tias, primos e primas, e queridas avós que sempre torceram por mim.

A Tito, amor da vida inteira, “daqui até a eternidade”, melhor filho que eu poderia ter, por ser minha companhia mais preciosa e maior motivação para ser e seguir. Seu amor e sua curiosidade são as razões para continuar em frente, lutando e mudando.

## Resumo

A tese analisa práticas e trajetórias de moradores(as) do conjunto de favelas do Complexo do Alemão, localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, engajados de diferentes formas em ações coletivas locais. A produção de seus engajamentos militantes e a criação de diferentes formas de ações coletivas é influenciada e influencia o contexto na qual se insere. A Internet e o uso das redes sociais virtuais, bem como os diferentes investimentos públicos e privados que chegaram até o lugar nos últimos anos a partir da entrada e consolidação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), são elementos cruciais desse contexto. Assim como o recrudescimento da violência policial no local e a intensificação da criminalização de movimentos sociais, sobretudo de setores populares.

Nesse cenário, conformam-se as relações entre engajamento militante (“militância”, “ativismo” e diferentes modalidades de “ação ou trabalho social”) e as organizações não-governamentais (ONGs) de dentro e de fora das favelas. Elas são atravessadas não apenas pelo compartilhamento de determinadas causas ou agendas, mas também por relações de trabalho, educacionais e pessoais. As práticas e trajetórias de engajamento militante analisadas permitem perceber de que modo diferentes atores mobilizam e constroem as categorias “jovens/juventude” e “favela”, e de que modo percebem-se e são percebidos através delas, considerando interseções e deslizamentos entre militância e projetos sociais. Nesse cenário, também são (re)criadas relações entre pessoas envolvidas com movimentos sociais locais e pesquisadores(as) que produzem, de diferentes maneiras, seus engajamentos militantes a partir de suas inserções de pesquisa e dos vínculos que estabelecem com o lugar e seus(suas) moradores(as).

## Abstract

The thesis analyzes practices and trajectories of residents of favelas who are engaged in different forms of local collective actions in Complexo do Alemão, located at the north zone of the city of Rio de Janeiro. The production of their militant engagement and the creation of different forms of collective actions are influenced and influence the context in which it is embedded. The internet and the uses of virtual social network as well as the different public and private investments in recent years after the entrance and consolidation of the Pacifying Police Units (UPP) and the Growth Acceleration Program (PAC) are crucial elements in this context. So is the increase of police violence and the intensification of the criminalization of social movements, especially in low-income sectors.

In these circumstances, the relationships between militant engagement (“militancy”, “activism” and different forms of “social action or work”) and the non-governmental organizations (NGOs) from inside and outside favelas take place. These relationships are characterized not only by the sharing of some causes or agendas, but also by work-related, educational and personal relationships. The practices and trajectories of the militant engagement analyzed in this thesis allow the perception of how different actors mobilize and construct the categories “young people/youth” and “favela” and how they perceive themselves and are perceived through them considering the intersections and exchanges between militancy and social projects. In these circumstances, there is also the (re)creation of relationships between people involved in social movements and researchers who produce, in different ways, their own militant engagement through their research and the ties they establish with the place and its residents.

### **Siglas**

Alerj – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro  
 Apafunk – Associação dos Profissionais e Amigos do Funk  
 CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular  
 Cedaps – Centro de Promoção da Saúde  
 CPEDOCA – Centro de Pesquisa e Documentação do Alemão  
 CEPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas  
 CEsEc - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania/ Universidade Cândido Mendes  
 Cieds – Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável  
 Comlurb – Companhia Municipal de Limpeza Urbana  
 Conjuve – Conselho Nacional de Juventude  
 Degase - Departamento Geral de Ações Socioeducativas  
 Educap – Espaço Democrático de União, Convivência, Aprendizagem e Prevenção  
 Enem – Exame Nacional do Ensino Médio  
 FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
 FGV – Fundação Getúlio Vargas  
 FJRJ – Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro  
 FSM – Fórum Social Mundial  
 IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
 Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
 IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/ Rio de Janeiro  
 Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
 IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional da UFRJ  
 MEC – Ministério da Educação  
 ONG (ou ong) – Organização Não Governamental  
 PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
 PAN – Jogos Panamericanos  
 PPCULT – Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidade  
 PPJs – Políticas Públicas de Juventude  
 ProJovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Sesc - Serviço Social do Comércio

Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

Sesi - Serviço Social da Indústria

Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

## **Lista de Anexos**

Anexo 1 – Letras de música

Anexo 2 – Mapas

Anexo 3 – Fotografias e Imagens

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>17</b>
Sobre becos e ONGs .....	17
Fazendo o campo, construindo o objeto de pesquisa .....	25
O Alemão .....	28
Violência como parte do trabalho de campo .....	31
Conflitos e tensões .....	34
Relações no campo e questões de gênero .....	36
Internet, redes sociais e opções metodológicas .....	38
Organização da tese .....	41
<b>Capítulo 1 - Ocupar, ser coletivo, resistir e lutar: velhas categorias, novas gramáticas e práticas de militância na favela .....</b>	<b>44</b>
Ocupa(r) .....	45
Ser coletivo .....	59
Lutar e resistir .....	67
<b>Capítulo 2 - “Sou de favela”: trajetórias de engajamento entre becos, ONGs, juventude e projetos sociais .....</b>	<b>73</b>
“Referências” .....	76
Alan Brum .....	77
Lúcia Cabral .....	92
“Jovens” .....	104
Thamyra Thâmara .....	105
Maycom Brum .....	114
Lana de Souza .....	122
Engajamentos cruzados: construções de militâncias da favela .....	129
<b>Capítulo 3 - Projetos sociais e militâncias: continuidades, deslizamentos e tensões .</b>	<b>139</b>
Sobre projetos para jovens .....	139
Encontrando as pessoas, encontrando o projeto .....	144

Como o projeto chegou ao Complexo do Alemão .....	145
Cartilhas de formação .....	154
Dia a dia do projeto .....	158
Os mobilizadores e suas redes .....	160
Encontros, lugares e atividades .....	170
Aprendendo a produzir .....	172
Outros encontros, outros saberes .....	176
O fim do projeto: o último edital e os ritos de fechamento .....	179
Projeto social e militâncias .....	187

**Capítulo 4 – Militância nas redes sociais virtuais: comunicação na produção do engajamento e do lugar .....** 192

Situação 1 .....	192
Situação 2 .....	194
2010: a “ocupação” do Alemão e o caso de Rene Silva .....	199
As redes sociais virtuais e a reconfiguração dos repertórios de ação coletiva local	209
Militância e favela sendo produzidas pela Internet .....	215

**Capítulo 5 – Forma coletivo, engajamento e morte (ou sobre formas de mobilização em tempos de “pacificação”) .....** 221

Uma mobilização: chuvas e desabamentos na favela .....	221
Vestígios da formação de um coletivo .....	225
Quem é quem no Papo Reto .....	229
Comunicação como modo de ação .....	246
Eduardo de Jesus: uma criança assassinada pela polícia .....	252
A morte de um inocente e suas repercussões .....	268
“Nossos mortos não serão esquecidos” .....	273

**Capítulo 6 - Engajamentos e produção de conhecimento: sobre relações entre movimentos de favela e pesquisadores(as) .....** 278

Engajamento de pesquisadores(as) como questão compartilhada .....	280
Experiências de “desenrolo” entre engajados(as) .....	283
Outros caminhos .....	297

<b>Considerações Finais .....</b>	<b>305</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>313</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>328</b>

## Introdução

### Sobre becos e ONGs

“Nós não é ong. Nós é beco”. A frase, cunhada por Raphael Calazans, um dos criadores e participantes de um dos coletivos que fazem parte do movimento social do Complexo do Alemão, o Papo Reto, foi amplamente difundida nas redes sociais, tendo sido alvo de múltiplas interpretações, disputas e releituras. Perdi as contas de quantas vezes a li e ouvi ao longo de meu trabalho de campo, fosse nas redes sociais virtuais, em conversas e reuniões com pessoas, grupos, coletivos e organizações que fazem parte do movimento social no Complexo do Alemão. A frase, suas variações e respostas a ela resumem e revelam um importante aspecto do cenário que encontrei ao pretender estudar movimentos sociais em favelas, pensando seus trânsitos, conexões e tensões entre projetos sociais e organizações não governamentais (as ongs ou ONGs, a depender da vinculação de quem fala). Esse aspecto diz respeito às rupturas e continuidades entre movimentos sociais e organizações não governamentais.

Mesmo entre pessoas que trabalham ou trabalharam em projetos sociais e/ ou organizações não governamentais, quando o assunto era militância, era importante marcar posição e deixar claro quem é quem. Quando dizem que são “beco” em contraposição às ONGs estão enunciando uma diferença. Ao se afirmarem em oposição às ONGs utilizando uma dimensão físico-territorial fundamental entre aqueles que são “cria” (ou seja, nascidos e criados na favela<sup>1</sup>), estão se distinguindo daquelas organizações não governamentais que, em sua percepção, “usam” a favela e seus moradores para ganhar dinheiro. Se a ideia de “beco” hierarquizava quem era mais morador (os “crias”), as ONGs evocavam quem seria mais “de fora”: que usam a favela em benefício próprio, não revertendo seu trabalho para o lugar e seus moradores. Noções que se situam em extremos de um espectro de relações que integrou a pesquisa.

Em conversas informais, as organizações não governamentais citadas como exemplos dessa prática não são as instituições locais que formalmente são ONG, mas as “de fora”: algumas conhecidas “*king ongs*”<sup>2</sup>, tendo origem em favelas ou não. Em geral, as organizações

<sup>1</sup> A expressão “nascido e criado”, apesar de muito comum entre meus interlocutores, não é utilizada exclusivamente por pessoas que moram em favelas. Para referência do uso da expressão em outro contexto, ver Edwards (2000).

<sup>2</sup> Termo jocoso (e crítico), que brinca com o nome do personagem King Kong (um gorila gigantesco capaz de destruir prédios inteiros) utilizado por pessoas da militância e/ou organizações não governamentais para se

locais, que em geral não são sequer tratadas pela alcunha de ONG, as instituições dos “crias”, são poupadas desse tipo de crítica. No contexto da militância, ser ong é, não raro, categoria de acusação (de ganhar dinheiro, viagens, visibilidade etc. às custas da favela, dos moradores, dos jovens que estão nos becos). No entanto, em muitos conflitos entre instituições, coletivos e pessoas que fazem trabalho social e/ou militam, volta e meia alguém de dentro vira ong. Ninguém está completamente livre da acusação.

Na lógica da favela, quem conhece os becos e sabe por eles andar é quem vive de fato a favela, quem tem uma ligação verdadeira e profunda com o lugar. Os becos são dos “cria”, de quem é de lá. Eles são as veias da favela, por onde corre a vida dos moradores (muitas vezes literalmente sob a forma de sangue derramado quando alguém é morto). Os becos são a alma do lugar. Caminho pra quem é de dentro e labirinto para os de fora.

Em 2015, um importante canal de notícias de tevê a cabo veiculou uma matéria<sup>3</sup>, sob forma de crônica virtual, realizada por Raul Santiago, na ocasião funcionário da emissora, morador do Alemão e um dos criadores e participantes do coletivo Papo Reto. Parte da narração (com a sua voz) que acompanhava as imagens da reportagem dizia o seguinte: “Imaginem um coração! É assim que eu vejo a favela onde vivo, o Complexo do Alemão, como um grande coração que bate através das artérias que levam a cada segundo o 'sopro da vida' a ele, ou seja, os becos. Sim, hoje falaremos de becos. São característicos em uma favela, é nele que a vida acontece, fazendo pulsar esse grande coração. Ele é o caminho, o ponto de partida e chegada, o local de encontros e despedidas, o ponto de referência, o abrigo ou o caos, para quem é de fora, um labirinto”.

Quem é ativista ou militante no Alemão é beco. Não pode haver dúvidas. Buscar, portanto, conexões entre esses mundos aparentemente apartados é um lugar de desconforto em um cenário onde, como a frase inicial revela, busca-se discursivamente separar ONGs e militância. É no cotidiano da militância e das ONGs que é possível perceber continuidades, negociações e passagens que por vezes tornam difícil precisar fronteiras entre elas. As tensões e os conflitos estão ali colocados. É também nas trajetórias de quem que estava (ou havia estado) nas ONGs e na militância que esses mundos se conectam, revelando que um também é feito do que se vive no outro, das palavras aprendidas no outro, dos modos de fazer do

---

referirem às grandes ONGs. Aquelas que não teriam problemas financeiros possuindo inúmeros projetos e conexões políticas que garantiriam sua manutenção (em oposição às pequenas ONGs sempre com dificuldades para se manter e conseguir recursos para suas iniciativas). Essas grandes ONGs evocavam também uma concorrência potencialmente desleal graças à sua estrutura e redes de relações.

<sup>3</sup> A matéria foi exibida pela Globonews no Jornal das 22h de 24 de maio de 2015.

outro.

As experiências da militância eram contadas na sala do curso onde acontecia o projeto social para jovens. Assim como militantes escreviam projetos e “corriam atrás” de financiamentos para se manterem, para “bancarem” a militância. Muitos militantes escolhiam ONGs e projetos sociais (fossem eles do governo ou não) para trabalhar pois em diversos projetos o conhecimento que vem da militância é valorizado. Além disso, em muitas ONGs e projetos seria possível negociar o tempo de modo a estar presente em reuniões ou atividades da militância.

E, “na real”, em muitos momentos é difícil saber ao certo qual atividade ou reunião é “do projeto” ou é “da militância”. A militância pode, em certos casos, fazer parte do trabalho. Nesse sentido, projetos sociais e militância se fazem mutuamente. E, ao se fazerem, fazem também “juventude” e “favela”. Essas duas ideias eram centrais tanto para os projetos sociais dos quais me aproximei, quanto para pessoas, organizações, grupos e coletivos que compuseram meu universo de pesquisa. A favela e a juventude também eram feitas também de militância e de projetos sociais. E disto trata essa tese.

\*\*\*

A tese analisa modos recentes de engajamento militante<sup>4</sup> pessoal e coletivo em favelas na relação com a constituição de projetos sociais que têm jovens como público-alvo. Analisa de que forma se produzem formas de engajamento militante e como são produzidas a “juventude” e a própria “favela” nesse cenário. As relações sociais produtoras e produzidas por organizações e coletivos são tomadas para entender trajetórias e práticas de militância e atuação social nas favelas.

Pretende-se conhecer de que modo as pessoas constroem seu engajamento militante a partir de seu lugar de moradia e em articulação com outras experiências como a participação em projetos e ONGs. Para construir essa análise lança-se mão de bibliografia sobre os processos de engajamento militante na França e no Brasil. Tais estudos (FILLILEULE, 2001; MATONTI, POUPEAU, 2004/5; GAXIE, 2005; PUDAL, 2009; OLIVEIRA, 2010; SAWICKI, SIMÉANT, 2011) vêm investigando um conjunto heterogêneo de formas de engajamento que inclui meio ambiente, religião, sindicalismo, partidos políticos ou

<sup>4</sup> O termo engajamento é utilizado na tese como sinônimo de engajamento militante por questões relacionadas à fluência textual. Na literatura, no entanto, o termo é usado para qualificar a relação de pessoas a diferentes experiências de suas vidas: trabalho, educacional, afetivo etc. Quando o utilizar em algum desses outros sentidos, explicitarei a dimensão por mim acionada.

altermundialismo.

Em balanço recente sobre a sociologia do engajamento na França, Frédéric Sawicki e Johanna Siméant definem o engajamento militante como “forma de participação duradoura em uma ação coletiva relacionada à defesa ou promoção de determinada causa” (2011, p. 201). Essa definição pode, a meu ver, ser profícua para pensar a produção de engajamentos no contexto aqui privilegiado na medida em que abrange muitas modalidades de participação ou ação coletiva sem se restringir a engajamentos em que a adesão passa obrigatoriamente ou sobretudo pela filiação institucional (o que encontrei pouco em minha pesquisa).

Além da abrangência da definição de engajamento militante adotada por pesquisadores da área, há outros aspectos que, acredito, podem ser relevantes para analisar o que encontrei ao longo do trabalho de campo. Os estudos analisados por Sawicki e Siméant (2011) buscavam compreender as retribuições envolvidas nas dinâmicas de engajamento. Para tanto, a ideia de carreira associada à militância (“carreiras militantes”) tornou-se central. A partir do paralelo com carreiras profissionais<sup>5</sup> seria possível perceber o militantismo como processo, considerando pré-disposições existentes para a militância, passagem à ação, formas diferenciáveis e variáveis de engajamento ao longo do tempo, multiplicidade de engajamentos ao longo do ciclo de vida, suas retrações e expansões (FILLIEULE, 2001, p. 201). O engajamento não é tomado como um fato isolado ou um aspecto pontual da trajetória, mas como algo em potencial mutação e na relação com diferentes aspectos da vida do indivíduo. Olhar, portanto, para diferentes “ordens de experiência” nas quais as pessoas encontram-se inseridas e as relações entre elas é fundamental (OLIVEIRA, 2010, p. 58).

De acordo com Fillieule, a noção de carreira utilizada na análise de trajetórias de militâncias permitiria, ainda, articular analiticamente trajetórias individuais e contextos. Foi essa a perspectiva aqui adotada. Trajetórias individuais são, portanto, tomadas em sua relação com o contexto da favela, mas também da cidade e relacionadas a contextos mais amplos (nacional e internacional) para que se possa compreender razões que levam ao engajamento individual (entendido não como adesão pontual, mas como processo que se modifica de forma dinâmica ao longo do tempo) e coletivo, mas também a produção de certas gramáticas e repertórios de militância (TILLY, 1978).

---

<sup>5</sup> O sociólogo Howard Becker, em seu estudo sobre o desvio, utiliza a ideia de “carreiras desviantes”. Para o autor, o conceito, originalmente desenvolvido em estudos de ocupações, “...se refere à sequência de movimentos de uma posição para outra num sistema ocupacional, realizados por qualquer indivíduo que trabalhe nesse sistema”. Para ele, o modelo proposto pode ser utilizado no estudo do desvio e permite considerar não apenas aqueles cuja carreira leva a desvios cada vez maiores, mas também os que têm contato mais fugaz com o desvio (BECKER, 2008, p. 35).

Ainda na bibliografia analisada por Sawicki e Siméant (2011) é possível perceber o lugar das relações pessoais nos processos de engajamento militante. De acordo com os autores, conceitos como os de *habitus* e de capital social vêm sendo bastante utilizados e reatualizados nestes estudos. Se, por um lado, as disposições para o engajamento político podem estar relacionadas à posição de classe de origem e à socialização familiar e escolar, por outro, esses elementos seriam insuficientes para explicá-las. A existência de “uma comunhão de ideias e de *habitus* não bastam para orientar um indivíduo para determinado grupo mobilizado” (SAWICKI, SIMÉANT, 2011, p. 213). Nesse sentido, pais, amigos, colegas, professores ou outras pessoas próximas fazem o papel de mediadores sendo, muitas vezes, figuras centrais na passagem da disposição para a ação.

Tal aspecto é central para entender o engajamento de meus interlocutores para os quais relações de parentesco, amizade e vizinhança, por exemplo, têm sido fundamentais para a entrada em grupos e organizações sociais, mas também para a manutenção de seus engajamentos em tais espaços. A relevância desses vínculos no caso estudado, como será visto, permite desconfiar da redução do engajamento a vínculos institucionais. Ou seja, para meus interlocutores não é pertencer a uma organização que faz de alguém militante ou ativista, mas uma série de práticas contínuas e atributos morais que devem ser reconhecidos por outras pessoas o que os faz pertencer a uma mesma “comunidade moral” (BAILEY, 1971). Nas palavras de um deles: “você não tem que se impor um militante, a militância tem que vir naturalmente na sua vida, e as pessoas te veem como militante, não você se auto denominar”.

Outro conceito recorrentemente utilizado para se pensar o engajamento militante e explicá-lo é o de socialização. Nesse caso, Claude Dubar (2005) afirma que se tornar militante evoca diferentes processos de socialização que “contribuem para incorporação de disposições sociais decorrentes não somente da família e da classe de origem, mas do conjunto dos sistemas de ação atravessados pelo indivíduo no curso de sua existência” (DUBAR, 2005, p. 93/ 94). Às reflexões de Dubar sobre os diversos aspectos da socialização do indivíduo e da produção de sua identidade, somam-se outros autores que trazem a dimensão da experiência. Além de com ela ser possível articular experiências vividas no passado, mas também no tempo presente, pode-se pensar em termos das experiências produzidas na dinâmica da própria militância. Tais experiências podem ser associadas ao que foi vivido antes do engajamento e contribuem para produzir novos códigos e significados para quem milita. Em

meu trabalho de campo, pude observar muitas pessoas (sobretudo as mais jovens) aproximando-se de dinâmicas de sociabilidade que se configuravam como espaços de socialização da militância. A participação em cursos e projetos sociais oferecidos por algumas instituições locais tendo determinadas pessoas já engajadas à frente foi uma delas.

A revisão bibliográfica realizada por Sawicki e Siméant (2011) aponta também para a diferença dos estudos em termos de âmbito de análise que vão desde aqueles que buscam conhecer os processos de engajamento individuais até os que focam nos macro-processos, passando por estudos que se centram em instituições como plano intermediário de análise. Havendo ainda os estudos que se esforçam para realizar análise articulada entre níveis individuais (ou micrológico), de grupos ou organizações como espaços de militância (ou mesológico) e de transformações econômicas, culturais e políticas (ou macrológico).

A pesquisa aqui realizada tem seu foco central na constituição da militância individual e coletiva em uma favela (ou seja, combinaria níveis micro e mesológico) sem desconsiderar que a militância na favela é perpassada por relações de diversas ordens que incorporam de muitas formas os contextos da cidade, nacional e internacional. As organizações, grupos e coletivos (bem como as trajetórias individuais) aqui pensados só podem ser compreendidos nas muitas relações estabelecidas com os de dentro e os de fora (em toda sua pluralidade e complexidade) e a partir dos efeitos do contexto social e político em diferentes níveis.

A produção dos engajamentos militantes em meu trabalho de campo (assim como a produção da favela e da juventude) passa também pelos usos feitos por diferentes atores de determinadas tecnologias (celulares, *smartphones*, *tablets*, câmeras digitais, computadores), da Internet e suas múltiplas plataformas. O “real” e o “virtual” (ou o “offline” e o “online”) não foram tratados como trabalhos de campo distintos, mas como planos de uma mesma realidade a ser pesquisada. Planos encontrados simultaneamente na Internet ou fora dela, uma vez que diversas dimensões do que poderiam ser percebidas como “relações locais” eram construídas e negociadas no espaço virtual. E, estando no Alemão, muitos de meus interlocutores estavam a maior parte do tempo “conectados” às redes sociais através de seus celulares. Desse ponto de vista, era muito difícil precisar onde terminavam as relações ditas presenciais e onde começavam as relações nas redes sociais (ainda que meus interlocutores produzissem certas diferenciações em contextos determinados, como será visto ao longo dos capítulos).

As tecnologias de comunicação podem ser compreendidas, no que se refere à presente

tese, como parte do repertório de coletivos, organizações e indivíduos pesquisados uma vez que o uso contínuo das redes sociais e microblogs com finalidades de engajamento foram encontrados rotineiramente ao longo da pesquisa. Como observa Tilly (1978), o repertório da ação coletiva em dado momento histórico e contexto social é limitado. E ele é produzido e reproduzido por diferentes atores coletivos na medida em que é vivido, testemunhado ou conhecido (através dos meios de comunicação ou de livros, por exemplo). Na história recente do Alemão, o testemunho de experiências positivas de visibilidade que tiveram impacto na constituição de atores e agendas locais certamente contribuiu para a ênfase dada por muitos coletivos, grupos e pessoas à realização de campanhas (através da utilização de *hashtags*, por exemplo), circulação de textos e imagens através de redes sociais como estratégia privilegiada de atuação pública. Essa incorporação (que ao mesmo tempo que reproduz, contribui para alargar o repertório da ação coletiva local) é realizada em combinação com outras estratégias como a ocupação física e pontual de espaços públicos com atividades culturais, reuniões com atores internos e externos, produção de documentos, organização de caminhadas e manifestações públicas, para ficar em alguns exemplos. Todas essas estratégias, no entanto, combinavam-se em certa medida com o uso das redes sociais no período pesquisado.

Sendo assim, é profícuo pensar aqui a partir do que alguns autores sugerem. Compreender, como propõe Ramos (2015), por exemplo, os impactos do modo como a Internet vem sendo incorporada ao cotidiano das pessoas sobre a subjetividade: “as informações vinculam pessoas a ações de outras pessoas” gerando efeitos sobre práticas profissionais, de consumo, comportamentos amorosos e sexuais, e também em engajamentos políticos. É possível afirmar, tendo em vista a pesquisa realizada, que os modos de socialização do engajamento militante, repertório da ação coletiva e a própria subjetividade de militantes são produzidos de modo particular a partir desses usos e relações.

O estudo de Miller e Slater (2000/ 2001) sobre os usos da Internet em Trinidad revela continuidades, descontinuidades, trânsitos e tensões entre online e offline. Os autores lembram que a Internet e seus recursos só fazem sentido se entendidos a partir de contextos particulares. E, em diversos desses contextos, pensar mais em termos de continuidades e menos em quebras radicais entre online e offline pode ser profícuo para compreender as dinâmicas que se pretende analisar, ainda que seja preciso levar em conta também o potencial de criação específico que ela coloca. As análises dos autores aproximam-se do que encontrei ao longo do trabalho de campo. Nele, os modos de uso das redes sociais virtuais,

por exemplo, se articulavam a estratégias empregadas pelos atores para militar na favela. Tornaram-se um dos recursos disponíveis ao longo dos últimos anos e por eles intensamente incorporados. Além disso, foi preciso analisar os efeitos entre o que era dito e tornado disponível nas redes sociais e outras plataformas virtuais nas dinâmicas locais e vice-versa. A pesquisa sobre militância no Complexo do Alemão não poderia ser realizada, sem considerar que o lugar, o Alemão, a favela também vem sendo produzido<sup>6</sup> na e pela Internet. Novos atores locais se produzem nessa dinâmica, relações são ressignificadas e os modos de se perceber dinâmicas em curso alterados.

A localidade, o território, a favela é uma dimensão central para minha pesquisa porque e para o conjunto de pessoas, coletivos, organizações e iniciativas investigadas. Para as pessoas engajadas em coletivos e organizações locais, a favela é parte da constituição de como se percebem e definem publicamente seu engajamento. É a relação com a favela, com o Complexo do Alemão, que legitima sua atuação e sua fala, como sugere a menção ao “beco”. Além disso, a favela também é aqui pensada a partir de sua relação (e do modo como é concebida e produzida por) com projetos sociais e com diferentes iniciativas estatais em curso naquele lugar. O Estado – muitas vezes percebido como o “outro” pela militância – institui formas mais ou menos legítimas de se perceber e viver a favela. Esse aspecto é também central para a constituição de práticas e valores relacionados ao engajamento militante.

O local, aqui tomado como as favelas que fazem parte do Complexo do Alemão, é pensado como lugar produzido dentro e fora de suas fronteiras físicas e administrativas. É produzido pelo que é dito e compartilhado na Internet, por exemplo. Mas também por dinâmicas de investimento (público e privado) e cadeias de relações que concretizam no lugar atores e processos nacionais e internacionais. Tais investimentos e relações estão presentes entre projetos sociais e movimentos sociais que, por sua vez, ajudam a produzir a favela e a juventude e são produzidos também por jovens.

O território é utilizado como linguagem associada às políticas públicas e projetos sociais. E vem sendo incorporado por diferentes atores locais, incluindo-se aí os participantes de ações coletivas a partir das intervenções e interações de agentes políticos e administração pública. Ao longo do meu campo o termo era, portanto, utilizado muitas vezes como sinônimo de favela, mas evocando de modo mais enfático a dimensão geográfica e suas fronteiras físicas.

---

<sup>6</sup> A noção de “produção”/ “produzir” aqui utilizada inspira-se no trabalho de Mosse (2005).

A bibliografia sobre favela e juventude (e sobre a relação entre ambas tanto no que se diz respeito a determinadas modalidades de engajamento, quanto a projetos sociais e políticas públicas voltados para jovens) é extensa. Aqui não será o caso de recuperá-la, mas trazer elementos, em diálogo com parte dela que contribua para a construção do objeto de pesquisa já que, tendo em vista a questão central da tese, o que se pretende é conhecer de que modo favela e juventude são mobilizados e produzidos por diferentes atores reconhecendo o papel central de tais ideias na construção de engajamentos militantes, mas também de outros processos sociais em curso como políticas e projetos que se relacionam com as formas de engajamento pesquisadas.

### **Fazendo o trabalho de campo, construindo o objeto de pesquisa**

É difícil precisar quando começou minha pesquisa. Muito do que tomo para analisar na tese tem a ver com meus quase 15 anos de trabalho em uma organização não governamental: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Trata-se de uma ONG fundada pelo sociólogo Herbert de Souza no início dos anos 80, quando ele e outros exilados políticos retornavam ao país. A instituição foi criada com a intenção de ampliar a então nascente democracia no Brasil e realizou pesquisas, campanhas e inúmeros projetos de formação, incentivo à participação da sociedade civil e monitoramento de políticas públicas. É uma organização reconhecida entre as ONGs no Rio de Janeiro e no Brasil que funciona com recursos nacionais (sobretudo do governo) e internacionais. Lá trabalhei com pesquisas, projetos e atividades de formação relacionados à favela, juventude, políticas públicas e participação. Quando ingressei no doutorado pretendia estudar as trajetórias de militância (e a relação entre ONGs, projetos sociais e militância com foco nas políticas de juventude) no Fórum de Juventude do Rio de Janeiro (FJRJ) que havia ajudado a criar anos antes, com o objetivo de articular iniciativas de diferentes organizações e movimentos sociais com jovens e incidir em políticas públicas voltadas para eles(as). Boa parte de seus integrantes eram pessoas que conhecia há muitos anos. Alguns deles, amigos pessoais.

Mudei meu objeto de pesquisa do doutorado graças à última pesquisa em que trabalhei quando ainda estava no Ibase. A investigação era sobre o uso das “novas tecnologias para reivindicação de direitos entre jovens das classes populares”. Além de coordenar a pesquisa, fiquei responsável por um dos estudos de caso: sobre “identidade favelada”<sup>7</sup>. Durante o

---

<sup>7</sup> Trata-se da pesquisa “Jovens Pobres e o Uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação na Criação de Novas Esferas Públicas Democráticas” que, entre os anos de 2012 e 2013, foi coordenada pelo Instituto

trabalho de campo, entrevistei uma dezena de pessoas que viviam em favelas do Rio de Janeiro e usavam blogs, sites e redes sociais virtuais em sua militância. Foi devido a essa pesquisa que entrei pelas primeiras vezes no Complexo do Alemão.

Graças a ela me reaproximei de duas pessoas de lá que já conhecia através de meu trabalho no Ibase. Essas duas pessoas haviam trabalhado em ONGs de fora do Alemão e criaram junto com outros moradores uma instituição lá dentro. Nesse período, também conheci outras pessoas de lá com quem não tinha tido contato antes. Além disso, já no final da pesquisa, alguns de meus entrevistados organizaram, em favelas do Complexo do Alemão e do Borel, os eventos simultâneos: #OcupaÀs9hAlemão e #OcupaÀs9hBorel, que buscaram denunciar arbitrariedades e violações cometidas por policiais da Polícia Pacificadora, à época recente política de segurança pública do Governo do estado do Rio de Janeiro<sup>8</sup>.

Durante um período, tomei esses eventos como um marco inicial do meu trabalho de campo pois foi a partir deles que redefini meu objeto. Neles, pude olhar para as relações entre projetos sociais, militância, juventude e favela a partir de outro lugar. Analisei as trajetórias de alguns dos organizadores que havia entrevistado. E também comecei a pensar o uso de celulares, câmeras, Internet etc. como parte do repertório de militância dessas pessoas e de que modo esses usos se ligavam a projetos sociais e cursos que elas haviam feito. Minha intenção era, então, realizar trabalho de campo no Borel e no Alemão e analisar trajetórias e práticas de militância entre pessoas que acionavam as categorias jovens/juventude. Após a qualificação de meu projeto de tese (em 2014), optei por concentrar meu trabalho de campo nas favelas do Complexo do Alemão devido a sua extensão territorial, mas também ao grande número de atividades e dinâmicas relacionadas à militância e às pessoas, organizações e grupos locais com que tive contato.

Essa decisão teve a ver com outro marco de minha entrada no Alemão. A pesquisa em que trabalhei ainda no Ibase previa “atividades de devolução” para cada estudo de caso. Ou seja, ao final da pesquisa previmos encontros para apresentar seus resultados e debatê-los com pessoas entrevistadas e grupos analisados. No caso pesquisado por mim, decidi realizar a atividade no Alemão pelo contato que tinha com algumas pessoas de lá e pelo fato de ter sido a localidade em que mais fiz entrevistas.

Nessa atividade, apresentei alguns resultados da pesquisa para um grupo formado por

---

Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e financiada pelo Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento (International Development Research Centre – IDRC).

<sup>8</sup> Os eventos serão objeto de análise no Capítulo 1.

peessoas do universo da militância, organizações locais e pesquisadores que vinham realizando suas pesquisas no Alemão. Mais do que um espaço de debate sobre a pesquisa que eu havia realizado, foi um lugar para ouvir os jovens dali. Eram neles que todos os presentes estavam interessados. Esses jovens, ao debaterem os resultados da pesquisa, falavam de suas trajetórias e experiências. Além disso, descobri que eu era uma entre muitos(as) pesquisadores(as) que haviam trabalhado (ou trabalhavam) no Alemão e lá entrado através de pessoas ligadas a essa instituição local. O Instituto Raízes em Movimento empenhava-se, naquele momento, em criar um espaço de troca entre pesquisadores e moradores que consistia em reuniões com diferentes dinâmicas onde pensávamos nossa relação com a localidade, debatíamos ideias e iniciativas da organização em questão e também nossos projetos e resultados de pesquisa. A troca em questão se dava entre os(as) pesquisadores(as) envolvidos (com diferentes objetos de pesquisa e disciplinas) e entre nós (os pesquisadores) e eles(as) (moradores, pessoas de lá)<sup>9</sup>.

A partir dali, comecei a frequentar o Alemão com regularidade. Sempre ficava sabendo de alguma atividade (relacionada aos movimentos sociais locais) pelos perfis das pessoas que conhecia na rede social virtual Facebook. Enquanto cursava as disciplinas, comecei a fazer meu trabalho de campo virtual: a conhecer, pela Internet, mais pessoas, organizações, grupos e coletivos. Comecei a saber quem era quem, reconhecer alianças e tensões. Costumava frequentar atividades do Raízes em Movimento e, principalmente, do coletivo Ocupa Alemão, formado a partir do evento #OcupaÀs9h no Alemão. No entanto, ainda pretendia fazer um campo mais intenso e isso estava planejado para meados de 2014. Ainda assim, ao longo de 2013, participei de diversas atividades convocadas tanto pelo Ocupa, quanto pelo Raízes e alguns outros grupos e pessoas de suas redes de relação.

Tive, portanto, entre os anos de 2012 (quando entrei pela primeira vez no Alemão para realizar as entrevistas para a pesquisa do Ibase acima referida) e 2013, a oportunidade de uma primeira aproximação de um conjunto de favelas onde nunca havia estado. Nesse período, conheci muitas pessoas, organizações, grupos e coletivos, frequentei reuniões, encontros, oficinas e bares. Tornei-me uma pessoa conhecida entre militantes que faziam parte do universo das instituições locais e coletivos. Participei de manifestações pela Internet e no morro. Aprendi a ir e voltar de algumas das favelas do Complexo do Alemão. Essa aproximação foi essencial para o período posterior de campo mais intenso, entre meados de 2014 e meados de 2015, quando participei com maior regularidade de atividades relacionadas

---

<sup>9</sup> Tratarei do assunto no Capítulo 6.

aos movimentos sociais locais, mas também a projetos sociais voltados para jovens.

### **O Alemão**

O Complexo do Alemão abarca entre 12 e 15 favelas ao todo (a depender da fonte<sup>10</sup>) onde moram quase 70 mil pessoas de acordo com o IBGE (Censo 2010). Pessoas ligadas aos movimentos sociais locais falam em cerca de 120 mil moradores<sup>11</sup>. Abrigado na Serra da Misericórdia, abrange os bairros de Bonsucesso, Inhaúma, Olaria, Penha e Ramos, parte central da região da Leopoldina, zona norte do Rio de Janeiro<sup>12</sup>. Desde 1993, o Complexo do Alemão é considerado um bairro cuja delimitação inclui outras áreas, além dos conjuntos habitacionais recentemente construídos no entorno. De acordo com Velloso, Pastuk e Degani (2013), “A primeira favela que surgiu no Complexo do Alemão foi a Grota (ou Joaquim de Queiroz), em 1928. Mas foi a partir da década de 1960 que este teve um maior crescimento populacional, incentivado pelas indústrias instaladas na região” (p. 180).

O Complexo ficou conhecido por muitos anos por ser uma das regiões mais violentas da cidade, com inúmeros episódios de enfrentamento entre grupos de vendedores de substâncias ilícitas (os chamados “traficantes”) armados e também entre eles e a polícia. A partir da década de 1980, o tráfico de drogas se faz mais forte no local e, já no início dos anos 1990, passou a ser conhecido como um dos “quartéis gerais” do Comando Vermelho, uma das facções ligadas ao tráfico no Rio de Janeiro. Esse fato fez com que muitos conflitos entre o Comando Vermelho e facções rivais ou a polícia acontecessem no Alemão, marcando sua história, sua imagem pública e a memória de seus moradores. Tais episódios fazem parte da narrativa de moradores antigos e jovens ao falarem de sua própria história e da história das favelas do Complexo.

---

<sup>10</sup> “Com relação à quantidade de favelas localizadas no Complexo do Alemão, varia de acordo com a leitura de quem está falando, existindo divergências inclusive entre órgãos governamentais devido, talvez, às subfavelas aí existentes (locais com características e identidades próprias pertencentes à determinada favela). O Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), por exemplo, trabalha com o número de 15; já o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com 13 favelas. Atores sociais locais, associações de moradores e outras instituições, por sua vez, vem trabalhando com o número de 12, quais sejam: Morro da Esperança (Pedra do Sapó), Morro do Alemão, Morro da Baiana, Grota, Morro do Itararé (Morro da Alavorada), Morro do Adeus, Reservatório de Ramos, Nova Brasília, Fazendinha, Casinhas, Morro das Palmeiras e Mineiros-Matinha”. (VELLOSO, PASTUK, DEGANI, 2013, p. 180)

<sup>11</sup> Há uma forte disputa nas favelas sobre o número de moradores e domicílios. Em geral, organizações não governamentais e associações locais divergem dos dados oficiais. De acordo com tais instituições, o número de domicílios e de moradores é significativamente superior àqueles apresentados por organismos governamentais. Os números oficiais, a despeito das disputas, também são comumente utilizados em documentos de movimentos e organizações sociais. Para um exemplo recente do debate sobre o tema: <http://www.vivafavela.com.br/reportagem/censo-nas-favelas-%C3%A9-controverso>.

<sup>12</sup> Ver mapas em anexo.

São comuns relatos de amigos, vizinhos e parentes que morreram nesses enfrentamentos armados, mas também de episódios de preconceito vividos por morarem ali. Um dos acontecimentos mais marcantes foi o assassinato de um jornalista de uma das maiores redes de televisão do Brasil. Tim Lopes foi morto por traficantes em 2002 ao tentar fazer uma matéria sobre o tráfico de drogas na região. Seu assassinato gerou enorme comoção e reforçou a imagem do lugar associada à violência. Em 2007 (na época dos Jogos Pan-americanos), uma operação policial resultou em uma chacina no local e 19 pessoas foram mortas e muitas outras feridas. Os episódios de violência continuam sendo frequentes.

Outro evento recente que contribuiu para associar as favelas do Complexo à violência foi a ocupação militar que antecedeu a implantação de quatro Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no lugar<sup>13</sup>. Transmitida ao vivo por grandes emissoras de televisão no final do ano de 2011, o público acompanhou em tempo real a fuga de rapazes negros de bermuda e sem camisa (os “traficantes”). E, em seguida, cenas e mais cenas da “retomada” das favelas do Complexo do Alemão e da Penha (conjunto de favelas vizinho) por militares<sup>14</sup>.

Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) é política de segurança implantada, pela administração pública estadual, em um conjunto de favelas cariocas a partir de 2008. Desde o início foram, ao todo, 42 favelas “pacificadas”. Nos termos do site oficial da iniciativa, a UPP é o “projeto da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro que pretende instituir polícias comunitárias em favelas como forma de desarticular quadrilhas de tráfico de drogas que antes controlavam estes territórios”. Os termos “pacificação” e “polícia pacificadora” fazem hoje parte de seu repertório discursivo e são amplamente difundidos através dos meios de comunicação. Tal política vem se consolidando como “modelo” de gestão de segurança em áreas pobres da cidade do Rio de Janeiro.

A instalação de Unidades de Polícia Pacificadora não significou o fim da venda a varejo de substância ilícitas (da presença do chamado “tráfico de drogas”). De acordo com relato de moradores de diversas áreas, continua havendo pontos de venda de drogas a varejo. Em um primeiro momento em muitas favelas “pacificadas”, a presença de traficantes ostensivamente armados em ruas e vielas, bem como conflitos armados entre diferentes

---

<sup>13</sup> São elas: 20ª UPP (Fazendinha); 21ª UPP (Nova Brasília); 22ª UPP (Morro do Adeus/ Baiana); e 23ª UPP (Morro do Alemão/ Pedra do Sapo).

<sup>14</sup> O modo de tratamento desses acontecimentos pela chamada grande mídia vem sendo alvo de críticas de movimentos sociais e pesquisadores pois neles se reforçam a ideia de “território selvagem” (e desabitado ou desassistido) que precisa ser retomado e civilizado. Em geral, se dá pouco destaque para os moradores (a não ser como pessoas a serem salvas), para modos de organização local e mesmo para iniciativas governamentais já existentes.

facções do tráfico ou entre eles e a polícia passou a ser menos recorrente. No entanto, em diversas favelas “pacificadas”, tem sido comuns os relatos de abusos de policiais contra moradores e isso vem crescendo ao longo do tempo.

O consenso inicial sobre essa política de segurança foi, com o passar dos anos, sendo desfeito e, ano a ano, as autoridades públicas foram obrigadas a reconhecer as muitas falhas e limites da UPP que, no entanto, continua em vigor até o momento da escrita da tese. Nesse processo, foram muitos os investimentos para a produção da política. Por um lado, foi criada a “UPP Social” com objetivo de lidar com as demandas sociais no território que, num primeiro momento eram levadas a autoridades policiais. Por outro, houve investimento na contratação e formação de policiais para as UPPs e o incentivo à realização de pesquisas sobre a política e o processo de pacificação tanto por universidades, quanto por organizações não governamentais.

Além da instalação recente das UPPs, a partir de 2007 tiveram início as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (o PAC, um dos maiores programas de investimentos em infraestrutura do governo federal) que incluíam, obras de infraestrutura com a remoção de pessoas de seus antigos locais de moradia, a implantação de equipamentos públicos diversos, mudanças em vias de acesso e a construção de um teleférico com estações em diversas das favelas que fazem parte do Complexo. Sua construção, assim como outras obras do PAC, foram (e continuam sendo) alvo de críticas de movimentos sociais locais.

Depois do PAC e do processo de “pacificação”<sup>15</sup>, o Complexo do Alemão passou a receber inúmeros investimentos e ter enorme visibilidade positiva na mídia, chegando a ser cenário de uma novela da principal emissora de televisão do país. Seus primeiros capítulos mostravam a ocupação militar do lugar utilizando imagens jornalísticas da mesma rede de televisão e imagens ficcionais que introduziam o romance entre os personagens fictícios de um militar e uma moradora na dinâmica de “pacificação” do Alemão e da cidade.

O Complexo do Alemão faz parte de um contexto mais amplo que envolve a cidade do Rio de Janeiro e relações com governos estadual e federal. Parte deste contexto é o fato do Brasil ter sido sede da Copa do Mundo em 2015 e das Olimpíadas em 2016. O Rio de Janeiro vem sendo transformado em “cidade olímpica” e as políticas e investimentos para as favelas situam-se também aí.

---

<sup>15</sup>As UPPs e o PAC não foram os primeiros investimentos públicos nessas áreas. Nelas há escolas, postos de saúde, luz, coleta de lixo (ainda que precária) e outros serviços públicos. Nelas também há associações de moradores e organizações sociais variadas, locais e de fora.

Com a implantação da UPP, passaram a se concentrar nas favelas “pacificadas” investimentos de diversos tipos. Iniciativas governamentais, não governamentais e privadas passaram a ser destinadas prioritariamente para estas favelas. Elas passaram a ser vistas como um mercado em potencial, o que significou também a chegada de bancos e empresas de TV a cabo, por exemplo. Entre as iniciativas de ONGs, a oferta de projetos sociais tendo como público-alvo preferencial jovens também se amplia.

Foi esse cenário que encontrei ao chegar no Alemão. Não tinha ideia da imensidão do lugar. E meu trânsito se deu pelos espaços onde as instituições e coletivos faziam suas atividades: suas sedes, algumas praças, ruas e equipamentos públicos. Aos poucos fui conhecendo o Complexo, aprendendo como sair e chegar de algumas de suas favelas, reconhecendo as mesmas pessoas em diferentes reuniões, manifestações e oficinas.

Minha circulação se deu, sobretudo, pelas vias principais. Como disse Raul Santiago na sua já citada crônica visual, “os becos são como labirinto para quem não é do lugar” e sempre tive medo de me perder. Meus trajetos percorriam as ruas maiores, com muitos comércios (bares, salões, pequenas lojas, vendas, farmácias, feiras, restaurantes) e bastante movimento. Só andava pelos becos quando estava acompanhada de alguém do lugar e, certamente, eles eram uma alternativa para chegar mais rápido nos lugares.

Outra evidência de que eu não era dali era o fato de não andar de mototaxi, o que era visto com estranheza por boa parte de meus (e minhas) interlocutores(as). Eu tenho medo de andar de moto, qualquer uma, e o mototaxi não foi exceção. Sendo assim, muitas vezes gastava mais tempo para chegar em alguns lugares porque esperava a kombi ou ia andando. No entanto, percebia que distâncias que para mim pareciam curtas, eram vistas como longas por muitos que moravam ali. Nesses contatos e andanças, fui aprendendo um pouco da história do lugar, percebendo a importância das relações de parentesco e de vizinhança e a força da amizade para quem vive ali.

### **Violência como parte do trabalho de campo**

Em meados de 2014, quando retornei do estágio doutoral fora do país<sup>16</sup> e depois de ter passado quase seis meses sem ir ao Complexo do Alemão, reiniciei meu trabalho de campo. A Copa do Mundo, sediada no Brasil naquele ano, estava no fim. Lembro que uma de minhas

---

<sup>16</sup> Estive em Paris, França, entre março e junho de 2014 estudando na EHESS (École des Hautes Études em Sciences Sociales e ENS (École Normale Supérieure) sob supervisão de Benoît de L'Estoile no âmbito do convênio Capes/COFECUB intitulado “Formas de Governo e Práticas Econômicas Ordinárias” coordenado pelos professores Benoît de L'Estoile (EHESS/ ENS) e Federico Neiburg (PPGA/Museu Nacional/UFRJ).

primeiras atividades relacionadas ao trabalho de campo esse ano foi uma grande manifestação crítica à Copa na Praça Saens Pena (localizada na Tijuca, zona norte, relativamente próximo ao estádio do Maracanã) onde estavam vários amigos de militância, inclusive pessoas do Alemão.

Quando cheguei, o cerco da polícia já estava em andamento. Grande parte das pessoas que eu conhecia – inclusive pessoas que integravam coletivos no Alemão e em outras favelas – estavam dentro dele e havia ameaça de que fossem presos (o que acabou não acontecendo). Gás lacrimogêneo, bala de borracha, policiais vestidos de preto e a cavalo indo pra cima dos manifestantes. Era um cenário de terror onde transcorria o processo de criminalização dos movimentos sociais que teve início em 2013 (manifestantes foram, pouco a pouco transformados em “vândalos” pela imprensa<sup>17</sup>). Nas favelas não foi muito diferente.

Em meados de 2014, havia um dossiê feito pela inteligência da polícia com fragmentos de mensagens, posts de redes sociais virtuais e listas de presenças de atividades variadas que estava sendo usado para provar a vinculação de manifestantes com supostos episódios de violência. Entre eles, havia uma lista de presença de uma atividade organizada por um coletivo do Alemão. Em um dos primeiros eventos em que estive lá após meu retorno ao campo, brincava-se o tempo todo com esse fato já que várias instituições locais que não eram críticas ao governo estavam neste dossiê enquanto outras muito mais críticas haviam ficado de fora. Recentemente (2016), a lei 13.260/16, conhecida como “Lei Antiterrorismo”, instituiu o crime de “terrorismo” e delitos colaterais. Aprovada no Congresso Nacional, ela recebeu vetos presidenciais<sup>18</sup>, mas mesmo assim é criticada por abrir novos precedentes para criminalização de manifestantes e organizações sociais. De acordo com organizações da sociedade civil, a aprovação da lei representou “enorme retrocesso político-criminal e uma severa ameaça às liberdades de reunião e de manifestação do pensamento” (Justiça Global, 24 de maio de 2016).

Minha volta ao campo no Alemão esteve marcada por algumas dinâmicas que se intensificaram nos meses em que estive fora (ainda que continuasse acompanhando pessoas, organizações e atividades através do Facebook). A forte repressão e criminalização dos

<sup>17</sup> Sobre o papel da mídia na transformação de um certo tipo de manifestante em vândalo, ver ENNE, 2013.

<sup>18</sup> De acordo com a organização não governamental Justiça Global, os vetos atingiram os seguintes dispositivos: a) parte dos pontos que caracterizam "terrorismo contra coisa" (Art. 2º, II e III); b) o trecho na íntegra que criava o crime de apologia ao terrorismo (Art 4º); c) parte dos pontos que caracterizavam a conduta de "auxílio" a organizações terroristas (art 3º, §1º e 2º); d) o ponto que determinava o aumento de pena em razão de dano ambiental (Art 8º); e) o ponto que determinava o regime fechado para cumprimento de pena (Art. 9º); e f) o ponto que atribuía ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) a coordenação dos trabalhos de combate aos crimes previstos na lei (artº 11, parágrafo único).

movimentos sociais foi uma delas. “As balas na favela não são de borracha” tornou-se um dos slogans de militantes de áreas populares para marcar a diferença da repressão policial dentro e fora dessas áreas.

No Alemão, na minha ausência, ao menos uma pessoa havia sido vitimada nesse processo: o mototaxista Caio Moraes da Silva, de 20 anos, assassinado com um tiro no peito por um policial durante um protesto no primeiro semestre de 2014. Para além das manifestações e da acusação de “associação com o tráfico” dos manifestantes<sup>19</sup>, a presença da polícia havia se intensificado no Complexo, assim como os confrontos armados. E, com eles, o número de mortos e feridos. Levantamento realizado pela instituição local Raízes em Movimento registrou 40 pessoas mortas no Complexo devido a confrontos armados só no ano de 2014<sup>20</sup>.

Quando retorno ao campo, portanto, encontro essa violência por todos os lados. O sucesso precário da política de “pacificação”, em andamento no Alemão desde 2010 com a ocupação que antecedeu a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), havia terminado. Policiais armados com fuzis eram presença constante: nas ruas principais, nos becos, nos restaurantes, nas manifestações. E a denúncia da violência policial tornou-se pauta central de alguns movimentos, sobretudo aquelas organizações, grupos e coletivos que se utilizavam dos meios de comunicação e das redes sociais virtuais.

A “tensão”<sup>21</sup> invadiu o campo onde eu realizava etnografia. Ela tomava conta das pessoas que lá viviam através dos boatos de iminência de confrontos armados. Mas também quando se ouvia tiros ao longe. Atividades eram canceladas ou terminadas às pressas (incluindo algumas entrevistas) por conta dos tiros. Como se trata de uma área enorme muitas vezes não ouvíamos os tiros, mas – através das redes sociais virtuais ou de grupos no Messenger ou Whatsapp – alguém ficava sabendo da troca de tiros em outra parte do Complexo. A circulação da informação sobre tiros em outra localidade gerava tensão e ansiedade mesmo nas áreas onde (ainda) não havia enfrentamento ou tiros não eram ouvidos. Nesse contexto, as pessoas que estavam a frente de variadas atividades eram obrigadas a

<sup>19</sup> Nesse mesmo ano (2014) uma capa do jornal O Dia trazia manchete afirmando que pessoas que se manifestavam contra a UPP recebiam dinheiro do tráfico para isso. Ver imagem em anexo.

<sup>20</sup> É importante pontuar no entanto, que nem toda morte deriva de confrontos. São muitos os casos de pessoas mortas como “execução sumária”.

<sup>21</sup> Muitos de meus interlocutores usam o termo *tenso* para se referir ao momento que precede o confronto armado ou o período de confronto em si. A postura das pessoas armadas – policiais ou os *meninos do tráfico* – muda. Em geral começam as conversas sobre o assunto, moradores que vêem uma movimentação diferente (seja de policiais ou *traficantes*, seja de seus veículos) e contam para outras pessoas a fim de se protegerem. Durante a realização de meu trabalho de campo, a *tensão* foi uma constante.

tomar decisões imediatas: cancelar ou não a reunião? Terminar antes ou não a atividade? Manter ou não as atividades de determinado projeto social no Alemão? Realizar ou não a manifestação dentro do Complexo? Ir ou não ir até o Alemão (no meu caso)? Essas questões orientavam a gestão da circulação dos “cria” e dos “de fora”.

### **Conflitos e tensões**

Houve, no entanto, uma tensão de outra natureza presente na retomada do meu trabalho de campo. Assim como a primeira, ela já era uma questão desde o início da pesquisa, mas se intensificou quando voltei em meados de 2014: a relação entre pesquisadores e movimentos sociais locais. Ainda que não fosse de nenhuma maneira uma novidade, os conflitos entre pessoas e grupos de movimentos sociais em diferentes favelas e alguns pesquisadores agora não era mais algo circunscrito ao lugar ou a determinado grupo de pessoas. Se a Internet e os usos das redes sociais contribuíram para reconfigurar o repertório da militância de favela, eles também foram centrais na reconfiguração desses conflitos e relações. O que antes ficava restrito a algumas pessoas ou a certo lugar, ganhou uma audiência muito maior através de troca de acusações diretas e indiretas no Facebook, por exemplo. O trabalho de campo se tornou um campo minado e qualquer atitude do pesquisador (sobretudo aqueles que possuíam engajamento político) poderia ser lida como uma tentativa de “silenciamento dos movimentos”.

Por outro lado, as narrativas sobre a pesquisa agora circulavam em muitas direções. Se a antropóloga contava em um livro aspectos do trabalho de campo a partir de seu ponto de vista, uma importante liderança local reescrevia o mesmo capítulo de seu lugar e postava em seu blog ou compartilhava no Facebook. As redes sociais virtuais deram um novo sentido para o “quando eles lêem o que escrevemos”<sup>22</sup>. E, mais do que isso, a configuração mais recente das redes sociais – com o clima de julgamento público de pessoas variadas – aliada à reafirmação identitária de alguns movimentos sociais contribuiu não apenas para a redefinição de alguns conflitos, mas para impossibilidade de diálogo e rompimento entre alguns atores onde, em outros momentos, alguns pesquisadores eram considerados aliados.

E é importante dizer que continuam sendo – para muitas pessoas e em muitos grupos e organizações, e mesmo entre pessoas que tem suas práticas e discursos chamados de “radicais” (em geral como categoria de acusação). A autoridade do discurso reivindicada se

---

<sup>22</sup> Refiro-me às reflexões presentes nos artigos do livro “When they read what we write – the politics of ethnography”, organizado por Brettell (1996).

colocava na identidade (ser favelado, ser jovem, ser mulher, ser negro ou ser gay, por exemplo). Era a vivência a partir de uma posição social específica que autorizava (ou não) a fala. A autoridade acadêmica, científica ou militante (sem esses predicados identitários) foi (e vem sendo) colocada em cheque. A meu ver, esse era o cerne do conflito. Principalmente, como já aventei, no caso de pesquisadores com certo engajamento militante, mas de uma classe social, local de moradia e/ou cor/raça diferentes daqueles(as) que têm na identidade o fundamento estruturante de seu próprio engajamento. Portanto ouvir “quem é você para falar de favela se nunca morou aqui?” tornou-se cada vez mais comum. Sobretudo nas redes sociais virtuais.

O cenário que descrevo não foi impeditivo para a realização do trabalho de campo, mas foi determinante para as condições de possibilidade do mesmo e para certas escolhas de pesquisa. Quando retomei a pesquisa, por exemplo, por vezes me perguntava se não seria o caso de rever meu tema e me concentrar justamente nessa relação entre pesquisadores e moradores de favela engajados. Em muitos momentos o assunto tomava centralidade em conversas com colegas pesquisadores, mas também com participantes de coletivos e instituições locais.

Minha relação com a maior parte de meus interlocutores não foi significativamente abalada. Nunca fui impedida de participar ou tratada com hostilidade em nenhuma manifestação ou reunião de que participei (mesmo no caso de grupos e movimentos que estavam num processo de redefinição de discursos e agendas tendendo a dar maior ênfase a uma identidade essencializada). Ao contrário, sempre fui acolhida e, muitas vezes, tratada como alguém próximo, apresentada como alguém que “ajuda”, que “colabora” ou “apoia”. A minha postura ao longo do trabalho de campo foi de buscar mais escutar do que opinar. Mais ainda no caso de atividades como reuniões e manifestações. Houve, no entanto, momentos diversos em que minha opinião foi solicitada e meu envolvimento requerido (caso, por exemplo, de manifestações com pouquíssimas pessoas em que quase todos os presentes seguravam faixas ou ajudavam na panfletagem, por exemplo). E esses eram os momentos mais delicados.

No entanto, ao mesmo tempo em que o engajamento dos pesquisadores era por vezes (e publicamente) criticado, ele sempre foi de certa forma exigido em pesquisas sobre movimentos sociais. Construir relações a partir desse lugar requeria cautela, mas também a compreensão sobre os tensionamentos colocados para os movimentos sociais com vinculação

identitária (esse é um momento histórico em que reivindicam a fala e tem podido falar em nome de si mesmos). Mas também para pesquisadores que vem sendo questionados (muitas vezes por atitudes que acreditavam estar fortalecendo os movimentos) e obrigados a repensar seus lugares e estratégias<sup>23</sup>.

### **Relações no campo e questões de gênero**

As distâncias e proximidades foram assim construídas nesse processo e sob essas condições. Fui percebida desde o início como “colaboradora” ou “consultora” de uma instituição local, o Raízes em Movimento, ainda que com ela não tenha estabelecido nenhum vínculo formal. No entanto (e como será visto no Capítulo 6) passei a integrar um coletivo de pesquisadores(as) criado pela organização. Outros me chamavam de “amiga” e de fato uma relação de amizade se estabeleceu com algumas pessoas. “A Lânes (muitos me chamavam pelo sobrenome) é parceira”, também foi uma frase que ouvi muitas vezes. Acredito que minha inserção no Alemão tenha se dado por dois caminhos, abertos por três pessoas muito diferentemente posicionadas. Alan Brum e David Amen, homens com mais de 30 anos, criadores e coordenadores do Raízes, com famílias residentes no Alemão. E Thamyra Thâmara, moça negra de menos de 30 anos, recém-chegada ao Complexo do Alemão vinda de outro estado, já formada em jornalismo, atuante em projetos sociais e ONGs com trabalho com juventude e comunicação em favela e uma das criadoras do coletivo Ocupa Alemão<sup>24</sup>.

Passei a frequentar atividades do Ocupa. Na época eles realizavam ações de ocupação em ruas da favela, passeios guiados por eles pelo Alemão, criaram uma biblioteca comunitária em uma das favelas de mais difícil acesso do Complexo e fizeram uma série de oficinas para jovens com temas relacionados à comunicação e política. Nesse processo, me aproximei de seus integrantes, sobretudo Thamyra. Sua casa foi um dos lugares que passei a frequentar regularmente durante o trabalho de campo.

Esse contato e a proximidade com ela não facilitaram a ida a reuniões do coletivo que eram marcadas com pouquíssima antecedência, em geral na sua casa ou em bares e restaurantes da região. Quando eu sabia da reunião (pelo Facebook), ela já estava acontecendo. O mesmo aconteceu com outro coletivo criado ao longo de minha pesquisa (o Papo Reto). As reuniões eram marcadas no mesmo dia e aconteciam em geral à noite (pois muitos membros desses coletivos possuem trabalhos com horários pouco flexíveis) na casa de

---

<sup>23</sup> Esses assunto será retomado no Capítulo 6.

<sup>24</sup> As trajetórias de ambos será analisada no Capítulo 2.

uma integrante ou em restaurantes locais. Foi o intenso uso das redes sociais virtuais por parte das pessoas que estão nesses coletivos que tornou a pesquisa junto a eles possível, ainda que não da forma como imaginei inicialmente.

A sede do Raízes em Movimento também passou a ser um lugar central para mim. Localizada em uma rua central de uma das favelas do Complexo, era um importante ponto de referência para muitas pessoas. Jovens que já tinham participado de atividades ou projetos da organização lá voltavam com frequência. Pessoas que precisavam de equipamentos (de som, filmadora etc.) por vezes pegavam emprestado lá e muitos pesquisadores tinham o lugar e as pessoas que nele atuavam como referências centrais (meu caso). Alan e David, dois de seus criadores, eram antigos conhecidos da época do Ibase e de redes de juventude. Ambos (as pessoas mais envolvidas com as atividades da organização eram todos homens) foram importantes interlocutores durante todo o período da pesquisa. Os dois eram muito respeitados por muitas pessoas dos movimentos sociais locais, inclusive jovens que os viam como “referências”<sup>25</sup> para suas escolhas relacionadas à militância, trajetória educacional e profissional. Eles também me possibilitaram o acesso a parte de suas redes de relações, inclusive familiar e de amizade, o que me revelou um aspecto bastante interessante da militância local em que me inseri: a enorme predominância masculina.

A militância do Alemão se faz em manifestações, nas reuniões, pelo Whatsapp e Facebook. Mas também é feita nos bares (ou no final do dia em reuniões na casa de algumas pessoas ou em restaurantes). E, de modo geral, os homens estão mais disponíveis para esses momentos já que não estão envolvidos com tarefas domésticas cotidianas (pelo menos não da mesma forma que a maior parte das mulheres que lá conheci). O choque de me perceber, por vezes, a única mulher bebendo cerveja com muitos homens em algum bar ou ao final de alguma atividade, me fez pensar sobre quem são as mulheres que fazem parte desse universo<sup>26</sup>. Há aquelas que, como Thamyra, são jovens e não estão casadas (ainda que ela tenha sido a única mulher jovem que conheci morando sozinha no morro, além de Charli, antropóloga inglesa que passou a integrar um dos coletivos locais), em geral moram com suas mães, cursam a universidade (ou estão buscando ingressar no curso superior), são solteiras e não têm filhos. Algumas dessas mulheres namoravam rapazes desse universo e, em alguns

---

<sup>25</sup> Desde o início do meu trabalho de campo as pessoas falam mais em termos de “referências” (pessoas em que se inspiram para a militância ou que reconhecem como alguém a se espelhar). Os termos lideranças e representantes eram menos ouvidos e constantemente problematizados entre os participantes de coletivos e instituições locais engajadas. Esse aspecto será retomado no segundo capítulo.

<sup>26</sup> Para o debate sobre relações de gênero no trabalho de campo, ver Bonetti e Fleischer (2007).

casos, o fim do relacionamento acabava redefinindo a qualidade e a intensidade de sua participação.

Houve pelo menos dois casos próximos que acompanhei em dois coletivos. No primeiro deles, eles já eram um casal quando formaram o coletivo com outras pessoas. Quando romperam, pessoas do coletivo ficaram do lado da moça e o rapaz saiu. No outro caso, a moça e o rapaz estavam entre aqueles que constituíram o coletivo. Já com o coletivo formado, deixaram de ser amigos e passaram a namorar. Determinados conflitos internos levaram à saída do rapaz do coletivo. Em seguida, ela se desligou. Com o término do namoro, ela retornou ao coletivo meses depois.

Esses breves relatos pretendem explicitar dimensões das relações de gênero presentes no trabalho de campo. O fato de eu ser amiga dos rapazes, de eu, como algumas dessas moças mais novas, ir beber com eles no bar nunca pareceu ser visto com desconfiança, nem por elas, nem por eles. Mas havia outras mulheres nas organizações e coletivos. Mulheres mais velhas, casadas (ou separadas), com filhos que, em geral, não participavam ativamente desses outros momentos de sociabilidade a que me referi. Mas que construíam sua militância por outros lugares e através de outras circulações que acabei por acompanhar menos.

### **Internet, redes sociais e opções metodológicas**

Na tradição antropológica estar lá tem um peso enorme. Inclusive na construção de uma autoridade etnográfica sobre o que se estuda<sup>27</sup>. O Alemão que conheci não foi apenas o Alemão das ruas principais, das sedes das instituições locais, dos equipamentos públicos ou das casas das pessoas que entrevistei e com quem convivi. Meu Alemão também foi o Alemão das redes sociais virtuais, da Internet, do Facebook e do Twitter. Nesse outro lugar, fisicamente deslocalizado<sup>28</sup>, observei também o Alemão, a favela se fazendo. Os jovens construindo um lugar específico de fala. A juventude e a militância sendo produzidas. Ao longo do meu trabalho de campo (e desde o início dele) tomei as redes sociais e outras plataformas como planos de relações mobilizados por meus interlocutores configurando-se nesse sentido como espaços de sociabilidade, de construção de narrativas sobre si e sobre o lugar, de criação de grupos e coletivos, de adesões e de conflitos.

Não acredito, no entanto, que seja possível pensar em dois trabalhos de campo (um “virtual” e outro “presencial”). Na verdade foram dois movimentos de pesquisa que se

---

<sup>27</sup> Ver especialmente Barley (1983).

<sup>28</sup> Para uma reflexão sobre etnografia em ambientes digitais, ver Leitão e Gomes (2011).

fizeram necessários para realização de uma mesma etnografia. Desde a pesquisa que eu havia realizado antes do ingresso no doutorado, percebi que uma parte da militância e da produção de engajamentos que eu pretendia analisar passava também pelos usos feitos de certos recursos tecnológicos (câmeras, filmadoras, celulares, tablets e smartphones, por exemplo) e pela possibilidade recente de veiculação do que era produzido em plataformas da Internet. Sendo assim (e muitíssimo inspirada nas reflexões de Miller e Slater, 2000/2001) passei a pensar a Internet e as favelas do Complexo do Alemão como dimensões de uma mesma pesquisa de viés etnográfico.

Há evidentes diferenças ao se fazer trabalho de campo na Internet ou num lugar físico e nem sempre foi fácil dar conta dessas duas dimensões. Mas comecei a perceber que muitas coisas que aconteciam quando eu ia no Alemão tinham desdobramentos nas redes sociais e vice-versa. Passei então a copiar e guardar postagens de pessoas, coletivos e organizações que faziam parte do meu universo de pesquisa, a observar quais relações se estabeleciam nas redes sociais e de que modo se davam. Meu uso das redes sociais, em especial o Facebook - e em menor medida o Twitter (sobretudo no início da pesquisa quando eles organizavam muitos “twittaços”) - passou a me informar sobre as pessoas, mas também sobre o que estava acontecendo, havia acontecido ou iria acontecer.

Pelas redes sociais tomava conhecimento de muitas atividades que acompanhei (ou que não consegui acompanhar). Mas também pude perceber de que maneira meus interlocutores construía suas narrativas sobre tais acontecimentos. E, sobretudo, como os usos que fazem das redes sociais e da Internet são pensados como forma de militância que, no caso de quem tem a favela, o lugar de moradia, como estruturante na sua construção como militante, não pode prescindir de outras formas de engajamento e práticas de militância, como será analisado no quarto capítulo.

Escolhi utilizar meu perfil pessoal nas redes sociais para entrar em contato com meus interlocutores. Ao mesmo tempo que eu os conhecia, eles também me conheciam. Era possível, assim, avaliar e escolher o modo de construção de nossa relação de pesquisa. A inserção no Facebook, Twitter, Messenger e Whatsapp possibilitava conhecer pessoas sem as ter visto pessoalmente, agendar entrevistas (quase todas foram combinadas pelo inbox do Facebook)<sup>29</sup>, mas também tomar conhecimento de reuniões, mobilizações e outras atividades por eles organizadas, tomar conhecimento de suas redes de relações, preferências e

---

<sup>29</sup> Ao todo entrevistei 42 pessoas entre militantes, gestores e pessoas com diferentes relações com movimentos sociais, ONGs e projetos sociais no Alemão.

engajamentos variados. A Internet, foi, desse modo, uma dimensão central para minha pesquisa.

No entanto, o trabalho de campo foi também realizado nas mobilizações, reuniões, eventos e atividades organizadas por instituições, grupos e coletivos locais. Na mesa do bar e em restaurantes. Na casa de Thamyra, na sede do Raízes, na Oca dos Curumins, no Educap e no Voz da Comunidade. Caminhando e conversando com muitas pessoas que viviam ou trabalhavam no Alemão. Em festas e cervejas depois dos eventos. E por entrevistas (foram 42 pessoas entrevistadas entre 2012 e 2015) que buscaram conhecer as trajetórias dessas pessoas, suas inserções educacionais, familiares e profissionais, sua participação em projetos sociais e de que modo narravam e construíam seu engajamento militante. Esse percurso de pesquisa me trouxe até o presente momento: a escrita da tese.

Nesse momento, tomei algumas decisões. Convencionei aqui tratar os termos mais centrais para a lógica de ação e organização de meus interlocutores entre aspas ao longo do texto. Optei também por escrever os nomes reais de organizações, coletivos, grupos e projetos sociais que compuseram o universo de minha pesquisa. Essa escolha relaciona-se à importância da visibilidade para os movimentos sociais que me propus a pesquisar, mas também ao fato de ter buscado, na medida do possível, enfatizar na tese textos, imagens, situações e materiais tornados por eles públicos (em eventos, reuniões etc. ou pela Internet). Sobre as entrevistas, conversando com alguns(mas) de meus(minhas) interlocutores(as) após a conclusão do trabalho de campo, me dei conta de que eles e elas tinham total dimensão do que quiseram dizer ou não nas entrevistas. Sendo assim, e reconhecendo a agência das pessoas com quem convivi e me relacionei optei por trazê-las para o texto identificando-as também através de seus nomes reais a partir de certas precauções e reflexões. Sigo, assim, as formulações e opções da antropóloga Eugênia Motta (2010) a partir de sua inserção e pesquisa sobre o universo da economia solidária:

As pessoas sobre quem escrevo aqui, muitas delas, são amigos e colegas de trabalho, com os quais continuarei (con)vivendo. A delicadeza de se produzir um trabalho que fosse intelectualmente honesto e cientificamente rigoroso e ao mesmo tempo não criasse qualquer constrangimento a mim ou às pessoas sobre quem escrevo me conduziu à única opção de explicitar ao máximo a minha posição de observação. Isso não excluiu estar muitas vezes impossibilitada de entrar em detalhes sobre alguns fatos e deixar de mencionar outros. Aqui, mudar o nome das pessoas como forma de preservar sua identidade seria tanto inútil quanto ridículo, já que para os leitores que não as conhecem identificar os sujeitos é irrelevante e para aqueles que os

conhecem eles são facilmente identificáveis” (MOTTA, 2010, p. 21).

Optei, ainda, por destacar a dimensão de gênero através da escrita, buscando, no entanto, não sobrecarregar demasiadamente o texto. Uso a palavra “pessoas” em diversos momentos incluindo aí homens e mulheres, moças e rapazes. Mas diversas ocasiões mobilizo o uso de “os(as)” para indicar a inclusão e presença de mulheres no “masculino genérico” que usamos em geral para abarcar pessoas de diferentes sexos e gêneros.

### **Organização da tese**

A tese está dividida em seis capítulos. A ideia é que, em cada um deles, seja possível abordar uma dimensão fundamental do engajamento militante tal qual observado ao longo de meu trabalho de campo. O primeiro capítulo pretende aproximar-se do debate sobre engajamento a partir de algumas categorias que contribuíam para organizar a percepção de meus interlocutores sobre seus engajamentos. Ao partir de tais categorias busca-se não só analisar os usos feitos pelas pessoas entrevistadas e os grupos observados, mas situá-los em sua história recente, pré e pós manifestações de massa no Brasil em 2013 (que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho). A hipótese é de que tais mobilizações contribuíram para ressituar determinadas modalidades de militância, inclusive na favela. Mas buscar evidenciar que há também uma história mais longa de tais categorias, dentro e fora da favela, que ajudam a entender seus sentidos e usos nos contextos observados.

O segundo capítulo propõe-se a pensar o engajamento de alguns(mas) de meus(minhas) interlocutores(as) a partir de suas trajetórias. Não se trata de uma análise biográfica em sua totalidade, mas a partir de seus relatos, pensar relações entre a produção de engajamentos individuais e coletivos, educação, trabalho, projetos sociais e relações pessoais. Como e por que alguém se torna militante em uma favela carioca nos dias de hoje? Quais são os caminhos possíveis para que alguém se engaje e que relações são mobilizadas nesse processo? Como projetos individuais e campo de possibilidades se relacionam na construção de engajamentos pessoais e coletivos entre moradores(as) de favela que fazem ou fizeram parte de ONGs e projetos sociais? Essas são algumas das questões centrais que guiam a análise das cinco trajetórias aqui destacadas.

No terceiro capítulo busquei aprofundar a relação entre engajamento militante e projetos sociais a partir da análise de um projeto específico acompanhado por mim no decorrer do trabalho de campo. O objetivo nesse caso foi analisar de que forma militância e

projeto social podem se fazer mutuamente, evidenciando as dimensões do projeto em questão que se fazem na interação com a militância. Entre os aspectos analisados estão o modo como o projeto foi concebido por um gestor que se considera militante; a relação entre determinadas dimensões dos materiais pedagógicos do projeto e a militância; o recrutamento de pessoas engajadas no território para trabalharem em projetos sociais; e o fato do projeto em questão ter como público-alvo jovens com certo engajamento cultural e territorial.

O quarto capítulo versa sobre a relação entre engajamento e comunicação. Parte do pressuposto de que, num passado recente, a produção audiovisual e textual tem sido incorporada de forma específica por pessoas, organizações, grupos e coletivos em diversas favelas e periferias. No Alemão, esse aspecto é bastante central para a identidade de diversos grupos locais e seu repertório de ação. Minha análise toma como ponto de partida o modo recente de divulgação daquilo que é produzido por organizações, grupos e coletivos locais através da Internet, sobretudo plataformas conhecidas como redes sociais. Esse aspecto conecta-se à questão da produção da visibilidade de pautas, agendas e de grupos e com um alcance possível impensável em um passado recente. Ele também está relacionado à história recente do Alemão, o processo de “pacificação” e a ampliação de iniciativas (projetos sociais, mas também formas de atuação de movimentos sociais) que conectam comunicação e violência. A visibilidade de grupos a partir das redes virtuais para fora tem impacto relevante em relações de poder locais e na possibilidade de produção de “porta-vozes” da favela entre jovens e pessoas com curta trajetória de engajamento, por exemplo.

No quinto capítulo narro e analiso o processo de constituição de um coletivo de comunicação no Complexo de Alemão: o Papo Reto. Os processos envolvidos na criação do grupo, contextualizando a trajetória de seus integrantes e refletindo sobre os valores, ideias e práticas centrais para o coletivo e sua relação com organizações e grupos locais. A seguir, analiso uma ação concreta do coletivo em questão a partir do assassinato de Eduardo de Jesus, de 10 anos, na porta de sua casa pela polícia. Analiso como o coletivo foi acionado, sua atuação logo após o ocorrido e a criação de estratégias conjuntas (junto a outros moradores, familiares, outras organizações e grupos locais) frente ao ocorrido. Incorpo também a análise sobre os efeitos dessa morte, o trabalho de restituição do lugar de vítima a Eduardo num contexto de tentativa de criminalização de sua pessoa. Nesse processo, o coletivo em questão teve papel importante e é a partir da ação dele – mas na relação com outros que compõem o movimento social no Alemão – que o episódio e alguns de seus efeitos são analisados.

O capítulo final busca pensar a relação entre pesquisadores e ações coletivas locais. Se nos capítulos anteriores foram apresentadas diferentes dimensões que compõem o engajamento militante recente em favelas no Rio de Janeiro, aqui são recuperadas valores que estruturam tal engajamento para pensar o impacto dos mesmos sobre um processo de pesquisa que também se pensa como engajado. Pensa-se no “fazer a pesquisa” em um contexto onde o “lugar de fala” e a “vivência” são constantemente evocados como elementos que autorizam e legitimam a militância. Quando a identidade (de jovem, de morador de favela, de negro etc) é reivindicada como aquela que autoriza a fala, qual é o lugar do(a) pesquisador(a) que possui certo tipo de engajamento e que busca pesquisar justamente trajetórias e práticas de engajamento? As tensões, alianças e conflitos são, aí, objeto de reflexão sobre o fazer antropológico nesse cenário a partir de minha experiência de pesquisa no Complexo do Alemão.

## **Capítulo 1 - Ocupar, ser coletivo, resistir e lutar: velhas categorias, novas gramáticas e práticas de militância na favela**

No presente capítulo analiso quatro ideias centrais que contribuem para organizar práticas e discursos dos movimentos sociais que acompanhei ao longo de meu trabalho de campo: ocupação, coletivo, resistência e luta. A partir dessas categorias, examino algumas práticas, discursos e valores centrais que contribuem para estruturar as formas contemporâneas de engajamento militante em favelas do Rio de Janeiro, especialmente aquelas que compõem o Complexo do Alemão, em relação com o contexto mais amplo das ações coletivas.

Pode-se pensar aqui tais categorias como parte do repertório das ações coletivas por mim observadas, seguindo a linha de análise de Charles Tilly (1978). A forma como as estratégias de ação de diferentes grupos, organizações, coletivos que constituem certos movimentos sociais são concebidas e enunciadas produzem tais ações. De acordo com Tilly, os repertórios da ação coletiva são socialmente limitados a depender do contexto social e tempo histórico em que são produzidos e estão articulados ao que foi vivido, observado, conhecido por aqueles(as) que constituem tais movimentos e, segundo o autor, o potencial de inovação em um repertório é raro e difícil de explicar. Sendo assim, é importante conhecer seus usos em contextos específicos, mas também buscar enquadrá-los em contextos mais amplos que criam suas condições de utilização e ressemantização. Neste capítulo, parto das categorias em questão para pensar continuidades, distinções e modos de apropriação de tais ideias e modalidades de ação. Isto só é possível quando se busca reconstituir o sentido dado pelos grupos, organizações e pessoas envolvidas.

Ao recuperar e analisar tais categorias, busca-se fornecer um quadro geral a partir do qual será possível nos aproximarmos das questões centrais da tese. Ou seja, de que forma se constituem práticas e trajetórias de engajamento militante nas favelas? Como tais práticas e trajetórias se articulam com experiências de diferentes atores em organizações não governamentais e projetos sociais? E, finalmente, de que modo as categorias jovem/juventude e favelas são criadas e mobilizadas nessa dinâmica? A mobilização de tais categorias por diferentes atores contribui para responder parte dessas perguntas, pensando engajamento militante em favelas como constitutivo de dinâmicas mais amplas em curso e de uma certa história de movimentos sociais dentro e fora das favelas.

## **Ocupa(r)**

Os eventos #OcupaAlemãoàs9h e #OcupaBorelÀs9h foram os primeiros que conheci em que o termo “ocupa” era mobilizado em uma atividade em favela realizada por moradores que se reconheciam como jovens. As atividades marcaram o início de meu trabalho de campo, em dezembro de 2012, e se caracterizaram pelo intenso uso das redes sociais da Internet (em especial o Facebook) com propósito de mobilizar e divulgar a iniciativa (com o uso criativo de imagens, fotos e frases). Além disso, seus organizadores as convocaram como jovens/juventude, evitando ao máximo acionar vinculações institucionais (apesar de muitas das pessoas que organizaram as atividades participarem de diversas maneiras de organizações não-governamentais e projetos sociais).

Os eventos - organizados simultaneamente em dois locais distantes geograficamente sem nada que os identificasse entre si de forma específica no universo de mais de mil favelas existentes na cidade do Rio de Janeiro - foram motivados por arbitrariedades policiais que haviam acontecido na semana anterior nas duas favelas. No Borel, denunciava-se um "toque de recolher". De acordo com moradores, às 21h de uma quarta-feira, policiais percorreram as ruas da favela, de armas em punho, exigindo que fechassem seus comércios, saíssem das ruas, ficassem dentro de casa. Já no caso do Complexo do Alemão (onde posteriormente foquei minha pesquisa), situações de hostilidade de policiais em relação a moradores jovens culminaram com o assassinato de um rapaz por um policial dentro de sua casa. Ambos acontecimentos foram entendidos por parte dos moradores como arbitrariedades cometidas por policiais das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). A mobilização do termo “ocupa” precisa ser entendido a partir deste cenário.

Como modo de ação ou eventos, o Ocupa Borel e o Ocupa Alemão aconteceram simultaneamente no dia 05 de dezembro de 2012 às 9 horas da noite nas duas favelas. Na primeira delas, o local de encontro foi o portão de entrada de uma escola pública que fica na rua principal de acesso à favela, enquanto no Alemão a atividade aconteceu na parte externa da Praça do Conhecimento, equipamento público recentemente construído na Nova Brasília, uma das favelas que fazem parte do Complexo .

No Borel, onde estive no dia da atividade, o evento consistiu em um microfone aberto montado na porta da escola que fica na rua São Miguel, rua limítrofe da favela com o bairro formal em que está situada, a Usina, zona norte do Rio de Janeiro. Neste microfone diversas pessoas falaram sobre a relação entre moradores e UPP. Em geral os que se colocaram no

microfone estavam ali como membros de algum grupo ou instituição local ou, ainda, organizações e movimentos sociais e organizações de fora da favela. Houve também muitas pessoas que cantaram acompanhadas, na maior parte do tempo, por integrantes da bateria da escola de samba Unidos da Tijuca. Havia pessoas assistindo bem perto de onde estava o microfone, mas por se tratar de uma via de acesso à favela, muitos moradores que iam chegando paravam para ver e ouvir, só que mais afastados. As pessoas aplaudiam as falas, dançavam ao som das músicas tocadas, em sua maioria funks, expressão musical popular entre jovens do Rio de Janeiro, sobretudo nas favelas, e sambas antigos, conhecidos pela maior parte dos presentes.

O funk “Rap da Felicidade”, de autoria dos MCs Cidinho e Doca (1997), foi cantado diversas vezes ao longo da atividade. Seu famoso refrão “eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela em que eu nasci, e poder me orgulhar e ter a consciência que o pobre tem seu lugar” foi repetido inúmeras vezes como uma espécie de hino entoado de forma emocionada pelos presentes.

Havia muita gente parada na passarela (que existe sobre a rua em questão), muitas pessoas do outro lado da rua, olhando e conversando, outras paradas em comércios nas proximidades, além de pessoas nas janelas e portas de suas casas. Havia também alguns mais jovens no início do evento pintando cartazes de cartolina que ao longo da atividade foram empunhados principalmente na calçada da rua São Miguel, sobretudo para as muitas pessoas que filmavam e fotografavam a atividade. Eram muitos os pesquisadores e jornalistas presentes. Nos cartazes lia-se, sobretudo, Ocupa Borel.

Uma viatura policial ficou parada muito próximo ao local em que o evento acontecia, mas os policiais não se manifestaram de forma alguma. Ainda assim, era presença incômoda que acompanhou a atividade até o final (incluindo ao longo da caminhada quando, ainda que mais afastados dos manifestantes, o número de policiais de dois ou três aumentou para um grupo de em torno de oito).

O evento teve esta configuração por mais de uma hora. Depois das 22h, as pessoas atravessaram juntas a rua São Miguel e subiram por outra das principais ruas da favela até uma área chamada Terreirão, onde fica uma igreja batista e um centro comunitário, ponto de referência local. Enquanto caminhávamos, funks antigos eram cantados e a bateria ia acompanhando.

Ao longo da caminhada, houve muitas adesões de moradores que ficavam nas portas e

janelas de suas casas e comércios. Foi possível, então, ter uma melhor ideia da dimensão da atividade que deve ter chegado a reunir 200 pessoas. Muitos dos que caminhavam eram mulheres e crianças. Chegando ao Terreirão, novamente se abriu o microfone e outras pessoas falaram e cantaram. Muita gente estava feliz e emocionada e a atividade foi avaliada como uma manifestação de sucesso pelas pessoas que o organizaram.

Como foram simultâneos, não estive no Ocupa Alemão, mas acompanhei repercussões e registros através do perfil na rede social virtual Facebook<sup>30</sup> de uma das organizadoras da atividade. O evento, realizado na parte externa da Praça do Conhecimento (área conhecida também como Praça do Terço), reuniu entre 50 e 100 pessoas, boa parte delas jovens e crianças do Alemão como pode ser visto em fotos disponíveis no Facebook.

A dinâmica foi semelhante a do Borel: microfone aberto para falas e músicas, além de um pequeno palco onde houve também outros tipos de manifestações culturais como dança (no estilo “passinho”, popular entre crianças e adolescentes em muitas favelas do Rio de Janeiro). Os organizadores da atividade também recolheram assinaturas para um abaixo-assinado pedindo a garantia de direitos básicos como “direito a exercer e produzir práticas culturais em seu território, direito a produzir representação social, direito à liberdade de expressão, direito a liberdade de ir e vir, não-violação do domicílio, esclarecimento de mortes, entre outros” e a criação de um comitê, formado pela sociedade civil organizada e moradores, com o intuito de mediar conflitos entre a polícia e a juventude. Esse comitê ficaria encarregado de receber possíveis denúncias de “desrespeito ao morador, violação do lar, abuso de poder, ameaças, entre outros”<sup>31</sup>. No dia do evento, conseguiram cerca de 100 assinaturas.

Diego Santos, rapaz negro de 25 anos, nascido e criado na favela do Borel, foi um dos principais idealizadores e articuladores da atividade no local. Solteiro e sem filhos, morava com seus pais e uma irmã mais nova. Formado em Jornalismo, cursava naquele momento sua

<sup>30</sup> Para descrição e análise da Internet e plataformas nela disponíveis, especialmente as redes sociais virtuais, ver Capítulo 4.

<sup>31</sup> De acordo com o antropólogo Antonio Carlos de Souza Lima, “A sociedade – os movimentos sociais, as ONGs – e o Estado não surgem dissociados, como reinos autônomos, mas como construções dotadas de realidade e força expressiva: se são nas certezas que partilhamos no dia a dia seja no senso comum, seja no senso comum intelectual, o são para serem percebidos em sua realidade mais profunda. Como crenças essenciais e partilhadas, tais categorias adquirem realidade ao tomarem parte essencial nestes códigos comunicacionais. Ter *direitos*, reivindicá-los, organizar-se para lutar por eles postando-se contra o *Estado*, ou pela sua eficácia nunca realizada é, pois, enfocado aqui também como forma de sua (auto)avaliação e (auto)afirmação como interlocutores ( receptores e emissores, partícipes ativos, portanto) privilegiados nos processos contemporâneos de permanente construção do Estado, simultânea e inseparavelmente como crença (logo como entramados de afetos e sentimentos) e realidade materializada em códigos, normas, e instituições da administração governamental” (SOUZA LIMA, 2013, p. 12).

segunda graduação (em Ciências Políticas na Uni-Rio). Sua mãe, Mônica Francisco, era na ocasião uma importante “referência”<sup>32</sup> na localidade. Recém-formada em Ciências Sociais (pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e com longa trajetória como articuladora, técnica, agente local etc em iniciativas de ONGs e do poder público<sup>33</sup>. Diego e Mônica foram os idealizadores do Ocupa Borel. Nos dias que antecederam a atividade, ele publicou em seu perfil do Facebook diversos textos sobre o assunto. Um deles foi especialmente significativo para entender suas motivações e relações:

Acabo de chegar de Brasília onde tive a oportunidade de ver um marco. O lançamento do Plano Juventude Viva, de combate ao extermínio da juventude negra, e é claro que com muitos jovens pobres e negros reunidos, não faltaram histórias reais de arbitrariedades da polícia. Ao chegar no Borel me deparo com um verdadeiro deserto. Novidade: TOQUE DE RECOLHER dado pela corporação policial que está por aqui. Carros subindo e descendo em alta velocidade com armas para fora na única estrada que é acompanhada de uma ENORME calçada (ironia). Enfim, as favelas "pacificadas" agora são territórios DOMINADOS pela polícia. É a lógica para os pobres, vigilância excessiva, controle dos direitos e arbitrariedades sem fim. E é por isso que na próxima quarta-feira, 5 de dezembro, vamos ocupar as ruas do Borel às 21h da noite. É o OCUPA ÀS NOVE BOREL! Vamos às ruas pessoal? (A mensagem era seguida da filipeta eletrônica do evento que dizia “OCUPA BOREL ÀS 9 5 DE DEZEMBRO” em caixa alta nas cores preta e laranja, sem nenhuma imagem acompanhando) (Postagem feita por Diego Santos no Facebook, 2012).

O texto publicado refere-se não apenas aquilo que motivou a reação expressa sob a forma de organização do Ocupa, mas também ao contexto que permitiu a criação do evento nos termos em que se deu. O Ocupa acontece em um ambiente de debate de uma política pública nacional (Plano Juventude Viva<sup>34</sup>) que coloca em pauta o “extermínio da juventude

<sup>32</sup> Para uma análise sobre o uso do termo referência, em detrimento de “liderança comunitária”, por meus interlocutores, ver Capítulo 2.

<sup>33</sup> Conheço Mônica desde 1998, quando comecei a trabalhar no Ibase em um projeto que envolvia articulação de lideranças de favelas da Tijuca, inclusive ela. Posteriormente ela veio a trabalhar em iniciativas da organização e de outras ONGs próximas, assim como o próprio Diego, que chegou a ser estagiário de jornalismo lá.

<sup>34</sup> O “Juventude Viva – Plano de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra” era uma iniciativa do governo federal realizada pela Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República. Tinha como objetivo principal contribuir para a diminuição do número de mortes violentas entre jovens no país. De acordo com o Guia de Implementação do Plano para Estados e Municípios (2014): “O homicídio de 30 mil jovens entre 15 a 29 anos no ano de 2012 é uma tragédia de uma magnitude tal que se mostra difícil encontrar termos de comparação. Destes, 23 mil são jovens negros. Em um mês, são mais de 1.900 jovens negros mortos. Ou seja, cerca de 76 a cada dia, mais de três a cada hora, ou um assassinato atingindo esta população a cada 20 minutos”. Apresentava-se como iniciativa do governo federal para “combater as causas desse fenômeno e criar condições para sua superação. Esta iniciativa se associa a outras que buscam a efetivação dos direitos de uma juventude plural e diversa, do combate ao racismo e da promoção da igualdade racial, contribuindo para que padrões de violência consolidados ao longo da história e que estigmatizam a juventude negra sejam superados”.

negra”, traduzindo em política governamental um tema que já vinha sendo objeto de preocupação de movimentos e organizações sociais (sobretudo setores dos movimentos negro e de juventude). Diego, autor da postagem e um dos principais organizadores do Ocupa no Borel, participava dessa conjuntura já que era integrante de espaços de debate de políticas públicas de juventude como o Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro (FJRJ) e representava o Iser – Instituto de Estudos da Religião, ONG em que trabalhava como jornalista, no Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). O Plano Juventude Viva e o Conjuve faziam parte então de um modo de conceber e realizar o que ficou conhecido como “políticas públicas de juventude” (ou PPJs) no Brasil. Mais do que um conjunto de ações do poder público voltado para a população considerada como jovem no país (aqueles entre 15 e 29 anos), tratava-se de uma maneira de pensar e produzir juventude a partir da chave dos “direitos”. A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), a qual o Plano e o Conselho estavam vinculados, havia sido criada em 2005, no primeiro mandato do presidente Luis Inacio Lula da Silva, como resultado da pressão de um grupo de pessoas e organizações (entre elas diversas ONGs) e movimentos sociais que tinham os(as) jovens (e uma vasta lista de temas a eles associados como educação, trabalho, cultura, participação, saúde etc) como preocupação central<sup>35</sup>.

O decreto que criou a SNJ, criou também o Conjuve e uma política para jovens então denominada ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens. O Conselho Nacional de Juventude congregava representantes do poder público em nível nacional (ministérios e secretarias), mas também um amplo espectro de movimentos e organizações que representavam um terço de sua composição. Com reuniões ordinárias bimestrais em Brasília, Distrito Federal, o Conselho era, além de um espaço de debates e consulta acerca das políticas para jovens em andamento, uma oportunidade de deslocamento geográfico para seus participantes e de atuação em discussões que ultrapassavam seus estados, cidades e bairros<sup>36</sup>.

Além da dinâmica do poder público a partir de tais iniciativas, havia desde o final da

---

<sup>35</sup> Em 2005, com a criação de uma Política Nacional de Juventude, pessoas entre 15 e 29 anos tornaram-se preocupação específica e sistemática de ações do governo federal. Em 2010, a juventude foi inserida na Constituição Federal por meio da Emenda 65. Posteriormente, o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) passou a determinar os direitos de pessoas com idade entre 15 e 29 anos que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro.

<sup>36</sup> O que mais tarde foi intensificado com a organização das Conferências Nacionais de Juventude, realizadas de 2 em 2 anos em Brasília, mas que exigiam um amplo esforço de mobilização em níveis municipal e estadual para o estabelecimento das prioridades a serem debatidas em nível nacional e também aqueles que seriam os “delegados”, ou seja, pessoas que iriam representar o município na etapa estadual e o estado na etapa nacional da Conferência.

década de 1990, uma série de espaços (entitulados em geral como fóruns ou redes) protagonizados por movimentos sociais, ONGs e outras instituições da sociedade civil organizada em que a juventude era tematizada. No caso do Rio de Janeiro, um dos principais atores dessa discussão era o Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro (do qual fiz parte desde a criação) que foi antecedido pela criação de uma “rede de juventudes”, responsável pela organização de uma série de eventos e reuniões com a finalidade de debater políticas públicas e direitos dos(as) jovens. Tal rede e, posteriormente, o FJRJ faziam, então, parte de movimentos mais amplos que buscavam uma articulação entre estados. As pessoas envolvidas nesses processos eram técnicos de ONGs, professores universitários do tema, representantes de movimentos sociais variados (de negras e negros, estudantil, feminista, de mulheres, religiosos, culturais etc), de partidos políticos e de agências internacionais de financiamento (para ficar em alguns exemplos). Tais processos também incorporavam um grande número de atividades e reuniões fora das localidades em que viviam as pessoas, gerando articulações sociais, políticas e afetivas em diversos níveis.

A participação em reuniões e debates sobre políticas públicas promovidos por movimentos sociais e ONGs pode ajudar a compreender uma certa linguagem e um repertório discursivo que traduz uma ação razoavelmente comum no cotidiano de moradores de favelas e áreas populares da cidade (violência e arbitrariedades cometidas pela polícia) em uma questão de direitos direcionada ao Estado.

A ideia de “ocupação cultural” orientou o caráter do evento e foi repetida em textos divulgados nas redes sociais durante a convocação e, no caso do Borel, também nas falas públicas que aconteceram no decorrer da atividade. Na fala de abertura de Mônica Francisco, uma das organizadoras e mãe de Diego, a questão foi colocada nos seguintes termos:

E, é o seguinte, a nossa resposta não foi com a mesma violência que nós sofremos na quarta-feira passada. A nossa resposta é cultural porque o Borel, ele tem essa característica, né. Então é o seguinte: a gente tem cultura, a gente tem rap, a gente tem hip hop, a gente tem igreja, tem louvor, então a gente resolveu responder com cidadania, com civilidade (já que o governo gosta tanto dessa palavra), com cidadania, com civilidade e com uma ocupação cultural botando a galera na rua (Fala pública de Mônica Francisco durante Ocupa Borel, 2012).

O trecho acima põe em relevo dimensões importantes das atividades em questão e também de parte do que está em jogo ao se optar por fazer o “ocupa”. Por um lado, a importância da ideia de cultura mobilizada ao lado da categoria “ocupa”. A ênfase colocada

em uma “ocupação cultural e pacífica” aproxima-se da discussão sobre o estigma da violência que recai sobre moradores de favelas e o constante esforço de “limpeza moral” para se diferenciarem dos “bandidos”, reafirmando um distanciamento moral do “morador”/ “trabalhador” em relação aos agentes do crime violento. (LEITE, 2008) Mônica também evoca as ideias de “cidadania” e “civildade”, operando uma inversão em relação aos agentes públicos ali presentes, que deveriam ser os responsáveis por “trazer”, ou ao menos garantir, essas dimensões no cotidiano da favela. De acordo com Oliveira (2014), “O uso da categoria “pacificação” na contemporaneidade para referir-se à intervenção dos poderes públicos nas favelas, antes áreas que virtualmente escapavam ao seu domínio, recupera a retórica da missão civilizatória da elite dirigente e dos agentes de Estado”. Mônica contrapõe-se, assim, à “missão civilizatória” pretendida (mas que no dia a dia se configura em “barbárie” a partir de atos de violência – como o toque de recolher – protagonizados pela própria polícia), “a cidadania, a civildade, a cultura” que já existe na favela.

A cultura aparece também em inúmeras políticas públicas e projetos sociais voltados para jovens como contraponto à violência (como será visto no Capítulo 3). Nesse caso, no entanto, em em diversas outras mobilizações realizadas por organizações, grupos e coletivos em favelas, a cultura aparece como parte de um repertório mobilizado pelas pessoas engajadas. Mônica, quando fala de cultura, fala do “louvor, igreja, rap e hip hop” como formas de expressão de um modo de viver na favela. “A gente tem cultura”, a cultura nesse caso não é algo a ser levado às pessoas que vivem nas favelas, é algo que elas têm e que é mobilizado em momentos como o aqui narrado para comprovar publicamente a não vinculação entre favela e violência. Além das expressões culturais por ela listadas, ali estavam presentes o funk e o samba. A mobilização através das redes sociais disponíveis na Internet também integraram a gramática daquele evento. A força da busca pela “limpeza moral” realizada por moradores engajados estaria na possibilidade de mostrar o que a favela tem. A cultura articula-se à visibilidade pública. Nesse sentido, além da Internet, os aliados externos (como jornalistas e pesquisadores lá presentes) tiveram papel relevante.

Os repertórios de ação coletiva (nesse caso a “ocupação” de um espaço público em uma favela com presença cotidiana de força policial armada sob a forma da UPP para quem estava direcionada a manifestação pública em questão) estão também vinculados às formas de agir da repressão sobre os movimentos (FILLIEULE, PÉCHU, 1993). Nesse sentido, ao se escolher uma forma de ação coletiva e manifestá-la estão em jogo também seus custos e

benefícios. E esse aspecto costuma estar bastante evidente em manifestações realizadas dentro de favelas já que os(as) moradores em geral têm medo da repressão policial violenta que, não raro, acaba por vitimizar seus participantes. Uma frase que ficou popular durante as manifestações que tomaram as ruas do Rio de Janeiro (e muitas outras cidades do Brasil) no mês de junho de 2013 foi “na favela as balas nunca foram de borracha” se referindo à distinção da ação da polícia nas favelas e no “asfalto” (termo utilizado para se referir aos espaços da cidade que não são considerados favelas). Sendo assim, esses cálculos são sempre feitos no momento de se pensar e escolher como e de que maneira ações coletivas e manifestações são organizadas, especialmente em favelas. A ênfase no “cultural” também faz parte desta equação.

Além disso, a ideia de “ocupação” se articula a “botar a galera na rua”, a “ocupar as ruas”. No caso do Borel, o contraponto claro feito nas falas coloca-se a partir da oposição entre as ruas que se tornam desertas como resultado de uma ação da polícia considerada arbitrária pelos moradores. E, no caso do Alemão, uma forma de dar visibilidade a outras ações também percebidas como arbitrárias ou “abusos de poder”. Lá, o evento foi convocado sobretudo por pessoas jovens, enfatizando essa qualidade, integrantes de organizações locais ou não, mas diferentemente engajadas em projetos sociais voltados para a juventude. Nos textos de convocação redigidos por pessoas do Alemão a ênfase estava na denuncia desses abusos que deveriam ser acompanhados pela frase #OcupaAlemão, acompanhada pelo símbolo (*hashtag*) que permite o agrupamento de informações. A “ocupação”, nesse caso, se dá também na e pela Internet, com a busca por gerar um fluxo de informações específico relacionando arbitrariedade ocorrida, o lugar (Alemão), o evento (Ocupa) e outros abusos a serem denunciados. A opção pelo uso de uma *hashtag* tinha esse propósito e integrou-se a outras mobilizações realizadas no Complexo do Alemão no decorrer da pesquisa como será visto nos próximos capítulos. Esse movimento pela Internet não prescindiu, no entanto, da ocupação territorial no dia programado.

“Botar a galera na rua” seria, assim, uma maneira de mostrar publicamente como acreditam que a rua deveria ser. Há uma dimensão física e territorial dessa estratégia colocada em prática. Não seria suficiente dizer que os moradores ocupam a rua, é preciso mostrar que são eles – as pessoas que ali vivem, os(as) moradores – aqueles que decidem como as ruas da favela devem ser utilizadas. Seria por tanto uma forma de afirmar publicamente a quem pertence a favela. A “ocupação momentânea de lugares físicos abertos, sejam ele públicos (a

rua) ou privados” é uma das dimensões pensadas na análise da manifestação. Ou seja, as manifestações como as conhecemos são pensadas enquanto “de rua” e estão relacionadas ao desenvolvimento urbano (FILLIEULE, TARTAKOWSKY, 2008). De acordo com os autores, citando Charles Tilly, elas começam a fazer parte do repertório de ação coletiva em meados no século XIX “em uma sociedade de mercado marcada pelo triunfo da revolução industrial”. A manifestação, ainda segundo os autores, seria, portanto, um fenômeno essencialmente urbano ligado à “invenção da rua como lugar geométrico da contestação política”. Essa afirmação ultrapassa, nesse caso, o território físico da favela e se dá também através da Internet, das redes sociais. A utilização desse modo de enunciação pública foi, como já dito, central para a realização das atividades do modo como se deu e marca certa continuidade com outras manifestações que vinham acontecendo em diversas partes do mundo desde 2011 (como será visto mais adiante).

Para além das ações da polícia que culminaram na reação de uma parte dos moradores através dos eventos, é preciso refletir sobre outros aspectos dessa atividade como estratégia de ação de movimentos sociais populares contemporâneos. Há aí ao menos quatro dimensões postas: (1) o modo como se deu a constituição das favelas e bairros populares, ou seja, a “ocupação” de determinados espaços que passaram a se constituir como locais de moradia para as classes populares; (2) uma certa continuidade entre a ideia de “ocupação” ali mobilizada e as “ocupações” como reconhecidas modalidades de organização e ação coletiva por parte de movimentos sociais urbanos e rurais; (3) o fato de naquele momento histórico ter ocorrido recentemente (2011, portanto um ano antes dos eventos em questão) diversos movimentos de “ocupação” em várias cidades do mundo com ampla utilização das redes sociais e enorme visibilidade pública que se (re)afirmou como parte do repertório de muitos movimentos contestatórios; e (4) uma disputa evidente sobre o termo “ocupação” no contexto das favelas cariocas já que é a categoria utilizada pelo poder público para se referir a ações que antecedem a instalação de novas políticas de segurança pública. Minha hipótese aqui é que é a combinação desses aspectos que torna possível a compreensão mais profunda da mobilização dessa categoria e forma de ação nesse momento histórico e ajuda a entender seus efeitos (como a criação, no Alemão, de um “coletivo” com nome inspirado na atividade: o Ocupa Alemão).

O termo “ocupação” aparece sendo utilizado por pessoas (moradores, pesquisadores, representantes de movimentos sociais e organizações diversas) para se referirem ao início da

conformação das favelas. Aqui a utilização da noção de “ocupação” se contrapõe à categoria “invasão”, associada à ilegalidade e ao crime e mobilizada como categoria de acusação em geral. O início da história das favelas da região é relatado, por exemplo, como “o histórico de ocupação da região do Complexo do Alemão inicia-se na década de 1920, relacionado à exploração imobiliária em fazendas privadas instaladas no local” na publicação “Favela como oportunidade – plano de desenvolvimento de favelas para sua inclusão social e econômica” do Instituto Nacional de Altos Estudos e Fórum Nacional (VELLOSO, PASTUK, DEGANI, 2013). Nesse sentido, a “ocupação” também é mobilizada como ideia positiva que confere à história da favela e a seus(suas) primeiros(as) moradores(as) um status moral importante, como aqueles que “resistiram” e que tornaram possível a utilização “coletiva”<sup>37</sup> daquele espaço transformado em local de moradia.

“Ocupação” também não é uma categoria recente para muitos movimentos sociais. Ao contrário, muitos movimentos conferem a ela lugar central. Aqui ela também se contrapõe à categoria “invasão”, usualmente utilizada como categoria de acusação para deslegitimar determinadas estratégias e práticas de diferentes movimentos sociais, sobretudo os rurais, que reivindicam a reforma agrária e urbanos, que tem como reivindicação central a reforma urbana ou a democratização do acesso ao espaço urbano. De acordo com Santos (2004), “Os participantes dos movimentos populares se autodenominam ocupantes e não invasores. A diferença não é simplesmente semântica. No uso do termo invasão estão implícitas a ilegalidade e a violência da ação (...) O termo ocupação relaciona-se à conquista de um direito”. (p. 132) As “ocupações” tornaram-se, portanto, parte do repertório de ação de movimentos sociais rurais e urbanos que têm como reivindicações centrais o acesso à terra e à moradia. Mas ocupar tornou-se parte de uma gramática mais ampla. A ocupação de prédios públicos como assembleias legislativas, prefeituras e secretarias de governo ou de escola vem sendo um modo encontrado por movimentos diversos para se fazerem ouvir<sup>38</sup>. Tais “ocupações” como modos de ação coletiva têm em comum o fato de serem feitas com a presença de representantes dos movimentos sociais que mobilizam tal estratégia e se trata de uma permanência física de tais pessoas em determinado lugar que se estende ao longo do tempo até que tenham sua reivindicação atendida, que se abra um processo de negociação com autoridades ou gestores capazes de mediar tais reivindicações nos termos desejados pelos

<sup>37</sup> Tanto “resistência” quanto “coletivo” são ideias centrais para os movimentos por mim observados como será visto mais adiante neste mesmo capítulo.

<sup>38</sup> Para uma análise da ocupação de prédios públicos por trabalhadores rurais, ver Comerford (1999). Para análise sobre ocupação de terra e acampamentos, ver Sigaud, Rosa, Macedo (2008).

movimentos ou que os ocupantes sejam expulsos pela polícia. Essas características diferenciam, portanto, tais modos de ação daqueles observados nos eventos aqui analisados.

Em um passado mais recente, “ocupação” passou a ganhar outros sentidos e uma visibilidade que ultrapassa os usos que vinha tendo fosse pelo movimentos de favela, fosse por outros movimentos sociais. O *Occupy Wall Street* (Ocupar Wall Street)<sup>39</sup>, em 2011, foi o movimento responsável por disseminar o termo. O movimento inseria-se no contexto mais geral da chamada “Primavera Árabe”, em que ficou evidente a relação entre movimentos de contestação nas ruas e a ampla e intensa utilização da Internet e das redes sociais virtuais, e também da onda de protestos e manifestações que tomou diversas cidades do mundo<sup>40</sup>. O movimento teve início em setembro de 2011 no Zuccotti Park, situado no distrito financeiro de Manhattan, na cidade de Nova York, e denunciava as desigualdades sociais e as práticas vigentes no mercado financeiro estadunidense. Além de manifestações reunindo dezenas de milhares de pessoas, o *Occupy* mobilizou uma grande variedade de manifestantes que estiveram acampados ao longo de muitas semanas, buscando formas de organização mais “horizontais”, com decisões sendo tomadas em assembléias públicas e a recusa de lideranças. Importante lembrar no entanto que não apenas naquele período havia ações coletivas com características semelhantes, mas também em um passado um pouco mais distante como com o movimento zapatista no México, em meados da década de 1990, ou o movimento secundarista no Chile (também conhecido como Revolução dos Pinguins) na primeira década dos anos 2000. São muitos, portanto, os exemplos contemporâneos em que se combinaram ocupação territorial de espaços públicos por um longo período de tempo, a busca por tomadas de decisão mais horizontais, o rechaço a lideranças e o uso acentuado dos meios de comunicação como parte do repertório de ação de movimentos sociais. Nos últimos anos, com o protagonismo das redes sociais virtuais e a democratização do acesso a celulares que passaram a filmar, fotografar e ter acesso à Internet a utilização de tais recursos vem sendo ainda maior e significativa para os efeitos de tais mobilizações.

Uma das organizadoras do Ocupa no Alemão, Thamyra Thamara, em um texto sobre as mobilizações de junho de 2013 no Brasil, descreve os eventos como tendo “livre inspiração

---

<sup>39</sup> “O Occupy Wall Street foi inspirado nos movimentos sociais europeus como o M15M, que por sua vez foram influenciados pelas rebeliões de massa que impulsionaram a Primavera Árabe e derrubaram governos na Tunísia e no Egito” (ALVES, 2012, p. 31). Wall Street é um dos centros financeiros dos Estados Unidos.

<sup>40</sup> “Uma onda de mobilizações e protestos sociais tomou a dimensão de um movimento global. Começou no norte da África, derrubando ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen; estendeu-se à Europa, com ocupações e greves na Espanha e Grécia e revolta nos subúrbios de Londres; eclodiu no Chile e ocupou Wall Street, nos EUA, alcançando no final do ano até mesmo a Rússia” (CARNEIRO, 2012, p. 07).

nas mobilizações internacionais após o Occupy Wall Street”, sendo “as primeiras iniciativas do gênero organizadas por jovens de favelas cariocas” (THAMARA, 2014, p. 158). Bringel e Pleyers (2015), citando Tilly, lembram que “o uso de um mesmo repertório de ação não implica que estejamos diante necessariamente de um mesmo movimento, mas sim de uma gramática cultural e histórica disponível e interpretada pela sociedade e pelos grupos sociais” (p.08). A organização dos eventos Ocupa Alemão e do Ocupa Borel significou uma inscrição, feita por seus organizadores, dentro, portanto, de “uma gramática cultural e histórica disponível” e que, como venho argumentando até aqui, parece inscrever-se, ao menos semanticamente, em um repertório de ação não apenas internacional (como no caso dos movimentos em questão), mas também nacional (movimentos por moradia e terra) e local (através do modo através dos quais são narradas as histórias das favelas). E, por último, é preciso dizer que há ainda uma disputa de sentido que parece central nesse caso, ou seja, em se tratando de eventos que buscavam denunciar “arbitrariedades” ou “abusos” por parte da polícia nas favelas em que aconteceram. Trata-se do uso do termo “ocupação” no contexto das políticas de segurança voltadas para favelas do Rio de Janeiro.

No caso da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas do Alemão, a “ocupação” antecedeu a “pacificação”. Ou pode ser compreendida como primeiro momento desse processo. A política de segurança pública batizada como UPP teve seu início em 2008 na favela Santa Marta, zona sul do Rio de Janeiro. No final do ano de 2010, foi a vez das favelas dos complexos da Penha e do Alemão, na zona norte da cidade, região da Leopoldina. A questão específica dessas favelas em relação à violência urbana e ao tráfico é que esta região é historicamente conhecida como um dos principais centros de poder de uma das principais facções do tráfico de drogas no Rio de Janeiro.

Essa informação é fundamental para que seja possível compreender a importância política e simbólica, do ponto de vista dos gestores públicos, de que a UPP fosse implantada nesse local. Essa dimensão também justificou o modo como foi realizada tal implantação em termos logísticos e militares, mas também no que se refere à cobertura midiática do que foi chamado de “ocupação” pela própria polícia. O termo aparece inúmeras vezes nas notícias envolvendo a divulgação do dia em que “o Alemão foi ocupado”. Com essa maneira de fazer e narrar a história da pacificação, coloca-se a clara disputa por um território. De acordo com informações presentes no site da UPP, “A retomada do Complexo do Alemão pelas forças de segurança aconteceu no fim de novembro de 2010 e representa um marco para a Segurança

Pública do Estado do Rio de Janeiro. Esta foi a maior ofensiva contra o tráfico de drogas e contou com uma tropa de 2,7 mil homens, sendo 1,2 mil policiais militares, 400 policiais civis, 300 policiais federais e 800 militares do exército. Uma união de forças estadual e federal inédita no país<sup>41</sup>.” A “ocupação” foi, portanto, uma “retomada”, uma “ofensiva contra o tráfico”, uma “operação” (como são chamadas várias modalidades de incursão policial nas favelas) a partir de uma lógica de “guerra”<sup>42</sup>.

O termo “ocupação” aparece, em certos contextos (que incluem notícias, postagens em redes sociais, conversas informais e entrevistas) como sinônimo do início da presença cotidiana da polícia nas favelas do Complexo do Alemão e do vizinho Complexo da Penha. A “ocupação” é uma referência, um marco temporal, um antes e depois para os moradores e, especialmente, para aqueles que fazem parte dos movimentos sociais locais. Há, além da reconformação do cotidiano local a partir da presença ostensiva e intensiva das “forças de segurança” (que naquele primeiro momento incluíram forças armadas e diferentes polícias), também o rearranjo dos grupos, organizações e, um pouco mais tarde, o surgimento dos coletivos. A face mais visível desse processo é o lugar que passou a ter o jornal Voz das Comunidades e seu criador, Rene Silva (como será visto no Capítulo 4).

Nesse sentido, o termo “ocupa”, que deriva da palavra “ocupação”, apresenta-se como modo de disputa semântica, mas também como forma de disputa sobre o que acontece no lugar e quem deve decidir sobre seus usos e relações. Os eventos colocam foco sobre as possíveis apropriações do espaço e as formas de regulação das relações que nele ocorrem. No caso do Alemão, o Ocupa tornou-se marco de início da constituição de uma forma de organização pouco presente ali até então, os coletivos.

O coletivo Ocupa Alemão surgiu algum tempo depois do evento que deu origem ao seu nome. Após o evento aqui narrado, algumas pessoas envolvidas com a organização chegaram a promover outras atividades com o mesmo nome, mas com outros temas. A dinâmica era semelhante: com a escolha de um espaço público da favela (uma praça, uma rua, um beco) e uma conversa informal envolvendo moradores, militantes e pessoas de fora. Quando entrei em contato com o coletivo, meses depois, ele era formado por Thamyra, Thainã, Raul, Pamela, João, Leo e Carol. Todos na faixa dos 20 anos. Thamyra, Raul e

---

<sup>41</sup><http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-selecionado/ficha-tecnica-upp-alemao/Ale%C3%A3o>

<sup>42</sup> “Guerra” é outra categoria muito presente para se falar da violência nas favelas e em especial no Alemão. Tal categoria é constantemente acionada por autoridades públicas, meios de comunicação e moradores, incluindo aqueles que se consideram engajados na militância e ações sociais.

Pamela moravam no Alemão e fizeram parte do grupo inicial que realizou o primeiro evento. Os três participavam de projetos sociais voltados para jovens. Thainã trabalhava no projeto do qual Raul e Pamela eram “jovens”. Ele esteve no evento porque tomou conhecimento da iniciativa através deles e de outro “jovem” do Alemão também participante do projeto, Calazans. Thamyra conhecia João (que morava em outra região da cidade) através dos fotoclubes que realizavam saídas fotográficas em favelas. Ambos eram jovens negros de classe popular formados em Comunicação Social com interesse por fotografia. Foi assim que João se aproximou do grupo. Leo morava em uma rua limítrofe do Complexo do Alemão (a mesma em que vivia Thamyra) e tomou conhecimento da iniciativa depois, quando os outros realizavam uma arrecadação de livros para montar uma biblioteca em uma das favelas do Complexo. Foi doar livros, conheceu Thamyra, Raul e Pamela e entrou, com sua namorada Carol, que cursava faculdades de Artes na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e também era moradora da região, para o coletivo. Leo e Carol já eram extremamente politizados ao ingressarem na iniciativa. Leo, Raul e Pamela não tinham graduação, mas eram autodidatas, com grande interesse por questões sociais e políticas.

Apesar do novo nome, é preciso dizer que outros atores locais com distintas características e graus de institucionalização já vinham promovendo atividades com traços semelhantes no Alemão. Ou seja, essa modalidade de manifestação pública já era conhecida e reconhecida na dinâmica local de engajamento e ação coletiva mas não com o mesmo nome e com propriedades um pouco distintas, como a ênfase no uso das redes sociais e na não-institucionalização dos organizadores. O Raízes em Movimento, por exemplo, já realizava há cerca de 10 anos o evento “Circulando – Diálogo e Comunicação na favela”, agregando pessoas de fora e moradores em atividades como debates, grafite, apresentações de música, poesia e teatro, exposições fotográficas etc. A atividade vinha sendo realizada anualmente ocupando uma das principais ruas de uma das favelas do Complexo, onde ficava a sede da organização. O Voz da Comunidade também realizava atividades em locais públicos, como shows, distribuição de cestas básicas, doces e brinquedos em datas comemorativas, por exemplo. E o Descolando Ideias (grupo do qual fazia parte Raul quando o conheci) tinha entre suas ações a realização de intervenções em espaços públicos voltadas para crianças.

O coletivo Ocupa Alemão pretendia “fortalecer o laço de moradores com a rua” e se apresentava publicamente como “movimento da juventude da favela”, destacando o fato de se tratar de algo feito por jovens e não por instituições, além de acionarem a ideia de “ocupação

do espaço público”, colocada por eles nesses termos. O coletivo buscava, assim, reforçar aspectos e ideias já mobilizados no evento que deu origem ao grupo. A dimensão da relação entre “moradores” da favela e a “rua” através da ideia de “ocupação” era assim concretizada através de ações presenciais em que moradores e militantes que ali viviam e vindos de fora realizavam juntos debates e atividades culturais. Diferentemente das características das “ocupações” de movimentos urbanos de moradia, de movimentos rurais pela terra e mesmo dos movimentos de contestação mais contemporâneos não se tratava de uma ocupação que se estendia ao longo de dias, semanas ou meses, mas de um evento pontual, com duração de algumas horas, intensa mobilização e veiculação através da Internet (especialmente das redes sociais virtuais) buscando dar visibilidade a determinadas ideias e promover certas causas, nas palavras de uma de suas organizadoras no Alemão, tratou-se de “um ato simbólico de reconhecer e legitimar os moradores da favela como donos de seu próprio território”.

### **Ser coletivo como modo de organização e enquanto valor**

Mas por que um coletivo? É preciso considerar que o Complexo do Alemão, assim como muitas outras favelas, tem uma longa história de organização local. Ou seja, lá existem diversas pessoas engajadas de diferentes maneiras em ações coletivas para reivindicar demandas ou realizar atividades dentro e fora do Alemão. Associações de moradores, organizações não governamentais e grupos culturais são algumas modalidades de organização presentes no lugar<sup>43</sup>. Nesse sentido, as pessoas que organizaram o evento Ocupa Alemão às 21h e depois seguiram juntas para organizar outras atividades semelhantes (antes de se constituírem como coletivo) poderiam ter escolhido, dentro do repertório de formas de organização social local, outras maneiras de se organizar e se auto denominar, até por sua proximidade com o universo das ONGs (de fora e organizações locais). Mas escolheram ser um coletivo.

---

<sup>43</sup> A bibliografia produzida por diferentes atores locais (Voz da Comunidade, Raízes em Movimento) e em articulação com esses e outros interlocutores (VELLOSO, PASTUK, DEGANI, 2013; Ipea, 2014; RODRIGUES, 2016) corroboram o que foi por mim observado em campo: um largo histórico de mobilização social local desde a realização de mutirões, passando pela criação de associações de moradores nas favelas do Complexo, até a constituição de organizações locais sob a forma jurídica de ONGs (como Verdejar, Raízes em Movimento, Oca dos Curumins e Educap) até, mais recentemente, grupos informais como Voz da Comunidade (que veio a se institucionalizar como ONG mais recentemente) e Descolando Ideias. Além dessas organizações ou grupos, estão presentes na memória recente de meus interlocutores (e também foi por mim observado) a busca por agrupamentos de tais instituições, grupos e organizações sob a forma de comitês relacionados a temas específicos (como meio ambiente e saúde) ou articulações (como o Juntos pelo Alemão, ver Capítulo 5) a partir de eventos críticos como desabamentos causados por chuvas (dezembro de 2013) ou a intensificação de mortes violentas (mobilizações entre 2014 e 2015).

Ao entrevistar um dos então participantes e criadores do coletivo Ocupa Alemão, ele conta que o uso do termo “coletivo” surgiu depois de que já haver um grupo de pessoas organizando conjuntamente algumas atividades. Em suas palavras:

Eu peguei e mandei uma mensagem pra eles, (...) e eles nem se entendiam como coletivo ainda. Foi depois que eu entrei, e aí teve mais de uma reunião e aí foi o momento em que criou-se a página, acho que foi quando se teve um entendimento de que ali era um coletivo e a gente começou a pensar as ideias juntos como coletivo. (Entrevista com Thainã Medeiros, 2015)

A autoidentificação enquanto coletivo se vincula, em sua narrativa, à criação da “página”, ou seja, a uma interface virtual específica no Facebook em que passou a se constituir publicamente, postando conteúdos diversos e criando uma certa identidade para o que já vinham fazendo.

Quando perguntei a pessoas ligadas ao Ocupa sobre a escolha do termo coletivo as respostas foram difusas, quase como se a opção por esse nome tivesse sido óbvia. O mesmo participante e criador do coletivo respondeu, por exemplo, “coletivo pode ser o seguinte: se um tiver uma ideia, a gente, coletivamente, vai tentar executar aquela ideia, sabe? É uma união de forças para executar a ideia de que a pessoa não vai poder fazer sozinha. Era isso que a gente tinha na nossa mente, de maneira bem vaga ainda”. Tratava-se, portanto, de um modo de executar ideias de forma coletiva, em contraponto ao individual. Essa noção de coletivo é fundamental e será mobilizada constantemente por diversas pessoas engajadas no movimento social local, estando ela em grupos que se autointitulam “coletivos” ou não.

Como modo de organização, o “coletivo” também se constitui como contraponto positivo a outras formas de organização. Reitera-se com esse modo de organização algumas características desejadas (mais uma vez não apenas por aqueles e aquelas que se organizam em “coletivos”, mas por pessoas presentes em diferentes formas organizativas que constituem o movimento social local, como grupos culturais e instituições variadas) como a “horizontalidade”, uma certa “informalidade” e uma adesão que se dá a partir de relações pessoais, sobretudo de “amizade”. Isso não significa que outros modos de organização também não tenham tais características, mas que, nos “coletivos”, estes aparecem quase como princípios. Não à toa, muitas vezes, em narrativas variadas, os coletivos são apresentados e percebidos como alternativa (ou contrapontos) às ONGs que, dentro de um mesmo campo<sup>44</sup>, marcariam as características opostas: uma forte hierarquia, uma grande

---

<sup>44</sup> É preciso pontuar que as associações de moradores também estão entre as formas locais de organização e há

institucionalização e relações profissionais. Na prática, no entanto, esses modos de organização nesses termos se apresentam mais como tipo ideais uma vez que diversas instituições locais, que juridicamente se constituíram como ONGs, foram (ou ainda são) formadas por relações mais ou menos horizontais e atravessadas por relações pessoais (sejam elas de amizade ou de parentesco). Tais instituições não têm, no entanto, como escapar de uma forte presença de uma burocracia que devem incorporar para que existam enquanto “pessoas jurídicas” que devem recolher impostos e aderir a diversas práticas jurídico-legais as quais os coletivos não precisam aderir obrigatoriamente.

Entre os coletivos há aqueles que, em certo momento, buscam (ou são convidados a fazê-lo) apoios ou financiamentos e então é colocada a questão da institucionalização. Alguns optam por ela, outros por caminhos alternativos como a procura por editais de incentivo ou agências de fomento que, mesmo apoiando iniciativas coletivas, oferecem entre as modalidades de apoio o repasse de recursos financeiros a um indivíduo ou a outra organização com CNPJ que repassa o recurso para o coletivo a ser beneficiado.

Outra ideia que comumente se associa à de coletivo é a de “independência”. Em certos contextos os coletivos podem se auto denominar “independentes”. Nestes casos, o valor moral a ser destacado em primeiro lugar é a não vinculação partidária (nesse momento tanto associações de moradores como determinadas ONGs podem servir de contraponto ao qual marcar a diferença). A “independência” seria, portanto, política. Vinculada a ela, há a independência do “governo”, muito presente a partir da ideia de “ter o rabo preso”, ou seja, que certas vinculações políticas atravessadas por possíveis benefícios econômicos poderiam levar os coletivos (e grupos e organizações locais) a não falarem sobre determinado assunto ou darem ênfase a outros perdendo, portanto, sua “independência” para fazer as denúncias que acreditam necessárias dado o compromisso esperado que tenham com a favela e sua “realidade”. Mesmo quando o “independente” não está explicitado, este é um valor central entre grupos, coletivos e organizações locais que aparece constantemente como modo de acusação, boato e forma de deslegitimar o engajamento de grupos e pessoas<sup>45</sup>.

Outra questão é que as características apresentadas como sendo aquelas desejadas por um coletivo ao se constituir não são construídas ou perseguidas sem importantes e constantes

---

um forte rechaço em relação a elas, ainda que muitas vezes sejam incorporadas em certas “coletividades”, ou seja, grupos formados por pessoas ligadas a diferentes ações coletivas locais “em prol da comunidade” ou em torno de pautas comuns. No entanto, as diferenças a partir dos quais se afirmam os coletivos são definidas a partir da relação ou da comparação com as ONGs e não com as associações.

<sup>45</sup> A questão da independência como valor para os coletivos e outros atores locais será retomada no Capítulo 5.

tensões. Almeja-se a horizontalidade, mas é comum que os coletivos tenham (assim como instituições, grupos culturais e outras formas de organização) uma ou duas pessoas que se apresentam publicamente enquanto coletivo, constituindo-se na prática como porta-vozes desses grupos. Em geral, justifica-se essa característica dizendo que em um coletivo cada um(a) faz o que sabe ou o que faz melhor. Nesse sentido, alguns teriam maior capacidade de fala pública do que outros, por exemplo. No entanto, coloca-se aí outra tensão que é aquela entre indivíduo e grupo. Tal tensão, que perpassa os movimentos sociais (incluindo os locais) se apresenta através do fato de que determinadas oportunidades acabam se colocando para aqueles que são reconhecidos externamente como uma espécie de síntese do grupo e reconhecidos pela habilidade de fala e o carisma. São eles(as) os mais comumente convidados para falar em seminários e outras atividades públicas ou para viajar. Em alguns casos, essa pessoa acaba mesmo se cristalizando nesse lugar e tendo acesso a diferentes redes de relações e oportunidades a que outras pessoas do mesmo coletivo só têm acesso através de sua mediação. Para outros coletivos, busca-se negociar esses convites e fazer com que outros(as) participantes também passem a ser reconhecidos como representantes legítimos do coletivo nessas atividades.

A questão da horizontalidade também se apresenta na forma de organização e funcionamento interno. Nem sempre aquele que é visto externamente como síntese do coletivo é quem tem um grande protagonismo ou liderança internamente, orientando suas ações (ainda que seja bastante comum que isso aconteça, não apenas nos coletivos, mas em diversas modalidades de organizações em movimentos sociais) e cuja opinião tem um peso maior que os demais nas tomadas de decisão.

Um dos participantes de um dos coletivos criados recentemente no Alemão fala a respeito de si e de seus participantes como “complementares”. As experiências anteriores e características pessoais de cada um(a) dos membros do grupo seriam fundamentais para que o coletivo fosse o que é. Esse mesmo coletivo utiliza com frequência o termo “família” para se referir ao grupo e a relação entre seus membros. As relações pessoais têm bastante peso nas narrativas dos membros dos coletivos locais sobre a relação entre eles. Um dos criadores de dois coletivos locais fala de sua experiência no primeiro de que participou como uma relação de “afinidade, de amizade mesmo” que teria se perdido. No momento em que o entrevistei, outras pessoas se aproximavam da iniciativa e situações de quebra de confiança entre membros mais antigos os levava a buscar outras estratégias de organização: “(...) mas é que

aconteceu um episódio de combinar uma coisa e se fazer outra e se fez outra, sob a justificativa de que não houve, então, vamos fazer ata, assinar. Então, acaba que, já se sugeriu fazer um estatuto interno pro (*nome do coletivo*), sabe, como mexer na página, o que postar, o que não postar. Postagem na página foi o que mais deu problema”.

Sendo uma combinação de pessoas com diferentes experiências, trajetórias e opiniões, sem liderança clara ou alto grau de institucionalização, há uma tendência que essa modalidade de organização esteja constantemente se fazendo e refazendo. Entre os dois coletivos que acompanhei ao longo de mais tempo e com maior atenção no Alemão, era comum que alguns membros se afastassem ou saíssem do grupo por desentendimentos diversos com outros membros. Acompanhei casos em que namoros entre membros terminaram e um dos dois se retiraram do grupo. Outro caso em que determinada pessoa foi afastada de um coletivo por não corresponder às expectativas de engajamento do restante do grupo o que, no caso, referia-se à presença física em determinadas atividades e eventos. E ouvi casos de afastamento por questões ligadas a ameaças por parte da polícia, para ficar em alguns exemplos. Alguns retornavam ao coletivo depois de algum tempo, outros não. Os movimentos de engajamento e desengajamento são, portanto, comuns nesse universo.

Nenhum dos dois coletivos se desfez até o momento da escrita da tese. Apesar do baixo grau de institucionalização, mantiveram suas reuniões ou encontros presenciais, seguiram alimentando suas páginas nas redes sociais virtuais, gerando novos conteúdos, seus membros representavam o coletivo em mobilizações dentro e fora da favela e os coletivos continuaram a realizar atividades diversas (manifestações, vídeos, mobilizações culturais etc) utilizando sua identidades como coletivo. Mas, ao longo de suas trajetórias, modificaram enormemente. Tais transformações relacionaram-se à entrada de novos participantes, mas também a experiências que pessoas que já estavam no coletivo tiveram nos últimos anos. As manifestações de junho de 2013 no Rio de Janeiro foram um marco nesse sentido. A partir dali diversificaram-se ainda mais na cidade espaços de manifestação, organização e formação política ligados a distintos movimentos sociais como negro, anarquista, feminista etc. Reuniões e cursos foram realizados nesse período incorporando novas pessoas que chegavam a esses espaços através de outros militantes que conheciam em manifestações de rua, por exemplo. Esse era, naquele momento, um caminho possível de socialização que contribuiu para incorporar novos membros a determinados movimentos sociais, mas também para adensar e/ou reconfigurar militâncias já em curso.

Seria possível falar em uma “forma coletivo”, pensada a partir do que Sigaud (2000) e Sigaud, Rosa e Macedo (2008) chamam de “forma acampamento”? Para os autores, uma certa “combinação de aspectos modelares” tornava possível a constituição de uma “forma social”, a “forma acampamento”. Tratava-se, segundo eles, de:

(...) uma linguagem, um modo de fazer afirmações por meio de atos, destinada a fundar pretensões à legitimidade. A linguagem era bem compreendida por diferentes interlocutores. O Estado brasileiro acolhia a ocupação como um pedido de redistribuição de terra e, reconhecia, no movimento que a promovia, um representante legítimo; no acampado, um pretendente à terra. Os proprietários das fazenda entendiam que o acampamento era uma ameaça a seu direito de propriedade e buscavam judicialmente a reintegração da posse. Por sim, a existência de acampamentos era interpretada como um sinal de que ali se pleiteavam terra (SIGAUD, ROSA, MACEDO, 2008, p. 108).

A escolha por auto denominar-se um “coletivo” parece permitir um paralelo à formulação elaborada por tais autores. Ser “coletivo” inscreve o grupo de pessoas que escolhe sê-lo de uma forma específica no campo dos movimentos sociais (locais e de fora), sendo reconhecida por diferentes atores como legítima. No entanto, as estratégias e modos de ação de coletivos não são sempre as mesmas. Sendo um termo bastante utilizado por diferentes modalidades de ações coletivas, dentro e fora das favelas, o que os aproxima parece ser alguns valores aqui já descritos (como a busca pela horizontalidade, a tentativa de evitar porta-vozes, uma organização não institucional e independente).

Em meu trabalho de campo no Complexo do Alemão, no entanto, esboçavam-se importantes aproximações e continuidades entre os coletivos que pude observar. Os dois que acompanhei tinham como características iniciais a ideia de algumas poucas pessoas (menos de 10) que queriam “se juntar para fazer alguma coisa” sem pretensões de institucionalização. A formação dos coletivos articulou-se à intensificação de laços de amizade. Reuniam-se em locais públicos (como bares ou restaurantes) ou na casa de membros. Realizavam suas atividades em ruas, becos e praças da favela, mas também em organizações locais. Utilizavam intensamente as redes sociais virtuais e outros recursos tecnológicos para comunicação interna e visibilidade pública. Nesse sentido, aproximam-se enormemente.

No entanto, as características de seus participantes dava o tom das ênfases de tais características e dos sistemas de valores acionados por cada um deles. Essas mesmas características foram, entretanto, notadas também ao longo de minha pesquisa em outros

grupos e instituições locais que não se autodenominavam “coletivos”. As principais razões para esse distanciamento discursivo nessa autodenominação parece ser, por um lado, uma forte recusa a ser ONG, nome carregado de sentidos pejorativos nos últimos anos, tanto devido às muitas denúncias públicas feitas por grandes meios de comunicação de organizações assim intituladas que serviam, por exemplo, para desvio de dinheiro público por políticos; mas também pela experiência pessoal de variados interlocutores com ONGs que viam como “usando a favela” em benefício próprio (para ter fama ou dinheiro, por exemplo). Ser ONG (assim como ser associação de moradores) estava, naquele momento histórico, repleto de uma carga moral negativa, associada a valores nos quais alguns de meus interlocutores mais jovens não se reconheciam, ainda que muitos deles problematisassem constantemente esse distanciamento e construíssem com essas organizações diversas relações (de trabalho, formação e, até, engajamento, em alguns casos). Uma das mais fortes evidências da recusa ao termo “ONG” foi o fato de não tratarem, de modo corrente, as organizações locais formalizadas enquanto tais como ONGs. Essa categoria era mobilizada em contextos muito específicos e, como visto já na introdução, utilizada como categoria de acusação em diversos momentos.

Além de uma forma de organização, a própria ideia de “coletivo” é determinante para a escolha do nome por eles e também por outros grupos de pessoas que se tornaram coletivos no Alemão (e fora dali). Entre aqueles e aquelas engajados em ações coletivas variadas no Alemão, a ideia de “coletividade” aparece de modo contundente. A ideia de que a favela ela própria seria um espaço “coletivo e solidário desde o princípio” é bastante disseminada (e foi colocada nesses termos em um seminário sobre história da urbanização do lugar promovido por uma instituição local). Na favela, os “movimentos coletivos” seriam aqueles capazes de “exigir direitos” tendo em vista intervenções governamentais, por exemplo. Nesse caso os “movimentos coletivos” ou “espaços coletivos” seriam um contraponto a iniciativas localizadas em uma ou outra organização ou protagonizadas por uma pessoa. O coletivo fala aí de um desejo (que foi observado por mim como algo permanente) de se fazer coisas conjuntamente (no sentido de envolver pessoas, grupos e organizações locais) para o enfrentamento de problemas comuns em um cenário onde há muitas diferenças internas (em termos de perspectiva e estratégias de ação) e também disputas (por recursos de diferentes naturezas, visibilidade, reconhecimento).

A ideia de “coletivo” é acionada sempre de forma positiva (em contraponto ao

“individual”, que em geral é percebido com desconfiança e críticas, sendo associado à ideia de “ego” ou à possibilidade de ganhos pessoais – financeiros inclusive – em nome do “coletivo”, da “comunidade” ou da “favela”). E a melhor forma de organização dos movimentos sociais seria a “construção coletiva”. Na favela ela aparece como algo “natural” já que guardaria em si seu modo de auto-criação e a maneira através da qual a favela conseguiu continuar existindo ao longo do tempo. A postagem a seguir, de um dos criadores de dois coletivos locais, sintetiza uma série de ideias centrais nesse sentido:

As favelas são uma das maiores provas de que podemos viver em SOLETIVIDADE - Solidariedade coletiva, ou seja, sem a necessidade de um estado partidário "representativo" do todo, pois o povo sempre se organizou sem este, principalmente nas favelas Podemos viver o avanço coletivo. A Favela já estava de pé e coletivamente construída antes mesmo de qualquer engravatado partidário se por em sua entrada com o discurso de representante popular. Na Favela o direito a moradia é exercido por nós mesmos e em união, é em rede que se constrói uma laje, e assim também acessamos a outros direitos básicos. A representatividade partidária segrega, a favela vive rede coletiva. A favela é pura RESISTÊNCIA diante de um estado que através do discurso de representatividade rouba, segrega, explora e extermina sua população.

Formado pelo que aprendo nas práticas da realidade, é através de minhas vivências que escrevo minhas teorias. Raul Santiago” (Raul Santiago, postagem relativa à sua participação na campanha “Favela sempre me inspira” do Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, 2013).

Raul inventa uma nova palavra (“soletividade”) a partir de duas que são, em sua visão, centrais para se entender a vida na favela: solidariedade coletiva. A expressão usada por ele sintetizaria uma forma de organização do povo nas favelas já que elas mesmas seriam resultado de uma construção coletiva. Seu discurso nesse caso contrapõe-se aos partidos políticos e a busca dos mesmos por pessoas que fossem capaz de representar e organizar a favela e também de se beneficiar pessoalmente (ou politicamente) com sua atuação na favela. Seu texto também revela as marcas de uma grande desconfiança em relação às formas de representação política, que de modo geral se intensificou depois das manifestações de junho de 2013 (das quais ele participou) e da disseminação a partir desse período de espaços de formação política, inclusive anarquista, também entre moradores e pessoas já ligadas a movimentos sociais de favela. Raul destaca formas próprias de organização da favela e na favela que, mais tarde, acabaram sendo sintetizadas (como será visto nos próximos capítulos)

pela ideia de “nós por nós”<sup>46</sup>. Seu relato traz exemplos práticos do que ele percebe como “solidariedade” e “coletividade” como o direito à moradia e a “rede” mobilizada para “bater a laje”, ou seja, aumentar a casa transformando-a em morada de mais pessoas, em geral familiares. E essa organização a partir da solidariedade coletiva teria como maior prova a existência da própria favela que seria, nesse sentido, evidência também da “resistência”, outra ideia central para os movimentos sociais, sobretudo os populares.

### **Lutar e resistir**

Ocupar e organizar-se em coletivos (e ser coletivo, viver coletivamente) fazem tanto parte dos modos de organização dos movimentos estudados, quanto da gramática por eles acionada para falarem de seu engajamento e dos valores e práticas nele envolvidos e valorizados. Lutar e resistir (ou a resistência) também. Tratam-se de categorias centrais para que seja possível compreender a lógica dos movimentos sociais contemporâneos de maneira mais ampla e dos movimentos sociais aqui estudados especificamente. São termos utilizados com tanta frequência que por vezes é difícil desnaturalizá-los.

Aqui buscarei falar de alguns contextos específicos em que foram mobilizados ao longo de meu trabalho de campo, outras ideias a eles associadas por meus interlocutores e seu lugar dentro da gramática de coletivos, instituições e grupos que compõem os movimentos sociais no Complexo do Alemão e sua rede de relações. O pesquisador Marcelo Burgos (2012) analisa a favela como modalidade de luta pelo direito à cidade. Burgos situa a categoria “favela” como representação social criada pelo que chama de “intérpretes autorizados”, ou seja, cronistas, jornalistas, engenheiros, médicos etc no início do século XX. Segundo o autor, não é casual que a cristalização de tal categoria tenha ocorrido no momento histórico em que a cidade do Rio de Janeiro figura-se segundo “um ideal de civilização europeizado”, o que enseja a expulsão da classe operária dos centros urbanos. É nesse momento que “Favela” deixa de ser um nome utilizado para se referir a um lugar específico e passa a ser utilizado como substantivo comum para designar uma certa modalidade de habitação popular abarcando um conjunto heterogêneo de formas de construção de casas e relações com o solo. Para Burgos, o que parece ter sido central para a definição desse tipo de habitação popular foi o que qualifica como “sua relação com a cidade”. A categoria foi,

---

<sup>46</sup> A ideia de coletividade traduzida pela primeira pessoa do plural no pronome “nós” foi enfatizada por uma variedade de atores ligados a diversos movimentos sociais como o negro, de mulheres e ligados à favela. O “nós por nós” também vem se constituindo como valor central entre parte de meus interlocutores e essa discussão será retomada no Capítulo 5.

inicialmente, e através dos intérpretes autorizados a que se refere, utilizada para afirmar um certo ideal de cidade que excluía uma parte significativa de sua população (os pobres ou trabalhadores, como se refere o autor) do que vai se constituindo como “centro” a partir de um ideal europeu de urbanização. Mas o que isso teria a ver com lutar e resistir? Nas palavras de Burgos:

A forma favela resiste porque se impõe como instrumento de luta pela cidade. A partir dela, múltiplas identidades raciais e regionais que compõem o mosaico do mundo popular das grandes cidades brasileiras convivem sob a condição comum de morador desta ou daquela favela. (...) Assim é que acima do estranhamento resultante desse encontro forçado nos espaços habitacionais populares da cidade<sup>47</sup>, afirma-se uma identidade territorial, forjada através da mobilização coletiva contra a ameaça de remoção, e no pleito de equipamentos públicos como saneamento, água potável, energia elétrica e, ainda, através de competições lúdicas, do que são exemplares as escolas de samba. O significado da favela, portanto, é reinventado por seus moradores, transformando-se em suporte para sua inserção na cidade (BURGOS, 2012, p. 373/ 375).

Como foi visto no final da última sessão e na análise de Burgos, a ideia de que a favela é resistência é muito comum. Associa-se, por um lado, à própria história das favelas, criadas por pessoas pobres como alternativas de moradia em contextos em que a questão das políticas habitacionais eram inexistentes ou em que a lógica predominante era o deslocamento da mão de obra para viver em lugares distantes dos centros.

A literatura (PEARLMAN, 1977; BURGOS, 1998; ZALUAR, ALVITO, 1998; VALLADARES, 2005; SILVA, 2016) revela que a favela tem sido concebida historicamente pela administração pública como “problema” a ser administrado e controlado. No entanto, a percepção de pessoas, grupos e instituições que fazem parte dos movimentos sociais locais indica exatamente o oposto. Por eles, e como indica Burgos, a favela é percebida como um modo criado por seus moradores para lidar com a questão da falta de política habitacional ao longo do tempo. Ou seja, além de criar alternativas para morar e viver, foi preciso “resistir” ao próprio Estado que via (e vê) na favela um problema (ou muitos problemas) a serem resolvidos. Essa noção de “resistência” é central e atravessa discursos e modos de ação dos movimentos locais. A partir dela, derivam outros usos da palavra. A “resistência” diz respeito não apenas, portanto, ao modo de criação das favelas, mas também à possibilidade de continuar existindo<sup>48</sup>. Se vem sendo vista como um problema pela administração pública ao

<sup>47</sup> O autor se refere à chegada de imigrantes sobretudo referente ao grande ciclo migratório que ocorre no Rio de Janeiro entre os anos de 1940 e 1970.

<sup>48</sup> Foi observado que, por parte de alguns militantes de favela, sobretudo mais próximos ao movimento negro

longo da história, uma das ações mais comuns por parte dela são o controle de sua população e a retirada do “problema” das áreas mais valorizadas ou estratégicas da cidade. A história das favelas é marcada por políticas de segurança com ênfase na ação policial violenta e por inúmeras tentativas de remoção sob a forma de políticas habitacionais, ou seja, tentativas de deslocar seus moradores para lugares mais afastados e destruir as construções por eles levantadas ao longo de anos ou décadas.

Para aqueles que participam das modalidades de ação coletiva aqui estudadas, “resistir” não significa “apenas” continuar vivendo (ainda que essa seja uma questão estruturante como será visto ao longo da tese), mas diz respeito também a persistência de um modo de existir, de um “lugar praticado” (DE CERTEAU, 1994) em que está em jogo não apenas uma forma de moradia e de ocupação do solo, mas também a criação de formas de sociabilidade específicas, relações de vizinhança, uma memória criada coletivamente (para retomarmos outra categoria central para esses movimentos). Um exemplo disso é a ênfase que algumas instituições locais e pessoas a ela ligadas dão à história das favelas que fazem parte do Complexo do Alemão e aos moradores mais antigos. Em atividades de formação da instituição local Raízes em Movimento que reuniam pesquisadores, militantes e moradores que aconteceram nos últimos anos era comum a presença de moradores mais antigos, sobretudo quando os temas eram ligados à questão da moradia e à urbanização. Essa é uma forma comum em que a ideia de resistência é mobilizada por pessoas engajadas em grupos, instituições e coletivos de favela.

A esse sentido de “resistência”/ “resistir” associa-se outros ao, por exemplo, se referir ao Estado ou a políticas públicas específicas (como as de segurança ou de remoção), sobretudo em um contexto de amplo debate público e manifestações que colocam em pauta o modelo de cidade associado, sobretudo, à possibilidade de realização dos chamados “megaeventos” (Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016). Muitas das narrativas de “resistência” são construídas a partir desse contexto. A “luta” também deve “resistir”. A “luta”

---

ou ao debate racial, busca-se construir uma continuidade entre a resistência associada aos quilombos, locais de refúgio de africanos escravizados em outro momento histórico, e as favelas contemporâneas. Essa perspectiva, incorporada ao discurso de movimentos de favela e negro, tem respaldo em alguns trabalhos acadêmicos. Nas palavras de Campos (2011), “O quilombo, como espaço de resistência à ordem imperial, tem alguns pontos em comum com as atuais favelas brasileiras, sobretudo aquelas localizadas nas grandes cidades. Ambas as estruturas sociais foram e são estigmatizadas ao longo da história sócio-espacial da cidade. Se, no passado, a resistência era constituída em torno do não-aprisionamento dos negros (primeiro ocorrendo apenas com os escravos e, posteriormente, com os negros que se tornaram livres), ao longo do século XX a resistência aconteceu em torno da permanência nos locais “escolhidos” para moradia”. (CAMPOS, 2011, p. 31)

refere-se justamente ao conjunto de ações e atitudes presentes nos movimentos sociais, nos grupos, coletivos, instituições e pessoas que dele fazem parte. O engajamento militante é “estar na luta”, “lutar junto”. Trata-se de uma palavra que, do modo como utilizada por meus interlocutores, encarna uma série de ideias e valores também centrais para tais pessoas e movimentos. A “favela”, como indicou também Burgos (2012), encarna a “luta”. Aqueles e aquelas que lutam estão presentes com frequência em atividades relacionadas à militância, posicionam-se interna e publicamente contra injustiças e arbitrariedades, são críticos com relação à sociedade e são reconhecidos por se engajarem em ações coletivas para manifestar suas críticas e reivindicarem mudanças. Mas se a “luta” também deve “resistir” significa que ela não é pontual, ela deve ser permanente. A “luta” não se abandona.

É um termo que geralmente aponta para a ideia de coletividade (valor também central como já foi visto aqui). A “luta” encarna um “nós” que pode se referir aos favelados, aos moradores (de favela), aos militantes, às mulheres e aos negros, por exemplo. A “luta”, nesse sentido, representa algo maior do que o indivíduo e suas experiências, acionando a segunda pessoa do plural que é a encarnação da coletividade no discurso êmico. Mas a “luta” também pode aparecer associada a uma pessoa. Nesse caso, trata-se de dar destaque à trajetória militante, à história da pessoa em questão associada ao seu engajamento social com uma causa específica, no caso aqui estudado, o mais comum é que seja a favela. Essa experiência individual de engajamento representada na “luta” cria relações e não raro pessoas de movimento que morrem tem seu vínculo com outros militantes associados também à ideia de luta (uma militante de um dos coletivos locais escreveu em seu Facebook a seguinte frase após a morte de um outro militante de quem era próxima: “perdi um amigo que a luta me deu”).

A “luta” individual não raro insere-se também na ideia de luta associada ao “nós”, ao “coletivo” e inscreve em uma continuidade temporal. A “luta” que transcende indivíduos acontece no presente graças àqueles(as) que antes lutaram e também associa-se a uma ideia de futuro, a uma continuidade. Uma outra participante de coletivos locais construiu a seguinte associação a respeito do tema: “(...) acreditar que não foi em vão a luta dos meus ascendentes e que o que estão por vir terá um porquê de continuar a lutar”. Sobre a “luta” dos militantes que morreram diz-se “tua luta continua!”. Nesse sentido, e associado ao vínculo da militância que se faz na relação com a favela, aciona-se a ideia (assim como no caso da “resistência”) de que na favela já se nasce “lutando” e a “luta” nunca acaba (“favelado desde o ventre de sua

mãe já luta, ou seja, pro favelado a luta é sempre”). Em outras palavras, escritas em uma rede social virtual por um militante participante e criador e diversos coletivos: “na luta nascemos, na luta nos fortalecemos, na luta resistimos”. Além de anterior e constante, a “luta” é o lugar em que aqueles que dela participam se fortalecem, o lugar em que se constrói a possibilidade de “resistir”, mas não individualmente, de novo aí o “nós” prevalece.

Em algumas narrativas a “luta” aparece como substantivo que não necessita de complementos. Ela pode ser a síntese do engajamento militante. Mas de modo geral a “luta” é associada a algo pelo qual lutar ou contra o quê se luta. Luta-se, por exemplo, “contra o governo”, “para que acabe a UPP” ou “contra a opressão constante”. E luta-se, principalmente, “por direitos” que, assim como aponta Comerford (1999) em seu estudo sobre organizações camponesas, são por eles concebidos em “termos legais e também morais” e, no caso aqui analisado, principalmente morais. A qualificação de tais direitos podem ser muitas, luta-se “pelos nossos direitos e espaços”, “para que os moradores tenham todos os direitos respeitados”, “pela favela”, “por um lugar cada vez mais digno e igualitário de se viver”, “pela transformação social de avanço positivo e democrático”, “pela paz”, “pela vida”, “pela sobrevivência”, “pela verdade e pela justiça”. Cada um deles é evocado em contextos específicos mas tendo como ponto de partida a favela e o vínculo de pertencimento que com ela estabelecem.

A “luta”, aparece na conjuntura específica do Complexo do Alemão ao longo do tempo da pesquisa, como parte da “guerra”. A “guerra que não é nossa” é aquela entre polícia e pessoas ligadas ao tráfico de drogas no local. É a “guerra contra as drogas” realizada pelo Estado (e encarnada na polícia) ressignificada por pessoas dos movimentos sociais como “guerra aos pobres”. É a “guerra” que cotidianamente impõe um cotidiano de violência aos moradores, que tira vidas e que exige coragem daqueles e daquelas que pretendem denunciá-la. Nesse sentido, aqueles(as) que “lutam” “pelos direitos”, “pela paz”, “pela vida” e “pela sobrevivência” (no contexto daqueles ligados às ações coletivas no Alemão é esse o sentido de sobreviver) são “guerreiros”. A “luta” se contrapõe à “guerra” ao mesmo tempo que acaba se reconformando a partir dela. Pois é no cotidiano da “guerra” que aqueles que participam de coletivos, grupos e instituições locais aprendem e inventam como “lutar”.

Há, ainda, outro aspecto relevante do uso do termo “luta” feito por meus interlocutores e que se relaciona a um dos sentidos atribuídos à “resistência”. Se “o favelado já nasce lutando”, a luta não é atributo exclusivo daqueles que militam. Há uma compreensão

compartilhada de que nascer e viver na favela é resistir e lutar. Fazer desse lugar o seu lugar, resistir contra tentativas de remoções, por exemplo, e lutar cotidianamente em um cenário de privação de direitos e repressão. Nesse sentido, e assim como aponta Comerford (1999) em seu estudo, “a luta é uma noção que qualifica a experiência cotidiana” (p. 26). A luta cotidiana é também, e novamente como afirma o autor, uma possibilidade de afirmar o próprio valor como pessoa e, no caso de minha pesquisa, como moradores(as) da favela. Ela conecta-se com o sofrimento experimentado no dia a dia da favela e aos preconceitos e situações de precariedade e privação vivenciados por aquelas e aqueles que nela vivem. Tais experiências não são confinadas à favela. Muitas delas, ao contrário, são vividas justamente nas inserções e deslocamentos necessários para sobreviver: a busca por trabalho, por um lugar para estudar, por acesso à saúde e ao lazer, por exemplo. Nesse sentido, a vivência do que Comerford chama de “situação crítica” é uma marca da luta e: “ao falar da luta, estão descrevendo seu cotidiano, afirmando seu valor, denunciando – principalmente no terreno moral – aqueles que consideram causadores de seu sofrimento individual e refletindo sobre a vida dos pobres e o sentido de seu sofrimento” (p. 29). Essa também pode ser uma síntese de um dos sentidos da luta entre meus interlocutores. E, como experiência coletiva, mas também individual, tal dimensão será retomada a seguir, no Capítulo 2, quando tomo para a análise trajetórias de pessoas engajadas em diferentes modalidades de ação coletiva no Complexo do Alemão.

## Capítulo 2 – “Sou de favela”<sup>49</sup>: trajetórias de engajamento entre becos, ONGs, juventude e projetos sociais

Falar de si, contar sua própria história em seus próprios termos é um aspecto relevante da militância. Aquilo que confere sentido ao engajamento militante é usualmente trazido à tona em momentos públicos por aquelas e aqueles que têm suas trajetórias marcadas por experiências de militância. Em algumas situações, como reuniões e eventos públicos, são passagens da própria vida em que essas pessoas destacam determinados fatos que falam de si e de seu engajamento (a perda de alguém próximo em episódios de violência ou a influência de determinada pessoa ligada a trabalhos sociais locais para que começasse a frequentar uma instituição ou local e se aproximasse de outras pessoas já engajadas, por exemplo). Em outras, como entrevistas e conversas informais, trata-se mesmo de narrar a si mesmo enquanto alguém engajado, enquanto militante, enquanto ativista, enquanto alguém que realiza trabalho social, que ajuda a comunidade ou a favela.

Ainda em 2013, antes de iniciar propriamente minha pesquisa no Complexo do Alemão, quando fui em uma das primeiras atividades ligadas ao Raízes em Movimento para apresentar resultados da pesquisa de que tinha participado pelo Ibase, me dei conta da relevância desse aspecto na narrativa de pessoas engajadas. Além de mim, apresentando a pesquisa, havia três “jovens” (uma delas eu havia entrevistado) que iriam interagir com minha apresentação, comentando em seguida. Quando terminei e começaram a falar, notei que o que diziam tinha muito menos a ver com o que eu tinha acabado de dizer (fosse concordando ou criticando) e muito mais com suas experiências pessoais a partir de uma certa posição: a de pessoas engajadas e jovens. O público da atividade – formado por outros militantes como eles e pesquisadores em sua maioria também engajados – estava, assim como eu, muito interessado no que eles tinham a dizer<sup>50</sup>. Ali me dei conta da importância da narrativa de si para a militância e para o universo das pesquisas realizadas em favelas<sup>51</sup>.

Estudos biográficos constituem uma perspectiva de análise nas Ciências Sociais. São

---

<sup>49</sup> Referência à música “O funk vive em mim” (2014) do MC Calazans (participante do Coletivo Papo Reto). Videoclipe disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XnqfQeGRLvA>.

<sup>50</sup> A relação entre pesquisadores e militantes será analisada no Capítulo 6.

<sup>51</sup> Outro importante espaço em que fragmentos de suas trajetórias tornam-se publicamente disponíveis são as redes sociais, em especial o Facebook. Sobretudo entre os mais novos, é razoavelmente comum que em determinados momentos histórias por eles vividas sejam resgatadas e contadas. Um momento difícil pelo qual venham passando, uma importante conquista, o aniversário ou a morte de alguém próximo podem servir como ganchos para que falemos de alguma experiência pessoal, em geral analisando a relação entre o que viveram no episódio narrado e o momento atual.

muitos os autores que, no entanto, buscam fugir da ilusão de uma biografia construída através da narrativa contada por determinado(s) sujeito(s) e a partir de um tipo de roteiro de entrevista que contribui para uma visão mais linear e investida de causalidade do que processual e que permite múltiplas conexões e entradas. É possível citar Bourdieu (2002) como um dos que problematizou e sistematizou a crítica sobre o uso irrestrito da história de vida como reconstrução linear da biografia. Elias (1995), ao analisar a trajetória de Mozart, traz a fundamental análise de contexto ou das “estruturas sociais da época” para se compreender o que chama de “coerções inevitáveis” e a relação que os indivíduos estabelecem com elas. São, ainda, bastante comuns as análises biográficas ou de trajetórias em estudos sobre engajamento militante. Pudal (2009) chama a atenção para as análises biográficas nessa área estarem cada vez mais complexas tornando-se, na verdade, o encontro de muitas histórias: das origens sociais, de processos de socialização, do sistema escolar, dos investimentos, dos riscos e das etapas de uma carreira militante.

O sociólogo português José Machado Pais (2001), que estuda trajetórias juvenis, buscou em seu trabalho de pesquisa um instrumento teórico capaz de apreender as especificidades das trajetórias, sobretudo profissionais, dos(as) jovens. Para dar conta de relatos biográficos que se constituem em tempos de incerteza, risco e insegurança (e que são assim vivenciadas pelos(as) jovens pesquisados), Machado Pais lança mão da noção de “trajetórias yô-yô” evocando “as crescentes inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades” pelas quais os jovens sentem suas vidas marcadas. O autor propõe, nesse sentido, um conceito que permite pensar tais trajetórias de modo menos linear e mais aberto às descontinuidades contemporâneas no que se refere a muitos aspectos da vida juvenil (como deixar a casa dos pais, mas eventualmente retornar; abandonar estudos e voltar a estudar depois de algum tempo, ou ainda, a inconstância de trabalhos ou relações amorosas, por exemplo). Em suas palavras, “São esses movimentos oscilatórios e reversíveis que o recurso à metáfora do yô-yô ajuda a expressar” (PAIS, 2001, p. 69).

Trata-se, no entanto, de considerar que as referências do autor à instabilidade, à incerteza e ao risco concernentes à realidade de jovens portugueses de classes populares, ainda que de outras formas, para a realidade de jovens brasileiros(as) (mas não apenas deles), sobretudo de origem popular. Nesse sentido, é importante questionar de que maneira o que é descrito por Pais como “movimentos oscilatórios e reversíveis” pode ser encontrado em dinâmicas de construção de trajetórias de engajamento e militância, uma vez que elas devem ser pensadas e analisadas a partir das múltiplas inserções sociais do sujeito que podem

contribuir para seu(s) engajamento(s) e possíveis desengajamentos.

Constituir-se militante passa por engajar-se de diversas maneiras (organizando eventos, estando presente em reuniões, mobilizando pessoas para “ajudar” outras pessoas, estando disponível para discutir “questões sociais” etc) e ser reconhecido por isso. Mas também passa por fazer-se (re)conhecer. E fazer-se (re)conhecer significa, também, conferir, a partir da própria história, sentido ao próprio engajamento. Desse modo, as entrevistas que realizei com pessoas engajadas no Alemão fluíram, de modo geral, muito bem. Falar de si, de sua história e de suas experiências como militantes era algo a que parte das pessoas entrevistadas estava muito acostumada. A maioria delas também não estranhou o interesse que suas histórias despertavam.

No presente capítulo apresento a trajetória de cinco pessoas com engajamento militante moradoras do Complexo do Alemão e adjacências. A ênfase está em sua militância, na constituição de seus engajamentos, buscando apontar e analisar conexões com outras esferas da vida como investimentos escolares, vínculos de trabalho e opções profissionais e relações pessoais de diferentes natureza. O engajamento militante não é, assim, pensado em si mesmo ou como aspecto autônomo da vida. Ao contrário, as experiências de engajamento aparecem nas narrativas de meus interlocutores quase sempre articuladas a outras dimensões de suas vidas. Nesse sentido, a militância (ou o “ativismo” ou o “trabalho social” que realizam) produzem e são produzidos em outras muitas relações, tais como de vizinhança, parentesco, amizade, educacional, trabalho etc.

Em um amplo universo de entrevistas (foram realizadas ao todo 42), selecionei as cinco trajetórias em questão a partir do desenho da tese. Ou seja, acredito que tais trajetórias contribuam para compreender aspectos relevantes da relação entre projetos sociais, militância e a temática da juventude e da favela, mas também para pensar a relação entre comunicação, violência e militância. As trajetórias aqui tomadas foram agrupadas em dois conjuntos. No primeiro, apresento as trajetórias de duas pessoas adultas consideradas por muitos que fazem parte do movimento social local como “referências”. São pessoas as quais, em um sentido literal, muitas outras pessoas ligadas a movimentos sociais e instituições locais e externas se referem com frequência. Mas também são pessoas tidas por algumas pessoas dos movimentos locais como parâmetro de militância ou trabalho social. No segundo grupo, apresento as trajetórias de três pessoas consideradas, em diversos momentos e contextos, “jovens”. Duas delas participaram ativamente na organização do evento #OcupaAlemãoÀs9h, observado no primeiro capítulo. A terceira integrou o projeto analisado no terceiro capítulo e é participante

do coletivo que será objeto de análise no quinto capítulo da tese.

### **“Referências”**

Há um grupo de pessoas no Complexo do Alemão e de fora dele a que outras pessoas do universo da militância tratam como “referência”. Compreendi a relevância do termo pela primeira vez em 2012, quando entrevistava Diego Santos, um dos idealizadores e organizadores do #OcupaBorelÀs9h. Na conversa me referi à sua mãe, uma importante pessoa para as ações coletivas locais, como “liderança”. Ele me corrigiu. Falou que não gostavam de usar esse termo, que preferiam “referência”. A recusa ao termo “liderança” não foi explicada por Diego naquela ocasião. Na mesma entrevista ele usou o termo para falar de si como sinônimo de “militante” e “influência”. Ele mobilizou suas experiências de engajamento e trabalho como “agente comunitário” ou “articulador local” (assim como ao falar de sua mãe) para explicar essa posição de quem faz “costuras” no lugar e influencia trajetórias.

De lá pra cá notei que a palavra “liderança” era muito pouco usada entre as pessoas de meu universo de pesquisa, fosse no Alemão ou fora dele. Escutei o termo diversas vezes, no entanto, em reuniões envolvendo políticos locais ou de fora, autoridades governamentais e presidentes de associações de moradores. Percebi então que há uma marca semântica no uso de tais palavras que evidencia universos distintos de engajamento. Isso não quer dizer que não possa haver deslizamentos entre tais universos. Algumas pessoas transitam em ambos espaços e muitos dos interlocutores externos (sejam do mundo da política institucional ou partidária, sejam de outras instituições como ONGs, por exemplo) podem se referir a essas pessoas como “lideranças”. Não percebi, no entanto, essa utilização entre eles(as) internamente. O evitamento da utilização do termo pareceu associado a uma busca de demarcação de uma distinção com o universo das associações de moradores e da política partidária, distanciando-se de um possível lugar de representação política do lugar.

As duas pessoas que terão sua trajetória de engajamento militante brevemente apresentadas aqui são reconhecidas como “referências”. No sentido literal do termo, como dito anteriormente, são pessoas a que muitos outros tratam como tal dentro e fora do Alemão. São pessoas procuradas por pessoas de fora para entrar no lugar. São pessoas que transitam e estabelecem vínculos com pessoas, organizações e grupos de dentro e de fora. E são pessoas que outras pessoas engajadas – sobretudo aquelas e aqueles com menos tempo de engajamento – buscam para contar coisas, pedir conselhos e orientações.

Assim como outras que conheci do Complexo do Alemão, as duas trajetórias que aqui apresento são de pessoas que estiveram à frente de importantes organizações locais, com sedes próprias no momento na pesquisa. Tais locais eram então utilizados como espaços de encontros e reuniões também de outros grupos, coletivos ou articulações provisórias entre atores locais. Em diversos momentos, tanto um como outro tornavam-se a organização que criaram e onde atuavam. Alan e o Instituto Raízes em Movimento eram, muitas vezes, tratados como sinônimos. “Vou passar no Raízes” podia ser facilmente substituído por “Vou dar um pulo no Alan”. O mesmo acontecia em relação à Lúcia e sua instituição, o Educap – Espaço Democrático de União, Convivência, Aprendizagem e Prevenção. Muitos, sobretudo os mais novos, referiam-se a eles como “tio” e “tia”. A evocação de uma relação de parentesco nesse contexto evidencia um lugar moral no qual eles e outras pessoas eram colocadas, revelando um lugar específico no universo das ações coletivas locais. Aí estão colocadas relações geracionais (o fato de serem mais velhos do que as pessoas que os chamam assim), mas também a produção de uma relação de proximidade que condensa respeito e afeto.

### **Alan Brum**

Entrevistei Alan na sede do Instituto Raízes em Movimento, instituição local que ele ajudou a criar há mais de 10 anos. A entrevista foi realizada em três sessões. Alan gosta de conversar e tem muito a dizer. No total foram mais de seis horas de conversa. No momento das entrevistas (entre junho e julho de 2015), ele tinha 46 anos e vivia com a mãe, os dois filhos já adultos e o sobrinho em Olaria, em um apartamento alugado localizado em uma rua bem próxima a uma das favelas que integram o Complexo do Alemão. No período da pesquisa mais intensa na localidade, entre meados de 2014 e meados de 2015, Alan foi um de meus interlocutores mais constantes e presença recorrente nas atividades de que participei.

Nos conhecemos há muitos anos em uma rede de juventudes. No início dos anos 2000, quando o conhecia, havia no Rio de Janeiro e em outras cidades do Brasil, uma tentativa de criar formas de articulação entre movimentos sociais, comumente chamadas de “redes” naquele período. Meu trabalho no Ibase (também com a temática da juventude) me levou a ser uma das pessoas a criar e integrar uma dessas iniciativas na cidade. Naquele momento, ela era integrada, sobretudo, por técnicos de ONGs, como eu e Alan, que trabalhava em uma outra ONG, o Cieds – Centro Integrado de Estudos e programas de Desenvolvimento Sustentável, professores universitários que pesquisavam o tema e pessoas consideradas jovens ligadas a

um comitê de juventude do Fórum Social Mundial<sup>52</sup>. Nos aproximamos mais a partir de meu interesse em realizar trabalho de campo no Alemão. Tornamos-nos amigos.

Alan é uma pessoa que conhece muitas pessoas, tem muitos “contatos” e diz que procura “cultivá-los”: “as relações, as redes vão se constituindo, né, e eu sou uma pessoa que não abandona as redes; eu alimento, assim, dentro do possível, dentro das pernas que tenho (...)”. No tempo da pesquisa descobri que ele foi o responsável pela indicação de várias pessoas mais jovens para processos de seleção para trabalhos em ONGs de fora, assim como para realizar o vestibular social em uma universidade particular. Ele também era muito procurado por pessoas de dentro em variados momentos, mas também por pessoas de fora para se informarem sobre a situação no Alemão ou organizar reuniões ou atividades ali ou sobre o lugar. A rede de contatos de Alan abrangia desde donos de comercios locais, pessoas que passavam o dia bebendo no bar e militantes do Alemão até assessores parlamentares, técnicos e diretores de ONGs de fora, pesquisadores e professores universitários (posicionados diferentemente na hierarquia das instituições).

Todas essas características poderiam levar a pensar que Alan sempre morou no Alemão e que de lá nunca saiu. Mas sua história é um pouco diferente. Sua família foi para o Complexo vinda de Campos, município no interior do estado entre as décadas de 1950 e 1960. Sua avó e avô maternos já tinham parentes vivendo no Alemão e isso motivou a ida de outros membros da família para lá. Seus parentes tiveram (e ainda tinham no momento de minha pesquisa) variados comércios no local. Seus pais conheceram-se e casaram-se já no Alemão e a família de ambos possuía diversos vínculos de parentesco. Seu avó tinha uma “tendinha”, pequeno comércio que mantinha com a esposa, conciliando com outro trabalho (ligado à metalurgia, à indústria). Os tios também “ajudavam” e, na medida em que iam crescendo, ele e seus primos também: “Quando moleque, a gente também ajudava, entendeu?”. A ajuda a que se refere Alan ainda quando crianças era eventualmente trabalhar no comercio da família.

Seu pai foi motorista em diversos lugares e sua mãe “fez muito trabalho dentro de casa

---

<sup>52</sup> O Fórum Social Mundial (FSM) é um evento qualificado como “altermundialista” organizado por ONGs e movimentos sociais de vários continentes com o objetivo de criar alternativas para uma transformação social global. Sua primeira edição aconteceu em 2001 na cidade de Porto Alegre e reuniu entre 10 e 15 mil pessoas. Seu slogan, “Um outro mundo é possível”, buscava congregar causas variadas buscando articulá-las tendo em vista seu objetivo principal. O Ibase foi uma das organizações responsável pela criação e organização das primeiras edições do Fórum, em que tive a oportunidade de estar. O Acompanhamento Intercontinental da Juventude foi um modo criado por pessoas jovens participantes de diversos movimentos (partidários, feminista, ambiental, cultural, de comunicação etc) para possibilitar e ampliar sua participação. No processo de constituição do Acampamento foram formados comitês em diversas cidades a fim de mobilizar mais jovens para a participação no FSM. O número de participantes no FSM chegou a cerca de 120 mil pessoas em 2009.

e fora de casa”, como auxiliar de enfermagem, costureira, em padaria e “em casa de família” (quando a conheci um dos trabalhos de sua mãe era fazer a comida vendida no bar de uma das tias de Alan, no Alemão, onde frequentemente íamos tomar cerveja, comer e conversar). No final da década de 1970, seus pais inscreveram-se em um programa habitacional. Assim, foi possível comprar um apartamento com baixo financiamento, compraram em conjunto habitacional no centro de Nova Iguaçu, município da região metropolitana do Rio de Janeiro<sup>53</sup>. Com sete para oito anos, Alan deixa o Alemão para ir viver com os pais, as duas irmãs e um irmão em Nova Iguaçu. Conta que continuou indo ao Alemão com frequência já que os avós e outros parentes lá permanecem. Muitos finais de semana e as férias escolares eram passados lá, na casa dos avós, onde convivia com primos e outras crianças e adolescentes do lugar.

Além do que ele chama de “segunda infância” passada em Nova Iguaçu, uma situação de “dificuldade” faz com que ele acabe indo viver na Urca, bairro de classe média alta localizado na zona sul da cidade, no início da adolescência. Morou na casa de parentes de um parente onde a mãe trabalhava como faxineira e às vezes levava Alan. Tratava-se de um casal de pessoas cegas: “Só levava eu, não sei por quê. Não lembro (...) Aquelas coisas que bate, sabe, eu tinha uma relação afetiva com eles... (...) Ah, eu ia pra ajudar, é por isso. É porque eles precisavam de sair, fazer compras, comprar não sei o quê e eu guiava eles. Eu já guiava eles aqui, então, era um quebra galho pra sair com eles, estar guiando”. Ele tinha 12 anos.

Tanto no período vivido em Nova Iguaçu (para onde retorna após dois anos vivendo na Urca), como na zona sul do Rio de Janeiro, Alan estudou em escolas públicas, mas em sua narrativa destaca mais as relações e experiências vividas fora das escolas do que dentro delas. Aos 15 anos, decide retornar à casa dos pais. Não se tratou de nenhum problema de relacionamento com o casal com quem vivia ou seu filho (alguns anos mais velho que Alan), mas da necessidade de ajudar a família que continuava a passar por um período de “dificuldade”, com os pais desempregados. Quando retorna à casa dos pais já havia concluído o ensino fundamental:

No começo de 1984 eu volto pra Nova Iguaçu, volto a morar lá, não houve problema nenhum, eu podia continuar, mas aquela coisa, começa me dizer que, ou pelo menos querendo me ver como adulto, se ver como adulto, todo final de semana eu via a minha situação lá e via a situação das minhas irmãs,

---

<sup>53</sup> Nova Iguaçu é um dos municípios da Baixada Fluminense marcado por problemas sociais (incluindo a violência) e com grande histórico de ações coletivas. Em 2012, o IBGE contabilizou mais de 800 mil moradores, sendo o quarto município mais populoso do Rio de Janeiro.

da minha mãe, do meu pai e aquela coisa de uma auto-cobrança. 'Bom, eu que sou o homem da família, tenho que começar a fazer alguma coisa'. E aí eu largo tudo, largo tudo. Minha vida acho que ia ser outra, completamente diferente. Eu largo tudo e aí dou uma guinada, assim, na minha vida, completamente oposta (Entrevista com Alan Brum, 2015).

Na Urca ele diz viver uma vida sem dificuldades, estudava em uma boa escola pública do bairro, fazia capoeira, curso de inglês, saía à noite com amigos que fez no período. Retornando à casa de sua família a partir do que ele chama de “auto-cobrança”, Alan pára de estudar e consegue trabalho “com carteira assinada” como trocador de ônibus. Fica nesse emprego por cerca de dois anos. É nesse período (no trabalho) que conhece a mãe de seu primeiro filho que nasce quando ele ainda tinha 16 anos. Ela também era adolescente.

A trajetória profissional de Alan é bastante diversificada. Após o período como trocador de ônibus, emprego que deixou quando já tinha seu primeiro filho por acreditar “não levar a nada”, começou a pensar em retomar os estudos e foi trabalhar como ajudante de garçom. Depois de algum tempo, passou a ser garçom. Fez cursos na área e contou que sempre foi bom no que escolhia fazer. Depois do trabalho como garçom, trabalhou como promotor de vendas em supermercados. O que o levou a estudar marketing, chegando a fazer um técnico na área. Antes disso, no entanto, havia feito por um tempo um curso técnico em química, que não chegou a concluir. Suas inserções profissionais passam sempre, em sua narrativa, por tipos variados de investimento educacional.

Seu emprego seguinte foi em uma empresa de fotocópias por indicação de um cunhado. Depois disso, candidatou-se a um posto na mesma área e acabou trabalhando na gráfica da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi esse trabalho de copiar livros e revistas em áreas relacionados às Ciências Sociais que contribuiu para fazer vestibular para esse curso de graduação na Uerj, para onde foi aprovado e onde estudou por um longo período. Soube que Alan não havia concluído sua graduação mais recentemente. No momento de redação da tese ele havia conseguido ingressar na graduação em Ciências Sociais na Universidade Cândido Mendes e cursava o último período tendo como projeto tentar a seleção para o mestrado no mesmo ano.

Foi no período em que cursava a graduação em Ciências Sociais na Uerj (ingressou em 1997) que retornou ao Alemão. Esse retorno se deu através de uma oportunidade de trabalho da qual tomou conhecimento na universidade. Tratava-se de um projeto social voltado para educação de jovens e adultos realizado pela organização não governamental Viva Rio<sup>54</sup> e

<sup>54</sup> De acordo com seu site, o “Viva Rio é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1993, no Rio de Janeiro, que atua na formação de comunidades seguras e saudáveis em territórios vulneráveis. (...) Tem como

vinculado à Secretaria de Trabalho e Renda do Município do Rio de Janeiro. A iniciativa (Programa de Aumento de Escolaridade) pretendia ampliar a inserção no mercado de trabalho a partir do aumento de escolaridade de pessoas que moravam em favelas. A iniciativa era realizada a partir de vídeos através dos quais os alunos deveriam aprender as matérias. Foi a partir desse trabalho que Alan ingressou no universo das ONGs e dos projetos sociais. Inicialmente, sua função foi a de “orientador de aprendizagem” que ele descreveu nos seguintes termos:

A nossa função, na realidade, era colocar o vídeo pra rodar, teoricamente, botar o vídeo pra rodar, a gente se comprometesse da gente mesmo estudar a matéria e tirar dúvida depois que passasse ali, que os alunos... A aula tá tendo lá, aí, se eles tivessem dúvida, a gente ajudava. Teoricamente era esse o papel, mas na prática, tem hora que aquilo ali morria. Tem hora que o vídeo morria. Você se tornava professor, passava a dar aula, conversar, trazer o material (Entrevista Alan Brum, 2015).

Essa primeira experiência despertou em Alan a vontade de ensinar. Além disso, foi ali que começou a ser chamado por muitas pessoas do Alemão de “professor”, apelido usado para se referirem a ele também ao longo do meu trabalho de campo. Tal termo associa-se, no entanto, não apenas a um lugar específico na sala de aula (dos projetos sociais ou cursos), uma posição diferenciada em termos de um certo tipo de conhecimento, mas também vincula-se a uma posição moral atribuída a ele. Nesse caso, professor seria não apenas quem transmite um certo tipo de conhecimento teórico, mas também aquele que (para retomar a narrativa de Diego Santos no início deste capítulo) “influencia” trajetórias, “ajuda” em momentos de dificuldade (lembramos que algumas pessoas referem-se a ele também como “tio), orienta. Os termos definem um lugar de respeito e admiração, estabelecendo para Alan uma posição importante na hierarquia local.

A partir desse projeto foi chamado para outro na mesma instituição, dessa vez voltado especificamente para jovens. E, tendo em vista o reconhecimento de seu trabalho (chega a ganhar um prêmio porque a turma pela qual foi responsável teve o maior índice de aprovação), acaba tendo a oportunidade de escolher continuar no Viva Rio ou seguir o projeto, que passa a ser realizado por outra ONG, o Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (Cieds). Opta por ir para o Cieds. Essa decisão relaciona-se com o fato de querer continuar no Complexo do Alemão, onde já vinha trabalhando já que permanecer no Viva Rio significaria, naquele momento, ser realocado para outro lugar.

---

missão promover a saúde, a cultura de paz e viabilizar a inclusão social”. (<http://vivario.org.br/quem-somos-2/>)

É a partir da participação nesses dois projetos que Alan passou a narrar seu envolvimento com as questões sociais do Complexo do Alemão, construindo com seus alunos uma relação de engajamento. Conta, como primeiro exemplo desse gênero de experiência, sobre uma campanha de arrecadação de agasalhos que realizou em conjunto com os alunos e alunas de sua primeira turma. E, posteriormente, no outro projeto, a iniciativa de criarem uma espécie de cooperativa para fazer letreiros, faixas e similares com o objetivo de criar formas de “geração de renda” no lugar a partir do reconhecimento das potencialidades de seus alunos e uma demanda local. Ela funcionava no espaço físico de uma das associações de moradores do Complexo. No período em que trabalhou nos projetos já citados, ele conheceu alguns presidentes de associações de moradores, tendo aproximado-se de uns e criando uma certa distância em relação a outros. A escolha do local para o grupo relacionou-se ao fato de ser um lugar onde ele “dava aulas” devido aos projetos. O grupo durou “um tempo”, Alan não soube precisar quanto, e não chegou a se institucionalizar.

Em seu relato, é a partir daí que envolveu-se nas primeiras iniciativas relacionadas ao engajamento militante. Antes disso, perguntado, por exemplo, sobre pessoas da família envolvidas com algum tipo de ação coletiva local disse não ter conhecimento: “Então, em relação à associação com trabalho social, eu não tenho muita lembrança, até porque também eu fui me envolver com trabalho social a partir de 1997, 1998”. Na verdade, veio a descobrir já adulto algo relacionado a um parente mais distante que havia sido de uma das associações de moradores do Complexo. O mesmo vale para outras possíveis entradas para engajamentos variados como a religião (com a qual nunca teve proximidade), a vida escolar ou universitária. Na universidade aproximou-se de pessoas do Centro Acadêmico mas contou que aquilo nunca o “seduziu”. Um evento marcante, antes de seu envolvimento efetivo com a militância, lembrado por ele ao longo das entrevistas foi uma das mobilizações pelas eleições diretas no Brasil em 1984. Em suas palavras:

Eu não sei, mas na minha memória, o que vira a chave pra mim foi que eu saí, eu já estava morando em Nova Iguaçu, e daí ia começar a trabalhar, eu não lembro qual é a data específica, mas em 1984, e eu ainda estava meio que em Nova Iguaçu, meio em Urca, aí passei algumas semanas assim e, numa dessas idas e vindas, de ir pra Nova Iguaçu e voltar pra Urca, foi o dia do grande comício das Diretas Já, na Presidente Vargas (*uma das principais ruas do Centro do RJ*) e aquilo me fascinou de tal maneira, aquilo mexeu comigo. Aquilo mexeu. Eu passei a gostar de política a partir daquele instante, aquilo foi uma chave pra mim. Então, a partir daquele momento eu passei a ter discussão política. (...) Eu ia passar, fiquei ali, estava engarrafado e eu não conseguia passar. O ônibus não podia passar, eu tive que caminhar,

então eu fiquei ali, eu fiquei, e eu me lembro nitidamente de escutar Tancredo, Lula, Brizola, Montoro, Covas. Eu lembro deles naquele palanque e eu lembro daquele mar de gente tampando até a Central do Brasil. Da Candelária à Central do Brasil, sabe, era tampado, muita gente! Aquilo me marcou muito, me marcou muito (Entrevista com Alan Brum, 2015).

Essa aproximação a partir de um evento nacionalmente relevante é um marcador em sua memória para o gosto pela política, mas não para seu engajamento propriamente dito. Anos mais tarde, com o trabalho em ONGs, além da reaproximação com o Complexo do Alemão a partir de relações para além daquelas que já possuía (sobretudo de parentesco, amizade e vizinhança), Alan passou também a conhecer pessoas de outras organizações não governamentais, outros projetos sociais e pessoas engajadas no Alemão e em outras favelas do Rio de Janeiro. Estamos falando de meados da década de 1990 e início dos anos 2000, momento em que muitos projetos encontravam-se em andamento em diversas favelas e boa parte deles – fossem iniciativas diretamente geridas pelo governo ou realizadas por ONG – tinham como foco territorial central as favelas, particularmente seus jovens moradores<sup>55</sup>.

E foi com as pessoas que Alan conheceu nesses projetos que viria a fundar posteriormente o Instituto Raízes em Movimento. Criado em 2001, a instituição “surge a partir de um grupo formado por jovens e universitários moradores da área ou envolvidos em trabalhos sociais na região” e tem como “missão” a promoção do “desenvolvimento humano, social e cultural do Complexo do Alemão e demais comunidades por meio da participação de atores locais como protagonistas desses processos, tendo como foco o fortalecimento e ampliação do capital social dessas comunidades”<sup>56</sup>.

A organização, que no momento da pesquisa tinha mais de 10 anos, era então bastante reconhecida dentro e fora do Complexo do Alemão, trabalhando com iniciativas ligadas à comunicação, educação e direitos humanos. Como é o caso de outras instituições locais – e da trajetória de Alan – não há, para meus interlocutores, separação evidente entre os trabalhos ligados aos projetos sociais que passaram a conseguir a partir de sua formalização e as

<sup>55</sup> A partir do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), 1995-2002, e mais especificamente do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT, sobretudo no que se refere a iniciativas de capacitação profissional) e do Programa Comunidade Solidária (criado em 1995 e coordenado por sua esposa, a antropóloga Ruth Cardoso), que passou a incentivar o que chamavam de novas formas de parceria entre Estado e sociedade no combate à pobreza. Entre as iniciativas prioritárias apoiadas por eles estiveram as ações voltadas para jovens em situação de vulnerabilidade social. Desse modo, linhas de financiamento público de iniciativas voltadas para populações em áreas de baixo IDH foram criadas e ações formuladas e realizadas por ONGs e diretamente por governos locais. Notícias, pesquisas e formulações associando o jovem pobre à violência urbana, educação e trabalho precários, ociosidade, situações de risco envolvendo certas condutas sexuais contribuíram para justificar tais opções de financiamento e de ação.

<sup>56</sup> Informações disponíveis no site da instituição: <http://www.raizesemmovimento.org.br/institucional/>

iniciativas ligadas estritamente à militância (caso, por exemplo, da ação do Raízes relacionada à Chacina do PAN, Jogos Panamericanos, em 2007, que rendeu ao grupo a Medalha Chico Mendes, por exemplo, ou, mais recentemente, no final de 2013, o engajamento individual e institucional junto aos removidos devido às fortes chuvas que levaram ao desabamento (ou ameaça de) de várias casas em diversas áreas do Complexo)<sup>57</sup>.

Entre 2013 e 2015, período de meu trabalho de campo, o Raízes teve poucos financiamentos. A instituição saía de um projeto financiado pela Petrobrás por alguns anos e entrava em um longo período sem recursos que possibilitassem a realização de ações mais permanentes. Houve um projeto de audiovisual voltado para a formação de jovens com financiamento belga e apoios financeiros para atividades pontuais, como a realização do evento organizado anualmente, o Circulando – Diálogo e Comunicação na Favela, que ocupa uma das ruas principais de uma das favelas do Complexo com atividades culturais, debates e tendas de iniciativas locais. E, ainda, a tentativa de criação de um curso de informática na instituição através de parceria privada.

Como conseguiram, a partir da negociação de um grande financiamento que tiveram da Petrobrás, há alguns anos comprar uma sede, eles permanecem com o espaço e tornaram-se uma referência física para reuniões, encontros e mesmo espaço de trabalho para pessoas vinculadas à instituição ou não. No entanto, Alan e o outro coordenador do Raízes, David Amen, me contaram em diversos momentos que tinham que usar dinheiro próprio para a manutenção do lugar<sup>58</sup>.

A casa que abrigava o Raízes ficava na rua central de uma das favelas do Complexo, localizada ao lado de uma creche municipal, e tinha dois andares. No primeiro, ficava uma sala refrigerada (onde em geral acontecem as reuniões), uma pequena cozinha (com geladeira, cafeteira e pia) e dois banheiros, além de um hall de entrada. No segundo andar, havia um único grande espaço em que ficavam as mesas, cadeiras e computadores em que trabalhavam as pessoas que eram do Raízes (Alan, David, Ricardo, Renato, Marcos e Thiago).<sup>59</sup> Além disso, havia mesas com computadores para as aulas de informáticas, por vezes utilizadas por

<sup>57</sup> Em entrevista realizada em 2012 com outro dos criadores e coordenadores do Raízes em Movimento, o jornalista e grafiteiro David Amen, ele afirma que “Eu sou militante. (...) a minha ligação social, onde eu tenho liberdade pra falar, pra fazer o que eu avalio como um positivo, qualitativo para um desenvolvimento da minha comunidade é por meio do Raízes em Movimento”.

<sup>58</sup> Ao longo do meu último ano de campo, lançaram mão de outras estratégias a fim de buscar em sua rede de relações apoio para a manutenção básica do espaço como o envio de e-mail para pessoas próximas de outras instituições a fim de conseguir recursos para pagar determinadas despesas ou pedir aos pesquisadores que frequentavam os encontros mensais promovidos pela instituição que contribuíssem doando itens de limpeza, por exemplo.

<sup>59</sup> Para mais informações sobre os integrantes do Raízes em Movimento, ver Capítulo 6.

peças de coletivos locais que iam trabalhar ali<sup>60</sup>. A sala onde ocorreram a maior parte das reuniões de que participei, localizada no térreo, tinha refrigeração, assim como o espaço no segundo andar (essa, no entanto, nem vezes estava ligada ou funcionando). No segundo andar, também havia estantes e armários onde ficavam guardadas publicações variadas (do próprio Raízes, de outras organizações locais e de ONGs de fora, como a Fase). Nos dois andares havia diversos quadros nas paredes, boa parte deles pintadas por grafiteiros muito próximos ao Raízes, que fizeram parte da criação do grupo. No segundo andar havia, ainda, uma estreita escada em caracol levando a uma porta (em geral trancada) que dava para um terraço, a laje da casa, de onde se tem uma vista de algumas das favelas do Complexo. Esse espaço foi menos utilizado ao longo das atividades que acompanhei talvez por não ter parapeito. Ouvi de Alan e de David que pretendiam reformar e utilizar mais regularmente o local<sup>61</sup>.

Durante um longo período, oito anos, Alan trabalhou no Cieds e chegou a ser “coordenador de projetos”, escrevendo projetos, acompanhando e supervisionando o funcionamento dos mesmos, participando de reuniões e elaborando relatórios (o que também já vinha fazendo no Raízes na busca de financiamentos para a instituição). Mas em dado momento “pede para sair” da instituição: “Eu resolvi investir no Raízes. (...) eu, nas minhas militâncias, na minha forma de ver, minha forma de querer mudar as coisas (...) Então, eu falei assim: 'porra, se eu posso fazer aqui, (...) É, eu posso fazer no Raízes, eu não estou feliz aqui’”. Um dos seus objetivos, portanto, ao se desligar do Cieds era se dedicar mais ao Raízes. No entanto, acaba ficando pouco tempo sem outros trabalhos. Foi convidado em seguida a trabalhar no Observatório de Favelas<sup>62</sup>, organização sediada na Maré com quem já havia estabelecido relação anos antes<sup>63</sup> e lá ficou durante cerca de um ano no projeto Conexão de

<sup>60</sup> A ideia de “trabalho” nesse caso comporta não apenas o trabalho remunerado ou formalizado, mas também um amplo espectro de atividades de militância que inclui pesquisa na Internet, redação de textos e compartilhamento de informações nas redes sociais virtuais.

<sup>61</sup> No período final de meu trabalho de campo, o Raízes, em parceria com uma turma da faculdade de Arquitetura da UFRJ, reformou uma área em frente à casa, transformando-a em uma praça que passou a ser utilizada por eles e outros grupos em atividades públicas. Para a relação entre Raízes e as universidades, ver Capítulo 6.

<sup>62</sup> De acordo com informações disponíveis no site da instituição, o Observatório de Favelas “é uma organização da sociedade civil de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos. Buscamos afirmar uma agenda de Direitos à Cidade, fundamentada na ressignificação das favelas, também no âmbito das políticas públicas. Criado em 2001, o Observatório é desde 2003 uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Com sede na Maré, no Rio de Janeiro, sua atuação é nacional. Foi fundado por pesquisadores e profissionais oriundos de espaços populares, sendo composto atualmente por trabalhadores de diferentes espaços da cidade. Temos como missão a elaboração de conceitos, metodologias, projetos, programas e práticas que contribuam na formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para a superação das desigualdades sociais. Para serem efetivas, tais políticas têm de se pautar pela expansão dos direitos, por uma cidadania plena e pela garantia dos direitos nos espaços populares”. (<http://of.org.br/apresentacao/>)

<sup>63</sup> “A ideia era formar pessoas de diversas favelas e a lógica do Jaílson, quando ele me chamou lá, isso foi em

Saberes. Sua avaliação do trabalho foi positiva, em suas palavras: “Me alimentou bastante essa questão da relação de projeto social e a relação com a minha universidade, porque é um projeto do Observatório que se tornou política pública do MEC, né?”.

Entre os objetivos centrais do Conexão de Saberes estavam a maior “articulação” entre universidades e as comunidades populares, “com a devida troca de saberes, experiências e demandas” ; e “possibilitar que os jovens universitários de origem popular desenvolvam a capacidade de produção de conhecimentos científicos e ampliem sua capacidade de intervenção em seu território de origem, oferecendo apoio financeiro e metodológico para isso”.<sup>64</sup> Tratava-se de uma iniciativa em consonância com as trajetórias profissional, de militância e educacional de Alan, mas também com a trajetória do Raizes enquanto grupo (inicialmente formado por jovens e universitários) e instituição que, como será visto no Capítulo 6, passou a ter entre seus objetivos centrais a produção e troca de conhecimentos, da favela e acadêmico.

Ainda a partir do contato que fazia com organizações e pessoas envolvidas com movimentos sociais do Alemão, adjacências e outras favelas em iniciativas vinculadas ao Cieds, Alan passou a participar de reuniões e encontros puxadas por outras organizações locais (a mais citada por ele é o Verdejar, uma das ONGs mais antigas do lugar<sup>65</sup>) que buscavam articular grupos locais, instituições e pessoas a partir de temas comuns. Houve tentativas do gênero a partir das questões ambientais e da saúde e em torno da elaboração de um “plano de desenvolvimento local”. Em 2007, com o início do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em favelas, começou, segundo ele, um “burburinho” sobre a possibilidade da implantação do programa no Alemão, o que significaria uma série de investimentos através de obras e equipamentos públicos no local e mobilizando diferentes atores.

Foi nesse período que uma articulação de pessoas de organizações e iniciativas locais começou a buscar mais informações sobre o assunto na tentativa de incidir sobre o que seria

---

2003, lá no início, porque eu admirava no sentido de ter uma identidade, de ser da favela, ter chegado à universidade, poucas pessoas da família, pensar no desenvolvimento da comunidade, tinha essa identidade. Aí, a gente se encontrava em alguns lugares. Quando ele chega, quando ele começa a escola (*se refere à Escola Popular de Comunicação Crítica do Observatório de Favelas*), esse primeiro momento lá, a ideia dele era formar, mas sempre com articulação com instituições dessas outras favelas, que não era a Maré. A Maré, eles mesmos fariam esse papel, mas que outras instituições pudessem ser o lugar que iria absorver a galera que está sendo formada aqui e criar uma rede de comunicação crítica”.

<sup>64</sup> Trechos do site do Conexões de Saberes na página virtual do MEC: <http://portal.mec.gov.br/conexoes-de-saberes>

<sup>65</sup> De acordo com seu site, “Através da Agroecologia Urbana, Gestão Ambiental Comunitária e Cultura, desde de 1997 compartilhamos saberes e vivências com o objetivo de contribuir para a valorização, recuperação e preservação do Maciço da Serra da Misericórdia - Patrimônio Ambiental, último fragmento de Mata Atlântica da Zona do Rio de Janeiro”. (<http://www.verdejar.org/quem-somos>)

feito: “A gente estava vendo movimentações. Estava tendo movimentações no estado, com os presidentes de associação e a gente não ia ficar à mercê disso, tinha que incidir disso. (...) Aí, a gente começou a se reunir e começamos a construir uma proposta com a intenção de debater isso e o burburinho do PAC. O burburinho do PAC não tinha nada formalmente colocado”. As informações a que algumas pessoas que faziam parte dos movimentos sociais locais tiveram acesso ainda não haviam sido publicizadas. Aí demonstra-se a enorme importância de trocas informais de informação entre os militantes do lugar e as redes por eles mobilizadas e incluem contatos de dentro e de fora.

Alan conseguiu saber através de uma das pessoas que vinha participando das reuniões de articulação entre organizações locais (chamado de Comitê de Desenvolvimento Local) que haveria um encontro entre presidentes das associações de moradores e representantes do governo do estado. Alan resolveu então “invadir” a reunião: “(...) tinha contato com não sei quem da associação tal, ou tinha contato no poder público e, aí, alguém informava a alguém e chegava até a gente que ia ter reunião daqui a duas horas no gabinete do governador”. Ela era a pessoa que se deslocava até o gabinete do governador para participar de tais encontros, tendo sido questionado da primeira vez: “Eles só tentaram uma vez me tirar, falaram que: 'Essa reunião é só dos presidentes'. Eu falei: 'Não, fiquei sabendo que essa reunião é sobre o Complexo do Alemão, né? Então, eu dou aula lá desde 1997, tenho essa história, essa, essa e essa; alguém quer mais explicação? Porque eu acho que eu tenho que tá aqui”. A partir daí passou a ser presença constante nessas reuniões, colocando-se como espécie de interlocutor entre aquele plano de negociações e o grupo de pessoas e organizações que já vinham se reunindo. Foi a partir dessa inserção que ele foi convidado para coordenar a parte social do PAC no Alemão. No entanto, em vários momentos, como este, ele estabelece uma distinção: “(...) não era o Alan, o Alan tava ali, mas o Alan não era o Alan, porque eu alimentava aquilo na rede, né?”.

A ideia de “rede” aparece diversas vezes na entrevista de Alan e de diversos outros interlocutores com quem conversei. Por vezes, como no caso acima, ela se refere a uma busca de articulação de grupos e instituições no Alemão (caso do Comitê de Desenvolvimento Local ou do Juntos pelo Alemão). Seu papel seria de um certo nível de representação apesar de, no geral, esse lugar não ser acionado. Ou seja, ele está em outros espaços para “alimentar” uma certa rede de relações mesmo que isso não seja explicitado. Em outros momentos, a “rede” refere-se, no caso de Alan, a um espectro de relações ainda mais amplo, abordado

inicialmente, e no qual engloba seus “contatos”<sup>66</sup>.

Quando Alan contou sobre o contexto de busca por interferir no PAC apareceu explicitamente uma forte diferenciação entre o campo das associações de moradores e aquele formado por pessoas ligadas a outras instituições e ações coletivas do lugar. E esse não foi o único momento em que tal distinção fica evidente ao longo da entrevista. Foram muitas as suas referências às dificuldades de se trabalhar com as associações de moradores e seus representantes. Tais dificuldades são explicitadas quando perguntado se já havia pensado em se candidatar para alguma associação, por exemplo. Ele disse que sim, mas nunca “chegava a fazer movimento” por medo de que isso pudesse comprometer sua liberdade:

Da limitação por causa do tráfico, sabe, e, aí, isso fazia eu recuar, porque, talvez o medo era sempre... Não era o medo do tráfico, é o medo de eu entrar num circuito que não tivesse volta e que neutralizasse o meu trabalho. E eu tentei sempre pautar o trabalho de forma que eu nunca fosse neutralizado, tanto pra falar quanto pra agir, sabe? (Entrevista Alan Brum, 2015).

O lugar das associações de “poder local” compreende um papel de mediação estratégico entre atores que acumulam poder diferentemente posicionados, dentro e fora da favela, e o tráfico seria um deles. O “poder” da associação, portanto, se daria às custas da “neutralização” de certas possibilidades de ação a partir da configuração de sua relação com outros atores (como o tráfico), mas também representantes governamentais e de partidos políticos, por exemplo. A vinculação entre associações de moradores e políticos (vereadores, deputados) acusados por moradores militantes (ou não) de clientelismo e troca de favores com políticos que buscavam estabelecer sua base eleitoral no lugar foi uma constante.

Na narrativa de Alan, as associações veriam as outras organizações locais como uma ameaça a seu lugar de representação de mediação única no lugar<sup>67</sup>. E, por outro lado, elas são vistas por pessoas de fora como desempenhando um papel de mediação seja com uma

---

<sup>66</sup> Há uma terceira acepção do termo “rede” (bastante comum sobretudo entre os mais jovens) que se refere às redes sociais virtuais ou à Internet, mas este sentido não apareceu na entrevista com Alan.

<sup>67</sup> Como revela Bezerra (2004) em sua análise sobre a participação popular e representação política a partir do estudo de caso de um orçamento participativo, há nos membros das associações de moradores um “acúmulo de representatividade”. Ainda que as reuniões em que Alan impôs sua presença não fossem espaços abertos de participação, nelas também se colocava, assim como aponta o autor, a possibilidade de abrir a canais de comunicação com outros outros atores locais. Tal iniciativa poderia levar ao encaminhamento de outras demandas e reivindicações, explicitando os variados interesses existentes entre as pessoas que vivem no Complexo e as muitas possibilidades de constituição de formas de interlocução e mediação (coletivos, ONGs, grupos informais etc). Tal movimento por parte do grupo de pessoas no qual Alan se inseria naquele momento ameaçava, portanto, o lugar de representação única (ou ao menos legítima) das “comunidades” do Complexo do Alemão a partir das associações.

importante força política local (o tráfico), seja com representantes externos e internos de partidos políticos cujo interesse principal não seria o desenvolvimento da favela. A avaliação de Alan sobre a relação com as associações e o não reconhecimento das mesmas como espaço a ser politicamente disputado foi muito comum entre as pessoas que entrevistei. Poucas narraram experiências diretas dentro das associações. E, aquelas que o fizeram, as viam com desconfiança e cautela. O mesmo aconteceu nos momentos em que, na visão de Alan, foi preciso ampliar as articulações e tê-las como aliadas. Em suas palavras:

Eu fui muito criticado, e sou agora internamente entre os pares, sobre esse movimento de no Juntos<sup>68</sup> trazer as associações pra dentro, (es)tar dialogando o próximo. Pra mim, eu tenho uma leitura política disso que isso é fortalecedor e pode criar um outro campo de pressão política que não tem, mas os pares internos ficam só vendo passado, entendeu? O indivíduo ao invés de ver o cenário, me criticam. Falam assim: 'Pô, tu é maluco. Está falando com associação?' (Entrevista com Alan Brum, 2015).

Alan contou detalhadamente várias experiências pessoais e profissionais ao longo da entrevista. Relembrou lugares e pessoas e retomava caminhos para entender vínculos e situações que o haviam levado aquelas por ele narradas. O momento em que fala sobre o PAC e sua atuação como coordenador do “Canteiro Social do PAC” foi um desses. Sua tendência foi de contar suas experiências falando de conflitos e contradições que as constituem (fala mesmo de um lugar de sociólogo que o permitiria ver as coisas de um ângulo diferente ao contar sobre a relação com os presidentes de associações de moradores e as críticas que sofreu nas vezes em que buscou estabelecer uma articulação com esses outros atores do movimento social local). Mas sua narrativa também valoriza positivamente tais experiências.

No caso do PAC, contou sobre conflitos com as associações de moradores, mas também com o governo (esse último conflito acabou levando à sua saída do cargo). Conflitos esses que dizem respeito a modos distintos de perceber e realizar determinadas ações. Em primeiro lugar, o papel de mediação feito como coordenador do Canteiro Social tinha se esgotado. O lugar de avisar antecipadamente aos moradores sobre o que iria acontecer e fornecer informações sobre possibilidades de ação dos mesmos não podia mais, segundo ele ser desempenhado já que “Eu chegava no local a obra já tava acontecendo”. O conflito que

---

<sup>68</sup> Refere-se ao movimento Juntos pelo Alemão que bucou, em diferentes momentos, a partir de eventos específicos, mobilizar uma grande diversidade de atores que participam dos movimentos sociais no Complexo para atuarem conjuntamente. Alan era um dos principais articuladores dessa iniciativa que reunia coletivos, grupos e organizações locais, entre elas, as associações de moradores.

levou à sua saída relacionou-se, em sua perspectiva, com a conformação das relações institucionais ali em jogo:

Nós (*es*)tamos trabalhando para diminuir o impacto do morador, mas trabalhava pro governo e quem nos pagava era a empreiteira, que era absurdo, que isso não era pra ser assim, isso foi errado. (...) Então, assim, que moral que a gente tinha pra poder peitar empreiteira? Isso foi um erro, que depois eles desvincularam, depois que eu saí eles desvincularam, porque a gente fez denúncia, coisa tal, porque não tinha nada a ver. (...) Fizeram um trabalho, que eles tinham que ser tensionados mesmo pra poder caminhar, porque esse aqui queria correr com a obra, esse aqui queria ver a qualidade da obra e o morador sendo o menos impactado possível e atendido. Então, tem uma hora que isso aqui não pode ser um subordinado ao outro, se não a coisa não funciona. (...) Eu saí porque o processo de remoção, nada respeitava mais o social. Foi sendo atropelado, o processo foi sendo atropelado (...) (Entrevista com Alan Brum, 2015).

Uma vez que seu lugar de mediação nesse processo que mobilizava diferentes atores institucionais (o governo, a empreiteira, as associações de moradores, os moradores, outros grupos e organizações locais etc) foi sendo esvaziado de sentido, Alan deixou a iniciativa como emprego, atuando para denunciar o que, em sua visão, estava errado e deveria ser modificado (como a subordinação do coordenador do Canteiro Social – seu lugar – à empreiteira responsável pelas obras). Nesse momento, conseguem o financiamento da Petrobrás que viam pleiteando há anos. Esse foi o período em que ele, David e um grupo de pessoas pode dedicar-se integralmente às atividades do Raízes em Movimento de forma remunerada. Tratava-se de um projeto social (Aduando Raízes Locais) em que universitários da favela realizavam atividades em escolas públicas da região, faziam levantamento de bibliografia sobre o Complexo do Alemão, organizavam reuniões e atividades culturais variadas (cineclube, oficinas de grafite). O engajamento dessas pessoas passou a ser remunerado ainda que parte das atividades da militância não estivesse inserida nos parâmetros do projeto.

Quando iniciei meu trabalho de campo, este projeto financiado chegava ao final. A mobilização de pessoas cotidianamente em torno do Raízes reduziu-se, mas Alan e seus companheiros continuavam “correndo atrás de recursos”, voltaram a ter outros trabalhos remunerados e, frequentemente, parte de seus salários pagavam as despesas da sede e de atividades que seguiam realizando periodicamente (como o cineclube). Continuavam escrevendo projetos e “correndo atrás” de financiamentos

Os aspectos da trajetória de Alan aqui descritos, apontam algumas questões

significativas. A principal delas é o imbricamento entre engajamento militante e projetos sociais. Ao ser criador de uma instituição, formal e estatutariamente constituída como ONG, seu vínculo com ela não é apenas de trabalho (remunerado). Esse é o lugar que ele, David e um grupo de pessoas escolheu (e concebeu) para militar. O vínculo com o Raízes é antecedido (e construído) a partir do vínculo de amizade entre as pessoas do grupo que deu origem à instituição. Não à toa, ele e David, os únicos do grupo original que permanecem no Raízes, são vistos como encarnação do Raízes. Eles são o Raízes, dão vida ao espaço, estão lá quase todos os dias. A criação do Raízes está, no entanto, inscrita na trajetória de ambos (Alan e David) dentro de um contexto de trabalho remunerado em ONGs e projetos sociais que também solicitava dos dois certo engajamento a certas causas, como aquele ligado à juventude. É a partir desse lugar que Alan constitui uma parte de sua rede de relações, que se combina a outros capitais de relações (GAXIE, 2005)<sup>69</sup> construídos através de vínculos de parentesco, vizinhança, amizade e trabalho.

A trajetória de Alan também permite entrever a possibilidade de constituição de uma importante reputação para atuar como militante do Alemão, ainda que não tenha morado toda a sua vida no lugar. O fato de sua família estar lá há muito tempo, de possuir comercios na localidade (o que cria uma importante rede de relações locais), mas também seu trabalho (no sentido remunerado) em projetos sociais que atuam no lugar confere a ele esse lugar. Isto e outros atributos importantes, como foi visto no início, como a habilidade para cultivar seus contatos e a disponibilidade para ajudar e mediar relações diversas.

Alan também narrou diversas vezes sua busca para fazer convergir suas diferentes experiências profissionais e um investimento paralelo na educação (formal e através de cursos de capacitação). Ele aproxima militância, trabalho e estudos. Cursar faculdade de Ciências Sociais (tinha projeto de fazer sua monografia sobre o Alemão), fazer planos de cursar o mestrado e, concomitantemente, projetar para o Raízes o investimento no trabalho com a “produção de conhecimento” (assim como David o fazia no que se refere à comunicação, curso no qual era formado, e o grafite, ele é grafiteiro) revelam esse processo de convergência. A militância, desse modo, não está apartada de outras dimensões de sua vida. Ao contrário, através dela reforça outras escolhas. E as escolhas que faz no que se refere, por exemplo, à trajetória profissional e educacional passam a reforçar (na medida em que

---

<sup>69</sup> Ao analisar as retribuições da militância, Daniel Gaxie evoca a relação entre capitais acumulados na militância que podem ser convertidos em outras esferas da vida social, como a inserção no mercado de trabalho, em suas palavras: “L’expérience militante et le capital de relations constitué à cette occasion – généralement de façon non délibérée - peuvent faciliter l’insertion sur des marchés d’emplois” (GAXIE, 2005, p.163).

contribuem para construir) seu lugar como militante.

### **Lucia Cabral**

Lucia Cabral tinha 48 anos no momento da entrevista e coordenava o Educap - Espaço Democrático de União, Convivência, Aprendizagem e Prevenção. Morava então há cerca de três anos, com seu marido e os filhos, em um dos apartamentos de um dos condomínios construídos para realocação de moradores removidos com as obras do PAC. Seus pais vieram da Paraíba para o Alemão devido à seca e à falta de emprego. O avô já tinha vindo com seus tios e “mandou buscar” a mãe e o marido, seu pai. Ela tinha cerca de seis meses quando chegou com a mãe ao Rio de Janeiro, ao Alemão. Seu pai era pedreiro e veio trabalhar em uma construtora, mas já havia trabalhado na construção de Brasília. Seus pais fizeram apenas os primeiros anos do ensino fundamental quando ainda moravam no nordeste.

Sua mãe sempre foi dona de casa, mas fez outros trabalhos como venda de produtos de beleza e artesanato para “ajudar”. A maior parte de sua família continuava morando no Alemão. Ela tinha cinco irmãos e a família sempre teve forte vínculo com a igreja católica. Lucia contou que seu pai construía altares em igrejas, uma função que, segundo ela, não era dada a qualquer pessoa. A mãe participava do grupo de oração. Lucia aprendeu a ler dentro da igreja e foi catequista. Contou que seus pais “transmitiram para os filhos” a fé. Lucia atribuiu diversas características presentes em seus familiares ao fato de serem nordestinos, como a importância da família, a relação com a fé e com a igreja e mesmo o gosto da mãe por artesanato.

Seu pai possuía um lugar especial ao contar sua própria trajetória. Ele se envolvia com mutirões na favela: “Pra levantar a casa das pessoas, pra fazer encanação de esgoto. O Rodrigues (*refere-se a um conhecido*) é que tinha vários registros de fotos do meu pai, de quando chovia, ele ajudando as pessoas”. E se vê muito parecida com o pai que era “muito povo”. Ele era uma pessoa conhecida na favela do Complexo em que morava e em épocas de eleição, ele “se envolvia de cabo eleitoral”, mas não era de participar lá dentro. Era só de apoiar quem fosse fazer o certo”.

O “trabalho no território” teve início na vida de Lucia quando ainda tinha 12 anos e está relacionado ao seu vínculo com a paixão pelo pai pela profissão de professor. Disse que mesmo tendo passado por situações de violência na escola e com professores, seu pai e sua mãe sobre a importância da educação que viam como “porta de entrada para um mundo melhor”. Os parentes que vinham do nordeste ficavam em sua casa quando de lá chegavam

até organizarem a vida e arrumarem trabalho. Desse modo, Lucia ajudava escrevendo cartas para os que não sabiam escrever e ensinando os mais novos a ler: “E aí eu comecei a dar aula primeiro para as crianças que não sabiam ler. Aí depois começou a chegar adulto (...) Aí foi indo, foi indo, eu fui tomando gosto”.

Seu pai sempre a incentivou a estudar: “ele queria me ver formada”. Estudou da alfabetização até o último ano em uma mesma escola pública em Inhaúma, bairro vizinho ao Complexo do Alemão. Lá aprendeu muito com os professores, mas também sofreu muito preconceito por ser nordestina, sobretudo por seu sotaque. Nessa época (na antiga quarta série do 1º grau, atual quinto ano) ela foi se tornando uma pessoa calada e “os medos que viveu na escola” a levaram a desenvolver “um problema” e procurar um neurologista com quem se tratou por quatro anos. Ainda assim, diz que sempre foi uma boa aluna. Através de uma colega e grande amiga, conseguiu fazer o processo para pleitear uma bolsa em uma escola particular. O pai pagou seus estudos porque desejava que ela fosse professora e, quando se formou, já havia alfabetizado em sua casa muitas crianças.

O início da trajetória profissional de Lucia tem a ver com a dinâmica descrita anteriormente: ela passou a cobrar de quem pudesse pagar pelas aulas e também fazia artesanato. Ainda na adolescência, ela conciliava uma série de atividades sendo a filha mais velha: “E eu também trabalhava, ajudava a cuidar dos meus irmãos, fazia algumas coisas pra minha mãe, fazia trabalho de artesanato para vender, fazia unha pra fora, fui manicure, tudo isso”. Como filha mulher mais velha, Lucia possuía desde cedo uma série de atribuições diferenciadas que também associa-se ao modo como o pai a via (uma potencial professora). As aulas de alfabetização, combinavam-se aos outros trabalhos por ela evocados (muito comuns entre mulheres de classes populares) e à ajuda no cuidado dos irmãos mais novos. Aí, novamente a ideia de “ajuda” é evocada por ela e faz parte de uma expectativa social a partir do lugar que ocupa na hierarquia familiar.

Já cursando o normal (antigo curso de formação de professores no ensino médio), Lucia começou a trabalhar formalmente como professora. Foi nessa época que percebeu que “o mundo cá fora ainda era mais difícil para quem morava em favela, porque o meu endereço era na favela. E aí eu só consegui uma escola em Inhaúma que eu trabalhei também que para mim foi uma grande experiência com alfabetização.” Lucia, assim como outros entre meus interlocutores, faz referência ao preconceito devido ao endereço, ou seja, a não contratação de pessoas que vivem em favela por parte dos empregadores. O mundo “cá fora” não era o mesmo que ela vivia na favela onde sua inserção ligava-se a laços de vizinhança e parentesco,

onde era conhecida e reconhecida (a família participava da igreja, o pai atuava em mutirões comunitários e ela mesma dava aula para crianças que lá viviam). Fora da favela, morar lá poderia ser um marcador negativo, que restringia suas possibilidades em termos de inserção profissional (“eu só consegui uma escola em Inhauma”, ou seja, escola em bairro próximo a onde morava). Tal signo negativo associa-se, geralmente (e como será visto ao longo da tese) à violência, que marca a história do Complexo do Alemão e a narrativa de muitas das pessoas que lá vivem.

Nesse mesmo período ela se casou com o marido, que conheceu em um baile funk e com quem namorou por dois anos. Quando tinha 23 anos, no ano seguinte ao seu casamento, teve sua primeira filha. Deu aula por três anos em um colégio particular. Deixou o trabalho para “cuidar” da mãe, que havia sofrido um acidente (já que sua irmã estava doente e não poderia desempenhar essa função). Lucia teve três filhos e continuou trabalhando em casa onde montou uma escola, cobrando para alfabetizar crianças “porque era o sustento da casa”. Ela contava com a “ajuda” das irmãs e da mãe para cuidar de seus filhos enquanto ela trabalhava já que na época não havia creche: “era uma luta”.

A maternidade aparece em sua narrativa associada aos outros trabalhos que garantiam o que ela chama de “sustento da casa”. Além das experiências profissionais já citadas, Lucia também contou que trabalhou um período dando aulas de artesanato em uma das associações de moradores do Complexo. Depois disso trabalhou com outra pessoa, um ex-presidente de uma associação de moradores que fundou uma instituição (e no meu período de trabalho de campo já havia se tornado vereador) e convidou Lucia para trabalhar com crianças em um “projeto”. Nesse último conta ter ficado apenas três meses porque “a roubalheira era muito grande”.

Em 2000, Lucia trabalhava em uma creche no Morro dos Mineiros (um dos que faz parte do Complexo do Alemão) que ajudou a estruturar com um padre (tratava-se de uma creche ligada à Igreja Católica e à Prefeitura). Nesse mesmo período, tentou cursar faculdade de pedagogia, mas ficou por apenas seis meses. Sua entrada em uma universidade particular da região com bolsa se deu através de um político local que tinha entre suas principais estratégias “conseguir bolsas” para moradores<sup>70</sup>. Lucia conseguiu bolsa de 50% e, depois de brigar com o tal político, abandonou o curso. Tempos depois, ingressou em outra universidade

---

<sup>70</sup> Esse político local criou uma organização e no momento da pesquisa era vereador pelo PMDB. Ele foi citado em entrevistas e conversas informais, sendo visto por boa parte de meus interlocutores com muita desconfiança. Várias pessoas sentiram-se, por exemplo, enganadas por conseguirem a bolsa de estudos por seu intermédio e descobrirem-se depois endividados junto à instituição.

particular, no curso de Serviço Social (para o qual lhe foi oferecida uma bolsa). Tal convite esteve, em seus termos, relacionado à sua “história de militância”: “(...) eu fui apresentar o documentário *Elas da Favela*<sup>71</sup>... (...) E a coordenadora lá gostou tanto de mim que me ofereceu uma bolsa”. Ela prestou vestibular para a instituição, foi aprovada e recebeu bolsa integral, tendo como condição não tirar notas baixas ao longo do curso. Quando a entrevistei, Lucia já era formada.

O início de sua “história de militância”, que lhe rendeu sua bolsa de estudos, não tem um início preciso em sua narrativa. Lucia teve variadas inserções que podem ser percebidas como início da sua socialização política, o que passa pelo engajamento de seu pai, por sua atuação como alfabetizadora de crianças ou a construção de uma creche, por exemplo. A palavra “trabalho”, quando usada por ela e por outros de meus interlocutores, tem em seus usos uma grande abrangência, abarcando empregos formais (de “carteira assinada”) a ações voluntárias. Lucia enfatizou em alguns momentos seu engajamento através das palavras “militância”, que passa também pelo ingresso em partidos políticos e, inicialmente à determinados políticos. Esse foi o caso de Leonel Brizola:

Eu era muito militante do PDT por causa de Brizola. Por quê? Porque Brizola foi uma paixão muitos anos no Alemão (...) Ele foi a primeira pessoa que botou água potável no Alemão e a primeira pessoa que botou energia elétrica da Light no Alemão. Porque antes era a associação de moradores que recebia a água, repassava e você pagava todo mês (Entrevista com Lucia, 2015).

Esse “envolvimento” com o PDT aconteceu ainda na década de 1980 e passou também pela admiração à figura de Darcy Ribeiro e pelo debate sobre educação onde situou, naquele momento da vida, sua “militância”. Lucia contou ter acompanhado o “racha” do PDT. Ela foi, com pessoas que trabalhavam na região administrativa, para o PSDB e chegou a “trabalhar” na campanha do Marcelo Alencar e de Fernando Henrique Cardoso para presidente (fato que pontuou com a expressão “iludida, né?”). Esse trabalho demandava sua participação em reuniões à noite regularmente: “eu firme e forte, estava ali direto. Assim, era uma coisa! Eu me envolvi com várias coisas de política que eu já nem lembro mais”. Seu marido, no entanto, não participava (“ eu que sempre fui maluca mesmo”) e ficava com seus filhos para que ela

---

<sup>71</sup> Trata-se de documentário sobre a militância de algumas mulheres em favelas do Rio de Janeiro. É descrito na plataforma de vídeos Youtube com as seguintes palavras: ““Elas da Favela” é um documentário produzindo pelo Mandato Marcelo Freixo que retrata, do ponto de vista feminino, o que representa uma ocupação policial no cotidiano de uma favela”. Disponível no endereço tal

participasse. Disse que ele “não ligava”.

Lucia contou também que depois de sua ida do PDT para o PSDB não se filiou mais a nenhum partido, mas trabalhou com alguns políticos em algumas campanhas quando alguém precisava de “ajuda com alguma doença”. Lucia disse que durante um tempo encarou a política como “troca”. “Aí fiquei trabalhando. Depois eu desisti um pouco da política porque a política ela te entristece um pouco”. Ainda assim, fez questão de ressaltar que “sempre apoiei Lula, na (*eleição*) de Lula eu era Lula doente”. Quando falou de sua adesão à campanha do político do PT à presidência e seu apoio menos fervoroso à Dilma, lembrou de suas idas à Brasília.

Eu estive em Brasília, porque depois a militância vai aumentando, né? (*rindo*) Aí eu fui militar nas feministas. Mas eu vi que não dava para mim porque ia criar mais preconceito. Eu estive na implantação da Lei Maria da Penha em Brasília. Aí a gente fez aquela caminhada do hotel até a Esplanada (*dos Ministérios*) com aquela mulherada que veio de tudo quanto é lugar do Brasil. A Maria da Penha estava lá. E a gente invadiu a Esplanada. (*rindo*) Foi uma loucura! Com um monte de soldado atrás. Aí o vice-presidente recebeu a gente porque Lula não estava no Brasil, mas a gente queria falar com o Lula, mas foi uma invasão... Aí ele veio, recebeu todo mundo... A ministra que eu esqueci o nome dela, da política para as mulheres. (...) Aí ela recebeu a gente... Assim, foi uma experiência de outro mundo, porque a gente foi falar das políticas para a mulher, a questão da violência... Foi quando a primeira vez que... Eu já tinha entrando nessa briga, né? (Entrevista com Lucia Cabral, 2015).

A trajetória que a leva até Brasília merece, no entanto, ser recuperada. Sua aproximação com questões de gênero (e fica evidente no trecho acima que ela não se reconhecia no movimento feminista) vinculava-se a sua atuação com a temática da saúde e, posteriormente, direitos humanos. Quando a conheci, Lucia já era uma “referência” sobre saúde no Complexo do Alemão. Em seu relato, a aproximação e engajamento no tema esteve relacionado à sua família, particularmente a seu pai. Ele contraiu leptospirose e morreu vítima da doença. “(...) foi quando meu pai morreu de leptospirose em 1998. Ainda tinha ali a Comlurb grandona onde é a Vila Olímpica... (...) Ele caiu ali, tomou um tombo. E aí eu comecei a me envolver mais com a questão da saúde no território”. Sua trajetória e de sua família relacionam-se, em seu relato, às condições de vida no lugar e ao modo como determinadas questões são administradas por diferentes atores.

E aí foi o que me deu mais revolta, porque a gente não tem consciência dessas coisas, e sendo que a gente mora num lugar onde o lixo, os ratos,

barata, tudo de ruim acontece. E ele (*seu pai*) sempre foi um homem que, quando chovia, ele entrava nas enxurradas, era vala negra, entrava em esgoto pra desentupir. Era aquele homem que queria a favela... Não sabia como, fazia do jeito dele. E justamente ele morreu de uma doença que ele contraiu de uma queda aqui. Ele saiu para trabalhar, passa na Comlurb<sup>72</sup> um bueiro aberto, ele caiu... Ele estava de bota, mas ele arranhou a perna. Por arranhar foi pra corrente sanguínea, a água bateu com mijo do rato que veio no chorume, né? Da primeira chuva. Aí a gente começou a trabalhar em campanha. Aí em 2000 que eu conheci o pessoal do Cedaps<sup>73</sup>, através da Unicef, porque eles começaram a catar lideranças. Nisso eu já estava envolvida com um monte de coisas (Entrevista com Lucia Cabral, 2015).

Quando o Cedaps começou a “catar lideranças”, ou seja, identificá-las e mobilizá-las para determinadas ações e selecioná-las para trabalho remunerado, Lucia já “estava envolvida com um monte de coisas”. Esse momento foi posterior a sua inserção político-partidária e ao evento crítico (morte de seu pai) que ressituiu seu engajamento, iniciado através do tema da educação. As causas que motivaram seu engajamento foram muitas e revelam um modo específico de seu envolvimento. Em determinado momento ela contou que consciente de sua “independência e liberdade de expressão”, o mundo tornou-se imenso para ela: “E aí parece um mar que eu vou nadando e vou chegando em algum lugar. Aí você vai se envolvendo com várias temáticas, igual direitos humanos”.

Foi sua experiência pessoal a partir da morte do pai, aliada a experiências anteriores de engajamento social e político, que a leva a trabalhar com a temática da saúde. Lucia passou a ser reconhecida por outras organizações de fora (como Unicef e Cedaps) levando-a a ampliar sua rede de relações e ir “se envolvendo com várias temáticas”, entre elas os direitos humanos. Lucia passou a realizar campanhas de disseminação de informações sobre saúde, intensificando também sua participação em reuniões sobre questões locais, inclusive a violência e também com “político”. “E aí histórias e histórias e ainda é a época que os políticos acham que dar dez sacos de cimento e um monte de pedras pra fazer um pedaço da rua é a política. Que essa política aí acabou, né? Não existe mais. Do jeito que era antes, não. Hoje o morador do Alemão ele quer o direito dele e você vê que ele vai em busca”.

<sup>72</sup> Quando seu pai morreu, havia um entreposto da Comlurb (Companhia Municipal de Limpeza Urbana) no Complexo do Alemão, local para onde o lixo era levado e separado (que foi retirado anos depois após mobilização de pessoas envolvidas com o movimento social local, entre elas, Alan e Lucia).

<sup>73</sup> O Cedaps – Centro de Promoção da Saúde é uma organização não governamental criada em 1993. Possuía muitos projetos sociais nas áreas de saúde voltados para favelas e para mulheres, adolescentes e jovens. Também era responsável pela gestão e implementação de diversas políticas governamentais (municipais, estaduais e federais). No período evocado por Lucia, um de seus técnicos, Fransergio Goulart, era um dos principais articuladores do Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, mobilizando pessoas (sobretudo jovens) ligados a projetos sociais da instituição para participarem da iniciativa.

No Cedaps, Lucia trabalhou como “dinamizadora” do projeto social ligado ao governo federal, Agente Jovem. Em suas palavras: “foi um projeto que acabaram, mas desse projeto empoderou muito jovem”. Para esse trabalho ela contou ter sido “indicada”, mas não lembrava por quem, referiu-se a alguém do Cedaps, sem ter certeza. No entanto, a instituição era responsável pelo Agente Jovem a que Lucia esteve vinculada. A sua leitura sobre o projeto articula-se a uma visão mais geral a respeito das políticas públicas e seus ciclos: “Cada política que entra são quatro anos de total... Se você tiver que aproveitar, aproveite esses quatro anos, porque os anos seguintes não existe mais a política, eles não dão sequência e a gente lutou muito antes de acabar pra isso tornar uma política pública voltada à juventude e adolescência...”. Nesse momento aparece pela primeira vez sua atuação com esse público específico, com o qual ela continuava trabalhando quando realizei minha pesquisa.

A aproximação de Lucia com a instituição contribuiu para reinscrever a relação que já possuía como educadora que passou a voltar-se também para adolescentes e jovens. De acordo com seu relato, após o término do Agente Jovem, a instituição criou o Clube de Adolescentes, do qual Rene Silva e outras pessoas que eu também conhecia através do Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro haviam participado. “E aí começa todo esse diálogo com a juventude e aí tinha um pólo aqui no Alemão, de adolescente; tinha pólo no Morro do Adeus”<sup>74</sup>. Os jovens envolvidos teriam trazido “muitas informação” para o lugar: “O Clube de Adolescente ele surge para empoderar os jovens de várias informações, inclusive discussão política. (...) E aí, esses adolescentes, a gente se movimentava, eu participava, ajudava nas ações deles”. Pelo Cedaps, Lucia também participou de outras iniciativas como a Rede de Comunidades Saudáveis, e que, segundo ela, remetiam a uma associação entre “promoção da saúde” e “direitos”.

Foi a partir dessas experiências vinculadas ao Cedaps que Lucia evocou a “juventude”, comparando-a a uma juventude “de antes” (que ela diz que era “mole”, “só queria saber de farra”). A atuação de Rene Silva, criador do Voz da Comunidade, foi mobilizada ao falar sobre o assunto como um marco de uma juventude que passa a se engajar, a se preocupar com os problemas da comunidade e a fazer alguma coisa: “E essa história começou muito a partir do Rene, você sabia? (...) A partir do Rene a gente começa a ver que a juventude vai se

---

<sup>74</sup> O Morro do Adeus é uma das favelas que fazem parte do Complexo do Alemão onde mora Rene Silva, por exemplo. No entanto, é uma favela *sui generis* do ponto de vista local. Durante muitos anos foi a única a ser área de domínio de um comando do tráfico diferente do restante de favelas do Complexo o que a faz ser tratada, até hoje, como uma região com outro *status* em relação às demais. Alguns não se referem a ele como parte do Complexo, outros tem sentimentos conflitantes com relação a ele. Para as pessoas “de fora” que não frequentam assiduamente o lugar isso não é perceptível.

espelhando”. Na percepção de Lucia Rene seria um “espelho”, uma referência para outros jovens do lugar: “o Rene era muito pequenininho, mas o primeiro jornal dele foi tão importante que eu sempre usava o Rene com as crianças pra mostrar o que era importante”. Rene iniciou seu jornal comunitário ainda criança, dentro da escola, com a ajuda de parentes, amigos e professores. Passou a ser, a partir do uso das redes sociais virtuais no momento que antecedeu a “pacificação” no Alemão, uma pessoa bastante conhecida dentro e fora do lugar<sup>75</sup>.

Ao longo da entrevista, Lucia foi se lembrando de suas muitas entradas nas militâncias: na questão das pessoas vivendo com DST/Aids, nas mulheres, nos direitos humanos. Em sua narrativa, esses engajamentos foram efetivados a partir da participação em eventos, a partir de determinadas viagens paradigmáticas (como aquela à Brasília descrita anteriormente), mas também a partir do “conhecimento” de certas pessoas, instituições e da participação em cursos. Seu engajamento militante esteve, em seu relato, imbricado com todas as esferas de sua vida: o trabalho, os estudos, suas amizades e sua família. Foi um curso que “ainda me botou mais dentro de direitos humanos, dos debates” ou um evento crítico (como o assassinato de 19 jovens pela polícia no Alemão que ficou conhecido como Chacina do PAN, em 2007): “quando morreram aqueles 19 jovens aqui do Alemão, aí que eu militei mesmo, aí que eu fui com o pessoal da Anistia Internacional (*acredito que aqui ela possa ter se confundido com a Justiça Global*), aí o Marcelo (*Freixo*) fez o documentário<sup>76</sup>”.

A dinâmica que culminou com a criação da instituição criada e dirigida por Lucia no momento da pesquisa (o Educap) é elaborada por ela da seguinte maneira:

Porque eu começo o trabalho com a juventude dentro da minha casa, se torna um espaço muito pequeno, mas eu não tinha coragem de... (...) Eram encontros, ações em territórios, distribuição de preservativos... A gente sempre distribuiu, eu, sempre distribuí preservativo para esses jovens do tráfico, que aí eu trabalhava... Se reunia na porta da minha casa pra falar sobre a doença para evitar. E no baile funk, que eu trabalhei muito tempo distribuindo camisinha (Entrevista com Lucia Cabral, 2015).

A distribuição não era uma iniciativa apenas de Lucia. Tal empreitada era levada a cabo com auxílio de alguns adolescentes e de Renata Trajano (uma das criadoras e participantes do Papo Reto, que será apresentada no Capítulo 5), que Lucia disse ter “levado para o Cedaps”. Ela conta que nesse momento tinha dúvidas se deveria ou não “montar uma ONG”.

<sup>75</sup> A trajetória de Rene Silva e do Voz das Comunidades será apresentada no Capítulo 4.

<sup>76</sup> Refere-se ao documentário “Elas da Favela”, citado anteriormente, e do qual Lucia foi uma das protagonistas.

Aí foi aonde eu falei: 'Eu vou criar coragem, vou fundar uma ong'. Só que pra fundar uma ong é muito trabalhoso, né? Aí eu fui, aluguei um espaço, começou, eu me envolvi. Só que as pessoas não têm o mesmo desejo que eu tenho da ação social. Mesmo eu trabalhando eu enfrentava, fazia tudo. E as pessoas querem ganhar dinheiro e a minha meta não era ganhar dinheiro com a ong. Era desenvolver um espaço pra abrigar as crianças como eu sempre quis com a educação buscando projetos e abrigar a juventude pra eles terem um espaço para dialogar. Essa era a intenção. (...) Aí começou a minha luta para buscar projetos, patrocínios, várias pessoas estiveram lá (Entrevista com Lucia Cabral, 2015).

A “luta” é uma categoria central na narrativa de Lucia. Ela apareceu como esforço associado a épocas difíceis de sua vida pessoal, como a doença da mãe e da irmã, a “luta” do irmão com a esposa doente ou a sua “luta” para criar os filhos com a “ajuda” das irmãs e da mãe ao mesmo tempo em que trabalhava fora. Mas também a sua “luta” para fazer a ong criada funcionar, que se traduziu na “busca” daquilo que poderia tornar a organização concreta e viável: “projetos” e “patrocínios”. A ida de muitas pessoas até a primeira sede da organização é um aspecto dessa busca que, no entanto, não se mostrou tão promissora quanto ela esperava e que se traduziu na ideia de que “todo mundo me prometeu, ninguém ajudou”.

Há, em seu relato, duas dimensões relacionadas a expectativas geradas com a criação de uma ONG. A primeira diz respeito à sua expectativa de que fosse ajudada com mais facilidade do que aconteceu. E a segunda, com o fato de que algumas pessoas acreditavam que estar em uma ong seria sinônimo de conseguir mais dinheiro: “Que as pessoas participavam, mas elas pensavam que participando de uma diretoria de uma ong iam rios de dinheiro”. A “luta” aí passa também por assumir, com algumas poucas pessoas, o ônus da criação de uma nova instituição com poucos ou nenhum recurso. Ter que trabalhar em outros lugares e, ao retornar pra casa, continuar trabalhando para a organização que criou sem remuneração: “eu saía do meu emprego mais cedo pra poder cuidar das coisas do Educap”. Ou seja, ela fundou a organização a partir de uma lógica já praticada por ela, a da “ajuda”, do auxílio a quem não pode fazer pagando, como ela já fazia quando ensinava gratuitamente crianças a ler, ao passo que outras pessoas associavam a criação de uma ONG a uma certa retribuição financeira, a um trabalho remunerado, que, de acordo com seu relato, não se confirmou. Ela passou a ter que continuar “trabalhando para poder cuidar das coisas do Educap” mantendo seu “emprego”, que garante, como disse em outros momentos seu sustento e também da instituição que criou.

No período em que se mobiliza para criar Educap, com Renata Trajano e um pequeno

grupo de pessoas, além do vínculo com o Cedaps, Lucia trabalhava no Sistema Nacional de Emprego, como “gerente” na favela do Jacaré: “porque eu tinha que trabalhar de carteira assinada”. Ficou nesse emprego por cerca de três anos até receber um convite do Viva Rio para trabalhar com saúde no Alemão.

Como “funcionária” da ONG Viva Rio, tinha a função de “articuladora local” que descreve da seguinte maneira: “Na verdade, eu fico no território, eu vou pra lá e é articulações. (...) eles me chamaram por conta dessa situação de articulação, mediação territorial. Então é assim: eu monitoro as unidades de saúde, com a questão da violência, questão de articular no território, reunião, conselho de saúde, essas coisas todas”. Sua função está associada ao fato do Viva Rio ser a instituição que fazia a gestão da saúde para a prefeitura em uma parte da cidade, coordenando “unidades de saúde” em diversos bairros e favelas. De acordo com Lucia, a instituição foi escolhida para o trabalho porque “sempre teve expertise com a favela”. O trabalho de Lucia como “articuladora do local” apareceu, em seu relato, como uma forma de “não morrer de fome” porque no Educap ela disse que não entrava “nem um real na sua casa” e que, ao contrário, era preciso muitas vezes colocar o seu dinheiro na instituição.

Os contatos que Lucia fez em experiências anteriores de trabalho e engajamento militante são convertidos em capital de relações (GAXIE, 2005) para o recém-criado Educap. O mesmo aconteceu no que se referiu a ser indicada para determinados trabalhos remunerados e para a participação em cursos e eventos. A pessoa que auxiliou o processo de “regularização” do Educap, por exemplo, Lucia conheceu em um evento, apresentada por pessoas de outras instituições que já conhecia. Ali criou-se um vínculo que ela qualifica como “coisa de paixão, de amizade, que criou um elo de amizade entre a gente que vai muito além do que essa coisa do interesse”. Esses vínculos podem produzir, como o caso por ela narrado, relações de “ajuda”, ou seja, de engajamento não remunerado. Foi essa pessoa que auxiliou Lucia na criação jurídica da organização.

Um importante marco na narrativa de Lucia para o início da trajetória do Educap foi a ida de representantes da Embaixada Britânica ao Alemão e a visita do Príncipe Henry<sup>77</sup>. A partir desse evento, que incluiu a sede do Educap entre os locais visitados, a instituição consegue recursos para “patrocinar” suas atividades por um ano: “Depois a Embaixada tira o patrocínio (...) e aí eu fiquei sem patrocínio nenhum”. A organização também recebeu apoio

---

<sup>77</sup> Esse evento apareceu também em outras entrevistas no caso de pessoas que de alguma forma foram envolvidas pela organização dessa visita ao Alemão.

financeiro de uma marca de sorvetes tendo como intermediária uma grande ONG com histórico de trabalho em favelas, mas não especificamente no Alemão. Segundo ela, essa organização teria usado o nome e a história dela e da organização, mas ficaram com a maior parte dos recursos.

Lucia contou que a organização que criou é a sua cara: “Eu quero abraçar o mundo com as mãos, tem hora, eu tenho que me policiar”. Ou seja, havia uma diversidade de iniciativas que integram aquelas oferecidas pela organização como reforço escolar, aulas de inglês e informática, mas também projetos sociais ligados à saúde e voltados para adolescentes e jovens. E, mais recentemente, um centro de referência em direitos humanos vinculado à Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Essa última iniciativa resultou de uma visita de uma pessoa a partir de um curso, que sugeriu que Lucia participasse de um edital: “(...) surgiu uma oportunidade de escrever um projeto de um edital que ninguém do Rio de inscreveu, estava na última semana. (...) Aí a gente escreve o projeto e manda pra Brasília no último dia”. Essa mesma pessoa ajudou naquilo que ela não tinha possibilidade de conseguir (como uma instituição “proponente” oficial com certas características que sua organização ainda não possuía). Em sua fala sobre a justificativa da pessoa para ajudá-la estava o fato de ter se espantado com o trabalho ali desenvolvido sem recursos financeiros: “porque não era possível uma pessoa trabalhar gratuitamente”.

Desse modo foi criado o Centro de Referência dos Direitos Humanos Caio Moraes da Silva (2015). O Centro foi batizado em homenagem ao mototaxista Caio Moraes da Silva, assassinado pela polícia em uma manifestação realizada no Complexo do Alemão em 2014: “... eu conheci ele, sabia da história dele e da covardia que foi feita com ele, que ele foi assassinado, a polícia matou ele e aí eu comecei a ter essa intimidade. No mesmo dia que ele morreu, eu mandei um vídeo logo pra Marielle (*Franco*) e já fiz a denúncia pra Alerj, lá pro Marcelo Freixo”. Lucia fazia parte de um grupo de pessoas no Alemão que realizava a mediação com instâncias externas como a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) da qual, naquele momento, Marcelo Freixo (do PSOL) era presidente e Marielle Franco atuava como sua assessora parlamentar, sendo um importante contato entre meus interlocutores, sobretudo no que se referia a episódios de violência. Marielle era uma das pessoas para quem ligavam nesses momentos<sup>78</sup>.

Lucia se dizia “ressentida” ao falar das críticas que sofria no tocante ao Centro de

---

<sup>78</sup> Em 2016, ela foi eleita vereadora pelo PSOL. Socióloga, formada pela PUC-Rio e mestra em Administração Pública pela UFF, ela trabalhou em ONGs e coordenava a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj no período de meu trabalho de campo.

Direitos Humanos que funcionava em sua instituição, referindo-se sobretudo àquelas críticas que partiam de pessoas que participavam de outras ações coletivas locais e que eram publicamente expostas nas redes sociais virtuais ou em reuniões.

Eles não sabem o trabalho que a gente tem de violação de direito, a gente não pode expor. Tem casos ali de violência doméstica, de ameaça de morte, só que as pessoas não entendem o nosso trabalho, também não devo nada a eles. E aí, eu tirei esse povo todo do meu Facebook. (...) Tá detonando, eu mandei umas verdades e tirei, porque eles acham... Uma coisa que eu acho errado nisso, que o movimento é pra somar e não subtrair e eles vão pra linha de frente bater, achando que a gente tem que ir lá quebrar a UPP, que a gente tem que bater de frente com polícia. Não construímos um mundo melhor com a mesma violência (Entrevista com Lucia Cabral, 2015).

As observações de Lucia revelam percepções distintas sobre a realidade que vivem e com quem devem lidar e também estratégias percebidas como mais acertadas para enfrentá-la. A ampla questão da “violação de direitos”<sup>79</sup>, por exemplo, é pauta central de muitos dos grupos com que tive contato. Há, no entanto, diferentes modos de percebê-la e tratá-la. A escolhida por Lucia e sua instituição passava por uma série de procedimentos que conectavam o seu trabalho à Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Outros grupos faziam denúncias públicas pelas redes sociais virtuais, encaminhavam denúncias à Comissão de Direitos Humanos da Alerj, como foi dito, acionando contatos estabelecidos com deputados estaduais e seus(suas) assessores. Havia ainda a divulgação de casos de “violação” com imagens (fotografias) que conferiam maior legitimidade à denúncia (tratadas como provas), o contato com a imprensa, a assistência direta de pessoas e familiares e a ajuda para que tivessem seus casos encaminhados, além da organização de reuniões para tratar do assunto e de manifestações.<sup>80</sup> Ou seja, havia um certo repertório de ações sendo posto em prática para lidar com a questão. A estratégia utilizada por Lucia e sua instituição fazia parte dele. Mas havia também diferentes compreensões e disputas que por vezes chegam a público levando ao que era percebido por Lucia como uma forma de “subtrair” ao invés de “somar” o movimento do qual ela (e sua organização) reconhecia-se como parte.

<sup>79</sup> De acordo com Vianna (2013), “A linguagem dos direitos humanos desempenha, desse modo, papel fundamental na produção de formas legítimas de acusação e questionamento das definições ou do exercício de autoridades em diversos níveis. O trabalho de transformação de certos danos em “violações de direitos humanos” é feito por meio do exercício de competências específicas em relação a essa linguagem e à sua operacionalização” (p. 30).

<sup>80</sup> Ao ser perguntada sobre a participação em manifestações públicas, Lucia disse que só participava das “pacíficas”. Ao longo do meu trabalho de campo, encontrei com ela em algumas caminhadas e manifestações públicas organizadas a partir de morte de moradores pela polícia por outras ações coletivas locais.

Na entrevista com Lucia, suas referências à “militância” e mesmo a utilização desse termo apareceram com frequência sem terem sido por mim diretamente levantadas. Como foi dito, ao falar de sua vida pessoal e familiar, ao lembrar de um acontecimento no Complexo do Alemão, de determinado trabalho ou de sua trajetória educacional, Lucia fazia a conexão com seu “envolvimento” com alguma causa (educação, saúde, direitos humanos, juventude). E o oposto também foi verdadeiro. Ao falar de outras dimensões da vida ela pegava um “fio da história” e percorria outros caminhos que a levavam a outras lembranças relacionadas à mesma época ou à determinada pessoa, instituição, situação ou lugar. Em suas palavras “eu embolo um pouco a história, mas é quando vem na memória”. Essa tentativa de justificar sua narrativa não linear revela o quanto essas dimensões de sua experiência estão, para ela, entremeadas de sentidos e relevos justamente por não serem apartadas do afeto, de seu cotidiano, de sua família e do lugar em que vive e atua prioritariamente, o Alemão.

### **“Jovens”**

Em um restaurante, era possível ver oito pessoas sentadas ao redor da mesa. Todas olhavam para a câmera. Na mesa, uma pizza, muitos copos, latas de cerveja e garrafas de refrigerantes. Quase todos estampavam sorrisos nos rostos. Quase todas as pessoas ali presentes, na casa dos 20 anos, poderiam ser considerados jovens. A foto em questão foi compartilhada na rede virtual Facebook por alguns(mas) dos(as) que aparecem na imagem. Em sua legenda fazem menção ao evento que estão organizando: o #OcupaAlemãoÀs9h. Eles fazem parte de um grupo de pessoas que participavam então de ações coletivas no Complexo do Alemão. Todos(as) os(as) que consigo identificar na imagem inicialmente estavam (ou haviam estado) vinculados de diferentes maneiras a organizações do Alemão ou externas, projetos sociais e/ou movimentos sociais locais. O universo do qual faziam parte era também formado pelo Raízes em Movimento, de Alan e pelo Educap, de Lucia. Tratavam-se de pessoas que, em sua maioria, passaram a se engajar mais constantemente em atividades relacionadas a projetos sociais e ações coletivos locais após a “ocupação” que antecedeu a “pacificação” do Complexo do Alemão.

Aquele momento registrado como imagem e compartilhado através de redes sociais virtuais retrata não apenas um momento individual na vida de cada um(a) deles(as), mas um momento das ações coletivas locais. A organização do #OcupaAlemãoÀs9h pode ser compreendida como um marco em algumas trajetórias individuais, mas também na reconfiguração dos movimentos locais e na incorporação de novas vozes, mas também de

certos debates, como aquele que diz respeito à representação (dos jovens moradores de favela) e ao questionamento de vinculações institucionais naquele contexto (como foi visto no capítulo anterior).

As trajetórias apresentadas a seguir fazem parte dessa dinâmica. Apenas dois dos que estavam sentados àquela mesa têm suas trajetórias apresentadas a seguir (Thamyra e Maycom). E isso não tem a ver com sua importância na dinâmica dos movimentos locais, mas com escolhas que buscam contribuir para pensar as questões centrais da tese. Algumas das pessoas da foto acima descrita serão apresentadas em outros momentos do trabalho ou do texto. E, além desse pequeno grupo, há muitas outras pessoas (uma parte delas entrevistada por mim) que poderiam ter sido escolhidas para integrar essa seção.

As trajetórias aqui escolhidas, como foi dito, permitem a análise de discussões centrais acerca dos processos de engajamento militante, formas de organização dos movimentos sociais, repertórios de militância, a relação entre militância e projetos sociais/ ONGs e a forma como são mobilizadas as categorias “juventude/ jovem” e “favela” nesse contexto. Não se pretendeu aqui, portanto, esgotar as possibilidades de problematização, mas eleger algumas capazes de sintetizar, de diferentes maneiras, o máximo de aspectos sociológicos aqui priorizados.

### **Thamyra Thâmara**

Thamyra é jornalista e tinha 25 anos, em 2012, quando a entrevistei. Morava sozinha em uma das favelas do Complexo do Alemão há cerca de três anos e foi uma das criadoras de um dos coletivos locais, aquele que se formou após o evento #OcupaAlemãoàs9h. Conheci Thamyra na Universidade Federal Fluminense, em um evento organizado por uma organização não governamental de Niterói que trabalhava com projetos sociais relacionados à comunicação e voltados para jovens. Ela estava na mesa, ao lado de uma professora da universidade e uma das diretoras da ONG que organizava a atividade, ambas bem mais velhas do que ela. Ela estava ali para falar sobre seu blog na época, o (In)Visíveis, onde postava fotos e textos poéticos sobre pessoas comuns. Havia sido convidada para estar ali por uma moça que trabalhava há muitos anos nessa ONG (e que eu conhecia por sua participação no FJRJ) e era colega de Thamyra na ESPOCC – Escola Popular de Comunicação Crítica do Observatório de Favelas.

Naquele momento, eu ainda trabalhava no Ibase e fazia uma pesquisa sobre o uso das novas tecnologias para reivindicação de direitos entre jovens moradores de favelas. Saí do

evento com o contato de Thamyra e um tempo depois a entrevistei para aquela pesquisa. De lá pra cá, nos tornamos amigas. Ela foi uma de minhas principais interlocutoras durante o trabalho de campo, me recebeu em sua casa inúmeras vezes e tive a oportunidade de acompanhar de perto sua trajetória acadêmica. Concluiu o mestrado no Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidade (PPCULT) da UFF em 2014 e tentava ingressar no doutorado em comunicação, estudando justamente temas relacionados aos usos da Internet e das novas tecnologias na militância entre jovens do Alemão.

Ao contrário de muitas outras pessoas que possuíam trajetória de engajamento militante no Complexo do Alemão, Thamyra não nasceu lá ou migrou cedo com sua família. Ela é de Brasília e ali viveu até bem pouco tempo com sua mãe e seus dois irmãos mais novos. Também na capital federal cursou Jornalismo em uma universidade particular (paga por sua mãe), apesar de ter feito vestibular e ter sido aprovada para a Escola de Comunicação da UFRJ. Ela contou que sua mãe não queria que ela viesse pro Rio de Janeiro estudar tão nova (então com 18 anos, nunca havia sido reprovada na escola) em parte porque desde essa época já expressava sua vontade de morar em uma favela.

Thamyra é negra e tem origem popular. Considerava-se “cristã” e, quando a conheci, aproxima-se de debates sobre gênero, feminismo e questões raciais. Viveu até a adolescência com a mãe no Gama, uma das cidades-satélites de Brasília. Tinha contato com o pai, mas seus pais haviam se separado quando ainda era criança. Ela vivenciou a ascensão social da família depois que sua mãe passou em um concurso, tornando-se funcionária pública. Cursou o início do ensino fundamental em uma escola particular e depois passou a estudar em escola pública, primeiro no Gama e depois, já no Ensino Médio, no Plano Piloto. Esse deslocamento geográfico mudou, segundo ela, sua percepção sobre Brasília: “(...) eu acho que no Ensino Médio que abriu pra essa questão da consciência crítica de movimento. Porque até a oitava série... até porque eu estudava no Gama, então é como se fosse um mundo à parte. A minha vida era ali no Gama, final de semana era no Gama...”. Em sua visão sobre o Rio de Janeiro, aqueles que moram em favelas circulam mais pela cidade do que os que vivem nas cidades-satélites, ou seja, na periferia do Distrito Federal.

Ir estudar no Plano Piloto e o ingresso no Ensino Médio nessa nova escola foi um marco importante em sua narrativa: “aí foi outro mundo que me abriu (...) E esse colégio era muito aberto, tinha muito movimento, tinha grêmio. Aí eu entrei no primeiro ano no grêmio e fiquei na parte do jornalismo, que aí eu fazia com mais uma galera um jornalzinho escolar”. Nesse momento, já se esboçava seu interesse por comunicação. Além disso, ela fala de um

projeto chamado “Revivendo Êxodos” desenvolvido por um professor de História em que os alunos percorriam a pé o trajeto da demarcação do território do Distrito Federal.

A primeira experiência de trabalho de Thamyra aconteceu ainda no primeiro ano do Ensino Médio, na Polícia Civil, onde ficou um ano: “eu ficava escrevendo a identidade, passando a identidade antiga pro computador”. Depois disso, envolveu-se com atividades na escola (o “jornalzinho” e o projeto Revivendo Êxodos) e conta que “ficou só mesmo na escola”. Nesse período também fez curso de inglês e começou a frequentar atividades culturais na região em que se localiza sua nova escola: teatros, cinemas, a essa experiência chama “apropriação do espaço”:

Então assim, hoje se eu vou pra Brasília, eu ainda percebo isso, tem muita gente que mora na Cidade Satélite e vai pra Brasília e tira foto, né, como se fosse... 'tô viajando e é uma coisa nova'. Mas eu já tenho essa coisa de apropriação mesmo, é meu. Eu ando ali como se tivesse de olho fechado em qualquer lugar dali, porque nesses três anos eu andava ali totalmente, pra tudo (Entrevista com Thamyra Thâmara, 2012).

No terceiro período da faculdade, Thamyra começou a fazer alguns estágios na área de Comunicação Social. Trabalhou com assessoria de imprensa, depois na produção de programas de rádio e a seguir em uma empresa que fazia o que ela chamou de “relações governamentais”: “Aí eu tinha que ir toda quarta, toda quinta lá pra Câmara dos Deputados toda de salto, ficar prestando atenção, e aí quando tinha alguma coisa pra vetar... eu que fazia a matéria e meu chefe que fazia no caso o lobby...”. Trabalhou, ainda em Brasília antes de se formar, na área de comunicação do Ministério da Saúde. Não chegou a ter emprego em Brasília depois de formada porque continuava a alimentar sua vontade de ir morar no Rio de Janeiro.

Antes de se mudar para o Rio de Janeiro, já havia visitado a cidade algumas vezes. Primeiro, em 2006, quando foi fazer a prova de vestibular para a UFRJ. Ela ficou no Rio a partir de relações familiares (amigos do pai) e de amizade. A partir de então passou a viajar anualmente para a cidade. Na primeira ida ao Rio, chegou a visitar a favela da Rocinha com uma amiga (que como ela também havia vindo prestar o vestibular para o curso de jornalismo na UFRJ), mesmo sem conhecerem ninguém de lá:

Aí a gente saiu da praia: 'Bora na Rocinha hoje? – Bora'. A gente perguntou no ponto de ônibus qual era o ônibus pra São Conrado. A gente desceu na

Rocinha, a gente estava meio que de short, bem à vontade... a gente foi andando normal. A gente foi andando sem parar, que nem umas doidas... daqui a pouco começaram a assobiar, acho que a gente estava andando pra algum lugar que meio que não podia, né. Aí a gente: e agora? A gente parou, tinha uma casa, aí a gente sentou e ficou conversando fingindo que era morador (Entrevista com Thamyra Thâmara, 2012).

Depois desse primeiro contato com uma favela, conheceu em um congresso nacional da igreja Sara Nossa Terra, que frequentava em Brasília, uma moça que morava no Rio de Janeiro, em outra favela, Rio das Pedras: “(...) a segunda vez que eu vim eu fiquei na casa dela. E aí foi o meu segundo contato com a favela e aí sim, realmente, de estar lá, de ver...”. Thamyra sabia, no entanto, que não sendo dali deveria aprender como entrar e até onde ir. Da vez em que esteve na Rocinha, por exemplo, não foi para fotografar: “eu não entrei tanto, porque eu acho que toda favela meio que no começo, eu acho que é meio de boa... eu também não entrei em nenhum beco, em nenhuma dessas favelas. No Alemão, quando eu vim, já estava pacificado. Mas mesmo assim eu não entrei em nenhum beco, eu fiquei mais por fora”. Na época em que conheci Thamyra, ela já morava há cerca de dois anos no Alemão e tinha enorme desenvoltura ao andar pelas favelas do Complexo, incluindo seus becos.

O início da sua relação com o “social” também começou ainda em Brasília enquanto cursava o ensino médio e também está relacionado ao seu vínculo com a igreja evangélica que frequentava na época, a Sara Nossa Terra. A primeira iniciativa a que se refere são aulas de “reforço escolar” em uma região muito pobre da cidade:

Lá em Brasília eu sempre gostei dessa coisa meio que social, desde criança, sempre essas coisas mexiam muito comigo. E aí eu tinha um projeto na Vila Cauí, que não é considerado Cidade Satélite porque é bem pertinho ali do Plano Piloto, mas é perto de uma cidade chamada Candangolândia, que foi a primeira cidade de Brasília. Só que a estrutura é assim, pior que de uma favela, é bem pior que o Complexo do Alemão. Apesar de que agora tem asfalto, mas não tinha asfalto nenhum, é bem pequena, alaga, é péssima. Então assim, eu fazia um projeto lá que era... eu dava aula de reforço escolar pras crianças. E essas crianças que tinham lá comigo eram filhas da dona da boca de fumo. Então assim, eu acho que foi o primeiro contato mais forte, porque eu dava aula pra elas numa sala e na outra sala tinha um povo endolando (Entrevista com Thamyra Thâmara, 2012).

A religiosidade e o modo como compreende a religião - “ser cristã” - era um aspecto central da trajetória de Thamyra que se relaciona a muitas outras dimensões da sua vida. A partir do episódio narrado acima, contou que enquanto seus amigos faziam um trabalho de evangelização, ela preferia desenvolver essas atividades com as crianças. O que chamou de

“reforço escolar” compreendia diversas atividades como “ajudar nos deveres de casa, fazer leitura de texto, levar livros”.

Em 2012, Thamyra tinha forte relação com outra igreja evangélica (a Comunidade S8) frequentada por outras pessoas da mesma geração que também fazem parte do universo de ONGs, projetos sociais e engajamento militante. Há aí, portanto, uma convergência entre militância e religião através das relações pessoais e de uma certo ideário, uma vez que ela faz parte de um grupo de evangélicos progressistas. Exemplo disso foi a participação de Thamyra como palestrante em uma atividade em uma igreja batista de São Gonçalo, município da região metropolitana do Rio de Janeiro. A atividade foi organizada por diversas pessoas, entre elas Ronilso Pacheco, engajado em debates raciais (inclusive dentro da igreja) e à época funcionário do Viva Rio. Thamyra falou sobre sua militância no Alemão e da formação do coletivo do qual participava (o Ocupa Alemão) ao lado de outros palestrantes: dois jovens pastores. Todos os três tinham um discurso bastante progressista vinculando experiência religiosa e engajamento com a realidade, a luta contra a desigualdade social, por exemplo.

Para minha interlocutora foi difícil explicar seu interesse pelas favelas. O episódio das aulas de reforço escolar, por exemplo, estava relacionado, mas Thamyra também se referia a uma sensação de que haveria um “imaginário” que tornaria essa realidade (das favelas do Rio de Janeiro) “mais real do que é lá [em Brasília], apesar de ter lá”. Esta vontade de viver em favela no Rio de Janeiro apareceu em seu relato associada à vontade de trabalhar com o “social” e com a comunicação.

Antes de morar no Alemão, ela já havia feito sua monografia de conclusão da faculdade de Comunicação Social sobre as imagens fotográficas das favelas. A fotografia como tema de pesquisa surgiu do interesse em pensar como as imagens sobre as favelas vinham sendo produzidas. Mas ela só veio a fazer um curso em fotografia depois de já ter se mudado para o Rio de Janeiro.

(...) eu queria mostrar aquilo que eu acreditava, que era a imagem no cotidiano, a cultura, que tinha muito mais a ver com o que a favela é, do que só focar na violência. E aí por isso eu queria ir tirar foto, porque assim... aqui no Rio, se eu fosse fazer essa monografia, eu acho que não seria algo tão inédito, porque muita gente está falando sobre isso... Mas lá em Brasília, tipo assim, na faculdade inteira só tinha eu falando sobre isso, era uma coisa totalmente nova (Entrevista com Thamyra Thâmara, 2012).

Quando resolveu viver no Rio, foi primeiro para uma pensão em Santa Tereza (que

encontrou através da Internet) onde morou por alguns meses: “Eu pensava sim em morar numa favela, só que eu não ia de cara morar numa favela, porque minha mãe não estaria acostumada a isso”. De lá, também pela Internet, começou a buscar contatos com pessoas de organizações que desenvolviam trabalhos em favela. Algumas ela já conhecia pela pesquisa que havia feito para sua monografia. Além disso, através de pessoa relacionadas à igreja evangélica que frequentava, conseguiu contato de pessoas de duas grandes ONGs que faziam trabalhos em favelas cariocas, o AfroReggae e a CUFA – Central Única de Favelas (instituições que começaram seus trabalhos com cultura, esporte, comunicação – sobretudo com jovens - em diversas localidades). Em nenhuma delas conseguiu se inserir de imediato: “Porque eu estava muito assim: 'se eu não achar, eu vou ter que voltar', porque a minha mãe não ia ficar me bancando a vida toda aqui... e ao mesmo tempo eu fiquei: 'cara, o que tiver que ser, vai ser”.

Foi através do Twitter (na verdade, da indicação de uma amiga para que seguisse algumas pessoas nesse rede social virtual) que chegou a Rene Silva, rapaz criador do Voz das Comunidades, importante jornal (mais recentemente também portal virtual de notícias<sup>81</sup>) do Complexo do Alemão. Foi ele que recebeu Thamyra na favela sem a conhecer pessoalmente:

Eu não sabia quem era o Rene, não sabia essa coisa toda dele, muito menos vi Caldeirão do Huck<sup>82</sup>. Mas quando eu vi que ele morava no Complexo do Alemão, eu adicionei ele (*refere-se ao Twitter*). Mas eu não tinha a noção de quem era ele, entendeu. Mas no mesmo dia que adicionei, eu mandei um e-mail pra ele falando que eu queria colaborar com o jornal. E aí ele respondeu no mesmo dia e falou: 'Bora se encontrar no Alemão' (Entrevista com Thamyra Thamara, 2012).

Rene levou-a para conhecer o lugar e aceitou sua proposta de trabalhar voluntariamente em seu jornal (ela ficou responsável por duas sessões do portal de notícias durante algum tempo). Tornaram-se amigos. Com ele, contou ter apreendido muito “desse negócio de produção de evento” e conheceu muitas pessoas. Através dele começou, também, a frequentar o Alemão para fazer matérias para o Voz. Além do processo de aproximação do Complexo do Alemão através de Rene, Thamyra continuou buscando outros caminhos para investir em seu interesse pelas favelas:

<sup>81</sup> <http://www.vozdascomunidades.com.br/>

<sup>82</sup> Refere-se ao programa do apresentador Luciano Huck da Rede Globo. Rene Silva participou de diversos programas da Rede Globo durante um longo período, chegando a se tornar consultor da emissora.

E aí também, além disso, eu já pesquisava o Observatório de Favelas na minha monografia. E eu tinha a maior vontade de fazer a escola de fotógrafos (*refere-se à ESPOCC*), que era em favela, não só pela fotografia, mas pelo projeto e pelo enfoque também. Então eu segui no Facebook, segui no Twitter... aquela coisa, né. Então quando surgiu a parada dos cursos, foi tudo muito natural. Eu fui conhecendo as pessoas numa festa aqui, numa festa ali... E aí eu vou entrando no projeto, pelas coisas que eu escrevo e naturalmente vai indo. E eu já tinha um blog, que na verdade era um blog meu, que na verdade era de poesia, de crônica (Entrevista com Thamyra Thamara, 2012).

Os “cursos” são, em muitas trajetórias juvenis (e não apenas), uma espécie de porta de entrada, de modo de aproximação de diversas temáticas, mas também de possibilidade de criação de uma nova rede de contatos (pessoais e institucionais). No caso específico de Thamyra, por sua personalidade expansiva e curiosa, ela esteve e continua envolvida em diversas iniciativas simultaneamente. Desinibida, conhece muitas pessoas e tem facilidade para conversar e se inserir. Naquele momento, fez vários movimentos em busca de trabalhos que pudessem sustentá-la no Rio de Janeiro, mas também no sentido de se aproximar de seus interesses: o trabalho social com favela, a poesia, a fotografia. Ter blogs (ou outras plataformas na Internet) para mostrar suas poesias foi uma das estratégias de que lançou mão naquele momento (e foi por isso que a conheci e decidi entrevistá-la para a pesquisa em que trabalhava então). Além disso, foi se aproximando de outros circuitos relacionados, sobretudo, à fotografia, como as saídas de pessoas para produção de fotos em diferentes favelas (fotógrafos moradores e “de fora”), alguns autointitulavam-se “fotoclubes”. Thamyra considerava-se militante na questão da favela:

Porque aqui no Rio eu percebo que... não sei se é um movimento de agora, porque eu não estava aqui antes, mas tem aquela parada meio de orgulho, orgulho de morar na favela. Lá em Brasília você não fala que mora numa cidade satélite. Você não gosta de falar e seu sonho é sair de lá. E aqui as pessoas querem lutar por melhorias pra continuar no espaço que ela está, porque ela gosta de viver, né, então eu meio que admiro muito a galera que trabalha com isso, que mora aqui. E eu me considero militante disso, dessa questão de lutar pra que a favela seja reconhecida como outro espaço da cidade e não um espaço à parte, né. E como um lugar de gente feliz, inteligente... tem várias coisas legais, não é um lugar de violência assim... (Entrevista com Thamyra Thâmara, 2012).

Se, em um primeiro momento, Thamyra contou com a ajuda financeira de sua mãe, posteriormente tornou-se importante estar no Rio de forma independente. Isso se deu à medida que ela conseguiu ingressar em um circuito ligado à comunicação e à militância em

favelas usualmente constituído por pessoas jovens que moram nessas localidades desde a infância. Thamyra tornou-se correspondente do Alemão em um portal de notícias ligado ao Viva Rio (o Viva Favela). Além disso, fez cursos no Observatório de Favelas (de fotografia e a Escola Popular de Comunicação Crítica) e passou a trabalhar (de forma remunerada) em projetos sociais dessa instituição em iniciativas voltadas para jovens. Trabalhou também como produtora em outras ONGs ligadas à favela e à cultura (ambas com público de trabalho prioritariamente jovem).

Suas redes de relações de trabalho, amizade e religião estão intimamente relacionadas às suas preocupações com o “social”, sua compreensão sobre a realidade da cidade, a construção de sua militância e também à sua trajetória educacional. E também profundamente interconectadas entre si. Sua dissertação de mestrado<sup>83</sup> foi sobre um fotoclube que existia no Alemão (do qual Maycom Brum, rapaz cuja trajetória será analisada em seguida, foi um dos criadores), analisando a trajetória de seus participantes e as imagens por eles produzidas. Suas questões de pesquisa vinculavam-se às suas inserções e preocupações como militante de favela.

Mais recentemente, Thamyra também passou a tematizar de modo mais central em iniciativas de sua autoria - como trabalhos artísticos (fotográficos) e de comunicação (revistas e páginas online)<sup>84</sup> - questões relacionadas à mulher e a questão racial e a relação entre elas (a construção social sobre a mulher negra). Após mais de dois anos participando do coletivo Ocupa Alemão, desligou-se do grupo em 2015. O motivo de sua saída não foi publicamente explicitado. Seu desligamento foi informado em uma postagem em seu perfil no Facebook da seguinte forma:

Amigos e parceiros não sou mais integrante do coletivo Ocupa Alemão. Saio depois de quase quatro anos de muito trabalho e aprendizado. Fico feliz por ter participado da construção desse movimento e de tudo que ele significou e ainda significa no Complexo do Alemão. E grata por todos os amigos que construí que me deram a oportunidade de viver em coletivo. Obrigado por tudo que me ensinaram!

<sup>83</sup> THÂMARA, Thamyra. Fotoclube: autorepresentação e disputa do simbólico nas favelas cariocas. Rio de Janeiro: PPCULT/ UFF, 2015.

<sup>84</sup> Refiro-me à exposições de fotos de sua autoria intitulada “Deusa Negra” (a fim de expressar “O feminino que existe no masculino, o masculino que existe no feminino. Repensar o conceito do belo, se desfazer dos conceitos e transcender”); a instalação fotográfica “A vulva que existe em mim” (que tinha como objetivo “desconstruir para libertar”); o coletivo “Anastacias Contemporâneas”, que formou com amigas para levantar questões referente à representação das mulheres negras e possuía uma página no Facebook; e a “Revista DR” (<http://www.revistadr.com.br/>), criada e realizada por mulheres (pesquisadoras, professoras universitárias, militantes).

Saio feliz por quem fica e em paz por entender que novos ciclos se iniciam... Continuarei atuando no território fazendo parte do GatoMIDIA junto com o Thainã Medeiros e parceiros. (Postagem de Thamyra Thâmara no Facebook, janeiro de 2015)

Ela e Thainã passaram a realizar no Complexo do Alemão um projeto voltado para comunicação e tecnologia intitulado Gato Mídia (nome dado às oficinas de formação realizadas pelo Ocupa Alemão em 2013, a experiência será retomada no Capítulo 4). O público-alvo eram jovens e o financiamento foi obtido através de edital da Secretaria de Estado de Cultura (Programa Favela Criativa).

A trajetória de Thamyra é atravessada por muitos movimentos. Deslocamentos físicos, criação de coletivos, trabalhos, inserções variadas, viagens frequentes (sobretudo entre Rio e Brasília). É nesses deslocamentos que Thamyra constroi vínculos. Na convivência com ela, aprendi a relevância do afeto. “Afeto” é uma palavra que faz parte de seu vocabulário, mas também de sua forma de se engajar. Thamyra fazia aquilo em que acreditava e não estabelecia fronteiras entre as muitas coisas que fazia e com as quais se envolvia. E ela estava sempre fazendo e inventando coisas. Ela circulava muito na cidade do Rio de Janeiro, incluindo outras favelas, sobretudo as do Complexo da Maré e Cidade de Deus, onde estabeleceu vínculos de amizade importantes. Mas ela também circulava em outros espaços: já vi Thamyra falando em igrejas, museus, praças, equipamentos públicos variados, reuniões. O “social” está, no entanto, no centro de todas as suas conexões. E o “social” era por ela construído a partir do vínculo de pertencimento que construiu com a “favela”, mas especialmente com o Alemão.

Esses seus deslocamentos também indicam uma busca constante. Thamyra parecia muito segura do que queria e, como diziam meus interlocutores, “corria atrás”. Isso se refere tanto ao seu investimento educacional (a entrada e conclusão do mestrado e a participação em processos de seleção para o doutorado; mas também a inserção em cursos variados), mas também em sua carreira profissional (os muitos “freelas” que estava sempre fazendo, trabalhos como jornalista, mas também com produção de eventos e atividades culturais e sociais, e em projetos sociais em ONGs e no governo). Foi na amizade que fez suas apostas. E nesses vínculos também ancora sua militância. As iniciativas que criou e das quais participou tiveram início com um grupo de amigos. E a criação de tais iniciativas (coletivos, projetos, blogs, revistas) contribui para reforçar vínculos, mas também diferenças que podem contribuir para o rompimento ou reorganização das mesmas.

A ideia de “social” na trajetória de Thamyra era estruturante. Estava presente não só

no seu engajamento militante propriamente dito, mas em suas escolhas educacionais, profissionais e mesmos religiosas. Ela vai, com o passar do tempo (e próximo à trajetória de Lucia, ainda que de maneira muito distinta) ampliando-se. O “social” deixa de ser apenas a “favela” e passa a abarcar um número maior de preocupações como a questão de gênero e racial, por exemplo. Todas elas dimensões importantes para construção de seu pertencimento e autoreconhecimento como jovem mulher negra da periferia. As iniciativas em que se envolveu e criou concomitante a constituição desse lugar buscavam incorporar seu interesse pela comunicação e, na medida do possível, as oportunidades disponíveis por ser uma jovem (mais ainda quando tais características não eram vistas como produtoras de estigmas, mas como dimensões de si importantes, a serem reconhecidas e valorizadas).

### **Maycom Brum**

Maycom tinha 24 anos no momento da entrevista (2012), morava no Alemão com os pais e a irmã; tinha uma filha de dois anos e já havia morado com a mãe de sua filha (de quem estava separado). No período em que foi casado, durante um ano e meio, morou em um apartamento próximo ao Alemão e depois retornou para morar com a mãe. Ele é primo de Alan e, quando o entrevistei, trabalhava no Raízes em Movimento, coordenando projetos e como assistente na parte de comunicação.

“Nascido e criado” no Alemão, já viveu em diferentes partes do Complexo. Estudou a vida toda em escolas públicas da região. Repetiu diversas vezes, foi expulso, tentou retomar os estudos fazendo supletivo e voltou para a escola regular. No momento da entrevista, ele cursava o último ano do ensino médio porque tinha uma bolsa de estudos garantida em uma faculdade particular para estudar comunicação. No período da escrita da tese (2016), Maycom já havia entrado e abandonado algumas faculdades, sempre como bolsista. Entre as maneiras de acesso às bolsas estiveram a mediação de Rene Silva e, em outras universidades, contatos de seu primo Alan para saber o modo de realizar um “vestibular social” da faculdade.

Em sua narrativa, o fato de ter sido indicado pelo Raízes em Movimento para participar de um projeto social da FASE<sup>85</sup> (então financiado pela União Europeia) voltado para jovens, em 2007, é muito valorizado. Ele conta que nunca havia participado de um

---

<sup>85</sup> De acordo com o site da instituição, a “FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua hoje em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. - A FASE Rio atua na região metropolitana fluminense para promover o direito à cidade, o que inclui a defesa de convívios justos em espaços urbanos democráticos e ambientalmente sustentáveis”. (<http://fase.org.br/pt/quem-somos/historico/>)

“projeto de fato” antes disso. Maycom associa a esta iniciativa seu ingresso no mundo dos movimentos sociais, mas também escolhas educacionais e profissionais que reverberavam até aquele momento.

A proximidade com o Raízes em Movimento está relacionada a seu primo e também à amizade com outras pessoas que faziam parte da organização: “É, porque eu conhecia o Alan, o Alan é meu primo, e aí tinha o David, que era meu amigo, então eu sempre estava ali, passava, conversava, eu não tinha emprego formal, então eu meio que ficava orbitando ali pela área do Raízes...”.

O momento de entrada no projeto da FASE e os cursos na área de comunicação que fez quase que simultaneamente no Observatório de Favelas apareceram em sua fala como sendo determinantes para suas escolhas futuras e no que chamou de “mudança de personalidade”:

Então eu tenho uma... eu sempre fui um garoto muito tímido, muito tímido mesmo, a minha vida toda, então assim, hoje eu tenho uma facilidade de falar um pouco diferente da que eu tinha, isso porque pelo Raízes aqui eu trabalho com comunicação tem que saber que você está falando a todo momento (Entrevista com Maycom Brum, 2012).

Não ficou evidente o que fez com que Alan o indicasse para a pessoa responsável pelo projeto da FASE (ele se refere em determinado momento a essa pessoa como “minha mãe, assim, uma pessoa que eu tenho como referência na área que eu trabalho”), mas quando seu primo contou que o havia indicado, sua reação foi de surpresa:

[a pessoa da ONG de fora] liga pro Alan e fala 'eu preciso de um jovem pra participar de um projeto...', que era um projeto que discutia direitos humanos pra juventude na América Latina, e o Alan na hora me apontou, e eu meio que... recebi aquilo assim meio que... 'tá maluco? Um monte de doidos, ficar discutindo essas coisas e tal...'. E foi aí que eu me inseri. Eu entro pela FASE, o projeto e tudo mais, e começo a conhecer essa área de direitos humanos, que é a área que hoje eu atuo, né, paralelo com a comunicação. E aí, logo depois, em 2007 eu entro na ESPOCC, e aí faço o curso de fotógrafo, paralelo eu faço Observatório de Favelas, faço direitos humanos na FASE, e aí começa a minha vida social, dentro dos movimentos sociais, na verdade (Entrevista com Maycom Brum, 2012).

Maycom identificou o início de sua “vida social, dentro dos movimentos sociais” na entrada em iniciativas de ONGs ligadas diretamente à formação de jovens justamente nas áreas em que, naquele momento, pretendia se profissionalizar: comunicação e direitos humanos. Tal inserção é, portanto, associada por ele ao seu projeto de cursar Comunicação

Social na faculdade e, posteriormente, Direito:

E direitos humanos, desde a primeira aula que eu fui de direitos humanos até hoje, é minha linha que eu gosto de atuar. A minha faculdade naturalmente seria Direito, mas aí, pelas vivências da vida, hoje em dia eu preciso fazer Jornalismo, que é por uma questão de sobrevivência dentro da comunicação, dentro do Complexo do Alemão, pelo que está por vir de jogos... Jogos Olímpicos e Copa do Mundo, mas logo depois que eu terminar, a segunda faculdade vai ser Direito com certeza (Entrevista com Maycom Brum, 2012).

Além disso, a experiência de participação especificamente naquele projeto que reunia jovens de diferentes países da América do Sul marcou Maycom positivamente. Ele falou dos “encontros” no projeto, destacando aqueles que aconteceram em outros lugares (Recife e Cabo Frio), a convivência com jovens de outros estados e países e a “troca de experiência” entre jovens brasileiros vinculados à iniciativa no Rio de Janeiro e em Recife (onde a FASE também tinha sede). Essas experiências apareceram em seu relato como “vivências” e “formações”:

(...) então foi muito rico, ouvi muita gente falando (...) abriu muito a minha cabeça nessa área, então entender um pouco qual o papel da ONG, entender um pouco o que é que é você trabalhar dentro de uma instituição social hoje em dia, sabendo que nem todas tem o mesmo viés, a mesma consciência, então eu aprendi muita coisa nessa fase e aí você aprende a sempre direcionar as instituições que você se identifica, outras você não se identifica (...) (Entrevista com Maycom Brum, 2012).

Um momento marcante dentro de um dos encontros – aquele que reunia jovens de diferentes países – foi aquele em que teve que falar publicamente pela primeira vez. O nervosismo, mas também a expectativa de falar a partir de seu lugar, de suas experiências como morador do Complexo do Alemão:

(...) naquele momento não sei porque a FASE cismou que eu teria que falar, e eu falei pra quinhentos jovens de outros países. E eu fiquei, assim, eu fiquei sabendo no dia, e eu meio que tremi no momento, eu falei, cara, eu vou ficar pirado, e aí quando eu subi pra falar um pouco da minha experiência, do que eu estava passando, até porque o Alemão estava passando por um momento, muito específico né, teve toda aquela invasão em 2007, dos policiais, dessa criminalização do território que teve... toda uma... desde 2002 com Tim Lopes, então o Alemão... ali as favelas... viveram isso, mas a do Alemão viveu muito mais, até por conta do Tim Lopes e a Globo... criminalizou todos os jovens de favelas e principalmente quem morava no

Alemão, isso teve uma grande... uma grande perda de trabalho aqui dentro, as pessoas foram mandadas embora, porque eram moradoras do Complexo do Alemão. (...) Então por essa experiência negativa eu falei um pouco pros jovens de lá, e eu comecei a ouvir jovens de outros países que também sofriam com isso, de uma forma diferente mas no mesmo teor né, você teve o extermínio de jovens negros de favela muito grande durante esse processo... (Entrevista com Maycom Brum, 2012).

Outra participação no mundo das ONGs destacada por ele é no curso de fotografia Observatório da Favelas (citado também por Alan e que Thamyra viria a fazer anos depois). Não tinha interesse a princípio, mas não havendo vaga no curso que pretendia fazer, ingressou no curso de fotografia e “se apaixonou”. A partir de tal experiência, foi chamado por essa ONG e pelo Raízes para ser “monitor” em um projeto social que registrava o processo de mudanças relacionadas à implantação do PAC no Complexo do Alemão para formar jovens fotógrafos. Naquela iniciativa, o Observatório de Favelas mobilizava algumas “instituições locais” para a formação de fotógrafos a partir do registro da “memória dos lugares onde teria o PAC”. Muito próximo ao que aconteceu com a FASE no projeto também citado por Maycom. Organizações não governamentais que não têm um trabalho consolidado em determinadas favelas acionam suas redes de relações pessoais e institucionais para realizarem o trabalho. Foi nesse processo que Maycom tornou-se “monitor”.

Fez outros trabalhos como fotógrafo autônomo (“freelancer”) para ONGs de fora e chegou a trabalhar naquela que lhe ofereceu o primeiro projeto no qual entrou indicado por Alan. Entre suas experiências profissionais anteriores, destacou ter sido operador de máquina de xerox, microempresário (teve uma *lanhouse* com seu irmão por um tempo), produtor de eventos e ter prestado o serviço militar durante um ano.

Ele se considerava militante (“ativista” é outra categoria que aparece em sua entrevista) e falou da necessidade de ter tido que abrir mão de salário para trabalhar durante um tempo (e, com isso, contrair dívidas), bem como da importância de não se autointitular militante, mas de ser reconhecido por outros enquanto tal. A questão de “abrir mão de salário” relaciona-se, em muitas trajetórias, a um certo investimento para ser militante e seus ônus, já que nem sempre o engajamento militante proporciona condições ou oportunidades de remuneração financeira. Este foi um ponto destacado por pessoas que se consideram militantes como uma prova de seu compromisso.

Meses depois da entrevista, Maycom deixou o trabalho no Raízes em Movimento. Enquanto ainda estava lá, foi um dos responsáveis, com Thamyra e outras pessoas, pela

realização do evento chamado "Ocupa Alemão às 9h", que denunciou violações praticadas por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Complexo (ver Capítulo 1). Ao organizarem o evento fizeram questão, no entanto, de engajarem-se pessoalmente, enquanto "jovens" moradores do Alemão, dissociando-se dos vínculos institucionais ao menos discursivamente. Maycom não integrou, no entanto, o grupo de pessoas que, como Thamyra, após o evento criou o coletivo de mesmo nome.

Ao longo do tempo em que frequentei o Alemão, encontrei Maycom com regularidade na rua onde fica a sede do Raízes (e onde moram e têm comércios diversos parentes dele e de Alan). Frequentemente o via também no Raízes, nas atividades realizadas pela instituição e em algumas reuniões e manifestações. Nesse período, no entanto, Maycom não estabeleceu um vínculo duradouro com nenhuma outra ação coletiva local. Ele voltou a se casar, teve mais um filho e morava com ambos no Alemão.

No que diz respeito a trabalho, Maycom trabalhou no Centro de Referência de Juventude (ligado ao Governo do Estado do Rio de Janeiro) localizado no Alemão por um período e também na Agência de Redes para a Juventude (uma grande ONG que trabalha com formação e fomento de iniciativas de jovens moradores de favelas). Mais recentemente, Maycom trabalhou como mototaxista e em um comércio no próprio Alemão. Em nossas muitas conversas informais quando o encontrava, ele oscilava entre engajar-se em atividades ligadas aos movimentos sociais e buscar uma certa distância desses espaços ainda que, como disse, estivesse presente em muitas das atividades, sobretudo ligadas à comunicação e direitos humanos, do Raízes em Movimento e de alguns outras ações coletivas locais.

A análise da trajetória de Maycom permite entrever alguns aspectos a respeito do engajamento militante (especialmente de pessoas jovens) que quero salientar. O primeiro deles diz respeito à sua participação em projetos sociais e cursos. Trata-se não apenas de uma modalidade de ingresso na socialização para a militância, mas também de uma possibilidade de reconfiguração do que Velho (1994) chama de "campo de possibilidades". É possível pensar que essa entrada e participação em projetos sociais e cursos, e a rede de relações estruturada a partir daí (e também o reconhecimento positivo de algumas qualidades em si mesmo, como a fala pública e o talento para a fotografia) tenham contribuído para seu interesse por comunicação e direitos humanos. Interesse esse que também se traduziu na reconfiguração de seus projetos (no sentido trabalhado por Velho). No momento da entrevista (2012), Maycom traduzia sua trajetória de militância até aquele momento não só em seu engajamento no Raízes, mas também na possibilidade de construção de uma carreira

profissional que pressupunha cursar a universidade. A escolha, naquele momento, dos cursos que gostaria de fazer (comunicação social e direito) associava-se, em sua narrativa, justamente às experiências de engajamento e de trabalho (remunerado ou não) a partir dessa inserção.

No entanto, tendo tido a possibilidade de encontrar Maycom muitas vezes após a realização da entrevista, ficou evidente que nem sempre esses projetos (ou planos) concretizam-se na trajetória do indivíduo. No período pós-entrevista, ele havia se tornado pai novamente. Como foi dito, chegou a trabalhar em projetos sociais e a ingressar na universidade diversas vezes (fato para o qual contribuiu a sua rede de relações). Ele acabou por abandonar diversas vezes a universidade, bem como não seguiu engajado, de forma mais contínua, em nenhuma ação coletiva local, passando também a diversificar suas inserções profissionais (os trabalhos como mototaxista e no comércio local são exemplos disso). Essas escolhas profissionais, para além do projeto, também valorizavam seu capital de relações e vínculo com o local. Ser mototaxista e comerciante em uma favela são profissões que exigem conhecer muito bem o lugar e as pessoas que ali vivem. Há outros atributos requeridos, mas, assim como no caso do lugar de jovens como Maycom nos projetos sociais (que costumam ocupar cargos relacionados à atuação local) pressupõe que tenha conhecimento da favela (e sobre ela).

A trajetória de Maycom me permite recuperar formulações de dois autores. A primeira é aquela de “trajetória yô-yô” (cunhada pelo sociólogo português Machado Pais) já apresentada no início deste capítulo. Desde sua narrativa, em que evidenciou abandono e retorno a escola, bem como experiências diversas no mundo do trabalho, esse aspecto se colocava. A possibilidade de acompanhá-lo após a entrevista evidenciou a continuidade de idas e vindas, profissionais, educacionais e na militância. As descontinuidades e “movimentos oscilatórios e reversíveis” que a metáfora de Pais (2001) expressa dão conta de parte das experiências narradas (e observadas) nessa análise. Maycom trabalhou em projetos, mas eles tinham um tempo e, ao terminar era preciso buscar outro trabalho. Ele ingressou em uma faculdade particular de renome, mas aquele era um ambiente de ricos em que ele era visto como alguém exótico. Para seguir na faculdade e cumprir suas exigências era preciso um capital educacional anterior articulado a um investimento de tempo nos estudos, muitas vezes não disponíveis entre jovens das classes populares, que precisam também trabalhar para ajudar a sustentar a família.

O outro autor aqui mobilizado é Olivier Fillieule e sua reflexão a respeito do

desengajamento militante. Fillieule (2005) chama a atenção para o fato de que muitas vezes o tempo de realização das pesquisas permite observar os movimentos de desengajamento entre as pessoas pesquisadas. Segundo ele, é nas pesquisas que analisam os efeitos sociais do envelhecimento que isso irá aparecer. O que o autor chama de “carreira militante” pode ser pensada como atividade social temporalmente inscrita que pressupõe fases de envolvimento, manutenção do engajamento e afastamento (FILLIEULE, 2005, p. 44). O autor confere grande peso ao contexto nesse processo. E essa dimensão deve ser aqui ressaltada.

Os planos para sua vida que Maycom relatou em entrevista associavam-se a um momento de concentração de investimentos variados no Complexo do Alemão, que tomavam a forma de projetos sociais e outras ofertas mais disponíveis para moradores com certos atributos e disposições (pessoas jovens com a socialização anterior em projetos sociais e militância e com conhecimento acumulado sobre o lugar, entre eles). A violência, historicamente associada ao Alemão, e seu recrudescimento ao longo do período de minha pesquisa, levavam a crer que tais investimentos não seriam permanentes. Acompanhei iniciativas cujas instituições (de fora de lá) avaliavam as condições de possibilidade de continuidade devido ao cotidiano de confrontos armados, por exemplo. Sendo assim, a leitura que Maycom fazia sobre seu contexto era uma em 2012 e foi se modificando ao longo dos anos, na medida em que também se modificou o cenário em que estava inserido.

Além disso, a militância e as retribuições a ela associadas requerem da pessoa não apenas certos atributos e disposições (em geral anteriores ao engajamento e/ou desenvolvidos a partir dele), mas também investimentos variados. Como foi visto nas trajetórias de Lucia e Alan, por exemplo, houve períodos em que “tiravam do próprio bolso” para garantir a manutenção das sedes de suas instituições. O trabalho não remunerado também foi narrado por Maycom em sua entrevista. Além disso, há um outro elemento: as ameaças (da polícia e do tráfico) a que estão expostas as pessoas engajadas (essa dimensão será retomada no Capítulo 5). Ainda que nem todas as pessoas engajadas sofram ameaças diretas, as histórias contadas sobre tais ameaças também conformam a economia da militância local e são consideradas nos momentos em que se opta (ou não) por participar de uma ação local coletiva (seja ela uma instituição, um coletivo, um grupo informal, um perfil no Facebook ou uma manifestação pública). Ao longo de minha pesquisa, conversei com pessoas que decidiram se afastar de ações coletivas locais por esse motivo.

Parece-me, assim, profícuo associar a ideia de “desengajamento” sugerida por Fillieule (2005) àquela de “trajetória yô-yô” de Pais (2001) para pensar a trajetória de Maycom. Como

ressalta Brenner (2011), ao se analisar trajetórias de engajamento de jovens, há aspectos específicos a considerar, sobretudo no que se refere à temporalidade. A autora lança mão da ideia de “percurso militante” que, em sua perspectiva, seria mais apropriada para analisar trajetórias de pessoas que estão em um momento do ciclo biológico ainda inicial. Inspirada no conceito de carreira militante, a noção por ela cunhada compreende “engajamentos mais curtos e experiências juvenis que ainda não comportavam diferentes etapas da vida, assim como contempla o conceito desenvolvido e utilizado por Fillieule (2001), essas experiências ainda não poderiam ser consideradas efetivamente carreiras” (BRENNER, 2011, p. 280). Ainda que não adote essa perspectiva, considerando que as “carreiras”<sup>86</sup> também podem ser pensadas a partir de diferentes momentos de engajamento (o que independente da posição da pessoa no ciclo de vida), o debate por ela sugerido contribui para incorporar a relação entre carreira militante no contexto específico de pessoas jovens à análise. As idas e vindas das trajetórias de jovens podem ficar mais explícitas nos casos da saída (e retorno) da casa dos pais, do término de relações amorosas ou na inserção, na contínua troca de empregos ou deserção de instituições de ensino. O que pode ser visto na trajetória de Maycom.

No entanto, no contexto de militância por mim pesquisado, é preciso considerar não apenas a possibilidade de um desengajamento temporário (o que pode ocorrer não apenas com pessoas jovens), mas também de outras qualidades de manutenção de certo engajamento. Maycom, por exemplo, não estava mais formalmente associado ao Raízes. Mas, assim como muitas pessoas que conheci, contribuía para o fazer permanente do Raízes já que continuavam frequentando regularmente sua sede, os eventos organizados por ele e reuniões mais amplas para as quais Alan, David e outras pessoas do Raízes os convidavam. O engajamento e desengajamento podem ser, assim, pensados para além da filiação ou desfiliação a um movimento social ou organização. Desse modo, faria mais sentido pensar o desengajamento não obrigatoriamente como ruptura mas como uma possibilidade de retração da militância. A pessoa que se desengaja, no contexto aqui tomado, pode continuar engajada a partir de outras relações que, como foi visto nas trajetórias aqui analisadas, têm peso determinante em diversas trajetórias (como as relações de amizade, vizinhança e parentesco,

---

<sup>86</sup> A noção de carreira militante desenvolvida por Fillieule parte do trabalho do sociólogo Howard Becker que, em seu estudo sobre o desvio, utiliza a ideia de “carreiras desviantes”. Para o autor, o conceito, originalmente desenvolvido em estudos de ocupações profissionais, carreira “...se refere à sequência de movimentos de uma posição para outra num sistema ocupacional, realizados por qualquer indivíduo que trabalhe nesse sistema”. Para ele, o modelo proposto pode ser utilizado no estudo do desvio e permite considerar não apenas aqueles cuja carreira leva a desvios cada vez maiores, mas também os que têm contato mais fugaz com o desvio. (BECKER, 2008, p. 35)

por exemplo). A perspectiva do desengajamento contribui para pensar esses casos, mas a pesquisa etnográfica permite entrever diferentes nuances presentes nas dinâmicas de engajamento e desengajamento a partir da noção de “carreira militante”.

### **Lana de Souza**

Lana estava com 25 anos quando a entrevistei no final de 2014. Sempre morou no Alemão, mas em diversas localidades do Complexo. No momento da entrevista, morava com a mãe. Seu irmão estava casado, tinha um filho pequeno e morava na mesma rua. Seu pai era metalúrgico e sua mãe, empregada doméstica e eram separados. O irmão cursou ensino técnico e trabalhava no departamento de recursos humanos de uma grande empresa. Lana era então solteira e não tinha filhos.

Ela estudou em escolas públicas da região e concluiu o ensino médio com 17 anos. Nunca foi reprovada. Ficou alguns anos sem estudar e no ano da entrevista ingressou na faculdade, cursando comunicação em uma universidade particular com sede em um bairro próximo ao Complexo do Alemão.

Lana conseguiu bolsa integral, ou seja, não pagava a mensalidade da universidade. Segundo ela, isso só foi possível graças à sua relação com pessoas do Alemão que conheciam pessoas nessa universidade e que falaram para ela o quê e como teria que fazer para tentar conseguir a bolsa em questão. No momento da entrevista, ela cursava o terceiro período do curso de Jornalismo. Apesar de ter sido boa aluna e nunca ter sido reprovada na escola, repetiu uma matéria logo que ingressou na universidade, o que atribuiu à “dificuldade de adaptação”.

Sua trajetória profissional é bastante diversificada. Começou a trabalhar depois do término do ensino médio. Seu primeiro emprego, como o caso de muitas moças de classes populares, foi como operadora de telemarketing aos 18 anos. Na mesma época, havia feito curso pré-vestibular, prova para universidade e não passou:

Eu fiz pré-vestibular e não tinha passado. Eu falei assim: 'não posso ficar à toa em casa'. Depois que minha mãe se separou, a gente sempre morou de aluguel, então, assim, quando eu estava estudando, eu ficava mais tranquila, mas à toa em casa o dia inteiro, eu já estava começando a ficar incomodada. E, aí, eu comecei a procurar e cadastrei nesses sites de vagas, esse monte de coisa, e fui chamada pra fazer uma seleção da e aí fiquei um ano e meio lá (Entrevista com Lana de Souza, 2014).

O trabalho é, em geral, um valor muito presente entre as pessoas que entrevistei no

Alemão e a vontade de contribuir em casa. Sobretudo a partir do final da adolescência, mesmo quando não eram diretamente demandados, esse “incômodo” a que se refere Lana era recorrente na narrativa de quem entrevistei. O segundo trabalho de Lana foi como agente comunitária de saúde em um posto de saúde localizado em uma das favelas do Complexo. Fez parte da primeira equipe da unidade. Conta que, quando o posto foi inaugurado, participou do processo seletivo (não lembra como soube, se alguém falou ou se viu anúncio em poste) e ficou um ano e meio : "Ainda mais que é pra trabalhar aqui mesmo, né, ia ficar mais fácil". Essa é uma outra realidade frequente em favelas onde há intervenções públicas e organizações não governamentais. Há um certo número de oportunidades de trabalho voltadas para as pessoas que moram na localidade, em que é preciso conhecer o lugar, saber andar pela favela, conhecer e ser conhecido pelas pessoas. O trabalho de “agente comunitária” é um trabalho com esse perfil.

Seu terceiro trabalho, onde também ficou por um ano e meio, foi na Rede Globo. A emissora criou, em seu jornal local diário, um quadro em que moradores de diferentes regiões da cidade eram responsáveis pela produção e realização das matérias, trabalhando como jornalistas, câmeras e repórteres. Essas pessoas eram escolhidas através de processo seletivo, que foi, em parte, televisionado. Esse momento aparece, na entrevista, associado à criação do primeiro grupo do qual participou com alguns amigos do Alemão. Esse conjunto de pessoas trabalhava, entre outras coisas, com comunicação. E ela conta que desde os 12 anos pensava em ser jornalista.

A entrada de Lana nessa iniciativa da grande emissora (denominada Parceiro do RJ) se deu através desse grupo que foi acolhido na sede de uma grande ONG que atuava em diversas favelas e que, naquele momento, pós-pacificação e pós-PAC, tinha sede também no complexo de favelas da Penha, vizinho ao Alemão. O grupo foi sugerido à emissora por pessoas dessa organização e, então, procurado para uma matéria. Lana e uma outra moça que também era participante se inscreveram no processo de seleção. Ela foi uma das escolhidas para o trabalho.

Antes das pessoas selecionadas começarem efetivamente o trabalho, tiveram um mês de formação intensa: “A gente teve algumas técnicas de jornalismo mesmo, né, pra aprender a ir pra rua, mas foi um mês.” Não apenas Lana e o rapaz que entrou como Parceiro do RJ da região (que abarcava não apenas o Complexo do Alemão, mas um conjunto de bairros daquela região da zona norte do Rio de Janeiro), mas todos os selecionados dentro da iniciativa. Foi assim que conheceu, por exemplo, um rapaz da Cidade de Deus (favela na zona oeste do Rio

de Janeiro). Este é seu amigo até hoje e foi quem a incentivou a deixar seu cabelo natural, ao estilo *black* (Lana é negra e antes costumava alisar o cabelo): “A gente virou irmão, assim. Eu falo pra todo mundo que o fato de eu ter assumido meu cabelo black é culpa dele. (...) Foi ele que falou pra mim, assim que ele me conheceu, ele falou: 'cara, tu vai ficar linda de *black* na televisão'. Eu tinha o cabelo alisado”. Ela conta que os vídeos que gravou durante o período em que trabalhou na iniciativa registraram as mudanças em seu visual: primeiro o cabelo alisado, as tranças e o *black*<sup>87</sup>.

O grupo (Descolando Ideias) do qual fez parte com amigos por algum tempo é um marco temporal importante que norteia a narrativa de Lana sobre sua trajetória profissional. Como foi visto, foi através dele que chegou a seu terceiro emprego (nessa emissora e com carteira assinada). Ela entrou para o grupo um mês depois de seu início. O primeiro objetivo do grupo era realizar atividades relacionadas ao meio ambiente e com o tempo passou a ser comunicação e atividades na comunidade<sup>88</sup>. A idealizadora era amiga de seu irmão e elas se aproximaram porque a casa dessa moça era um dos lugares onde aconteciam ensaios de coreografias para festas de 15 anos na localidade: "(A gente) Já se conhecia e, na realidade, foi uma ideia da Nathalia (*Menezes*), que ela tinha vontade fazer alguma coisa aqui e ela foi chamar pessoas com as quais ela convivia e que tinha uma certa relação com a comunidade. (...) ela me chamou pra fazer parte também, aí a gente ficou”.

O grupo passou a concentrar a vontade de “fazer coisas aqui” em atividades de recreação com crianças e na criação e atualização de um blog. A relação com a organização que ofereceu ao grupo um espaço começou a partir de um “apoio” que receberam através do “trabalho social do PAC” (coordenado durante um tempo por Alan), iniciativa que acompanhou a realização das intervenções urbanísticas na região: “Teve uma época que teve um processo que até tinha uma relação com o PAC, que eram projetos sociais que o trabalho social do PAC apoiava. Aí, ele apoiou um projeto nosso, que a gente tinha aulas de teatro, de dança, de figurino e de cenografia”. O interesse dessa grande ONG aparece em sua fala

<sup>87</sup> A manipulação dos cabelos é estruturante na construção da identidade de si para as mulheres negras e seu autoconhecimento. Para diferentes análises sobre o assunto ver Gomes (2003), Lody (2004), e Souza (2006).

<sup>88</sup> De acordo com o blog da iniciativa: “Formado por amigos oriundos do Complexo do Alemão que resolveram se unir com o intuito de conhecer mais o lugar onde moram e com um grande querer de participar da mudança de forma positiva e colaborativa. (...) Passando por todo esse processo de mudança por que não descolar ideias e mostrar a nossa favela de dentro para dentro e de dentro para fora!? Assim surge o Descolando Ideias, se reunindo em vários pontos da favela onde costumamos dizer que são nossos “escritórios” para discutir ideias de projetos, eventos e atividades, usando como principal ferramenta as redes sociais, além da disposição de sair as ruas, becos e vielas para ver, observar e acompanhar a realidade do lugar onde moramos e do cotidiano, seja ela negativa ou positiva, triste ou alegre, dura ou fácil”. (<http://descolandoideias.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>)

associado a um certo reconhecimento a partir desse apoio concedido pelo braço social do Programa de Aceleração do Crescimento.

O grupo, no entanto, não durou muito tempo. Ela conta que os participantes foram se “dispersando”. Lana saiu do grupo dois meses depois de ter saído do emprego na emissora de televisão. A saída do grupo esteve relacionada a “estresses pessoais” que ela não precisou. Ela e a criadora da iniciativa, que a havia convidado a participar, pararam de se falar. Mas minha interlocutora também associa seu desinteresse pelo grupo ao fato de passarem a estar muito na “rede social” (se referindo às redes sociais da Internet) e “tendo pouca prática”, “coisas na rua”, como haviam se proposto inicialmente.

Na mesma época, Lana namorava um rapaz morador de outra favela e começou a trabalhar com ele na produção de eventos (“não tinha nada de social, era fazendo evento mesmo”). Ficou um ano trabalhando com ele, mas como não estavam tendo lucro, resolveu procurar outra coisa. Foi quando um dos coordenadores do Raízes a chamou para trabalhar na produção de um evento e, em seguida, em um projeto financiado pela Petrobrás (foi a iniciativa a que estava vinculada quando a conheci em 2013). Eles já se conheciam devido à sua participação no grupo: “A gente já se conhecia principalmente por causa do Raízes. E o Raízes, a gente sempre teve assim o Alan como uma referência muito grande pra gente, então, a gente sempre vinha pra cá fazer a coisa junto”. Lana conta que mesmo depois de terminado o contrato e sua remuneração, continua vinculada à organização: “porque dezembro (de 2013), eu já tinha acabado a questão financeira, mais eu ainda estava aqui fazendo algumas coisas e tal, então, ainda estava meio como Raízes”.

Retomando seu interesse pela comunicação e por jornalismo, apesar de pensar nessa profissão desde os 12 anos, ela (diferentemente de outros moradores do Alemão da mesma geração) não participou na adolescência de nenhum curso oferecido por ONG nessa área. Fez cursos depois da experiência de trabalho na Rede Globo e também após a construção da Praça do Conhecimento, equipamento público da prefeitura voltado para comunicação e tecnologia, em uma das favelas do Complexo em 2011<sup>89</sup>. “Minha primeira experiência assim forte, mas com equipamento, foi no Parceiro do RJ e, depois, na Praça (*do Conhecimento*), eu fiz vídeo, que tinha um pouco de câmera e tal e, agora que eu fiz edição de vídeo, já depois de ter entrado na faculdade, mas só”.

Um outro participante do grupo do qual fez parte e seu amigo se recusou a participar do processo de seleção para essa vaga na emissora de televisão por razões políticas. Durante a

---

<sup>89</sup> Para mais informações sobre a Praça do Conhecimento, ver Capítulo 4.

entrevista Lana lamentou o fato. Em sua opinião, mesmo sendo contra muitas coisas, “ainda tem coisas a se aprender lá”. “E, aí, assim, eu acho que no Parceiro, eu sempre falo assim, acho que independente de ser a Globo, de ter essa coisa da militância, de ser contra e tal, eu acho que os profissionais com quem eu me relacionei foram muito importantes pra mim”. Ela valoriza, portanto, muitíssimo essa experiência profissional, o que aprendeu e as pessoas que conheceu nesse período. Mas não deixa fazer reflexões críticas (a partir da “coisa da militância”) sobre ela.

Depois do trabalho na organização local, trabalhou por alguns meses como “articuladora” em uma política de juventude do governo do estado que acontecia em espaço em uma das estações do teleférico (construído no âmbito das intervenções do PAC). Ela soube da vaga através de um ex-namorado e conta que “não aguentou”:

Eu cheguei super empolgada, falei assim: 'pô, dá pra gente fazer um monte de coisa legal e tal'. Era uma burocracia muito grande. Eu falei assim: 'vamos fazer um encontro pra falar sobre comunicação com jovens. A galera hoje tem se comunicado muito através de rede social e tal'. Uma burocracia, porque tinha que passar por não sei o quê e passar por não sei aonde. Demorava mais de um mês pra conseguir fazer um encontro com jovens. Aí eu fui me estressando e falei 'não quero'.... (Entrevista com Lana de Souza, 2014)

Seu desligamento da iniciativa a que se refere no trecho anterior, passa por não poder “fazer um monte de coisa legal”, o que passava por realizar atividades (como “encontro com jovens”, público-alvo do projeto) ligadas também ao uso das redes sociais (uma das ênfases daquilo que realizava no Descolando Ideias. A “burocracia” e seus caminhos (“passar por não sei o quê e por não sei onde”) tornavam mais lento do que ela esperava a realização do que julgava, a partir de sua experiência de inserções anteriores (no Descolando, no Raízes), como sendo atividades simples de serem realizadas. Aí evidencia-se uma distinção importante entre o engajamento profissional em determinados projetos sociais (nesse caso gerido diretamente pelo governo) e outras inserções onde a “burocracia” a que se refere não esteve colocada (ao menos não do mesmo modo).

Na época da entrevista Lana havia trabalhado por quatro meses com um amigo em uma iniciativa chamada “Universidade da Correria”. Esse amigo havia participado durante muitos anos de uma das grandes ONGs com atuação em favelas, com a qual rompeu, e criou uma iniciativa própria que não era institucionalizada, segundo ela, tratava-se de uma “agência”. Ficou pelos meses em que a iniciativa tinha financiamento de uma organização

internacional. Ela trabalhava com a parte de comunicação: "(...) eu fazia captação de vídeo, fotografia das aulas, fazia todas as redes sociais, todas as páginas, porque tem, são oito páginas, mas são de projetos específicos. Então, todas as redes sociais também era eu que fazia e tal, mas era mais essa coisa da comunicação". A Internet e a gestão das redes sociais virtuais passam a fazer parte também do trabalho com comunicação.

Lana criou, entre final de 2013 e início de 2014, um coletivo com outras pessoas do Alemão: o Papo Reto<sup>90</sup>. Nascido a partir da mobilização de pessoas ligadas a diferentes grupos, coletivos e organizações locais devido aos impactos de fortes chuvas (quando muitos moradores ficaram desabrigados) no final de 2013, o coletivo passou a trabalhar com comunicação na denúncia da violência policial e na divulgação de manifestações culturais e talentos locais. Assim como Lana, outro membro do coletivo (Raul Santiago) havia feito parte do grupo do qual ela já havia participado anos antes e já eram amigos. Lana, dentro do coletivo, era uma das responsáveis pela filmagem e edições dos programas e materiais disponibilizados por eles nas redes sociais virtuais (que fazia em seu computador com programa baixado por ela mesma da Internet). No momento da entrevista, no entanto, ela não integrava a iniciativa:

Hoje eu não estou no coletivo, mas é..., assim, é muito difícil não me ver parte da galera, porque a gente tá sempre junto, sai junto, faz as coisas juntos. Mas, assim, eu saí do coletivo por briga mesmo, né, com o (*nome de um ex membro do coletivo*); hoje a gente não se fala. (...) Não, a gente não se fala, porque, assim, eu não gosto de ficar parada. Eu gosto de fazer as coisas o tempo inteiro e, aí, as pessoas que não fazem muito, assim, me incomodam e acabou que a gente teve uma discussão feia, assim, aí eu saí; disse: 'não quero mais, vou sair, vou focar nas minhas coisas', mas, assim, e aí...continuo sempre ajudando, sabe? Tem agora o Calazans (*cantor de funk do Alemão e participante do Papo Reto*), eles querem fazer o clipe, eu que vou roteirizar e editar e tal, mas tecnicamente não sou do coletivo... (Entrevista com Lana de Souza, 2014).

Os coletivos, grupos e organizações locais com os quais tive contato ao longo do trabalho de campo tinham como característica determinante um forte laço afetivo entre os participantes. Em geral, eram vizinhos, amigos e, em alguns casos, familiares ou namorados. Mesmo no caso das iniciativas mais institucionalizadas, a relação pessoal entre as pessoas mais envolvidas era fundamental para seus rumos. Assim como no caso de sua inserção (profissional) no Raízes, sua saída do Papo Reto não significou um total afastamento das

---

<sup>90</sup> A história do coletivo será objeto de análise no Capítulo 5 e por este motivo não me deterei a ela neste momento.

peças do coletivo (“a gente tá sempre junto, sai junto, faz as coisas juntos”) ou mesmo do coletivo (“continuo sempre ajudando”). O vínculo permanecia presente e foi sendo atualizada através da manutenção da relação de amizade com muitos de seus integrantes.

Após a entrevista, Lana continuava articulada a organizações, grupos e pessoas que faziam parte do universo da militância e de trabalho social no Alemão. Meses depois da entrevista retornou ao coletivo que continuava integrante no momento de redação da tese (2016). Como foi dito no primeiro capítulo da tese, foi através dela que cheguei ao projeto que pesquisei. Lana não ficou, no entanto, vinculada a ele durante todo o tempo de realização de trabalho de campo na iniciativa. Pouco depois de minha entrada, ela fez entrevista de seleção para integrar a coordenação de um equipamento do governo do estado voltado para juventude no Alemão e foi selecionada. Lá ficou por alguns meses e, depois de certo período e não tendo percebido a concretização de promessas em relação à sua remuneração, Lana acabou deixando esse emprego. Ao final da entrevista, quando perguntei sobre suas expectativas para o futuro, Lana resumiu da seguinte forma:

Eu quero tentar conciliar de alguma maneira, que eu traga o conhecimento que eu adquiri na academia (*refere-se ao curso universitário de Jornalismo*) pra comunidade, sabe? Eu quero tentar fazer alguma coisa; que seja o coletivo, que eu volte ou não; que seja alguma outra coisa maior, mas que tenha alguma coisa relacionada à comunicação, e que eu consiga distribuir, jogar um pouco do que eu sei pras outras pessoas, entendeu? Acho que é uma coisa que é muito importante, acho que conteúdo, a gente não pode guardar pra gente. Eu não tenho nada assim muito específico do que eu vou fazer assim, mas acho que um pouco disso, de tentar trazer de volta, porque na verdade muito do que eu sou aprendi aqui no Alemão. Então, acho que é tentar trazer de volta o conteúdo que eu tenho adquirido com o tempo (Entrevista com Lana de Souza, 2014).

O interesse e o investimento na comunicação são evidentes na trajetória de Lana. Ele é um dos elementos que estruturam suas escolhas profissionais e educacionais, mas que também – assim como no caso de Thamyra – contribui para conformar seu engajamento militante. Esse investimento em um certo tipo de conhecimento sobre comunicação (técnico, a partir de sua experiência profissional na Rede Globo e dos cursos que fez posteriormente na Praça do Conhecimento) e acadêmico (a partir de seu ingresso no curso superior em Jornalismo) são objeto de reflexão para ela. Ao falar de seus planos de futuro, põe ênfase em “tentar trazer de volta o que aprendeu”. É interessante notar que a noção de “trazer de volta” pressupõe uma saída, uma ida que não se associa necessariamente a um deslocamento geográfico, mas a um

deslocamento de posição. Lana era, no momento da entrevista, uma graduanda em Comunicação Social em uma universidade particular reconhecida na área (onde diversas pessoas que conheci no Alemão haviam estudado ou estudavam naquele momento), com um conhecimento na área graças a experiências profissionais que também marcam certa exterioridade em relação ao lugar (caso da Globo). O “trazer de volta” aquilo que aprendeu parte de um reconhecimento de uma espécie de dívida com o lugar (“na verdade muito do que eu sou aprendi aqui no Alemão”) que enseja a construção de uma retribuição.

Essa questão evocada por Lana ao final da entrevista, esteve presente ao longo do trabalho de campo de diversas formas entre pessoas engajadas. Elas acumulam capitais variados, a depender de sua inserção militante, e parece haver uma expectativa (entre as pessoas engajadas, ao menos) de que isso gere algum “retorno”, converta-se em benefícios não apenas na trajetória do indivíduo ou da ação social local em que se insere, mas na “comunidade”. Esse lugar moral ocupado pelas pessoas que militam e as expectativas ligadas a elas evidencia uma nova posição que os destaca em relação aos demais moradores do lugar. Com o acúmulo de novos capitais, surgem também novas cobranças e são conferidas a elas outras responsabilidades.

Outro aspecto importante que pode ser destacado a partir da trajetória de Lana – e que também aparece na de Maycom – são as continuidades de vínculo após quebras de relação que poderiam ser vistas como desengajamento. A saída do Raízes após um período de trabalho remunerado na instituição não significa um afrouxamento dos laços ali estabelecidos. E mesmo a saída com o coletivo do qual participava (e ao qual depois retornou) a partir da “briga” com um outro integrante não é capaz de forjar uma ruptura nas relações de amizade e proximidade que ela já mantinha com outras pessoas de lá. Ela continuou “ajudando”. Mais uma vez, a noção de “ajuda” parece ser central não só para conformação de relações variadas (parentesco, amizade, vizinhança, militância, trabalho etc) mas também para a sua manutenção ao longo do tempo.

### **Engajamentos cruzados: sobre construções de militâncias na favela**

Como foi dito inicialmente, a análise das cinco trajetórias aqui apresentadas não pretende esgotar as possíveis maneiras de engajamento militante em uma favela. Apresentei nesse capítulo algumas expressões do possível em termos de engajamento militante, enfatizando de que maneiras os contextos, em diferentes níveis, contribuíram para conformar engajamentos. Mas também considerando de que forma essas pessoas criavam, estabeleciam e

negociavam relações entre o que poderia ser percebido como diferentes dimensões de suas vidas (militância, trabalho, educação, relações de amizade etc)<sup>91</sup>. Busquei deixar evidente o quanto é, inclusive, difícil tratar essas diferentes “ordens de experiência” (OLIVEIRA, 2010) como dimensões apartadas devido às continuidades e sobreposições que pude observar entre elas tendo em vista as trajetórias analisadas e ao longo de minha pesquisa.

As cinco trajetórias analisadas nesse capítulo revelam as continuidades e sobreposições a que me refiro. Diversas experiências de meus cinco interlocutores revelam a associação entre investimento educacional, militância e inserção profissional (o trabalho, militância e estudos na área de comunicação, nos casos de Lana e Thamyra; e a inserção profissional a partir do engajamento militante local nos casos de Alan, Lucia e Maycom, para ficar em alguns exemplos). Evidenciam-se também, no entanto, relatos de momentos em que essas dimensões aparecem apartadas ou distanciadas, como no caso de Maycom e seus trabalhos como mototaxista e comerciante local.

Não há uma explicação única para o engajamento. Em todos os casos, o engajamento é elaborado como resultado de inúmeros fatores. E, em cada trajetória, esses fatores combinam-se de formas variadas. Em todos os casos não há, em suas narrativas, um episódio ou fato inaugural a que se refiram ao falar da militância. Em alguns casos, há um capital familiar acumulado nesse sentido. No caso de Lucia, seu pai que se envolvia em questões da comunidade e fazia campanha política, com quem ela tinha uma relação muito próxima; e no caso de Maycom, seu primo Alan que, ainda que não aparecesse desta maneira em seu relato, é a pessoa que o indica para seu primeiro projeto social que, em sua narrativa, aparece como porta de entrada para uma certa inserção ligada aos direitos humanos. Na trajetória de Thamyra, sua experiência religiosa e pastoral na adolescência tem um certo peso entre as experiências iniciais que vincula ao seu engajamento, assim como experiências vividas no ensino médio (não só o jornalzinho, mas também seu deslocamento espacial no Distrito Federal que lhe possibilita uma outra compreensão sobre seu lugar e também o “projeto” de seu professor de história). Para Alan, o engajamento está absolutamente ligado à sua inserção

---

<sup>91</sup> Nas palavras do sociólogo Wilson Oliveira, “(...) para compreender concretamente os processos de engajamento e desengajamento e a permanência na militância, o observador deve apreender, tanto pelos relatos biográficos quanto pela observação etnográfica, o desenrolar e a imbricação de diferentes “ordens de experiências”, “umas em relação com as outras”, vividas pelos atores dentro de alguns “submundos sociais” (profissional, afetivo, familiar, militante etc.). Essa análise relacional das distintas “ordens de experiência” nas quais os atores se encontram inseridos permite apreender as lógicas que conduzem ao engajamento e à permanência na militância como resultado de constrangimentos específicos relacionados aos locais, aos itinerários individuais e aos espaços sociais dentro dos quais os atores estão inseridos” (OLIVEIRA, 2010, p. 58).

profissional e educacional. É a partir da entrada na faculdade de Ciências Sociais na UERJ que acessa determinadas oportunidades de trabalho e, nessas experiências, reconstrói sua relação com o Complexo do Alemão. É nas iniciativas das ONGs nas quais trabalha “no território” que se aproxima do grupo de pessoas que dará posteriormente origem ao Raízes em Movimento, mas é também a partir no trabalho em ONGs que não têm sede no Alemão que passa a conhecer e reconhecer atores externos e internos (como o Verdejar, por exemplo) que ajudam a configurar seu próprio engajamento.

Nesse sentido, algo que aproxima as trajetórias é o investimento educacional que associa experiências de engajamento militante e profissional. No caso de Thamyra, Maycom e Lana isso se dá de forma mais evidente. Os três conformam suas militâncias e engajamentos associados à comunicação (sobretudo ao audiovisual). Os três combinam escolha de continuidade de escolaridade (faculdade de comunicação) com cursos oferecidos em outros espaços (ONGs e cursos oferecidos em um espaço da Prefeitura localizado em uma das favelas do Complexo do Alemão). E, nos três casos, oportunidades profissionais articulam seu interesse em comunicação a um certo tipo de engajamento e seus vínculos com o território.

E, em todas as trajetórias aqui analisadas, o vínculo com o lugar é determinante para as diferentes inserções profissionais dessas pessoas. Todos trabalharam em algum momento como “articuladores locais”, “mobilizadores” ou qualquer figura equivalente que, dentro de um projeto social (do governo ou não), tem como uma das funções principais fazer “mediação” e/ou estabelecer o vínculo com o território. A partir das experiências por eles narradas, Thamyra e Alan ampliam esse repertório profissional conseguindo também trabalhos onde esse vínculo não seria capital fundamental. No caso dos outros três, ao menos tendo em vista as experiências profissionais lembradas no curso da entrevista e acompanhadas por mim ao longo da pesquisa de campo, esse vínculo aparece de forma central. A relação com o lugar é também o que estrutura o engajamento militante das pessoas que compõem meu universo de pesquisa.

A militância de favela se estrutura a partir dessa relação: da pessoa com o lugar, que se constitui também como capital militante. É a partir da experiência no lugar, da vivência, prática, do cotidiano dessa relação que se constrói a autoridade necessária para se falar “em nome do lugar” em espaços de militância. Não à toa que, também nesse contexto, a figura do “cria” é comumente evocada para legitimar ou re-instituir a autoridade de alguns e desautorizar outros.

A importância da relação com o lugar para os movimentos sociais é evidente e não por

acaso seu ainda fundamental expoente (ao menos do ponto de vista da construção da memória desses movimentos) é a associação de moradores, que estrutura seu sentido de existência na articulação política das pessoas que vivem na favela. As ONGs e, ainda mais recentemente, outras formas de organização local (como os coletivos) passam a disputar o lugar de fala com essas instituições. A descentralização da representação da favela gerou a possibilidade de construção de outras legitimidades possíveis para se falar em seu nome. De acordo com Silva e Rocha (2008):

Atualmente muitas organizações não-governamentais se apresentam como porta-vozes dos moradores de favela, papel primordial das associações de moradores. (...) essas organizações têm atuação focalizada dentro das favelas, mas como suas ações têm reconhecimento e legitimidade externamente às localidades acabam por serem reconhecidas como representantes legítimos também dentro de seus territórios. Assim, hoje em dia quem fala “pelas favelas e sobre as favelas” não são mais as associações de moradores (SILVA, ROCHA, 2008, p. 46).

É importante ter em conta que a autoridade e a legitimidade dessas instituições estão fortemente ancoradas na **reputação** de seus criadores (que em geral são também seus principais representantes públicos). O que interessa pensar aqui é que essas autoridades e legitimidades que são construídas na relação com a favela, com o lugar e por essas pessoas têm muitos percursos possíveis. Nos casos de Alan e Lucia, para partirmos de pessoas que de fato criaram instituições, pode-se pensar nas grandes diferenças entre suas trajetórias. Apesar de ambos terem famílias que viviam em favelas do Complexo há mais de uma geração, a trajetória particular de Alan (e de parte de sua família) foi de idas e vindas. No entanto, é com seu retorno mais duradouro através do projeto do Viva Rio, na figura de professor e sua maneira de lidar com as pessoas do lugar (parando para cumprimentar, conversando etc) que esse reconhecimento se consolidou. Já Lucia fez toda sua trajetória no e a partir do Alemão. As aulas de alfabetização que deu, seu engajamento político-partidário e suas múltiplas inserções militantes deram-se a partir dali.

Outro aspecto para o qual quero chamar a atenção é a questão geracional<sup>92</sup> e as

<sup>92</sup> Aqui, no entanto, adoto a perspectiva de parte dos estudos de sociologia e antropologia sobre juventude, a partir do que Novaes e Vital (2006) denomina “experiências geracionais comuns”. De acordo com as autoras, “ser jovem em um mesmo momento histórico permite viver uma experiência geracional comum”, chamando atenção para três aspectos fundamentais de tal experiência para jovens latino-americanos naquele momento: o “medo de sobrar” (ou seja, não conseguir se inserir no mercado de trabalho); o “medo de morrer” (seja por bala de fogo ou por acidentes de trânsito); e o “sentir-se desconectado em um mundo conectado” (nas palavras das autoras, “As conquistas tecnológicas modificam a comunicação, a socialização, a ‘visão do tamanho do mundo’ entre gerações. A propagação veloz de certos símbolos e valores pelos mais diversos países permite que jovens (...) de alguma forma compartilhem um mesmo universo de referência”). (NOVAES,

relações entre militantes de diferentes gerações. Tanto no que diz respeito ao momento de vida – as pessoas mais jovens e as mais velhas; quanto aos diferentes momentos de engajamento que também podem sugerir a conformação do que Fillieule (2005) chama de “unidades geracionais”<sup>93</sup>. As diferenças entre gerações permitem vislumbrar aspectos importantes sobre as estruturas de oportunidades disponíveis para grupos de pessoas nascidas em diferentes momentos históricos, mas também formas de socialização distintas no que se refere, no caso desse estudo, ao engajamento militante das mesmas. A forma de inserção em ações coletivas que privilegiam a “juventude” e a “favela” sugerem essa distinção. Alan e Lucia já ingressaram na militância sobre o tema da juventude quando não eram mais jovens, ainda que pudessem ser considerados “referências” por pessoas que, como Thamyra, Maycom e Thamyra, tinham na auto-identificação como jovens (e no fato de serem reconhecidos como tais) um capital específico nesse caso. Nesse contexto, “ser jovem” é uma marca que cria diferença em relação a pessoas de outras idades, mas também um sentido de possível identificação entre aqueles que assim se reconhecem. Não à toa, no evento #OcupaAlemãoÀs9h (tratado no primeiro capítulo) os organizadores acionavam esse lugar para reivindicar um lugar específico para sua mobilização. Estavam falando do lugar de jovens, daqueles que mais morrem nos conflitos armados da favela e em ações policiais ali.

Esse mesmo caminho de análise, ajuda a pensar a inserção dessas diferentes pessoas em projetos sociais e nas organizações (como Raízes e Educap) em que se engajam, sejam através de oportunidades de trabalho, seja como beneficiários de projetos voltados para esse público, seja como militantes. Ainda que pessoas mais velhas e mais jovens possam disputar a mesma vaga para o cargo de “articulador local”, por exemplo, em iniciativas de juventude esse lugar costuma ser ocupado por pessoas jovens. Assim como, a coordenação ou gerência de tais projetos costuma ficar com pessoas mais velhas, com mais “experiência” profissional. Alan e Lucia, criadores das instituições através das quais constroem seus engajamentos militante e profissional ocupavam esses lugares no período observado. Thamyra, Lana e

---

VITAL, 2006, p. 112/ 113) Em todos esses casos, elas chamam a atenção para as diferentes intensidades dessa experiência comum tendo em vista a grande multiplicidade características abarcadas quando nos referimos aos(às) “jovens” (de classe, local de moradia, gênero, etnico-racial, orientação sexual etc).

<sup>93</sup> Fillieule (2005) trabalha com a noção de “unidades geracionais” em seus estudos sobre carreira militante e processos de engajamento e desengajamento. Em suas palavras: “(...) on dira simplement que de que l'on entend par génération politique désigne un groupe qui, à un moment donné du temps identifié comme correspondant à une étape significative, a rejoint un collectif militant. Très précisément, c'est a partir d'une analyse par cohorte (définie par la date d'adhésion) que l'on peut tenter ensuite, si cela fait sens, de déterminer l'existence d'unités générationnelles au sens de Mannheim (Mannheim K., Le problème des générations, Paris, Nathan, 1990) (FILLIEULE, 2005, p. 13, nota 10).

Maycom integraram iniciativas para jovens como “articuladores”, “monitores” ou “instrutores” (dando aulas). Entre as trajetórias de “jovens” aqui apresentadas, apenas no caso de Thamyra, que logrou a aprovação de um projeto em um edital voltado para jovens que trabalhavam com cultura, observei a ocupação desse outro lugar.

O peso das diferenças geracionais variam, no entanto, a partir da dimensão a ser observada. Pensando nas trajetórias aqui apresentadas, por exemplo, alguns aspectos parecem aproximar mais pessoas de diferentes gerações do que da mesma. O lugar da socialização religiosa, por exemplo, coloca-se com maior ênfase nas trajetórias de Lucia e de Tamhyra do que na dos demais. Lucia e Alan, da mesma geração, expressam, portanto, diferentes caminhos possíveis de conformação de um engajamento militante ancorado em suas relações com a favela mesmo fazendo parte da mesma geração. Assim como Thamyra, diferentemente de Maycom e Lana, tem na religiosidade um valor central que irá influenciar em suas escolhas de vida (inclusive de engajamento militante), mas que também é reconformado pela sua inserção na militância.

No caso de Lucia e Alan, além da proximidade etária, seria possível pensar que o que os une é mais o fato de serem reconhecidos por outras pessoas, entre elas militantes mais jovens, como “referências”? Como pessoas a quem se recorre para operar diferentes tipos de mediação (como contato com interlocutores externos, por exemplo) e “ajuda”? Reconhecimento esse possível pelo prestígio acumulado ao longo do tempo na relação com diferentes atores e suas redes de contato? Essa pode ser uma possibilidade. No entanto, na própria entrevista de Lucia, um jovem (Rene Silva) é por ela evocado como “referência”, “espelho” para outros jovens.

Esse lugar como “referência” não seria, portanto, exclusivamente das pessoas com mais idades (aqueles que no geral são tratados como “tios” e “tias” ou como “professor”, no caso de Alan). O lugar de “referência” pode ser percebido como posição relacional. Em determinados contextos e momentos, algumas pessoas podem ser consideradas “referências” ainda que não o sejam todo o tempo, nem para todas as pessoas com as quais se relacionam. Nem todas as pessoas dos movimentos sociais de favela são consideradas como tais. Essa condição está relacionada a uma série de atributos e características. Entre elas o acúmulo de prestígio, a construção de uma certa legitimidade para falar “em nome” da favela e a importância de uma rede de contatos viva e mobilizável. A última característica fica bastante evidente nas entrevistas de Alan e Lucia que muitas vezes evocam diferentes pessoas com grande peso institucional de dentro e de fora da favela pelo primeiro nome.

No entanto, as pessoas que são consideradas “referências” não o são por todos(as) que fazem parte do movimento social do lugar (ou fora dele). E, nesse sentido, algumas das pessoas mais jovens e engajadas podem ser consideradas referências por outros, sejam mais velhos, sejam mais novos. Este é o caso de René Silva. Mas também o de outras pessoas jovens. Ao, por exemplo, organizar “oficinas de formação” voltadas para jovens (ver Capítulo 4), as pessoas que integravam naquele momento podiam (potencialmente) tornarem-se “referências” para os participantes da atividade. Na entrevista de Maycom, ele conta que pessoas engajadas jovens como ele, ligavam para ele para pedir sua opinião sobre certos assuntos. A articulação entre militância e relações pessoais é mais uma vez fundamental para pensar o lugar de “referência”.

As pessoas que são referência o são para sua rede de contatos e a amizade constitui-se aí como âmbito fundamental das relações. Quando Alan fala que é preciso “cultivar” sua rede de contatos ou quando Lucia fala de “paixão” para se referir a pessoa que conheceu em um evento e se prontificou a ajudá-la voluntariamente na formalização do Educap eles estão falando sobre vínculos que ultrapassam aqueles que aproximam pessoas que defendem uma mesma causa. A dimensão do “afeto”, tão presente no acompanhamento de pessoas engajadas, que foi muitas vezes enfatizada em postagens na Internet e conversas informais com Thamyra, passa a ser não apenas vivida como parte da militância, mas também tematizada nesses termos. As emoções e os vínculos afetivos<sup>94</sup> entre pessoas engajadas em ações coletivas vêm sendo, mais recentemente, temas recorrentes em conversas de bar e reuniões. Ele se relaciona à necessidade de um(a) cuidar do outro(a) já que quem milita nesse tipo de movimento social sente-se, muitas vezes, excluído de formas mais disseminadas de perceber e viver a sociedade.

Minha proximidade com o Raízes em Movimento e com Alan permitiu observar no cotidiano sua condição de “referência” deste último, procurado constantemente por pessoas de fora para saber sobre coisas do Alemão, agendar visitas, convidá-lo para reuniões etc.;mas também por vários participantes, de diferentes idades, de grupos, instituições e coletivos locais. Com Lucia, essa forma de ser posicionado apareceu em conversas informais e durante a entrevista. Nos dois casos, outra indicação da relevância dessas pessoas era eles estarem ou não presentes nas reuniões e outras atividades. O peso era completamente distinto de estar o

---

<sup>94</sup>“A existência de um vínculo positivo e interpessoal com um ou vários membros do grupo pode funcionar como um canal de informação; ela aumenta a credibilidade dos apelos e intensifica a pressão para tornar tais apelos e as práticas correspondentes aceitáveis. Não é de se surpreender, nessas condições, que a conversão seja improvável na ausência de vínculos afetivos” (SAWICKI, SIMÉANT, 2011, p. 15).

Alan, a Lucia ou outra pessoa representando a instituição que coordenavam. O mesmo eu pude observar com pessoas bem mais novas de coletivos e instituições. Ainda que essas mesmas pessoas buscassem frequentemente se aconselhar com uns com os outros. Mas alguns desses mais novos já eram vistos como referências de outras pessoas, não só de pessoas mais jovens ainda do que eles, como de pessoas também mais velhas, dada sua reputação e/ou a reputação e legitimidade de sua militância/ trabalho social e de seu grupo.

A construção daquilo que permite a uma pessoa tornar-se “referência” passa não apenas por uma certa reputação (pessoal e do grupo, coletivo e/ou instituição a quem pertenceu e/ou pertence), mas também por outros vínculos e relações. A reputação na favela e, mais especificamente, nos movimentos sociais passa pela mobilização de uma série de características e também de relações, entre elas de amizade e parentesco. No entanto, não se trata apenas de “cultivar” relações (como bem diz Alan), mas também de saber quando e de que maneira podem e devem ser acionadas. De que forma articular interesses individualidade e interesses comuns dentro do que Bailey (1971) chama de uma mesma “comunidade moral” onde valores e categorias são compartilhadas e onde a proximidade permite um intenso e cotidiano julgamento das pessoas que dela fazem parte.

Se por um lado a pessoa tem que estar disponível para os outros, o que inclui atender telefonemas com presteza, poder ser encontrada mesmo fora do “horário comercial” e “ajudar” sempre que preciso (e de diferentes maneiras). A pessoa que é “referência” para outras pessoas têm que estar disposta a ajudar. Se, para uma “referência”, a capacidade de “ajudar” era constituinte da possibilidade de ser reconhecida enquanto tal, isso estava relacionado aos muitos valores e relações mobilizadas pela ideia de “ajuda”. Ela era estruturante na conformação de diferentes relações: amizade, parentesco, vizinhança, militância, pesquisa etc. Referia-se também às diferentes modalidades esperadas por pessoas diferentemente posicionadas socialmente: homens ou mulheres; pessoas mais novas ou mais velhas; pessoas com parentes que “ajudavam a favela” ou não; filhos(as) mais velhos ou mais novos etc.

Atentando apenas para os exemplos disponíveis nas narrativas aqui analisadas é possível refletir sobre alguns desses aspectos a partir de diferentes contextos. Na narrativa de Alan a “ajuda” apareceu ao contar sobre a infância no Alemão e o fato de ele e seus primos “ajudarem” no comércio da família, assim como o fato de ter “ajudado” as pessoas para as quais sua mãe trabalhava como faxineira. Nesses dois contextos, e assim como em diversas situações na narrativa de Lucia, a “ajuda” parece associada à família e ao trabalho. Mas a um

tipo de trabalho no âmbito das relações familiares. Na trajetória de Lucia, a ajuda associa-se a rede de apoio entre mulheres e a ocupações delas esperadas: a mãe vendia artesanato e produtos de beleza para “ajudar em casa; Lucia “ajudava” a mãe a cuidar dos irmãos e deixou de trabalhar fora para “ajudar” a cuidar da mãe doente; mas também receber “ajuda” de suas mãe e irmã na criação de seus filhos. Expressa, portanto, valores e práticas no âmbito da casa e da família (assim como no caso do Alan), mas evocando uma perspectiva de gênero e dos papéis esperados que sejam desempenhados sobretudo por mulheres. Expressa-se aí também a questão da retribuição: quem ajuda também espera ser ajudado quando precisar.

Ainda na trajetória de Lucia, a “ajuda” também apareceu para além das fronteiras da família e da casa. O pai “ajudava” as pessoas, participando de mutirões, em situações de chuva forte e alagamento, fazendo encanação de esgoto. Nesse sentido, a “ajuda” se expressa nos vínculos de vizinhança que contribuem para fortalecer a ideia de que viviam em comunidade, evocando a construção de laços de solidariedade e de trabalho coletivo (no sentido tratado no primeiro capítulo). Lucia, por sua vez, “ajudava” pessoas a aprenderem a ler e também “ajudou nas ações dos jovens” quando trabalhou no Cieds.

Na narrativa de Thamyra, a “ajuda” apareceu relacionada ao período em que ainda vivia em Brasília e dava aula de reforço escolar para crianças de uma favela lá. “Dar aula” também é um lugar que pode ser percebido como “de ajuda” e a conformação de experiências como professores faz parte das trajetórias de Alan e Lúcia também, de diferentes formas. O exemplo ligado a Thamyra contribui para inserir na análise do termo a dimensão de uma diferenciação entre quem “ajuda” e quem é “ajudado”. Nem todo mundo pode “ajudar”. No caso de Thamyra, ela tinha as disposições (ligadas a seu engajamento religioso naquele momento), mas também os atributos necessários (ela sabia ler e podia ensinar) para “ajudar”. Nesse sentido, a “ajuda” nem sempre pressupõe uma reciprocidade, mas ela coloca em evidência um lugar de dívida daqueles que receberam a “ajuda” e de gratidão pela “ajuda” recebida.

Lana evoca a noção de “ajuda” ao falar de sua relação com o coletivo Papo Reto após sua saída. Como foi dito por ela, saiu, mas “continuou ajudando”. Nesse sentido, a “ajuda” pode ser encarada como uma continuidade dos vínculos de engajamento militante e de amizade com as pessoas do grupo. A “ajuda” aparece como demonstração de que os vínculos constituídos entre ela e as outras pessoas do coletivo não foram totalmente desfeitos. A “ajuda” contribui para a manutenção de tais vínculos e expressa seu desejo de não afastamento total daquelas pessoas e da iniciativa em que estivera envolvida. Tanto assim que, tempos depois, ela voltou a participar da iniciativa.

Mas por que recuperar aqui os sentidos e dimensões da noção de “ajuda” entre alguns de meus interlocutores? Trata-se de uma noção central para muitos deles e no contexto pesquisado. Assim como as categorias analisadas no primeiro capítulo, ela compõe a gramática das ações coletivas locais, mas (assim como “luta”, por exemplo) também do cotidiano das pessoas que integram tais ações. Assim como a política e o voto, analisados por Heredia e Palmeira (2006) e L'Estoile (2014) no contexto de regiões rurais do Nordeste, as normas que prevalecem nas ações coletivas são, em grande medida, prolongamentos daquelas que regem relações cotidianas. A “ajuda” está nessa ordem de normas que ensejam dinâmicas de reciprocidade, dívida, gratidão; que constituem e atualizam relações familiares, de vizinhança, de comunidade e amizade; e que também integram o modo de se perceber e fazer a militância. As pessoas que se recusam a ajudar (sobretudo em momentos críticos, como aquele a ser analisado no Capítulo 5) dificilmente serão reconhecidos como “referências” (ou mesmo como pessoas engajadas de forma mais ampla) no lugar.

### **Capítulo 3 – Projetos sociais e militâncias: continuidades, deslizamentos e tensões**

#### **Sobre projetos para jovens em favelas**

Trata-se como projetos sociais, entre meus interlocutores, um conjunto de ações e atividades (aulas, reuniões, campanhas) voltadas para formação de pessoas com determinadas características (podem ser jovens, mulheres, adolescentes etc) oferecidos por uma variedade de instituições<sup>95</sup>. No período em que realizei o trabalho de campo no Alemão não havia escassez de projetos sociais. Ao contrário, no momento pós Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e pós-implantação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no local, cursos e projetos para jovens eram ofertados por órgãos governamentais, organizações não governamentais, instituições locais, organizações do Sistema S<sup>96</sup>, associações de moradores, instituições religiosas etc.. Em comum, um intenso investimento na produção de dinâmicas de “formação” dos jovens e na “ocupação de seu tempo livre”.

Apesar de variados em suas temáticas (que iam desde a formação de turistas a partir de uma perspectiva do jovem conhecer sua cidade até a transmissão de conhecimento na área audiovisual), os projetos sociais que encontrei guardavam semelhanças entre si. O foco na transmissão de certos conhecimentos era uma delas. Quase todos previam em suas dinâmicas encontros que assemelhavam-se a aulas onde algum tipo (ou diversos tipos) de conhecimento específico era transmitido aos moradores de certa faixa-etária do Complexo do Alemão. Tratavam-se de encontros em geral realizados duas vezes por semana, na parte da manhã ou da tarde, que duravam cerca de três horas. Neles, alguém desempenhava a figura de professor(a), mas não com esse nome (como instrutor, dinamizador ou monitor, por exemplo). Os encontros regulares aconteciam em espaços fechados em instituições com sedes no local, fossem elas organizações locais ou equipamentos públicos criados ali desde as obras o PAC. Na maior parte deles também eram previstos encontros em outros locais, dentro e fora do Complexo, enfatizando o acesso dos jovens à cidade como um todo, à circulação. Em dois projetos em que estive em algumas atividades, houve passeios a locais como o Hotel da

---

<sup>95</sup> As características dos projetos sociais, suas dinâmicas e formas de atuação serão detalhadas e analisadas ao longo deste capítulo.

<sup>96</sup> Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Refere-se ao conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais estabelecidas pela Constituição Brasileira. As receitas arrecadadas pelas contribuições ao Sistema S são repassadas a entidades, na maior parte de direito privado, que devem aplicá-las conforme previsto na respectiva lei de instituição. Me refiro aqui a organizações como Sesc (Serviço Social do Comércio), Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), Sesi (Serviço Social da Indústria), que oferecem cursos variados dos quais alguns das pessoas que fizeram parte do universo da pesquisa participaram.

Loucura, o Centro do Rio de Janeiro, Jardim Botânico e à Escola Benjamin Constant, na Urca (instituição para pessoas com deficiência visual). Nem todos remuneravam os participantes com bolsa. E a faixa-etária prioritária das iniciativas que conheci abarcava, de modo geral, pessoas entre 15 e 29 anos (que, como foi visto no primeiro capítulo, eram constitucionalmente consideradas jovens no Brasil naquele momento).

Os “encontros” (nome comumente dado para se referir às suas atividades ordinárias nos “territórios”<sup>97</sup>) dos projetos que visitei, apesar de centrados na figura de um adulto que fazia as vezes de professor (aquele responsável pela transmissão do conhecimento), poderiam ser descritos como informais em comparação com a dinâmica de sala de aula. Os participantes sentavam em cadeiras dispostas em círculo na maior parte das vezes. E eram convidados a usar diferentes tipos de equipamentos eletrônicos, a depender da ênfase do projeto, que iam de computadores (desktop) e tablets ou celulares a câmeras de filmagem ou fotográficas profissionais ou semi-profissionais.

Ainda que cada iniciativa possuísse um tempo diferente de duração (que em geral ultrapassava três meses), outra característica em comum entre eles era chegar a um produto final realizado pelos participantes (em alguns casos com produtos intermediários ao longo do processo). Tais produtos iam de fotos e filmes até a organização de eventos ou a redação de textos (incluindo projetos sociais, como será visto neste capítulo). Em alguns deles, os encontros também incorporavam atividades práticas, convidando os jovens a um certo tipo de participação regular através da execução de certas tarefas em seu decorrer ou no período entre eles. Os participantes também eram frequentemente convidados a participar emitindo suas opiniões ou relatando suas experiências sobre o assunto. O relato, a fala pública, era algo desejado e estimulado. Enquanto conversas paralelas entre eles eram reprovadas ou desestimuladas por aqueles que desempenhavam o papel de organizar e conduzir os encontros.

Um outro ponto de contato dessas iniciativas foi o financiamento, vindo de fora do Complexo do Alemão. Os projetos ou cursos que pude acompanhar tinham recursos de órgãos estatais, como uma secretaria municipal, estadual um ministério ou a Petrobrás, por exemplo, e instituições privadas nacionais ou estrangeiras (empresas, bancos e agências de fomento). A maior parte deles foi elaborada e redigida por pessoas que não viviam no Complexo do

---

<sup>97</sup> “Território” é a categoria usada comumente pelos projetos sociais e outras ações realizadas por ONGs e poder público para se referirem ao lugar onde parte das atividades do projeto social deve acontecer. No caso estudado, o território era o Alemão. “Campo” foi outro termo que vi sendo mobilizado com esse fim, mas apenas quando membros da equipe do projeto que trabalhavam no escritório da ONG responsável conversava entre si.

Alemão sendo ofertada à população local e considerada, nesse sentido, público-alvo das ações. Pessoas do lugar também ocupavam (em alguns casos) determinados cargos na organização dos projetos e cursos como os de instrutores ou dinamizadores e, de modo mais comum, mobilizadores locais (esse assunto será retomado mais a frente). As iniciativas faziam circular pelas ruas das favelas do Complexo do Alemão determinadas marcas que indicavam que os projetos estavam sendo ali realizados. Através de nomes e logomarcas em banners, em camisas utilizadas pelos participantes e na circulação de convites, folders de divulgação ou fotos veiculados nas redes sociais virtuais de pessoas e organizações a eles vinculadas. Tais iniciativas tinham que ser visíveis. Não por acaso, a veiculação das fotos das atividades dos projetos nas redes sociais virtuais, mas também em documentos (como relatórios e publicações) eram também uma constante.

Os projetos não eram novidades trazidas pelas obras do PAC ou pela “pacificação” então em curso, ainda que eles tenham se tornado mais presentes com esses processos, ao menos no Complexo do Alemão no período investigado. Há mais de duas décadas, projetos sociais - realizados pelo governo, por ONGs ou outras instituições - tornaram-se comuns em muitas favelas de grandes cidades do Brasil, em especial no Rio de Janeiro<sup>98</sup>. Boa parte dessas iniciativas tinha jovens como seu público-alvo preferencial, tem como pressuposto a ideia de que jovens das classes populares precisam de “formação”, como como “ocupar seu tempo livre”<sup>99</sup>. Nessa seção da tese o objetivo é olhar para essa realidade – e suas interfaces com a produção da juventude, da favela e da militância – a partir de um projeto social específico: o Formação de Agentes Jovens de Cultura.

Desde a década de 1990, ser jovem em uma favela do Rio de Janeiro pode ser entendido também a partir da chave dos projetos sociais. Os projetos consolidaram-se como formas de agir de diferentes atores, entre eles Estado, organizações não-governamentais, empresas e outros agentes, sobretudo em determinadas localidades e para certas populações.

---

<sup>98</sup> Para análises acerca da constituição de projetos sociais para jovens em favelas cariocas, ver Novaes (2002, 2006), Souza (2002, 2008, 2014), Tommasi (2004, 2005, 2012) e Rocha (2011, 2015).

<sup>99</sup> Nas palavras de Tommasi (2005), “Geralmente a atenção da sociedade civil e do poder público pelo universo juvenil é pautada pela visão dos jovens como problema social, vítimas ou causadores de violência e protagonistas de atos criminosos, assim como pelo impacto de estatísticas sobre consumo de drogas e difusão das DST/ Aids. A maioria das ações desenvolvidas se propõe, assim, ocupar os jovens em seu tempo ocioso” pressupondo que o universo juvenil seja constituído de indivíduos apáticos e sem interesses (...). Nesse panorama, a proposta de considerar os jovens não mais como problema e sim como “parte da solução”, elaborada pelas fundações e apropriada por muitas ONGs, tem operado uma mudança considerável nas práticas de ação com jovens. Mas, partindo desse referencial, são outras as questões críticas que surgem, como o risco de fazer recair sobre os ombros dos jovens a responsabilidade de solucionar os complexos problemas sociais (TOMMASI, 2005, p.251).

A modalidade projeto inventou um modo de agir junto a jovens moradores de favelas. Por um lado, a pessoa/ instituição responsável pelo projeto pode através dele tentar conseguir recursos financeiros para colocar suas ideias em prática. Por outro, enunciar que fará (ou que tem) um projeto social para jovens contribui para inserir tal organização/pessoa em uma dinâmica local específica, ligada à ação/ trabalho social<sup>100</sup>. Trata-se de uma inserção específica, inclusive profissional, percebida por muitos como modo de engajamento militante em certos casos (quando são organizações, coletivos, grupos ou pessoas que se percebem e/ou são percebidas como militantes por atores de dentro e de fora da favela).

Os projetos precisam de foco, expresso sob a ideia de público-alvo. Para que seja possível concorrer com outros projetos e ganhar determinado financiamento que permita que o projeto “saia do papel” é necessário estar de acordo com as linhas de financiamento de onde se busca o recurso. Os recursos disponíveis para boa parte dos projetos têm relação com a ideia de pobreza ou a de populações percebidas como vulneráveis, caso dos jovens das classes populares e moradores e favelas e periferias de grandes cidades.

Desse modo, o processo de produção de um projeto integra uma dinâmica bem mais ampla que envolve o ajuste de ideias entre quem propõe o projeto e quem o financia. Uma vez que já tematizei a gramática de ocupação, luta e etc. no primeiro capítulo, o vocabulário que avulta-se como relevante para a discussão dessa parte da tese é composto pelas ideias de risco e vulnerabilidade envolvendo os jovens pobres. Mas o léxico em questão também é formado por noções como cidadania, desenvolvimento local, protagonismo juvenil, participação etc., propostos como soluções para os problemas sociais relacionados à juventude<sup>101</sup>. Os projetos sociais, visíveis a partir de dinâmicas locais, no território, são, desse modo, parte de relações e dinâmicas que o ultrapassam de diversas formas, mobilizando relações institucionais e pessoais em diversos níveis.

Rocha (2015) e Tommasi e Velazco (2013), inspiradas em Foucault, sugerem que se pense os projetos sociais como “um instrumento de controle e gestão de população eficiente” ou como “estratégias de governo dos pobres”. Ainda que seja um modo profícuo analiticamente de olhar para tal realidade, acredito que, ao reconstituir aspectos da produção

---

<sup>100</sup> “Trabalho social” e “ação social” são modos através dos quais diversas pessoas que trabalham em ONGs referem-se a seus próprios trabalhos. Será preciso compreender melhor o que significam e a que práticas e discursos se referem. Será necessário revisitar a origem das ONGs e do trabalho social em favelas do Rio de Janeiro. (LANDIM, 2005; ZALUAR, ALVITO, 1998)

<sup>101</sup> Esses problemas, desde a década de 1990, vem se expressando em questões ligadas à violência urbana, à sexualidade juvenil (prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez), à inserção no mercado de trabalho e à insuficiência da formação escolar. (TOMMASI, 2004; ABRAMO, 2005; CASTRO, 2012)

de um projeto específico, seja possível perceber relações e dinâmicas que produzem e são produzidas por ele, evidenciando agenciamentos que ultrapassam o fato de expressarem formas de governo, controle e gestão, como sugerem as autoras.

Olhar para esses projetos é também perceber seus efeitos (inclusive os não inicialmente previstos) que podem escapar ao enquadramento sugerido por elas. A consolidação de um marcador social a partir da ideia de “jovem de projeto” enunciada por Novaes (2006) – que passa a ser uma identidade mobilizada em determinados contextos e que, como lembra Rocha (2015) pode se constituir como “passaporte” para determinados trânsitos fora da favela, pode ser lida, por exemplo como efeito desse processo, ainda que não escape totalmente à lógica do controle ou gestão das populações formuladas pelas autoras antes citadas. Tais efeitos só podem ser notados, no entanto, a partir das pessoas e relações que engendram e são engendradas por tais projetos. Um âmbito de tais efeitos é, justamente, conformado pelas relações e interfaces com a produção dos movimentos sociais.

Os projetos sociais têm sido, portanto, usualmente pensados como modos de fazer (ou um “repertório específico”, para seguir a análise de Rocha (2015) a partir de Tilly) próprios das organizações não governamentais. Hoje, no entanto, podem ser considerados como uma modalidade de gestão de determinadas populações não restrito a essas organizações. Os projetos são um modo de relação entre diferentes atores institucionais (e também entre pessoas neles diferentemente posicionadas) que produzem efeitos diversos a depender de atores, relações e repertórios mobilizados. Nesse contexto, a juventude (e a favela) pode ser pensada como uma chave de leitura da realidade, de percepção de si e dos outros. Mas também como ideia que permite acessar recursos e valorizar atributos específicos no mundo dos projetos sociais, das ONGs e das políticas públicas e em suas relações com certas modalidades de ações coletivas.

Inspirada em Mosse (2005) e sua análise sobre projetos de desenvolvimento, busco entender como o projeto funciona, incluindo as pessoas nele envolvidos, o contexto, as atividades e relações por eles abarcadas (o que inclui a produção de encontros, documentos/papéis e relações). Entender o modo de funcionamento do projeto significa restabelecer a agência dos atores envolvidos no nível cotidiano, as múltiplas traduções entre os diferentes interesses envolvidos e mobilizados, a produção de narrativas e regimes de interpretação nele presentes. O lugar dos textos escritos é estratégico a partir dessa leitura. No entanto, de acordo com o autor, eles não devem ser tratados como orientadores das práticas mas como parte da produção de legitimidade dessas práticas. Não se trata, portanto, de saber se o projeto

funcionou ou não. O objetivo é a compreensão de sua produção e de seus efeitos.

### **Encontrando as pessoas, encontrando o projeto**

Em uma tarde, dia de semana, caminhava na principal rua de uma das favelas do Complexo do Alemão quando encontrei Maycom na rua do Raízes e paramos para uma breve conversa. Perguntei de onde ele vinha. Ele disse que retornava de uma entrevista de emprego que havia feito no Cieds, onde seu primo (Alan) havia trabalhado por um longo período. Contou que ele e Lana haviam sido indicados para processos de seleção para vagas em um projeto social voltado para jovens que iria acontecer ali e que seria gerido por essa ONG. Ele me contou também que, a princípio, haviam entendido que se tratavam de duas vagas de trabalho. Quando chegaram na sede da instituição (no Centro da cidade) souberam que os dois concorreriam à mesma vaga.

Despedimos-nos e continuei minha caminhada pela rua principal da favela. Parei no Raízes. Como se trata de uma ladeira longa e íngreme onde no final ficava uma das estações do teleférico, mas também era espaço de equipamentos públicos locais, era comum que eu fizesse uma parada lá. Assim, tomava fôlego para continuar a subida, bebia água nos dias de calor e usava o banheiro do lugar. Mas também parava para conversar com as pessoas da organização e aquelas que costumavam frequentar o local para conversar com Alan, David ou outras pessoas, participar de reuniões ou outras atividade. Essas pessoas, em geral, haviam trabalhado lá ou participado de iniciativas que haviam acontecido ali ou foram por eles organizados. Foi onde encontrei justamente Lana. Ela havia trabalhado em um projeto no Raízes há algum tempo mas continuava frequentando sua sede e mantinha boa relação com as pessoas de lá. Naquele momento, o Raízes estava à frente de um movimento que reivindicava a construção do campus de uma universidade pública federal no Complexo do Alemão. Tal reivindicação vinha mobilizando pessoas, grupos, organizações e coletivos em reuniões e através de grupos do Facebook e whatsapp. O objetivo era pensar estratégias para pressionar a Prefeitura a ceder um terreno para a construção do espaço onde seria criado um campus da universidade, motivo pelo qual a própria universidade justificava a não implantação da unidade até aquele momento uma vez que havia, no Ministério da Educação, verba destinada para isso.

Foi nesse contexto que encontrei com Lana naquele dia. Ela era uma das responsáveis por organizar e divulgar informações relacionadas à mobilização pela universidade na Internet. Ela também me contou sobre entrevista que havia feito mais cedo. No momento em

que a encontrei, procurava Alan porque queria contar como havia sido (incluindo a confusão em relação às vagas que deveriam ser duas) e saber se ele já sabia algo a respeito do resultado do processo de seleção. Esse foi meu primeiro contato com o projeto social que, tempos tenho, vim a acompanhar. O projeto Formação de Jovens Agentes de Cultura, ligado à Secretaria de Estado de Cultura do RJ e ao Cieds, e pretendia formar jovens como “agentes culturais”. Ao final do processo, esses jovens escreveriam um projeto social na área de cultura a ser submetido a um edital específico que premiaria com 12 mil reais as iniciativas selecionadas.

Algum tempo depois, voltei a encontrar com Lana em uma atividade do Raízes (o cineclube que organizavam ao ar livre na mesma favela do Complexo onde ficava sua sede). Perguntei sobre a resposta da seleção e ela me contou que havia sido escolhida. Então, indaguei também onde o projeto estava acontecendo e se poderia ir lá conhecer já que parecia interessante para minha pesquisa. Sua resposta foi afirmativa. Disse-me que os encontros aconteciam às segundas e quartas, das 14h às 18h, em uma outra instituição local, a Oca dos Curumins, em outra parte do Complexo do Alemão, não muito distante dali. Foi assim que cheguei e passei a acompanhar o projeto.

### **Como o projeto chegou ao Complexo do Alemão**

O projeto Formação de Jovens Agentes de Cultura teve início no Alemão (assim como nos demais territórios em que aconteceu) no final de 2014 e estava voltado para pessoas de 15 e 29 anos que quisessem se tornar empreendedores culturais e que morassem em um dos 20 territórios com Programa de Unidade de Polícia Pacificadora – UPP que a iniciativa abrangia. A meta da iniciativa, naquele momento, era formar 700 jovens através de “ações de competências para a vida por meio de estratégias de mobilização para uma participação cidadã, tais como: formação livre em gestão cultural, vivências e encontros culturais e intervenções comunitárias.” Tratava-se de um curso de formação para jovens organizado em quatro módulos que priorizavam temas como território, cidadania, políticas culturais, gestão cultural e elaboração de projetos. Seus encontros aconteciam duas vezes por semana. Ao final, os participantes concorreriam ao financiamento para as atividades idealizadas por eles e redigidas sob forma de projeto social (que aprenderiam a elaborar ao longo do curso) tendo como referência um edital formulado especificamente para eles. Não havia bolsa ou ajuda de custo para os(as) envolvidos.

Em setembro daquele ano, uma chamada no site do Cieds descrevia seu objetivo nos

seguintes termos: “...estimular o desenvolvimento econômico nas regiões abrangidas, ampliando as possibilidades de cultura local a partir da ótica de cada um dos territórios, gerando oportunidade de crescimento pessoal, sociocultural e profissional aos jovens e desenvolvimento aos locais”. Ainda que pouco preciso em relação ao que viria a ser de fato o projeto no cotidiano, a chamada para inscrição acionava, não por acaso, diversas ideias importantes para quem pretende compreender a concepção da iniciativa. A primeira delas é a de desenvolvimento econômico. Os projetos sociais em geral têm em sua justificativa algum tipo de desenvolvimento (seja ele local, sustentável ou econômico). O desenvolvimento aparece como objetivo geral ou maior dos projetos. Parte-se do pressuposto que os lugares nos quais os projetos devem acontecer não são desenvolvidos, ou ao menos não desenvolvidos o suficiente – muitas vezes índices oficiais ou pesquisas variadas são usados para reforçar esse argumento.

A essa noção de desenvolvimento, associam-se outras duas ideias: a de “ampliação de possibilidades de cultura local” e a de “oportunidade de crescimento pessoal, sociocultural e profissional para os jovens”. O local é concebido a partir de uma certa ideia de delimitação física prévia o “território”. Definir o local como lugar delimitado territorialmente (nesse caso aqueles com UPP) reforça a ideia de fronteiras ou limites (físicos e simbólicos). É preciso, portanto, reconhecer da cultura local (a partir da “ótica” de cada lugar) e gerar oportunidades de crescimento dos jovens (em variados níveis: “pessoal, sociocultural e profissional”). A cultura local é tratada de modo amplo, mas participando do pressuposto de que há, nela, algo específico, conferido pelo lugar onde se situa e é produzida. O entendimento sobre o que seria essa “cultura local” na compreensão de quem formula e executa o projeto fica mais evidente ao longo do capítulo, na medida em que forem analisados os diferentes atores, instituições e práticas por ele mobilizada.

Outra ideia central aparece aí: a de empreendedorismo. De acordo com Velazco e Tommasi (2013), o empreendedorismo vem sendo um valor e uma prática central para se tratar cultura dentro das favelas cariocas, sobretudo a partir da implantação da política de pacificação que, de acordo com Rocha (2015) se vincula fortemente à preparação da cidade do Rio de Janeiro para os mega eventos (Copa do Mundo e Olimpíadas), reforçando a ideia de cidade-negócio. Nessa mesma direção, o jovem é percebido a partir da chave da formação que cria competências para a vida, meio através do qual se estabelece um valor positivo para as estratégias de mobilização e para participação de um certo tipo, a participação cidadã.

A partir desses e de outros valores ou ideias centrais é possível afirmar que o projeto já

vinha acontecendo de diversas formas antes de chegar aos territórios. O projeto inseria-se em um programa mais amplo existente desde julho de 2014 na secretaria de estado a que estava vinculado. Intitulado “Favela Criativa” foi criado para “fortalecer, fomentar e dar visibilidade à produção cultural das favelas do estado” e era formado por um conjunto de projetos que pretendia oferecer a jovens, definidos como “agentes culturais”, formação artística e especialização em gestão cultural. Também tinha como objetivo criar “canais de diálogo” entre eles, possíveis parceiros e patrocinadores potenciais. O programa dividia suas ações em três eixos temáticos: economia criativa, formação artística e fomento<sup>102</sup>.

De acordo com Tiago, um dos gestores responsáveis pela elaboração do programa e do projeto, o programa teria sido criado a partir da necessidade de ensinar jovens que já “fazem cultura” em seus territórios a ter acesso aos editais através dos quais seria possível concorrer a recursos financeiros para realizar suas iniciativas. Para tanto, seria necessário que dominassem certos códigos, ou seja, dar instrumentos para que os jovens fossem capazes de acessar os editais. Por outro lado, esse mesmo gestor público reconhecia a necessidade de “desburocratizar” os editais, em outras palavras, criar meios para que pessoas que não dominassem os códigos da burocracia estatal tivessem possibilidade de acesso a recursos públicos.

Nesse sentido, desde o início do projeto, estava previsto haver, ao final, um edital exclusivo voltado para os participantes, dispensando o CNPJ<sup>103</sup>. É importante chamar a atenção para o fato de Tiago, um dos idealizadores do programa Favela Criativa e do projeto social aqui analisado, considerava-se militante. Na Secretaria de Cultura ele acompanhava ações e atividades ligadas à favela, tendo sido contratado por sua expertise devido aos anos de trabalho nessa organização.

Tiago trabalhou muitos anos em uma grande ONG que trabalha com jovens em

---

<sup>102</sup> De acordo com a página da iniciativa na rede social virtual Facebook, os três eixos eram caracterizados da seguinte forma: (1) economia criativa: “oferece cursos de formação em gestão cultural e empreendedorismo, consultorias e serviços de acompanhamento a projetos e feiras de negócios”; (2) formação artística: “proporciona oportunidades para o aperfeiçoamento artístico, em linguagens diversas, como música, teatro, audiovisual, dança, editoração e narrativas digitais. Cria um circuito cultural, que dará visibilidade e estímulo à produção cultural das favelas”; e (3) fomento: “disponibiliza recursos através de editais públicos para manifestações culturais como o Funk, o Hip Hop e a Cultura Digital”.

<sup>103</sup> Refiro-me ao cadastro nacional de pessoa jurídica. A dispensa do número do CNPJ indica, em geral, que não seria preciso pertencer a uma organização formalizada (que possui tal registro) para concorrer aos 12 mil reais. Algumas iniciativas que dispensam o CNPJ, exigem, no entanto o MEI, o registro de microempreendedor individual, muito estimulado de modo geral, e em favelas especificamente, a partir de iniciativas do Sebrae e de outras instituições. Com o número do MEI (assim como através do CNPJ) é possível emitir uma nota fiscal, mas também é necessário pagar (ou recolher) impostos específicos. O MEI também tem se tornado exigência para contratação de pessoas físicas para certos trabalhos temporários, inclusive em ONGs. O edital em questão dispensava tanto um, quanto outro, mas, ainda assim, exigia uma série de documentos dos inscritos.

diversas favelas no Rio de Janeiro e em outros estados. Foi através dessa organização que se deu seu contato com jovens e com as favelas enquanto ainda era estudante de cinema. Ele começou dando oficinas para jovens e se estabeleceu no trabalho com projetos nessa organização antes de ser convidado a trabalhar no governo. Foi a sua experiência de trabalho com jovens em favela a partir de uma ONG que o habilitou para seu trabalho como gestor de cultura. E, em sua fala, a ligação com essa organização e com outros trabalhos (sob a forma de projetos sociais) na área do audiovisual em favelas é entendida como militância. Ele contou sobre o trabalho de formulação do Favela Criativa já quando esteve na Secretaria de Cultura como longo e árduo, em que foi necessário negociar com variados setores (dentro e fora do governo), realizando inúmeras reuniões.

A questão da distância entre jovens que “produzem cultura” nas favelas e os editais de cultura é traduzida por ele pela imagem de um “gargalo no campo da formação”. E essa é uma das justificativas centrais para a existência do projeto. Na perspectiva de Tiago, o projeto do curso de formação seria onde os jovens iriam “se instrumentalizar” realizando e vivenciando intervenções culturais de proporções menores a partir das quais eles aprenderiam a prestar contas, ou seja, a justificar suas ações e gastos para seu financiador, no caso em questão a Secretaria de Cultura. Seria uma oportunidade para que esses jovens fossem capazes de lidar com a burocracia do governo do estado. Há uma ideia, portanto, de que lidar com a burocracia do governo passa pela prática (prestar contas de intervenções culturais, por exemplo), mas também pela transmissão de um certo conhecimento específico.

Desse modo, o projeto foi estruturado como um curso. Através do conteúdo neles presente é apresentado um repertório que aponta para um mundo em que certas condições possibilitam o acesso ao recurso financeiro. É preciso ter documentos, preencher cadastros para se inscrever, assim como saber onde procurar oportunidades de financiamento e entender o que é dito dos editais. É necessário, ainda, dominar uma certa maneira de apresentar suas ideias de ações culturais. Essa maneira, como será visto neste capítulo, seria ensinada ao longo do curso.

Era esse universo que seria apresentado ao jovem no curso. E é desse universo que os projetos sociais são parte já que podem ser vistos como um modo de codificação de certas ideias que enseja relações de comunicação e expressa um conjunto de percepções e práticas que inclui a conversão de práticas cotidianas em ideias, palavras e documentos. A formalização seria, assim, um modo de reconhecimento de determinadas práticas (nesse caso, intervenções culturais realizadas por jovens de favela) por um conjunto de atores (já

formalizados, que constituem e instituem esse mundo formal) do qual fazem parte o governo estadual, organizações não governamentais e algumas instituições locais, por exemplo.

Há um outro aspecto fundamental do projeto que se vincula à dinâmica que busca inserir os jovens no mundo do acesso “formal” a recursos públicos. O programa ao qual o projeto encontrava-se subordinado na lógica da administração pública, estava, por sua vez, ligado a uma outra importante política do governo do estado: a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). De acordo com o mesmo gestor, a ideia inicial de parte das pessoas envolvidas na elaboração do programa era que ele se chamasse UPP Cultural. O programa tem favela no nome e, durante a entrevista, ainda que sem entrar em detalhes, ele falou de disputas internas para que o programa tivesse o nome que tem, dando uma conotação positiva ao termo favela. Nas palavras do gestor: “Ter favela, um programa de governo com o nome Favela, você não tem ideia do que foi”.

E, desde o início, todo o programa tinha como público-alvo prioritário os jovens dos territórios pacificados. Tanto o programa, quanto o projeto tinham o objetivo de fortalecer a “cultura local”, mas também de auxiliar para que os(as) jovens incorporassem a “nova realidade” que chegava às favelas em que viviam com a chegada da pacificação. Nesse caso, recursos de tipos variados, inclusive financeiros que exigiriam o já referido aprendizado de um conjunto de práticas ligados à formalização e à burocracia.

Seguindo a linha de argumentação do gestor entrevistado e de um dos idealizadores da iniciativa, sua escala, ou seja, seu tamanho enquanto projeto vinculava-se ao seu alcance em termos territoriais e ao número de jovens que se pretendia abarcar com as atividades. Esse alcance territorial se produziu a partir da relação com o processo de pacificação (20 favelas com UPP). O critério de definição dos territórios poderia ter sido outro, no entanto, a iniciativa também tinha como propósito “ajudar” no processo de pacificação a partir da lógica “menos bala, mais cultura, mais arte, mais produção cultural” e de, como foi visto anteriormente, “instrumentalizar a molecada”.

O Formação de Agentes de Cultura estava, portanto, totalmente ligado a uma lógica mais ampla de atuação do governo do estado nas favelas pacificadas. Com a chegada da UPP, ampliaram-se as iniciativas que buscavam formalizar comércios, iniciativas culturais e outras práticas cotidianas locais<sup>104</sup>. E também ampliou-se a oferta de projetos sociais para jovens. A

---

<sup>104</sup>Um de meus interlocutores faz a seguinte reflexão sobre a formas de formalização que acompanharam o processo de pacificação no Alemão: "O meu ideal hoje é que a favela desça, mas que vire baile funk, que a vida de favela é solidária, do bom dia, da educação, do Gato Net, e não da divisão, que tá sendo minada pela cidade de mercado e pela cidade elitizada, que coloca Casas Bahia, que acaba com o comércio local, que

questão da juventude (e a relação conflituosa entre jovens moradores e policiais que passam a ser presença permanente nas áreas onde UPPs foram implantadas) aparece nesse processo como problema a ser solucionado (também) através do investimento em cultura.

A cultura é tradicionalmente visto como uma das questões prioritárias ao se debater políticas públicas de juventude. No entanto, seus sentidos são variados. Por um lado, há movimentos de juventude ligados à cultura que demandam iniciativas governamentais direcionados especificamente para jovens (projetos sociais, equipamentos públicos, editais e projetos). Por outro, há uma variedade de atores nessa dinâmica (ONGs, movimentos, instituições de fomento, gestores públicos) que vêem a cultura como um “atrativo” para os jovens. No discurso desses últimos, a cultura aparece frequentemente associada à uma “saída” para a violência (assim como muitas vezes o trabalho). Trata-se de discurso muito próximo àquele de que os(as) jovens (pobres) devem ter seu tempo livre ocupado. Os projetos sociais, nesse discurso, ocupa lugar central. E a cultura também pois ela seria o tema que atrairia os jovens incorporando os repertórios e práticas de sociabilidade dos mesmos (dança, música, teatro, audiovisual etc). Nos últimos anos, e a eleição de Lula foi um marco nesse sentido, a cultura passou a ser encarada mais frequentemente por parte do poder público como direito. A incorporação dessa perspectiva de modo mais contundente (traduzida, por exemplo, pela criação dos Pontos de Cultura pelo Ministério da Cultura) faz parte da luta histórica de diversos movimentos sociais e a possibilidade de uma influência desses mesmos nos anos em que o Partido dos Trabalhadores esteve na presidência. Movimentos semelhante ocorreu com as políticas públicas voltadas para os jovens, como foi visto no primeiro capítulo. E ambas políticas públicas, bem como movimentos (culturais e de juventude) possuem inúmeras interseções, influenciando-se mutuamente.

Voltando ao relato do gestor, suas palavras são reveladoras sobre as percepções sobre os(as) jovens que vivem nessas áreas e uma possível maneira de lidar com a questão do ponto de vista da administração pública a partir de um lugar muito específico de fala: o do gestor-militante ou engajado. Ele identifica (e cita pesquisas para isso) o problema da UPP na juventude. E isso porque é o jovem que, em suas palavras, “vai ser revistado, é esse cara que a

---

destrói os bailes funk, que faz projeto social, que tira o moleque do beco e ele para de falar gíria pra falar corretamente no Senai pra ser pedreiro, ser formalizado, ter MEL... Ou seja, pra mim hoje a maior porrada no Alemão não é a UPP, não é as mortes, até porque a gente cresceu numa cidade de cadáveres. O problema não é morrer, o problema é se tornar Barra da Tijuca, sabe assim? O problema é se tornar Vidigal, é se tornar um condomínio fechado. A minha luta é que a cidade inteira vire favela, mas a favela do baile funk, (...) porque pra mim socialismo é isso: é você não ter o que comer em casa à noite, tem alguém que vai te dar ovo fiado, não vai te pedir o cartão de crédito, que hoje as lojinhas tem no Alemão, né?" (Entrevista com Raphael Calazans, 2014)

política entende como é, foi ou será bandido”. Além da visão que os policiais têm dos jovens (homens e, sobretudo, negros) de favela, ele se refere também aos problemas que os jovens teriam com o que chama de “figuras de autoridade” (representadas nesse caso pelos policiais da UPP). Ele agrega a isso a questão da entrada para o tráfico, para muitos jovens, como uma questão de “holofotes”, ou seja, de visibilidade e reconhecimento. O recorte do programa para a juventude é assim justificado porque esse seria o “nó da questão”. Questão que para ele, em seu relato, liga-se também à sua experiência de “militância, seu campo de contatos, seus afetos, suas redes que você estabelece que é a relação dos jovens”.

Houve, portanto, uma decisão política de que a iniciativa deveria acontecer. De acordo com o mesmo gestor, após muitas conversas internas (e disputas também, como aquela ligada ao nome do Favela Criativa) chegou-se a um acordo geral sobre o programa. Mas ainda era preciso conseguir os recursos financeiros para torná-lo viável. Em suas palavras “primeiro você tem o programa, outra coisa é você ter o dinheiro do programa”. Esses recursos financeiros foram sendo mobilizados a partir de fontes diversas: o orçamento da Secretaria de Cultura, recursos via BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para outro programa (o Caminho Melhor Jovem) e aqueles da Light através da Lei de Incentivo à Cultura.

Os recursos que tornaram possível o projeto Formação de Jovens Agentes de Cultura foram resultado de, nos termos do mesmo gestor, “malabarismos”. As imagens evocadas por ele ao narrar seu trabalho transmitem uma ideia de dinâmicas em curso necessárias para criar um programa ou projeto. Não é qualquer pessoa que é capaz de fazer malabarismos, que exigem treino, esforço e uma expertise específica. Ou aquilo que ele chama de “costura” em que, para produzir possibilidades de acesso a recursos variados, é preciso criar “interfaces”, ou seja, pontos de contato entre diferentes políticas e programas.

A cultura é ofertada, por exemplo, e de acordo com Tiago, a outras iniciativas de juventude como “porta de entrada pros seus jovens”. As formações e ações culturais seriam um atrativo para convidar jovens para outras iniciativas. Foi assim que se estabeleceu, por exemplo, o vínculo entre esse projeto e o Caminho Melhor Jovem, que contava com financiamento do BID. Essa interface tornava-se evidente nos materiais do projeto, nos folders, cartazes, camisetas, bolsas, cartilhas etc. Todos traziam estampados as logomarcas que tornam visíveis os pontos que vão tecendo o projeto através da aptidão desses gestores de criarem justificativas e conexões capazes de produzir essa realidade discursiva e prática.

Os recursos mais substanciais para o projeto foram conseguidos através da Lei de

Incentivo à Cultura<sup>105</sup> junto à Light e também através de uma outra iniciativa do governo do estado. Esta, por sua vez, foi concebida a partir de uma intensa negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que concedeu um empréstimo de 170 milhões de reais para realização de “políticas públicas para jovens de 15 a 29 anos nas comunidades com Unidades de Polícias Pacificadoras (UPPs)”. O montante aponta novamente para a concentração de iniciativas e recursos de diversas naturezas nas favelas pacificadas e voltados especificamente para jovens.

Houve muitas outras dinâmicas e negociações envolvendo a concepção do programa. Tiago contou que foram três anos de negociações até que ele se tornasse de fato um programa de governo: “...a gente elabora o Favela Criativa e num processo de escuta durante esses três anos. É muita reunião, muita...”. A questão da “escuta” está vinculada à ideia de participação que também está presente de diversas maneiras no projeto e associa-se a uma certa concepção de política que expressa o lugar de engajamento de quem a concebeu. Seria preciso saber ouvir e incentivar a participação, sobretudo nas iniciativas voltadas para a juventude.

Isso aparece tanto em documentos de políticas de gestões de partidos de esquerda (ou onde tais partidos e ou pessoas vinculadas a este campo político se fazem presentes) quanto na busca da construção de dinâmicas conhecidas como “espaços de participação”. Eles podem ir desde reuniões episódicas para ouvir a opinião dos jovens sobre algum assunto específico, quanto a criação de um conselho para o debate mais amplo sobre certas políticas públicas. Podem ser denominados comitês, conselho, conferência, grupo de acompanhamento etc. No projeto observado, não presenciei nada semelhante nesse sentido no período em que o acompanhei. Nos documentos que constituíram a cartilha de formação do projeto, no entanto, trata-se de ponto relevante.

As características do projeto social orientam a definição dos atributos necessários à instituição a ser responsável por sua execução (nesse caso chamada de “produção”). Tratava-se de um projeto de grande escala, que deveria acontecer ao longo de seis meses em 20 comunidades pacificadas simultaneamente, atendendo a 700 jovens<sup>106</sup>. Isso implicava em

---

<sup>105</sup> De acordo com o site da Secretaria de estado de Cultura, “A Lei Estadual de Incentivo à Cultura é um mecanismo de fomento que dispõe sobre concessão de benefício fiscal para realização de projetos culturais. Criada em 1992, permite que empresas, contribuintes de ICMS no Rio de Janeiro, patrocinem a produção cultural utilizando o incentivo fiscal concedido pelo Estado”. ([http://www.cultura.rj.gov.br/leidoincentivo/01\\_o\\_que\\_e\\_a\\_lei.php](http://www.cultura.rj.gov.br/leidoincentivo/01_o_que_e_a_lei.php))

<sup>106</sup> Nas palavras de Thiago: “Enfim, então o nosso foco era: vamos fazer um projeto de 6 meses, uma carga horária que eu não vou me lembrar agora. Vamos fazer uma escala bacana com 20 favelas com UPP, são projetos direcionados para as UPPs, em UPPs”. (Trecho de entrevista com gestor responsável pela formulação do projeto, abril de 2015)

capacidade de gerir muitas instituições e pessoas nas variadas localidades. Era também requerida capacidade de administrar a relação com a secretaria estadual responsável, o que passava pela produção de dados, relatórios, documentos de prestação de contas dos recursos financeiros utilizados etc. Nem toda organização não governamental dispõe de recursos (pessoais, institucionais, de estrutura etc) e experiência suficientes para lidar com tais dimensões da gestão de um projeto desse porte.

Além disso, em se tratando de um projeto com evidentes características de formação, era necessário que fosse uma instituição com experiência também nesse tipo de atividade e, mais especificamente, com bagagem/histórico no trabalho com jovens (e quando se fala jovens entende-se, nesse universo, pessoas de determinada faixa etária de baixa renda ou moradoras de áreas populares, comunidades ou favelas). Tais características restringiam significativamente o universo de organizações capazes de concorrer ao edital em questão. Não à toa, um dos gestores responsáveis pela elaboração do projeto se refere a três grandes ONGs muito conhecidas como aquelas que ficaram em primeiro, segundo e terceiro lugares na disputa pela vaga de produtora do projeto.

Uma organização não governamental foi então escolhida, através do edital em questão, para produzir o projeto: o Cieds. Existente desde 1998, com sede no Rio de Janeiro (mais especificamente com mais de uma sede no Centro da cidade e com atuação em diversas partes do país), a organização já possuía larga experiência no trabalho com jovens e em favelas. Após o anúncio público da escolha, a organização começou a se preparar para o trabalho. De acordo com um dos responsáveis internos pela iniciativa, o trabalho começou antes mesmo da chegada do dinheiro. O envolvimento com o projeto do ponto de vista do Cieds teve início quando se propôs a concorrer à chamada pública (publicizada a partir de um edital) uma vez que devia apresentar um projeto, uma proposta de trabalho. A organização foi aprovada e a previsão do projeto era que tivesse início em julho mas “por uma questão de assinatura, de rubrica, de chamada” só começou as atividades no final de setembro. A equipe de coordenação do projeto é contratada em julho porque “a gente já tinha ganho a licitação, né, a concorrência pública, mas o dinheiro só entra em setembro”.

Havia, portanto, uma outra capacidade de gestão (não dita) aí colocada: a gestão do tempo por parte de tal organização. O fato de já ter ganho a licitação colocava a possibilidade de início do trabalho, no entanto, só sendo uma ONG com muitos projetos teria condições de antecipar contratações mesmo antes da entrada efetiva dos recursos financeiros. O “atraso” foi compreendido como “uma questão de assinatura, de rubrica, de chamada” vinculado a

características próprias da secretaria ou do governo. A instituição tem, portanto, meios próprios para administrar este intervalo temporal entre a tomada de conhecimento que seria a responsável pela realização da iniciativa e a chegada efetiva dos recursos financeiros antecipando a contratação de parte da equipe. O fato da aprovação da organização ter sido publicada no Diário Oficial era uma garantia de que o recurso iria chegar e eles começaram a “desenvolver toda essa questão de preparar pra implementação”.

O projeto começou para uma parte de meus interlocutores quando as atividades tiveram início no território. Para outros, como no caso daqueles que já trabalhavam no Cieds, houve uma fase anterior chamada por eles de “pré-implementação” e que envolvia trabalho, recursos pessoais, institucionais e financeiros. Era preciso “ver o território”, identificar parcerias, pensar as características específicas de cada lugar em que o projeto aconteceria, conceber os modos de mobilização e até mesmo conhecer “o que fazem os jovens de cultura nas comunidades”. A isso, uma das pessoas responsáveis pela coordenação do projeto no Cieds chamou de “mapeamento” e aconteceu antes do início do curso. Ou seja, antes da chegada aos “territórios, o projeto já estava acontecendo. Esse trabalho que também compôs o projeto fica invisível em determinadas narrativas já que só é possível ser percebido por pessoas que ocupam posições muito específicas na estrutura da projeto.

Outro elemento nem sempre visível para determinados atores (e em algumas análises) quando se trata de projetos sociais são os documentos que o compõem. Ou ao menos uma parte deles. Eles estão presentes em diferentes etapas e dimensões do projeto. São editais (como aqueles que definiam as normas de escolha e contratação da organização responsável por sua execução), cartilhas, certificados, relatórios que ganham materialidade em papéis, arquivos digitais (em formato word ou PDF) e que contribuem para produzir a circulação específica de um certo conjunto de ideias e percepções.

### **Cartilhas de formação**

A cartilha de formação era formada por um conjunto de cadernos voltados para transmitir determinado conteúdo aos participantes, bem como para orientar os encontros ministrados pelos instrutores. Ela deveria servir de base para os encontros regulares da iniciativa. Em um projeto social com ênfase na formação, o material produzido com essa finalidade ocupa um lugar estratégico (ao menos do ponto de vista de quem concebe e realiza o projeto). O projeto foi idealizado como curso. E assim aparecia nos editais e foi percebido pelos participantes (os jovens) e pessoas que nele trabalhavam. Há, nesse sentido, a

necessidade de se fazer materiais que buscam uniformizar seu conteúdo (que se daria em diversos territórios e através de pessoas), auxiliando os(as) responsáveis por transmitir as informações para os participantes. O mesmo material foi utilizado pelos instrutores como guia ou inspiração para os encontros (ou ao menos era dado a eles com tais finalidades). E foi entregue aos participantes em uma espécie de pequeno fichário. No cotidiano dos encontros, no entanto, ele não era visível, ou seja, nem os instrutores das aulas que acompanhei referiam-se a ele com regularidade, nem os participantes levavam seus fichários a fim de acompanhar o conteúdo transmitido naquele contexto.

Proponho que o material pedagógico do curso seja pensado como produto da relação entre secretaria de estado e ONG responsável pela produção do projeto. Ele foi elaborado pela organização selecionada para a produção da iniciativa, mas tinha que ser “validado” pela secretaria, ou seja, era necessário sua aprovação (assim como dos demais materiais relacionados à iniciativa) por pessoas da secretaria antes de sua utilização e veiculação. Nas palavras de um dos responsáveis pelo projeto no Cieds: “A gente apresentou um proposta curricular pro curso e a gente fez essa integração da proposta curricular de juventude com a proposta que eles tinham lá de gestão.”

Apareceu em sua narrativa, em mais de um momento, que a ênfase da secretaria era na formação de “gestores de cultura”, enquanto para um dos responsáveis pelo projeto na organização produtora, eles queriam organizar o jovem para continuar se envolvendo no espaço de cultura que ele já se envolvia, “fortalecendo ele como sujeito, mas não que ele viesse com essa coisa de gestão cultural”. A ideia de gestão cultural era, assim, menos enfatizada pela equipe da organização local para a qual o importante era “abrir portas de uma forma diferenciada” para quem já se envolvia com atividades culturais em seus territórios.

Se, por um lado, havia diretrizes sobre como fazer esse material apontadas já no edital que normatizou a escolha da organização e se também no edital havia “eixos temáticos” que deveriam orientar a estrutura pedagógica do curso; por outro, havia também uma expectativa de que a organização usasse sua experiência em projetos de formação e, sobretudo em projetos sociais com jovens, para realizar esse curso (expectativa essa explicitada já no edital). O material das cartilhas foi apresentado a partir de quatro módulos temáticos, com ênfases em juventude e território; cidadania e políticas culturais; projeto social e empreendedorismo; e gestão e planejamento.

Do ponto de vista físico, o material consistia em um pequeno fichário branco em que deveriam ser colocados os conteúdos (páginas) de cada módulo do curso. Recebi esse fichário

apenas quando fui à sede do Cieds entrevistar uma das pessoas da equipe responsável pelo projeto. O meu exemplar continha o conteúdo apenas dos dois módulos iniciais (o primeiro focado em juventude e território e, o segundo, em cidadania e políticas culturais). Tive acesso ao conteúdo relativo à parte do curso que acompanhei presencialmente através de dois instrutores (aquele que acompanhava o Alemão e outro, que eu conhecia por atividades de movimentos sociais locais, que era instrutor de um território próximo). O conteúdo do último módulo me foi enviado pelo coordenador do projeto no Cieds por e-mail posteriormente.

No primeiro módulo, o território associava-se à juventude e à cultura, apresentados como conceitos fundamentais do projeto. A percepção sobre o próprio território partia de um diagnóstico de potencialidades que devia ser feito pelos(as) participantes utilizando a mobilização social como estratégia de investigação. Havia, ao final de cada módulo, uma vasta bibliografia situando o conteúdo teórica e socialmente e legitimando sua relevância. Os jovens eram, desde o primeiro módulo, concebidos e apresentados como produtores e como agentes de cultura, nas palavras da pessoa da equipe do Cieds: “ A gente tirou esse viés de gestor, mesmo com os conteúdos, tinha essa previsão de trabalhar gestão, a gente não pode tirar, a gente trouxe mais pra essa ação dele”. Ele se colocava enquanto educador, evocando sua experiência anterior em projetos e políticas públicas com juventude e a experiência da instituição. A gestão cultural aparecia, em sua fala, como contraponto à prática cultural juvenil.

O tema do segundo módulo era “cidadania e políticas culturais”. Se o primeiro contava com mais de 40 páginas contendo textos sobre os assuntos e propostas de atividades, o segundo módulo continha o dobro de páginas. Nelas, informações sobre temas tão variados quanto direito e cidadania, democracia, Estado e sociedade civil, direitos humanos, informações sobre marcos legais para a juventude, consciência ambiental, história da arte, cultura urbana e cultura na favela, patrimônio cultural, cultura, desenvolvimento e sociedade, cidadania e relações com políticas públicas, controle social, participação, conselhos, planos, fundos, conferências e conselhos de cultura, leis de incentivo à cultura, modelos de gestão e participação, direito à cidade, sociedade em rede e mídias digitais.

Apenas no terceiro módulo a questão do projeto social como tema começava a ser colocada. Ele estava voltado para a organização das propostas, onde se pretendia que os participantes se debruçassem sobre suas ideias que viriam a ser transformadas em projeto em uma etapa posterior. Tratava-se de uma seção que se ocupava da ideia de planejamento que passaria por estruturar objetivos e metas, organizar ações a antever formas de execução do

que se desejava realizar. Além disso, o fomento ao “espírito empreendedor” para ampliar as possibilidades de ação e intervenção cultural local também era apresentado como objetivo.

O empreendedorismo, como definido e desenvolvido na seção em questão, colocava a ênfase sobre o indivíduo: “a viabilidade de uma ideia ou projeto depende, basicamente, da figura do empreendedor, pois é ele o ponto central que determinará ou não o sucesso do empreendimento”<sup>107</sup>. Cada pessoa seria um empreendedor em potencial. E cada ideia poderia ser transformada em projeto, mas também em negócio<sup>108</sup>. O projeto inseria-se nesse cenário como uma forma de, literalmente, projetar ideias. Isso exigiria, antes de tudo, uma capacidade para organizar o que se seria realizado a partir de uma lógica muito precisa e de antecipar o que se pretendia, antever o futuro. Desse ponto de vista, o tempo do projeto não era apenas o tempo em que ele aconteceria. O projeto mesmo pode ser visto como uma forma de agenciamento do tempo sobre as ideias.

O quarto e último módulo do material pedagógico estava orientando por duas ideias básicas: gestão e planejamento. A linguagem e os pressupostos eram os da área de gestão empresarial e administração. Os jovens que fazem cultura no território apareciam nele como gestores culturais ou empreendedores culturais, termos utilizados como sinônimos ao longo do texto. O projeto que devia ser elaborado pelo jovem que participava do curso aparecia em diversos momentos como “negócio” ou “empreendimento”. Nesse sentido, havia ali certa ênfase em uma vocação econômica, que não seria a priori aquela de um projeto cultural com viés social.

A gestão cultural aparecia, assim, como uma modalidade dessa gestão que deveria contribuir para o desenvolvimento econômico e humano. A cultura poderia ser, desse ponto de vista, olhada como negócio, forma de gerar renda e trabalho para quem com ela estivesse envolvido. A noção de gestão vinha acompanhada pela ideia de planejamento. Planejar

---

<sup>107</sup> “À l’heure actuelle, les territoires de la pauvreté sont célébrés comme des lieux où l’esprit d’entreprise, qui rénove et potentialise la force de « résilience » du capitalisme, doit être encouragé et soutenu afin de transformer les habitants des favelas en acteurs de leur intégration économique à travers l’accès à la consommation et au crédit, la légalisation de leurs établissements et leur responsabilisation dans le cadre de projets sociaux”. (Tommasi, 2014)

<sup>108</sup> Ao analisar a conformação da ideia e dos usos da economia criativa, Scoz aponta que “O pós-2008 representou, em certo grau, o resgate de pressupostos gestados ao longo da década de 1980 e sua atualização sob o signo da criatividade. Entretanto, de modo aparentemente paradoxal, economistas ao atribuir agência às pessoas comuns deslocam o debate neoliberal de um mercado auto-regulador para um sujeito auto-regulador. Isso implica em tornar a subjetividade e a cultura não somente produtivas, mas incorporar essas próprias noções a uma matriz neoliberal. A pessoa comum passa a ser alvo de intervenções econômicas e políticas sob a lógica da necessidade de auto-exploração sensorial e afetiva. Descobrir sua vocação, alimentar seu talento, dar vazão ao seu potencial criativo: dispositivos que informam uma lógica de auto controle fixados sobre a construção de habilidades de auto-distanciamento e auto reflexividade com intencionalidade de ganho financeiro”. (Scoz, 2015)

significa projetar no tempo. A dimensão temporal era, novamente, central. Seria preciso organizar o que se queria de acordo com certa lógica e determinados parâmetros. Estabelecer metas e objetivos fazia parte de um certo enquadramento em que se anteciparia onde se deseja chegar. Primeiro, era preciso conhecer, mapear e pesquisar. O conhecimento era visto como meio. E não se tratava de qualquer conhecimento (ainda que o “conhecimento local” fosse valorizado, ele precisava ser organizado segundo essa lógica). Conhecer o assunto com que se pretendia trabalhar era uma forma de olhar a realidade e projetar ou planejar o que se desejava. Nesse módulo, esse planejamento transformava-se em plano de negócios e plano de carreira artística.

Boa parte do material pedagógico tinha como foco uma certa noção de empreendedorismo, em que predominavam a ênfase no indivíduo, o jargão empresarial, a lógica da cultura como negócio, a formalização como destino e o próprio pensar o projeto como empreendimento (e o sujeito como empreendedor). O único momento em que ouvi falar de empreendedorismo nos encontros do projeto foi quando o instrutor se referiu a pessoas que iriam compor a banca que iria avaliar os projetos dos jovens ao final do curso (banca essa que se tratava de um exercício para prepará-los para uma das fases de seleção do edital, como será visto mais a frente). Entre as pessoas da banca estariam jovens de um grupo de jovens empreendedores. Isso foi dito mais de uma vez. No entanto, não ocorreu no momento da banca. É importante, portanto, tentar perceber de que modo as ideias formuladas no material de formação eram acionadas (ou não) nos encontros do curso. Nesse sentido, o papel de instrutores e mobilizadores locais poderia ser central. Assim como as experiências evocadas por eles e pelos jovens participantes do projeto. Para isso, é necessário conhecer o funcionamento da iniciativa no território.

### **Cotidiano do projeto**

Nunca havia ido ao lugar em que o projeto iria acontecer no Complexo do Alemão, mas já tinha ouvido falar diversas vezes o nome da organização local (a Oca dos Curumins) e da pessoa por ele responsável: Tia Bete. Uma pessoa importante no local que realizava trabalho social com crianças da favela há muitos anos. Já tinha visto Tia Bete em atividades de outras organizações de lá. Ela acompanhada por muitas crianças. A Oca (como usualmente é chamada por meus interlocutores) oferecia oficinas de música, teatro, esportes etc. Para crianças além de abrigar projetos sociais com origens e financiamentos variados (o que conheci, além do Formação de Agentes Jovens de Cultura, era ligado à uma marca de

refrigerantes). A Oca era também um Ponto de Cultura, ligado, portanto, a uma rede de grupos e organizações fomentada pelo Ministério da Cultura.

Não achei o lugar imediatamente. Lana havia me dito que era na rua na lateral da Vila Olímpica, um grande equipamento público da Prefeitura, com piscina e quadras, que ocupava um quarteirão inteiro sendo delimitada por duas ruas transversais a uma das vias principais para quem chega e sai daquela parte do Complexo. Entrei na rua errada. Encontrei o lugar perguntando e me comunicando com Lana pelo messenger no celular.

A organização local ficava em um beco. Para chegar até lá era preciso subir uma rua íngreme onde passam motos, carros e kombis e continuar por outra menor, com menos movimentação de automóveis e motos, onde em geral circulam apenas pedestres. O beco era o segundo à esquerda, também uma subida. O que o diferencia dos demais becos era uma escada larga toda colorida. A pintura foi iniciativa de colaboradores voluntários da organização local vindos da Europa que, anualmente, se hospedavam ali e realizavam ações do gênero. Ali, naquele beco colorido, encontrava-se a sede da Oca dos Curumins conhecida por seu nome mas também pelo nome da sua criadora. “Ali na Tia Bete”, “vou lá na Tia Bete” eram frases comuns de se ouvir entre moradores do Alemão e também entre pessoas de fora que frequentavam o lugar.

Quando cheguei, o portão estava encostado. Lá dentro, uma casa de dois andares (mais a laje), com uma área coberta embaixo como uma varanda. Lá embaixo, perguntando pelo projeto, alguém me indicou que subisse algumas escadas por fora da casa e fosse até a sala no segundo andar, lá aconteciam os encontros do Formação de Jovens Agentes de Cultura. A sala, no entanto, a única com ar refrigerado e computadores do lugar, havia diversas referências a uma outra iniciativa – sob a forma de projeto - que acontecia no local. Essa outra iniciativa era vinculada a uma importante marca de refrigerantes e recebia o nome de “coletivo” (assim como se auto-denominam alguns grupos que integram o movimento social do Alemão).

Quando cheguei – como demorei para achar o lugar – a atividade já tinha começado. O instrutor falava enquanto cerca de 12 jovens escutavam atentamente. A sala, bastante ampla, estava organizada como uma sala de computadores, ou seja, as mesas encostadas nas paredes laterais com uma ou duas cadeiras em frente a cada mesa. E, sobre as mesas, computadores para o uso dos(as) frequentadores da sala. Essa disposição das mesas acontecia em duas das quatro paredes do lugar.

O instrutor - uma rapaz branco, magro, na casa dos 20 e tantos anos usando óculos e

roupas modernas – ficava em uma mesa posicionada próximo à parede, mais ao fundo da sala. Nessa mesa havia um computador e um datashow. Algumas informações eram projetadas por ele em um quadro branco que estava mais próximo à parede em frente a essa, no outro lado da sala. Ele não permanecia todo o tempo sentado. Volta e meia usava uma caneta pilot para fazer anotações sobre as projeções ou, nos dias em que havia planejamento de alguma ação ou alguma explicação mais longa sobre determinado assunto, escrevia coisas diretamente sobre o quadro.

As pessoas ali presentes tinham entre 15 e 20 e tantos anos, sendo bastante evidente a grande variação etária. Havia negros e brancos; moças e rapazes. O ambiente de modo geral era de atenção e apenas alguns(mas) deles(as) se sentiam mais à vontade para falar além do instrutor e de minha conhecida, Lana, a mobilizadora local. O clima, no entanto, e de modo geral, era bastante informal e descontraído entre eles, mas sem muita dispersão. Alguns(mas) jovens volta e meia mexiam em seus celulares, outros tomavam notas em cadernos (o que era menos comum) e em alguns momentos faziam perguntas que eram respondidas pelo instrutor em seguida.

Os encontros do projeto no período em que acompanhei a iniciativa (entre os meses de fevereiro e junho de 2015) aconteciam duas vezes por semana, às segundas e quartas, na parte da tarde, durando, de forma geral, pouco mais de 2 horas. No entanto, a dinâmica do projeto comportava outras atividades. No período da pesquisa, houve uma ação cultural local, atividade relacionada à cultura organizada pelos jovens com auxílio do instrutor e da mobilizadora e dinheiro da organização responsável pelo projeto; e as chamadas vivências, que eram passeios a lugares fora da favela. Estive presente em duas delas: uma ao Instituto Benjamin Constant, na Urca; e outra na parte histórica do Centro do Rio de Janeiro (Praça XV, Largo da Carioca e adjacências).

Se, por um lado, tratava-se de uma atividade que foi incorporada ao cotidiano dos(as) participantes é preciso fazer menção a algumas transformações ocorridas antes da minha chegada e também a certas nuances desses encontros que faziam deles menos sistemáticos em termos de estabelecimento de uma rotina.

### **Os mobilizadores e suas redes**

As pessoas que integravam diretamente o projeto como jovens, ou seja, o público-alvo da iniciativa delimitado pelos formuladores da iniciativa (que se ajustava à legislação brasileira tendo entre 15 e 29 anos) foram convidadas a participar por pessoas que, como

Lana, encarnaram em algum momento a figura de mobilizador(a) local. No período em que acompanhei diretamente o projeto convivi com dois deles. Além disso, através de outras inserções ao longo do trabalho de campo, acabei conhecendo também aquele que havia tido esse papel no projeto antes da entrada de Lana.

A figura de mobilizador(a) local é comum em projetos sociais realizados em favelas e áreas populares<sup>109</sup>. Ela pode receber outras denominações como agente local ou articulador local, por exemplo. Seu papel, no entanto, é semelhante: estabelecer uma relação mais constante com a população do lugar desempenhando funções diversas como identificar pessoas com o perfil desejado, convidando-as e garantindo sua participação; organizar e divulgar as atividades no local; estabelecer continuamente relação com a organização local que irá sediar o projeto; se responsabilizar pelo preenchimento de determinados documentos (como listas de presença) e por determinadas tarefas cotidianas (como os recursos necessários para realização de certas atividades – computadores, projetores, câmeras, ou a distribuição do lanche nos encontros, por exemplo).

No projeto aqui analisado, a pessoa que era o mobilizador local antes de Lana descreveu seu trabalho de mobilizador como um trabalho de divulgação e mobilização para o projeto dentro do Complexo do Alemão além de ter que “estar no escritório” da ONG (ou seja, fora do Alemão) com certa frequência, quando as atividades do projeto que envolviam diretamente os jovens não estavam acontecendo.

No momento em que me aproximei do projeto ele passava por uma reestruturação dentro do Alemão devido a uma forte desmobilização dos participantes. Tal desmobilização (que gerou a troca da pessoa que ocupava a função de mobilizador local) foi entendida – por pessoas diferentemente posicionadas no projeto - como consequência de dois fatores (mais enfatizados a depender do interlocutor). O primeiro deles foi a realização do projeto durante um período de intensos tiroteios que inviabilizavam continuamente a chegada de muitos dos participantes ao local onde o projeto acontecia inicialmente (ou fazia com que mães proibissem seus filhos de sair de casa para participar). O segundo seria o fato de ter sido iniciado no final do ano (no mês de outubro), ou seja, de ter que lidar com a concorrência de trabalhos temporários que alguns jovens conseguiam no período do Natal e/ou devido às férias escolares.

Tendo sido voltado para a formação de jovens agentes de cultura – e ainda que tenha

---

<sup>109</sup> Para uma discussão sobre mediações, mediadores, intérpretes e agentes de terreno em projetos de desenvolvimento, ver Olivier de Sardan, 1995 e Mosse, 2001, 2005.

sido concebido para qualquer jovem dentro de uma faixa de idade pré-determinada, de acordo com os documentos - o projeto tinha uma intenção evidente de formar jovens que trabalhavam com cultura nos territórios. A partir dessa informação, cada mobilizador(a) local acionava suas redes de relações (vizinhança, amizade, parentesco, militância etc) para chamar as pessoas para a iniciativa.

O rapaz que ocupou a função de mobilizador local antes de Lana contou que havia sido indicado para fazer entrevista para a vaga de mobilizador por um amigo que já havia trabalhado no Cieds. Sua mãe havia sido presidente de uma associação de moradores de uma das favelas do Complexo e se referiu à sua irmã como uma “liderança local”. Em suas palavras: “foi devido a essa facilidade da minha mãe na associação e tudo, como minha (*mãe*) já é conhecida, então fica muito mais fácil de se chegar, entendeu?”. Ele contou que boa parte dos jovens por ele mobilizados estavam entre seus mais de 40 primos que, segundo ele, ficavam à toa e falou das dificuldades enfrentadas para manter a mobilização em um período de intensos confrontos armado. Contou, ainda, que diversas vezes passou na casa de alunos do projeto chamando para a atividade e ficou com eles preso em becos devido aos intensos tiroteios. Muitos teriam abandonado o projeto porque seus responsáveis os proibiam de participar por questões de segurança. Foi nesse contexto que Lana e Maycom integraram um novo processo de seleção para a vaga de mobilizadora já que a saída encontrada pela coordenação do projeto foi mudar o local em que ele acontecia (antes a sede da Biblioteca Parque do Alemão, equipamento do governo do estado localizado em uma das estações de teleférico em local de difícil acesso onde só era possível chegar de teleférico, que parava de funcionar quando havia tiroteio) e a pessoa responsável pela mobilização<sup>110</sup>.

No primeiro encontro do projeto em que estive, reconheci, entre os(as) jovens presentes, pessoas que frequentavam o Raízes mas também outros projetos e iniciativas do Alemão em que eu havia estado. Essa composição da turma do projeto naquele momento permitia perceber conexões e distanciamentos que se produziam entre aquele projeto social e outras dinâmicas locais como será visto na apresentação de alguns deles a seguir. Os jovens

---

<sup>110</sup> Algo que ouvi informalmente foi que esse rapaz que era antes mobilizador deixaria de ir às atividades regulares do projeto no Alemão quando dava tiro, qualquer tiro. Esse tipo de comentário evidencia expectativas em relação à pessoa que ocupa o lugar de mobilizador local. Não bastava saber e conseguir mobilizar suas redes de relações. Ela também devia ser capaz de avaliar a gravidade de confrontos armados e analisar os riscos implicados. Ela devia e dar o exemplo para as pessoas por ela convocadas já que fazem parte de suas redes de parentesco, vizinhança, amizade etc. Na entrevista realizada com esse rapaz (e ele já havia sido desligado do projeto naquele momento), ele se sentia profundamente injustiçado com sua demissão. Segundo ele, não teve “apoio nenhum” da organização para realizar novas mobilizações no período de violência, não foi preparado para demissão e conrou que nem conseguiu “passar” as informações que tinha em seu e-mail para sua supervisora pois desativaram seu e-mail ligado ao projeto sem avisá-lo previamente.

ali presentes conformavam uma certa expressão daqueles que trabalhavam com cultura no Alemão do ponto de vista da mobilizadora e da equipe do projeto como um todo. Pessoas jovens que trabalhavam com grafite há muito anos, outros que haviam participado de projetos e cursos na área de audiovisual ou que integravam a equipe de “produção” do Voz da Comunidade, por exemplo. Da turma que encontrei quando me aproximei do projeto apenas uma pessoa (que não morava no Complexo do Alemão, mas em um bairro bem afastado) havia continuado<sup>111</sup>. Ou seja, apenas uma pessoa participou das atividades do projeto do início ao fim. As demais haviam sido recentemente mobilizadas por Lana.

Para se ter uma ideia da diversidade de perfil das pessoas por ela mobilizadas e as redes por ela acionadas havia quem estudasse com ela na universidade, pessoas que conhecia quando foi “Parceira do RJTV” e, ainda, pessoas que conhecia por seu cotidiano no Complexo que envolvia atividades de trabalho (o tempo em que foi agente comunitária de saúde e em que trabalhou no Raízes, por exemplo), vizinhança, amizade, militância e sociabilidade de modo geral. Dos seis alunos do projeto que entrevistei, cinco deles haviam se aproximado da iniciativa depois da entrada de Lana na função de mobilizadora. Jessica, Geisa, Tiago, Jonas e Leonardo estavam entre os mais assíduos das atividades do projeto que pude acompanhar e suas trajetórias dão uma ideia da diversidade (mas também de recorrências encontradas) do perfil dos participantes.

Jessica Souto, por exemplo, integrava um grupo local chamado Barraco 55. Tratava-se de um espaço físico criado por um músico do Complexo (Eddu Grau) e sua companheira holandesa (Ellen) que realizava atividades culturais. A sede do grupo (casa da família de Eddu) foi por eles transformada em espécie de pousada ou albergue que recebia sobretudo estrangeiros interessados em conhecer, pesquisar e/ou desenvolver ações ali. Eles participavam ativamente das ações coletivas e eram figuras respeitadas pelos movimentos sociais locais que acompanhei. Jessica, que no momento da entrevista (2015) tinha 22 anos, era cantora, tocava violão e também compunha músicas, integrando, dentro do Barraco 55, o conjunto musical chamado Som do Barraco. Ela era uma das jovens do projeto mais participativas nos encontros, sentindo-se muito à vontade para se expressar ao longo das atividades. Naquele momento, buscava formas de concluir o ensino médio que já havia abandonado algumas vezes sobretudo por questões ligadas a trabalho (desemprego da mãe e do pai, ela diarista, mas fazendo outros vários trabalhos; e o pai, fazia trabalho como

---

<sup>111</sup> Ela era integrante de um grupo de cultura no bairro em que vivia, sendo atriz em apresentações teatrais do grupo, mas também ajudando a escrever projetos para disputar editais de cultura, por exemplo.

eletricista, pedreiro, encanador). Jessica havia tido diferentes experiências de trabalho.

Ela integrou o grupo de pessoas mais jovens que foi diretamente afetada pelos processos em curso naquele momento no Complexo do Alemão: PAC e pacificação. Sua avó paterna (com quem morou um período) teve a casa removida pelas obras do PAC e foi morar em um dos condomínios construídos para realocação de moradores. Além disso, participou de várias iniciativas que chegaram ao lugar com a pacificação, sobretudo cursos e projetos. Contou que acreditava ter tomado conhecimento do projeto (a que se refere como curso) através de Eddu Grau e Ellen. Seu objetivo ao ingressar no curso era que pudesse “ajudar pra escrever projetos também”, ajudar com ideias e a enviar projetos para editais assim como já faziam Eddu e Ellen. Mas, em sua visão, e quando a entrevistei ela havia deixado de participar das atividades do projeto que já estavam no final, o curso não cumpriu com o prometido já que não puderam escrever os projetos que deveriam apresentar a partir de um edital pré-difinido. Jessica não participou da simulação de banca ao final do processo, nem enviou um projeto para concorrer ao prêmio.

Geisa e Tiago integravam na época do projeto o Voz da Comunidade, criado por Rene Silva, e importante referência entre grupos e organizações locais<sup>112</sup>. Quando os entrevistei (2015), Geisa tinha 21 anos, havia concluído o ensino médio, mas não havia ingressado na universidade pois não havia ido bem no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio); Tiago tinha 20 anos, também havia concluído o Ensino Médio (Técnico em Turismo) e cursava Comunicação Social em uma universidade particular através de seu “vestibular social”<sup>113</sup> (da qual tomou conhecimento através de uma outra participante do Voz que cursava a mesma universidade e havia entrado do mesmo modo). Geisa havia trabalhado um ano como atendente de telemarketing e Tiago ficou um tempo trabalhando em uma lan house. Ambos trabalhavam naquele momento de forma remunerada como produtores no Voz da Comunidade, onde iniciaram atuação como “voluntários”. Geisa foi voluntária por cerca de quatro anos e Tiago por mais de dois anos. Como voluntários, participavam da organização de eventos<sup>114</sup> e ações sociais da iniciativa sem ganho financeiro. Aos poucos foram se

---

<sup>112</sup> Para mais informações sobre a trajetória de Rene Silva, seu jornal e o lugar que ocupam entre ações coletivas locais, ver Capítulo 4.

<sup>113</sup> No site da organização, o “vestibular social” aparecia como modo de seleção independente do Prouni (Programa Universidade para Todos do Ministério da Educação) e para dele participar era preciso se cadastrar através da ONG Educafro ou da CRAS (Centro de Referência da Assistência Social). O Prouni, criado pelo Governo Federal em 2004, concedia bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior.

<sup>114</sup> Após a pacificação o Voz da Comunidade passou a ser responsável pela organização de importantes eventos culturais no local (junto com outras pessoas e instituições) com a participação de cantores e grupos de música famosos atraindo pessoas para trabalhar voluntariamente e também grande público local e do entorno. Tais

envolvendo mais nas atividades até passarem a compor a equipe responsável pela produção das mesmas. A remuneração de pessoas que trabalhavam no Voz variava de acordo com os financiamentos que recebiam.

No momento da pesquisa, Rene e Lana eram próximos, tratando-se como amigos, e foi através dele que Geisa e Tiago tomaram conhecimento do projeto. Geisa conheceu o Voz na escola em que estudava, a mesma de Rene, onde havia feito parte do grêmio e do grupo de teatro. Tiago entrou para o Voz após ingressar no Fotoclube Alemão<sup>115</sup>, grupo que reunia pessoas de dentro e de fora para saídas fotográficas pelo Complexo e criado após a pacificação. Conheceu uma das participantes em um evento no lugar. Essa pessoa também fazia parte do Voz da Comunidade e foi também através dela que se aproximou da iniciativa.

Ambos haviam participado de outras iniciativas que nomeiam como projetos ou cursos dentro do Complexo do Alemão. Ao contrário de Jessica, Tiago e Geisa, apesar de estarem entre os mais assíduos nas atividades do projeto e de terem concluído a iniciativa, tendo chegado a apresentar sua proposta (que fizeram juntos e estava ligada ao Fotoclube do qual Tiago havia participado) para a banca e depois inscrevê-la para concorrer ao prêmio, tinham personalidade mais introspectiva, falando menos durante os encontros ordinários. Na entrevista, falaram muito da participação e da procura por cursos (a que também se referem como “cursinhos”) na área de produção, função que desempenhavam no Voz. Trabalhar com produção fazia parte dos projetos de continuidade de investimentos educacionais dos dois, bem como de suas aspirações profissionais para o futuro. No entanto, os cursos que já haviam feito iam desde modelo e auxiliar de administração (no caso de Geisa) até produção de eventos. Em um dos últimos encontros do projeto me contaram sobre um novo curso de produção, oferecido pela Central Única de Favelas (CUFA) em sua sede em Madureira, também na zona norte do Rio de Janeiro, que pretendiam fazer e que haviam tomado conhecimento através das redes sociais virtuais.

Jonas era o participante mais novo do projeto, tinha 15 anos quando o entrevistei (em 2015) e cursava o primeiro ano do ensino médio em uma escola da região. Começou a trabalhar com 14 anos numa gráfica e no momento da entrevista pretendia tirar sua carteira de trabalho para buscar outras oportunidades. Era um rapaz tímido e muito assíduo às atividades ligadas ao projeto. Ele contou que participava ou havia participado de diversas atividades voltadas para jovens ligadas à cultura, esporte e audiovisual no Alemão como teatro, capoeira,

---

eventos tornaram-se mais escassos com a volta dos tiroteios com frequência.

<sup>115</sup> Para informações e análise da iniciativa ver Thâmara (2015).

jiu-jitsu e, naquele momento, integrava também um coletivo de audiovisual recém-criado e ligado ao Barraco 55.

O primeiro curso que fez foi do aplicativo de manipulação de imagens Photoshop na Praça do Conhecimento<sup>116</sup> aos 14 anos (ainda que tenha feito o curso até o final, não o considerava concluído por não ter pego seu diploma). Antes disso, no entanto, já havia frequentado a Fábrica Verde<sup>117</sup>, projeto ligado à comunicação e meio ambiente, junto com o seu irmão mais velho. Mas não participou formalmente da iniciativa por não ter idade suficiente na época. Seu irmão vinha sendo um importante elo entre Jonas e cursos e projetos sociais dos quais participou. No momento da entrevista, os dois participavam do coletivo do Barraco 55. Falou também de outra iniciativa de audiovisual oferecida na Praça do Conhecimento da qual havia participado recentemente (Meu Rio Vale um Filme) da qual tomou conhecimento através de carro de som que passou em sua rua divulgando. Do curso de Formação de Jovens Agentes de Cultura, soube através de sua mãe que o incentivou a fazer. Ela, por sua vez, ficou sabendo do projeto através de Tia Bete, responsável pelo lugar em que o curso passou a acontecer após os ajustes devido à desmobilização. Jonas já havia frequentado um curso de capoeira quando criança em outro espaço gerido por ela, outra referência<sup>118</sup> no Alemão. Ele conta que a informação dada pela mãe foi reforçada por Leonardo (ver a seguir), com quem encontrou um dia na rua, a quem conhecia da Fábrica Verde e que também ingressava na iniciativa, a convite de Lana.

A última trajetória de participante do projeto aqui brevemente recuperada é a de Leonardo França, mais conhecido como Leo no grupo. Ele foi o único que acompanhei mudando de posição no projeto. Quando comecei a observar a iniciativa, Leo era um dos participantes mais assíduos. Cerca de dois meses antes do final do curso, ele passou a ocupar a vaga de Lana, que saiu para ser uma das coordenadoras do Centro de Referência da Juventude (CRJ), como mobilizador local. No momento da entrevista (2015), Leo tinha 19 anos e cursava, com Lana, Comunicação Social em uma faculdade particular perto do Alemão. Sua família veio do nordeste, mas já estava no Alemão há três gerações. Sua referência de engajamento em questões sociais na família é distante e vem de um tio, irmão de seu pai com quem nunca teve muito contato, que já havia sido presidente de associação de

---

<sup>116</sup> Para mais informações sobre o lugar e suas iniciativas, ver Capítulo 4.

<sup>117</sup> De acordo com o site do Governo do Estado, “O projeto Fábrica Verde capacita jovens de áreas carentes da cidade, a partir de utilização de componentes usados que teriam como destino o descarte, normalmente, inadequado”. A capacitação era para “atuar no mercado de montagem e manutenção de computadores”. (<http://rj.gov.br/web/sea/>)

<sup>118</sup> Para a discussão sobre o uso do termo referência entre meus interlocutores, ver Capítulo 2.

moradores de uma das favelas de lá. A forma de engajamento mais marcante dele e de pessoas próximas da família é a religiosa. Leo frequentava uma igreja neopentecostal que disse ter participação predominante de jovens.

Estudou desde a creche em escolas da região e no primeiro ano do ensino médio foi para uma escola em Manguinhos, favela também da zona norte do Rio, mas que não faz parte do Complexo do Alemão. Depois retornou a uma escola próxima ao Alemão para estudar à noite e começar a trabalhar (a que ele se refere como estágio em um departamento pessoal de uma empresa de obras). Deixou o trabalho depois de cerca de um ano para fazer curso técnico em Contabilidade no Senac (assim como Jonas no caso de seu curso do Photoshop, ele faz questão de assinalar que, até aquele momento, não havia recebido seu diploma). Ele conhece a universidade em que virá a estudar mais tarde através da Internet e, pelo site, decidiu estudar lá. Fez o Enem, conseguiu nela ingressar, mas não iniciou o curso devido ao alto valor da mensalidade (ainda que tenha tentado negociar uma bolsa de estudos). No entanto, através de sua noiva chegou à Educafro<sup>119</sup> (a que se refere como “uma ONG”) e, através dela, ao vestibular social da mesma universidade em que havia ingressado inicialmente. Desse modo, conseguiu bolsa de 100%, não pagando mensalidade.

Leo já tinha uma trajetória em projetos sociais que pode ser considerada longa aos 19 anos. Na entrevista conta de diversos cursos que fez: além do já citado curso de Contabilidade no Senac, fez curso de fotografia na Praça do Conhecimento, de montagem e manutenção de computadores na Fábrica Verde, e de cinema na TV Verde (iniciativa ligada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, e um desdobramento da Fábrica Verde). Lembrava-se que tomou conhecimento do curso na Fábrica Verde por sua mãe, que soube por uma amiga que “lá oferecia bolsa”, ou seja, que os participantes recebiam uma remuneração. Ele se inscreveu e participou de um processo de seleção para ingressar no curso. Apesar de ter falado que não se deu muito bem, foi lá, através da coordenadora da iniciativa, que tomou conhecimento do curso de cinema na TV Verde, que chamou a sua atenção por incluir entre os temas iluminação, que associou ao curso de fotografia que já havia feito na Praça do Conhecimento.

Quando o conheci, antes de iniciar a pesquisa no Formação de Jovens Agentes de

---

<sup>119</sup> De acordo com informações disponíveis em sua página na Internet, o objetivo da Educafro é “reunir pessoas voluntárias, solidárias e beneficiárias desta causa, que lutam pela inclusão de negros, em especial, e pobres em geral, nas universidades públicas, prioritariamente, ou em uma universidade particular com bolsa de estudos, com a finalidade de possibilitar empoderamento e mobilidade social para população pobre e afro-brasileira”. (<http://www.educafro.org.br/site/conheca-educafro/>) A organização nasceu de um movimento mais amplo de pré-vestibulares populares sendo, a Educafro especificamente, ligado à igreja católica, tendo como fundador e voz pública o frei David Santos.

Cultura, ele trabalhava como auxiliar administrativo na TV Verde, do qual havia participado como aluno e, posteriormente, passou a trabalhar como “monitor”. Naquele projeto, o monitor era escolhido entre os alunos da última turma para auxiliar os professores que ministravam as aulas do projeto, recebendo remuneração financeira para tanto. Leo refere-se à monitoria como trabalho. Depois disso, ele conta que o responsável pelo projeto no Alemão “brigou” para que continuasse trabalhando na iniciativa, ou seja, convenceu outras pessoas acima dele na hierarquia do projeto de que a continuidade de sua presença era importante.

Leo foi o único de meus interlocutores que, em entrevista, formulou uma clara distinção entre projetos sociais e cursos, ainda que, como os demais, tenha utilizado, em diversas ocasiões, os termos como sinônimos. O trecho de sua entrevista destacado a seguir revela o percurso realizado por ele para construir a distinção entre projeto social e curso.

E, em projeto social o que acontece? Depois que eu entrei pra Fábrica Verde, eu ainda via como um curso normal, um curso particular em que eu não sabia de onde vinha o dinheiro, não imaginava como é que funcionava um projeto social. (...) Era um curso gratuito e aí eu fui nessa, a primeira turma de fotografia e aí foi quando surgiu essa parada de social e um breve entendimento, porque eu realmente não entendia como é que isso funcionava. (...) É porque a gente sempre tem essa visão de curso como: 'você paga, é um curso privado, e tem alguma empresa por trás'; e o projeto social, como é aqui a Nave (*referindo-se à Praça do Conhecimento*), como era a Fábrica Verde e TV (*Verde*), quem patrocina é o governo, então tem todo um processo por trás, que num curso normal não tinha. E, no início, a minha visão de projeto, de Nave, de Fábrica Verde, era que era um curso normal e aí, depois que eu entrei pra TV (*Verde*), já no curso, eu comecei a entender melhor essa questão de social, que não era um curso normal, senão a gente não pagava e a gente ainda recebia uma bolsa. Como é que funcionava isso? E, a partir do documentário que a gente fez pra conclusão de curso, na TV Verde, que falava sobre a Fábrica Verde. E aí a gente visitou a Secretaria do Ambiente, aí entendeu como o Carlos Minc, o criador desses projetos, pensou nisso, como é que formulou, como é que escreveu o projeto. (...) Isso, um documentário institucional e, aí, a gente passava por tudo isso. E, aí, eu comecei a entender, mais ou menos, como é que era esse negócio de social” (Entrevista com Leonardo França, 2015).

Há alguns aspectos interessantes para a presente análise que podem ser destacados na fala de Leo. O primeiro e mais evidente deles diz respeito à já citada diferenciação que ele opera nesse momento entre projeto social e curso. A construção dessa diferenciação está articulada, em sua narrativa, a suas experiências pessoais. É estando em espaços que oferecem projetos sociais (que para ele inicialmente se assemelham a um curso “normal”) que ele vai descobrindo o que diferencia um de outro. Primeiro, o fato de serem, os projetos sociais,

gratuitos (em contraposição aos cursos chamados por ele de “normais” que seriam pagos). Em segundo lugar, o fato de oferecerem “bolsas” para seus participantes. Ele mesmo, ao me contar sobre o projeto em que participou na Fábrica Verde, se recorda do tempo de duração da iniciativa ao associá-la ao número de bolsas recebidas (em alguns casos toda a remuneração é dada aos participantes apenas ao final da iniciativa por questões relacionadas aos diferentes tempos envolvidos na gestão e execução dos projetos). Essa característica é muito relevante e aparece em muitos momentos de meu trabalho de campo. Em uma conversa que tive com uma gestora de um projeto social que não oferecia bolsa aos participantes, ela contou que isso já era algo esperado pelas famílias dos(as) jovens, como uma alternativa para o fato de não estarem exercendo um trabalho remunerado. Sendo assim, ela disse que algumas famílias dificultavam a participação naquela iniciativa específica por não haver bolsa.

Essa iniciativa, que não é paga e frequentemente oferece uma remuneração financeira a seus participantes, nomeada projeto social associa-se em seu discurso a algo do “governo”. E esse processo de construção de sua própria noção de projeto social passa por seu gradativo envolvimento em projetos. Começando em um curso oferecido na Praça do Conhecimento, culminando com o trabalho como monitor na TV Verde e, no meio do processo, passando pela produção de um documentário que contava a história desta segunda iniciativa, em que ele ouviu a pessoa que “formulou”, “escreveu” o projeto. E aí está o último ponto a ser destacado em sua fala: o que ele chama de “negócio do social”.

Os projetos sociais contribuem para a produção da favela, da juventude e também para certas concepções sobre o que vem a ser o “social” para os diferentes envolvidos (de gestores a beneficiários, lembrando que o trânsito entre lugares em projetos é frequente). A questão do social foi associada por ele ao pagamento de bolsa e à gratuidade das iniciativas oferecidas. O social está, portanto, vinculado a certas formas de acesso a determinadas iniciativas que, sem esses mecanismos, poderiam ser vistas como um curso “normal”, como outro qualquer, ligados à iniciativa privada, por exemplo. Em outras narrativas encontradas ao longo do trabalho de campo, o social também aparece como algo voltado para determinados públicos específicos (como os jovens que moram em favela), mas também como “questão ou questões social/ sociais”, ou seja, como problemas que deveriam ser resolvidos e que mobilizam as pessoas que trabalham com o “social” como aquelas ligadas a saneamento, saúde, moradia, educação, espaço público, ao que, na narrativa de uma parte das pessoas engajadas aparece como também enquanto “violações de direitos”. Há aí mais uma interface entre a construção do social entre iniciativas como projetos e a produção da militância. Nesse processo transitam

ou deslizam essas noções que, ao final, alimentam-se mutuamente, ainda que também criem, em certos contextos, distinções importantes entre por exemplo os engajamentos que colocam em relevo as questões sociais (que muitas vezes ligam-se a ações de assistência e voluntariado) e aqueles que se reconhecem como militantes e ativistas que, com maior frequência mobilizam a chave dos direitos para ler e narrar suas experiências cotidianas e os problemas vividos e observados em seu local de moradia.

### **Encontros, lugares e atividades**

Os encontros regulares do projeto aconteciam na Tia Bete todas segundas e quartas à tarde e havia, em geral, entre três e 12 jovens participando das atividades. Quando iniciei minha participação havia mais pessoas e o número foi diminuindo progressivamente ao longo das semanas até se estabilizar em cerca de seis mais frequentes.

Os encontros, termo usado pelo projeto para se referir aos momentos regulares de interação entre jovens e instrutor, tinham o formato de aulas. Não por acaso a pessoa que era o instrutor na nomenclatura oficial do projeto era, em geral, chamada pelo nome pelos participantes e de professor (até por ele mesmo ou por pessoas da equipe da organização responsável pelo projeto). Ali, naquela sala, ele tinha como função passar determinado conhecimento aos participantes da iniciativa.

A arrumação da sala era sempre a mesma: com os jovens sentados nas mesas onde havia os computadores que ficavam encostadas nas paredes maiores da sala. Ao invés de olharem para os computadores, viravam suas cadeiras para acompanhar o instrutor que se deslocava a partir do meio da sala. Thiago, o instrutor do Alemão no período do meu trabalho de campo<sup>120</sup>, ficava ou em uma mesa no fundo da sala projetando informações preparadas por ele, escrevendo em um quadro branco sobre as projeções ou de pé, falando. Lana, a mobilizadora local, ficava em geral sentada assim como os(as) jovens. No entanto, ela tinha maior liberdade de mobilidade. Às vezes saía da sala (chegando a se ausentar por períodos maiores) para resolver outras coisas. Uma de suas tarefas cotidianas era ir buscar o lanche que era oferecido pouco antes do fim dos encontros e ficava guardado em caixas na própria sala (os biscoitos e chocolates) e em um refrigerador da organização local localizado na varanda no primeiro andar da casa (as bebidas). Minha posição não era fixa, mas sentava entre os participantes.

---

<sup>120</sup> Nos encontros dos módulos iniciais do projeto, que não acompanhei, havia outra pessoa na função de instrutor, uma mulher que não consegui entrevistar pois seu vínculo com a organização responsável já havia terminado. Ela foi a pessoa responsável pelos dois primeiros módulos.

A dinâmica era semelhante a de uma aula. Thiago tinha informações que deviam ser passadas e os(as) “jovens” deveriam aprender o que era dito por ele, que buscava dar exemplos a partir de suas experiências como produtor de cinema e outras atividades do universo da cultura. Thiago me enviou uma parte da cartilha de formação dos jovens referente ao módulo pelo qual foi responsável (o módulo 3, favela e estratégias de cultura), mas não se tratava de uma orientação específica voltada para instrutores. No entanto, seu conteúdo deveria ser passado para os jovens que recebiam um fichário onde inseririam o conteúdo referente a cada novo módulo. Nunca vi nenhum jovem com o fichário na sala, nem Thiago ou outros instrutores fazendo menção diretamente ao seu conteúdo. Recebi o meu fichário ao ir na sede da ONG “de fora” entrevistar pessoas da equipe do projeto.

Voltando à dinâmica dos encontros, Lana intervinha com desenvoltura, trazendo também exemplos de sua vida pessoal, participação em outros projetos e, sobretudo, em um dos coletivos locais de comunicação que ajudou a criar<sup>121</sup>. As pessoas ali presentes haviam sido mobilizadas por Lana, ou seja, foram convidadas a partir de suas diferentes redes de relações. Como já foi visto, havia ali pessoas que estudavam com ela na faculdade, que já haviam trabalhado com ela, mas também pessoas próximas a organizações ou grupos com quem tinha relação. Provavelmente por isso, ao menos nos primeiros encontros em que estive, ela parecia ser a pessoa mais à vontade naquele ambiente, brincando com todos, fazendo piadas e sentindo-se muito confortável para dar sua opinião e interferir na dinâmica de Thiago. Não havia tensão entre eles. Ao contrário, as intervenções de Lana pareciam ajudar o clima de descontração presente nesses encontros e complementar informações trazidas por ele.

Thiago chamava o projeto de curso. Era a primeira vez em que ele assumia aquela função e também era seu primeiro projeto social, seu primeiro trabalho em uma favela e com jovens. Mas para ele ser ou não ser em uma favela, não era uma questão. Quando participou do processo de seleção (do qual tomou conhecimento pelo Facebook) pediu para ficar na Mangueira, por uma questão de mobilidade já que seria, segundo ele, um lugar mais central, uma vez que morava em São Gonçalo e fazia graduação na Universidade Federal Fluminense, em Niteroi (ambos municípios localizados na região metropolitana do Rio de Janeiro). Mas contou não ter visto problema em ficar no Alemão. Na entrevista, contou que entrou como instrutor, mas se percebia como professor e ficou responsável pelo módulo com foco em

---

<sup>121</sup> Para mais informações, ver trajetória de Lana no Capítulo 2 e informações sobre a criação do coletivo Papo Reto no Capítulo 5.

produção cultural e o que chamou de “modelagem de projetos, uma coisa mais específica e técnica até da produção cultural”.

No primeiro encontro que acompanhei, no entanto, Thiago disse “não sou professor, estou aqui pra trocar ideia, a gente troca e constrói saber”, procurando estabelecer uma relação mais próxima e menos hierárquica com os jovens. Além de dar as aulas, também disse que fazia pesquisa, preparava as aulas e dava palestras em outros territórios (além do Alemão). Também atribuiu a facilidade de relação com os participantes ao fato de se considerar também jovem: “até porque eu sou relativamente jovem, né, talvez seja por isso eu não sentir dificuldade. Talvez se eu fosse um pouco mais velho sentisse, assim, um pouco distante, mas pelo fato também de tá na faixa etária (...) enfim, dessa galera, (...) isso não me assustou, é?”. Tratava-se, portanto, de um ambiente em que todos ali eram considerados jovens, no sentido atribuído pelo projeto a uma certa posição naquela dinâmica, mas onde ser jovem (caso de Thiago e de Lana) conferia a eles um certo capital valorizado pelos participantes e no projeto como algo que os aproximava do universo dos participantes, mas no qual ocupavam outras posições.

### **Aprendendo a produzir**

No primeiro encontro que acompanhei, Thiago Tavares estava à frente dele como instrutor e havia uma tarefa a cumprir. Eles deveriam produzir um evento articulando cultura, carnaval e sustentabilidade até março (estávamos no mês de fevereiro). Não havia, portanto, apenas um conhecimento a ser transmitido, havia também coisas que deviam ser feitas, realizadas. E não por Thiago ou Lana, mas pelos participantes (ou ao menos com eles), em um prazo pré-estabelecido, respeitando o cronograma da iniciativa que era organizado pelo Cieds e a Secretaria de Cultura.

Nesse primeiro encontro, então, eles começaram a produzir um evento que devia acontecer em algumas semanas. Havia algumas ideias centrais pré-estabelecidas pela organização responsável e enunciadas ali por Thiago. O evento deveria ter a ver com “cultura, carnaval e sustentabilidade”. Essas deveriam ser as ideias norteadoras da atividade. Além disso, eles tinham um recurso limitado da organização coordenadora do projeto para realizá-lo e a mediação desse recurso ficaria a cargo de Lana. É importante dizer que nos encontros iniciais que presenciei Lana e Thiago eram os responsáveis por fazer o vínculo entre a organização responsável pelo projeto – localizada fora do Alemão – e o território, ou seja, os participantes e a organização local que abrigava então a iniciativa.

O modo através do qual Thiago solicitava as ideias aos jovens sobre o que seria o tal evento foi pouco fluido. No geral, ao longo dos encontros, eles pareciam bem mais à vontade ouvindo o que era dito, tirando dúvidas e eventualmente falando de suas experiências do que quando chamados a tomar a frente em um processo que não havia sido proposto por eles. Mesmo assim, algumas (poucas) pessoas participaram mais ativamente do processo dando ideias. Nem todas ideias eram, no entanto, incorporadas.

Thiago exercia aí um papel muito claro de estimular algumas e desestimular (parcial ou completamente) outras, dizendo claramente – em alguns momentos – que havia gostado ou que pareciam boas ou não (com frases como “não estou gostando dessa frase, me ajudem!” enquanto olhava para frases que iam sendo escritas por ele no quadro branco a partir do que era dito pelos presentes). Ele também evocava constantemente suas experiências anteriores com produção para programar conjuntamente os vários aspectos que iam compondo aquela atividade, transformando o quadro branco também em projeto (do evento).

Thiago conduzia aquele momento utilizando um vocabulário muito específico e preciso que evocava todo o tempo o universo dos projetos sociais, como será visto em seguida. E, mais especificamente, os projetos sociais voltados para cultura começando pelo modo de propor a atividade: “Hoje a gente vai formular o nosso evento, a missão, o produto, o plano de ação, pra na próxima aula começar a produzir o projeto”.

Ali, naquele dia, enquanto buscavam formular o tal evento surgiam, sobretudo da parte de Thiago, representações centrais sobre o que é um projeto. Frases como “um projeto é um ciclo que tem início, meio e fim”; “a lógica do patrocínio hoje é das empresas se situarem socialmente”; “sempre pensar um projeto cultural como problema que a gente quer resolver”; “vamos pensar o público-alvo, quem vocês estão pensando em se conectar, com quem vocês querem falar?”; “está faltando a contrapartida social e o nosso produto”; “e na hora que a gente vai defender nosso projeto pro patrocinador tem que demonstrar pros caras que a gente sabe o que quer fazer”; “o plano de ação é a prática do processo que tem que ser especificado numa planilha”; “recursos não só financeiros, tem as parcerias também” foram sendo ditas por ele ao longo do encontro.

Nos exemplo acima, Thiago acionou diversas categorias que inseriam a iniciativa que deviam organizar em uma lógica específico. As pessoas para quem o evento seria realizado transformava-se em “público-alvo”. O próprio evento virou um “produto” que necessitava de uma “contrapartida social”, ou seja, algum tipo de benefício ou retorno para a comunidade. Esse exercício de organização do evento era transformado em um “projeto” que, de modo

hipotético, poderia ser apresentado a um possível “patrocinador”, ou seja, alguém que poderia vir a apoiá-lo financeiramente. E, para isso, era preciso tornar evidente “que a gente sabe o que quer fazer”. A preparação e a execução do evento deviam ser formatadas a partir de um “plano de ação” a partir do qual ele evoca o elemento da “planilha” que ajudaria a organizar as diferentes etapas nelas contidas, ou seja, o que deveria ser feito antes, durante e depois do projeto definindo tempos e responsabilidades. Além disso trouxe também a noção de “parceria” para se referir a possíveis colaborações necessárias para o evento para além dos recursos financeiros. O evento era um exercício prático, um modo de fazer a turma ali presente compreender de que forma algo que poderia parecer simples envolvia, a partir da lógica de um projeto social, diferentes competências, modos de fazer, formular e apresentar o que estava envolvido na sua criação e realização.

Além do que era dito, também havia o que era escrito por ele no quadro. O projeto do evento a ser realizado e que estava sendo ali formulado era definido por cinco tópicos e perguntas simples a eles associadas: objetivo – o que fazem?; estratégias – como fazem?; cronograma – quando fazem?; responsável – quem irá fazer?; e recursos – quanto?. Ao lado, uma seta com a data em que estávamos (23/02) e o dia provável do evento (07/03). O tempo ali contido, duas semanas, deveria delimitar os demais tempos disponíveis para as muitas ações necessárias para a realização da atividade no dia previsto.

Várias pessoas ali presentes como jovens ou alunos tinham experiências anteriores com a produção de eventos culturais. E isso era algo desejável do ponto de vista do projeto. Um dos objetivos – como me disse um dos gestores da secretaria estadual que criou a iniciativa – era “instrumentalizar” pessoas que já faziam cultura no território para que conseguissem ter acesso aos editais de cultura que disponibilizavam recursos para esse tipo de iniciativa. Nos encontros iniciais, identifiquei ao menos cinco jovens que eu sabia que haviam participado de iniciativas (em grupos e organizações locais) em que produzir eventos era uma atividade razoavelmente regular. Os termos acionados por Thiago não eram, portanto, estranhos a todos os ali presentes. Eles faziam parte de uma narrativa em que as ideias que eram apresentadas pelos jovens eram enquadradas a partir de uma certa racionalização dos recursos disponíveis e a formalização requerida. A produção e o evento (como “projeto”) faziam parte de um universo onde notas fiscais, recibos, impostos, formulários etc eram imprescindíveis. Mesmo naquela primeira experimentação de produzir um evento isso foi constantemente lembrado. E ao longo das demais aulas também<sup>122</sup>.

---

<sup>122</sup> Importante recordar que eu acompanhei apenas o último módulo do Formação de Jovens Agentes Culturais.

No entanto, além do vocabulário mobilizado por Thiago a partir de uma dinâmica em que ele dava o tom e o ritmo, buscando enquadrar as ideias dentro da lógica dos projetos e da produção cultural, de fato ali surgiram ideias que não vinham apenas dele ou de Lana. E, junto a essas ideias, tornavam-se visíveis também as concepções dos participantes sobre o que e como deveria ser o evento proposto pela organização responsável. Mas também sobre o lugar em que viviam, seus moradores e o que entendiam como cultura local, por exemplo<sup>123</sup>.

Uma das jovens, moradora do Alemão e já envolvida com grupos culturais locais, falou que era preciso “entender qual a lógica do carnaval, culturalmente falando o carnaval daqui seria funk, a gente pode trazer de fora, mas não seria da comunidade”. Esse tipo de formulação que contrasta o daqui (ou o “de dentro”) com o “de fora” apresentou-se recorrentemente durante o trabalho de campo e aparece como par de oposição central (ainda que contextual e flexível) para compreensão de diversas relações e concepções existentes na favela, para quem mora, quem trabalha ou quem se relaciona de alguma maneira com ela.

Houve a partir daí, uma problematização sobre o carnaval, sobre o que seria da comunidade e o que não seria, sobre como vinha acontecendo o carnaval ali (onde aparece não apenas a festa e a social (no sentido da sociabilidade), mas também o que chamaram de confusão, violência e tiroteio). A questão do carnaval a ser organizado por eles nesse evento passou a se voltar para “a família, a promoção da paz, com distribuição de camisinha, parceria com o posto de saúde, trazendo um outro olhar, colocando marchinhas e incentivando o uso de fantasias” que ficou resumido na frase “demonstrar uma forma inovadora de comemorar o carnaval no Alemão” e sintetizado na ideia de um bloco com “ação social”.

Thiago questionava como incluir a questão da sustentabilidade e logo surgiram ideias de que fosse “o bloco da limpeza”, que houvesse “oficina de fantasia, customização e de percussão”, reutilizando roupas antigas e materiais variados. Chegaram ao nome SustentAlemão para o bloco. Na conversa em que as ideias foram sendo colocadas, valorizava-se e mesmo era incentivado buscar em pessoas, grupos e organizações locais parcerias para realização do evento e das oficinas. Além disso, uma das jovens mencionou a

---

Houve módulos anteriores que tinham outras ênfases e conteúdos. O aprender a fazer um projeto cultural era a fase final da iniciativa. Mas também é necessário lembrar que a maior parte dos(as) jovens ali presentes chegou apenas nessa fase do projeto.

<sup>123</sup> É preciso dizer que, apesar de grande maioria no curso, nem todos os(as) jovens eram moradores do Complexo do Alemão. Quando comecei a acompanhar as atividades do projeto havia ao menos três que não eram dali, uma delas morando em outro município – e apenas ela concluiu o projeto. Essa característica não era apenas desse projeto. Entre aqueles que acompanhei parcialmente durante o trabalho de campo, em pelo menos um havia jovens de outras localidades que iam até o Alemão para participar das atividades regulares. Essas pessoas de fora haviam tomado conhecimento dos projetos através da Internet.

rede (se referindo à Internet, às redes sociais virtuais) como “uma das melhores formas de captação de recursos que a gente vai ter”.

Tarefas foram sendo definidas e divididas. Dois dos jovens presentes eram funkeiros e a eles coube a tarefa de fazer uma música, um funk para o bloco. Dali, saiu uma programação inicial, as oficinas e outras atividades que seriam realizadas foram delineadas, assim como tarefas e seus responsáveis com prazos correspondentes.

### **Outros encontros, outros saberes**

No entanto, nem todos os encontros que acompanhei ficaram sob responsabilidade de Thiago. Alguns deles foram ministrados por instrutores de outros territórios. De acordo com pessoas ligadas à organização responsável pelo projeto, a ideia surgiu para tornar as aulas mais dinâmicas e para que os instrutores pudessem falar para outras turmas de aspectos relacionados aos projetos culturais que eram sua especialidade. A cultura e a produção cultural eram evidentemente o forte de Thiago, que dava exemplos constantes de sua participação na produção de filmes, teatro, eventos culturais e no acesso a editais de cultura.

Os outros dois que acompanhei à frente de encontros no Alemão ficaram responsáveis pelas ideias relacionadas aos projetos (Thainã, que era instrutor no Complexo da Penha) e pela parte de orçamento (Davi, originalmente instrutor em Manguinhos). Não soube previamente que eles assumiriam esses conteúdos (e como não consegui estar em todos os encontros no período em que acompanhei o projeto, não sei dizer com certeza se a participação deles foi avisada previamente aos jovens porque – em meu período de participação – pude perceber que muitas coisas surpreendiam por não serem avisadas com antecedência e a questão da comunicação foi uma das principais críticas feitas por algumas pessoas ligadas ao projeto com atuação no território).

A aula dada por Thainã foi para mim ao menos inesperada. Quando cheguei me surpreendi ao vê-lo na frente da sala projetando algumas coisas e falando com os(as) presentes. Pedi desculpas pelo atraso e ele brincou comigo em público. Thainã foi uma das pessoas que conheci logo do início do trabalho de campo, ainda em 2013, e ficamos próximos. Quando acompanhei aquela atividade já havia, inclusive, o entrevistado já que fazia parte do Ocupa Alemão e foi um dos criadores do Papo Reto. Eu já sabia que ele fazia parte do projeto, mas como instrutor em outro território e não imaginava encontrá-lo ali.

O interessante de ter tido a oportunidade de observar diferentes pessoas à frente dos encontros do projeto foi não apenas perceber as ênfases dadas por cada um de acordo com

suas trajetórias e especialidades, mas também perceber as diferentes formas de cada um se relacionar com os(as) presentes e enunciar questões semelhantes (ou mesmo relacionadas a um mesmo universo: o dos projetos sociais de cultura).

Havia algumas semelhanças evidentes entre eles, como o fato de serem todos homens, brancos, dois na faixa dos vinte e tantos anos, outro mais velho, na faixa dos 30 e tantos. Os três eram moradores de áreas populares: dois deles de favelas na zona norte da cidade (mesma região do Complexo do Alemão) e o outro de um município da região metropolitana do Rio de Janeiro. No que diz respeito à relação que estabeleceram com os(as) jovens prevalecia a informalidade. Os três pareciam estar bastante confortáveis na posição de instrutores ou professores daquela turma.

Os dois que eram moradores de favela usavam muito mais gírias e tinham um modo de falar bem mais próximo àquele das pessoas com as quais eu estava acostumada a conviver nas atividades ligadas à militância no Alemão. Os dois tinham trajetórias que, de diferentes formas, aliavam a militância em favela a ONGs e projetos sociais ligados à juventude. Isso os diferenciava de Thiago que não era militante (ainda que tivesse uma visão bastante crítica da sociedade em consonância com o universo da militância), nem tinha uma trajetória marcada pelos projetos, pelas ONGs ou pelos temas da favela e da juventude.

Voltando ao encontro em que Thainã estava a frente, ele falou sobre o processo de criação de um projeto, mas, na verdade, falou menos do “formato projeto” (tema recorrente nos encontros ministrados por Thiago) e mais sobre como ter ideias e transformá-las em algo que poderia vir a ser um projeto. Os termos mobilizados por Thainã, como será visto mais adiante, eram consideravelmente diferentes daquelas utilizadas por Thiago, assim como sua forma de abordar a questão dos projetos sociais. Para falar de projetos, Thainã começou pelas ideias: “O que é ideia? De onde ela vem? - Necessidades locais – Uma coisa que você quer que aconteça – Algo que você almeja – Toda ideia vem do desejo”.

O encontro foi mais conversado e em diversos momentos ele pede que as pessoas tomem nota. Além das ideias, ele fala das “referências”. Diz que é preciso usar o que já foi inventado para criar coisas originais (“control C, control V”, mencionando os comandos disponíveis no computador para se copiar alguma coisa de um arquivo para outro). Thainã misturava em sua aula alusões à sua trajetória como museólogo (ele tinha terceiro grau), além de fazer várias citar projetos que já havia escrito e onde havia trabalhado e ao processo de criação de um projeto.

Ainda que não explicitamente, boa parte de sua apresentação orientava-se pela lógica

(e, portanto, pelo vocabulário) da Agência de Redes para Juventude<sup>124</sup>, que realiza projetos com jovens e na qual ele havia trabalhado por alguns anos. Quando notei isso ao longo do encontro, e uma vez que saímos juntos e fomos conversando, perguntei a ele a respeito. Ele confirmou o uso de noções presentes na Agência e disse que achava a “metodologia” do projeto Formação de Jovens Agentes de Cultura problemática. Havia tentado, assim, usar as cartilhas do projeto no território onde era instrutor, mas passou a incorporar nos encontros que conduzia parte da metodologia da Agência, que julgava mais apropriada para trabalhar com o público do projeto. Contou que, no território em que trabalhava, ao contrário da turma do Alemão, grande parte dos jovens tinha pouca ou nenhuma experiência anterior em projetos ou produção de eventos.

Em sua aula apareceram os termos “inventário”, “mapa”, “oportunidade”, “adaptação”, mas também “formulário”, “justificativa”, “metodologia”, “financiador”, “orçamento”, “editais”, “banca”, “CPF”, “imposto” e “questão legal”. Ele começou lançando mão de algo que parecia fora de um formato pré-estabelecido para o projeto, apresentando estratégias para chegar até uma ideia (como o “inventário” ou o “abecedário” ou o “mapeamento de demandas locais”) e para desenvolver a ideia (“mapear lugares no seu território em que algo acontecia ou podia acontecer”, por exemplo). Para depois apresentar aspectos do formato, o enquadramento que deveria ser dado a essas ideias para que elas se transformassem em um projeto.

Após apresentar formas e exemplos de como ter e desenvolver ideias para projetos, Thainã abriu o notebook e projetou no quadro um formulário do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas)<sup>125</sup> que, segundo ele, “ajuda bastante a destrinchar o

<sup>124</sup> É preciso dizer que, ainda que se trate de um organização que trabalha com projetos sociais para jovens, a iniciativa em questão difere de muitas maneiras dos projetos mais convencionais para esse “público” incentivando a criação de projetos sociais feitos pelos próprios jovens e garantindo recursos ao final do que chamam de “ciclo” para aqueles projetos que cumprem etapas pre-determinadas. Nesse processo, há pessoas, universitários moradores de favelas ou áreas populares, que cumprem o papel de auxiliar os(as) jovens, função exercida por Thainã enquanto trabalhou lá. O criador e ex-coordenador geral dessa iniciativa era também um conhecido diretor de teatro e produtor cultural que já esteve em diferentes lugares da administração pública municipal no Rio de Janeiro e em um município da região metropolitana sob administração do Partido dos Trabalhadores à época. Em 2015, a iniciativa criada por ele foi financiada pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Outro grande financiador desde o princípio foi a Petrobrás. Para uma análise sobre a Agência de Redes ver Velazco (2014).

<sup>125</sup> A instituição tem, em suas ideias e valores centrais, o empreendedorismo, negócio, a gestão e o estímulo à formalização de negócios e pessoas (MEI). De acordo com informações disponíveis em seu site: “O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma entidade privada que promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte (...). Há mais de 40 anos, atua com foco no fortalecimento do empreendedorismo e na aceleração do processo de formalização da economia por meio de parcerias com os setores público e privado, programas de capacitação, acesso ao crédito e à inovação, estímulo ao associativismo, feiras e rodadas de negócios. As soluções desenvolvidas pelo Sebrae atendem desde o empreendedor que pretende abrir seu primeiro negócio até

projeto na hora da elaboração dele”. A partir daquela imagem projetada do formulário, ele fala dos diferentes itens, ou partes que precisam estar presentes na elaboração de um projeto. Mas não faz isso de modo linear.

Explicou cada item, a importância da coerência entre eles, mas também a relevância dos nomes dos projetos, de fazer pesquisa de coisas parecidas com o que se quer fazer no lugar onde mora. Ele não marca nenhuma clara diferença em sua apresentação, nos exemplos que mobiliza, entre sua atuação profissional e sua inserção nos coletivos que ajudou a criar. Usa, em diversos momentos, exemplos vindos desse universo (em conjunto, estabelecendo uma conversa com Lana várias vezes, em tom de cumplicidade) como a escolha do nome do coletivo do qual ele e ela fazem parte (a partir de uma lista de nomes previamente criada por ele a partir do método do abecedário) ou quando fala de um projeto que escreveu junto com um dos participantes do coletivo do qual havia participado antes (projetando inclusive o projeto em questão para mostrá-lo como exemplo).

Sua apresentação está permeada de histórias e observações que remetem a suas experiências (no coletivo que participou, no que fazia parte naquele momento, fala também de projetos que já escreveu ou ajudou a elaborar, e do próprio projeto ali em andamento). Ao final, aponta para a seguinte conclusão: “Não deixa de ser uma malandragem conhecer e jogar com as regras dos editais que vocês estão concorrendo”. Conhecer e jogar com as regras nesse caso associa-se à compreensão do que significa o financiador ter “sua marca associada ao jovem” e, portanto, a importância da mobilização para um projeto como aquele do qual participam.

### **O fim do projeto: o último edital e os ritos de fechamento**

O final de um projeto social pode ter diversos marcadores, a depender do ator envolvido do qual tomamos o ponto de vista. Para a instituição responsável pelo projeto, por exemplo, ele só termina quando seus técnicos apresentam os últimos relatórios narrativos (que relatam e comprovam as atividades realizadas) e orçamentários (comprovando e justificando os gastos realizados no processo) ao financiador ou à instituição que media o acesso aos recursos financeiros. Isso pode acontecer até meses depois do fim das atividades nos territórios.

Para os participantes, a entrega dos certificados que atestam sua participação no

---

pequenas empresas que já estão consolidadas e buscam um novo posicionamento no mercado”. ([http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais\\_adicionais/conheca\\_quemosomos](http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemosomos))

projeto é um momento importante para a conclusão de seu envolvimento na iniciativa. Um de meus interlocutores que foi instrutor no projeto aqui analisado, Thainã, falou uma vez comigo sobre a necessidade de um ritual de conclusão para os participantes do qual a entrega de um certificado (preferencialmente com legitimidade social, ele me falava informalmente como seria bom se o curso desse um certificado do Senac, por exemplo, instituição reconhecida por oferecer cursos de formação laboral) é momento central.

No Formação de Jovens Agentes de Cultura, no entanto, havia uma expectativa de outros eventos que instituiriam sua finalização: a realização de uma banca em que apresentariam seus projetos e o lançamento de um edital voltado para os participantes através do qual iriam concorrer a um prêmio. A banca foi realizada. Ela aconteceu no mesmo espaço onde ocorriam os encontros no Alemão. Havia, no entanto, a expectativa de que os avaliadores fossem pessoas de uma instituição de “jovens empreendedores” (isso foi dito pelo instrutor algumas vezes nos encontros que antecederam a banca e foi repassada por ele como algo dito por pessoas que trabalhavam no escritório do Cieds a ele). No entanto, no dia, foram instrutores de outros territórios que fizeram o papel de avaliadores. Um deles havia conduzido alguns encontros também no Alemão sendo, portanto, conhecido de parte dos participantes.

Na banca, poucos jovens apresentaram seus projetos. Foram ao todo sete pessoas, a maioria delas organizada em duplas. Algumas o fizeram individualmente. Eles foram instruídos por Thiago a levarem seus projetos por escrito respeitando alguns padrões de apresentação. Alguns levaram, inclusive, uma apresentação no estilo Power Point (programa de computador que ajuda a organizar apresentações) a ser projetada. Nesse dia, cheguei antes do início da atividade e todos ali presentes estavam bastante nervosos. Tratava-se, no entanto, de uma banca como exercício de apresentação dos projetos, como forma de prepará-los para o que poderia acontecer caso fossem selecionados para essa fase do edital a que iriam concorrer. Edital esse que até aquele momento não havia sido lançado. Sendo assim, redigiram e organizaram suas ideias como projetos tendo como base um roteiro fictício que, ainda que contivesse boa parte dos itens geralmente presentes na conformação da narrativa de um projeto social, não seriam exatamente os mesmos contidos no edital que vinha sendo aguardado por todos (pessoas da organização de fora, instrutores e jovens participantes) com muita ansiedade, sendo de responsabilidade da secretaria de cultura.

Ainda que se tratasse, portanto, de um exercício, foi um momento de extremo nervosismo para os participantes. Eu solicitei assistir às apresentações ao lado da banca. O instrutor do Alemão também o fez. E fomos atendidos. Além dele, de mim e de dois

instrutores de outros territórios, estava também a supervisora dos territórios no projeto (eram quatro supervisoras para 20 territórios). Ela havia estado presente em alguns momentos, como os passeios e alguns dos encontros onde havia necessidade de trazer informações diretamente dessa organização. Ela era, portanto, também conhecida pelos ali presentes. Os outros participantes não podiam assistir as de seus colegas, aguardando do lado de fora da sala enquanto elas aconteciam.

Cada apresentação tinha um tempo máximo para acontecer (15 minutos) e os avaliadores folheavam os projetos por escritos um pouco antes de cada apresentação. Ao final de cada uma, eles teciam comentários e críticas, dizendo o que os jovens deviam melhorar (tanto no documento escrito, quanto na forma de apresentar) e ressaltando o que estava bom. A ideia, portanto, era que aquele momento fosse uma parte do processo de elaboração do projeto. Para a maior parte dos participantes, como já foi dito, tratou-se de uma enorme fonte de ansiedade: com a necessidade de falarem em público em um formato em que estavam claramente sendo julgados por aquilo que estavam de alguma forma aprendendo a fazer (ainda que para alguns aquela não fosse a primeira experiência). E isso é importante de ser pontuado: mesmo entre os mais velhos e mais experientes, que já tinham tido projetos aprovados e rejeitados em processos semelhantes, não se tratou de um momento tranquilo. Todos estavam muito nervosos em suas performances públicas e externar o nervosismo antes da apresentação parecia fazer parte daquele momento.

Ainda que, em tese, esse tivesse sido um momento entre outros na construção de seus projetos, após essa atividade os encontros esvaziaram. Em geral, havia apenas um jovem. O objetivo dos encontros seguintes a esse momento era aprimorar o projeto considerando as observações realizadas pela banca com o auxílio do instrutor. O que na prática não aconteceu, ainda que Thiago continuasse indo nos dias combinados.

Após o momento da banca, voltei a vê-los reunidos na entrega dos certificados. Antes disso, houve uma tentativa de reunião para se decidir como tal entrega seria realizada. Essa reunião foi mobilizada pela supervisora e três jovens compareceram. Ideias foram dadas. A principal era organizar uma atividade cultural na Praça do Conhecimento em que os jovens participantes envolvidos com cultura pudessem se apresentar. A atividade ocorreria em um sábado pela manhã para viabilizar tanto a participação dos jovens quanto de parentes ou amigos. Isso, no entanto, não ocorreu. Apesar de ter sido realizado um encontro para que a decisão fosse coletiva, o que aconteceu de fato foi a rápida entrega dos certificados sem uma cerimônia específica (eles pegavam um de cada vez seu diploma e assinavam um papel e

aqueles que não foram teriam que ir à sede do Cieds no Centro de cidade para buscá-lo depois) seguido de um lanche trazido pela equipe do Cieds. Tudo muito rápido. Em seguida, participantes, mobilizadores e instrutor (e eu) ficamos conversando informalmente. Em dado momento, as três pessoas do Cieds que estiveram presentes nesse dia (o coordenador da iniciativa, a supervisora pedagógica e a supervisora territorial) reuniram todos em círculo e o coordenador deu um informe sobre a questão do edital final, que até aquele momento ainda não havia sido lançado pela secretaria de cultura.

Desde seu início, o projeto dizia que “além das formações e outras atividades”, o projeto iria “beneficiar jovens com o prêmio de R\$12.000 para que coloquem em prática seu negócio cultural”. Nessa notícia disponível no site da organização que produziu o projeto não fica claro que esse prêmio não seria para todos(as) os(as) participantes, mas isso era dito nos encontros na iniciativa. Esse edital, portanto, estabeleceria as regras para que os jovens organizassem suas ideias sob a forma de um projeto que iria concorrer ao prêmio. Sua publicação, no entanto, sofreu diversos atrasos o que gerou uma enorme expectativa entre os participantes e muitos problemas para aqueles que representavam a organização responsável pela produção do projeto já que não era ela quem controlava as questões relacionadas ao edital.

Diferente do primeiro edital, que estabelecia regras para a seleção e contratação da ONG que produziria o projeto, o segundo edital expressava um marco temporal anunciado em variados momentos desde o início das atividades do projeto. Nos encontros, essa informação foi recorrentemente trazida, inicialmente, pelo instrutor (e por pessoas que trabalhavam nos escritórios da organização responsável, quando presentes) e, mais perto do final do projeto, também pelos(as) jovens. Isso porque o curso tinha como objetivo que os(as) participantes escrevessem projetos a serem submetidos ao edital em questão. No entanto, esse edital, sempre evocado, nunca foi de fato apresentado em um dos encontros já que ele só foi tornado público após o final do curso. Sendo assim, esse segundo edital tornou-se um espectro, uma promessa não cumprida que influenciou o modo de encerramento do curso.

Por um lado, os(as) jovens não sabiam como escrever seus projetos porque as normas que deveriam orientar a escrita (um formulário e as instruções de preenchimento) não existiam já que o edital ainda não existia. Por outro, o instrutor buscava sanar o problema apresentando exemplos de editais mais simples que talvez fossem próximos àquele com o qual eles iriam lidar. Mas o instrutor, ele mesmo, não sabia ao certo como seria o edital nem quando seria lançado. Nesse momento, evidenciou-se uma quebra na mediação. Instrutor e

representantes do Cieds começaram a evocar insistentemente a secretaria de estado, buscando explicitar a divisão de responsabilidades entre eles.

O que ao longo do curso parecia pouco importante, nesse momento foi colocado em evidência a fim de buscar manter a reputação do Cieds e das pessoas que o representavam no território. Em busca por remediar a questão, a organização enviou um edital que ainda não era o esperado mas a partir do qual os jovens deveriam redigir seus projetos para serem apresentados a uma banca de avaliação fictícia. No final das contas, e com o término dos encontros, o fluxo de informações que era passado através do instrutor e das pessoas que desempenhavam o papel de mediador cessou e, com ele, a possibilidade de entender melhor do que tratava o edital.

Tomei conhecimento do edital em um dos últimos dias em que fui a uma atividade do projeto. Estavam o instrutor e mais dois jovens além de mim. Foi uma dessas jovens, uma das mais velhas e que já trabalhava na área de cultura, que falou que o edital havia “saído”, ou seja, havia sido publicado e encontrava-se disponível no site do programa a que se associava o projeto. E foi assim que foi confirmado um boato a respeito dele: o edital não seria mais exclusivo para os(as) participantes do curso Formação de Jovens Agentes de Cultura, mas público, aberto para pessoas e organizações que quisessem concorrer.

Não sei se é possível descrever a dimensão dessa mudança. Ao longo dos encontros, a informação que era passada aos jovens era que o edital seria exclusivo para os(as) participantes do curso. Com essa informação, não raro, chegava a interpretação de que havia uma boa chance de que todos os participantes ao final recebessem o prêmio uma vez que a evasão havia sido grande. Eu mesma cheguei a repassá-la algumas vezes quando falava do projeto. No final, ao não se confirmar, ela gerou alguns efeitos significativos. O primeiro foi que as pessoas que representavam o Cieds se viram obrigadas a explicar seu papel dentro do projeto e falar que, ainda que a organização fosse sim responsável pela realização do curso, não era a ONG a responsável pelo prêmio, ou seja, pelo edital. Isso era de responsabilidade da secretaria de estado (é bom destacar aqui que, durante meus meses de trabalho de campo no projeto não vi representantes da secretaria nenhuma vez no Alemão).

Para os(as) jovens isso era de difícil compreensão uma vez que o instrutor, as pessoas que faziam a mobilização e duas pessoas do Cieds eram quem conheciam pessoalmente. Mesmo o nome da secretaria não era mencionado com frequência nos encontros, ao passo que a ONG era referência constante nas falas do instrutor e dos mobilizadores. Como é possível imaginar, acabou sendo o Cieds o responsabilizado, na leitura dos(as) jovens, pelos problemas

relacionados ao segundo edital: o enorme atraso para sua publicação e as modificações em uma regra estruturante do mesmo que alterava as chances daqueles jovens para acessarem o prêmio prometido. Alguns(mas) deles(as) sentiram-se profundamente enganados ao perceberem que, mais uma vez, teriam que concorrer com grandes ONGs e pessoas com muito mais experiência pelos mesmos recursos. Um dos coordenadores do projeto narrou em entrevista parte do conflito nos seguintes termos:

(...) o pessoal começou a se movimentar também, começou a ficar chateado com a Secretaria, foram na reunião e a Secretaria explicou que na verdade não dava pra fazer porque teria que ser um edital aberto. (...) Não, nós (*se referindo ao Cieds*) não fomos. Nós não fomos nem convidados. Os jovens, na verdade, marcaram com a Secretaria, a gente soube porque teve pelo whatsapp. Jovens de um território se juntaram, se uniram, se movimentaram pra isso, achei bacana. Eu acho que eles têm que lutar pelos nossos direitos e fazer valer, né? E, aí, eu sei que eles saíram de lá com uma promessa de que seria uma pontuação diferenciada (*para os participantes do projeto*), mas também não ocorreu. (...) Acho que a mágoa deles foi concorrer com o próprio professor deles, né, os professores concorreram o edital e ganharam, né, do próprio aluno que ele dava aula, pela experiência (...) Eu acho que a gente tem alunos ali que vão concorrer a editais, aí vão ganhar, porque a gente preparou muito pra isso, mas a ideia do edital não ser exclusivo foi um balde de água fria pra eles, pra aqueles que (*es*)tavam começando pela sua primeira vez, né? Foi algo difícil” (Entrevista com Valrei Lima, coordenador do projeto no Cieds, 2015).

De acordo com Valrei no trecho acima destacado, foi um “balde de água fria” para os(as) jovens. E ele (e sua organização) tinha dimensão de seu lugar e dos problemas causados já que é “ela (*a ONG*) bota a cara, é ela quem vai pra ponta, é ela quem tá lá no campo e quando as coisas não acontecem de forma como foi informada, é essa instituição que sofre por todos os riscos, que sofre todas as indicações de ter feito mal feito porque ela que (*es*)tá no contato, ela que (*es*)tá lá”.

A explicação dada, informalmente e ao menos a mim porque perguntei, foi que a fonte de recursos financeiros através do qual o prêmio se realizaria havia mudado. Inicialmente estaria relacionada à empresa financiadora do projeto, o que abriria a possibilidade de criação de restrições para seu acesso. No entanto, e ninguém sabia dizer ao certo a razão, o que dava margem a especulações acerca de desvio de recursos, o dinheiro viria agora de um fundo nacional de cultura que, por sua natureza jurídica, só poderia financiar editais públicos, ou seja, abertos a qualquer pessoa ou instituição que desejasse acessá-lo a partir dos parâmetros neles contidos. Isso inviabilizava a criação de normas restritivas de acesso.

Como isso tudo aconteceu em uma fase em que os encontros já não eram frequentes, ao menos do Alemão, a frustração gerada deu origem apenas a fofocas e a uma discussão via whatsapp em que uma das jovens responsabilizava o instrutor e o Cieds por não terem sido transparentes sobre as mudanças das regras no edital (esse episódio aconteceu já após a divulgação do resultado do prêmio). Nas palavras de Valrei: “Na verdade, o que compromete a avaliação depois é essa questão do edital, mas até o projeto já tinha finalizado na sala de aula, a gente já não (es)tava mais com eles sistematicamente em atividades”. Em outros territórios, no entanto, houve, inclusive com a participação de mobilizadores locais, uma reação organizada de participantes do projeto que levou a uma reunião com a secretaria de estado responsável (sobre a qual, infelizmente, só vim a tomar conhecimento depois pelo perfil da rede social virtual Facebook de uma jovem moradora de outra favela).

Ao procurar o segundo edital na Internet, me deparei com cinco documentos. Diferentemente do primeiro edital, em que foi possível encontrar inicialmente apenas um arquivo que fazia referência a dois anexos (dos quais pude localizar apenas um), este contava com informações organizadas em arquivos de diferentes naturezas. Além do texto do edital em si, foram disponibilizados dois formulários (um relativo ao proponente e outro ao projeto) e um manual com explicações sobre como os formulários deveriam ser preenchidos e esclarecimentos sobre o conteúdo do edital. Além disso, havia dois arquivos em áudio com “chamadas para o edital” (completa e resumida). Havia, portanto, nesse caso, a compreensão de que era necessário uma maior quantidade de informações disponíveis uma vez que as pessoas que pretendiam que a ele tivessem acesso não estavam habituadas a lidar com esse tipo de documento (como havia sido o caso das pessoas e instituições que acessaram o primeiro edital) ou mesmo com esse tipo de processo (que o gestor idealizador do projeto chamou de “burocracia”).

Em termos de estrutura e linguagem, este edital não diferia substantivamente do primeiro edital (que normatizou a escolha da ONG que produziu a iniciativa). No entanto, e considerando a grande diferença entre os públicos dos dois editais, há documentos complementares para auxiliar no entendimento de parte das pessoas que poderiam querer concorrer a esse segundo. O que incluía ao menos uma parte considerável daqueles que participaram do curso Formação de Jovens Agentes de Cultura que não tinham experiência prévia com editais do tipo ou tinham pouquíssima inserção nesse universo a partir do lugar de proponentes de projetos.

Havia, assim, “orientações para inscrição”, um documento que diferia bastante em

termos de forma e de conteúdo do texto central do edital. Em primeiro lugar, tratava-se de um documento com apresentação gráfica totalmente diferente do primeiro, possuindo uma capa diagramada com um desenho em que uma favela foi representada como quadrados dispostos na parte direita do papel. Sobre essas formas gráficas estava escrito “funk”, “audiovisual”, “música”, “grafite”, “literatura”, “fotografia”, “teatro” e “balé”, evidenciando o que estava sendo pensado como possíveis temas dos “microprojetos culturais” que davam nome ao edital.

O documento de 12 páginas era dividido em nove partes onde havia informações sobre o programa em que se insere o edital, um breve resumo sobre o edital (meia página), quem poderia e quem não poderia participar, como se inscrever, quais documentos deveriam ser preparados, processo de seleção, “outras informações importantes” e anotações. A linguagem era bem mais objetiva e direta do que aquela do edital em si e o documento foi todo diagramado de modo a facilitar a leitura (o que incluía o uso de fonte maior, por exemplo, e de ilustrações e outros recursos visuais).

Os múltiplos documentos do edital – aqueles criados pela secretaria e aqueles solicitados aos que pretendiam propor um microprojeto – faziam parte de um rol mais amplo de papéis (em formato digital ou físico) que criaram esse projeto. Eles tornavam evidentes que o projeto escrito, por exemplo, por aqueles que fizeram o curso e podiam, então, concorrer ao edital não era apenas uma ideia de ação cultural na favela traduzida para um formato específico a partir das orientações do edital. Para haver a possibilidade de acessar os recursos disponíveis, era preciso não apenas deter o conhecimento mínimo necessário para ler e interpretar as informações do edital e sobre ele, mas também capacidade de converter as ideias em uma linguagem adequada em um espaço limitado e, ainda, ser capaz de mobilizar uma série de outras informações sob a forma da documentação exigida que deveria ser anexada e planilhas (orçamento, planos de divulgação e orçamentário).

Além disso, ainda que ao menos as pessoas que participaram do curso onde acompanhei mostrassem uma enorme familiaridade com o mundo digital e a Internet, não obrigatoriamente o modo de acesso à Internet possibilitaria um fácil preenchimento de um formulário online sobre um assunto e contendo uma linguagem com a qual boa parte dos participantes não parecia especialmente familiarizada. Trata-se, portanto, de reconhecer que as mediações feitas por esses documentos e formulários entre possíveis “proponentes” e administração pública (na figura da secretaria de estado responsável) são atravessadas por outras mediações necessárias de conhecimento, linguagem e tecnologia que possibilitam, e

também constroem, esse possível acesso aos recursos tornados disponíveis através da peça jurídica que é o edital.

### **Projeto social e militâncias**

A descrição analítica do projeto Formação de Jovens Agentes de Cultura não pretendeu esgotar todas as suas dimensões, mas chamar a atenção para diferentes relações e atores envolvidos em algumas delas. Nesse último ponto, o objetivo é retomar alguns aspectos tratados ressaltando a relação entre dimensões distintas da construção social de projetos sociais e do engajamento militante em favela, sobretudo no que se refere à juventude. Desde o início da pesquisa, um de meus objetivos centrais era entender de que forma militância e projetos constituíam-se mutuamente. O que observei, no entanto, foi que, em muitos momentos, nem mesmo essa distinção fazia sentido para meus interlocutores. Onde começava o projeto e terminava a militância (ou vice e versa) nesses casos era difícil precisar. E não foi o que pretendi.

No final das contas, os projetos sociais voltados para jovens podem ser compreendidos como um dos fatores das condições de engajamento (e de desengajamento) para certas pessoas, grupos e instituições. Projetos sociais e militância alimentam-se mutuamente no contexto pesquisado. Nos projetos circulam (e são produzidos) códigos, modos de agir e de pensar que não raro são compartilhados também entre movimentos sociais. Em alguns casos, de modo a reproduzi-los. Em outros, como forma de se distinguir de um Outro, mais próximo à ideia que têm de Estado. O movimento contrário também se verifica. Ou seja, muitos projetos sociais também espelham, traduzem ou são conformados (também) por dinâmicas e práticas criadas entre militantes em suas reuniões, manifestações, relações e eventos. E tanto um, quanto outro (no que se aproximam ou se diferenciam) são, como vem sendo visto ao longo dos capítulos, atravessados por relações de vizinhança, amizade, parentesco, mas também profissionais e educacionais. Pode-se falar em um fluxo de capitais acumulados na militância e nos projetos sociais que se retroalimentam. Para indivíduos e organizações, legitimidade, prestígio e determinados modos de conhecimento aprendidos na militância são valorizados nos projetos sociais. E, mais uma vez, o oposto também é verdadeiro.

Os projetos sociais são também um espaço de trabalho para pessoas engajadas de diferentes maneiras em ações coletivas locais. Por um lado, muitas vezes essas ações coletivas locais são transformadas, através de projetos sociais, em possibilidades de engajamento militante remunerado. Em projetos sociais desse gênero é possível exercer certo nível de

engajamento, transmitindo valores que percebem como ligados aos seus ideais como militantes e sendo remunerados financeiramente por isso. Entre meus interlocutores, no entanto, o trabalho em projetos ligados à militância raramente era duradouro ou fonte de sua maior renda mensal. Por outro lado, há ofertas de trabalho disponíveis em organizações não governamentais e no governo (muitas vezes também denominadas projetos sociais) onde um certo capital acumulado na militância é requerido. Este é o caso, por exemplo de vínculos e conhecimentos sobre o lugar onde vivem e a partir do qual constroem seus engajamentos e relações que podem se traduzir em uma capacidade potencial de mobilização.

Os termos “articuladores” ou “mobilizadores” locais estão entre os mais utilizados para a função remunerada que exercem nesse tipo de iniciativa. Nela (como foi visto em algumas das trajetórias analisadas no segundo capítulo e também ao longo deste) é requerido que eles conheçam profundamente a dinâmica local (o que inclui não apenas instituições e atores locais, mas também as pessoas de fora que lá trabalham e outros tipos de dinâmicas social e política, que incluem, inclusive, aquelas ligadas à violência). Também devem ser capazes de trazer para a iniciativa e fazer a manutenção da presença de moradores para dela participar, sendo, não raro, acusados de serem responsáveis pelo esvaziamento do projeto ou curso (como foi possível perceber pela narrativa do articulador local que antecedeu a entrada de Lana no projeto aqui analisado).

A função de articulador ou mobilizador local está situada em um dos planos de menor prestígio dentro da hierarquia de um projeto social ou de iniciativas do gênero. Tratam-se, em geral, de contratos temporários, com baixa remuneração e que não exigem alta escolaridade. As pessoas engajadas encontram-se situadas em outros postos dentro dos projetos (como coordenadores, responsáveis pela comunicação, jornalistas, contadores ou professores, por exemplo) com mais frequência em iniciativas de organizações locais e não nas de fora. Um exemplo disso é a narrativa de uma pessoa engajada em ações locais há muitos anos por mim entrevistada. Ela contou informalmente que, trabalhando há muito tempo em uma ONG de fora como mobilizadora local, quis participar do processo de seleção para um cargo na área de sua formação universitária. Ela foi, no entanto, desestimulada pelo diretor geral da organização que, em suas palavras, disse que ela era muito necessária na função que já vinha exercendo como articuladora local. A função almejada requeria maior escolaridade (o que ela possuía) e era melhor remunerada por menos horas de trabalho semanal. Ela não participou do processo de seleção.

Na área ligada particularmente à juventude, houve, no período de minha pesquisa,

outras iniciativas em que pessoas com trajetórias de engajamento na área estavam sendo contratadas para postos de coordenação ou auxiliar de coordenação, por exemplo. Em um equipamento público local voltado para jovens, em especial, conheci três pessoas consideradas jovens e moradoras do Complexo que assumiram tal função desde a criação do espaço. Todas, no entanto, ficaram pouco tempo fosse por questões que nomearam como “políticas” (por se tratar de um cargo de confiança, que apesar de requerir um processo de seleção estava ligado à escolha de pessoas de dentro da secretaria correspondente que, portanto, por mudanças de ordem político-partidária poderiam optar por colocar pessoas mais próximas politicamente), fosse por questões salariais (ou seja, por ter sido prometido outro valor de salário que não se confirmou), fosse, ainda, por questões relacionadas à “liberdade”, ou seja, por inicialmente terem acreditado que poderiam ter maior incidência sobre as atividades a serem realizadas no espaço (e seu modo de realização) o que acabou por não se confirmar na prática. Destaco que essas mesmas razões foram acionadas em conversas e entrevistas por pessoas que trabalharam como mobilizadoras locais para justificar abandonarem o trabalho em outras iniciativas.

Outra tensão bastante comum nesse cenário foi entre os valores mobilizados pelas pessoas engajadas e entre as práticas e ideias das organizações ou projetos em que trabalhavam de forma remunerada. Se muitas vezes havia coincidência, muitas vezes também havia diferenças marcantes. Em certos momentos isso tornava-se bastante evidente no relato de meus interlocutores. As estratégias para lidar com esse tipo de tensão foram muitas. Em alguns momentos, por exemplo, optava-se por omitir seu posicionamento em relação a determinados assuntos em que as visões de mundo da pessoa engajada e do projeto ou organização não coincidiam a fim de garantir a manutenção do vínculo de trabalho remunerado. Em outros, pediam demissão. Houve ainda episódios (às vezes públicos, outras, privados) onde essa tensão era tornada pública e algum superior da organização ou projeto podia chamar a atenção da pessoa envolvida. Ficava evidente que não existia uma coincidência absoluta. Isso podia levar tanto a uma insatisfação permanente com um trabalho, que trazia consigo a promessa de adensar o engajamento já em curso, ou a um repensar contínuo dessa relação entre militância e trabalho remunerado em que um certo engajamento é requerido a princípio.

Entre os capitais valorizados pelos projetos sociais e acumulados entre as pessoas engajadas está a formação de redes de relações. Mas, como já foi visto no Capítulo 2 (ver especialmente a trajetória de Alan Brum), o acúmulo de capitais na militância e nos projetos

se retroalimentam. Assim como o capital de relações (GAXIE, 2005) acumulado em experiências de engajamento militantes podiam ser valorizados no trabalho em projetos sociais, a formação de redes de relações<sup>126</sup> também acontecia ao se trabalhar em iniciativas do gênero. Mais um ponto de contato e interseção entre práticas militante e o trabalho em projetos sociais. O tipo de mobilização nesses dois espaços pode ser marcadamente distinto (a mobilização para uma manifestação contra determinada política governamental, por exemplo, e o convite para a apresentação formal de um projeto do governo) ou coincidente (no caso de ações de projetos em que são narradas experiências da militância, como ocorreu em diversos encontros e atividades do curso analisado nesse capítulo).

Nesse mesmo sentido, pontuo outro aspecto que por vezes demarca fronteiras, mas que também aponta coincidências e trânsitos: a linguagem que circula em projetos sociais e movimentos sociais. Ainda que, nos projetos, muitos documentos (como os editais ou as cartilhas de formação) acionem outras linguagens (como a jurídica ou burocrática do caso dos editais e a acadêmica no caso dos materiais de formação), há uma combinação dessas linguagens àquela que opera no cotidiano do engajamento militante. Ela aparece tanto nos materiais escritos (ainda que com menos frequência a depender do material), mas sobretudo nas atividades cotidianas do projeto social no território.

E não poderia ser diferente uma vez que, no caso aqui analisado, o curso aconteceu em um espaço físico de uma instituição local constituída a partir de uma ação coletiva fortemente engajada, e seus mobilizadores locais e instrutores também habilitavam-se à função que exerciam no projeto graças a diferentes experiências de engajamento. Ou, ao menos, a um certo compartilhamento de valores que, no caso em questão, poderiam ser descritos como “de esquerda” ou progressistas. Ou seja, ideias que valorizam, por exemplo, a justiça social, os direitos humanos, a cultura da periferia e o protagonismo dos jovens (sobretudo de periferias ou classes populares)<sup>127</sup>. Como foi dito, ao darem as aulas nos projetos eram acionadas

---

<sup>126</sup> O que muitos chamam de “conhecimento”, conhecer e ser conhecido entre muitas pessoas do lugar, mas também de outras favelas e organizações sociais e movimentos.

<sup>127</sup> O termo esquerda vem perdendo sua centralidade entre partes dos atores desse debate. Por um lado, nos últimos anos (e sobretudo após as mobilizações ocorridas no Brasil em 2013) setores conservadores (o que inclui os grandes meios de comunicação) utilizam-se dele sistematicamente de forma pejorativa, acusando, por exemplo, os defensores dos pobres e dos direitos humanos de defensores de bandidos e de defenderem valores que contradizem aqueles por eles defendidos (família, propriedade privada, religião etc). Por outro, dentro dos setores considerados progressistas (ou “de esquerda”) há uma recusa de se reconhecerem nessa alcunha. Alguns grupos e pessoas se referem à “ex-querda” como pessoas brancas de classe média que defendem seus próprios privilégios em detrimento daquilo que, para eles, seria prioritário, ou seja, a morte sistemática de pobres e negros graças às políticas estatais (inclusive quando partidos considerados de esquerda estão no poder). Essa luta simbólica é expressão também das convergências e divergências entre setores de movimentos sociais (sobretudo populares e/ou identitários) e política partidária ou institucional (o que inclui espaços

experiências pessoais e coletivas dos envolvidos. Nos relatos apresentados não havia uma evidente distinção entre experiências profissionais, que envolviam projetos com jovens, por exemplo, e outras de mobilização e engajamento incorporando os coletivos ou iniciativas criadas por eles. O mesmo acontecia entre os participantes, os chamados jovens. Ao falarem de si nos encontros do curso, falavam de outros projetos, outros cursos e de experiências de mobilização, por exemplo.

As fronteiras constituíam-se de forma imprecisa e quase residual, apontando, mais uma vez, para uma certa sobreposição de universos (caso nos esforçássemos para separá-los) ou mesmo uma conformação mútua e conjunta cujas fronteiras são acionadas por atores de ambos os lados em momentos estratégicos, como os de denúncia (ser acusado de ser ONG, ou seja, de se beneficiar com a manutenção da pobreza na favela) ou de acusação (no caso de ONGs e atores governamentais serem acusados por outros atores de beneficiar pessoas ou organizações percebidos como “da esquerda”, por exemplo, através de projetos sociais, cursos e outras iniciativas em detrimento de outros públicos ou usar a máquina pública para incentivar e fomentar movimentos sociais considerados “de esquerda”).

---

institucionais de participação como conselhos e audiências públicas). Essas questões serão retomadas no último capítulo.

## Capítulo 4 – Militância nas redes sociais virtuais: comunicação na produção de engajamento e do lugar

O presente capítulo analisa algumas aspectos presentes na relação entre o engajamento militante e o uso dos recursos disponíveis na Internet, priorizando a análise feita pelas ações coletivas locais acompanhadas nas redes sociais virtuais. Para tanto, tomo como ponto de partida duas situações etnográficas observadas. Cada uma delas remete a uma série de relações e ações que permitem iluminar usos e representações que pessoas engajadas faziam (e tinham) das plataformas disponíveis na Internet, acentuando continuidades entre seus engajamentos on e offline, mas também tensões colocadas a partir deles. Busco colocar em perspectiva modo como esses os usos feitos por eles dessas “ferramentas” contribuíam para alterar relações locais e suas posições nos movimentos sociais pesquisados.

### Situação 1<sup>128</sup>

Havia ido para uma atividade do Raízes em Movimento programada para acontecer em uma das salas da Praça do Conhecimento, um equipamento público da Prefeitura localizado em uma das favelas do Complexo do Alemão que oferecia cursos ligados à comunicação e à tecnologia<sup>129</sup>. Naquele espaço costumavam acontecer reuniões e atividades de grupos ligados às ações coletivas locais. David Aman, um dos criadores e coordenadores do Raízes, trabalhava lá naquela ocasião e a gestão do espaço vinha sendo realizada pelo Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP), uma ONG historicamente vinculada à comunicação popular<sup>130</sup>.

O “Vamos desenrolar”, atividade do Raízes para a qual havia ido naquele dia, é uma

<sup>128</sup> As cenas aqui narradas foram observadas ao longo de meu trabalho de campo entre os anos de 2012 e 2015.

<sup>129</sup> De acordo com publicação lançada em 2014 pelo CECIP sobre as ações realizadas pela Praça do Conhecimento de Nova Brasília (uma das favelas do Complexo do Alemão), “A Nave do Conhecimento de Nova Brasília foi inaugurada como Praça do Conhecimento e, durante 2012 e 2013, funcionou com essa denominação”. Na Prefeitura, o projeto Praças e Naves do conhecimento estava sob coordenação da Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia (SECT) e a gestão do equipamento construído na Nova Brasília foi feita pelo Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP) para “atuar na mediação e gestão de programas governamentais, a partir de um modelo de parceria do poder público com organizações da sociedade civil”. No lugar existiam “(...) laboratórios de vídeo e informática com tecnologia digital avançada, onde acontecem cursos (...)” e permitia “(...) o acesso às novas tecnologias de comunicação”. Além disso, ainda de acordo com a publicação, lá aconteciam “(...) apresentações de teatro e dança, exposições, atividades de pintura, exibição de filmes, jogos, brincadeiras, espetáculos de música popular e erudita (...)” (Trechos da publicação “Ideias, sonhos e histórias – cultura digital em Nova Brasília”, 2014).

<sup>130</sup> De acordo com informações disponíveis em seu site, trata-se de “uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e não-partidária, que desde 1986 se dedica ao fortalecimento da cidadania por meio da educação e da comunicação. A missão do CECIP é contribuir para o fortalecimento da cidadania, produzindo informações e metodologias que influenciem políticas públicas promotoras de direitos fundamentais”. (<http://www.cecip.org.br/site/quem-somos-2/>)

espécie de curso de formação voltado para pesquisadores e pessoas de movimentos sociais<sup>131</sup>. Quando cheguei ao local naquele sábado à tarde encontrei pessoas que conhecia ligadas às ações coletivas locais e perguntei se iam para a mesma atividade. Algumas responderam positivamente. Outras me contaram que estavam ali para uma outra reunião tendo como tema comunicação, que iria acontecer quase no mesmo horário em uma outra sala do mesmo espaço. Cerca de 17 pessoas participaram da reunião, em sua maioria homens com idade entre 20 e 40 anos. Contabilizei ali naquele dia pessoas que estavam envolvidas com cerca de 11 iniciativas locais entre equipamentos públicos (a própria Praça do Conhecimento), projetos sociais governamentais ou não, organizações sociais locais, coletivos e grupos do Alemão. Nas palavras de David Amen, questão central ali era pensar “como a gente se juntar para fazer comunicação”.

Nem todas as iniciativas ali representadas tinham como foco central a “comunicação”. Algumas eram projetos sociais voltados mesmo para o tema, como a formação de jovens na área de audiovisual, por exemplo (havia pessoas ali participantes de pelo menos três projetos com essas características). Outros grupos e coletivos locais com forte ênfase no uso das tecnologias e produção de informação (Raízes, coletivo Papo Reto e Voz da Comunidade). Havia também iniciativas voltadas para o meio ambiente ou a produção cultural, por exemplo. Durante a reunião, duas questões me chamaram particularmente a atenção. A primeira foi a relação das organizações locais e moradores com os(as) pesquisadores<sup>132</sup>. A segunda foi o vínculo entre comunicação e violência. Ainda que a motivação para aquele encontro fosse um “desejo de se unir”, a associação entre a produção local de comunicação e a situação de violência recolocada no Complexo do Alemão após a instalação da UPP era central e foi tema de debate.

Como a “comunicação comunitária” deve fazer para não “reproduzir os valores que já estão aí”? Como comunicar a “realidade” em que a violência da polícia, do Estado se coloca de forma central e é o que vira notícia, o que gera mais “curtidas” nas redes sociais virtuais? “Replicar” notícias sobre violência aumenta ainda mais a violência? Como não se reunir apenas nas “catástrofes”? Como reunir as iniciativas locais também em momentos de “paz”? Deram destaque ao papel de muitos dos que ali estavam, inclusive (ou principalmente) os mais novos (em termos etários), como “formadores de opinião”. Foram, aliás, os homens mais velhos que guiaram o debate. Dessa reunião, saíram com a intenção de organizar outros

---

<sup>131</sup> Para mais informações sobre o Vamos Desenrolar, ver Capítulo 6.

<sup>132</sup> Esta questão será objeto de análise no Capítulo 6.

encontros itinerantes pelo Complexo, cada encontro da sede de uma das iniciativas ali representadas. As fortes críticas ao Facebook e ao seu caráter de “espetáculo” que permearam a reunião fizeram com que a continuidade da articulação ali iniciada se desse através por uma “lista de e-mails” e não por um grupo fechado no Facebook<sup>133</sup>, por exemplo, como era de costume naquele momento.

## Situação 2

No final de maio de 2015 aconteceu também na Praça do Conhecimento uma “oficina de cobertura colaborativa” nomeada Gato Mídia. O nome era o mesmo nome dado a uma série de encontros que acompanhei em 2013, organizados pelo coletivo Ocupa Alemão. Tempos depois, com a saída de alguns de seus integrantes, a atividade foi reformulada e reeditada por Thamyra e Thainã, que haviam se desligado do coletivo. Suas características gerais, no entanto, permaneciam as mesmas. O caráter dos encontros era formativo, ou seja, focavam na transmissão de uma série de informações para outras pessoas, naquele caso específico, considerados jovens. Seu formato assemelhava-se ao de muitas outras atividades promovidas por organizações, grupos, coletivos etc de dentro e de fora do Alemão. A ênfase era na conversa, cadeiras dispostas em círculo na sede de uma organização local (o Educap<sup>134</sup>) e contando sempre com pessoas que não participavam do coletivo idealizador e promotor dos encontros para fazer “falas iniciais” que abrissem a discussão sobre o tema proposto. Em 2013 o Gato Mídia possuía um subtítulo: “Favelado sagaz lutando por direitos – encontros sobre comunicação, cultura e cidadania”. E entre os temas dos encontros estiveram “gênero e diversidade sexual”, “auto-estima e moda sustentável”, “identidade e diversidade religiosa”, “memória e território”, “remoção e megaeventos”, “segurança pública, desmilitarização da cultura e UPP”, “mobilidade urbana” e “cobertura colaborativa”.

Apesar da comunicação ter sido tema apenas de uma das oficinas propostas naquele primeiro momento, não se pode desconsiderar que estava presente em seu título ao lado de outras ideias centrais para o coletivo: “luta por direitos”, “cultura” e “cidadania”. Além disso, a presença de câmeras fotográficas, laptops, tablets e celulares era constante. Elas pertenciam aos participantes do coletivo (e, no caso sobretudo dos celulares, também aos “jovens”). Foram utilizadas para registrar as atividades (em textos e imagens), mas também como recurso para

---

<sup>133</sup> Na rede social virtual Facebook (a ser descrita mais adiante nesse capítulo) havia a opção de criação de grupos para apenas pessoas convidadas a deles participar. Naquele momento, tratava-se de uma forma comum de comunicação e troca de informações.

<sup>134</sup> Mais informações sobre o Educap, ver trajetória de Lucia Cabral, Capítulo 2.

exibir um filme ou para uso individual dos participantes. Relatos acompanhados de fotografias feitas por membros do coletivo (dois deles fotógrafos e jornalistas) eram disponibilizados em sua página do Facebook, em geral logo após às atividades, no mesmo dia em que elas aconteciam.

Voltando ao encontro de 2015, a configuração da sala era semelhante àquela de dois anos antes. No entanto, tratava-se de um “laboratório de informática” da Praça do Conhecimento, o que quer dizer que havia dez mesas com computadores encostadas em duas paredes da sala. Thamyra e Thainã organizaram a atividade que reuniu cerca de 12 pessoas, principalmente adolescentes frequentadores da Praça do Conhecimento que oferecia cursos voltados para comunicação e tecnologia. Thamyra esteve à frente da atividade a maior parte do tempo. No entanto, havia um convidado, João Lima, jornalista e fotógrafo como ela que também havia feito parte do coletivo Ocupa Alemão. Foi ele quem falou especificamente sobre fotografia para os presentes.

Além da temática da fotografia, ali descrita do ponto de vista de um fotógrafo engajado, que destacava inclusive casos que viveu em manifestações onde sua presença com a máquina fotográfica pode ter evitado a violência da polícia contra algumas pessoas, Thamyra falou sobre “cobertura colaborativa” (tema da oficina) a partir do uso da Internet, especialmente das redes sociais virtuais. Tela ressaltou “fanpages colaborativas”, dando exemplos como “A Nova Democracia”, “Mídia Ninja” e o coletivo Papo Reto. Thamyra abordou o uso de celulares para “cobertura ao vivo” e os “memes”<sup>135</sup>, que, segundo a própria, reuniam “um monte de significado” em uma imagem. Ao falar sobre o assunto, Thainã deu como exemplo um meme divulgado na época das manifestações de junho de 2013, quando havia acusações de que manifestantes fossem “vândalos” com destaque para o caso da loja *Toulon* do bairro Leblon, que foi quebrada e saqueada. O meme, feito pelo Ocupa Alemão, era “Dane-se a *Toulon*, cadê o Amarildo?” (referindo-se ao pedreiro Amarildo Dias de Souza, morto pela UPP na Rocinha, caso de repercussão na internet em 2013).

Falou-se sobre a “métrica no Facebook” (quantos compartilhamentos e curtidas recebem as postagens realizadas: “se você não alimenta sempre a *fanpage*, aquilo não aparece pra pessoa que te segue e não vai ter curtida”); “influência” pela “marcação” de pessoas que têm interesse no tema de determinadas postagens; “etiqueta” digital (“só compartilhar em grupos que tem a ver com o tema da postagem”); a “estética do Facebook” (“em geral não é

---

<sup>135</sup> Meme é um termo grego que significa imitação. O termo é utilizado na Internet referindo-se ao fenômeno de “viralização” de um conteúdo, que se espalha entre os usuários rapidamente, alcançando popularidade. Seu emprego comum é para se referir à combinação entre uma imagem e uma frase sintética de impacto.

bom colocar um texto sem uma imagem”), revelando domínio sobre o aparato da rede em questão e consciência sobre os usos feitos com determinadas finalidades (como a dar visibilidade a certos assuntos e causas). No caso da oficina, a criação de possibilidades de “coberturas colaborativas”. Além de Thamyra, Thainã e João, estava Carolina, moradora do Complexo do Alemão que havia participado de encontros em 2013 como “jovem” e em uma outra iniciativa do coletivo Ocupa Alemão na época (a criação de uma biblioteca comunitária voltada para crianças na favela do Alemão onde morava) e agora encontrava-se ali na posição de “monitora”, auxiliando Thamyra na transição das imagens exibidas, por exemplo, mas não se colocando para falar sobre os assuntos<sup>136</sup>.

Essa foi a dinâmica do encontro. A transmissão de informação envolvia a projeção de imagens (havia o *laptop* de Thamyra e um projetor) com determinadas informações articuladas a experiências pessoais das três pessoas que conduziram a oficina envolvendo fotografia, Internet, redes sociais e engajamento. A “tecnologia” estava por toda a parte. Circulava como objetos ali presentes. Mas também estava incorporada no que era dito e exibido aos presentes. A “cobertura colaborativa” que era ali ensinada era, na verdade, um convite à ressignificação do que muitos dos “jovens” ali presentes praticavam no cotidiano: utilizar as redes sociais e outros recursos disponíveis na Internet.

Naquele encontro, estavam previstas outras duas participações. A primeira delas aconteceu ainda no início da atividade. Maycom Brum<sup>137</sup> chegou acompanhado de outros dois rapazes para apresentarem um “aplicativo”<sup>138</sup> que permite a transmissão de informações mesmo para aqueles que não têm acesso à Internet. Maycom apresentou-se como “articulador local” da iniciativa chamada de Vojo Brasil e voltada para “denúncia”<sup>139</sup>. O aplicativo foi

<sup>136</sup> Um dos outros “jovens” dos encontros de 2013, Gabriel, também esteve presente, mas na posição de participante. Gabriel não era morador do Complexo do Alemão, mas de bairro próximo.

<sup>137</sup> Para mais informações sobre a trajetória de Maycom, ver Capítulo 2.

<sup>138</sup> Um aplicativo (mais conhecido como “app”, abreviatura do termo “aplicação de *software*”) é um *software* desenvolvido para ser instalado em dispositivos eletrônicos móveis como celulares, *smarthphones* ou *tablets*. Há aplicativos gratuitos e pagos. Alguns são pré-instalados ou vêm direto da fábrica. Em 2010, tornou-se tão popular que foi assinalada como palavra do ano pela *American Dialect Society*. Originalmente, foram criados como ferramentas de suporte à produtividade e à recuperação de informação generalizada, incluindo correio eletrônico, calendário, contatos, mercado de ações entre outras. No entanto, a crescente procura, a disponibilidade facilitada e a evolução dos apps, conduziu à expansão para outras categorias, como jogos, GPS, serviços de acompanhamento de pedidos, compra de bilhetes, confirmações de presenças, conexões nas redes sociais etc. Existiam aplicativos em diversas áreas, como saúde, esporte, negócios, mercados de ações, etc. Mais recentemente, ONGs, grupos e coletivos variados desenvolveram aplicativos com objetivos variados como fazer denúncias (caso do “Nós por Nós”, aplicativo desenvolvido pelo Fórum de Juventudes do RJ para moradores de favela realizarem denúncias de arbitrariedades praticadas pela polícia, por exemplo).

<sup>139</sup> De acordo com o site da instituição que promove o aplicativo no Brasil: “O Vojo é um sistema que permite

apresentado por Maycom e os dois homens que o acompanhavam. Um material (folheto informativo) foi distribuído entre os presentes. Uma lista foi passada para que os presentes preenchessem com seus dados pessoais e falou-se da criação de um grupo no whatsapp sobre o assunto.

Além disso, Thamyra falou da participação de mais duas pessoas na oficina por meio de *hangout*, recurso presente no *Google+*, que possibilita videoconferência com até dez pessoas. Nele, é possível utilizar bate-papo por texto, vídeo e áudio. As pessoas em questão (que não estariam ali presentes por se encontrarem viajando devido à atividade de uma agência de fomento de projetos sociais, a Brazil Foundation) eram Rene Silva e Raul Santiago, pessoas jovens envolvidas em ações coletivas locais que se tornaram publicamente conhecidas devido à sua intensa atuação pelas redes sociais virtuais<sup>140</sup>. A videoconferência não saiu como o programado e Thamyra lançou mão de vídeos previamente gravados por ambos para o caso da comunicação por *hangout* não funcionar.

\*\*\*

As duas situações brevemente narradas acima colocam o foco sobre diferentes aspectos da relação entre comunicação e favela no período em que realizei minha pesquisa no Complexo do Alemão. O primeiro deles diz respeito à relevância das ditas novas tecnologias no contexto da pesquisa. Os coletivos e organizações locais faziam uso cotidiano delas. Celulares, *smartphones*, *notebooks*, *tablets*<sup>141</sup>, câmeras fotográficas e/ou filmadoras digitais estavam por toda a parte e integravam as atividades que acompanhei, fossem elas sobre tecnologia e comunicação ou não. Além disso, havia também o uso diário da internet e, sobretudo, das redes sociais que foram utilizadas, para compartilhar informações e veicular

---

qualquer pessoa enviar reportagens para a Internet por telefone mesmo que esta pessoa não tenha um *smartphone*. A tecnologia, desenvolvida pelo Center for Civic Media do MIT, está sendo usada de maneira pioneira na América do Sul pelo Instituto Mídia Étnica e Correio Nagô. Com essa tecnologia, por meio de um número telefônico, até mesmo de um telefone público, você pode produzir conteúdo para o Correio Nagô. A ferramenta é ideal para ser usada em comunidades quilombolas, indígenas, com trabalhadores rurais e áreas onde o sistema de internet comercial de internet ainda não chegou". (<http://correionago.com.br/portal/vojo/>)

<sup>140</sup> Para mais informações sobre Rene Silva ver próximo ponto deste capítulo. Para mais informações sobre Raul Santiago e o coletivo do qual fazia parte nesse momento, o Papo Reto, ver capítulo 5.

<sup>141</sup> Assim como os objetos em si, seus nomes em inglês tornaram-se populares sendo usados tanto nos anúncios para venda quanto no cotidiano das pessoas comuns. *Smartphone* significa telefone inteligente em português e é um celular com tecnologias avançadas, o que inclui programas executados através de um sistema operacional, equivalente aos de computadores. *Notebook* é um computador portátil e dimensões próximas às de um livro de tamanho médio. E *tablet* é também uma modalidade de computador portátil, de tamanho pequeno, fina espessura e com tela sensível ao toque (*touchscreen*). Trata-se de um dispositivo prático com uso semelhante a um computador portátil convencional, no entanto, costuma ser mais destinado para fins de entretenimento.

conteúdo autoral. Esses usos não eram restritos àqueles que participavam da rede de ações coletivas locais e certamente era mais comum entre os mais jovens (entre 16 e 20 anos). No entanto, era evidente a centralidade que passaram a ter para os movimentos sociais locais por mim acompanhados.

O segundo aspecto a ser destacado é a questão geracional<sup>142</sup>, retratando o modo de vivenciar determinadas experiências entre grupos etários distintos. A primeira situação narrada também chama a atenção pelos diferentes comportamentos observados durante uma reunião de pessoas ligadas às ações coletivas locais. Naquele e em outros momentos, foi possível notar o incômodo de algumas pessoas, principalmente, homens mais velhos, com a atitude dos mais jovens durante reuniões como essas já que estão constantemente “conectados” à internet por meio de seus telefones celulares, olhando constantemente para suas telas e comunicando-se pelos aplicativos ou redes sociais virtuais, ainda que estejam presencialmente na reunião. Entre os mais jovens, trata-se de uma postura aceitável enquanto para os mais velhos, evidencia falta de atenção ao debate (o que pode ser lido, sobretudo pelos mais velhos como o que Turkle (2006) chama de “fenômeno da meia atenção”).

O terceiro aspecto diz respeito às dinâmicas de “formação” em comunicação criadas e ofertadas, prioritariamente para o público “jovem”, no Complexo do Alemão. As situações acima narradas podem ser analisadas como expressões deste cenário. O caso do Gato Mídia é expressão de como as pessoas articuladas nas ações coletivas locais pensam essa dinâmica. O coletivo Ocupa Alemão, criador da atividade ainda em 2013, era um grupo de pessoas que realizava ações variadas nas favelas do Complexo, utilizando-se fortemente das redes sociais como parte de suas estratégias de ação. Em determinado momento, decidiu realizar os encontros que nomeou como Gato Mídia. Ainda que o foco prioritário não fosse comunicação e tecnologia, a presença de ambos como objetos que circulavam nos encontros, na maneira de mostrar externamente as atividades e na forma de tema era inegável. Dois anos depois, dois de seus antigos participantes retomam a atividade no equipamento público local onde esses também eram temática central, tornando a comunicação e a utilização dos recursos disponíveis na internet o ponto principal do encontro.

A reunião de representantes de variadas ações locais na Praça do Conhecimento promovida também por pessoas que (também) trabalhavam naquele equipamento público remete a uma outra dimensão da relação entre formação, comunicação e tecnologia: os cursos. Eles fazem parte da realidade de pessoas de baixa renda como uma forma de complementar

---

<sup>142</sup> Para mais informações sobre o assunto ver Capítulo 2.

sua formação formal. Em certas favelas, a concentração dos mesmos é muito grande. A Praça do Conhecimento era expressão de uma política em que a formação para comunicação e tecnologia possuía centralidade. Naquela ocasião, eram ofertados ali cursos de fotografia, edição de vídeo e imagem, manutenção de computadores, games, entre outros. Muitas pessoas relacionadas às ações coletivas locais faziam (ou haviam feito cursos\_ na Praça do Conhecimento. Havia, portanto, um investimento de diversos atores em práticas de “formar” pessoas para comunicarem de variadas formas naquele período.

O último aspecto a ser destacado é a relação entre comunicação, tecnologia e violência. Esta relação e as questões dela derivadas foi constitutiva de diferentes manifestações de ação coletiva que presenciei. Elas permeavam atividades de coletivos e organizações e conversas informais. Aparecia nas indiretas entre pessoas de diferentes grupos, organizações e coletivos nas redes sociais. E era colocada explicitamente ou sob forma de piadas em reuniões e outros encontros. A origem dessa relação é antiga. Tem a ver com o próprio lugar da violência na história e na construção da memória de moradores do Complexo do Alemão e, particularmente, de seus movimentos sociais. Remete à história das favelas no Rio de Janeiro. Ao modo como o Estado opera em favelas, como vê e lida com esse lugar e com seus moradores. Com os preconceitos e estereótipos a eles vinculados e difundidos pelos meios de comunicação comerciais. Aqui, e tendo em vista os temas centrais da tese, tomarei a seguir um evento que ajuda a entender a construção dessa relação recente no Complexo do Alemão e algumas de suas implicações para os movimentos sociais locais. Uma delas inclui a reconfiguração de tais movimentos e a evidente necessidade de que isso passe a ser por eles tomado e tratado com frequência e abrangência, chegando a se constituir como um tema central de conflitos e elemento utilizado na distinção entre diferentes grupos e pessoas, bem como de alianças. Para tanto, farei uma digressão para relatar situações que precederam os eventos supracitados.

## **2010: a “ocupação” do Alemão e o caso de Rene Silva**

Papum Papumpá

Aquele domingo, 28 de novembro, não começou como todos os outros dias, assim que um segundo passa da meia-noite. Seu início foi por volta das três da tarde da quinta-feira anterior, quando centenas de homens armados fugiram a pé por uma estrada de terra em direção à Serra da Misericórdia. Se conseguissem atravessar a mata, eles escapariam do conjunto de favelas da

Penha – àquela altura, sob forte ocupação da Marinha, do Exército, da Polícia Militar e da Polícia Civil – e buscariam abrigo no Complexo do Alemão, logo do outro lado.

Quase sempre sem camisa e com armas pesadas nas mãos, os fugitivos enfileirados eram camuflados pela poeira levantada por tiros dos quais eram alvo e pela velocidade de uma caminhonete e algumas motocicletas enviadas em seu socorro. Flagrados por helicópteros de duas emissoras de televisão, foram vistos ao vivo, em rede nacional. As imagens da debandada, reprisadas ao longo da programação e multiplicadas em vídeos na internet, foram acompanhadas por uma confirmação: o Complexo do Alemão também seria ocupado, a exemplo do que ocorreu nas comunidades da Penha. Estava decretado o início do processo de pacificação.

Paz? Não faltou quem duvidasse.

O temor de dona Nancy e seu marido, Luiz Claudio, era idêntico ao dos vizinhos do Morro do Adeus e das outras doze favelas que formam o Complexo. 'Todo mundo pensava nas balas perdidas que sobram para quem não tem nada a ver com as trocas de tiros'. Ela falava por experiência própria. Na casa estreita de dois andares que ocupam na Rua Pedro Alvelino, uma bala foi alojada dentro do ar-condicionado durante um tiroteio três anos antes. 'Era sempre papum papumpá'. A única sala da residência, que servia de redação para o jornal editado pelo neto adolescente, Rene, passou dois meses quente como uma sauna. Ironicamente, apesar de seu Luiz ser técnico em ar-refrigerado, não foi possível consertar o aparelho, já que o projétil era 'daqueles que estragam tudo por dentro'. Dona Nancy repetiu vários 'graças a Deus' por esse ter sido todo o transtorno causado – 'ainda bem que não foi nenhuma de nossas cabeças'. Ela nunca perdeu o medo de que os cômodos habitados por sua família pudessem ser novamente atingidos por balas.

No quartel general do Comando Vermelho, facção criminosa que dominava os Complexos da Penha e do Alemão, sentado à mesa de reunião, de frente para a TV, Mister M, conhecido por ser sempre ágil sobre duas rodas, foi um dos escolhidos para resgatar os que se feriram na caminhada desde a favela vizinha. Secretamente, enquanto se preparava para buscar os que tombaram pelo caminho, ele pensava que era hora de largar aquela vida, que tinha chegado o momento de 'meter o pé'.

As movimentações das Forças Armadas e da Polícia nos mais de quarenta pontos de acesso às treze favelas que compõem o Complexo – um emaranhado de casas em morros e vales, cortados por ruelas, escadinhas e fios embolados em postes irregulares – tiveram início na sexta e se intensificaram durante o sábado. Notícias sobre isso começaram a circular no Twitter por volta do meio-dia, graças à iniciativa de Rene e de quatro companheiros do jornal Voz da comunidade. À medida que a noite caía, motos foram postas num vaivém que fazia cães latirem. A audácia de sair à rua naquela madrugada ficou por conta dos membros do movimento – como são conhecidos os envolvidos no tráfico – ou de quem quer que se disponibilizasse a prestar algum favor a eles, participando da organização para esperar pela polícia ou para fugir dela. Lá pelas duas da madrugada, Rene ouviu disparos. Acordou, postou a novidade em dois perfis do Twitter – o pessoal e o do jornal – e depois voltou a dormir.

Muitos moradores passaram em claro as horas enquanto aguardavam o dia seguinte. Já sabiam, com base em décadas de guerras no território onde vivem, que o comércio permaneceria fechado, que as famílias ficariam em casa e que a televisão estaria constantemente ligada no canal de notícias.

Às cinco horas, ainda na escuridão de uma manhã que nasce no horário de verão, o silêncio gerava ansiedade. A pausa era o anúncio de que, mais cedo ou mais tarde, haveria barulho outra vez. Roberto, um trabalhador que fora ligado a leves delitos antes e que não queria se envolver em problemas, voltou da missão dada por um rapaz do movimento: transportar armas entocadas dentro de um comércio local para outro endereço. 'O risco', ele lembraria mais tarde, 'era moderado pois os policiais ainda não se atreviam a fazer ronda na favela sem a luz do sol naquela época'. Por ter concluído o trabalho, com máscara ninja e tudo, recebeu uma recompensa em dinheiro. 'Quem pediu foi um amigo de infância, a situação era complicada, tive que aceitar'.

Quando faltava um minuto para as oito da manhã, com céu azul e calor intenso, centenas de policiais entraram em diferentes favelas do Complexo. Os cachorros voltaram a latir cada vez mais alto. No lugar do ronco dos motores, nas vielas do entorno da Rua Joaquim de Queiroz, entrada da Grota, ouviu-se tiros por dez minutos. Não mais do que isso. A professora Nanda, na favela Nova Brasília, escutou os estampidos saírem pelo áudio do televisor, entremeados pela fala do repórter que tentava descrever as cenas dos oficiais fardados que avançavam por terra, ao mesmo tempo que três helicópteros blindados davam vôos rasantes sobre a comunidade. O domingo, que já nasceu longo, não tinha hora para acabar (Primeiro capítulo do livro “A Voz do Alemão”, de Sabrina Abreu e Rene Silva, 2013).

Os parágrafos anteriores abrem o livro de autoria de Rene Silva (em co-autoria com a jornalista Sabrina Abreu). Rene, um rapaz negro e magro, simples e tímido, de aproximadamente 20 anos, é hoje (2016) uma das pessoas mais famosas do Complexo do Alemão. Ao menos fora dele. Entre os que moram lá também, sobretudo adolescentes e jovens. E tudo começou nos eventos que abrem seu livro. Tudo começou na interseção entre realidade local, violência, comunicação, redes sociais virtuais e visibilidade. A partir daquele dia, e literalmente do dia pra a noite, Rene se tornou uma pessoa publicamente conhecida. Não só entre colegas de escola, vizinhos e uma parte dos moradores da favela em que morava (e onde ainda morava em 2016, o Morro do Adeus, que tem um lugar peculiar na geografia social do Complexo<sup>143</sup>) e em algumas outras do Complexo, mas para a cidade do Rio de Janeiro, o país, o mundo. Rene apareceu na Rede Globo de televisão, emissora comercial de maior audiência naquela época, em horário nobre, diversas vezes. Ele já não era o Voz da

---

<sup>143</sup> Para mais informações ver Capítulo 2, nota 11.

Comunidade, jornal que criou ainda criança com familiares e colegas da escola. Ele tornou-se A voz da comunidade graças ao uso que fez de seus perfis no Twitter naquele momento. Graças à imbricação, nem sempre lembrada, entre redes sociais virtuais e mídia comercial, incluindo o hiper visível mundo das “celebridades”<sup>144</sup>.

O jornal de Rene nasceu ainda em 2005 quando ele estudava em uma escola municipal da região. Como tantos outros jornais de escola e criados em favelas e bairros populares, Rene conta que pediu para a diretora para fazer um jornal como o do grêmio da escola, mas “pra comunidade, pra resolver os problemas da comunidade”. Ele, que via o jornal o grêmio como um forma de ajudar a resolver alguns problemas da escola, agora queria fazer o mesmo pela “comunidade”. O jornal da escola contribuía, segundo ele, para que a diretora a pressionasse a secretaria de educação para resolver problemas da escola: “Era uma ajuda também pra diretora, as vezes a diretora pedindo sozinha não conseguia, aí por ter sido um movimento criado pelos alunos...” Ao pedir apoio à diretora para um outro jornal, Rene recebeu resposta positiva. A publicação era feita por ele e “por uma galera do Alemão mesmo”. Eram parentes e vizinhos com 11, 12, 13 anos e o fazer o jornal era também uma “brincadeira” mas tendo como pauta central os “problemas sociais da comunidade”. Em suas palavras: “(...) esgoto a céu aberto, a gente vai lá resolve o problema, abre em outro lugar, a gente vai lá e faz a matéria de novo, poste sem iluminação, ruas esburacadas, é... as escadas, obras inacabadas, isso tudo de problemas sociais... de falta de energia, sempre desde o princípio foi esse objetivo, de dar voz à comunidade pra reclamar esses problemas”.

O jornal Voz das Comunidade<sup>145</sup> criado por Rene teve esse formato durante anos. Feito por crianças e adolescentes da favela como ele, com apoio de pessoas adultas da escola (a diretora e professoras) e de representantes de comércio locais. O jornal era distribuído nas redondezas. Como outros muitos jornais comunitários começou com 100 exemplares e foi aumentando gradativamente ao longo dos anos e na medida em que os apoios foram crescendo, o número de exemplares distribuídos também cresceu, chegando a cerca de três mil. Rene

---

<sup>144</sup> O termo celebridade é muito popular atualmente e é usado para se referir a pessoas muito famosas devida à exposição midiática. Em geral tratam-se de atrizes, atores, cantores(as), apresentadores(as) de programas de televisão famosos ou participantes de programas no formato “reality show”. No entanto, nos últimos anos, tornaram-se cada vez mais comuns as celebridades que lograram seu reconhecimento público através da Internet. É o caso de “bloggers” ou “youtubers”, por exemplo, pessoas que produzem conteúdo próprio e o difundem através de diferentes plataformas virtuais, alcançando milhares de outras pessoas. Alguns(mas) deles, inclusive, fizeram disso sua profissão, sendo financiados por empresas interessadas em divulgar seus produtos, por exemplo.

<sup>145</sup> Em alguns lugares o nome do jornal (e hoje também site, perfil no Facebook, no Twitter e outras redes sociais) aparece como “Voz das comunidades” e em outros como “Voz da comunidade”. Aqui usarei a grafia no singular por ser a mais comum entre meus interlocutores.

narra da seguinte maneira em seu blog o modo como as histórias de seu jornal e a sua mudaram:

Já no final de 2010 aconteceu a Invasão da Polícia no Complexo do Alemão e o Voz da Comunidade voltou a tona na mídia, mas não foi porque eu quis...foi por causa das pessoas que me seguiam. Eu estava falando sobre o que estava acontecendo aqui no Complexo, a operação e várias pessoas começaram a enviar mensagens para pessoas famosas dizendo “Ah, segue esse menino ai, é da favela lá onde tá tendo tiroteio, ele ta falando como ta a situação” e em questão de minutos, a autora de novelas da tv globo, Glória Perez viu essa mensagem e começou a divulgar também para as pessoas seguirem. Foi quando eu vi que meus seguidores pipocaram muito rápido e de 700 pessoas, passou pra mais de 7 mil. Fiquei muito assustado na hora e até com medo de falar alguma coisa.

Várias pessoas disseram pra eu parar de falar o que estava acontecendo aqui do meu twitter pessoal e voltar a usar o do @vozdacomunidade que tinha apenas 180 seguidores. Pois bem, comecei a usar e várias pessoas começaram a seguir, várias pessoas falando daquilo que a gente publicava, foi uma coisa muito rápida e novamente eu fiquei chocado com o número de seguidores que foi chegando no decorrer dos minutos... Mas continuei publicando o que acontecia, cada vez mais intensa porque o tiroteio começou a rolar, e eu falava toda a verdade do que estava rolando né. Daqui a pouco eu ligo a tv e vejo na globonews falando do twitter @vozdacomunidade e me assustei: "Gente, como assim? acabei de falar aqui no twitter e já está na tv? muito rápido essa parada" - fiquei preocupado por conta da segurança mas correu tudo bem.

Atualmente tenho 23.900 seguidores no meu @rene\_silva\_rj e 66.300 pessoas acompanham o @vozdacomunidade pra saber o que anda acontecendo ainda no Complexo do Alemão<sup>146</sup> (Blog de Rene Silva, 2011).

A narrativa de Rene Silva enfatiza o inesperado, o não planejado, o que parece ser quase aleatório no ocorrido. E aqui é preciso explicar o funcionamento da rede social ou plataforma da Internet que foi parte essencial na abrupta mudança por ele relatada e seus efeitos posteriores. Antes daquele momento, Rene já utiliza tais redes sociais e, mesmo antes delas, fazia uso de outros recursos tecnológicos disponíveis. Computadores eram usados para diagramar o jornal, e-mails para comunicação entre aqueles que o faziam e com as autoridades para apurar informações para matérias e mesmo buscar resolver os “problemas sociais” encontrados. As redes sociais e plataformas foram sendo incorporadas por eles (assim como outros grupos) na medida em que se tornavam disponíveis e em que foram se popularizando.

Essas transformações nas interfaces, plataformas e conjunto de possibilidades de

<sup>146</sup><http://rensilvasantos.blogspot.com.br/2011/11/linha-do-tempo-o-crescimento-do-voz-da.html>

interação social oferecidas na Internet acontecem em articulação com outras mudanças. Nessa época, a possibilidade de acesso se populariza, devido a diminuição de custo e a facilidade de acesso. Além disso, computadores pessoais ficaram mais baratos, *tablets*, *smarthphones* e celulares também. E esses objetos passaram a se conectar em rede pela internet. Com o celular, a internet não era só na *lan house* ou em casa. Se antes o acesso à internet era exclusivo aos computadores e a conexão era lenta e precária, naquele período o serviço “3G” tomou conta da telefonia móvel e mesmo aqueles que possuíam celulares pré-pagos conseguiam acessar a internet com boa velocidade relativa (ainda que por um período de tempo curto, dependendo do plano e da operadora)<sup>147</sup>. Foi esse cenário que encontrei quando comecei a frequentar o Complexo do Alemão em 2012. E, nos quatro anos em que tive contato com o lugar e seus moradores, ele se intensificou<sup>148</sup>.

O Twitter foi uma ferramenta central no episódio envolvendo Rene Silva e foi sendo incorporado com maior intensidade no repertório de pessoas engajadas. Ele guarda características em comum com outras redes sociais, mas também certas especificidades. Em tais plataformas, as agências de pessoas e de máquinas encontram-se e articulam-se de variadas maneiras. Cada uma dispõe de uma série de dispositivos e formas de funcionamento – mediados para o usuário por uma interface – que cria as condições de acesso e as formas possíveis de uso. Aqui descrevo duas dessas plataformas, que estiveram entre as mais usadas por pessoas ligadas às ações coletivas locais no período de minha pesquisa. O Twitter, central no caso que envolveu a ocupação policial e militar no Alemão, Rene e seu jornal, o "Voz da Comunidade", era chamado também de microblog. De acordo com Máximo (2007):

Os blogs surgem na Internet como modalidades de publicação “on-line” baseadas num desdobramento dos “sites pessoais”. Disseminam-se a partir de serviços e ferramentas especializadas que não só facilitam a publicação, quanto aos conhecimentos e habilidades necessárias para a edição e atualização de um site, como também consolidam um modelo a partir do qual se define tecnicamente o que é um blog: uma sucessão de entradas datadas, chamadas de “posts”, organizadas em ordem cronológica inversa (das mais recentes para as mais antigas) e munidas de espaços para a inserção de comentários dos leitores (MÁXIMO, 2007, p.03).

Nos últimos anos, os blogs foram sendo substituídos pelas chamadas redes sociais virtuais que possuem uma série de características semelhantes aos blogs, como a

<sup>147</sup> A sigla 3G se refere à terceira (3ª) Geração de tecnologia utilizada na telefonia móvel. A primeira foi a dos celulares analógicos e a segunda dos digitais. A tecnologia 3G torna possível às empresas oferecer pacotes de serviços complexos a custos acessíveis uma vez que proporciona uma transmissão de dados mais veloz.

<sup>148</sup> Sobre o assunto, ver Lemos (2005), Castells (2007), Name (2012) e Pavesi (2014).

proximidade com um diário pessoal público e a possibilidade de comentários dos leitores das postagens realizadas pelo dono do perfil. O Twitter<sup>149</sup> se apresenta pela interface gráfica que se podia visualizar por diversos meios, como: computador, *netbook*, celular, *tablet*, *smarthphone*. Era possível ver essa interface como uma site da internet. Para se ter acesso a ela era necessário, no entanto, um registro que incluía um apelido (*nickname*) e uma senha. No processo de registro o Twitter solicita à pessoa que pretende ter acesso ao site uma série de informações como número do telefone celular. Trata-se de uma das plataformas que contribui para aumentar a vinculação entre pessoa e perfil, operando o que Ramos (2015) chama de “convergência identitária”, pela sobreposição da identidade civil e online<sup>150</sup>. No entanto os “perfis” aí criados não são necessariamente de um indivíduo. Podem ser de grupos, instituições variadas, empresas, incluindo a possibilidade de perfis falsos (conhecidos como *fakes*<sup>151</sup>). Uma pessoa pode criar um perfil utilizando a identidade de outra, com finalidades variadas.

Do ponto de vista gráfico, o Twitter se fez famoso por uma marca: a silhueta de um passarinho. Em cada perfil abre-se a possibilidade de fazer uma série de “postagens”, que são pequenos textos. No caso do Twitter, tais textos têm um limite de 140 caracteres e essa se converteu em uma das características mais populares desse microblog. Era necessário pois expressar-se de forma sintética sobre temas variados. Cada um dos usuários via, pela interface gráfica da rede social, postagens das outras pessoas que a ele encontravam-se conectados. A criação dessas conexões poderia se dar de muitas maneiras (por temas de afinidade/ interesse, prévio conhecimento fora da internet – amigos, colegas, família – no entanto necessitava ser autorizada. Ainda que as plataformas e redes sociais sejam concebidas, criadas, modificadas e

<sup>149</sup> O Twitter foi criado em 2006 por Jack Dorsey, Evan Williams, Biz Stone e Noah Glass nos EUA. A ideia inicial dos fundadores era que fosse uma espécie de "SMS\* da Internet" com a limitação de caracteres de uma mensagem de celular. Inicialmente chamada Twtr (sem vogais), o nome da rede social, em inglês, significa gorjear. A ideia era que o usuário da rede social está "piando" pela Internet. Desde sua criação, o Twitter ficou famoso e se popularizou por todo mundo. \*Sigla de short message service, que em português significa serviço de mensagens curtas. É um serviço muito utilizado para o envio de mensagens de texto curtos, através de telefones celulares.

<sup>150</sup> “A sequência de passos para entrar em uma rede social são mais ou menos comuns às diversas plataformas. Basicamente, é necessário o uso ou criação de uma conta de e-mail. Em seguida, o usuário deve criar um perfil, que é uma página em formato HTML com suas informações pessoais. A partir daí ele pode associar o seu perfil a outros perfis criando a sua rede de contatos. Uma vez criado o perfil, a plataforma permite a interação entre pessoas por meio da publicação e envio de fotos, vídeos, links, arquivos em formatos variados e mensagens escritas, trocados a partir de computadores que funcionam como pontos de uma rede, construindo assim, de fato, um espaço virtual de sociabilidade. Esses sites organizam seus serviços e estruturam a conexão entre os indivíduos com base no que poderíamos chamar de um realismo identitário, que supõe: a) a correspondência entre identidade dentro e fora da rede; b) a visibilidade do indivíduo e de seu mundo fora da rede e, em decorrência, c) que as relações entre indivíduos transitem dentro e fora da rede” (RAMOS, 2015, p. 70).

<sup>151</sup> “...são aqueles que mobilizam informações e imagens que não correspondem às informações e imagens identitárias que os indivíduos são capazes de sustentar fora da rede” (RAMOS, 2015, p. 71).

operadas por pessoas elas constroem parâmetros definidos por programadores que enquadram e orientam usos determinados e impossibilitam outros, sendo o “modo técnico de funcionamento dos servidores (...) ou plataformas (...) que define a natureza, a quantidade e o ritmo das informações que o indivíduo recebe”<sup>152</sup> (RAMOS, 2015, p. 63).

Retomando o caso de Rene Silva e seu jornal, o Voz da Comunidade, ele e seus colegas de iniciativa estavam narrando a ocupação pré-pacificação no complexos do Alemão e da Penha pensando em um certo conjunto de pessoas, grupos e instituições já mobilizadas por eles, traduzidas, no Twitter, como seus mais de 700 seguidores. O que o transformou **na** voz da favela nesse episódio foi exatamente o fato de que redes sociais como Twitter (no caso dos “perfis abertos”) e Facebook permitiam um embricamento de redes de sociabilidade fazendo com que aquela pessoa que gerou determinada informação perdesse o controle sobre a mesma. Rene se assustou ao ver na televisão o que estava tornando disponível com seus colegas no Twitter. E uma informação, antes circunscrita a suas redes pessoais e comunitárias (amigos, colegas de escola, vizinhos, parentes etc) passou a se tornar referência para pessoas como Gloria Perez, autora de telenovelas da Rede Globo que, ao repassar a informação em questão para suas redes aumentava exponencialmente o potencial de alcance daquilo que era escrito e tornado publico por Rene e seus amigos. Rene passou então a ser “seguido” (termo nativo do Twitter referente às pessoas que acompanham o que é “compartilhado” pelo em determinado “perfil”) por “celebridades”, e tornando-se, ele mesmo, uma referência para agentes externos sobre o lugar em que vivia e o que lá acontecia.

Além da repercussão imediata desse embricamento entre redes proporcionado pelo Twitter (nesse caso) houve efeitos posteriores (que se combinaram aos efeitos de processos de redefinição urbanística do lugar – as obras do PAC e a chegada da política de Polícia Pacificadora) do ocorrido. O que aconteceu naquele dia e o fato de Rene e seu jornal terem entrado no circuito da mídia comercial e, nesse meio, os transformou em espécies de porta-vozes dos acontecimentos do morador, do ponto de vista de dentro (“...e eu falava toda a verdade do que estava rolando”). Nesse sentido, mobilizava-se ali a autoridade de quem vive, os que são capazes de falar (como ouvi muitas vezes) a “realidade”, a “verdade” sobre o que

---

<sup>152</sup> “É o modo técnico de funcionamento dos servidores (...) ou plataformas (...) que define a natureza, a quantidade e o ritmo das informações que o indivíduo recebe. Ao mesmo tempo, como essas informações vinculam pessoas a ações de outras pessoas, e por isso produzem espaço social, o modo de funcionamento da subjetividade está amarrado à rede por meio dessa circulação de informações e significados. Isso tem impacto sobre práticas profissionais, (...), mas sobre práticas de consumo, decisões eleitorais e engajamentos políticos, e comportamentos amorosos e sexuais” (RAMOS, 2015, p. 63).

acontece ali, mas autorizada e visibilizada por um meio de comunicação massa<sup>153</sup>.

Nesse sentido, e falando em termos de produção de informação por parte de jornalistas, não seria suficiente que um(a) jornalista “de fora” fizesse a cobertura da “ocupação” (e isso aconteceu). Há pessoas e formas de se mostrar o que estava acontecido que conferem mais “realidade” aos fatos. E aí dois componentes articulam-se: a fala “do morador” (muitas vezes tratado de modo essencializado como se só houvesse uma maneira de ser morador de favela) e as imagens jornalísticas (fotografadas e filmadas). Essas últimas exaustivamente reproduzidas pelos telejornais de diversas emissoras de televisão, como indicam os parágrafos que abrem o livro de Rene e esta seção do presente capítulo. De acordo com Gama (2012):

A ocupação desta favela, a mais espetacular de todas até então realizadas na cidade, foi fortemente documentada pelas grandes emissoras de televisão, especialmente a Rede Globo, que suspendeu grande parte da sua programação para transmitir ao vivo não apenas a entrada dos militares, mas também uma enorme fuga de traficantes pelo alto do morro em direção a uma das favelas do “Alemão”. A fuga dos traficantes, pela maneira como aconteceu, a quantidade de pessoas envolvidas e as imagens filmadas de helicópteros transmitidas e repetidas incansavelmente, acrescidas de comentários dos mais diferentes tipos de especialistas, chocou a sociedade que assistia a tudo ao vivo pela televisão e pela internet<sup>154</sup> (GAMA, 2012, p. 168/169).

Depois desse episódio, é possível afirmar que alguns rearranjos que puderam ser notados no que se refere ao cenário das ações coletivas locais. O primeiro deles dizia respeito a Rene Silva e ao seu jornal Voz da Comunidade que passaram a integrar o grupo de pessoas e iniciativas politicamente relevantes localmente. Se antes ele e sua iniciativas eram conhecidos (mais ainda no Morro do Adeus do que no Complexo como um todo), agora eles passavam a ter um novo status entre as ações coletivas locais. Passaram a mobilizar um número maior de

<sup>153</sup> De acordo com Maia (2012), ao analisar o ocorrido: “Em alguns momentos, inclusive, o “Voz da Comunidade” chegou a corrigir informações noticiadas pela mídia comercial, como mostra a declaração a seguir: ‘R5 Às vezes, a gente até corrigia algumas informações dadas na tevê, como as áreas que os helicópteros estavam sobrevoando, porque nós conhecemos melhor a comunidade’. A repercussão da cobertura feita pelo “Voz da Comunidade” tornou-se ainda maior quando algumas celebridades, como o jornalista Marcelo Tas, a atriz Fernanda Paes Leme, a novelista Glória Perez e a cantora Gal Costa elogiaram, em seus *twitters*, a cobertura feita pelos jovens. Tamanha repercussão alcançada pelo “Voz da Comunidade”, mais especificamente, por seu idealizador, fez, inclusive, com que Renê, em alguns momentos, passasse a dar declarações de autoridade, não mais meramente informativas. Firmando-se, pois, como pessoa que vivia a ocupação da forma como nenhum espectador, ou mesmo jornalista, o fazia, ele chegou a dar declarações à imprensa sobre o que ele esperava que a operação fosse gerar: ‘R6 Não senti medo, pois já estou acostumado. Mas espero agora descansar, não ouvir mais disparos de tiros e que haja mudanças’.”

<sup>154</sup> Para o vídeo da ocupação, acessar [www.videolog.tv/video.php?id=601653](http://www.videolog.tv/video.php?id=601653)

adolescentes e pessoas jovens, sobretudo para os eventos culturais e sociais que organizavam com frequência (shows de música em datas como festa junina e Natal; distribuição de doces na Páscoa; distribuição de cestas básicas; atividades de recreação infantil etc.). A essas pessoas, Rene referia-se publicamente como “voluntários”<sup>155</sup>. Rene passou também a ter um novo status junto a interlocutores de fora, não só junto a meios de comunicação, mas também entre representantes e instituições do mundo da política, por exemplo. Relações produzidas dentro e fora da favela retroalimentam-se e conferem relevância e autoridade a pessoas, grupos, coletivos e instituições.

Outro efeito que pode ser notado com mais força nesse processo é o lugar da produção de imagens fotográficas como modo de gerar informação por parte dos(as) moradores, quase como evidências da realidade por eles vividas. Não por acaso cresceu depois disso o número de iniciativas relacionadas à comunicação, rapazes e moças interessados por fotografia, chegando a haver até mesmo um Fotoclube no Complexo do Alemão. Isso não quer dizer, como já foi aqui apontado, que já não existissem muitas iniciativas dentro e fora do Complexo voltadas para moradores de favela com foco na comunicação (especialmente no audiovisual) que estimulassem esse interesse e criassem oportunidades para que ele se desenvolvesse. No entanto, a interface entre possibilidade de produção (pela diversificação dos meios – a partir de um dado momento celulares tornaram-se máquinas fotográficas, mesmo os não tão caros e barateamento dos equipamentos) e plataformas de compartilhamento (redes sociais sobretudo, mas também plataformas como YouTube) tornou esse investimento ainda mais sedutor (em uma sociedade que vem valorizando a produção de imagem, não por acaso chamada por alguns na reunião inicialmente narrada nesse capítulo de “do espetáculo”<sup>156</sup>).

O terceiro efeito para o qual parece ter contribuído o episódio da “ocupação” e a participação de Rene é a incorporação das redes sociais (associada à produção e divulgação de imagens) no repertório de pessoas engajadas e diferentes formas de ação coletiva no Alemão. Todas as atividades de movimentos sociais também “eventos” no Facebook. Muitas mobilizações associavam-se à criação de *hashtags* com frases ou palavras que chamavam a atenção para o mote da atividade. E certos grupos locais, sobretudo coletivos criados após início do processo de pacificação, passaram a ter na Internet uma forma central de ação.

---

<sup>155</sup> Para mais informações sobre o ingresso no Voz da Comunidade como “voluntário”, ver Capítulo 3.

<sup>156</sup> Ainda que não explicitamente, a utilização do termo “espetáculo” ou “sociedade do espetáculo” para referirem-se ao modo de utilização e exposição de si através das redes sociais virtuais parece fazer clara referência ao livro “A sociedade do espetáculo” de Guy Debord (2003).

### **As redes sociais virtuais e a reconfiguração dos repertórios de ação coletiva local**

A participação de Rene na divulgação da ocupação militar e policial que precedeu a entrada na Polícia Pacificadora no Alemão e sua repercussão eram tratadas como um marco por muitos de meus interlocutores. Marco ligado à juventude, à atuação dos(as) jovens no lugar, e à comunicação, à maneira como a fala interna sobre o lugar repercutia, se fazia ouvir para fora.

No entanto, ser um marco importante na história dos movimentos sociais locais e na imagem pública do Alemão não significa que antes esses dois temas não tenham sido alvo de diferentes discursos e ações. O “trabalho social” com juventude já vinha sendo realizado por variados atores no lugar (incluindo igrejas, organizações locais e externas) e a utilização da comunicação pelos movimentos sociais também (como nos permite perceber a análise das trajetórias no Capítulo 2). A ocupação militar e policial no final de 2010 e a repercussão da participação de Rene Silva naquele evento contribuem para reconfigurar ações e narrativas desses dois temas no Alemão. E esse fato relaciona-se, sobretudo, aos usos da Internet, das redes sociais e os recursos nelas disponíveis.

Como foi visto, Rene já fazia sua “ação social” no local, criou um jornal, organizava atividades com amigos, familiares e vizinhos adolescentes como ele. No entanto, a partir do evento analisado, sua atuação mudou. Ele passou a ser reconhecido por atores externos como interlocutor privilegiado sobre o Alemão. Aparecendo com frequência um canal de TV popular, passou a ser mais conhecido internamente também, o que aumentou o potencial de suas ações. Mas também as cobranças em relação a elas. Críticas públicas (por meio de postagens no Facebook, por exemplo) e privadas em relação a ele e ao Voz foram comuns nesse período.

As repercussões do evento e a constatação do alcance da fala de Rene trouxe consequências também para o modo como os movimentos locais (ou parte deles) passaram a se utilizar das plataformas. Foi nesse processo que surgiram novos atores locais (coletivos, grupos, mas também indivíduos) que criaram perfis nas redes sociais Facebook e Twitter para falarem sobre o lugar. A favela, o Complexo do Alemão era o centro da preocupação e da narrativa desses atores. Fosse para falar do “lado bom” da favela, fosse para fazer “denúncias”, dando visibilidade a “problemas sociais”. As redes sociais e a Internet foram incorporadas no repertório daqueles envolvidos com as ações coletivas locais de forma contundente e cotidiana.

Tornou-se cada vez mais frequente a divulgação de atividades no local também por

meio dos “eventos do Facebook”<sup>157</sup>, recurso que permitia a criação de uma página virtual específica em que se pode descrever as características da atividade, publicar foto e informações básicas, como local, endereço, horário e envio de convites e lembretes sobre o evento. Os perfis convidados, por outro lado, têm a possibilidade de ignorar o convite, confirmar, expressar que não vai ou que talvez vá. Dessa maneira a atividade passa a existir antes mesmo de sua existência física, presencial. Esse recurso como forma de mobilização dos movimentos sociais ganhou maior visibilidade nas mobilizações de 2013 no Brasil. Ali ficou evidente o possível descompasso entre pessoas confirmadas na plataforma virtual e a presença concreta das mesmas no evento presencial. Confirmar presença em um evento do gênero podia significar uma demonstração de adesão ao que a atividade representa e não uma expressão de seu comparecimento efetivo.

No caso dos movimentos sociais que acompanhei no Alemão, uma das maiores evidências disso foi um “farofaço” organizado ainda pelo coletivo Ocupa Alemão em articulação com outros grupos ligados à juventude e favela como o Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro em dezembro de 2013. A atividade teve como motivação o anúncio, por parte de uma autoridade pública, da diminuição dos ônibus vindos de determinados bairros da zona norte do Rio de Janeiro (o “subúrbio carioca”) para as praias da zona sul da cidade. O nome fazia referência à “farofa”, comida tipicamente brasileira e também termo pejorativo para se referir a pessoas pobres que frequentam alguns espaços públicos, como as praias, levando de suas casas sua própria comida (o que muitas vezes inclui farofa) e bebidas. O neologismo criado pelo grupo também expressava uma modalidade de protesto em voga na época como resultado da mistura de palavras que tinham como referência algo que remetia ao motivo da mobilização e a terminação “aço” e tinha as redes sociais e a Internet como meio preferencial de mobilização (foi o caso, por exemplo de “beijaços”, nome dado ao encontro de casais gays ou de lésbicas para beijos públicos em locais em que foram proibidos de fazê-lo)

A medida de controle dos ônibus foi anunciada como modo de conter a “onda de arrastões”, assaltos coletivos que acontecem sazonalmente no Rio de Janeiro desde a década de 1990, sendo preocupação recorrente das autoridades públicas, que a associam sistematicamente à presença de jovens negros de classes populares nas praias da zona sul da cidade. A atitude por parte do poder público foi interpretada pelos movimentos sociais, especialmente ligados às favelas, como uma expressão pública de preconceito contra

---

<sup>157</sup> O “evento” no Facebook se inscreve no debate do ponto anterior deste capítulo que destaca o fato de que as características das plataformas virtuais ajudam a conformar suas apropriações e modos de uso por diferentes atores sociais.

moradores de favela, especialmente negros, pobres e jovens. A organização da atividade insere-se nesse contexto. O evento do Facebook (“Farofaço – Nós vamos invadir nossa praia”<sup>158</sup>) teve mais de 500 confirmações. E, ao contrário de muitos eventos criados nessa rede social, este contou com inúmeros comentários que revelavam debates sobre o assunto que motivara a atividade.

No dia do Farofaço, no entanto, não havia mais de 20 pessoas presentes. A atividade aconteceu mesmo assim. Saindo de seu ponto de encontro, a praça General Osório em Ipanema (mais especificamente o ponto final de um dos ônibus que chegam do suburbio na praia), foi em direção à orla, percorrendo uma parte do calçadão da praia de Ipanema. Algumas pessoas seguravam faixas com frases como “nós vamos invadir nossa praia”, “sou farofeiro, mas sou limpinho” e “viemos devolver o lixo que deixaram na Vila Cruzeiro” (este cartaz acompanhava projéteis de balas e um outro cartaz ao lado dizia “essas balas não são de borracha”). Havia um megafone usado por um dos integrantes do Ocupa para falar sobre o assunto da atividade. E, ao final, foi realizado um almoço coletivo no calçadão da praia, com frango, farofa e refrigerante, sobre as faixas de pano que haviam sido exibidas ao longo da caminhada, chamando a atenção dos pedestres que por ali passavam.

É perceptível que a dimensão “virtual” da organização do evento recoloca a possibilidade de considerá-lo ou não uma atividade ou uma mobilização de sucesso. Há, certamente, nesse caso (e em casos semelhantes, que foram muitos sobretudo a partir de 2012<sup>159</sup>) um sentimento de frustração por parte dos organizadores que esperavam uma adesão presencial proporcional àquela expressada virtualmente. No entanto, há também outros tipos de repercussão e visibilidade que antecedem o próprio evento e contribuem para ecoar publicamente vozes que contrastam a medida anunciada pelas autoridades. Desse ponto de vista, a atividade cumpre uma certa função do ponto de vista de seus organizadores gerando determinados efeitos que só são possíveis pela associação entre o “real” e o “virtual”. De acordo com Alzamora, Arce e Utsch (2014), ao investigar a relação entre eventos on e offline em 2013, “características sociocomunicacionais do Facebook, como as atividades de postar, curtir, compartilhar e aderir aos eventos contribuíram para expandir a visibilidade reticular dos acontecimentos” (p.44). Para as autoras, mesmo aqueles que chamam de não acontecimentos (por não “se tecerem no movimento das conexões on e offline”), revelam-se

---

<sup>158</sup> O subtítulo faz referência a uma música muito popular nos anos 1980 do grupo Ultraje a Rigor, “Nós vamos invadir sua praia”. Um dos trechos da canção fala “Trazendo a farofa e a galinha, levando também a vitrolinha/ Separa um lugar nessa areia, nós vamos chacoalhar a sua aldeia”.

<sup>159</sup> Para análise de outros exemplos, consultar Souza, Zanetti (2013).

“instâncias mediadoras dos protestos” (p. 63).

Outra possibilidade de inserção do uso da Internet e especificamente das redes sociais no repertório das ações coletivas locais é a partir do uso do símbolo #, conhecido como *hashtag*. Esse símbolo foi criado inicialmente como recurso do microblog Twitter, integrando a moldura oferecida por essa plataforma. Pela sua utilização após uma postagem com uma palavra ou frase curta aquela postagem passava a ser contabilizada em um conjunto comum definido pela frase ou palavra que sucedia a *hashtag* gerando uma hierarquia dos assuntos mais comentados naquele momento, naquele dia, naquela semana, mês ou ano. Desse modo eram gerados os *trend topics* do Twitter, um ranking dos assuntos mais populares compartilhados nesta rede social. Tempos depois, e com a popularização do uso das *hashtags*, o recurso foi também incorporado pelo Facebook. O recurso *hashtag* acabou por criar uma onda de campanhas públicas que mobilizavam pessoas e grupos a partir de temas comuns. Assim como muitas questões sociais, nem sempre uma *hashtag* “colava” e tornava-se “viral”, ou seja, popularizava-se a ponto de virar um assunto de destaque no Twitter, no Facebook o que, de modo geral, acabava repercutindo em outros meios de comunicação e em rodas de conversa ou transportes públicos, por exemplo.

No caso dos movimentos sociais de modo de geral, há exemplos das campanhas realizadas via *hashtag*. O primeiro deles a mobilizar os temas favela e violência com grande visibilidade pública foi o caso do assassinato do pedreiro Amarildo Dias de Souza por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora da Rocinha, no Rio de Janeiro. A *hashtag* “#cadeoAmarildo” popularizou-se pelas plataformas virtuais mas também nos protestos de rua que aconteciam naquele ano, 2013. A repercussão do caso obrigou uma investigação mais profunda e a versão oficial apresentada pela polícia acabou mostrando-se falsa.

No caso específico do Complexo do Alemão, acompanhei ao longo do trabalho de campo a criação e utilização de algumas *hashtags* como forma de buscar visibilidade pública para o assunto da violência no lugar. Como foi dito no início deste capítulo, esta foi a principal questão mobilizadora dos movimentos sociais locais ao longo do meu trabalho de campo e a busca por maneiras de tratá-la pela visibilidade e a comunicação foi uma questão para os grupos, coletivos, organizações e pessoas que acompanhei no período. Uma das *hashtags* criadas foi #SOSAlemão. O interessante dessa *hashtag* é que, ao contrário de outras que tinham uma marca temporal precisa, essa era acionada em diversos momentos, posto que os confrontos armados e a violência policial persistia. No entanto, essa utilização pode estar relacionada ao fato de conseguirem uma ação considerada por eles como “de sucesso”. Para

um dos twittaços, organizado em 12 de agosto de 2014 com a *hashtag* #SOSComplexoDoAlemão, foi criado um evento no Facebook que obteve mais de sete mil confirmações. De acordo com o perfil “Complexo Alemão”, esse twittaço atingiu meio milhão de pessoas, tornando-se um dos assuntos mais citados no Twitter (*trend topics*) neste dia.

A utilização da *hashtag* e uma frase associada ao Complexo do Alemão estava articulada a um tipo específico de mobilização pelas redes sociais: o twittaço. Twittaço era o nome dado à concentração do uso de uma mesma *hashtag* articulada a textos e frases ligados ao tema na plataforma Twitter (que depois se ampliou para o Facebook quando o uso da *hashtag* passou a ser contabilizado também nessa rede social) em um curto espaço de tempo. Alguns twittaços foram, inclusive, divulgados como “eventos do Facebook”. O propósito era mobilizar o maior número possível de pessoas para, em um mesmo intervalo de tempo, gerarem postagens relacionadas ao tema que se pretendia divulgar associando-o à *hashtag* anteriormente definida. Não acompanhei como foi definida a *hashtag* #SOSComplexoDoAlemão, no entanto ela estava associada a um “pedido de socorro” das pessoas que moravam no Complexo que se associava à volta e intensificação da violência após a implantação da UPP. Os twittaços podiam ser acompanhados ou não de mobilizações presenciais. Nestes casos, assim como nos dos eventos OcupaAlemãoÀs9h e OcupaBorelÀs9h apresentados no primeiro capítulo, frases que circulavam nas redes sociais nos dias que antecediam a mobilização presencial frequentemente faziam parte daquelas escritas em faixas e cartazes empunhados pelos manifestantes. Muitas vezes acompanhadas do símbolo da *hashtag*.

O “sucesso” dos twittaços, ou seja, seu alcance ou repercussão para que estivesse nos “*trends topics*” do Twitter dependiam da adesão de diferentes atores locais e externos. E relacionava-se, portanto, com a capacidade de mobilização de diferentes atores locais para a atividade mas, sobretudo, a características das redes por eles mobilizadas. Uma questão importante era, portanto, envolver atores internos e externos capazes de mobilizar um grande número de pessoas/ perfis que, por sua vez, também tivessem tal capacidade.

No caso das ações do gênero no Alemão, por exemplo, o maior ou menor envolvimento de Rene Silva pessoalmente e de seu jornal Voz das Comunidades podia contribuir para o maior ou menor sucesso de ações desse tipo. E isso tinha a ver não apenas como o fato de Rene e seu jornal possuírem milhares seguidores no Twitter, mas também com às características de parte deles e sua credibilidade junto aos mesmos. Rene mobilizava pessoas não só ligadas ao “trabalho social”, mas também um universo bem diversificado que

articulava celebridades, mas também jornalistas de meios de comunicação comerciais, por exemplo. Sendo assim, o alcance potencial das ações em que estivesse diretamente envolvido seria maior do que aquelas em que ele não estivesse. Nesse sentido também recaía sobre esses atores uma maior atenção, expectativa e cobrança sobre sua adesão ao não a essas ações.

Uma terceira modalidade de repertório das ações coletivas locais que se reconfigura com o uso da Internet e das redes sociais é a utilização de fotos, vídeos (ou seja, imagens) e relatos escritos de denúncia. Sobretudo (no caso observado) em situações de violência policial. Certamente esse modo de ação não era inteiramente novo. Muitos movimentos sociais utilizam de fotos, vídeos ou textos para denunciar situações de desigualdades variadas, “questões sociais” (como diz Rene) ou violência. Trata-se, inclusive e historicamente, de uma modalidade de ação coletiva que ganha o nome de “comunicação comunitária”<sup>160</sup> e reúne uma série de atores que tem como forma de ação privilegiada a comunicação (tevê, rádio, jornal, zines, rádio-poste etc.). No entanto, com a Internet, as plataformas de compartilhamento de vídeos e as redes sociais virtuais (combinados à popularização dos meios de produção dessas imagens como foi visto no início do capítulo) recolocam essa possibilidade para os movimentos sociais e potencializam seu alcance. Justamente por serem plataformas que intensificam a interseção entre grupos de pessoas mobilizados por determinados indivíduos que não se encontram obrigatoriamente na vida “real” (família, colegas de escola, amigos, vizinhos, conhecidos remotos etc). Essa configuração específica cria a possibilidade potencial de um alcance maior das informações compartilhadas por esses atores, ainda que nem sempre isso aconteça e muitas dessas informações circulem, mesmo por meio das redes sociais, nos mesmos círculos de relações.

A ampliação do repertório daqueles vinculados às ações coletivas associa-se à criação (e reconfiguração) de atores locais que mobilizam diferentemente essas modalidades de ação política. No Alemão, a reconfiguração de Rene Silva e seu jornal, a criação do coletivo Ocupa Alemão e, mais tarde, do coletivo Papo Reto estiveram inseridos nesse processo em que a Internet e a visibilidade através dos modos de ação disponíveis em suas plataformas e redes sociais são essenciais. Recuperando a definição de Charles Tilly (1978) de “ação coletiva” (“pessoas agindo juntas em prol de interesses comuns”, p. 07), outra modalidade encontrada ao longo da pesquisa foram os perfis em redes sociais. Tratavam-se de atores locais que se articulavam, mobilizavam atividades e nela faziam-se presentes também presencialmente, mas não constituíam um grupo com nome específico (caso dos coletivos, grupos ou instituições

---

<sup>160</sup> Para histórico e debate sobre o assunto ver Giannotti (2016).

locais). Em geral tais perfis não eram “pessoais”, ou seja, não correspondiam a uma relação direta entre a identidade online e offline do usuário. Além disso, o tratamento dado a esses perfis por seus criadores diferia de grande parte dos perfis das redes sociais onde se mesclam opiniões sobre diferentes situações e eventos com imagens e textos sobre a vida pessoal e profissional da pessoa, por exemplo.

Os “perfis” a que me refiro aqui podiam estar associados a apenas uma pessoa ou a um grupo de pessoas. Em geral, traziam em seu nome uma referência ao Alemão ou à favela e confirmam as informações que disponibilizam a partir da relação com o lugar, ou seja, com o Complexo do Alemão. O exemplo que acompanhei mais de perto dessa modalidade de ação coletiva é o do perfil Alemão Morro. O perfil foi criado por um casal de moradores: Mariluce de Souza e Kleber Araujo e, no período observado, caracterizava-se por postagens referentes sobretudo aos episódios de violência no lugar e à divulgação do trabalho de Mariluce, artista que, com o marido, pintava com temas locais diversos suvenirs (como quadros, chaveiros, porta-retratos etc.) com imagens do Complexo do Alemão e vendia em uma banca montada ao lado da última estação do teleférico (Palmeiras) que, nos primeiros anos de “pacificação”, recebia muitos turistas de dentro e de fora do país. Esta era uma das redes mobilizadas pelos dois. Além da forte atuação pelas redes sociais, como Twitter e Facebook, estando eles entre os principais responsáveis por mobilizações como twitaços com a hashtag #SOSComplexodoAlemão, Mari (como é conhecida localmente) e Kleber também participavam com frequência de mobilizações locais referentes à temática da violência. A configuração de sua atuação aproximava-se, assim, daquelas de muitas organizações e coletivos que acompanhei, estando eles entre os interlocutores mais engajados nesse período. Eles eram reconhecidos localmente e por pessoas de fora como atuantes em relação às “questões sociais” locais.

### **Militância e favela sendo produzidas pela Internet**

Oa variados episódios, eventos, projetos e trajetórias analisados até aqui dão a dimensão do lugar da favela, do lugar, para meus interlocutores, suas práticas e valores. Parte importante de se constituir como militante é estar, e mostrar-se publicamente, vinculado ao lugar onde vivem, à favela, ao Alemão. As redes sociais virtuais são um dos espaços em que isso acontece. E pela possibilidade de construção de si através dos recursos nelas disponíveis (MÁXIMO, 2007) há enorme cobrança por coerência – entre pessoas que participam das ações coletivas locais seja no Alemão, seja em outras favelas. Ou seja, espera-se que façam o

que dizem fazer pelas redes sociais. A “convergência identitária” (RAMOS, 2015) estimulada por determinadas plataformas faz aqui, portanto, todo sentido.

É preciso, no entanto, saber o quê e como mostrar. Divulgar demais também pode ser alvo de crítica, assim como enfatizar a si mesmo em detrimento do grupo, organização ou coletivo do qual se faz parte e, sobretudo, em detrimento do lugar. A questão do “ego” é central na militância. Ela revela a enorme tensão sempre presente entre o indivíduo e a coletividade como valor central da militância (ver Capítulo 1). O “ego” - falar muito de si, das viagens individuais, do consumo individual ou mesmo do reconhecimento externo individual - é visto com desconfiança pelos demais integrantes do universo das ações coletivas locais. Quem fala demais de si frequentemente tornava-se alvo de comentários críticos, diretos ou indiretos (quando são feitas postagens públicas nas redes sociais que descrevem a pessoa que se pretende ofender, mas não se diz explicitamente seu nome) pelas das redes sociais virtuais, mas também em rodas de conversa, no bar ou em reuniões, por exemplo. A construção de uma reputação engajada ou militante passa também por aí.

O pesquisador Daniel Solove (2007) trata a reputação como algo nunca terminado, sempre sujeita a revisões e constantes reconstruções, pautada pelo julgamento público, que se converteu mais frequente e visível a partir da disseminação do uso das redes sociais. A construção e manutenção de certa reputação engajada faz parte da construção do que Ramos (2015) chama de “processo de subjetivação”, ou seja, “mecanismos simbólicos e materiais por meio dos quais 'em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos' (Foucault, In: Rabinaw e Dreyfus, 1984)”. (p. 61) Não há apenas uma forma de se apresentar publicamente, incluindo aí as redes sociais, mas há outros mecanismos que articulam diferentes tecnologias e fazem parte desse processo. Estar disponível, por exemplo, para “ajudar” outras pessoas é, como visto no segundo capítulo, uma característica de muitos de meus interlocutores. E hoje essa disponibilidade vincula-se a processos de comunicação que acontecem através de telefones celulares e computadores como responder rapidamente (e de forma apropriada) a mensagens no Whatsapp/ Telegram ou no Messenger.

Parte dos conflitos que presenciei relacionaram-se a essa tensão que se expressava nos usos feitos das redes sociais virtuais por aqueles que eram reconhecidos como militantes e/ou protagonistas de ações coletivas no lugar. À coletividade enquanto valor associa-se ao lugar, à favela enquanto espaço coletivo e como mobilizadora do engajamento. É pela favela que se engajam e ela deve ser a protagonista de suas ações, não os militantes. É na favela e em seus moradores que deve estar a ênfase de suas postagens, não em si próprios (ou mesmo em seus

grupos, organizações ou coletivos). Essa equação não é simples de ser feita.

As redes sociais virtuais, sobretudo o Facebook, plataforma acompanhada por mim de modo mais sistemático ao longo da pesquisa, são espaços em que a construção de si (GOFFMAN, 1985) é essencial. Mostrar-se enquanto indivíduos, certos aspectos do seu cotidiano, por onde circulam, aonde se transitam, o que consomem eram, então, aspectos centrais desse *ethos*. Nesse sentido, ainda que existissem, não eram comuns os casos de construção de si como “militantes totais” pelas redes sociais, ou seja, daqueles(as) que utilizavam seus perfis pessoais no Facebook para falar somente de suas práticas militantes. O mais comum era a combinação de compartilhamento de atividades e ideias de várias dimensões de suas vidas (como acontecia naquele momento com boa parte dos usuários dessa rede). A questão aqui é que, entre as pessoas engajadas, tais redes sociais tornaram-se também uma ferramenta de controle sobre os militantes, seus discursos e suas práticas. Desse modo, era preciso “provar” quem se é e “dosar” o uso das redes sociais fazendo com que elas pudessem jogar a favor e não contra a construção de si enquanto militante. A convergência entre identidades militantes on e offline era, portanto, constantemente cobrada.

Um aspecto central nesse processo, como dito anteriormente, era o modo de construir a relação das pessoas com engajamento com o lugar nessas plataformas. Como afirmam diversos autores (HINE, 2004; TURKLE, 2010; MILLER, SLATER, 2000; BOYD, 2011; RAMOS, 2015) é possível pensar a Internet embebida em outros espaços sociais, possibilitando novas mediações e mecanismos de produção de espaços de relação e identidades sociais. Ao analisar de que forma as pessoas de Trinidad utilizam a Internet, Miller e Slater (2000) revelam como o lugar se produz também na Internet. Pessoas que vivem em Trinidad, mas também quem é de lá e emigrou, por exemplo, contribuem para que Trinidad constitua-se enquanto tal também pelas mediações disponíveis nas variadas plataformas virtuais. Os autores chamam a atenção para o fato de que a Internet permite posicionar pessoas em redes que transcendem sua localização imediata, colocando-as em fluxos de recursos culturais, políticos e econômicos mais amplos (MILLER, SLATER, 2000, p. 18). Se é possível pensar nesses termos as pessoas, seria possível pensar também os lugares.

O Complexo do Alemão, tal como encaro aqui, só é passível de ser compreendido se, como propõem os mesmos autores, se ultrapassarmos o “real” e o “virtual” como opostos. No caso aqui estudado, são as continuidades entre eles que permitem perceber a complexidade e diversidade de relações que as pessoas podem possuir pela mídia comunicativa em que eles

mergulham suas vidas sociais. As relações que se constituem no lugar são constantemente atravessadas pelas mediações tornadas possíveis pela Internet. Assim como o próprio lugar e as pessoas que lá vivem (em especial, no caso do presente estudo, os as pessoas engajadas) são produzidos na Internet e por meio dela. Desse ponto de vista, “A oposição entre real e virtual (...) faz perder completamente a complexidade e diversidade de relações que as pessoas podem possuir através da mídia comunicativas que incorporadas em suas vidas sociais” (MILLER, SLATER, 2000, p. 07).

Os exemplos disso são muitos. Entre os militantes, a favela era um dos assuntos mais recorrentes em suas postagens, bem como as referências a ela (muitas vezes a lugares específicos ou termos que demonstravam um vínculo específico e profundo de pertencimento com o lugar). O mesmo ocorria com as imagens compartilhadas: paisagens e vistas de determinados lugares do Complexo, o teleférico, moradores, ruas, casas, muros grafitados. Palavras e imagens que constroem a gramática do lugar entre militantes. Nesse sentido, havia continuidades entre militâncias ancoradas nas favelas – ou seja, a uma certa “identidade militante” com pontos de contato entre pessoas engajadas de diferentes favelas -, mas também havia marcadores específicos que vinculavam a pessoa engajada ao seu lugar específico, no caso aqui estudado, o Complexo do Alemão. E essa associação permanente com o lugar (também) pela Internet fazia parte da construção da reputação dessas pessoas.

A favela, e não apenas a militância, era ali reconfigurada. E era reconfigurada em um contexto em que a imagem das favelas, e do Alemão em particular, estava publicamente em disputa. O evento anteriormente narrado envolvendo Rene Silva pode ser visto como marco de um período em que o Alemão constituía-se publicamente como lugar central da cidade. A disputa não era apenas pelo “controle territorial” entre grupos armados e policiais/ militares. Havia outras disputas em curso sobre quem fala e o que se fala sobre o Alemão. A construção discursiva sobre o lugar, sobre a favela. O modo como foi narrada a ocupação militar dos complexos do Alemão e da Penha esteve vinculado ao movimento de “pacificação” em si e ao que diversos autores chamam de “projeto de cidade”. Certamente não é a Internet (ou as redes sociais) que conferia importância e centralidade ao Alemão. Ao contrário, ela fazia ecoar um certo movimento de investimentos variados (e de diferentes naturezas) naquele “território” do qual o PAC e a UPP seriam o mais visível.

A centralidade do Complexo do Alemão naquele momento dava-se pelo volume de investimentos públicos e privados diversos, concretizado, por exemplo, nas quatro estações do teleférico, nas obras em curso em diversas partes do lugar ou nas viaturas e policiais armados

em cada esquina. Mas também no modo como esse lugar era produzido pela mídia comercial. No caso do Alemão, além da já narrada ocupação militar televisionada em tempo real por grandes emissoras, é possível lembrar que a favela virou palco de uma telenovela de significativa audiência<sup>161</sup>.

Havia diversas narrativas em disputa sobre o lugar que também produzem o lugar. As pessoas engajadas por mim pesquisadas buscavam, na maior parte do tempo, construir um contra-discurso em relação àquele disseminado pelos meios de comunicação de massa. Mas, como foi visto em uma das situações que abrem este capítulo, a violência era uma presença constante também em suas postagens pois se colocava de forma marcante em seus cotidianos, limitando a vida de moradores engajados ou não. A equação a ser resolvida por aqueles(as) que participavam com das ações coletivas tinha a ver, portanto, não apenas com o equilíbrio entre falar de si, das atividades das organizações, grupos ou coletivos dos quais participavam, mas também incorporava o modo como apresentavam o lugar em suas postagens nas redes sociais. Falar ou não falar da violência? Como abordar o tema? Com que frequência? Eram questões colocadas permanente a eles e por eles.

O contraponto à violência era tornar evidente o “lado positivo” da favela (como foi visto na trajetória de Thamyra analisada no Capítulo 2). O lado positivo era tornado visível por fotos de vistas do lugar, das pessoas que lá vivem, mas também de eventos, mobilizações e atividades realizadas pelos grupos, coletivos e organizações do Alemão. Sobretudo aquelas que aconteciam no lugar. E, mesmo ao postarem fotos deles fora de lá, era recorrente que acionassem, em textos que frequentemente acompanhavam as imagens, seu pertencimento ao Alemão. A frase postada recorrentemente por Raul Santiago, um dos criadores dos coletivos Ocupa Alemão e Papo Reto, é uma evidência marcante deste aspecto. Ao ir falar em algum lugar fora do Alemão e, sobretudo, quando fazia postagens sobre as viagens que fazia a partir da sua inserção como “ativista”, Raul sempre incluía a frase: “conheça o mundo inteiro, mas nunca esqueça o quintal de casa” ou a hashtag “#FavelaSempre”. A constituição de vínculos de pertencimento fazem-se também pela Internet e pelas redes sociais. Elas contribuem para “fazer o Alemão” na medida em que revevavam narrativas (visuais ou textuais) sobre o lugar e quem nele vive. Contribuem também para a construção e manutenção da reputação das

---

<sup>161</sup> Refiro-me à novela “Salve Jorge” da Rede Globo. Sua estréia aconteceu em outubro de 2012. A novela, escrita por Glória Perez, abordava o tráfico de pessoas. A protagonista era uma das vítimas e seu par romântico era o chefe da Unidade de Polícia Pacificadora de um Complexo do Alemão fictício. A novela foi ambientada na Turquia e no Rio de Janeiro. Diversas cenas foram gravadas no Alemão e, nos primeiros capítulos, imagens jornalísticas da ocupação militar que percebeu a pacificação em 2010 foram incorporadas.

peças que participam das ações sociais locais. No entanto, e como será visto no próximo capítulo a partir da análise da criação e atuação do coletivo Papo Reto, não é suficiente. Para ser militante de favela é preciso estar fisicamente no lugar, comprometido com seus problemas e presente nas atividades dos movimentos sociais, mas também nos becos, nos momentos de conflito, no cotidiano.

## Capítulo 5 - Forma-coletivo, engajamento e morte (ou sobre formas de mobilização em tempos de “pacificação”)

### Uma mobilização: chuvas e desabamentos na favela

Final de novembro, início de dezembro de 2013 choveu, choveu, choveu e, aí, começou a acontecer aquelas coisas. Na verdade, foi a primeira chamada da rede (*se refere às redes sociais*) da chuva foi minha. (...) Porque meu irmão, a casa dele caiu uma pedra dentro e minha cunhada não conseguia acessar a Defesa Civil de jeito nenhum. Ligava... (...). E aí eu fiz uma chamada na rede: 'Gente, por favor!' Aí a Marize (*Cunha, pesquisadora amiga de Renata*) que compartilhou no Twitter e, aí, começou todo mundo a se ligar de que a tragédia no Alemão seria maior se ninguém convocasse. Aí a gente começou a fazer, aí juntou, entendeu? Foi a primeira vez que eu vi as instituições no Alemão tão juntas, sem brigar e sem ego, né (entre vista com Renata Trajano, integrante do coletivo Papo Reto, em 2015).

Como descreve brevemente Renata no trecho acima, no final de 2013 (entre os meses de novembro e dezembro), fortes chuvas atingiram a cidade do Rio de Janeiro. Como em outros momentos, tais chuvas tiveram impactos variados sobre distintas áreas da cidade. Em algumas delas, como no caso das favelas que fazem parte do Complexo do Alemão, as chuvas incessantes acabaram por comprometer a estrutura de casas em diversas regiões do conjunto de favelas. Algumas chegaram a ser fisicamente impactadas (como a casa do irmão de Renata) e outras, sobretudo em áreas de encosta, tornaram-se locais de risco de morte para seus moradores que se viram obrigados a buscar outras opções de abrigo.

Naquele momento, pessoas de diversos grupos e organizações locais se reuniram para agir sobre o acontecimento<sup>162</sup>. Foram organizados dois abrigos para aquelas pessoas que precisaram deixar suas casas: um deles gerido por representantes de diversas associações de moradores locais e outro por pessoas ligadas a grupos não formalizados, coletivos e organizações não governamentais (ONGs). Acompanhei, através do Facebook, a ampla mobilização realizada por pessoas, organizações, coletivos e grupos denunciando o acontecido, reivindicando providências das autoridades públicas, mas também solicitando o auxílio de quem pudessem doar roupas, comida, brinquedos, produtos de limpeza, higiene pessoal etc para os moradores desabrigados.

Em um sábado daquele dezembro estive com um amigo (professor da UFF) no abrigo gerido pelas pessoas ligadas aos grupos e ONGs locais. Além de levar doações, passei o dia na Vila Olímpica Carlos Castilho (equipamento da Prefeitura) transformada em abrigo. No

<sup>162</sup> Para uma análise sobre o episódio em questão ver Cunha, Porto, Pivetta, Zancan, Francisco, Pinheiro, Calazans, 2015.

grande espaço público local voltado para práticas de lazer e esporte, algumas salas haviam sido convertidas em locais de recebimento de doações e triagem do que era recebido. Outra grande sala (de prática de lutas marciais) no segundo andar recebia as cerca de 40 pessoas (mulheres e crianças em sua maioria) que lá viveram naquelas semanas. As pessoas e organizações que faziam a gestão daquele abrigo também organizaram outros pontos de coleta de doações e triagem do que era recebido, como a sede do Educap, localizada em outra favela, do outro lado do Complexo. Havia também pessoas de lá (como um dos integrantes do Ocupa Alemão) que colocavam seus carros à disposição para recolher e levar donativos. Aquele era um momento de grande e intensa mobilização entre as pessoas engajadas nas ações coletivas locais de modo geral.

Quando cheguei, encontrei com diversas pessoas que conhecia e, ao longo daquele dia, acabei acompanhando algumas dinâmicas ali em curso. Lembro de ver, assim que cheguei, rapazes e moças muito jovens, participantes e voluntários ligados ao Voz da Comunidade, fazendo o trabalho de separação das doações de acordo com critérios de sexo e idade do que era recebido, cercados de roupas por todos os lados em uma das salas da Vila Olímpica. Foi a eles que entreguei minhas doações. Acompanhei também um almoço feito com doações de comida na cozinha do local. Vi a agitação de conhecidos meus do Raízes em Movimento, do Ocupa Alemão e pessoas que naquele momento não pertenciam a nenhuma organização ou coletivo, mas que se engajavam individualmente. Eles e elas fumavam, falavam e teclavam em seus celulares e andavam de um lado pro outro, muitos deles há dias sem dormir direito.

Em dado momento, uma reunião foi convocada. Eu e outras pesquisadoras ali presentes, todas próximas do Raízes e conhecidas de boa parte dos que ali se mobilizavam, fomos convidadas a participar. O objetivo era compartilhar notícias e pensar formas de pressionar o poder público. Tais estratégias passavam por não abandonar o local antes que a situação de todas as pessoas fosse solucionada, mas também por fazer contato com representantes de entidades da sociedade civil para ampliar a visibilidade pública do caso e a pressão sobre as autoridades para que uma resposta fosse obtida o mais rápido possível. O entendimento geral era de que se tratava de uma situação provisória.

Aquele dia foi muito importante para o meu trabalho de campo. Por um lado, comprovei uma suspeita que me acompanhava ao longo dos meses em que vinha frequentando o Alemão: uma distinção entre, de um lado, o universo de associações de moradores e, de outro, de organizações não governamentais locais e coletivos que se concretizava através da separação física, espacial, dos espaços convertidos em abrigos

naquela ocasião. Ainda que houvesse momentos de reuniões conjuntas para certos encaminhamentos e decisões e que pessoas de ambos universos transitassem entre os abrigos e se comunicassem por telefone ou Internet, a forma de conceber e operar a gestão dos espaços era muito diferente e as críticas em relação à forma de agir do outro lado, frequentes.

Também pude acompanhar como se organizavam e como funcionavam as relações entre pessoas engajadas em ações coletivas locais em um momento de profunda crise. Havia uma evidente divisão de tarefas entre os que ali estavam (muitos dos quais vinham passando dia e noite na gestão do local) e uma certa liderança de algumas pessoas, como Alan, do Raízes, um dos meus principais interlocutores no campo<sup>163</sup>. Ele era bastante respeitado por todos ali e capaz de convocar para o trabalho conjunto pessoas de diferentes grupos (que, em outros momentos, viviam experiências de disputa ou desacordo entre si) e de estabelecer relações com pessoas de fora da favela e as associações de moradores, por exemplo. Ele não era o único a ter esse lugar, mas uma das pessoas que fazia ali uma série de mediações entre diferentes grupos.

Na reunião em que estive, buscava-se uma solução para as pessoas desabrigadas que passasse por uma resposta do Estado. De acordo com o relato dos ali presentes, representantes do poder público utilizavam-se de diversos recursos para que as pessoas abrigadas ali e no outro abrigo saíssem desses locais a fim de que as dinâmicas ordinárias desses espaços fossem retomadas rapidamente e que eles aguardassem os encaminhamentos da Prefeitura e do Governo do Estado na casa de vizinhos e parentes. Na leitura daqueles que ali estavam, se cada família buscasse uma alternativa individual para o fato de estarem sem suas casas, essa seria a resposta do governo (individual), o que não garantiria que todos fossem atendidos, nem que esse atendimento fosse feito com a urgência que acreditavam estar de acordo com a gravidade da situação. A resposta que buscavam era o cadastramento de todas as famílias e a garantia de que todos os moradores desabrigados receberiam o aluguel social até que a situação de suas casas fosse resolvida (fosse ela a liberação pela Defesa Civil para o retorno dos moradores, fosse a ida para uma nova residência com o recebimento de aluguel social)<sup>164</sup>.

As pessoas ali presentes comunicavam-se todo o tempo com pessoas que estavam fora

---

<sup>163</sup> Para mais informações sobre a trajetória de Alan, ver Capítulo 2.

<sup>164</sup>“Mas a da Vila Olímpica foi a que teve mais sucesso, porque as 32 famílias que estiveram lá todas as 32 foram beneficiadas, a metade dela já receberam... (Eu: O aluguel social, né?) Já recebeu apartamento, a outra metade está aguardando e está recebendo aluguel social. Porque nós fizemos o trabalho... (...) A gente tinha: 'Só sai daqui... Não vai sair daqui pra casa de parente, não vai sair daqui pra nada. Só sai daqui se estiver com o compromisso do aluguel social'” (Entrevista com Betinho Casas Novas, participante do Voz da Comunidade e um dos criadores do coletivo Papo Reto, 2015).

dali (a trabalho ou buscando doações em outros locais) através de seus celulares e iphones. Foi assim que tomaram conhecimento da provável visita do subprefeito daquela região ao outro abrigo. Inicialmente, tive a sensação de que se tratava de um boato: várias pessoas falavam do assunto, mas o subprefeito nunca chegava. No entanto, em dado momento, receberam notícia de que o homem estava a caminho e a agitação tomou conta da Vila Olímpica. Algumas pessoas subiram de teleférico para onde estava localizado o outro abrigo (em uma das estações do teleférico) em outra região do Complexo e outras deslocaram-se para o local de carro ou moto. Eu integrei, com outras duas pesquisadores e um militante morador de lá, o primeiro grupo de pessoas.

Quando chegamos ao local, a cena já estava formada. O número de moradores desalojados que lá estavam era superior ao de pessoas abrigadas na Vila Olímpica e todos aguardavam a fala do subprefeito (acompanhado por assessores, políticos e vereadores locais, além dos presidentes das associações). Uma parte das pessoas dos grupos e ONGs que eu acompanhava já tinha chegado antes de mim e ali notei uma prática que depois vim a observar como sendo recorrente entre eles: alguns filmavam com câmeras, celulares e tablets o que estava sendo dito pelo subprefeito e falavam que o que ele dizia seria disponibilizado em seguida através das redes sociais virtuais.

No tempo em que estive lá, o subprefeito não deve ter permanecido por mais de 15 minutos. Quando a movimentação para sua saída do local teve início, meus interlocutores começaram a se deslocar rapidamente. Em dado momento me perdi de alguns deles e depois, quando os encontrei, já estavam todos (cerca de sete rapazes e uma moça) em um carro com uma caçamba. O motorista (presidente de uma das associações de moradores locais) e a moça na frente e os demais na caçamba. Sai correndo atrás do carro, gritando para que me esperassem a acabei sendo içada para dentro da caçamba pelos rapazes. Entendi então que aquele carro ia atrás do carro do subprefeito, o objetivo era garantir que ele também visitasse o abrigo na Vila Olímpica, como havia acabado de se comprometer a fazer. Os minutos que se seguiram se assemelharam a um filme de ação: com os rapazes empolgadíssimos filmando o que parecia ser uma perseguição e movidos pela adrenalina de não saberem se o subprefeito iria ou não cumprir com sua palavra. O carro em que estava corria pelas ruas estreitas e principais das favelas do Complexo que, ao final, nos levaram até a Vila Olímpica. O clima entre eles era de brincadeira e excitação com a situação.

Tudo que estava acontecendo estava sendo fotografado, filmado e transformado por alguns deles em postagens no Facebook e no Twitter. Além disso um rapaz de fora que estava

naquele grupo (ligado naquele momento ao coletivo de comunicação alternativa Mídia Ninja que ficou bastante conhecido pela cobertura das manifestações de junho de 2013 em diversas cidades do Brasil) transmitia em tempo real alguns acontecimentos.

Chegando à Vila Olímpica, nova fala do subprefeito para as moradoras ali abrigados (tudo novamente filmado por celulares, câmeras e tablets). Dedos nervosos de moças e rapazes de grupos locais continuavam a transformar o que estava acontecendo em frases que seguiam inbox para conhecidos e também em postagens para aqueles mobilizados por eles e elas através das redes sociais virtuais.

Ao final da breve visita, o cadastro dos desabrigados que ali estavam ia ser entregue ao subprefeito para que ele fizesse os encaminhamentos acertados quando um desses rapazes achou que seria prudente fazer cópias daqueles documentos (produzidos pelo grupo de pessoas que estava gerindo o abrigo ali organizado), o que foi feito através de fotos tiradas pelo seu tablet. Foi naquele dia que pude perceber alguns dos usos da Internet e outros recursos tecnológicos disponíveis e como eram incorporadas ao que eu vinha pensando teoricamente como repertórios de militância (McADAM, TARROW, TILLY, 2009). O que eu vim a perceber bem depois, no entanto, foi que, naqueles dias em que diversos de meus interlocutores se reuniam cotidianamente para gerir o abrigo, não apenas se atualizavam relações de aliança e disputa, mas também eram gestados novos modos de organização, como será visto no ponto a seguir.

### **Vestígios da formação de um coletivo**

O episódio anteriormente narrado teve, como disse, enorme importância para minha pesquisa. Foi um daqueles eventos que permite compreender e realizar relações sociais e como funcionam mecanismos de aliança e disputa entre os grupos locais, mas também entrever de que maneira se organizam para lidar com autoridades públicas, representantes do Estado em situações específicas.

O que eu não poderia perceber naquele dia é que aquela mobilização em torno da “ajuda” aos moradores desabrigados geraria frutos para além das respostas solicitadas ao poder público. É a esse momento de mobilização que os integrantes do Papo Reto atribuem a origem do coletivo que vieram a criar. Formado inicialmente por moradores do Complexo do Alemão e áreas vizinhas, o grupo atua através da comunicação, acompanhando e divulgando situações que consideram abusivas (sobretudo no caso da atuação da polícia na favela) e também pessoas e ações percebidas por eles como sendo positivas no Complexo do Alemão.

Além disso, organizavam atividades diversas (ocupações culturais, manifestações, entrevistas online, uma roda de funk transmitida ao vivo pela Internet, um programa contando a trajetórias de pessoas engajadas do lugar entre outras) tendo como tema central as favelas do Alemão e seus moradores.

O episódio das chuvas é evocado por um dos criadores do grupo como marco em sua formação. Mesmo que a maior parte das pessoas que estava na Vila Olímpica fosse de alguma forma engajada na militância e/ou trabalho social no Alemão, esse integrante identificou ali um momento em que conheceram outras pessoas em que criaram o que chamou de “rede”. A junção das instituições do Alemão, “sem ego”<sup>165</sup>, como disse Renata no trecho inicial, a suspensão momentânea de disputas internas para criar uma forma coletiva de “ajuda” marcou diversas pessoas que participaram daquele episódio. Outra integrante diz que não é fácil, no entanto, precisar a criação do coletivo, ainda que também apareça associada àquele episódio em sua fala. O que ela chama de “organização da Vila Olímpica” é o marco temporal que primeiro aparece em sua narrativa, mas ela chama atenção para o fato das pessoas terem continuado a conversar depois disso para, então, decidir “se juntar”.

Através de seus relatos, a mobilização gerada em torno das chuvas parece ter sido transformadora e mobilizadora para diversas pessoas que se envolveram com a dinâmica em curso naquele momento. Um rapaz que também participou da criação do coletivo, atribui a importância daquele episódio ao fato de terem vivenciado “na carne os problemas”. A ideia de experiência sentida no corpo evoca o lugar do que ele chama de vivência pessoal para os efeitos da mobilização coletiva. É essa experiência que, em sua visão, contribuiu para a criação de laços de amizade e identificação entre uma parte dos envolvidos. A decisão de “se juntar”, como diz outra criadora do grupo, é atribuída também ao fato daquelas pessoas já terem o que ela chama de certa militância. Após a mobilização que levou a gestão do abrigo na Vila Olímpica, um grupo de pessoas que ficou mais próximo nessas semanas, continuou a se juntar em outro espaço do Complexo (em outra favela do conjunto, numa localidade de

---

<sup>165</sup> Bailey (1971) lembra que “Nós não temos a intenção de resolver através da pesquisa de campo os muitos problemas que surgem no conflito entre comportamentos egoístas e altruístas. Mas as pessoas que estudamos às vezes engajavam-se em discussões filosóficas e religiosas nesse nível, frequentemente evocavam esses termos para justificar ou condenar a conduta de alguém, e usavam dicotomias desse tipo constantemente para formular planos de interação entre eles”. (BAILEY, 1971, p. 4) Desse modo, é importante lembrar que as tensões entre comportamentos considerados “egoístas” (traduzidas por meus interlocutores como “ego”) e “altruístas” (frequentemente presentes nas ideias associadas ao termo “ajuda”, mas não apenas a ele) não são apenas presentes entre meus interlocutores, mas são, como demonstra o autor na introdução de seu livro, uma dimensão importante da vida social muito vinculadas a relações de construção e manutenção de reputações dentro de uma mesma “comunidade moral”. Essa dimensão, como pode ser visto ao longo da tese, é fundamental em minha pesquisa.

difícil acesso). Ali, no mês de janeiro, alguns deles organizaram uma colônia de férias para crianças daquela região. Naquele momento, no entanto, não tinham uma identidade enquanto grupo, nem pretendiam ser um coletivo: eram algumas pessoas fazendo alguma coisa juntas.

No entanto, o engajamento anterior do grupo de pessoas em questão incluía experiências vividas em outros coletivos locais (um havia sido e outro ainda era naquele momento integrante do coletivo Ocupa Alemão), das organizações locais (dois haviam tido vínculo de trabalho - muito próximo a um engajamento militante - no Raízes em Movimento e outra havia participado da criação de outra ONG local, o Educap) e de outras modalidades de organização no território (um deles era fotógrafo de um jornal local - posteriormente formalizado como ONG - o Voz da Comunidade).

O Papo Reto, eu acho que ele foi a maturidade dos integrantes, assim, de vários processos que eles vinham, né, então tinha o pessoal desde o Descolando Ideias, do Raízes, tinha muito projeto social, muita participação da juventude, principalmente na questão da mídia, né, então, essa maturidade, né, sabe assim, o Papo Reto ele tá durando muito tempo por causa disso, né? Pô, acho que, sabe, que todo mundo parou de brincar de projeto social e começou a militar em projeto social (Entrevista com Raphael Calazans, 2015).

Raphael revela em sua leitura da formação e continuidade do grupo a relação entre os projetos sociais e a militância. Boa parte dos envolvidos em sua criação vinha da experiência prévia através de formas de engajamento que se aproximavam do universo dos projetos sociais e os projetos sociais fizeram parte da trajetória de socialização política dessas pessoas. Ele marca, no entanto, a diferença entre “brincar de projeto social e militar em projeto social”, ainda que em nenhum lugar eu tenha visto nenhuma pessoa do grupo se referir ao coletivo como projeto. Em sua percepção “brincar de projeto social” remete a outro tipo de inserção que não o “militante”. “Militar em projeto social” remete à iniciativa criada por eles e elas, o coletivo Papo Reto e não a suas experiências prévias (que serão relatadas mais a frente). Essa referência indica, no entanto, a relevância da mútua-constituição dos repertórios presentes em projetos sociais (formas de encarar determinadas questões, maneira de enunciar publicamente tais questões, gramáticas utilizadas etc) e em determinadas modalidades de ação coletiva local. Ao ponto de muitas vezes a ação coletiva local ser entendida, por participantes, moradores ou pessoas de fora como projetos sociais.

Há aqui uma importante informação sobre a trajetória de Raphael que pode ajudar a localizar e compreender sua elaboração sobre o assunto. Ele era cantor de funk (Mc), no

momento da entrevista concluía a graduação em assistência social em uma universidade pública federal e estudou o ensino médio em uma escola pública de excelência do Rio de Janeiro. Em toda sua entrevista valorizava imensamente o funk e a cultura da favela. Eu o havia conhecido anos atrás através de uma das pessoas consideradas referência do Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, ele também fazia parte dessa rede. Além disso, anos antes, havia sido um dos “jovens” de uma iniciativa que auxiliava jovens de favela a transformar suas ideias em ações concretas<sup>166</sup>. Algumas delas eram escolhidas através de uma banca para receber financiamento para serem executadas. A ideia de Raphael havia sido uma delas. Ela mobilizava adolescentes moradores do Alemão, sobretudo rapazes, em torno da cultura funk.

A questão do coletivo, recorrente nesse momento em movimentos sociais de esquerda e em especial em algumas favelas, como foi visto no primeiro capítulo, apresenta-se aqui também por uma busca de um tipo de organização não hierarquizada. Isso não significava, no entanto, que entre os participantes não houvessem funções ou papéis diferentes no grupo. Em mais de uma entrevista com alguns de seus integrantes, a questão da complementariedade entre eles aparece. Nas palavras de Thainã: “... cada um tem uma potência ali dentro, cada um sabe fazer uma coisa de um jeito e nessa, a gente acaba se complementando”. A mesma ideia foi endossada em entrevista com Raphael Calazans e em matéria jornalística sobre o grupo realizada pela BBC Brasil, como revelam os trechos a seguir:

O Papo Reto é muito doido porque são pessoas muito diferentes uma da outra, mas a gente tenta a parte da sagacidade de cada um fazer, assim, tem uma ação, vamos fazer que ação? Vamos filmar, vamos narrar uma operação policial dentro do Alemão, então, tem o funkeiro, tem o fotógrafo, tem um *global*, tem uma militante, então, vamos ver como a gente consegue juntar todo mundo pra fazer isso, né? (Entrevista com Raphael Calazans, 2015).

“Tudo surgiu de forma natural”, conta o integrante Raul Santhiago, de 26 anos. “Todos tinham ligação com ativismo, audiovisual ou direitos humanos. Um tinha uma câmera, outro era bom no celular, outro sabia mediar

<sup>166</sup> De acordo com Tommasi e Velazco, ao analisarem a produção do empreendedorismo na Cidade de Deus, favela situada na zona oeste do Rio de Janeiro: “Assim, todo sábado funciona no CRJ um projeto realizado por um importante empreendedor cultural e social da cidade e da baixada, Marcos Faustini (que já foi secretário de cultura na Prefeitura de Nova Iguaçu e já trabalhou na Secretaria de Cultura do governo estadual), que criou uma “Agência de Redes para a Juventude” com financiamento da Petrobrás e apoio do governo. A iniciativa consiste na formação de jovens para que eles elaborem um projeto social de intervenção para “melhoria das condições de vida na comunidade”. Aqui, os jovens da comunidade são formados durante quatro meses e no final devem elaborar um projeto; um dos quais, depois de passar pelo crivo da avaliação de uma comissão de “notáveis” (muitos dos quais são empresários), receberá um financiamento de 10 mil reais para que possa ser realizado. Os educadores e “mediadores culturais” do projeto são todos jovens de “comunidades”, jovens que já tiveram uma trajetória em projetos sociais e se destacaram pelas habilidades adquiridas” (TOMMASI, VELAZCO, 2013, p. 33). A Agência de Redes foi criada em 2011. Em 2016, ela estava ligada à Secretaria Municipal de Cultura do município do Rio de Janeiro.

conflitos. Vimos que nossa atuação era necessária, e aí num certo momento a gente se tornou o Papo Reto." O nome vem da gíria carioca "mandar um papo reto", que significa "ir direto ao ponto", "falar sem papas na língua". (Trecho de reportagem da BBC Brasil sobre o grupo, divulgada em 30 de outubro de 2015)

O nome “papo reto” marca, portanto, uma posição. É um grupo de pessoas que “vai direto ao ponto”, como diz a reportagem, sem subterfúgios, que diz o que tem que dizer evocando valores como a sinceridade e a capacidade de mostrar sua própria realidade sem intermediações, como foi visto no capítulo anterior.

### **Quem é quem no Papo Reto**

No decorrer do trabalho de campo, a composição do coletivo Papo Reto alterou-se algumas vezes (e continuou a se modificar após conclusão de minha pesquisa). Aqui tocarei brevemente em aspectos da trajetória de alguns(mas) de seus integrantes<sup>167</sup>. Alguns deles foram por mim entrevistados entre 2014 e 2015. Sobre outros, foi possível recolher informações em atividades do coletivo, seus perfis em redes sociais virtuais, conversas informais e matérias jornalísticas como a acima citada. Não se trata de uma análise exaustiva de suas trajetórias, mas de apresentar alguns elementos que ajudam a compreender a formação e modos de ação do coletivo.

O participante mais visível e conhecido para além do Complexo do Alemão é Raul Santiago. Conheci Raul em julho de 2012. Ele me foi apresentado por Thamyra quando eu realizava a pesquisa do Ibase<sup>168</sup>. Logo após a entrevista com ela, fomos caminhando de sua casa, em uma das ruas limítrofes de uma das favelas do Complexo do Alemão, até uma das favelas da Maré, onde se localizava a ONG Observatório de Favelas e onde, naquele momento, ambos cursavam a ESPOCC. Raul era da turma da tarde e Thamyra, da turma da noite. Nos encontramos na parte externa do Observatório quando a aula de Thamyra ainda não havia começado e a de Raul já havia terminado. Raul me foi por ela apresentado como alguém que “eu tinha que entrevistar”. Nessa ocasião, ele, sua namorada Pamela Souza, Lana Souza, Nathalia Menezes e outras pessoas participavam de uma iniciativa denominada Descolando Ideias, que já tinha no uso da Internet e suas plataformas uma de suas principais formas de ação. A partir daí passei a acompanhar a página do grupo e o perfil pessoal de Raul no

<sup>167</sup> Para uma discussão acerca do uso das trajetórias em estudos das ciências sociais, ver Capítulo 2. Aqui é preciso pontuar que serão destacados aspectos referentes à constituição de cada integrante como pessoa engajada em ações coletivas locais e o que foi enfatizado por eles.

<sup>168</sup> Refiro-me à pesquisa “Jovens pobres e o uso das NTICs na criação de novas esferas públicas democráticas” (2013) já citada anteriormente.

Facebook.

Raul é um rapaz moreno, muito simpático e carismático. Assim como no caso dos demais membros de coletivos do gênero, suas postagens revelavam enorme perspicácia e inteligência. Raul, no entanto, ao contrário de outras pessoas desse e de outros coletivos e organizações locais, e mais próximo de Rene e de Thamyra nesse sentido, fazia um uso cotidiano das redes sociais virtuais, muitas vezes utilizando-se de vídeos e fotos tiradas por ele próprio e, por vezes, longo textos com reflexões acerca de sua realidade.

Reencontrei Raul meses depois, quando fui apresentar os resultados da pesquisa realizada em um dos encontros do Vamos Desenrolar, iniciativa do Raízes em Movimento, em que pesquisadores(as) apresentavam seus estudos que eram comentados por pessoas da localidade que tinham proximidade com a temática e debatida entre militantes locais e pesquisadores (de dentro e de fora)<sup>169</sup>.

Como foi visto no Capítulo 2, e assim como outros militantes, Raul evoca diversas vezes sua trajetória pessoal em suas falas públicas. Em 2014, o coletivo Papo Reto realizou a primeira edição de um programa veiculado na plataforma Youtube a que deram o nome de “Retrato Falado”, fazendo um trocadilho entre a expressão retrato falado, que se refere à descrição de uma pessoa feita por outra, em geral para identificá-la a autoridades quando comete um crime ou está desaparecida e o fato de ser uma espécie de relato auto-biográfico narrado em frente a uma câmera parada: ou seja como se a pessoa retratasse a si mesma através de palavras. Nos programas<sup>170</sup>, o grupo apresenta o perfil de pessoas que consideram como referências no Complexo do Alemão em um período de tempo que variava entre cinco e dez minutos. O primeiro programa foi realizado com Raul. A iniciativa partiu de Lana que teve a ideia do programa<sup>171</sup> como um trabalho final de disciplina para a faculdade de

<sup>169</sup> Para uma análise sobre essas atividades que fazem parte do Vamos Desenrolar, ver Capítulo 6.

<sup>170</sup> Tomei conhecimento de cinco ao longo de meu trabalho de campo, sendo um deles dividido em duas partes. Além de Raul Santiago, foram entrevistados Luiz Moura (mais conhecido como Guinha), referência local que desenvolvia projetos de esporte, também ligado ao movimento LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, ex-presidente de associação de moradores e muito próximo ao coletivo; Denize Moraes, mãe de Caio Moraes, mototaxista assassinado por policiais em uma manifestação que ocorreu no Alemão em maio de 2014, também muito próxima ao coletivo; Mc Ruanzinho e Mc Babalu, um rapaz, ainda adolescente, conhecido cantor de funk do Complexo do Alemão e uma moça também cantora de funk da lá, ambos bastante incentivados pelo coletivo; e Monica Cirne, fisioterapeuta que desenvolve trabalho de atendimento no lugar, incentivado e divulgado pelo coletivo.

<sup>171</sup> Lana contou em entrevista que a ideia do programa foi inspirada em um quadro do programa de televisão dominical da Rede Globo, Fantástico, onde apresentavam a trajetória de pessoas importantes. Ela quis fazer algo semelhante com pessoas importantes da favela. Trata-se de uma câmera parada filmando a pessoa que conta sua trajetória com ênfase na militância ou trabalho social. Lana depois edita a entrevista realizada de forma que ela fique com cerca de 10 minutos. Esse conteúdo é disponibilizado através da plataforma virtual Youtube. Para o Retrato Falado de Raul, ver <https://www.youtube.com/watch?v=JAzTS2wu6K4>. No período de ração da tese (2016), ele havia tido mais de 700 visualizações.

Comunicação Social, que cursava no momento, e foi incorporado pelo coletivo como uma de suas formas de atuação através das plataformas da Internet (os programas estavam disponíveis no Youtube).

No momento em que foi gravado seu Retrato Falado (2014), Raul tinha 25 anos e morava em uma das favelas do Complexo da Alemão. Nessa época Raul tinha um filho (com uma prima de Alan), mas não estava casado. Disse trabalhar com “ativismo e direitos humanos”, fazendo “comunicação alternativa”, participando de alguns coletivos: “e tô aí nessa correria da vida social, principalmente do movimento de favelas”. Raul também citou uma frase sua que aparece em diversos momentos em suas postagens nas redes sociais virtuais. Ele afirma que é formado nas “práticas da realidade” e que é a partir delas que desenvolve, que escreve as suas teorias. Essa é uma ideia central na construção de seu ativismo. E como foi visto em diversos momentos ao longo da tese, essa ideia, de outras maneiras, apareceu de modo enfático também entre outros de meus interlocutores. Filho de pai pedreiro e mãe dona de casa, ele contou que a vida deles era complicada e que se lembra pouco de conviver com o pai na infância. Ele disse que sua infância foi sempre “no limite”: nunca faltou o que comer, mas ficava sempre no básico.

Raul contou da experiência pela busca de emprego em lojas no Centro do Rio onde foi tratado com desconfiança e preconceito por morar no Complexo do Alemão. Ele falou de amigos que se envolveram com o tráfico e morreram, emocionando-se. Ele disse que via o tráfico como uma “resistência”<sup>172</sup> daqueles que tentaram tudo e acabaram chegando ali. Contou que entre os 14 e 15 anos tinha o sonho de se envolver com o tráfico, virar gerente, “chefe de favela, para poder mudar a minha realidade, dos meus amigos, ajudar dentro de casa. Como eu era comunicativo, todo mundo me conhecia, as pessoas conheciam meu pai que era pedreiro e ajudou muita coisa aqui no morro”. Por ser comunicativo e estudioso, sabendo bem matemática, ao se envolver com o tráfico aproximou-se de pessoas situadas na parte de cima da hierarquia nas favelas (gerente, segurança)<sup>173</sup>. Houve uma época em que andava armado, “pegando dinheiro aqui e ali, ganhando presentes e se envolvendo”<sup>174</sup>.

Ele contou, ainda, que na mesma época tinha um grupo de amigos que chamou de “diversificado e engajado em mudar sua realidade”. Foi um deles, Helcimar Lopes (um

---

<sup>172</sup> Para uma análise sobre o uso da categoria “resistência” entre os movimentos sociais locais, ver Capítulo 1.

<sup>173</sup> Raul também se refere ao tráfico como “crime”.

<sup>174</sup> A categoria “envolvimento” é central para pessoas engajadas e moradores não engajadas ao falar da relação com a venda a varejo de drogas ilícitas na favela, o “tráfico de drogas”, que também se tornou uma categoria êmica.

importante produtor cultural local e na época de meu campo também ligado a projetos sociais), que “deu um toque” em Raul, chamando a sua atenção (em uma conversa em um beco) para o fato de ele ser uma pessoa conhecida na favela (disse sempre ter “dialogado”, “ajudado todo mundo” desde criança), de sua importância para o lugar e que ele poderia fazer mais coisas sem a arma que carregava. Inclusive pelos amigos mortos enquanto estavam no tráfico. Helcimar disse, então, que tinha uma proposta para Raul caso estivesse disposto a deixar aquela vida de lado. Raul aceitou o convite. Helcimar estava a frente do que Raul chamou de “telecentro” e “infoespaço” que tinha acabado de perder o patrocínio. Helcimar reuniu um grupo de pessoas, inclusive Raul, para criar uma forma de arrecadar fundos e manter o aluguel o espaço: “o que (es)tava bombando na época era o Orkut<sup>175</sup> então Orkut vai ser o nome da festa, vai ser 'Orkutfest’”. A festa lotou, arrecadaram dinheiro para o aluguel e até sobrou. Organizaram várias edições do evento naquele período (Raul situa o acontecimento em 2006 sem muita certeza no vídeo).

Aquele momento era um marco em sua narrativa em diversas vezes que o ouvi falar publicamente de sua trajetória. Ele valorizava a influência de Helcimar em sua vida e a descoberta de algo em que se engajou, a organização da festa. Quando o conheci, Raul e Helcimar continuavam sendo amigos e volta e meia organizavam festas, shows e outras atividades do gênero como forma de gerar renda.

No vídeo, Raul não contava sobre seu engajamento nos coletivos. Através de outras entrevistas e de minha convivência tomei conhecimento de que havia participado do Descolando Ideias, com Lana e Nathalia Meneze, como foi visto. Depois disso, estive a frente com um grupo de pessoas (como foi visto no primeiro capítulo) do evento #OcupaAlemãoàs9h, dando continuidade a organização daquelas mobilizações e se engajando também na criação do coletivo, onde ficou até o término com sua namorada na época (2012/2013), Pamela Souza, que também organizou o evento e era participante do grupo. Pouco tempo após seu desligamento, participou da mobilização a partir das chuvas no final de 2013 e da criação do coletivo Papo Reto.

O que pude notar com a convivência é que Raul (assim como Thamyra, Thainã e outras pessoas que faziam parte do universo da pesquisa) estava sempre em movimento. Ele estava sempre fazendo alguma coisa: algum curso, inventando algum evento, “correndo atrás”

---

<sup>175</sup> Nome de plataforma virtual, espécie de rede social, muito popular no Brasil antes do Facebook. Assim como no Facebook, muitas pessoas se conheciam através do Orkut, mas não pessoalmente. A ideia da festa era, portanto, promover o encontro presencial de pessoas do Complexo do Alemão e redondezas que utilizavam a plataforma, mas não se conheciam cara a cara obrigatoriamente.

de algum trabalho ou de alguma forma de estudo formal, por exemplo. Enquanto ele e Pamela namoravam, por exemplo, tiveram uma barraca para vender pastel e usaram uma plataforma de “vaquinha online” para arrecadar o dinheiro necessário para pagar a inscrição do vestibular para uma faculdade particular (naquele momento, não ingressaram). Ele e Helcimar montaram, em alguns, uma barraca de bebidas em festas no Alemão como carnaval, por exemplo. Raul também trabalhou no Raízes em alguns projetos. E, mais tarde, integrou durante mais de um ano a equipe de jornalismo do canal pago GloboNews (ligado a Rede Globo).

Além disso, e a partir de sua participação no coletivo Ocupa Alemão, ele, Thamyra, Thainã e outros integrantes passaram a ser convidados para eventos fora do Alemão, incluindo aqueles que envolviam viagens. Assisti Raul em mesas de eventos promovidos por professores(as) universitários(as) e movimentos sociais. Soube (por seu perfil na Internet) de viagens suas para participar de debates sobre políticas públicas de juventude, segurança pública, comunicação e tecnologia. Para falar de sua experiência como morador do Complexo e como “ativista” (termo que utilizava com mais frequência para se referir a seu engajamento). Raul era admirado por pessoas da academia e de movimentos sociais de fora e respeitado pelos de dentro.

Uma de suas características revelava também um valor central para o coletivo Papo Reto como um todo: a coragem. Como será visto mais diante neste capítulo, era comum no período de minha pesquisa que os(as) participantes do Papo Reto (e também do Ocupa Alemão e outras ações coletivas locais) fossem ameaçados. O fato de, especialmente o Papo Reto e seus integrantes, realizarem sistemáticas denúncias de “abuso de autoridade da polícia” (para usar os termos do próprio Raul) os colocava em uma posição de muita exposição pública. Em geral, utilizavam as redes sociais para fazer as denúncias e faziam suas críticas em eventos públicos dentro e fora do lugar. Raul chegou a dizer, em um programa de TV da Rede Globo sobre segurança pública que não gostava de polícia. A frase, que foi descontextualizada e utilizada como parte do comercial de chamada para o programa gerou revolta de muitas pessoas, inclusive policiais, e amplificou a animosidade deles para com o rapaz. Para Raul, a possibilidade de prender pessoas por “desacato” era uma forma de coação utilizada contra a população, sobretudo moradores de favelas e periferias, pobres e negros, para privá-las de seus direitos. Em sua perspectiva, de nada adiantava a presença ostensiva da polícia no lugar sem uma revisão profunda em outras dimensões do cotidiano de quem ali vivia, como educação e saúde.

Mas a coragem, para Raul e demais participantes do Papo Reto, não estava só em expor publicamente suas opiniões e situações de arbitrariedade de policiais. Eles e elas frequentavam e organizavam manifestações públicas dentro e fora da favela e faziam a “cobertura jornalística” dessas atividades, mas também de conflitos armados no Complexo do Alemão. Acompanhavam remoções e outras ações que não julgavam adequadas de agentes públicos no lugar. A exposição e o risco era forte componente das atividades do coletivo. Daí também advinham seu reconhecimento e reputação internos e externos. Naquele período ele e o Papo Reto eram muitos próximos da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, do Raízes em Movimento, do Voz da Comunidade, do perfil Alemão Morro, do Educap, do Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, da Anistia Internacional e do CESeC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania ligado à Universidade Cândido Mendes), para dar alguns exemplos de suas relações. A partir daí também conformavam sua inserção no mundo dos movimentos sociais e sua atuação pública.

Já conhecia Raphael Calazans quando o reencontrei ao apresentar a pesquisa no Vamos Desenrolar. Nos conhecemos cerca de um ano antes (2012) quando organizava pelo Ibase, em parceria com outras organizações e grupos que faziam parte do Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro (FJRJ), um evento voltado para jovens a fim de debater a ideia de “direito à cidade” em Campo Grande, zona oeste. Calazans, como é mais conhecido, já que se trata de sua alcunha como Mc de funk (Mc Calazans), foi indicado por uma importante referência do FJRJ para integrar uma mesa composta apenas de jovens para apresentarem o tema a partir de diferentes perspectivas: o que era ser jovem mulher na cidade? O que era ser jovem com deficiência na cidade? O que era ser jovem negra na cidade? O que era ser jovem favelado na cidade? Calazans representava ali o “jovem favelado” e falou desse ponto de vista, dando relevância à cultura da favela, especialmente o funk.

Raphael é um rapaz negro, alto, simpático, mas um pouco tímido (ou seria desconfiado?). Tem desenvoltura para falar ao microfone publicamente, seja sobre questões sociais, política, funk ou do Alemão. Também já o encontrei sendo mestre de cerimônias (Mc) em uma das principais atividades organizadas pelo Raízes em Movimento: o Circulando. O funk aparece, em geral, de forma enfática em suas falas públicas e também na entrevista que vim a realizar com ele já em 2015. Quando o reencontrei no Alemão, ele era uma pessoa bastante próxima a Alan Brum e ao Raízes em Movimento, estabelecendo vínculos de diversas modalidades ao longo do tempo com a organização e de forte amizade com Alan (figura respeitada e querida pelos integrantes do Papo Reto quando realizei meu trabalho de

campo).

A entrevista com Calazans foi realizada no Campus da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro, zona sul, onde, naquela ocasião, aos 23 anos, concluía o curso de graduação em Serviço Social e fazia estágio, além de seu emprego como agente do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase). Nos reunimos em seu horário de almoço e conversamos ao longo de cerca de uma hora. Calazans não vivia mais no Complexo do Alemão, mas no entorno<sup>176</sup>, no bairro da Penha. Na infância morou com a mãe em terreno de uma igreja evangélica, onde ela trabalhava e que frequentava. Seus pais ainda eram casados. Tinha uma irmã mais velha, que cursou Pedagogia em uma faculdade particular, no momento da entrevista, era caixa de supermercado. Na época da entrevista era solteiro, não tinha filhos e vivia com seus pais.

Antes disso, no entanto, há um outro marco que destacou em sua trajetória: a morte de um rapaz que considerava primo-irmão assassinado pela polícia dentro da casa de pessoa que cuidava deles e que considerava uma avó (“porque era uma tia do meu pai que cuidava da gente”). Aconteceu em 2007 (nesse episódio ele contou que 44 pessoas foram mortas pela polícia no Complexo). O rapaz era “envolvido” com o tráfico e uma “referência” pra ele. Calazans era adolescente e ele e a “avó” estava presente no momento da morte: “ele (*o policial que matou o rapaz*) mandou todo mundo olhar pra parede e assassinou o moleque”. Além de presenciar o assassinato de uma pessoa muito próxima, naquele ano ele contou que “via os carrinhos vindo com os corpos”. Foi a partir do episódio, que ficou conhecido como Chacina do Pan” que conheceu Alan (“que começava a fazer esse trabalho junto com as famílias”) e o deputado estadual Marcelo Freixo (do Psol, que tinha sido eleito em 2006). A exacerbação da violência da polícia através de uma chacina é um marcador de sua trajetória e da aproximação de pessoas engajadas na militância política. Esse episódio relacionou-se também em sua narrativa ao trabalho “humilhante” da mãe, limpando chão (“enquanto as criancinhas tacavam guaraná no chão”), “se fodendo por minha causa” e à decisão de “tomar um jeito na vida” e “botar a cara nos estudos”.

Estudou o ensino fundamental em uma escola particular da região com bolsa de

<sup>176</sup> Silva (2016) chama a atenção para a “ambiguidade da noção corrente de 'entorno' (...) através do qual os jovens nomeiam a área de 'sua' favela, compreendendo não apenas o território 'oficial' desta, mas também a parte 'favelizada' do bairro em que se situa”. (SILVA, 2016, p. 338, nota 22). No caso aqui analisado, percebi a noção associada não apenas a área 'favelizada’ do bairro em que se situa. O Complexo do Alemão, como foi dito tem uma extensão enorme, sendo ele próprio um bairro formalmente, limítrofe com outros bairros da zona norte. Sendo assim, o “entorno”, a depender do interlocutor e do contexto podia ser o que Silva descreve, mas também os outros bairros próximos por onde eles circulavam e, por vezes (ou em certos momentos da vida) passavam a residir sozinhos ou com suas famílias.

estudos. Mas contou que seu letramento foi feito antes através da Bíblia e de letras de músicas funk. Sua mãe pagou para ele um curso preparatório e ele fez seleção para escolas públicas no ensino médio, passando para o Colégio Pedro II. Ele contou que foi sempre “o mais fodido” nas escolas que frequentou: “(...) então eu sempre tive que fazer muito rápido a inclusão social, sabe? (...) É, eu poderia sumir, mas acho que isso seria pior, então eu tinha que entrar, discutir, debater, participar...”. O ingresso no ensino médio em escolas públicas de excelência (primeiro o Pedro II e, depois, a escola técnica da Fiocruz para onde passou no ano seguinte por ter sido um sonho) foi apontado por ele como importante momento de politização. No ano que passou no Pedro II foi representante de turma e participou do grêmio estudantil. Na Fiocruz, fez referência às aulas de sociologia por ser, segundo ele, um “colégio marxista”. E, mesmo no colégio da Fiocruz contou ter vivido as “contradições” de estudar numa escola ao lado de Manguinhos (conjunto de favelas na zona norte da cidade) mas onde, “de fodido”, só havia ele e um outro rapaz. Nesse período, ele relata um investimento de uma certa literatura marxista para debater com professores(as) brancos, de classe média, que o acolheram. É também nesse período que reconstrói seu vínculo com o funk e com a favela, segundo, ele já por volta de 2010.

Ao organizar uma atividade na escola procura na Internet um(a) pesquisador(a) que pudesse falar sobre funk e cultura popular e chega ao nome da historiadora e antropóloga Adriana Facina. A partir desse primeiro convite, aproximam-se. Naquele momento, ela está envolvida com a criação de uma associação de funkeiros (funk foi tema de seu pós-doutorado) e o convida para o primeiro encontro que acontece em sua casa. Assim, fica conhecendo pessoas ligadas ao movimento de favela e funk de fora do Alemão, que escreviam letras com críticas sociais fortes. A partir daí, seu engajamento voltou-se ainda mais para o movimento funk e para a favela, o Complexo do Alemão.

O ano de 2010, e a “ocupação do Alemão” por militares e pela polícia foi outro marco importante para Raphael ao narrar sua trajetória. Ele tinha acabado de se formar no ensino médio. Naquele momento ele diz que “(...) já (es)tava muito engajado no movimento de Manguinhos, no movimento da Apafunk, movimento do Fórum de Juventude, no Fórum de Saúde de Manguinhos. E eu (es)tava começando a voltar, sabe, largando o movimento estudantil, largando o prazer de estudar pra me tornar um pesquisador, pra ser um intelectual”. Ele se recordou de ver vários ônibus queimados, tanque de guerra entrando no (Complexo) da Penha, vizinho ao Complexo do Alemão, helicópteros sobrevoando o lugar e se questiona sobre suas escolhas nos três anos anteriores, quando, no lugar onde morava, ele voltava a

viver o terror dos tiroteios, vendo mais gente morrer. Entre seus questionamentos estiveram o que adiantava ser amigo de intelectuais de esquerda, de pessoas engajadas, participando de movimentos enquanto tinha “gente morrendo aqui dentro”: Aquele dia foi um dia (...) mexeu muito comigo, né, e também foi um ano emblemático quando surgiram os vários movimentos sociais tanto no Alemão, quanto pra fora dele, (...) foi quando eu bati no Raízes e falei: Porra, Alan, lembra de mim? A gente se conheceu e eu, pô, quero... Não tem parede pra pintar no Raízes, não? Eu tenho que voltar pro Alemão, né? E, aí, tava o projeto Adubando Raízes Locais (...) E eu voltei pro Raízes, né?”. A construção de seu engajamento militante a partir do lugar se deu nesse contexto e a partir daí participou de projetos sociais (como o citado por ele e realizado pelo Raízes naquele momento, que envolvia jovens universitários e ações em escolas da localidade), mas também outras experiências em ONGs como o AfroReggae e a Agência de Redes para a Juventude, que a partir daquele momento (a “pacificação”) passaram a desenvolver atividades lá dentro. Essas experiências, com organizações de fora, foram marcadas por frustrações. No AfroReggae, por exemplo, ouviu que seu discurso através do funk não combinava com o discurso da instituição de “paz”. Na Agência de Redes desenvolveu um projeto voltado para os “moleques” que ficavam nos becos. A partir daí seu a ênfase de seu engajamento militante para a ser na relação com o lugar, na promoção da cultura funk no local, no vínculo que constituiu com o Raízes e seus integrantes e, alguns anos depois, com o coletivo que passa a integrar o Papo Reto (ele também participou da organização do evento #OcupaAlemãoÀs9h onde cantou seus funks e se apresentaram meninos que dançavam passinho, mobilizados por ele). Seguiu, no entanto, seus estudos. Passou para História e Serviço Social na UFRJ. Sua opção pelo segundo curso, que concluiu em 2016, deu-se pela maior identificação com as pessoas que ali estavam: “Aí que eu vi muito cara parecido comigo, negão que morava lá em Japeri, que vinha pra cá, trabalhador, aí eu falei assim: pô, vou ficar aqui mesmo (...) Aí acabei seguindo assim, realmente Serviço Social é a minha”.

Renata e Ananda Trajano são mãe e filha e integravam o coletivo Papo Reto. Renata uma mulher negra, cabelos lisos, bonita e que dizia o que pensava (e era também por isso conhecida); Ananda, uma moça também muito bonita, morena, longos cabelos cacheados. À época da entrevista (2015), Renata tinha 35 anos e Ananda, 15 anos. Elas moravam juntas, só as duas, mas próximas a outros familiares na Matinha, uma das favelas do Complexo. Sua casa era um dos principais pontos de encontros e reuniões do coletivo. A entrevista com Renata aconteceu em sua casa. Quando a entrevistei, já nos conhecíamos a um certo tempo

devido a minha presença em atividades do coletivo e de outras ações coletivas locais como aquelas organizadas pelo Raízes, do qual ela era próxima, tendo trabalhado em projetos de lá. Elas também era presença frequente em manifestações, atividades culturais e outras atividades promovidas pelo Raízes e outros movimentos locais.

No momento em que entrevistava Renata, Ananda estava na escola, de onde chegou uniformizada quando estávamos no final da conversa. Em outros encontros menos formais, Renata falava com orgulho na postura de sua filha na escola, questionando professores e falando da importância, por exemplo, das mobilizações de professores e alunos pela educação pública (em episódios de greves de professores entre os anos de 2013 e 2014). Além de encontrar Ananda em mobilizações realizadas nas favelas e de sua participação nas ações do coletivo, estive com ela também algumas vezes nos encontros de um projeto social que acompanhei durante um curto período de tempo em 2014<sup>177</sup>. Renata era próxima de amigas e amigos da filha, alguns considerados por ela como “filhos” (o que pude perceber por suas postagens nas redes sociais).

A família de Renata e Ananda não era originalmente do Complexo do Alemão, mas do Salgueiro, favela situada em outra região da zona norte da cidade<sup>178</sup>. No Salgueiro, Renata vivia com a mãe, os sete irmãos e irmãs. Sua mãe era “doméstica” e seu pai trabalhava na Comlurb. Seus pais eram separados.

Sairam do Salgueiro após alguns irmãos se envolverem com o tráfico de drogas. Foram morar na Baixada Fluminense, onde contou que um de seus irmãos foi “exterminado”. Viveram lá entre 1989 e 1994. No momento da entrevista já vivia no Alemão há 21 anos. Haviam escolhido o Complexo através de um amigo de sua irmã: “A minha irmã congregava aqui, que ela é evangélica e ela já vinha aqui em Inhaúma várias vezes e, aí, um amigo falou: ‘Ah, lá tá vendendo várias casas lá e tal (...) aí viemos ver, ela gostou, até porque na época meu irmão tinha sido assassinado e aí ela não queria ficar na Baixada mais’”. Assim como em outras entrevistas que realizei, a morte de pessoas próximas assassinadas foi um marcador temporal na narrativa de Renata. Ela lembrava-se de estar na sétima série quando seu irmão morreu, por exemplo. Estudou até aquele momento na Baixada e concluiu o ensino fundamental em escola pública em Inhaúma. Depois disso fez “Normal”, ou seja, formação para tornar-se professora no ensino médio. A mãe nunca deixou que ela e os irmãos parassem

---

<sup>177</sup> Refiro-me ao projeto Turista Aprendiz, ligado à secretaria de estado de cultura e ao programa Favela Criativa, assim como o Agente Jovem de Cultura, analisado no Capítulo 3.

<sup>178</sup> Enquanto o Complexo do Alemão é um bairro da região da Leopoldina, o Salgueiro é uma favela situada na Tijuca, próximo à Praça Saens Pena, parte nobre do bairro da Tijuca, um bairro tradicional de classe média.

de estudar para trabalhar. Após a conclusão do ensino médio, trabalhou por três anos em uma creche comunitária em uma das favelas do Complexo (onde conheceu Lucia Cabral) e depois em uma escola na Tijuca. Teve outros empregos antes de depois, trabalhou como vendedora em lojas e como secretária em um consultório pediátrico, por exemplo.

Assim como Lucia, ela também trabalhou no Adolescentro (projeto para adolescentes vinculado à ONG Cedaps) como “monitora dos dinamizadores”: “Eu coordenava o grupo com as atividades, com relatórios. (...) Na verdade, aí recebia a bolsa e tal, mas fiquei, fiquei no Cedaps, depois fiz uns outros cursos”. Depois do Cedaps, trabalhou no projeto Balcão de Direitos ligado a outra ONG, o Iser<sup>179</sup>. Esse foi o momento de criação do Educap, da qual participou junto com Lucia, e o Balcão de Direitos ficou vinculado à organização por um tempo. Ela conta que nessa época ainda trabalhava no consultório e o vínculo com o Educap, ainda inicial, era voluntário: “Aí, eu ia lá (*ao Educap*), eu ia de manhã ajudar a limpar lá a obra, e a Lucia vinha à tarde, né, pra acompanhar o pessoal”.

No Iser também trabalhou com “assistência de vítimas” em um projeto: “Aí eu fiquei mais um tempo, mas foi um trabalho doloroso, entende? Mães sofreram muito, as irmãs e, aí tinha confusão porque o valor da indenização um concordava, outro não concordava”. Depois disso, trabalhou também em outras ONG, o Promundo<sup>180</sup>, indicada por uma jornalista que havia conhecido no Cedaps. Ficou lá até a finalização do projeto. Trabalhou também (com outras pessoas que conheci como Raul e Alan) com a pesquisadora Marize Cunha em uma pesquisa da Fiocruz: “ajudei tudo na articulação de campo; pesquisa, identificação...”. No momento da entrevista, Renata estava desempregada.

Assim como outras pessoas do coletivo (Calazans, por exemplo) chegou a se envolver com campanhas políticas, mas especificamente de candidatos ligados ao Psol, como Marcelo Freixo e Mc Leonardo. Ela conhecia Freixo desde 2007: “(...) porque em 2007 a minha casa foi invadida pela polícia, aí eles quebraram tudo, esculhambaram a gente”. Renata nunca chegou a se filiar, mas era próxima ao mandato e, sobretudo, à Comissão de Direitos Humanos da Alerj, coordenada por ele. Essa aproximação em 2007, fez com que ela e Lucia tenham sido protagonista de um documentário ligado a seu mandato: o “Elas da Favela”

<sup>179</sup> Em sua narrativa Renata ao ser perguntada por mim se ela trabalhava no Cedaps ou no Iser sua resposta é negativa, “eu trabalhava no Alemão”. Esse sentido marca uma diferenciação da localização física, espacial dessas organizações que são “de fora” enquanto o seu trabalho era “dentro”.

<sup>180</sup> De acordo com informações disponíveis em seu site: “Promundo é uma organização não governamental que atua em diversos países do mundo buscando promover a igualdade de gênero e a prevenção da violência com foco no envolvimento de homens e mulheres na transformação de masculinidades”. Uma de suas sedes localizava-se no Rio de Janeiro. <http://promundo.org.br/sobre-o-promundo/>

(2012)<sup>181</sup>.

Desentendimentos com Lucia a levaram a se desligar do Educap logo após conseguirem o espaço em que estavam no momento de minha pesquisa e seus primeiros financiamentos. Renata se percebia como “mediadora de conflitos” (expressão muito usada por algumas ONGs, como Iser e Viva Rio). Ela explica esse papel (que também tem no coletivo) nos seguintes termos:

Você conversa com um lado, conversa com o outro lado, até que alguém, até que ambos cedam. Se essa mediação, essa conciliação não rolar, aí a pessoa... Mas, na favela muitos apelavam pro tráfico, né, não apelava pela justiça e aí, às vezes, você faz uma mediação com o tráfico por uma vida. (...) Eu gosto, gostava não, eu gosto. (Eu: Por que você continua fazendo...) Continuo fazendo como Coletivo. No Coletivo, ali, quem menos fala de tecnologia sou eu. Eu falo mais em direito e eu até uso o telefone pra gravar um vídeo, tirar uma foto. Em tecnologia, a que menos mexe sou eu. Se mandar eu fazer dez mediações num dia como Coletivo, eu vou fazer (Entrevista com Renata Trajano, 2015).

Renata referiu-se a si mesmo (ou evocando o que pensam dela) ao longo da entrevista como "grosseira", "não tinha papas na língua", "braba", "maluca" e também “muito curiosa”. E, apesar dessas características, era uma pessoa capaz de realizar o papel descrito acima (de mediadora) e também de construir e manter fortes vínculos com amigos e pessoas do Complexo. Ela era muito próxima aos demais membros do coletivo, referindo-se a eles com muito carinho e fazendo postagens sobre sua amizade. Muitas vezes os(as) integrante referiam-se ao próprio coletivo como uma “família”. Em suas palavras, “às vezes a gente briga, mas a gente se ama”.

Apesar de seu temperamento crítico e forte, Renata não falava com frequência em público. O mesmo valia para sua filha, Ananda. Elas e Lana costumavam ficar mais nos bastidores das atividades públicas, organizando, mobilizando, mediando conflitos e, no caso de Lana, filmando e editando. Renata disse inúmeras vezes ter pouca paciência para reuniões que encarava com desconfiança, já que raramente “davam em alguma coisa”. No entanto, e mesmo dizendo ser a que menos lida com tecnologia no Papo Reto, estava constantemente na Internet, sobretudo no Whatsapp, fazendo circular informações e mantendo contato com os outros integrantes e moradores do lugar.

Thainã Medeiros foi meu primeiro entrevistado em meu trabalho de campo para o

<sup>181</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=Re8DQ0t1BbA>

doutorado em outubro de 2014. Ele tinha 31 anos. Já o conhecia desde 2013 quando comecei a acompanhar algumas atividades do Ocupa Alemão. Thainã é um rapaz branco, alto, bem magro que em geral veste-se com roupas diferentes de uma boa parte de meus outros interlocutores. Sua aparência lhe rendeu o apelido de “gringo” entre os mais próximos, pois a primeira vista pode facilmente ser confundido ali com alguém de fora, até de fora do país. Ele é uma pessoa extremamente simpática e receptiva, com um humor aguçado e mordaz. Nos demos muito bem e Thainã foi um dos meus principais interlocutores no campo. Quando o conheci, ainda na época do Ocupa Alemão, ele havia concluído a graduação em Museologia na Uni-Rio e trabalhava na Agência de Redes para a Juventude. Foi através desse projeto que conheceu algumas das pessoas que organizaram o evento #OcupaAlemãoÀs9h<sup>182</sup>. A partir daí foi se aproximando e acabou se tornando um dos criadores do coletivo de mesmo nome. Deixou o coletivo em 2014 por “divergências ideológicas” com outros integrantes, mas manteve laços de amizade com eles.

A entrevista de Thainã aconteceu na casa de sua família, na Penha, bairro próximo ao Complexo do Alemão. Thainã já havia saído da casa de seus pais onde ele e a irmã mais nova nasceram e cresceram e também seu pai (uma casa grande, de dois andares, de sua família há gerações), mas naquele momento havia retornado após sofrer um grave acidente (foi atropelado por um ônibus após um assalto à noite na região da Carioca, Centro do Rio, quando voltava pra casa após encontrar amigos para beber na Lapa). Me recebeu em seu quarto. Sua mãe e sua irmã estavam em casa. Seu pai chegou enquanto conversávamos (a entrevista teve cerca de duas horas) e veio cumprimentá-lo. Depois da entrevista, saiu de casa comigo, ia encontrar pessoas de um movimento cultural que estava começando a se organizar no Complexo da Penha.

Thainã estudou toda a vida em escolas públicas, tendo cursado o Ensino Médio Técnico no Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet). Foram de lá suas primeiras memórias de engajamento com o movimento secundarista. Ele fez parte do grêmio e ajudava na organização de atividades políticas e culturais. Do Ensino Médio foi direto para a graduação em uma universidade pública federal que, na época da entrevista, já havia concluído. Durante o período de meu trabalho de campo, pensou algumas vezes em fazer mestrado na área de Cultura e Território (o mesmo cursado por Thamyra na UFF). Pretendia estudar o funk proibidão, modalidade do gênero que toca em temas que não são considerados legítimos ou mesmo lícitos como sexo e criminalidade (além do fato do gênero musical funk

---

<sup>182</sup> Para mais informações sobre o evento Ocupa Alemão, ver Capítulo 1.

não ser considerado por muitos como “cultura”<sup>183</sup>).

Thainã é um rapaz simpático, comunicativo e com muitas ideias. Começou a trabalhar depois de ter ingressado na universidade (decisão que não foi apoiada pelos pais que acreditavam que ele não devia continuar estudando, mas apenas trabalhar). Foi bolsista de extensão, estagiou em museus e iniciou sua carreira em projetos sociais no Observatório de Favelas, do qual tomou conhecimento pela Internet. No projeto em que trabalhou (o Solos Culturais) teve contato com pessoas do Alemão e da Penha. Foi lá que tomou conhecimento da seleção na Agência de Redes para Juventudes, para a vaga "universitário", seu trabalho seguinte: "E aí lá dentro da Agência teve um envolvimento maior mesmo com juventude e, não só com as coisas que ela falava, mas quando você (es)tá perto da pessoa, você vê que aquele moleque que não quer fazer nada, que é geralmente marginalizado, pô, aquele moleque é genial". Thainã seguiu trabalhando em iniciativas do gênero e com jovens.

Ainda durante meu trabalho de campo, mas meses após a entrevista, Thainã fez seleção para o trabalho de instrutor para projeto Agente Jovem Cultural (coordenado pelo Cieds e analisado no terceiro capítulo). Não ficou até a conclusão da iniciativa nos territórios (ele era o responsável pelos encontros no Complexo da Penha). Participou de outro processo de seleção para uma organização não governamental: a Meu Rio<sup>184</sup>, que trabalhava com campanhas de causas públicas ligadas a questões urbanas (incluindo segurança pública e remoções, por exemplo com intensa utilização de plataformas virtuais e redes sociais da Internet. A instituição, naquele momento formada em sua maioria por pessoas jovens de classe média, buscava pessoas de favelas para a sua equipe. Thainã foi selecionado. Importante pontuar, no entanto, que não se trata de uma ONG com projetos para jovens. Sua forma de atuação é bastante distinta dessas primeiras, trabalhando mais com incidência pública em políticas públicas urbanas.

Há, na trajetória de Thainã, mais dois aspectos que gostaria de destacar aqui. O primeiro deles é o evento de fortes chuvas na cidade (anterior às de 2013) que fez com que a casa de familiares desabasse e acabou sendo a primeira mobilização feita por ele através da Internet. Foi a primeira vez que identificou o uso das redes sociais para tocar nesse tipo de assunto e conta que sua postagem foi muito compartilhada e que “muita gente ofereceu ajuda”. O segundo aspecto a ser destacado é a relação dele com a capoeira. Thainã começou a

---

<sup>183</sup> Sobre a criminalização do funk, especialmente o gênero “proibidão”, ver FACINA, Adriana. “Quem tem medo de proibidão?” In: FACINA, Adriana. BATISTA, Carlos Bruce. (org.) Tamborzão: olhares sobre a criminalização do funk. Criminologia de cordel 2. Rio de Janeiro: Revan, 2013. p. 51-71.

<sup>184</sup> Para mais informações ver [www.meurio.org.br](http://www.meurio.org.br).

praticar capoeira no final da adolescência e ficou muito próximo ao Mestre Dentinho que mobilizava um grupo de pessoas em torno da capoeira na Penha onde ele morava. Mesmo após sua morte, ele contou ter mantido seu vínculo com essa prática cultural. Ele havia tido com esse mestre a ideia de criar um museu da capoeira, que ao menos no momento da entrevista, continuava cultivando como um de seus projetos para o futuro. Foram o engajamento com o Complexo do Alemão e a capoeira que aproximaram Thainã e Charli Livengston (ou Charli Piu Piu, nome de batismo na capoeira). E foi através dele que a conheci, na primeira atividade cultural organizada pelo coletivo Papo Reto na favela da Matinha, Complexo do Alemão.

Charli é uma moça branca, loira, olhos azuis, pequena, magra e muito bonita. Ela é inglesa. Falava bem o português com um certo sotaque. É simpática, mas também reservada e muito séria quando o assunto é militância. Quando a conheci, tinha 29 anos, fazia trabalho de campo e morava no Complexo do Alemão, na mesma rua de Thamyra. Já havia ouvido falado dela por Thamyra, que algumas vezes me disse que eu precisava conhecê-la. Fomos então apresentadas por Thainã nessa tarde ensolarada de setembro de 2014 em um largo da Matinha onde, quando cheguei com Adriana Facina<sup>185</sup>, Renata, Thainã, Calazans e outras pessoas arrumavam o espaço para o evento. Eu, ela e Thainã passamos um longo período conversando e depois apenas nós duas. Tínhamos interesses próximos de pesquisa. Ela pretendia pesquisar a relação entre jovens e pacificação. Nesse primeiro dia conversamos muito e ela me contou um pouco de sua vida. Ela havia morado em Cuba e na Nicarágua quando mais jovem e desenvolvido trabalho com jovens. Já havia também vivido um período no Brasil anos antes, também em uma favela, mas no Complexo da Maré. E era também muito envolvida com capoeira participando regularmente de atividades do grupo do qual participava na zona sul da cidade. Na conversa, em seu modo de falar e de agir, notava-se que era uma pessoa extremamente crítica e engajada, o que se confirmou em nossos muitos encontros ao longo do trabalho de campo.

Charli havia sido apresentada a Thainã por uma amiga jornalista americana que também o conhecia. Quando chegou ao Brasil em 2014 para realizar sua pesquisa de campo, ainda não sabia em que favela trabalhar. Foi, segundo ela, a receptividade e abertura de Thainã que a fez

---

<sup>185</sup> Eu, Adriana Facina (UFRJ), Marize Cunha (FIOCRUZ), Eugênia Motta (então UFRJ), Rute Imagoshi (Ipea) e outros(as) pesquisadores(as) fazíamos ou havíamos feito pesquisa no Complexo do Alemão e participávamos com frequência de atividades que envolviam moradores e pesquisadores convocadas pelos Raízes de Movimento. Muitas de nós, tínhamos relações próximas com algumas pessoas de coletivos, organizações e grupos locais além do Raízes e por vezes íamos juntas a suas atividades. Para uma discussão sobre pesquisa e engajamento, ver Capítulo 6.

optar pelo Alemão. Ela começou a acompanhá-lo em diversas atividades de trabalho, lazer e militância. Assim, conheceu o Ocupa Alemão, do qual ainda era parte e se aproximou do grupo que estava, naquele momento, formando o coletivo Papo Reto. Charli contou que sua intenção inicial não era pesquisas movimentos sociais ou fazer parte do coletivo. Mas, na medida em que foi conhecendo as pessoas, comparecendo aos eventos, manifestações e outras atividades foi se interessando mais por aquele universo.

Quando o Papo Reto se formalizou ela já conhecia outros integrantes além de Thainã e continuou a frequentar as atividades do grupo. Em algumas atividades, como aquela em que a conheci na Matinha, ela chegava cedo para ajudar na arrumação das coisas e ficava até o final ajudando também na limpeza. Nesse momento, já estava decidida a realizar seu trabalho de campo no Alemão e entre os meses de junho e julho daquele ano, mudou-se para lá. Um mês depois do evento, em outubro de 2014, ao final de um encontro do Vamos Desenrolar, foi por eles convidada para integrar o coletivo. Ela disse que falaram que ela “parecia gente boa” e, portanto, “fazia sentido estar junto”. Ela conta que Thainã e, depois, outras pessoas do coletivo a “aceitaram como uma pessoa, como Charli e não como uma pessoa de fora”.

Ela era chamada por Calazans, Renata e outros integrantes de “gringa favelada” ou “a gringa mais favelada que conheci”. Participava de muitas ações do grupo, incluindo aquelas com alto grau de risco e perigo, como manifestações em que a reação da polícia pode ser violenta ou acompanhar casos de violência denunciados por moradores durante incursões policiais no Complexo. Charli era vista pelos demais integrantes como alguém que construiu uma forte conexão com a favela, que se engajou em causas por eles reconhecidas e também como alguém com coragem, como dito, valor central para o coletivo assim como outros grupos e movimentos sociais que conheci.

Outras pessoas faziam ou haviam feito parte do coletivo, entre elas Betinho Casas Novas (que era também do Voz da Comunidade e participou do grupo de pessoas que formou o Papo Reto, mas se desligou em pouco tempo); Alex Leko, muito próximo a Raul, mas que também saiu do grupo; Lana, cuja trajetória foi analisada no segundo capítulo e Carlos Coutinho (ou Carlos Cout ou apenas Coutinho ou Cout), que tinha o papel de fotógrafo dentro do grupo. Apesar de não ter entrevistado Coutinho, encontrei com eles em diversos momentos ao longo de minha pesquisa. Um rapaz moreno, de óculos, sempre bem vestido, muito educado e simpático, Coutinho costumava vestir um colete (a prova de balas onde se lia “imprensa”) nas manifestações em que o encontrei e carregava sempre uma grande máquina fotográfica profissional. Coutinho estava sempre disposto a registrar com sua câmera

manifestações no Alemão e em outras favelas (encontrei com ele, e com alguns outros integrantes do coletivo, como Charli, em ao menos duas manifestações na Maré). A coragem e a disposição para correr riscos era também uma marca sua.

Na mesa do bar, entre uma cerveja e outra, ele contava situações diversas de perigo, ameaça e enfrentamento com a polícia sempre em detalhes, mas sem deixar de ser bem humorado. Quando o conheci, Carlos Cout já era casado com a irmã de David Amen e era muito próximo de David, Alan e do Raízes. Estava frequentemente presente de atividades convocadas pela instituição. Suas fotos circulavam pelas redes sociais virtuais, sobretudo através da página do Papo Reto. Não apenas fotos de denúncia e manifestações, mas fotos de atividades culturais no local, de moradores, de vistas a partir de diferentes ângulos da favela do Alemão (uma característica encontrada entre vários fotógrafos de lá que conheci). Além disso, Coutinho também produzia alguns memes do grupo e artes a partir de fotos por ele tiradas. Ele tinha um trabalho fixo remunerado em uma casa de câmbio que nada tinha a ver com seu engajamento. Entre as pessoas do Raízes e do Papo Reto o via sempre falante, crítico e bem humorado. Aquelas pessoas eram amigos pessoais, vizinhos e familiares. E também compartilhavam uma série de valores e modos de ver o mundo questionando as políticas que chegavam ao Complexo do Alemão e criando estratégias para exigirem seus direitos.

Pode-se afirmar, portanto, que há uma enorme variedade em termos de histórias de vida entre os integrantes do coletivo Papo Reto. As diferenças vão desde trajetórias escolares e profissionais, até socialização política e engajamento em causas comunitárias e de direitos humanos como demonstram as breves descrições acima realizadas. E também nas formas de construção de suas relações com a favela (de modo geral) e com o Complexo do Alemão especificamente. Aqui torna-se bastante evidente o quanto as noções nativas de dentro e de fora podem ser plásticas e flexíveis. Elas podiam incluir tanto pessoas que viviam em áreas próximas (caso de Thainã) ou que não eram “crias” (caso de Renata), mas até mesmo uma antropóloga inglesa que, naquele contexto, era percebida como de dentro. Não apenas por ter optado por ali morar, mas também pelo seu explícito e contínuo compromisso com questões do lugar relacionadas aos movimentos sociais locais e a seus moradores de modo mais amplo.

Todos reconheciam também que no Papo Reto a questão da comunicação, da mídia é central. A partir das chuvas se constitui um grupo de pessoas com “afinidade e até amizade mesmo”, como me contou um dos integrantes em entrevista. No entanto, parece que a “metodologia” utilizada também pode ser pensada como forma de conexão e formação de vínculo entre eles. Não se trata de fazer jornalismo ou uma comunicação informativa

inspirada na comunicação jornalística tradicional, mas de buscar construir um contraponto à grande mídia como consta na descrição de sua comunidade no Facebook. A construção da ideia da produção de informação “do favelado para a própria favela” é mediada, no caso deles (e de outros grupos locais), pelo uso da Internet, de variados recursos tecnológicos que até bem pouco tempo não (ou pouco) disponíveis para pessoas que vivem em favelas e pela utilização permanente nas redes sociais. Tais redes (como visto no Capítulo 4) contribuíam para adensar relações locais na medida em que criavam possibilidades de convergência entre pessoas, grupos e organizações que não faziam parte da dinâmica local mas que, ao permitir reconhecimento externo, também acabava por alterar as correlações de força entre atores internos. O favelado, a favela e o local também se faziam, nesse sentido, através de meios que possibilitavam, justamente, ultrapassar suas próprias fronteiras (geográficas e simbólicas).

### **Comunicação como modo de ação**

A comunicação era central para o Papo Reto que se apresentava em sua página do Facebook como “coletivo de comunicação independente”. No caso de alguns de seus integrantes, representava, inclusive, um importante investimento em termos educacionais nessa área fosse através da busca de conhecimento de forma autônoma (em cursos em ONGs e equipamentos públicos como a Praça do Conhecimento) ou mesmo pelo ingresso em curso superior na área como foi visto na análise da trajetória de Lana (Capítulo 2). Esse fato teve rebatimento na forma como eles, naquele momento e coletivamente, se organizaram enquanto grupo.

Uma questão importante, nesse sentido, é perceber como no relato de alguns participantes a criação do coletivo não está ligada, por exemplo, à colônia de férias que organizaram em janeiro após as mobilizações ligadas às chuvas no final do ano anterior, mas ao evento de origem (a organização dos abrigos nas chuvas do final de 2013) e à definição de elementos que passaram a conferir uma identidade, uma face pública àquilo que nomearam de coletivo.

Enquanto eu revia o material que tinha a respeito das chuvas no final de 2013 e o episódio narrado, me deparei com algumas imagens. Apesar de eu mesma não ter tirado fotos naquele dia, lembrava que, meses depois, um amigo e interlocutor tinha me marcado em uma delas em que eu aparecia na tal caçamba no carro com os rapazes quando seguimos o subprefeito até a Vila Olímpica. Lembrei dessa foto e fui procurá-la no Facebook e acabei

compartilhando como memória de trabalho de campo marcando<sup>186</sup> Thainã, que aparecia ao meu lado e Coutinho, imaginei ser o autor da mesma. Thainã, fez à imagem o seguinte comentário: “Nossa! Esse dia foi épico! Perseguimos o subprefeito que queria tirar as famílias dos abrigos. Neste dia surgia muita metodologia de comunicação para mobilização”. Fica evidente, por um lado, o quanto aquele dia foi marcante para os que lá estiveram; e, por outro, a maneira como percebeu o “dia épico” também: ali surgia “muita metodologia de comunicação para mobilização”. Ele trabalhou anos em projetos sociais para jovens que têm uma leitura de que as formas de atuação são metodologias e isso reaparece diversas vezes em conversas e falas públicas.

É, que foi quando a gente foi criando uma rede com outras pessoas que a gente não conhecia, foi percebendo certas metodologias que davam certo de divulgação e tudo mais, percebendo que a visibilidade agora era importante, e aí chegou um momento, a criação de símbolos, que eu tenho aqui, a criação de símbolos de identificação. A gente percebia quando isso... (Eu: a coisa do crachá, né?) Exatamente, fazia a diferença. Foi o Raul (*outro integrante*) que percebeu isso. E quando eu percebi, eu já estava dentro do chat (*recurso disponível para conversas privadas entre algumas pessoas*) com um monte de gente. (...) um monte de gente e o Raul querendo criar um crachá pra isso e tal e querendo um nome. (...) Aí eu falei Nós é Nós (*nome sugerido por alguém*) não, tem que ter comunicação, aí eu dei o nome Papo Reto, o que o pessoal acha? 'Papo Reto é legal' (Entrevista com Thainã Medeiros, 2014).

(...) aí, depois em março (*de 2014*) oficializou, vamos fazer uma página, vamos criar o grupo. (Eu: ...porque a galera já tava ajudando...) Já, já. (Eu: Você que tava mais a frente, né?) Sim, sim, mas aí já era e a gente já começou a monitorar o Alemão de madrugada, já começou a monitorar um montão de coisa, entendeu? (Eu: Mas, aí, monitorar como? Pelas redes?) Pelas redes e aí, em março, vamos montar, vamos criar um crachá, alguma coisa de identificação e tal e aí começou e daí foi". (Entrevista com Renata Trajano, 2015)

Havia, portanto, por um lado, a criação conjunta de uma forma de fazer, de uma *práxis* específica do Papo Reto que o distinguia de outras ações coletivas locais (ainda que com elas guarde muitas aproximações). As metodologias de divulgação que foram dando certo, a forma de “monitorar” o Alemão pelas redes sociais virtuais, a criação de um grupo no Facebook, a troca de informações via Whatsapp: todo esse repertório, esse modo de agir já estava sendo experimentado quando resolveram criar o coletivo. A criação do grupo, que na prática funcionava de certa maneira desde que começaram a se juntar, passa, nos relatos deles, pela

<sup>186</sup> A marcação é um recurso disponível no Facebook que obriga a pessoa a, ao menos, tomar conhecimento da postagem/ imagem em que foi marcada.

criação de uma identidade comum, o que parece acontecer de forma consciente e intencional.

Eles precisavam de um nome, mas não foi apenas o nome que concretizou a formação do coletivo. O que Thainã chamou de “a coisa da identificação, a criação de símbolos de identificação” (que ele diz “fazer diferença”) se deu de diversas maneiras. O uso de diferentes plataformas ligadas à Internet, caso do Whatsapp e mesmo das redes sociais (como Facebook e Twitter) foi anterior. E, como foi visto no relato de campo que abre este capítulo, já se revelava na articulação das pessoas engajadas e ações coletivas locais por conta da chuva. Naquele momento, por exemplo, houve a criação de uma página no Facebook chamada “Juntos pelo Alemão” onde buscavam centralizar as informações sobre o episódio, além de iniciar mobilizações para arrecadar doações, por exemplo, e organizar twitaços para dar visibilidade pública ao acontecimento. O “Juntos pelo Alemão” agregava diversas pessoas engajadas e ações coletivas locais em torno de uma causa comum. Naquele episódio, os desabrigados após as chuvas de dezembro de 2013.

No entanto, é a partir de março do ano seguinte que nomearam o grupo e optaram por ser um coletivo. Em abril criaram a comunidade do Papo Reto no Facebook e fizeram os crachás de identificação para os participantes. Em uma palestra em que alguns dos integrantes do coletivo apresentaram o trabalho desenvolvido por eles, falaram sobre o uso do Whatsapp e do uso de crachás de identificação. Inicialmente, o fato de morarem em diferentes partes do Complexo justificaria o uso constante do Whatsapp para troca de informações, os mantendo conectados com o que acontecia ali dentro do Complexo. No entanto, outra integrante relacionou tais estratégias a questões de segurança dos integrantes do coletivo e às constantes ameaças feitas pela polícia como revela o trecho a seguir:

...e a gente sofre muito hoje com as ameaças por conta do nosso poder público, é... os tiros são constantes, então a gente anda com crachá, e nem tem como não andar! (*por*) que a nossa ameaça é constante por conta da polícia porque a gente divulga tudo e todos (...) E aí a ideia do Whatsapp foi mais pra, tipo, “Você (*es*) tá aonde? Você (*es*) tá fazendo o que? Você (*es*) tá em segurança? Você (*es*) tá bem?”. Raul (*outro integrante*), a última viagem que ele fez, quando ele voltou a porta dele estava arrombada (Apresentação do coletivo Papo Reto em oficina de formação de gestores culturais no Sesc Tijuca em setembro de 2014).

O Papo Reto não foi o primeiro grupo local a criar um crachá de identificação para seus participantes. A primeira vez que notei essa forma de identificação dos integrantes foi entre pessoas do jornal Voz da Comunidade que usavam crachás em determinadas atividades

(outros grupos – e também iniciativas como projetos sociais, organizações locais e ONGs – costumavam utilizar camisas com a logomarca do grupo ou do projeto). Além de dar visibilidade às iniciativas, tal estratégia criava uma diferenciação dos participantes em relação aos demais moradores. Tornando-os mais visíveis sentiam-se mais protegidos, sobretudo em relação a possíveis conflitos com a polícia já que tais grupos faziam recorrentemente coberturas envolvendo má conduta policial.

Em uma postagem do coletivo Papo Reto de dezembro de 2014, duas fotos mostravam o crachá de um de seus integrantes totalmente amassado, quebrado ao meio e trazia consigo um relato contando que o rapaz havia sido abordado por dois policiais militares em uma das favelas do Complexo. Foi chamado pelo nome por policiais não identificados, jogado contra a parede ao não responder e mostrar o crachá do coletivo ao solicitarem identificação. Como resposta de um dos policiais ouviu: “Não falei que era ele. Vocês estão achando que são espertos. Estamos ligados em cada um de vocês”. Ele foi liberado em seguida e eles fizeram o relato do ocorrido – narrado em termos de “violações de direitos”<sup>187</sup> – em seguida na página do grupo no Facebook.

Ainda que possam parecer insuficientes para garantir a total segurança das pessoas engajadas em ações coletivas locais, o investimento na produção de estratégias de visibilidade e troca de informações ainda era tido como central para os grupos. A ideia era que, quanto mais visível fosse o ocorrido, menos risco de ameaças eles sofriam. Esse cálculo, no entanto, era feito a partir de cada episódio, situado no contexto de cada “violação” a ser publicamente denunciada. Mostrar explicitamente quem eram (através dos crachás) era um modo de tornar mais evidente para as 'autoridades', sobretudo policiais, que praticassem algum ato que julgassem inadequados seriam por eles denunciados, que, o que eles (policiais) fizessem seria de conhecimento público não só no Alemão (geograficamente inscrito), mas no Alemão que extrapola seu território através das redes de relações das pessoas engajadas.

Através da comunidade do Facebook se apresentaram publicamente, disseram quem eram os participantes do coletivo, definiam o tipo de atuação que teriam (texto de apresentação mais adiante). Mas também produziam progressivamente, ao longo do tempo e

---

<sup>187</sup> Mais uma vez, como lembra Vianna (2013), “A utilização de termos como 'buscar direitos' ou 'conhecer/ não conhecer os direitos', que aparecem em situações etnográficas distintas, fala-nos não somente do controle da legislação, mas desse aprendizado surgido das arriscadas e às vezes penosas interações com aqueles que ocupam de algum modo o lugar de 'autoridades'. (...) Os relatos em torno das experiências e sensações de desrespeito têm papel importante na cotidianização e subjetivação da própria ideia de direitos, estabelecendo, portanto, uma espécie de biografia não só do engajamento, mas da transformação profunda de cada um” (VIANNA, 2013, p. 25/26).

através de suas postagens, uma voz pública que passava também pela produção e disseminação de imagens e artes visuais que contribuíram para conferir uma identidade visual ao grupo. Desde o início da página do Facebook, por exemplo, criaram uma logomarca com o nome do coletivo em que “Papo Reto” era lido saindo de um megafone. Acima do nome Papo Reto, em letras menores, era possível ler “coletivo” e, abaixo, “comunicação independente”. Ambas dimensões (ser coletivo e fazer comunicação independente) apareciam recorrentemente quando se apresentavam e falavam de si.

A página do coletivo no Facebook contava em outubro de 2015 com mais de 15 mil curtidas (em julho de 2014, poucos meses após sua criação, eram cerca de 1.800). Ela foi criada em abril de 2014 apesar de, nas entrevistas, seus integrantes identificarem o início do coletivo um mês antes. Se autodescrevem da seguinte maneira:

O Papo Reto é um coletivo de comunicação independente composto por jovens moradores dos Complexos do Alemão e Penha. Tem como foco propagar notícias dentro do morro: eventos, protestos, reivindicações... E também atua como um canal que mostra a realidade da Favela, tendo forte importância na “mídia de guerrilha” em tempos de guerra e na provocação reflexiva do “até onde é verdade o que diz a grande mídia?”.

Muito do que acontece no território passa pelas lentes do Coletivo, que busca fazer uma cobertura diferente da mídia corporativa, ou seja, aqui se aplica o “do favelado para a própria favela”, resumindo: Nós por Nós.

Se apropriando de redes já existentes e ferramentas alternativas, o Papo Reto nasce em 2014, embalado pelos protestos no Complexo do Alemão e pela não aceitação da forma como essa “grande mídia”, Governo e Secretaria de Segurança criminalizavam movimentos sociais, principalmente os da favela, associando manifestantes com bandidos e manifestação na favela como ação de quadrilhas.

O Nós por Nós é um simples e forte esquema de segurança de ativistas e moradores em dias de guerra a partir do diálogo e troca de informações. Hoje o Coletivo mantém uma rede com moradores de todo o Complexo do Alemão e estão em contato uns com os outros 24h do dia.

Assim surge o veículo de Comunicação Independente Papo Reto, pondo em prática o Nós por Nós!

(Texto de apresentação do Papo Reto em sua página no Facebook, 2014)

A apresentação do coletivo no Facebook mobiliza uma série de dimensões ligadas à sua constituição. A ideia de que é realizado por jovens é enunciada explicitamente, ainda que haja uma enorme variação etária entre seus integrantes, como visto anteriormente. É a partir desse lugar – o de “jovens” - que falam. A “propagação” de informações “de dentro do morro” também é central. Ela é contraposta à “grande mídia”, tratava-se, para eles de uma “mídia de guerrilha” em tempos de “guerra” em que os meios de comunicação comerciais tinham papel

estratégico para a produção e consolidação de representações positivas com a chegada e manutenção da “pacificação” nas favelas. Sendo assim, em sua visão, apenas o favelado falando por si, acionando a ideia de “nós por nós”, que seria capaz de se contrapor a esse outro que é a imprensa comercial. No entanto, nessa apresentação, eles também se situam, não apenas em relação a um contexto local (a pacificação), mas também em relação à “criminalização” dos movimentos sociais, das manifestações dentro da favela. Buscavam, assim, desconstruir a associação entre “manifestantes com bandidos” e de “manifestação na favela como ação de quadrilhas”.

Explicam, a partir daí, o que compreendiam como “nós por nós”: “um simples e forte esquema de segurança de ativistas e moradores em dias de guerra a partir do diálogo e troca de informações”, ou seja, da comunicação. Não qualquer comunicação, mas uma comunicação mediada pelas tecnologias que mantinha uma “rede com comaradores de todo o Complexo” funcionando permanentemente. E, como já foi visto, a construção de uma independência é fundamental para que sejam capazes de mostrar “a realidade da Favela”.

O contexto de formação do grupo foi fortemente marcado pela criminalização crescente dos movimentos sociais (sobretudo a partir das manifestações de junho de 2013) e das organizações sociais e coletivos de favela. Para se ter uma ideia, meses depois da criação do Papo Reto, manifestantes que estiveram presentes a um ato no Complexo do Alemão foram acusados – na capa de um jornal de grande circulação no Rio de Janeiro – de serem pagos por traficantes para se manifestarem e, no mesmo período, primeiro semestre de 2014, um mototaxista (Caio Moraes) foi morto durante uma manifestação também no Complexo do Alemão. No segundo semestre de 2014, quando retomei meu trabalho de campo, na primeira atividade em que estivesse falava-se dos nomes de pessoas e organizações que constavam em um dossiê feito pela polícia sobre movimentos sociais. Descobri mais tarde que uma lista de presença de uma das atividades de um coletivo local havia sido usada para identificar grupos e pessoas a serem possivelmente indiciados. À criminalização crescente dos movimentos sociais soma-se, em contextos de favelas e bairros populares, a criminalização histórica desses setores da população (pobres, negros e moradores de áreas periféricas) que são obrigados a operar constantemente uma descontaminação moral para que tenham acesso à fala pública e para que essa fala não seja desqualificada. O coletivo Papo Reto, nesse contexto, e por ter em seu repertório de militância a denúncia de violações de direitos por parte da polícia era continuamente acusado de conivência com o tráfico de drogas (presencialmente e através das redes sociais e comentários em matérias jornalísticas sobre o grupo). Como será visto a seguir,

esse movimento de criminalização atingia não só as ações coletivas locais, mas também os moradores de favela como um todo. Em um evento crítico, o assassinato de um menino desarmado na porta de sua casa pela polícia, a produção da criminalização (assim como a atuação de pessoas e grupos engajados) fica ainda mais evidente.

### **Eduardo de Jesus: uma criança assassinada pela polícia**

Era quinta-feira da Semana Santa, feriado, dia 2 de abril de 2015. Naquele dia fiz pesquisa, mas fora do Alemão. Estive em uma atividade externa (no Centro do RJ) do projeto Formação de Agentes Jovens de Cultura. Em seguida, fui com meu filho a uma reunião na Candelária para se discutir estratégias para se barrar a redução da maioria penal que havia voltado à pauta na Câmara dos Deputados também como parte do trabalho de campo. Ninguém do Alemão estava lá, mas passei o dia sem Internet no celular. Nessa reunião, alguém contou que o “bicho (*es*)tava pegando” no Alemão, ou seja, que o clima por lá estava “tenso”, com intensos tiroteios, mas não sabia ao certo o que tinha acontecido.

Foi à noite, em casa, que tomei conhecimento do ocorrido. Mais pessoas haviam morrido naquele intervalo de tempo em que não estava online e no dia seguinte fiz a anotação abaixo em meu caderno de campo:

Não devia fazer etnografia disso. Mas é a morte desse menino de 10 anos na porta de sua casa, sem arma na mão, sem dúvida de sua inocência, mas que mesmo assim tentam incriminar sob a acusação de envolvimento (*com o tráfico*), divulgando fotos de outra criança de arma na mão como se fosse ele, é essa morte que pode mudar alguma coisa. É ela que amplifica a revolta pra fora da favela. É ela que gera comoção, que de um dia pra outro faz com que atores políticos de dentro e de fora marquem protestos, que faz com que uma hashtag relacionada ao Alemão fique entre as mais vistas e entre nos Trending Topics do Twitter, que faz com que Xico Sá (*jornalista conhecido, à época colunista do jornal impresso Folha de São Paulo*) escreva um artigo todo baseado nas informações do Voz da Comunidade. É essa morte e não outra.

Essa morte que não foi filmada, mas cujo corpo fotografado numa poça de sangue entra na minha TL (*timeline*) inúmeras vezes, mesmo em perfis de pessoas que usualmente não postam fotos de pessoas mortas. A imagem da mãe chorando enquanto segura a foto do filho morto em uma manifestação “pacífica” organizada ontem mesmo expressa a dor por menos uma vida (Trecho do diário de campo, 3 de abril de 2015).

O relato anterior resume o que aconteceu em um curto intervalo de tempo e os desdobramentos para mim inesperados do ocorrido. Para mim, a morte de Eduardo sintetizava

muita coisa que eu percebia na pesquisa há algum tempo: as mortes não valem a mesma coisa, não significam a mesma coisa e, nesse sistema de valores, as pessoas mais matáveis são os jovens pobres e negros, moradores de favelas e periferias. Em sua dissertação, Farias (2007) elabora a hipótese de que os favelados seriam uma “população matável”. Em suas palavras:

O “auto de resistência” e o “crime de associação ao tráfico” se encaixam numa espécie de retro-alimentação do processo que configura os moradores de favelas como uma população matável: os policiais que durante incursões executarem sumariamente moradores desses locais passam a ter certeza da sua impunidade e se torna ainda mais complicado para os favelados denunciarem este tipo de ação e reivindicarem seus direitos; afinal, protestos e manifestações podem resultar em enquadramento e prisão (FARIAS, 2007, p. 76).<sup>188</sup>

Como aponta Farias em sua dissertação de mestrado há formas de enquadrar a conduta de moradores de favelas que justificam seu assassinato pela polícia. Os autos de resistência são uma delas (assim como a prisão por desacato, citada anteriormente). Em janeiro de 2016, uma resolução conjunta do Conselho Superior de Polícia, órgão da Polícia Federal, e do Conselho Nacional dos Chefes da Polícia Civil aboliu o uso dos termos "auto de resistência" e "resistência seguida de morte" nos boletins de ocorrência e inquéritos policiais em todo o território nacional. De acordo com reportagem da Carta Capital (janeiro de 2016), “Os termos eram usados por policiais que matavam suspeitos alegando estarem se defendendo e, mesmo representando homicídios, costumam ser classificados separadamente nas estatísticas”<sup>189</sup>. Essa mudança aconteceu após ampla mobilização de muitos movimentos sociais, instituições e grupos ligados à pauta dos direitos humanos e especialistas em segurança pública sob o argumento de que o uso das expressões protegia policiais que cometiam propositalmente homicídios. Ela foi encarada por muitos com ceticismo. Na mesma reportagem especialistas do tema e representantes de organizações de direitos humanos expressam a insuficiência da medida. Julita Leumbruger (socióloga do Cesc e ex-diretora do sistema penitenciário do Rio de Janeiro), por exemplo, afirmava que as mudanças seriam “‘puramente cosméticas'. 'Com ou sem essa expressão, o Ministério Público e as polícias sempre tiveram a obrigação de investigar essas mortes, mas nada é feito'.

Desse cenário também faz parte o sentimento de insegurança e a ideia de que todas as

<sup>188</sup> Farias (2007) recorre a Cano (1997) que define os autos de resistência como “nomenclatura oficial que a polícia usa para definir as mortes e os ferimentos ocorridos em confronto, decorrentes da resistência à autoridade policial.”

<sup>189</sup> <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/fim-do-auto-de-resistencia-e-mudanca-cosmetica-dizem-especialistas>

peças que vivem em favelas e em periferias urbanas são potencialmente criminosos ou coniventes. Tais sentimento e ideia são reforçados cotidianamente por leis, modos de pensar e agir em determinados territórios e representações que circulam repetida e intensamente pelos meios de comunicação. São as peças classificadas como adolescentes e jovens, as mais fáceis de terem sua morte socialmente justificada porque elas ocupam, no imaginário social, quando são pobres, negros e/ou moradores de favelas, o lugar de “traficante”. Nas palavras de Silva (2008):

O sentimento generalizado de insegurança na cidade e a mentalidade que atribui aos moradores de favelas cumplicidade com os criminosos provoca uma delegação implícita aos policiais para atuar nesses territórios indo além do uso da “força comedida” que é sua função institucional, bem como uma reorientação das políticas sociais e das ações filantrópicas que passam a focalizar quase exclusivamente territórios e categorias tidos como 'vulneráveis’, isto é, “em risco” de aderir ao crime violento. Especialmente os moradores mais jovens são pensados e tratados nesses programas de intervenção como potencialmente criminosos (SILVA, 2008, p. 26).

De acordo com relatório da Anistia Internacional Brasil (2015), o Brasil era, naquele momento, o país com o maior número de homicídios no mundo (56 mil peças foram mortas só no ano de 2012). Em 2012, mais de 50% de todas as vítimas de homicídios tinham entre 15 e 29 anos e, destes, 77% eram negros. Entre os anos de 2010 e 2013, das 1.275 vítimas de homicídio devido à intervenção policial na cidade do Rio de Janeiro, quase todos eram homens (99,5%), 79% eram negros e 75% tinham entre 15 e 29 anos de idade. Os estereótipos negativos associados cotidianamente a jovens e negros que vivem em favelas e periferias contribuem para a reprodução e naturalização dessa (e outras) modalidade de violência. Apesar da quantidade de mortos por uma política de segurança que tem como matriz a “guerra às drogas”, essas mortes, em geral, não são investigadas, não mobilizam, não geram comoção ou repercussão pública.

Eduardo era, no entanto, uma criança. Essa condição e o contexto de sua morte reforçavam ainda mais o absurdo do ocorrido. Mesmo em uma sociedade que legitima a atuação violenta nesses lugares. Eduardo de Jesus Ferreira foi baleado na porta de sua casa, que ficava na região do Areal, na tarde do dia 2 de abril de 2015. Em matéria do portal de notícias G1 veiculada no mesmo dia, Terezinha Maria de Jesus, mãe do menino, diz não ter dúvida de que foi um policial militar do Batalhão de Choque que matou seu filho<sup>190</sup>. Revelou

<sup>190</sup>“A “guerra às drogas” para combater o comércio de drogas ilícitas, especialmente nas favelas, e a ausência de regras claras para o uso de veículos blindados e de armas pesadas em áreas urbanas densamente povoada se levam o risco de morte da população local. A Polícia tem justificado, recorrentemente, o uso de força letal

ainda que foi ameaçada por ele ao questioná-lo sobre o acontecido. De acordo com a matéria citada:

Eu marquei a cara dele. Eu nunca vou esquecer o rosto do PM que acabou com a minha vida. Quando eu corri para falar com ele, ele apontou a arma para mim. Eu falei ‘pode me matar, você já acabou com a minha vida’”, contou.

Terezinha disse que estava sentada na sala de casa, assistindo televisão quando viu o filho ser morto. “Ele estava sentado no sofá comigo. Foi questão de segundos. Ele saiu e sentou no batente da porta. Teve um estrondo e, quando olhei, parte do crânio do meu filho estava na sala e ele caído lá embaixo morto”, relembrou.

### **Sonho de ser bombeiro**

Revoltada e abalada, Terezinha, mãe de outros quatro filhos, repetiu reiteradas vezes o sonho de Eduardo: ser bombeiro.

“Tiraram o sonho do meu filho. Tiraram todas as chances dele. Eu fazia de tudo para ele ter um futuro bom. Aí vem a polícia e acaba com tudo”, lamentou. “Ele sempre falava que queria ser bombeiro. Ele estudava o dia inteiro, participava de projeto na escola, só tirava notas boas. Por que fizeram isso com meu filho?”, questionava sem parar.

### **Revolta na comunidade e homenagem**

Um vídeo postado na internet (veja na reportagem abaixo) mostra moradores revoltados com PMs, chamados de "covardes" e "assassinos". Eduardo de Jesus Ferreira é a quarta vítima de confrontos entre polícia e criminosos em 24 horas (Trecho de reportagem de Daniel Silveira publicada pelo portal de notícias G1 em 2 de abril de 2015<sup>191</sup>).

Como relatado em minha anotação de campo e na matéria acima, a morte de Eduardo aconteceu em um momento tenso na favela. Frequentando regularmente o Alemão desde 2013, após alguns meses de ausência, notei que a partir de 2015 a presença da polícia e os conflitos se modificaram e se intensificaram. Havia mais policiais armados nas ruas principais das favelas do Complexo – por onde eu costumava circular – e as informações sobre tiros, confrontos armados, baleados e mortos invadiam cotidianamente minha timeline do Facebook, sobretudo a partir das páginas de pessoas, grupos e coletivos de comunicação que atuavam então no local, fazendo reverberar para fora o clima de tensão e as situações de violência. Nas 24 horas que antecederam a morte de Eduardo, outras três pessoas já haviam

---

contra as pessoas alegando suspeitas de envolvimento das vítimas com grupos criminosos. Essas operações militarizadas de larga escala têm resultado em um alto índice de mortes nas mãos da Polícia” (Anistia Internacional Brasil, 2015, p. 5).

<sup>191</sup> <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/mae-de-morto-no-alemao-acusa-nunca-vou-esquecer-o-rosto-do-pm.html>

sido vitimadas e acontecia uma operação da polícia na favela.

As frases de Terezinha de Jesus, mãe de Eduardo, destacadas no trecho da matéria publicada pelo portal de notícias G1 dão a dimensão do ocorrido. Além de ao menos contextualizar a morte de Eduardo em um período em que outras pessoas foram mortas no Complexo do Alemão, mostra o desespero da mãe ao perder seu filho ainda criança e seu enfrentamento daqueles que o mataram, especialmente daquele que ela reconhece como assassino de Eduardo e que a ameaçou. A ameaça, no entanto, não surtiu efeito sobre ela. Perder o filho já foi perder a vida. Nesse cenário, conseguir punir seus algozes e (como veremos) restituir a condição de inocência à criança que foi assassinada tornou-se objetivo central. Para sua mãe, mas mobilizando também diferentes atores.

Nesse momento, destaco apenas que entre aquilo que Terezinha disse (e que foi selecionado para ser publicado) estão as informações de que o sonho do menino era ser bombeiro e os fatos de ser estudioso (“ele só estudava”) e frequentar “projeto” em sua escola. Essas informações seriam fundamentais na busca pela preservação de sua condição de inocência em um contexto social em que, como foi visto nas citações de Farias (2007) e Silva (2008) há algumas páginas, a morte de moradores de favelas pela polícia é constantemente justificada, presumindo a culpa da vítima que se concretizaria no imaginário social a partir de sua suposta relação com o comércio de drogas ilícitas à varejo na favela (o chamado tráfico de drogas).

Naquele período diversas pessoas engajadas do Alemão e ações coletivas locais publicavam nas redes sociais virtuais uma série de imagens e notícias sobre a violência em curso. No dia da morte de Eduardo, o coletivo Papo Reto publicou um vídeo em sua página do Facebook (que naquele momento contava com mais de 12 mil curtidas). O vídeo mostrava o momento seguinte àquele em que a moradora Elizabeth Moura Francisco havia sido baleada, onde algumas mulheres gritavam e choravam na rua. A pessoa (pela voz é possível identificar que se trata de uma mulher) que filmava também parece estar chorando e dizia diversas vezes “Ai, meu Deus”. No início não era possível entender muito bem o que estaria acontecendo. Em seguida, no entanto, observava-se dois homens, moradores, carregando um corpo até um carro branco e tentando colocá-lo no banco de trás do veículo. Estavam tentando levá-la para o hospital. O vídeo, com duração de pouco mais de 1min 30s, teve mais de 36 mil visualizações. Naquele dia, ele podia ser assistido na página do Facebook do Papo Reto acompanhado do seguinte texto:

Cansa! É triste d+ ver os seus sendo exterminados. É triste entender o abandono. É angustiante ver, ouvir, acreditar... Mais uma família destruída em nome do que os "poderosos" chamam de paz. Aqui não sabemos o que significa, mas se parar pra analisar, não quero essa paz não. É em nome dela que muitos estão indo embora...(Postagem página do Facebook do coletivo Papo Reto em abril de 2015).

Essa postagem, que recebeu mais de 440 curtidas e foi compartilhada 450 vezes, poderia sintetizar a repercussão do caso. O vídeo mostrava a tentativa de socorro prestada por vizinhos à Elizabeth de Moura Francisco, de 40 anos, baleada dentro de casa um dia antes da morte de Eduardo. Ela também morreu. Sua filha, adolescente, também baleada, sobreviveu. Os termos em que foi escrita a postagem que acompanhava o vídeo revela alguns aspectos comuns desse tipo de reação aos constantes assassinatos de moradores em favelas: o cansaço daqueles que lá vivem e acompanham cotidianamente essas mortes (que, em geral, tem pouca repercussão para além do lugar); a identificação com as pessoas mortas uma vez que todos compartilham o fato de serem moradores do lugar; e as críticas à política de segurança que trazia no nome a ideia de paz não concretizada no cotidiano de moradores.

Após essa postagem, que mostrou os momentos seguintes à morte de Elizabeth, a página do coletivo Papo Reto continuou informando sobre a situação de violência naquele dia. Falavam do caveirão, nome popular dado ao veículo blindado utilizado pelo BOPE – Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar em incursões dentro de favelas do Rio de Janeiro,<sup>192</sup> saindo da favela “na bala”, ou seja, alvejado por pessoas armadas ligadas ao tráfico de drogas; de momentos de tiroteio em pontos diversos das favelas do Complexo; compartilharam a reportagem videografada de A Nova Democracia<sup>193</sup> (veículo da imprensa alternativa engajada que se identificava como “imprensa popular, nacional, democrática e antiimperialista”), que mostrava a noite anterior (de 1º de abril) no Alemão. A reportagem foi feita pelo jornal em parceria com pessoas do Papo Reto. Nela, a pessoa (uma voz masculina jovem) que fazia a locução em off diz que foram lá a partir da informação de que quatro pessoas teriam sido mortas em menos de três horas. Textos de pessoas engajadas abordando a violência no Alemão, fotos de contêineres da polícia em chamas e de barricadas nas ruas do lugar, esse foi o contexto que antecedeu a morte de Eduardo.

A ele, o coletivo adicionou em sua timeline um trecho de um vídeo feito pelo grupo

<sup>192</sup> Semelhante a um tanque de guerra, todo pintado de preto, o nome pelo qual é conhecido faz referência ao símbolo de uma caveira com uma adaga encravada e garruchas douradas cruzadas (logotipo do BOPE) presente no veículo. A presença de tal veículo causa apreensão entre moradores de favela pois ele materializa a possibilidade concreta de enfrentamento armado entre policiais e pessoas do tráfico e mortes daí decorrentes.

<sup>193</sup> <http://anovademocracia.com.br/>

semanas antes, na ocasião da visita do então governador do estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, ao Complexo, quando se reuniu com pessoas ligadas a organizações locais, incluindo alguns coletivos. A ida do governador também esteve relacionada à violência no local e a um certo consenso sobre a ineficiência da política de pacificação do Alemão da maneira como estava se dando. No trecho escolhido pelo grupo, o governador fala:

Se tiver que vir aqui eu venho, não deixo de andar em lugar nenhum. Sempre que vocês precisarem, eu venho aqui. Respeito muito as lideranças comunitárias, os parlamentares que entraram comigo aqui, que me ajudaram a andar aqui e... o meu governo vai ser assim: eu não determino a um policial que mate, que atire, em lugar nenhum! Agora eu não tolero e não admito também que uma policial que venha pra cá trazer a paz receba um tiro que mate ela (Fala do governador do estado Luiz Fernando Pezão filmada por integrantes do coletivo Papo Reto em visita ao Complexo do Alemão, março de 2015).

Na postagem desse trecho do vídeo, eles incluíram o seguinte texto: “Fazem 12 dias que o governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, esteve no Complexo do Alemão. Na rápida oportunidade, lideranças locais fizeram importantes apontamentos sobre a situação atual da favela. Veja neste vídeo parte da resposta do Governador. Qual a sua opinião sobre a fala dele?”. Em seguida, faziam um chamado para um grande culto que aconteceria em uma das localidades do Complexo com a presença de atrações gospel (e que acabou sendo suspenso). O destaque à fala de Pezão feita durante uma reunião semanas antes é fundamental para a compreensão do contexto do assassinato de Eduardo.

Em primeiro lugar, a referida reunião foi a única em que fui impedida de participar. Essa proibição partiu de uma das assessoras do governador que, vendo-me com gravador, associou-me à imprensa. Mesmo dizendo que desligaria o aparelho, fui convidada a me retirar do espaço da reunião<sup>194</sup>. Aguardei do lado de fora com pessoas da imprensa, outros assessores e pessoas de movimentos sociais locais que não participaram. A reunião seria, inicialmente, com presidentes de associações de moradores. No entanto, pessoas de grupos, coletivos (como o Papo Reto) e perfis engajados tomaram conhecimento de sua vinda e ocuparam o espaço onde se realizaria a reunião antes da chegada do governador, forçando sua participação. Apesar de eu não ter podido gravar a atividade, momentos da reunião foram documentados por celulares e câmeras fotográficas e disponibilizadas nas redes sociais virtuais.

Em segundo lugar, a promessa de não violência da polícia feita pelo governador

<sup>194</sup> Para outras informações sobre a situação, ver Capítulo 6.

associava-se, de forma evidente, a um recado de não-tolerância à violência contra policiais (a policial a que ele se refere havia sido morta pouco tempo antes da visita em um momento de acirramento de conflitos entre pessoas do tráfico de drogas e a polícia). Nesse trecho, o governador buscava igualar os dois movimentos de violência posicionando a ação da polícia a uma resposta à ação do tráfico de drogas no local. Não havia, ali, diferenciação entre o lugar do Estado (lugar do “do uso da “força comedida” que é sua (*da polícia*) função institucional”, como apontou Silva, 2008) e o lugar de pessoas ligadas a atividades consideradas ilegais no lugar que fazem uso de armas de fogo. Ao mesmo tempo, a narrativa do governador reforçava a ideia de que seria a polícia aquela capaz de trazer a “paz” para a localidade. A violência contra a paz não seria tolerada. E seria respondida com violência.

A postagem seguinte feita pelo Papo Reto foi sobre a morte de Eduardo. O texto “Agora uma criança.. Criança sendo criança. Na favela não tem esquina. Nossas esquinas são os becos e vielas. 10 anos.. Qual foi o seu crime??? Mais um dos nossos no Chão.. Socorro!!!! Foto: internet” aparecia acima da foto do corpo do menino morto, caído no chão, ao lado de uma pequena escada, perto de um bueiro, cheio de sangue<sup>195</sup>. A postagem teve cerca de 1.500 curtidas e mais de 1.100 compartilhamentos naquele momento.

Em mais de 340 comentários, delineavam-se os contornos morais que entram em jogo quando morre alguém na favela. Alguém que chegou a gerar um foto, uma imagem que passou a circular dentro e fora dos limites geográficos e simbólicos daquele lugar. Os comentários apontavam em alguns sentidos. Pessoas marcavam outras pessoas para que tomassem conhecimento do ocorrido. Outras evocavam a religião de formas variadas, lamentando e pedindo conforto à família ou o fim dos conflitos armados. Houve, ainda, os que perguntassem quem foi morto, quando e onde exatamente aquilo havia acontecido. No entanto, uma parte significativa dos comentários tomava a direção da busca por culpados e do enquadramento da vítima entre eles.

As versões conflitantes sobre a origem do disparo que vitimou Eduardo começaram a circular quando seu corpo ainda estava no chão e a perícia não havia sido realizada. Enquanto uma parte dos comentários criticavam a ação da UPP e da polícia militar de forma geral no Alemão e nas favelas, endossando de alguma maneira a versão de Terezinha, mãe do menino, que contou que seu filho foi morto por um policial; outras pessoas comentavam (ou

---

<sup>195</sup> Há um vídeo caseiro que também circulou muito e chegou a aparecer no jornal local de uma importante emissora onde uma mulher desesperada após a morte de Eduardo grita, chora e xinga um policial que descia as escadas do morro segurando um fuzil nas mãos (como a maior parte deles circulava rotineiramente no Complexo do Alemão naquele momento).

respondiam a esses comentários) culpando os traficantes pelos confrontos em favela e acusando o perfil do coletivo Papo Reto de convivência com o tráfico. Foi nessa mesma direção que seguiram algumas postagens que questionavam a idoneidade da vítima, a despeito de sua idade ou das condições descritas de sua morte. E foi nesse contexto que começaram a ser difundidas imagens de um menino armado de fuzil e pistola (são duas fotos) dizendo ser aquela criança, Eduardo.

A imagem do menino armado que diziam ser Eduardo seria a prova inquestionável de que ele seria um “bandido” e, portanto, passível de ser morto e, sobretudo, de ser morto pela polícia em uma situação de confronto acionando a ideia de atos de resistência. A socióloga Marcia Leite (2008) reflete sobre a falta de legitimidade de denúncias e reivindicações realizadas por quem vive em favela devido aos estigmas a eles vinculados. Em suas palavras:

As vítimas e seus familiares, quando provenientes dos territórios de favelas, encontram na criminalização previa da população ali residente o viés que marca e limita a atuação da burocracia do Estado em relação a suas queixas e exigências quanto a inquéritos, procedimentos e reparações, usualmente respondidas com indiferença, desrespeito e descompromisso na certeza de que se trata de demandas espúrias de pessoas praticamente tidas como não-cidadãos (Birman e Leite, 2004; Justiça Global, 2004) (LEITE, 2008, p. 118).

Transformar Eduardo em criminoso fazia parte, portanto, de uma engrenagem muito mais ampla que há décadas deslegitima não apenas denúncias e reivindicações de moradores de favelas feitas no espaço público, como afirma Leite (2008), mas também seu sofrimento: o direito a chorar publicamente seu mortos<sup>196</sup>. Foi nesse contexto que se deu a disputa entre a narrativa que tinha como objetivo transformar o menino morto em “traficante” ou “bandido”, e outra que buscava restituir sua condição de vítima. Ambas narrativas faziam-se não apenas com palavras (postagens e comentários), mas também através das imagens.

Como foi visto em outros capítulos, no universo das redes sociais, o lugar da imagem se estabeleceu como central na disseminação de informações e na hierarquização do que é

---

<sup>196</sup>A reflexão de Vianna e Farias (2011) faz referência às diferentes possibilidades experimentadas por mães pobres que perdem seus filhos de expor publicamente seu sofrimento a partir da construção social sobre a condição de quem foi morto: “A contrapartida do filho criado para ser “trabalhador” era dada ali pela figura da mãe que não admitia viver privadamente sua dor e que se empenhava em conseguir esse bem supremo de redenção e reconhecimento dado pela condenação dos policiais que o mataram. Seu oposto simbólico, a “mãe de traficante” aparecia na fala como sua imagem às avessas, dizendo-nos da aquiescência em relação à ilegitimidade e à impossibilidade de exigir justiça, de prantejar publicamente sua dor, tornando-se tão anônimas quanto os corpos dos filhos mortos 'em confronto'” (VIANNA, FARIAS, 2011, p. 105).

visto e do que é lido. Não se trata de fenômeno exclusivo das redes sociais virtuais em nossa sociedade marcada por uma cultura da imagem, mas parece ter se amplificado e consolidado com elas. No que se refere ao contexto aqui tratado: a de morte de moradores de favelas pela polícia, as imagens e vídeos também ocupam lugar de destaque. Ao analisar a trajetória de fotógrafos engajados, Gama (2012) remete à morte de Matheus Rodrigues, de 8 anos, na Baixa do Sapateiro, uma das favelas do conjunto de favelas da Maré, zona norte do Rio de Janeiro. O corpo de Matheus foi fotografado e as imagens feitas por ele naquele momento (dezembro de 2008), anterior ao uso ampliado e intensivo de redes sociais virtuais, tiveram um papel decisivo no desfecho do caso. De acordo com Gama:

Este “evento crítico” (Das, 1995) - o violento assassinato de uma criança - chocou a sociedade e gerou repercussões dentro e fora do conjunto de favelas, ultrapassando o grupo de interesse dos organismos que lidam com os direitos humanos no Rio de Janeiro. A pouca idade de Matheus somada às fotos produzidas por Naldinho foram fatores que ampliaram a comoção em torno do caso. Suas fotos serviram como prova da violência praticada pela polícia nas favelas, e como indício de que as incursões da Polícia Militar nessas áreas causam perdas que não poderiam ser enquadradas nos já banais “autos de resistência” (GAMA, 2012, p. 240).

A foto tirada pelo fotógrafo e morador local Naldinho, um close na mão aberta da criança caída no chão revelando a moeda de um real que o menino levava para comprar pão no momento em que foi morto, ficou muito conhecida, circulando à época por e-mail e em publicações diversas com enorme repercussão<sup>197</sup>.

A análise de Gama (2012) do evento crítico acontecido na Maré em 2008 ajuda a entender processos que envolvem o uso de imagens fotográficas (e mais recentemente vídeos) na construção de versões que desautorizam as versões oficiais (legitimadas pelos agentes do Estado, no caso, a polícia). Apesar de nem todas serem feitas por fotógrafos profissionais (fenômeno cada vez mais possível dada à popularização de câmeras digitais e ao fato de celulares possuírem o recurso de máquinas fotográficas), gostaria aqui de chamar a atenção para algumas que compuseram a gramática da luta pela contaminação e descontaminação moral de Eduardo.

---

<sup>197</sup> “Matheus estava saindo de casa para comprar pão para o seu tio quando recebeu um tiro na cabeça disparado por um dos quatro policiais que estavam à procura de traficantes de drogas. Metade de seu corpo estava dentro da casa, metade fora. Ele morreu na hora. Não corria pelas ruelas, não estava no meio do caminho, não podia ser confundido com um traficante. Sua pouca idade impediria os policiais de enquadrá-lo como criminoso, vítima de um auto de resistência. O lugar onde ele se encontrava também. Mostrar que ele era uma criança inocente que saía de casa, como fez Naldinho, serviu para recuperar a *idoneidade* e a *dignidade* de Matheus, assim como a de sua família” (GAMA, 2012, p. 266).

A primeira imagem é a de Eduardo morto. Seu corpo já sem vida no chão de um lugar da favela, provavelmente um beco, entre escadas, em uma poça de sangue. A foto foi tirada de cima e Eduardo está de barriga para cima envolto e coberto de sangue. Na lateral direita da foto, se vê a metade de uma mulher de pé. Essa imagem, que parece ter sido aquela que circulou inicialmente como comprovação de sua morte, não possuía autoria.

A segunda imagem que circulou vinculada à morte de Eduardo, e que passou a compor a complexa rede de acusação contra ele, foi a de um menino segurando uma arma. Também anônimas, tratam-se na verdade de duas fotos que apareciam recorrentemente nos comentários de posts de grupos locais sempre feitos por um ou dois perfis, provavelmente *fakes*, ou seja, que não representam convergência entre uma pessoa ou grupo existente fora da Internet e um perfil em uma rede social. Em geral criados com objetivos específicos, nesse caso difamar a imagem de uma pessoa ou gerar polêmica em outro perfil. Era recorrente entre militantes o relato de que muitos policiais utilizavam-se de perfis dessa natureza para monitorar as atividades de pessoas e grupos engajados nas redes sociais.

A foto endossava um tipo de argumentação em voga – e presente em muitas outras situações como no caso de violência contra a mulher, por exemplo - que busca responsabilizar a vítima pela violência sofrida e destituí-la do lugar de vítima. No caso de violência contra as mulheres, muitos casos ficaram notórios recentemente devido aos usos das redes sociais, sobretudo por pessoas ligadas aos movimentos feministas, de mulheres e de mulheres negras. Um deles foi a da palestra de um policial em uma universidade do Canadá em 2011. Nessa palestra, o policial falou que uma das maneiras para evitar estupro e assédio seria que as estudantes não usassem roupas curtas ou provocativas. A fala do policial em questão gerou inicialmente um movimento local intitulado *Slutwalk* traduzido para o português como *Marcha das Vadias*<sup>198</sup>. O movimento local gerou, através da Internet, adesões em todo mundo. No Brasil (e em outros países), a *Marcha das Vadias* passou a ser uma manifestação anual realizada desde 2012 em diversas cidades.

Retornando ao caso do assassinato de Eduardo, nas fotos em que buscavam criminalizá-lo, um menino – talvez na mesma faixa-etária de Eduardo – segurava uma arma enorme (e na outra imagem uma pistola), quase maior do que ele, atrás dele um muro pintado com alguma referência à Copa do Mundo com tijolos e cimento à mostra. O menino, de pele

<sup>198</sup> A *Marcha das Vadias* ou *Slutwalk* é um movimento transnacional contra a cultura do estupro. As manifestantes protestam especificamente contra as tentativas de explicar ou justificar casos de estupro e violência sexual contra as mulheres referindo-se a qualquer aspecto de sua aparência. As mobilizações tiveram início em abril de 2011, em Toronto, Canadá, depois que um policial disse publicamente que “as mulheres deveriam parar de se vestir como vadias” como precaução à violência sexual que vinham sofrendo.

escura e uma parte do cabelo castanho que parecia descolorida, está de bermuda, com o dorso desnudo, levava uma camisa azul em um dos ombros<sup>199</sup>. Ele sorria meio de lado e na mão em que não segurava a arma faz um sinal com o polegar.

Essas imagens estabeleceram uma conexão com o debate ali colocado também pela frequência com que eram reproduzidas (e não por sua veracidade, imediatamente questionada todas as vezes em que era postada). Recordemos que essa imagem começou a circular pelo Whatsapp quando o corpo de Eduardo ainda encontrava-se no chão, ou seja, não havia sido feita perícia ou deslocado para outro lugar (graças à ação de vizinhos e de pessoas de ações coletivas locais que isolaram o local assegurando a permanência do corpo da criança onde foi morto). Era como se elas fossem a encarnação visual de uma visão de parte da sociedade que justifica a morte daqueles que têm algum tipo de “envolvimento” com a venda a varejo de substâncias ilícitas nessas localidades. Retomando a análise da socióloga Marcia Leite acerca dos estigmas que associam violência e favela e seus moradores:

Face à expansão e visibilidade do tráfico nas favelas atualmente os moradores empreendem um esforço redobrado de “limpeza moral” para se diferenciarem, enquanto “trabalhadores”, dos “vagabundos” e “bandidos”. Essas tentativas, porém esbarram em uma interpretação, baseada na “cultura do medo”, que traduz “convivência forçada” por “convivência” ou “ambiguidade moral” (LEITE, 2008, p. 134).

As fotos justamente reforçam a dúvida e recolocam o dilema, exposto por Leite (2008), ligado à “ambiguidade moral” de quem vive nas favelas. Dias depois tal suposição foi reforçada quando o presidente de uma conhecida organização não governamental que trabalha com jovens em favelas cariocas (José Júnior, do Afroreggae) postou em seu Facebook que “segundo informações”, o menino morto seria bandido. José Junior era uma importante pessoa pública ligada a organizações não governamentais e ao debate sobre favela e juventude. Seu perfil no Facebook possuía mais de dois mil amigos e sua página na mesma rede social mais de 230 mil curtidas. O alcance de sua fala, devido à sua reputação junto a diversos segmentos sociais e acesso à visibilidade pública não só através da Internet, mas também por possuir programas em redes de televisão comerciais, possuía, portanto, um peso

---

<sup>199</sup> Como demonstra Silva (2016) ao analisar a circulação e fronteiras experimentadas por jovens em contextos de pacificação, os jovens favelados (sobretudo homens) utilizam-se de “estratégias de invisibilização, produzindo através das roupas, acessórios, fala e postura geral uma apresentação de si nos espaços públicos enquanto estudantes, trabalhadores e/ou possíveis consumidores” (p. 338). A essas imagens, eles mesmos contrapõem os “estereótipos dos favelados funkeiros” que na percepção social geral seria mais próximo aos traficantes. A foto do menino que segurava as armas aciona esses estereótipos exibindo, em seu modo de se apresentar publicamente e para além da presença das armas, diacríticos que explicitariam sua condição de “bandido” ou “traficante”.

significativo. Sobretudo sobre assuntos relativos à favela, do qual se coloca como porta-voz autorizado por sua larga experiência a partir da ONG que criou. No entanto, são muitas as controvérsias públicas em que se encontra envolvido<sup>200</sup>.

À sua acusação, houve ao menos duas respostas: de um dos coletivos do Alemão (o Ocupa Alemão) que em seu perfil questionou a legitimidade de José Junior; e de Terezinha, mãe de Eduardo, que chamou Junior de “bandido” e disse que iria processá-lo. Devido à repercussão negativa de sua postagem, ela foi em seguida retirada de seu perfil e ele foi a público declarar que suas palavras haviam sido distorcidas. O recurso de “copiar e colar” aquilo que é publicado nas redes sociais virtuais (incluindo conversas privadas, ou seja, que acontecem através de recursos disponíveis mas apenas entre um grupo limitado de pessoas ou perfis) fez com que a postagem em que ele afirmava que Eduardo era bandido continuasse a circular e repercutir nas redes sociais, blogs e jornais mesmo após sua exclusão do Facebook enquanto postagem<sup>201</sup>.

As imagens que passaram a ser veiculadas mais recorrentemente a partir daí foram aquelas que mostravam o rosto de Eduardo mais de perto evidenciando as diferenças entre a foto de acusação de envolvimento do menino com o tráfico. Ao deixar de ser um corpo no chão e recuperar as imagens do menino ainda vivo, era possível notar nitidamente que não eram a mesma pessoa: o formato do rosto, a cor da pele, o cabelo, tudo era diferente. No entanto, o trabalho de chamar a atenção para as diferenças entre eles não pareceu surtir o efeito desejado e, não sendo fotos que apareciam associadas (ou seja, colocadas lado a lado em uma mesma imagem), o espaço para dúvidas permanecia.

Em determinado momento, no entanto, foi criada uma arte que reunia as fotografias de modo a contrastá-las e tornar mais nítidas as diferenças reafirmadas pelas palavras: “Esse aqui não é o Eduardo (e abaixo duas fotos do menino segurando armas), é esse aqui (abaixo uma foto de Eduardo em pé, sem camisa, fazendo o sinal com o polegar sem nenhuma arma nas mãos e outra foto do rosto de sua mãe chorando enquanto segura uma foto do rosto de Eduardo). No meio da montagem, entre as fotos do menino com as armas e a de Eduardo o seguinte texto: “Eduardo de Jesus Ferreira, de 10 anos, assassinado em ação da PM no Complexo do Alemão”. (Isso escrito mais próximo à imagem de Eduardo). Mais abaixo, do lado direito da montagem, no final, vinha “mas **nenhuma** criança merece morrer!”. A palavra

---

<sup>200</sup> Para uma análise sobre disputas e trocas de acusação públicas entre José Junior e Pastor Marcos ver Machado, 2012.

<sup>201</sup> <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/jose-junior-diz-que-houve-distorca-o-de-postagem-sobre-morte-de-eduardo.html>

“mas” estava rasurada e acima dela está escrito “mais”.

Ainda que não tenha sido possível descobrir a autoria da imagem acima, ela indica uma série de aspectos sobre os quais é importante refletir. A imagem constrói uma semântica em que as fotos e as palavras foram utilizadas de modo a valorizar a contra-informação. Ou seja, além do que era dito e exibido nas fotos, o *como* neste caso foi de extrema relevância. O uso das cores das letras, o tamanho diferenciado das fontes, bem como o destaque e o modo de exibição de cada uma das quatro fotos utilizadas na montagem transmitiam a intenção de fazer entender diversas coisas. A primeira, que Eduardo não era o mesmo menino que carregava as armas nas fotos da esquerda. A segunda, o sofrimento causado por sua morte em sua mãe. A terceira, a autoria de sua morte: a Polícia Militar. E, por último, o jogo de palavras (entre *mais* e *mas*) reforçando as ideias de que não haja mais mortes (em termos de quantidade de pessoas vitimadas), mas também que, independente de fazer ou não parte do tráfico de drogas, nenhuma criança merece ser morta pela polícia. Esse aspecto é central em um contexto em que apenas aqueles considerados socialmente como inocentes seriam passíveis de ter sido assassinados pela polícia. Só os inocentes podem ser vítimas.

Assim como ela, outras imagens semelhantes circularam naqueles dias e sintetizavam as disputas de narrativas sobre a morte de Eduardo então em andamento. Às fotos do menino armado que diziam ser Eduardo, contrapunham-se a imagem de Eduardo desarmado e, em destaque por seu tamanho e pelo fato de ter sido feita por um fotógrafo e não por um amador (o autor da foto da mãe de Eduardo foi Renato Moura, irmão de Rene Silva, um dos integrantes do Voz da Comunidade), a foto de sua mãe. E não se tratava de qualquer foto. Tratava-se de um retrato de seu sofrimento. Como tornou-se cada vez mais comum nas manifestações de mães de crianças, adolescentes e jovens assassinados em favelas e bairros periféricos em diversas metrópoles do país, elas carregam consigo a imagem dos filhos. Por vezes estampadas em camisas que trajam, por vezes em faixas ou cartazes e outras como Terezinha na foto: levam a imagem nas mãos. As fotos de seus filhos perdidos tornavam-se marcas da ausência e da dor.

Como foi visto até aqui, as versões de que Eduardo não seria vítima mas de alguma forma responsável por sua própria morte através de sua associação ou “envolvimento” com o tráfico começaram a ser disseminadas antes mesmo de seu corpo ser periciado e transferido do local. A rapidez da versão que tentava transformar o menino em traficante pode estar vinculada, nesse caso, ao fato de que, desde o início, a versão sobre sua morte não foi narrada

como uma vítima de “bala perdida”<sup>202</sup>, mas como um assassinato feito pela polícia e presenciado por sua mãe. Para que uma versão oficial que não incriminasse os policiais que faziam uma operação no local naquele dia pudesse ser verossível, era preciso provar a culpa da vítima e as imagens de um menino que seria o Eduardo armado cumpriam aí papel relevante. Associar prontamente o menino ao tráfico aparecia como narrativa que buscava desautorizar o relato de sua mãe justificando assim uma possível fala oficial sobre troca de tiros que isentaria os policiais envolvidos e a polícia como instituição, ao menos moralmente, da acusação de assassinato de uma criança desarmada.

É preciso atentar também para o fato de que foi a mãe – e não o pai ou algum vizinho – a pessoa que afirmou ter sido um policial o responsável pelo assassinato do seu filho. Em suas palavras, Terezinha de Jesus afirma: “Eu nunca vou esquecer o rosto do PM que acabou com a minha vida. Quando eu corri para falar com ele, ele apontou a arma para mim. Eu falei ‘pode me matar, você já acabou com a minha vida’”. É preciso levar em conta a superioridade moral das mães (LEITE, 2008, p. 140) e, portanto, de seu discurso. Leite (2004), ao analisar o engajamento militante de mães a partir da morte de seus filhos em casos como o de Eduardo, reflete sobre o lugar da maternidade na cultura judaico-cristã onde os laços primordiais mais estreitos se dariam entre mães e filhos. Em suas palavras, “A perda e a dor seriam, por isso, mais intensamente experimentadas pelas mães que, em decorrência, seriam os personagens mais legítimos para denunciar violações de direitos, exigir reparações, cobrar deveres morais e clamar por justiça (...)” (LEITE, 2004, p. 155).

Esse lugar socialmente distinto conferido às mães em nossa sociedade, cria uma possibilidade para denunciar, exigir, cobrar, lutar (transformar o “luto em luta” como dizem nos movimentos de mães). Ao discurso da mãe de Eduardo, associou-se um post de uma professora que dava seu depoimento sobre a condição de estudante do menino, acompanhada de uma foto onde ela (a professora) aparece rodeada por três alunos uniformizados (entre eles, Eduardo). A busca por “limpar o nome de seus filhos”, como lembra Leite (2004), é realizada sobretudo através de estratégias discursivas: “Para se contrapor ao discurso da polícia e das

---

<sup>202</sup> De acordo com Birman e Leite (2004), “As referências a 'balas perdidas', que designam um tipo de ocorrência presente na vida da cidade, indicam antes de tudo o quanto aqueles que *por acaso* viraram seus alvos, ou experiemtam o temor de sê-los, não se sentem preocupados pela batalha que se passa na proximidade de suas casas. (...) As 'balas perdidas' de fato atingem alvos de uma previsibilidade impressionante, embora não se dirijam àquela individualidade precisa que recebeu o tiro de uma metralhadora invisível, de um trinta-e-oito indiscernível. Tanto a autoria do tiro como suas vítimas permanecem, na maior parte das vezes, desconhecidas. No entanto o percurso dessas 'balas perdidas' no espaço revela muito da geografia social e moral da cidade” (BIRMAN, LEITE, 2004, p. 12) Entre meus interlocutores, era comum a frase “na favela, nenhuma bala é perdida”, marcando o caráter intencional da utilização de armas de fogo contra os que ali vivem.

autoridades de segurança pública, sustentam – e procuram provar através de fotografias, diplomas, certificados e narrativas – que o morto era um bom filho, um bom irmão, amigo, trabalhador, estudava, tinha futuro” (LEITE, 2004, p. 176). Todo esse trabalho de buscar restituir a condição de vítima a Eduardo foi realizado. À frente dele esteve sua mãe, Terezinha de Jesus, mas também colaboraram outros atores, como a professora do menino, vizinhos, parentes e diferentes ações coletivas locais.

Houve, por tanto, e a partir de diversos atores ocupando posições sociais diversas e com distintas legitimidades, um trabalho imediato de busca de dissociação da imagem do menino à de bandido. Esse trabalho apareceu, por exemplo, quando uma das participantes do coletivo Papo Reto conta que desaconselhou a pessoa que incitava os moradores presentes no local onde Eduardo foi assassinado a uma reação violenta (bastante comum em situações do gênero, ou seja, em que a morte torna-se intolerável para a comunidade em que se insere) buscando uma saída mais “tranquila”, de paz que resultou, naquele mesmo dia em uma caminhada silenciosa de moradores com velas até determinado ponto da favela (mais perto de uma das vias principais de acesso) onde fizeram coletivamente uma oração.

Chegou do Papo Reto: eu e Coutinho. (...) Aí o Coutinho subiu pra fazer as fotos porque o pai (es)tava desesperado, (es)tava pedindo. Os presidentes da associação já tinham chegado, quando eu comecei a conversar com a moça que estava muito agitada e agitando a galera. (...) E aí eu comecei a conversar com ela, e aí chegou a Lucia (*Cabral*) e todo mundo, e eu continuei conversando com ela: 'a situação é essa, essa, essa, e não vai adiantar a gente fazer nada agora que a gente vai criminalizar o Eduardo, tá circulando na rede uma foto de uma criança que não era pra tá circulando, mesmo que fosse...' E aí ela começou a acalmar e a falar 'gente, vamos acalmar, vamos ouvir o pessoal, vamos acalmar'. E aí todo mundo falava ao mesmo tempo, gritava ao mesmo tempo, fazia grito de ordem pra polícia sair, fora UPP, mas controlado ali naquele espaço (Entrevista com Renata Trajano, 2015).

No breve trecho anterior é possível entender o importante papel de “mediação” (termo usado pela própria Renata para se referir à sua interferência nesse processo) a partir de uma certa leitura da realidade. Renata, como outras pessoas percebidas como referências locais, teve papel central naquele local no momento de buscar saídas que são percebidas como não “criminalizadoras”.

### **A morte de um inocente e suas repercussões**

As fotografias da manifestação que aconteceu no dia da morte de Eduardo (que também foi chamada de homenagem e revelava imagens em preto e branco de pessoas chorando com velas nas mãos) e os relatos de que se tratou de algo pacífico passaram também a circular imediatamente nas redes sociais corroborando para o processo de inocentar Eduardo. Tal opção insere-se em uma leitura de contexto em que determinadas formas de manifestação não são vistas como socialmente legítimas<sup>203</sup> (e desde as manifestações de 2013 a distinção entre manifestantes pacíficos e vândalos era cada vez mais recorrente e socialmente aceita) num subcontexto (a favela) onde qualquer tipo de manifestação pública, mesmo pacífica ou tranquila, termos frequentemente utilizados por meus interlocutores, era vista com suspeição e podia ser acusada de ter sido incitada por traficantes locais como se apenas esses atores tivessem críticas à ação policial.

Na minha timeline pude ver diversas imagens em preto e branco de muitas pessoas com velas nas mãos, emocionadas. A opção estética das fotos em questão revelava uma grande capacidade técnica na qualidade das imagens, mostrando uma certa beleza em meio a um momento de dor e comoção e contribuindo para fortalecer a narrativa de inocência sobre Eduardo: tratou-se de uma manifestação sem “confusão” (outro termo comumente utilizado por meu interlocutores para se referirem à violência em manifestações ou atividades culturais no lugar, por exemplo) com forte conotação religiosa evidenciada pelas velas nas mãos dos participantes (como em uma romaria) conectada com o calendário religioso (Eduardo foi morto numa quinta-feira santa) e em meio a choros e orações ao final. Como apontam Novaes e Catela (2004), “Polifônicos, os símbolos religiosos são recursos culturais imprescindíveis pra dar sentido à vida e para lidar com a morte” (NOVAES, CATELA, 2004, p. 133). O ritual ali performado pelos presentes buscavam lidar com uma morte insuportável. E suas imagens ecoaram através das redes sociais, aquele trajeto feito pelos presentes foi o “espaço para socializar a dor” (para citar as mesmas autoras) naquele momento.

As fotos também foram compartilhadas pela rede de coletivos, organizações e pessoas atuantes no local. Catela e Novaes (2004), ao analisarem as repercussões a partir do caso do “sequestro do ônibus 174” em 2000 (que teve como desfecho a morte de Geisa Gonçalves, feita refém; e Sandro do Nascimento, o sequestrador e sobrevivendo da Chacina da

---

<sup>203</sup> Como aponta Bourdieu (1975) em texto em que analisa a greve como ação política, “(...) quando se fala de Estado, fala-se de sua força material (o exército, a polícia etc) ou de sua força simbólica (que pode consistir no reconhecimento do Estado implícito no desconhecimento de seu papel real?). Legitimidade significa desconhecimento, e o que se chama de formas de luta legítimas (a greve é legítima, mas não a sabotagem) é uma definição dominante que não é percebida como tal, que é reconhecida pelos dominados porque se desconhece o interesse que os dominantes têm nesta definição”.

Candelária anos antes) e, em especial, o “Mural da Dor”, realizado no Centro do Rio, onde foram expostas imagens de pessoas mortas em diferentes casos de violência urbana, ressaltam que aquele ritual “Ao invés de esconder, silenciar a morte como convém ao mundo moderno, (...) a exibia dava rosto e nome à abstração da violência. As imagens fotográficas atestavam mortes concretas, não anônimas e incluídas em frias estatísticas policiais ou do sistema de saúde, mas com nome e sobrenome (...)” (CATELA, NOVAES, 2004, p. 126). No episódio aqui analisado, as fotos conferem, como apontam as autoras, contexto à pessoa da vítima, revelam aspectos de sua vida e da rede de relações sociais em que estava incluída. As fotos da manifestação também revelam o lugar simbólico daquela morte para a comunidade. A preocupação pela não criminalização de Eduardo, como foi visto anteriormente, o cuidado com a dor da mãe, do pai e parentes, o reconhecimento da perda de “mais um dos nossos”.

Uma das fotos daquela manifestação parece ter tido uma repercussão ainda maior: a imagem da mãe de Eduardo chorando com a foto do rosto de seu filho, uma criança, em sua mão (e também utilizada na montagem referida anteriormente). A foto comovente tirada por Renato Moura, do Voz da Comunidade, era a síntese da dor autorizada, a dor inquestionável, a dor da mãe que acaba de perder um filho. Ao analisarem o movimento de mães que perderam seus filhos em situações de violência institucional, Vianna e Farias (2011) recuperam também a dimensão performática da dor em manifestações públicas, lembrando que a vinculação física com a imagem do filho opera uma conexão entre o luto individual e uma causa coletiva.

Foi a morte de Eduardo, e não muitas outras, que mobilizou diferentes atores de dentro e de fora do Alemão. O grupo que está a frente do jornal Voz da Comunidade, o perfil Alemão Morro, coletivos como o Papo Reto e o Ocupa Alemão, organizações locais como Raízes em Movimento e Educap, pessoas engajadas e moradores não-engajados fizeram o acontecimento repercutir nas redes sociais virtuais e alguns dias depois, a *hashtag* #PaznoAlemão estava entre os destaques do Trends Topic do Twitter<sup>204</sup> no Brasil.

Além disso, uma imagem foi criada a fim de ser substituída na foto do perfil do Facebook das pessoas, organizações, coletivos etc que aderissem de alguma forma à causa. A foto do perfil em redes sociais como o Facebook em geral operava a produção de uma identificação. Pessoas que possuíam perfis nas redes sociais escolhiam uma foto ou imagem para representá-la publicamente nessas plataformas e que, no Brasil, de forma geral, convergia com sua identidade social<sup>205</sup>. Com o passar do tempo, no entanto, tal imagem foi

<sup>204</sup> Como visto no Capítulo 4, os Trending Topics são uma lista em tempo real das frases mais publicadas no Twitter. Essas frases eram agrupadas a partir da utilização do recurso/ símbolo hastag (#).

<sup>205</sup> Para discussão sobre convergência identitária e Internet, ver Capítulo 4.

encarnando variados processos e adesões. Dessa forma, no dia das crianças, por exemplo, as pessoas mudavam suas fotos de perfil para fotos suas na infância. A partir de 2012/2013, muitas vezes essa mudança era realizada a fim de expressar sua adesão a ideias ou causas<sup>206</sup>. Tais mudanças eram, no entanto, temporárias e marcadas por certos eventos (eleições ou situações públicas de discriminação ou um dia no calendário vinculado à certa causa). Havia também a possibilidade do recurso utilizado no caso da morte do Eduardo em que foi feita uma arte específica que remete a um evento e/ou causa. Nesse caso específico o “Somos Todos Alemão” fazia referência não só à situação de violência no local, a partir de uma morte intolerável fazendo daqueles que a compartilham participantes de um luto coletivo (CATELA, NOVAES, 2004), mas também se referia indiretamente a outro evento violento intolerável hiper visibilizado pelos meios comerciais e redes sociais virtuais: o assassinato de jornalistas do jornal satírico francês Charlie Hedbo em Paris, França, num atentado terrorista que aconteceu meses antes, em janeiro de 2015, gerando grande repercussão mundial.

Esse tipo de recurso utilizado como modo de engajamento virtual problematizava também a hierarquia da dor e do sofrimento a partir de sua visibilidade. Cada morte em países da Europa ou, no caso do Brasil, e especificamente nos bairros da zona sul da cidade do Rio de Janeiro (excluindo as favelas), costuma operar maior visibilidade social e comoção. Tal movimento recorrente tem sido constantemente questionado por pessoas engajadas em ações coletivas e movimentos sociais que utilizam a Internet e em especial as redes sociais virtuais para questionar publicamente o valor dado a cada vida tirada tendo em vista seu local de moradia ou país onde ocorreu, sua origem social, sua cor/ raça, gênero, orientação sexual, religião etc. O cerne do questionamento levanta a questão de que mortes geram de fato o que Boltanski (1993) chama de “sofrimento à distância”.

Além dos recursos da hashtag #PaznoAlemão, da arte para ser substituída nos perfis das redes sociais e do compartilhamento de imagens e informações sobre o assassinato de Eduardo, as condições de sua morte e a disputa em torno de sua imagem e identidades públicas, houve, ainda, uma série de manifestações de adesão e solidariedade no lugar, nas ruas do Alemão e entorno. A manifestação organizada pelo coletivo Papo Reto com outros coletivos, instituições e associações de moradores locais dois dias depois recebeu ampla adesão de pessoas de outras favelas, representantes de diversas organizações civis, parlamentares e políticos, além de igrejas locais e moradores. A adesão de moradores à

<sup>206</sup> Há, atualmente, inclusive, um aplicativo onde ficam disponíveis filtros que podem ser combinados a outras imagens (como fotos da própria pessoa, por exemplo) de modo a expressarem seu apoio a determinado candidato em épocas de eleições ou certas causas como o orgulho gay, por exemplo.

manifestação convocada por Papo Reto e outras organizações dias depois é ainda mais significativa se leva-se em conta que muitas vezes eles(as) deixavam de participar de atividades do gênero justamente por medo de episódios de violência que possam vir a ocorrer - as “confusões” - e/ou da repressão da polícia, recorrentemente violenta. Episódios que podem reforçar ainda mais o estigma de violência presente na sociedade em relação às favelas e seus moradores, como foi visto.

É preciso colocar em perspectiva a atividade: além do fato de ter sido motivada pela morte de uma criança enquanto estudava na porta de sua casa, ela foi antecedida por uma manifestação pacífica ocorrida no dia de seu assassinato e por uma manifestação no dia seguinte à sua morte percebida como violenta devido à reação da polícia que gerou revolta entre parte dos participantes que reagiram jogando pedras nos policiais, por exemplo. É preciso pontuar, ainda, que cerca de um ano antes um mototaxista foi assassinado por policiais durante uma manifestação realizada nas ruas do Complexo do Alemão. Caio Moraes da Silva, 20 anos, foi morto pelas costas em sua moto. Sua mãe, Denize Moraes, passou a integrar mobilizações e atos pedindo o fim da violência no Complexo do Alemão, tornando-se uma pessoa próxima ao coletivo Papo Reto, outros grupos e instituições locais, apesar de não ter se engajado diretamente em nenhuma delas. Essa aproximação de coletivos e organizações vistos como “de juventude” não acontecia somente no Complexo do Alemão. Nos últimos anos, ela integrou uma espécie de reconfiguração de ambos movimentos (de mães e de jovens) em alguns espaços populares. A solidariedade à dor materna se articula a consciência de que um(a) daqueles(as) rapazes e moças poderiam ser seu filhos, ter sido ou ser mortos nesse contexto de violência urbana nas favelas.

A manifestação organizada por Papo Reto e outros atores locais aconteceu sábado, dia 4 de abril de 2015, pela manhã. O ato “tranquilo” e “pacífico” desejado por organizadores e alcançado reuniu cerca de 500 manifestantes. As pessoas concentraram-se por volta das 10h da manhã na entrada de uma localidade do Complexo chamada Grota. Ali, algumas delas falaram ao megafone e fizeram cartazes. Já ao chegar, me surpreendi com o número de reunidos. Habituada a participar de outras manifestações públicas na localidade, elas raramente ultrapassavam 30 pessoas, entre militantes locais e de outras favelas ou movimentos sociais, alguns moradores (incluindo amigos e familiares da vítima) e pesquisadores(as). Dessa vez tratava-se de algo diferente. Havia, além de meus interlocutores habituais, incluindo colegas pesquisadoras, outras pessoas que conhecia como representantes de ONGs de fora que não atuavam diretamente no Alemão, muitos moradores, incluindo

crianças e mulheres, coletivos e organizações locais em peso, mototaxistas, pessoas vindas de outros bairros e cidades. A caminhada foi grande, indo da entrada da Grota até a Praça de Inhaúma, passando “por fora” das favelas, pelas vias principais de acesso ao Complexo do Alemão. Havia um carro de som a frente (que foi alugado através de uma “vaquinha”) e Helcimar Lopes era a pessoa responsável pelo microfone e o uso do sistema de som que tocou algumas músicas ao longo do trajeto.

A realização do ato foi resultado de uma série de arranjos e negociações. Uma das integrantes do coletivo Papo Reto, por exemplo, relatou que passou boa parte do tempo da manifestação mediando um possível conflito entre policiais e mototaxistas pois os primeiros queriam recolher suas motos, que seguiam à frente da manifestação. Outros conflitos comuns a manifestações dessa envergadura surgiram ao longo do trajeto. No entanto, nenhum deles comprometeu o andamento da atividade. Ainda que pessoas ligadas a grupos diversos de dentro e de fora do Complexo tivessem leituras distintas sobre certas questões (como a presença de representantes de determinado veículo de imprensa comercial, por exemplo) prevaleceu ali o entendimento de que tais diferenças não deveriam ser expostas publicamente naquele momento para não comprometer a atividade, seu significado e suas possíveis repercussões.

Além das manifestações e da repercussão pública da morte de Eduardo (como artigos escritos em grandes jornais, cobertura midiática das manifestações e da sua perícia etc) – ou talvez justamente por causa delas – houve uma série de “respostas” do poder público sobre a morte do menino. E coletivos e organizações locais – junto com organizações mais tradicionais como associações de moradores – tiveram papel relevante em todo o processo. A visita de diversos representantes do poder público, reuniões de autoridades com moradores para ouvi-los sobre seus problemas (culminando com uma audiência pública realizada dentro de uma escola estadual local onde há dois anos havia sido instalada uma das bases da UPP, e que continuou funcionando lá mesmo depois da audiência), além de uma série de promessas de mudança não apenas na política de segurança pública, mas no andamento de diversos processos e acordos em curso. As organizações locais buscaram uma rearticulação em busca de uma agenda mínima comum. E tais ações geraram efeitos por pelo menos dois meses (ainda que a política de segurança não tenha alterado significativamente seu *modus operandi* no local, mesmo que os policiais que estavam na operação no dia da morte de Eduardo tenham sido afastados).

O movimento feito por pessoas engajadas e ações coletivas locais gerou uma série de

reuniões na localidade (em espaços variados, fossem a sede de organizações ou grupos ou espaços públicos como a Praça do Conhecimento ou a Vila Olímpica, usualmente utilizados com essa finalidade pelos movimentos sociais locais no período da pesquisa). A busca pela criação de uma agenda comum mínima, aí mobilizando não apenas o grupo mais próximo a ONGs locais e coletivos, mas também as associações de moradores, ocorria em paralelo a uma intensificação significativa na visita de autoridades governamentais, agentes públicos, representantes de ONGs e outras organizações e atores de fora, como jornalistas ligados à grande mídia.

O assassinato de Eduardo, tratado desse ponto de vista como expressão máxima de uma situação de violência da polícia pacificadora já intolerável tornou-se ponto de partida para outros debates. No foco deles estava da percepção compartilhada de que violência não se combate com polícia, por um lado, e, por outro, de que era preciso ouvir os moradores (sua participação) para que ações adequadas fossem propostas por parte do Estado.

#### **“Nossos mortos não serão esquecidos”**

Todos os desdobramentos da morte de Eduardo foram amplamente cobertos pela mídia comercial e também pelos movimentos sociais locais. No início de junho de 2015, Terezinha, mãe de Eduardo, gravou e postou um vídeo onde pede justiça, fala da demora da resposta das autoridades e clama pelo julgamento dos policiais suspeitos de matarem seu filho.

O inquerito policial concluiu que o tiro que matou Eduardo foi disparado por um policial, mas que este teria agido em legítima defesa. O caso do assassinato de Eduardo foi incorporado ao relatório de 2015 da organização internacional de direitos humanos Anistia Internacional Brasil e em sua campanha Jovem Negro Vivo:

Não há legítima defesa de policiais quando um menino de 10 anos desarmado morre com um tiro de fuzil na cabeça disparado por um policial militar. A tese defendida pela Polícia Militar reforma a rotina de impunidade, falta de responsabilização e de controle do uso da força letal pela polícia do Rio de Janeiro. É uma verdadeira aberração. #JustiçaparaEduardo #DigaNãoÀExecução (Vídeo realizado pela Anistia Internacional Brasil, 2015).

Essas frases concluem o vídeo feito pela organização em que Terezinha de Jesus conta emocionada o que aconteceu no dia da morte de seu filho e o impacto sobre sua vida<sup>207</sup>. É na luta por justiça que ela apostava. Terezinha apareceu no relatório da Anistia Internacional

<sup>207</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=5RIOo7ZTPkQ>

contando sua versão sobre a morte de seu filho. “Você matou meu filho – Homicídios cometidos pela Polícia Militar no Rio de Janeiro” é o título do documento que traz uma série de informações (incluindo casos de assassinatos cometidos pela polícia, como o de Eduardo) sobre o modo de ação da polícia no Rio de Janeiro em favelas. Terezinha realizou, com Ana Paula Oliveira, mãe de Johnatha de Oliveira Lima, rapaz de 19 anos, assassinado pela polícia pacificadora em Manguinhos em maio de 2014, uma viagem internacional para a Europa como parte da campanha Jovem Negro Vivo da mesma organização. No período da viagem, em que o caso ganhou repercussão internacional, no mês de novembro de 2015, o Ministério Público (MP) denunciou o policial responsável pela morte de Eduardo. Uma audiência realizada pela 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro na tarde de hoje (29/11) resultou no arquivamento do caso do assassinato de Eduardo de Jesus Ferreira (10 anos), morto por policiais militares no Complexo no Alemão em abril de 2015. Ainda cabe recurso do Ministério Público<sup>208</sup>.

Um ano depois da morte de Eduardo de Jesus e Elizabeth de Moura Francisco, coletivos, grupos e perfis no Facebook relacionados ao Alemão lembraram seus assassinatos e as condições em que ocorreram. “Um ano depois, nada mudou”. As mortes marcam a passagem do tempo. E com ela, revelam expectativas frustradas. Os efeitos imediatos causados por aquelas mortes, um ano antes, traziam uma certa esperança de que alguma coisa se transformaria. Talvez a política de segurança fosse seriamente debatida e modificada como foi indicado pelas autoridades em momentos públicos quando o assassinato de Eduardo ganhou visibilidade. A unidade da UPP instalada em colégio estadual em uma das favelas do Complexo foi finalmente retirada no início de 2016 (essa era uma demanda colocada pelos movimentos locais naquele momento). No entanto, foi transferida para um local de uso coletivo, sobretudo por crianças em atividades de lazer e cultura, sem consulta prévia aos moradores<sup>209</sup>. Talvez alguma coisa mudasse de fato. Mas, um ano depois, outros nomes foram incorporados à lista dos(as) que não se pode deixar esquecer, cair no anonimato, virar estatística.

No Alemão, o Coletivo Papo Reto organizou uma atividade artística em homenagem a

---

<sup>208</sup> Um ano depois, em novembro de 2016, “Uma audiência realizada pela 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro na tarde de hoje (29/11) resultou no arquivamento do caso do assassinato de Eduardo de Jesus Ferreira (10 anos), morto por policiais militares no Complexo no Alemão em abril de 2015. Ainda cabe recurso do Ministério Público”. Informações presentes no site da Anistia Internacional: <https://anistia.org.br/noticias/caso-menino-eduardo-de-jesus-deve-ser-responsabilizado/>

<sup>209</sup> <http://extra.globo.com/casos-de-policia/pm-tira-base-de-upp-de-escola-no-alemao-novo-local-alvo-de-critica-de-moradores-18589675.html>

Eduardo. O ponto de encontro foi uma das ruas principais de entrada do Complexo do Alemão. Ali reuniram-se cerca de 40 pessoas entre integrantes do coletivo Papo Reto, pessoas que trabalhavam na Anistia Internacional, militantes de outras favelas, algumas mães (e um pai) também de outras regiões, participantes do movimento de mães. Todas elas tinham tido o(s) filho(s) assassinados. Ficamos ali, na calçada, cerca de 1h30, aguardando outras pessoas. Terezinha de Jesus estava lá. Os familiares e pessoas da Anistia tinham faixas que empunhavam para que os pedestres e carros que por ali circulassem visse. Neles, denúncias das violências cometidas contra os rapazes assassinados. Os rostos dos mortos estampavam as faixas, mas também as camisetas usadas por elas. Em dado momento, começaram as falas, emocionadas, das mães ali presentes. Denunciando, cobrando, falando em alto e bom som que a dor que sentiam não era possível de ser compartilhada: “você voltam pra casa depois e nós, nós voltamos e nossos filhos não vão estar mais lá”, foi uma das coisas que disse Ana Paula, mãe de Johnatan. Enquanto falavam, muitos dos ali presentes filmavam e fotografavam, criando um círculo de pessoas em tornos das mães (e do pai) que ficavam no centro, com suas vozes e suas faixas. Falaram também algumas outras pessoas, como Thainã, pessoa do Papo Reto ali a frente da atividade; e Fransergio Goulart, liderança do Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro que também se aproximou do movimento de mães mais regularmente nos últimos anos.

De lá fomos, por dentro da favela, caminhando até o beco onde ficava a casa de Eduardo. Até beco em que foi assassinado. No trajeto, cantamos o funk de Mano Teko e Pingo do Rap, já conhecido e incorporado em manifestações de movimentos de favela, cujo o refrão diz: “Hoje o quilombo vem dizer, Favela vem dizer, A rua vem dizer, É nós por nós”. Música que havia escutado pela primeira vez menos de um ano anos na Marcha Contra do Genocídio do Povo Negro, do qual Fórum de Juventudes do RJ, Papo Reto, Ocupa Alemão, Raízes e grupos e militantes de diversas localidades participaram, caminhando do Complexo de Manguinhos ao Complexo do Alemão. Por ruas limítrofes e internas das favelas. O funk que virou hino, que emociona ao evocar a solidariedade entre aqueles e aquelas que compartilham a mesma realidade. Mas que também mobiliza e agrega outras pessoas. Além dessa canção, entoada por nós em alguns momentos ao longo da caminhada de cerca de meia hora, o nome das pessoas mortas seguidas do grito coletivo de “presente!” após cada um deles. Essas pessoas fazem falta e sua presença por nós verbalizada, enunciava as ausências e a dor causada.

Caminhamos devagar até o beco. No caminho, víamos alguns grafiteiros fazendo intervenções colorindo muros próximos ao lugar onde o menino morava. No beco, estavam

aguardando outras pessoas do Papo Reto. David Amen, grafiteiro e um dos criadores e coordenadores do Raízes, desenhava um dos muros do beco. Tinta azul, aviões de papel. O Papo Reto havia mandado fazer uma placa, como aquelas que existem nas ruas dos bairros formais, com o nome completo de Eduardo. Iriam, ali, rebatizar o beco com seu nome. De acordo com Thainã, fazia parte daquele ato “ressignificar o espaço, becos e vielas” e, nas palavras de Calazans, “reafirmar o beco como lugar de vida porque é onde estão nossas memórias, nossas raízes”. Em seu momento de falar, Terezinha disse que havia sonhado com seu filho e que ele estava muito feliz. Mais tarde, outra filha dela juntou-se ao grupo, uma moça com um bebê muito pequeno nos braços, era a neta de Terezinha.

\*\*\*

Conhecer a história de grupos como o Papo Reto permite entrever as estratégias de que lançam mão os movimentos sociais desses lugares. A importância e a razão de ser de suas ações estão no lugar, na favela, no Alemão. Parte significativa de seu trabalho de produção de si passa por um trabalho de produção do local onde vivem seja através de ações presenciais como atividades culturais, manifestações etc., seja pela utilização de relatos, fotos, vídeos e imagens variadas que buscam construir uma representação que se pretende alternativa àquela produzida pelos grandes meios de comunicação que, em sua perspectiva, criminalizam as favelas e seus moradores. Como foi visto, esse processo não se dá sem tensões e uma tensão estruturante é, justamente, a causada pelo risco de se reforçar os estereótipos e estigmas que se busca combater (como o que associa o Alemão e seus moradores à violência) ou não ser fiel à “realidade” que pretendem retratar, mostrar e denunciar.

O coletivo Papo Reto era um dos grupos locais cujos relatos ultrapassavam as fronteiras do local e contribuía para reposicionar o Alemão na agenda pública da cidade. E nesse sentido o Complexo do Alemão era produzido muito além do lugar, do próprio Alemão. Na convergência entre redes diversas nas redes sociais criavam-se alianças de ordens também diversas que adensavam o capital desses grupos contribuindo para (re)posicioná-los de forma específica entre os movimentos sociais locais graças ao alcance de seu trabalho (o que inclui a visibilidade de suas postagens). Mas também redimensionava o lugar social de determinadas favelas na agenda pública da cidade e dos investimentos públicos em uma espécie de hierarquia de visibilidades que contribuiu para tornar certas favelas socialmente irrelevantes do ponto de vista do poder público e de outros agentes externos (inclusive pesquisadores e universidades) enquanto outras passam a concentrar iniciativas e recursos de vários tipos

(como é o caso do Complexo do Alemão desde o início das obras do PAC, em 2007). Era nesse contexto complexo que grupos como o Papo Reto atuavam. E são esses contextos que eles reconstruíam.

As mortes constituem-se como marcos temporais para os que sobreviveram. A luta pelo não esquecimento dos que se foram ecoa através de seus nomes entoados em voz alta em atividades da militância sucedidos pelo gripe coletivo de “presente”. “Nossos mortos não serão esquecidos”. A frase aparece na fala de militantes dos movimentos negro e de favela, nos movimentos de mães e de juventude. Compõe postagens e chamados da militância. Essa é a frase na arte que chama para as atividades que homenageiam Eduardo um ano após sua morte. “Eduardo presente”. A frase é a resistência à morte transformada em estatística, à morte genérica na lógica do Estado. A pessoa morta foi alguém para outras pessoas. E continua sendo. Ela não será esquecida. Não pelas mães, não pelos movimentos.

## Capítulo 6 – Engajamentos e produção de conhecimento: sobre relações entre movimentos de favela e pesquisadores(as)

Na tarde de 3 de março de 2015, eu e Charli Livingstone<sup>210</sup> apresentamos parte de nossas pesquisas junto a movimentos sociais do Complexo do Alemão em uma reunião na sede do Instituto Raízes em Movimento. A escolha das duas apresentarem juntas naquele dia teve a ver com proximidades temáticas e também com o fato de Charli ter que retornar à Inglaterra nas semanas seguintes devido a compromissos acadêmicos, o que nos fez sermos as primeiras animadoras dos encontros naquele ano. Na semana anterior, enviamos textos relativos às nossas pesquisas (artigos que havíamos publicado ou apresentado em congressos<sup>211</sup>) e, no dia, fizemos uma breve apresentação sobre nossos temas. Esse costumava ser o modo de funcionamento dos encontros promovidos pelo Raízes que reuniam pessoas que realizavam pesquisas no Alemão e algumas pessoas dali, sobretudo participantes de ações coletivas locais.

Curiosamente, no entanto, e diferentemente de outros encontros, nossa conversa tomou um rumo diferente pois, em nossas exposições, estiveram presentes não apenas os temas por nós pesquisados, mas também nossa relação de engajamento com os mesmos. Falamos sobre juventude, jovens, ações coletivas locais, militância, Estado, território, pesquisa através da Internet mas “a reflexão sobre o papel dx pesquisadorx em campo e os dilemas encontrados por todxs nós na relação com o espaço e grupos a partir dos quais a análise será construída”<sup>212</sup> ganhou, naquele momento, maior relevância.

Contar e debater nossas pesquisas foi, para mim e Charli, refletir também de onde viemos, como fomos parar ali, de que modo estávamos estabelecendo nossas relações no Alemão, nossos medos, preocupações e angústias que, (re)descobrimos naquele dia, não eram só nossas. Tanto assim, que, na reunião seguinte, quebrando a dinâmica instituída no ano anterior, que definia os encontros a partir de temas e textos relativos às pesquisas ali em curso, o debate girou em torno do texto “Como ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada (2005), com o propósito de discutir “os aspectos metodológicos, afetivos e políticos do trabalho de campo”<sup>213</sup>. O texto foi sugerido posteriormente por Eugênia Motta ou Thiago Matiulli que

---

<sup>210</sup> Para mais informações sobre ela, sua inserção e pesquisa, ver Capítulo 5.

<sup>211</sup> Livingstone (2014) e Souza (2016) – o texto havia sido apresentado em uma jornada de alunos e foi posteriormente publicado, como consta na bibliografia.

<sup>212</sup> Trecho de relato compartilhado da reunião compartilhado e seguir para as pessoas que faziam parte do Coletivo em 2015.

<sup>213</sup> Trecho de relato compartilhado da reunião compartilhado e seguir para as pessoas que faziam parte do Coletivo, 2015.

ficaram encarregados da organização da reunião seguinte e por eles apresentado.

Minha hipótese é que não por acaso essas questões se colocaram em nossa apresentação e não em outras. Tanto eu quanto Charli não apenas realizávamos pesquisa no Complexo do Alemão, mas acompanhávamos grupos e pessoas com histórico de militância no lugar e fazíamos pesquisa sobre práticas e trajetórias de engajamento. Ainda que essa questão não se colocasse apenas em nossas pesquisas, foi a partir delas que ela ganhou relevo e foi tematizada no grupo de pesquisadores que se reuniam no Raízes.

Encontrando regularmente com antropólogos, sociólogos, urbanistas, cientistas sociais, jornalistas etc que realizavam suas pesquisas no Alemão, era comum que, durante almoços, cafés, cervejas ou no trajeto de volta pra casa esse fosse um tema de nossas conversas. Além disso, naquele momento, muitos conflitos entre militantes (sobretudo de movimentos sociais de favelas, ou ao menos era para esses que direcionava minha atenção) e pesquisadores (os chamados informalmente “favelólogos”, como lembra Farias (2007) em diálogo com Rocha<sup>214</sup>) tornava-se visível através de redes sociais com grande frequência. Neles, explicitavam-se não apenas lugares de fala diferenciados, mas também questões enfrentadas por muitas pessoas que estudam favelas e outros movimentos sociais e que nem sempre são tematizados como questões de pesquisa. Nas palavras do relato daquele encontro “(...) qual a dimensão política da pesquisa em ciências sociais? Qual o papel dos afetos na descrição das situações e cenas observadas, ou vivenciadas, em campo, em particular na pesquisa etnográfica?”. Associada a estas questões, qual o lugar da militância de quem pesquisa, considerando que as pessoas engajadas em ações coletivas locais estão, não raro, entre nossos principais interlocutores ou, ao menos, contribuem de forma estratégica para nossa entrada em campo? Esse é o objetivo deste capítulo final: apresentar algumas reflexões

<sup>214</sup> De acordo como Farias, “A própria existência da expressão “favelólogos” já chama atenção para ao menos um dado: a quantidade de pesquisadores que se dedica a estudos sobre/nas favelas. (...) Dentre estes “favelólogos”, a grande maioria possui formação em ciências sociais e atua especialmente nas áreas da antropologia e da sociologia – e daí decorre o empréstimo do sufixo à expressão. Não pretendo levantar aqui qualquer bandeira contra a realização de pesquisas sobre/nas favelas cariocas – muito pelo contrário: considero fundamental o interesse acadêmico voltado para estas áreas da cidade. Também sou uma “favelóloga”, afinal.

Justamente por este motivo, chamo atenção para a importância da reflexão a respeito das assimetrias de poder embutidas nas relações entre “favelólogos” e favelados. Mesmo que o número de moradores de favelas que passam a fazer pesquisas nesses locais venha aumentando, a maior parte das relações entre pesquisadores e moradores de favelas carrega em alguma medida o peso da dicotomia “asfalto”/favela. Não tenho a pretensão de apresentar nenhum modelo de relação “favelólogos”/favelados que seja ética e politicamente mais ou menos aceitável. Entendo que o modelo da relação deva ser construído pelas partes envolvidas. Mas para isto acontecer é preciso que o pesquisador se considere “em relação”, ou seja: “é necessário que se considere como uma das partes envolvidas na relação e enxergue os integrantes do grupo com o qual se está trabalhando como sujeitos que vão se posicionar nesta relação através de discursos próprios” (FARIAS, p. 2007, p. 41/42).

sobre o assunto a partir de meu trabalho de campo e das questões enfrentadas naquele momento por mim e por outros(as) pesquisadores(as), mas também por pessoas que integravam ações coletivas em favelas.

### **Engajamento de pesquisadores(as) como questão compartilhada**

Sabemos que nas ciências sociais, e sobretudo na antropologia, estas não são questões recentes. Ao contrário, a construção da relação com aqueles e aquelas que fazem parte de nosso universo de pesquisa faz parte da construção de nossa pesquisa, de nossas questões, da conformação de nosso “objeto” de estudos e de nossas perguntas, reformuladas recorrentemente ao longo de nosso trabalho de campo. O “ofício do sociólogo” (...) e a construção do objeto de pesquisa “não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de acto teórico inaugural (...): é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas” (BOURDIEU, 2000, p. 27). O que Pierre Bourdieu chama de ofício remete a um “conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas” que devemos tomar todo o tempo ao longo de nossa pesquisa. E o trabalho de campo e as relações nele constituídas têm aí lugar importante. Sobretudo para nós, antropólogos. Se é verdade que o trabalho de campo é central para a identidade da antropologia como a entendemos hoje, trata-se também de algo central para a trajetória de antropólogas e antropólogos, capaz de conferir-nos uma nova identidade social (BARLEY, 1989; GUPTA, FERGUSON, 1997).

Tais questões já foram objeto de inúmeras reflexões e análises. Se, como sugerem Barley (1989) e Gupta e Ferguson (1997) passamos por uma espécie de rito de passagem que, ao final, permite-nos tornarmos antropólogos, é preciso considerar uma série de dimensões envolvidas nessa passagem. Tais dimensões dizem respeito a características individuais e institucionais que envolvem o fazer da pesquisa, mas também às questões e condições de realização do trabalho de campo.

Diversos autoras e autores analisam o lugar de pesquisadores e as condições de realização da pesquisa em contextos de engajamento. Zenobi (2010) ao refletir sobre sua pesquisa em ambientes politizados e militantes chama a atenção para aspectos relacionados à desconfiança, dúvida e suspeita e de que forma ele como antropólogo era avaliado de acordo com as categorias disponíveis em campo. Ao analisar os desafios por ele enfrentados, Melo (2017) nos remete a contextos em que “ser pesquisador não basta”, ou seja, é necessário tomar

parte nos processos que se pretende estudar que, em seu caso, constituiu-se a partir do lugar de “colaborador” do movimento de população de rua. Assim como no caso de Melo, a realização do meu trabalho de campo foi mediada por minha inserção em atividades militantes que, em meu caso, somava-se a um histórico anterior: minha trajetória como técnica de ONG, minha expertise em assuntos relacionados à juventude popular e projetos sociais e meu ativismo em redes e fóruns ligados ao tema. No entanto, tais características de minha trajetória foram mais fundamentais para minha entrada do que para minha permanência em campo. Os vínculos de confiança necessitam de constante atualização e comprovação e o “medo de ser rechaçado ou expulso assinala o estreito vínculo entre a construção das relações sociais e a produção de conhecimento tal como proposto pela etnografia” (ZENOBI, 2010, p. 491).

Como lembra Cunha (2009), ao refletir sobre a realização de trabalho de campo em *terrains sensibles*, e retomando o caminho percorrido por muitos antropólogos e sociólogos na busca por um lugar que autorize engajamento e produção de conhecimento, o discurso e a produção acadêmicos é há décadas **um** conhecimento entre muitos. E a reflexividade, tomada como forma de pensar sua posição em relação à sua própria pesquisa, um entre muitos caminhos possíveis. Florence Weber (2009) evidencia que:

(...) a pesquisa de campo repousa sobre princípios (observar, escutar, estar com) que precisam ser ajustados cotidianamente, tentando-se, por um lado, efetuar uma auto-análise tão profunda quanto possível e, por outro, ter consciência das alianças negociadas com alguns indivíduos cujas características singulares constituem a condição de possibilidade das relações privilegiadas mantidas com eles. É esse duplo trabalho de lucidez que permite, durante o próprio tempo da pesquisa, constituir os conceitos a partir das palavras ouvidas e da colaboração que se instala de fato (WEBER, 2009, p. 66).

Além disso, e como refletem Farias (2007) e Mafra (2007), a relação de pesquisa é assimétrica. Nas palavras de Clara Mafra, “As responsabilidades éticas formadas entre autor, nativos por um lado, e entre autor e leitores por outro, são cruciais para identificar a extensão que o trabalho deve tomar e que, se ignoradas poderão promover o retorno da assimetria para o conteúdo do trabalho” (MAFRA, 2007). Há, nesse sentido investimentos variados na busca de caminhos e alternativas que reflitam (e busquem deslocar) um lugar historicamente construído na produção de conhecimento a partir da universidade e de instituições de pesquisa, reconhecendo assimetrias e legitimidades diferenciadas dado a distintos lugares

sociais ocupados por quem se insere na universidade (e fala a partir desse lugar) e quem vive e milita em favelas, tendo origem popular e sendo constantemente desautorizado publicamente em contextos diversos (LEITE, 2008).

Ainda que mais recentemente essas posições venham se embaralhando<sup>215</sup> são preservados de certo modo maneiras de olhar para esses universos. Em outras palavras, em geral, pesquisadores são vistos (*a priori*) como pessoas de classe média que vão à favela fazer alguma coisa e depois vão embora. Enquanto esses interlocutores continuam a ser encarados por muitos pesquisadores como “nativos” ou “informantes” capazes de inseri-los em um universo que desconhecem. Ficam de fora nesse início de relação, o reconhecimento desse embaralhamento em termos de origem, gênero, cor/raça, trajetória familiar e educacional que podem ajudar a perceber as nuances e complexidades presentes em ambos os lados dessa interlocução. Assim como deixa-se de considerar os afetos e possibilidades de “ser afetado” (como chama a atenção Favret-Saada) para ambos os lados. Quero, portanto, destacar aqui que não apenas nós, os pesquisadores, somos afetados em nossas relações de campo. Também afetamos<sup>216</sup>. De maneiras variadas, que, em geral, não podemos controlar (assim como não controlamos as formas através das quais nos afetaremos).

Aqui, recupero brevemente e reflito sobre o meu lugar na pesquisa. Faço isso não com pretensões a um “exercício de auto-análise” (BOURDIEU, 2005), ainda que essa dimensão esteja de algum modo presente. O que pretendo é realizar um movimento analítico que parte da compreensão de que, como ficou evidente naquele dia, mas antes e depois também em conversas informais com pesquisadores e militantes, além de muitas indiretas e “tretas”<sup>217</sup> virtuais, não se trata de uma questão minha, individual, exclusiva. Ainda que antiga nas ciências sociais, as formas pelas quais se colocam conflitos, alianças, afetos e negociações ao longo da pesquisa atualizam-se constantemente. Elas reconfiguram-se na medida em que também se reconfiguram nossas questões e os atores sociais que fazem parte de nosso universo de pesquisa. Se, pensando em termos de repertórios de ações coletivas, há constantes

<sup>215</sup> Esse embaralhamento está marcado por dinâmicas variadas que incluem ampliação das cotas raciais em universidades públicas em cursos de graduação e pela ainda mais recente discussão sobre cotas em cursos de pós-graduação – sem falar na maior entrada de jovens negros e de origem popular também em universidades particulares devido ao incentivo público via Prouni. Mas também por estratégias individuais e coletivas que encontrei entre muitos de meus interlocutores que faziam, haviam feito ou pretendiam fazer graduação e pós graduação como pode ser visto ao longo da tese, sobretudo no Capítulo 2.

<sup>216</sup> De acordo com Zenobi (2010), “o trabalho de campo afeta as relações sociais pesquisadas e é por elas afetado”. (p. 483)

<sup>217</sup> Tratava-se de uma gíria comum em letras de rap que se popularizou nos últimos anos entre meus interlocutores, fossem eles de movimentos sociais e/ou da universidade. Podia ter significados variados, mas em geral, em meu trabalho de campo, se referia a brigas, desentendimentos ou mal entendidos. Era usada também para designar conflitos publicizados (e ocorridos) nas redes sociais virtuais.

transformações (como foi visto ao longo da tese), como não reconfigurarmos nossos repertórios de pesquisa? Ainda que não de modo premeditado, essas possibilidades de transformação colocam-se ao longo do trabalho de campo.

A participação no Coletivo de Pesquisadorxs em Movimento, ligado a uma organização local, faz certamente parte dessa reconfiguração. Trata-se, em grande parte dos casos, de pesquisadores(as) que são levados (por inquietações pessoais e/ou a partir da relação estabelecida com seus interlocutores) a questionar as possibilidades e os limites de nossas contribuições como acadêmicos e as formas através das quais nos envolvemos, engajamos, afetamos e somos afetados tendo em vista as relações construídas em nossos trabalhos de campo. E, em nosso caso específico, leva-nos a considerar que nosso trabalho de campo (guardadas suas muitas diferenças) acontecia em um conjunto de favelas com longo histórico de organização social local e grandes investimentos públicos e privados recentes. Esse contexto recente alterava sua posição na hierarquia de visibilidade da cidade, atraindo o interesse de mais pessoas, incluindo nós, acadêmicos e pesquisadores(as). Mas também reconformava modos de ações coletivas locais, reposicionando interlocuções, criando e tornando visíveis temas e atores que antes não conformavam o universo de estudos (e também de trabalhos sociais e militância) ali realizados.

### **Experiências de “desenrolo” entre engajados(as)**

Ao refletir sobre a construção de meu lugar em campo e as relações estabelecidas ao longo desse processo teria sido possível escolher diversos caminhos. Acredito que, no decorrer da tese, tenham ficado evidentes minhas variadas entradas e algumas alianças e tensões nelas presentes. Neste capítulo, e mais especificamente nesse ponto, me proponho a refletir sobre um desses lugares. A escolha foi realizada a partir de alguns elementos. Em primeiro lugar, foi a partir da participação no Vamos Desenrolar, como será visto mais adiante, que reposicionei meu trabalho de campo e importantes opções sobre minha pesquisa no doutorado. Em segundo lugar, e como já foi possível perceber no episódio narrado na abertura do capítulo, tanto o Vamos Desenrolar quanto o Coletivo de Pesquisadorxs em Movimento (ligado ao Raízes) eram propostas criadas para lidar com algumas das questões que são foco de reflexão neste capítulo.

“Vamos Desenrolar” foi o nome escolhido pelo Raízes em Movimento para batizar encontros em que pesquisadores apresentavam seus estudos realizados no Complexo do Alemão. “Desenrolo” é uma expressão comum usada para ressaltar a seriedade de uma

conversa. Nela alguém precisa criar argumentos para fins de convencimento ou esclarecimento acerca de um assunto” (FACINA, 2016 apud MATTOS, 2014). O termo era usado corriqueira e informalmente ao longo de meu trabalho de campo. E, convergindo com a análise de Mattos (2014), era utilizado em situações em que era explicitado ou havia a possibilidade de conflito eminente buscando a produção de acordos (ainda que temporários). A autora analisa a utilização do termo enfatizando “o uso de uma peculiar habilidade argumentativa em situações diversas do cotidiano” sobretudo como dispositivo de “mediação retórica de conflitos e regulação da violência entre moradores e traficantes” (MATTOS, 2014, p. 645). Como lembra Facina (2015), o termo também pode ser utilizado para se referir a conversas que exigem aprofundar assuntos, ressaltando a possibilidade de consensos (provisórios ou não) ou um certo entendimento entre os envolvidos.

A escolha do nome para a atividade não foi casual. E, conforme narrado por Facina em artigo acima mencionado, foi produto de uma reunião em que ela e pessoas que integravam o Raízes na época (2013) buscavam uma alternativa ao título “seminário de produção de conhecimentos e saberes do Alemão”, considerado por todos “obscuro e pouco chamativo”. Em seu relato e análise, a antropóloga resgata a história da iniciativa a partir de seu ponto de vista:

(...) o Vamos Desenrolar surgiu de uma demanda permanente da ONG Instituto Raízes em Movimento, atuante há mais de 13 anos no território e coordenada por Alan. Essa demanda apontava para a necessidade de dialogar e registrar as memórias dos moradores mais antigos do Complexo do Alemão, articulando-as com questões que no presente interessam aos moradores daquele lugar, bem como a outros atores na cidade. Além disso, desde 2010 a ONG vinha promovendo um diálogo com pesquisadores universitários atuando naquele território, culminando com a formação de um grupo de pesquisadores que mensalmente se reúne para discutir seus trabalhos e pesquisas. Assim, a ideia inicial era promover encontros mensais, realizados em praça pública, nos quais, a partir de um tema escolhido (...), moradores do Alemão e pesquisadores universitários pudessem trocar conhecimentos e experiências. (...) Os encontros, que começaram dentro da sede da ONG, tornaram-se itinerantes, realizando-se a cada mês em uma localidade diferente, sempre na rua. Eram antecedidos de divulgação com faixas, via internet, boca-a-boca (...) (FACINA, 2016, p. 218).

Em prefácio de publicação editada pelo Ipea e pelo Raízes em Movimento em 2016, Alan Brum, David Amen, Lauro Sidney Ottoni, Renato Tutsi, Ricardo Moura e Thiago Matioli<sup>218</sup> destacam que, desde seu surgimento, em 2001, o Raízes voltava suas preocupações

<sup>218</sup> O prefácio foi assinado coletivamente por todos aqueles que estavam mais vinculados ao Raízes naquele

para a “proposição e implantação de soluções para os problemas do Complexo do Alemão”. Nesse parágrafo inicial do texto há duas informações relevantes para os objetivos desse capítulo. A primeira que o Raízes, como foi visto no Capítulo 2, na análise da trajetória de um de seus criadores, Alan Brum, parte do que chamam de “inquietações e engajamento político de jovens, alguns universitários”. Esses jovens que se reuniram e deram origem ao grupo que veio a formar o instituto haviam então feito parte de uma iniciativa de ensino de jovens e adultos (a que se referem no texto como “projeto”) e se organizaram em torno de um curso de pré-vestibular. Pode-se daí depreender que a preocupação com questões relacionadas com a produção de conhecimento sobre o Complexo do Alemão de quem vem de fora (“os pesquisadores”) está profundamente conectada a um projeto coletivo (no sentido de Velho, 1994) de criação de condições para que pessoas de dentro do Alemão pudessem ter alternativas de continuidade em suas respectivas trajetórias educacionais e na formação de mais pessoas do lugar capazes de acessar o ensino superior.

Minha estreia no Vamos Desenrolar aconteceu de forma casual exatamente no momento em que buscavam reconfigurar a dinâmica dos encontros, tornando-os itinerantes. Eu trabalhava em uma pesquisa no Ibase sobre juventude popular e novas tecnologias (naquele momento realizava pesquisa campo, análise e coordenação técnica)<sup>219</sup>. O trabalho de campo naquela ocasião consistiu no acompanhamento de grupos e pessoas através de seus perfis nas redes sociais virtuais, sites e blogs por alguns meses e na realização de entrevista com algumas pessoas. Ao identificar quem deveria entrevistar, surgiram os nomes de quatro pessoas do Alemão: David Amen, Maycom Brum (ambos vinculados ao Raízes à época), Rene Silva e Thamyra Thamara<sup>220</sup>. As entrevistas aconteceram em meados de 2012 e foram as primeiras vezes em que estive no Complexo do Alemão (favelas do Alemão, Morro do Adeus e Nova Brasília). Apesar de conhecer David Amen há muitos anos (trabalhamos juntos no Ibase e, antes disso, participamos de fóruns e redes ligados ao tema da juventude), nunca havia estado nem no Raízes em Movimento, nem na sede de nenhuma outra organização local ou equipamento público. Foi naquela oportunidade que fui pela primeira vez à sede do Raízes em Movimento, à Praça do Conhecimento e à casa de Thamyra, lugares que passei a frequentar regularmente na pesquisa de campo do doutorado.

No ano seguinte, 2013, quando finalizávamos os relatórios da pesquisa, estavam

momento.

<sup>219</sup> Pesquisa já citada na Introdução. Além de mim, trabalharam na pesquisa as cientistas sociais Marina Ribeiro e Julia Paiva Zanetti, com as quais compartilhei as pesquisas de campo, a análise e a redação do relatório final de pesquisa.

<sup>220</sup> Além deles, foram entrevistadas pessoas do Borel, Santa Marta, Complexo da Maré e Cidade de Deus.

previstas atividades de devolução da mesma, ou seja, reuniões em que apresentaríamos as análises que havíamos feito a partir das informações levantadas junto a pessoas e grupos, organizações e coletivos que integraram a pesquisa<sup>221</sup>. Foi nesse momento que voltei a entrar em contato com David. Ele era um dos entrevistados com quem eu tinha mais proximidade e achei que seria bom realizar a atividade referente ao estudo de caso sobre identidade favelada (sob minha responsabilidade) no Alemão, uma vez que lá estava o maior número de pessoas entrevistadas para esse estudo de caso. David então me disse que eu deveria entrar em contato com Alan pois eles, no Raízes, estavam realizando encontros em que pesquisadores(as) apresentavam suas pesquisas para serem debatidas também com moradores de lá.

Naquele momento tornavam os encontros itinerantes e David reforçava a importância de levar a conversa sobre as pesquisas realizadas para espaços abertos: ruas, praças, bares da localidade. Alan era o principal responsável pela organização da atividade naquele momento. Assim como David, ele foi receptivo à minha proposta de apresentar os resultados do estudo de caso no Alemão. E então, na tarde do dia 25 de maio de 2013, participei pela primeira vez do “Vamos Desenrolar (oficina de produção de conhecimento)” na condição de uma das “dinamizadoras” do encontro que aconteceu no hall de uma das estações do teleférico do Complexo. Além de mim, os outros dinamizadores foram Raphael Calazans, Raul Santiago e Thamyra Thamara<sup>222</sup>, que vieram a fazer parte, mais tarde, do meu universo de pesquisa de doutorado, tornando-se interlocutores fundamentais. Naquele momento nós, os dinamizadores, deveríamos apresentar informações sobre o tema em questão (juventude e novas tecnologias) a partir de distintos pontos de vista para serem debatidos pelo restante dos presentes.

Aquele encontro, percebi meses depois quando cursava a disciplina de Metodologia no PPGA<sup>223</sup>, foi crucial para a redefinição de minha pesquisa. Ali, estiveram colocadas pra mim a

---

<sup>221</sup> A pesquisa consistiu na realização de três estudos de caso tendo como tema identidade favelada, gênero e cultura. Fui a responsável pela pesquisa sobre identidade favelada. Para cada um dos estudos de caso, realizamos uma atividade de devolução aberta ao público convidando os(as) entrevistados(as). Além disso, antes da versão final de análise e do relatório final sintetizando os pontos principais, foi realizada uma reunião para a qual convidamos todas as pessoas entrevistadas a fim de apresentar e debater tais pontos e refiná-los conjuntamente. Essas atividades aconteceram no primeiro semestre de 2013.

<sup>222</sup> No “Caderno Devolutiva 2013” do “Vamos Desenrolar: produção de conhecimento e memórias”, publicado sob forma de apostila preto e branco formato A4 contendo relatos dos encontros realizados por diferentes pessoas (no caso do que participei como uma das dinamizadoras, a relatoria foi feita por Raul Santiago), aparecemos com os seguintes créditos: “Mc Calazans, jovem ativista do Complexo do Alemão e integrante da APAFUNK, Raízes em Movimento e Fórum de Juventudes”; “Patrícia Lanes, doutoranda em Antropologia da UFF”; “Raul Santiago, jovem ativista do Complexo do Alemão e integrante do Fórum de Juventudes”; e “Thamyra Thâmara, jovem ativista do OcupaAlemão”. Tal reunião foi mencionada ao longo da tese algumas vezes, ver especialmente Capítulo 5, ao apresentar trajetória de Raul Santiago e Raphael Calazans.

<sup>223</sup> A disciplina foi ministrada pelos professores Lucía Eilbaum e Lénin Pires.

importância da narrativa de si para a constituição das pessoas como militantes (Capítulo 2), mas também era construído um lugar de diálogo entre acadêmicos, militantes e pessoas que viviam e trabalhavam no Alemão de modo mais amplo. Naquele mesmo ano, voltei em outros “Vamos Desenrolar” e passei a frequentar as atividades do Ocupa Alemão (do qual, naquele momento, Thamyra e Raul participavam). Ao meu interesse pelos usos da comunicação e das novas tecnologias pelos militantes mais jovens e a interseção entre os “mundos” dos projetos sociais e dos movimentos, somou-se a descoberta de um lugar em que eu não era a única pesquisadora. Naqueles encontros, e retomando Cunha (2009), o conhecimento acadêmico era um entre muitos. Ali também reencontrei pessoas com quem havia trabalhado e militado no Ibase e (pelo Ibase) no Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro.

É preciso dizer que naquele primeiro “Vamos Desenrolar” em que estive lá na frente apresentando alguns tópicos da pesquisa enquanto imagens e palavras selecionadas por mim eram projetadas para, em seguida, ouvir “os jovens”, a minha sensação foi de extremo desconforto e certo medo de que minhas “descobertas” fossem confrontadas ou desconstruídas por meus interlocutores. Não era alentador estar nessa posição. Mas havia espaço para muitas posições. Junto com o incômodo, estava disponível a possibilidade de pensar, nos termos propostos por Gilberto Velho (1981), a análise produzida por antropólogos e por outros pesquisadores como mais uma versão interpretativa da realidade pesquisada. Como tal, essa versão poderia ser acolhida por alguns, rechaçada por outros tantos que, por sua vez, a partir de múltiplos lugares (já que moradores e militantes de favelas também não devem ser percebidos como grupos homogêneos), produzem suas próprias interpretações sobre a realidade em que vivem. Velho lembra que “... ao estudar o que está próximo, a sua própria sociedade, o antropólogo expõe-se, com maior ou menor intensidade, a confrontos com outros especialistas, com leigos e até, em certos casos, com representantes do universo que foi investigado, que podem discordar das interpretações do investigador” (VELHO, 1981, p. 11). Ele conta uma experiência por ele vivenciada em uma das suas pesquisas em que dois de seus interlocutores não concordaram com algumas de suas conclusões, apresentando críticas que o levaram a rever pontos importantes.

Este espaço criado pelo Raízes junto com pesquisadores(as) parecia-me desempenhar também esse lugar de encontro onde há a possibilidade de confrontar opiniões e pontos de vista. Mas tornava-se mais visível o lugar da subjetividade de quem pesquisa e os múltiplos lugares de suas falas (em contraponto a uma pretensa universalidade do saber acadêmico e objetividade de um lugar de fala totalmente exterior à realidade estudada e por ela “não

contaminada”). E, para quem pesquisa, era uma oportunidade para ouvir impressões acerca de suas interpretações e incorporar no trabalho de análise possíveis críticas e sugestões vindas de diferentes interlocutores, incluindo-se aí outros(as) pesquisadores(as).

Quanto mais eu frequentava esse espaço (e outros encontros do Raízes, do Ocupa, do Papo Reto, da Praça do Conhecimento, do Barraco 55, do Voz da Comunidade, da Oca dos Curumins, do Educap, do Formação de Agentes de Cultura, da TV Verde ou do Turista Aprendiz, para citar alguns) mais descobria que as posições não eram fixas. Mas, ali, no “Vamos Desenrolar” isso era explicitado. Diferentes formas de conhecimento eram valorizadas e podiam ser ouvidas, questionadas e debatidas. Não era negar a importância da pesquisa acadêmica ou de organizações não governamentais, era inscrevê-las em outras discussões, outros círculos de debate e, como eles dizem, outros processos de “produção de conhecimento”. Os conhecimentos produzidos individualmente por acadêmicos ou institucionalmente eram debatidos no curso de sua produção e outras demandas surgiam. Para nós (pesquisadores) e para eles (que viviam ali). Na apresentação do Caderno Devolutiva 2013 do Vamos Desenrolar, sua história é apresentada nos seguintes termos:

Em fins de 2011, o Instituto Raízes em Movimento, acompanhando vários trabalhos desenvolvidos por pesquisadores no Complexo do Alemão e da Penha, começou a reunir estas pessoas, e estabelecer uma troca entre elas, e delas com vários atores que atuam no território. A ideia, então, era que esta interação pudesse contribuir para a divulgação das pesquisas nos Complexos, e entre os pesquisadores e, ainda, a construção de ações mais consistentes para o desenvolvimento das Favelas, de forma a influenciar futuras políticas públicas para estas localidades. Havia também a perspectiva de construir um centro de documentação e memória do Complexo do Alemão e Penha e um portal que reunisse a produção do conhecimento na região. Daí surgiu o primeiro nome do grupo que unia pesquisadores e atores locais dos Complexos: Seminário de Produção do Conhecimento (Caderno Devolutiva 2013, Vamos Desenrolar, Raízes em Movimento).

Informalmente, Alan me falou mais de uma vez que a busca por reunir acadêmicos e pesquisadores que realizavam trabalhos no lugar fazia parte também de uma tentativa de otimizar as coisas. Ele, David e outras pessoas e organizações do Alemão eram procurados naquele momento com frequência por pessoas que tinham intenção de realizar pesquisas ali. A procura foi tornando-se mais frequente depois do início das obras do PAC no lugar e, mais ainda, após o início do processo que antecedeu a “pacificação”<sup>224</sup>. Os pesquisadores iam em

<sup>224</sup> Ao analisar levantamento feito sobre pesquisas realizadas em favelas, Valladares (2005) constata a preferência de 19 favelas e conjuntos de favelas em um universo de 752 (dados do Instituto Pereira Passos, 2002). O Complexo do Alemão não figura entre as mais escolhidas pelos pesquisadores. A socióloga atribui

busca de contatos, queriam falar de suas ideias de pesquisa, mas também acabavam por ter nessas pessoas interlocutores frequentes, buscando-os para tirar dúvidas, por exemplo. No caso do Raízes (e de outras organizações, grupos e coletivos que possuíam sede), o lugar também tornava-se referência. Assim como eu, paravam ali para conversar (“trocar uma ideia”), tomar água, perguntar alguma coisa, mas também pediam para utilizar o espaço para realizar entrevistas (como fiz algumas vezes<sup>225</sup>). Nós pesquisadores também fazíamos parte do fluxo de pessoas que frequentavam o Raízes.

Em 2013, os encontros eram itinerantes e aconteciam sábados à tarde mensalmente. De acordo com a mesma publicação, houve seis reuniões entre abril e outubro daquele ano com os temas história e urbanização do Complexo do Alemão; novas tecnologias e jovens de territórios populares (da qual participei como uma das dinamizadoras); segurança pública e direitos humanos; criação, criminalização e resistência: cultura nas favelas; homofobia nos espaços de favela; e migrantes: enraizamentos e desenraizamentos.

No final do mesmo ano, no mês de dezembro, realizaram um evento de devolução em que foram distribuídos exemplares da publicação anteriormente citada. O evento foi uma mistura de atividade cultural e lançamento e aconteceu na Praça do Conhecimento em um sábado. Quando cheguei, com o evento já começado, havia pessoas falando de pé ao microfone localizado no fundo do espaço térreo do lugar. Lembro que ainda não tinha muita intimidade com meus interlocutores do Ocupa Alemão e me aproximei de Thainã Medeiros e Pamela Souza, ambos participantes do coletivo naquele momento, pedindo para acompanhar as atividades do grupo e incluí-los em minha pesquisa de tese. Mantive-me mais afastada, de pé, atrás, olhando a movimentação das pessoas ali presentes, algumas pessoas engajadas em ações coletivas locais (que naquele momento inicial de trabalho de campo pude reconhecer) e diversos pesquisadores (na verdade, em sua maior parte pesquisadoras mulheres, algumas por mim conhecidas), além de pessoas ligadas a outras organizações como o Observatório de Favelas, por exemplo.

Haviam me pedido para fazer um cartaz com o resumo do que falei no Vamos

---

tais escolhas a alguns fatores como a proximidade de algumas delas de universidades; o fato de terem sido alvo de políticas públicas; a visibilidade negativa ligada à violência e ao tráfico de drogas; a notoriedade ligada a conflitos políticos e mobilizações associativas; a um efeito de “utilização cultural” remetendo à imagem da favela como lugar central do samba; e, por último, o que a autora chama de “efeito bola-de-neve”, resultado da notoriedade e da facilidade de acesso às redes da favela, através das ONGs que atuam nestes espaços”. (p. 148). Esse último fator, bem como a questão da convergência de políticas públicas e a relação com a violência (pós-pacificação) parecem ter contribuído para reconfigurar a preferência da realização de pesquisas em favelas do Complexo do Alemão nos últimos anos.

<sup>225</sup> De minhas 37 entrevistas (conversei ao todo com 42 pessoas, no entanto, algumas entrevistas foram realizadas em dupla por motivos diversos), seis foram realizadas no espaço do Raízes.

Desenrolar. Quando cheguei com meu cartaz de cartolina, fui informada de que havia sido a única pesquisadora a cumprir a tarefa (meses depois encontrei meu cartaz afixado em uma das paredes da sede do Raízes). Fui pega de surpresa ao ser, em seguida, convocada ao microfone para falar (como fizeram com boa parte das pessoas ali presentes). Não sabia o que dizer. Todos falavam rapidamente, agradecendo a experiência do Vamos Desenrolar. Fiz o mesmo.

O evento contou também com exposição, cortejo de um bloco de carnaval local por ruas da Nova Brasília e exibição de filme no final na praça. Enquanto as coisas eram organizadas para a exibição dos filmes, eu conversava e bebia cerveja com uma bolsista da professora Pâmella Passos, do IFRJ, que também começa a acompanhar as atividades do Ocupa para uma pesquisa de iniciação científica, e Pamela Souza, do Ocupa Alemão. Falamos sobre muitos assuntos: militância, namoro, política, rimos bastante e nos aproximamos mais naquele dia. Outras pessoas que estiveram presentes conversavam, bebiam e comiam em bares na Praça do Terço, local da exibição onde também ficava a Praça do Conhecimento. Essa foi uma das minhas últimas atividades de campo de 2013. Mas que, naquele momento, ainda não percebia como tal.

No início de 2014 fiquei envolvida com atividades acadêmicas<sup>226</sup> de modo que meu contato com o Complexo do Alemão no primeiro semestre daquele ano se deu basicamente pela Internet. Quando retornei de viagem, reiniciei em seguida o contato com meus interlocutores. Uma das primeiras conversas que realizei nessa segunda fase de trabalho de campo foi com Alan Brum. Fui até a sede do Raízes em Movimento em um dia marcado pelo Messenger para contar sobre minhas intenções de pesquisa. Mas ouvi mais do que falei.

Ao invés de conversarmos sobre minha pesquisa, nossa conversa girou em torno dos projetos de Alan para o Raízes em Movimento. Aqui é possível fazer uma ressalva. Há várias pessoas - na verdade, homens - que, no período do meu campo, formavam o Raízes em Movimento. Alan e David, que estiveram entre o grupo de fundadores do grupo que deu origem à organização (ver Capítulo 2, trajetória de Alan Brum) tinham lugar central na instituição. A partir deles, o Raízes organizava-se em dois eixos principais: o trabalho com educação (e inclui o que eles chamam de “produção de conhecimento”) e o trabalho com comunicação (que inclui não apenas a comunicação formal, mas também abrange formas de cultura como comunicação, caso do grafite, arte dominada por David e várias pessoas próximas a ele e a Alan, que fizeram parte do grupo que deu origem ao instituto, mas também

---

<sup>226</sup> Redação de meu projeto de tese para a qualificação, trabalhos de final de disciplinas e preparativos para meu estágio doutoral que foi realizado em Paris, França, entre março e junho daquele ano.

do evento anual que realizavam há mais de dez anos, o “Circulando – diálogo e comunicação na favela”).

David e Alan eram os que levavam a instituição desde o início. Com eles, e com presença mais regular no cotidiano, estavam Lauro Sidney Ottoni (conhecido como Sr. Sidney), um senhor, morador do lugar que entrou no Raízes a partir da participação em um grupo focal que integrou em uma pesquisa que a instituição realizava em parceria com o Ipea; Ricardo Moura, fundador de um pré-vestibular local e, na época do meu trabalho de campo, doutorando no IPPUR/ UFRJ; Renato Tutsis, que trabalhava na UPP Social, cursava graduação em filosofia na UERJ e acompanhava de perto as atividades institucionais tanto de educação, quanto de comunicação; Marcos Rey, que havia feito parte da graduação em ciências sociais na PUC, era lutador profissional de jiu-jitsu e na época trabalhava como segurança; e Thiago Matioli, morador do suburbio carioca, não muito longe do Complexo do Alemão, e cursava doutorado na USP (com mestrado pelo IPPUR). O conheci após voltar de Paris e lembro-me nitidamente de Alan me falar dele naquela conversa, me perguntando se o conhecia e me mostrando um livro lançado por ele. Thiago aproximou-se da instituição a partir da relação com outra pesquisadora considerada por eles, assim como eu, “colaboradora”, Eugênia Motta. Ele se aproximou para realizar seu trabalho de campo no Complexo do Alemão e acabou passando a se integrar totalmente à dinâmica da organização.

Conto a conformação do Raízes no período de minha pesquisa para localizar os projetos de Alan para a instituição naquele momento, que estão vinculados a seu desejo de investimento e criação de oportunidades para moradores de favelas que estão (ou querem estar) na universidade. Do grupo aqui descrito, apenas Sidney não tinha graduação. Todos os outros ou eram universitários, ou pós-graduandos, ou, ainda, ao menos haviam ingressado na universidade (caso de Marcos e também de Maycom – ver sua trajetória no Capítulo 2 – que era muito próximo do Raízes mas que frequentava o lugar de forma menos regular naquele momento). Em boa parte da realização da pesquisa de campo, nenhum deles era remunerado pelos trabalhos ali desenvolvidos, apesar de haverem sido em outros momentos. A instituição passava por um período de dificuldades de financiamento, mas todos deles mantinham-se regularmente presentes na sede, revelando explicitamente um forte engajamento militante com aquele projeto coletivo (mais uma vez, no sentido de Velho, 1994).

Voltando àquele encontro com Alan, naquela oportunidade, ele falou de várias relações estabelecidas por ele e pela instituição com a universidade. Citou nomes de professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ligados ao Urbanismo, à Sociologia e à

Antropologia e falou sobre a ideia de ter um centro de pesquisa e documentação no Alemão (que já havia batizado com a sigla CPEDOCA – Centro de Pesquisa e Documentação do Alemão, inspirado no CEPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação da Faculdade Getúlio Vargas, a FGV). Alan não queria apenas que a universidade estivesse próxima do lugar. Seu sonho é que a universidade estivesse **no** lugar (sonho que pareceu mais próximo da concretização quando, em 2015, surgiu a possibilidade de instalação de um campus do IFRJ no lugar, o que não se concretizou). Desse modo, ganha ainda mais sentido a criação de um grupo de pesquisadores(as), com vinculações institucionais diversas, quase todos cursando graduação ou pós-graduação, ao Raízes em Movimento.

A criação de tal grupo tem ver tanto com um movimento por encontrar caminhos para que os pesquisadores pudessem se engajar ao local (como evidencia os trechos destacados do artigo de Facina (2016) e do Caderno Devolutiva 2013), sem deixar de fora a interação com os moradores, quanto o fato de ter se conformado como projeto (no sentido empregado por Velho, 1994)<sup>227</sup> institucional e pessoal de Alan e David. Tais aspectos pareciam convergir. A chegada de Thiago à instituição e seu engajamento crescente contribuíram para dar corpo a esse movimento. Sendo assim, em 2014, ficam muito evidentes as diferenças entre a dinâmica do grupo de pesquisadores(as) e aquelas do Vamos Desenrolar. Cada uma deveria ter, assim, um modo específico de funcionamento já que se tratavam de formas distintas de se apresentar e se falar sobre pesquisas e sobre o lugar.

Mas isso não significou um descolamento do Vamos Desenrolar de uma dinâmica articulada à produção de conhecimento ou mesmo à universidade. Ao contrário, no ano de 2014, o Vamos Desenrolar passa a ser um projeto de extensão vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, mais especificamente à Pró-reitoria de Extensão, coordenado por Alan Brum e pela antropóloga Adriana Facina. Os encontros aconteciam bimestralmente aos sábados à tarde. Nesse momento, ao construírem o Vamos Desenrolar como projeto de extensão universitária ligado à UFRJ, optaram (em diálogo com o então pró-reitor de extensão) fazê-lo como um “curso” tendo políticas públicas como eixo dos encontros.

O grupo de pesquisadores ligados ao Raízes reunia em seus encontros, em média,

---

<sup>227</sup> Gilberto Velho inspira-se em Schutz para traçar a seguinte definição (e reflexão) acerca do conceito de projeto: “*Projeto*, nos termos deste autor, é a *conduta organizada para atingir finalidades específicas*. Para lidar com o possível viés racionalista, com ênfase na consciência individual, auxilia-nos a noção de *campo de possibilidades* como dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de projetos. Assim, evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de *projeto e campo de possibilidades* podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades” (VELHO, 1994, p. 40).

entre 10 e 20 pessoas mensalmente. Entre 2014 e 2015, foram realizados cerca de 15 encontros. Em uma planilha feita pelo grupo constam 16 pessoas, com informações sobre as instituições a que estão vinculadas e seus principais temas de pesquisa. Nessa lista, não estão Alan, Renato, Ricardo ou outras pessoas como Calazans que também participavam sistematicamente dos encontros. Seu preenchimento foi voluntário. Nesse período, em que Thiago assumiu com mais centralidade a mediação do grupo, foram produzidos também relatos das reuniões que passaram a circular regularmente através de uma lista de e-mails. O coletivo também passou a ter um grupo no Telegram (aplicativo alternativo ao Whatsapp, mas com as mesmas funções) e um espaço virtual para compartilhamento de documentos.

As reuniões tinham um formato mais ou menos fixo. No planejamento feito no final do ano anterior ou nos primeiros encontros daquele ano, debatíamos os temas de interesse e quem seriam as pessoas a fazer uma apresentação inicial daqueles assuntos a partir do que pesquisavam. Sendo assim, eram apresentadas e debatidas pesquisas em diferentes fases de produção que iam desde projetos de pesquisa de graduandos ligados à iniciação científica até dissertações e teses já finalizadas ou, ainda, pesquisas em andamento ou concluídas de professores(as) e pesquisadores(as) de diferentes instituições de ensino e pesquisa (como UFRJ, UFF, USP ou Ipea, por exemplo).

O conteúdo apresentado brevemente pelas pessoas que se comprometiam (e, de modo geral, enviavam por e-mail textos com reflexões relacionadas ao que seria apresentado por elas no encontro a seguir) era debatido pelos presentes. Fossem eles quem fossem. Havia uma maior fluidez na participação das pessoas que frequentavam mais habitualmente o lugar e as reuniões do coletivo, como Thiago, Alan, Ricardo, Eugênia, Rute, Marize, Heitor ou eu (no período em que participei regularmente em 2014). No entanto, no período em que acompanhei a atividade, havia também uma intensa participação esporádica de outros pesquisadores fossem eles estrangeiros ou brasileiros com pesquisas em áreas de interesse semelhante, mas que não obrigatoriamente realizavam trabalho de campo no Alemão.

A qualidade da participação nas reuniões do grupo tinha a ver também com características pessoais dos participantes como maior ou menor inibição para fala pública, por exemplo. Já observei, por exemplo, Sidney comentando a fala de uma pesquisadora doutora sem nenhum constrangimento. O mesmo ocorreu no dia em que eu e Charli apresentamos nossas pesquisas, como descrito inicialmente neste capítulo. Recordo-me vivamente de Raphael Calazans, nem sempre presente, mas ali naquele dia, ter falado longamente após nossas apresentações. Tecendo comentários acerca da falta de lugar de pessoas que

pesquisavam coletivos como o Papo Reto devido ao fato de eles conseguirem grande visibilidade (sobretudo através das redes sociais virtuais, ele mencionou, inclusive, as milhares de curtidas que o coletivo tinha naquele momento no Facebook) sem a necessidade de nossa mediação. Na mesma colocação fez questão, no entanto, de ressaltar a participação de Charli no coletivo, recordar sua entrada no grupo e como era respeitada por ser “a gringa mais favelada que conheciam”<sup>228</sup>.

Nem sempre havia outras pessoas além de nós, pesquisadores(as). Ainda que pessoas do Raízes estivessem sempre presentes e na reunião não fossem claramente estabelecidas regras para a conversa, Alan, Ricardo, David, Renato e Sidney pareciam ter um status diferenciado. Eles eram o Raízes. Nós estávamos no Raízes. Devo relatar, no entanto, que, desde aquela minha primeira conversa com Alan, ao retomar meu trabalho de campo, ele se referia a mim como alguém “do Raízes”, inclusive para outras pessoas que ali trabalhavam (estagiários e voluntários, por exemplo). Outro exemplo paradigmático sobre esse lugar foi quando fui expulsa da reunião entre ações coletivas locais e o governador Luiz Fernando Pezão (PMDB), em visita ao Alemão no início de 2015<sup>229</sup>. Naquele momento, quando fui interpelada pela assessora do governador que solicitou que me retirasse, sai da sala em que acontecia a reunião e me apresentei a ela como sendo doutoranda da Universidade Federal Fluminense realizando ali minha pesquisa. Em nenhum momento ali me ocorreu acionar meus laços com Raízes ou coletivos locais (como o Ocupa Alemão ou o Papo Reto) para justificar minha permanência no local. Depois de concluído o encontro, contei para algumas pessoas de lá (do Papo Reto e do Raízes) o que havia acontecido e todos(as) me perguntaram “mas por que você não disse que era do Raízes?” ou “se a gente tivesse visto isso, não tinha deixado você sair de lá”. “Ser do Raízes” nunca foi uma posição confortável pra mim, me percebia como alguém que ajudava em atividades (como mutirões de limpeza e construção da praça em frente à sede, por exemplo), que estava disponível para “trocar uma ideia” com o Alan, Renato, David e Thiago (assim como eles sempre se disponibilizavam a conversar comigo quando eu solicitava), escrever um texto vez ou outra, ou, ainda, estar presente (e eventualmente ajudar a organizar) as atividades realizadas por eles.

Mas confesso que eu me sentia mais vista por eles como Raízes do que me reconhecia nesse lugar. Eles muitas vezes buscavam me trazer para mais perto, mas eu não me via com a disponibilidade que percebia neles para estar ali, me comprometer com coisas. Por um lado,

---

<sup>228</sup> Para mais detalhes sobre o coletivo Papo Reto e seus participantes, ver Capítulo 5.

<sup>229</sup> A visita do governador ao Complexo do Alemão é mencionada no Capítulo 5.

tinha medo de uma adesão maior poder comprometer minha possibilidade de transitar entre coletivos, organizações e projetos ali dentro e, ao mesmo tempo, me incutir algum tipo de auto-censura caso optasse por falar da instituição. Por outro lado, temia reproduzir, no trabalho de campo, um trabalho muito familiar para mim: de técnica de ONG. Achava que era isso que Alan e David podiam esperar de mim uma vez que foi esse o lugar que ocupava anos antes quando nos conhecemos. Foi apenas com o contato mais permanente com eles e com a presença mais cotidiana na sede do lugar que pude perceber que aquela organização e o Ibase (no qual eu havia trabalhado por muitos anos) só compartilhavam o rótulo de “ONG”. O tipo de trabalho e engajamento nas duas organizações, ainda que guardassem semelhanças devido a questões estatutárias e formas de acesso a financiamentos, por exemplo, guardavam distância em termos de concepções de militância e do tipo de trabalho desenvolvido. No Raízes o engajamento militante era imprescindível. E todo mundo tinha que fazer um pouco de tudo (ainda que, para eles, houvesse um evidente compartilhamento de tarefas). De acordo com Calazans em sua fala no Vamos Desenrolar sobre cultura, que aconteceu em 23 de agosto de 2014, na Praça do Conhecimento: “Raízes não é só ONG, é fodida e pobre, formada por militantes e moradores que pensam cultura como resistência”.

As reuniões de pesquisadores do Raízes e o Vamos Desenrolar foram, portanto, apenas algumas das atividades da organização da qual participei. Como foi dito algumas vezes ao longo da tese, considerava o lugar como meu ponto de apoio e as pessoas de lá, sobretudo Alan, David, Renato e Thiago como pessoas de confiança, muito próximas, com quem (assim como Thamyra) trocava reflexões sobre o andamento da minha pesquisa e sobre as atividades cotidianas em que estavam envolvidos, não apenas acadêmicas e de militância e/ou trabalho. Foram muitas horas de conversa. Muitos cafés e lanches na casa de Thamyra. Muitos almoços com Alan. Muitas mesas de bar com eles e com diversos pesquisadores que também frequentavam o lugar como Tatiana, Marize, Adriana e Eugênia. Muitas vezes senti que minha relação com essas pessoas, incluindo os pesquisadores, me guiavam para outros caminhos de pesquisa que indicavam a importância das relações entre militantes e as ações coletivas das quais participavam e nós, pesquisadoras. Muitos daqueles militantes haviam sido ou eram universitários e (ou tinham como projeto ser) pós-graduandos. No entanto, o conflito com a “universidade”, com os “pesquisadores”, a ideia de “apropriação” da cultura local, das práticas e discursos produzidos por eles volta e meia emergia. Fosse em brincadeiras na mesa do bar ou conversas informais, em postagens nas redes sociais virtuais (como uma de uma de minhas interlocutoras em que dizia que ia começar a cobrar pra dar entrevista porque não

aguentava mais que fossem procurá-la para dizer sempre a mesma coisa, o que foi endossado em comentários por diversas pessoas de lá) ou pela cobrança (direta ou indireta) da falta de retorno sobre as pesquisas ali realizadas.

A relação com o Raízes, a constituição do Vamos Desenrolar como forma de “devolver” o conhecimento que era produzido pela academia e os institutos de pesquisa para moradores engajados ou não e a criação de um coletivo de pesquisadores(as) vinculado a uma instituição local não resolvia essa questão. Por trás dela, estão outras questões históricas que tem a ver com assimetria de poder, posições sociais, lugar de fala e um sentimento profundo de falta de respeito de muitos moradores de favela em relação a pesquisadores que vão lá para estudar e “nunca retornam”.

Como aponta Melo (2016), no entanto, não se trata apenas de devolver o que foi ali aprendido, mas de lidar com certa “expectativa de comprometimento com as atividades que eles realizam, no sentido de ultrapassar a distância deixada pelo pesquisador que 'apenas faz seu trabalho e some’”. Trata-se, ainda, da continuidade de uma relação que é mais profunda e complexa do que aquilo que abarca o que usamos chamar na antropologia (e outras disciplinas das ciências humanas) de trabalho de campo. Ao longo da pesquisa no lugar são tecidos laços de amizade, empatia, proximidade. Nós, pesquisadores de fora, participávamos dos atos e manifestações. Éramos convidados a segurar faixas e distribuir panfletos. Integrávamos a “vaquinha” ou “rateio” para a produção de materiais para essas e outras atividades. Visitávamos regularmente instituições e as casas de pessoas. Algumas vezes chegávamos a ser maioria em certas atividades. Ou seja, nossa ausência ou “sumiço” também era sentido. Não apenas pelo estabelecimento de uma possível expectativa não cumprida (uma pesquisa que não teve “retorno para a comunidade”, como muitos afirmam), mas também porque o não retorno explicita algo que é de extrema importância para a compreensão das relações nos movimentos populares de favela: nós não somos do lugar.

Mesmo para antropólogos brasileiros ou estrangeiros que chegam a viver em favelas (não tendo sua origem em uma delas), chega uma hora em que retornamos para nossos bairros de origem (sendo eles populares ou não) ou seu país. Há uma ruptura na relação que evoca justamente um modo de conformação do lugar a partir dos “de dentro” e dos “de fora”. E ainda que tenhamos experimentado, com maior ou menor intensidade, a sensação de pertencimento ao lugar (lembro ter vivido isso muito brevemente ao ser reconhecida pelo segurança do teleférico em que descia com certa regularidade ou comerciantes da rua onde ficava a sede do Raízes), em algum momento esses laços deverim que ser refeitos a partir de

um distanciamento físico que marca, para pesquisadores(as) de modo geral, um outro momento do nosso modo de produção de conhecimento: a escrita de nossos trabalhos de conclusão (monografias, dissertações, teses ou relatórios de pesquisa).

### **Outros caminhos**

O caminho encontrado pelo Raízes, seus integrantes e pesquisadores(as) com quem construíram vínculos - fosse através de relações anteriores de trabalho e militância, meu caso, fosse pela indicação de outros pesquisadores e professores de que procurassem Alan ou outros interlocutores para iniciar sua pesquisa no Complexo do Alemão - ia ao encontro de iniciativas em curso lá e em outras favelas. O Barraco 55, por exemplo, recebia em sua sede (com instalações de dormitório, banheiro, cozinha etc) pesquisadores e artistas (sobretudo estrangeiros) interessados em fazer pesquisa e/ou ações no local, buscando integrá-los em dinâmicas em que “deixassem alguma coisa ali”. Ainda que aquilo a ser deixado variasse muito a depender de características, trajetórias e relações estabelecidas. Um doutorando inglês, que passou alguns meses lá hospedado e que conheci de maneira distante durante minha pesquisa, tocava um instrumento e chegou a participar de apresentação do conjunto musical ligado ao Barraco. Tia Bete e sua instituição, a Oca dos Curumins, também possuía alojamento para pessoas de fora. Tratava-se de uma possibilidade barata de aluguel e um modo de vivenciar a experiência de estar em uma organização local. Outro colega inglês também hospedou-se lá por algum tempo. Os coletivos que acompanhei, Ocupa Alemão e Papo Reto, assim como o Voz da Comunidade, o perfil Alemão Morro e o Educap, também estavam acostumados com a procura de pesquisadores e jornalistas brasileiros e estrangeiros. A recepção em geral era positiva. A nossa presença era vista como forma de colaborar com os grupos e contribuir para suas estratégias de visibilidade. As matérias jornalísticas publicizadas sobre as ações coletivas locais e seus integrantes eram frequentemente divulgadas também pelos grupos e pessoas engajadas em seus perfis coletivos e individuais nas redes sociais.

Isso não significa, no entanto, que não houvesse conflitos. A maior parte dos conflitos por mim observados deram-se de modo indireto. Ou seja, explicitavam-se em brincadeiras jocosas sobre certos pesquisadores em conversas informais ou na mesa do bar, por exemplo. Ou ainda, o que, como dito, tornou-se mais comum nos últimos anos, nas redes sociais virtuais, mais especificamente o Facebook. É preciso pontuar, no entanto, que não se trata de característica específica da visibilização pública de diferenças entre pesquisadores e moradores de favela, sobretudo os que se consideravam militantes ou ativistas. A exposição

pública de conflitos, indiretas e mútuas acusações (nominais ou não) tornou-se muito frequente nos últimos anos nas redes sociais entre distintos grupos de interesse. Dentro do que se usa nominar como “esquerda”, por exemplo, eram comuns indiretas e trocas de acusações entre aqueles que investiam em uma atuação institucional ou político-partidária, não apenas quando entravam em determinados partidos, mas também ao declararem em seus perfis nas redes sociais apoio a determinado(a) candidato(a); e outros que, desacreditados desse caminho como forma de transformação social possível, declaravam-se avessos a qualquer forma de participação institucional, acusando os primeiros de ingênuos ou aproveitadores, a depender do interlocutor em questão.

Depreende-se daí que não se trata de algo específico do universo estudado, mas um uso social específico das redes sociais amplificado nos últimos anos, mais frequentemente através das indiretas. As “tretas” acabavam por se produzir quando aquele ou aquela que se sentira atingido pela indireta (e, em certos casos, diretas) respondia à acusação o que, comumente, gerava a reação de aliados de ambos os lados do conflito, amplificando ainda mais as divergências e gerando maior repercussão da discordância. Costumávamos brincar que algumas coisas que poderiam ser resolvidas com uma cerveja na mesa de bar haviam se tornado questões públicas e amplamente publicizadas que geravam repercussões imprevistas. Uma delas seria a maior visibilidade das discordâncias internas daqueles que, em diferentes posições, integravam um certo campo chamado de “progressista” na sociedade, justamente em um momento de recrudescimento de forças sociais à “direita”, avessas a pautas sociais e identitárias e de reconhecimento e, por vezes, auto-proclamadas conservadoras.

No entanto, as plataformas virtuais também serviam, nesse mesmo sentido, para explicitar alianças e adesões. Não apenas em momentos de conflito, mas também em momentos de mobilização (como analisado nos capítulos 4 e 5). As redes de apoio e solidariedade, que incluíam atores diferentemente posicionados, “de fora” e “de dentro”, pesquisadores e acadêmicos provenientes das favelas e/ou de origem popular ou não também eram fortalecidas e tornadas visíveis através das redes sociais virtuais. O compartilhamento de postagens sobre tais mobilizações, questões do lugar ou eventos variados lá ocorridos ou por eles e elas organizados publicizavam apoios e adensavam (e iniciavam) relações já constituídas.

A maior visibilidade desses conflitos e alianças e a maneira como foram incorporados pelas variadas relações existentes entre acadêmicos/ pesquisadores e pessoas de ações coletivas engajadas, sobretudo as de favela, no entanto, também contribuiu para que fossem

inseridos não apenas como “fofoca” em conversas de bar, mas também como ponto sensível de discussão em diferentes espaços. Como visto no relato que abre esse capítulo, o Coletivo de Pesquisadorxs em Movimento foi um deles. Mas estava longe de ser o único. Assim como pessoas que integravam ações coletivas no Alemão criaram formas para estabelecer e debater relações que se constroem em contexto de pesquisa, isso ocorreu também em outras favelas, em ONGs e na academia.

Como exemplos de tradução dessas tensões, alianças e debates em outras favelas do Rio de Janeiro, pode-se mencionar o projeto “Agentes Pesquisadores da Favela”, nas favelas do Borel e da Formiga. Ele tinha como objetivo a “formação popular em técnicas de pesquisa para as juventudes de favelas” para que contassem “a trajetória de seus territórios”<sup>230</sup>. A iniciativa foi idealizada por Patrick Melo e Renan Oliveira, universitários, moradores de favelas e integrantes, à época do FJRJ. O projeto foi viabilizado através de edital da Secretaria do Estado de Cultura. Outros exemplos foram duas iniciativas do Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro. O FJRJ realizou em 2014 o projeto “Militarização das Favelas: impactos na vida dos jovens negros e negras”<sup>231</sup>, em parceria com a ONG Justiça Global e com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Essa iniciativa teve como objetivo “identificar, mapear e georreferenciar as violações de direitos e as violências específicas contra os jovens negros das favelas “militarizadas””, debatendo com eles a “política de militarização e noções de direitos humanos”. Utilizaram-se do método de “cartografia social”<sup>232</sup>, buscando uma forma de investigação que permitisse “aos seus protagonistas (re)pensar e (re)fazer continuamente a sua dinâmica espacial” e conhecer sua forma de perceber e experimentar a ocupação militar de seus locais de moradia. Tratou-se de um movimento, encontrado em outras ações coletivas e na universidade, de incorporar a pesquisa como modo de ação, intervenção e produção de conhecimento a partir de um outro lugar.

Além disso, o FJRJ, do qual o Raízes, Ocupa e Papo Reto faziam parte, realizou mais recentemente o encontro “Para quem e para que servem as pesquisas acadêmicas realizadas

<sup>230</sup> Para mais informações ver <https://www.facebook.com/agentespesquisadoresdafavela/> e <http://www.cultura.rj.gov.br/territorios-culturais-em-rede/2016/01/08/agentes-pesquisadores-da-favela/>.

<sup>231</sup> Relatório disponível em [http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0012/5008/RELAT\\_RIO\\_FINAL\\_DO\\_PROJETO\\_MILITARIZ\\_A\\_O\\_DAS\\_FAVELAS.pdf](http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0012/5008/RELAT_RIO_FINAL_DO_PROJETO_MILITARIZ_A_O_DAS_FAVELAS.pdf)

<sup>232</sup> A ampliação do uso da “cartografia social” inspirava-se, entre organizações e grupos que observei, no trabalho da “Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)” que tinha como objetivo “tem como objetivo dar ensejo à auto-cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Com o material produzido, tem-se não apenas um maior conhecimento sobre o processo de ocupação dessa região, mas sobretudo uma maior ênfase e um novo instrumento para o fortalecimento dos movimentos sociais que nela existem”. O método de investigação inspira-se naquele desenvolvido por um grupo de pesquisa da Universidade Federal da Amazônia.

em favelas?”. A atividade aconteceu em outubro de 2016, na favela de Manguinhos, e teve como finalidade “estabelecer um diálogo entre pesquisadores e pesquisadoras com moradores(as) de favelas sobre uma questão das mais faladas e cheias de controvérsias nos espaços de favelas”, ou seja, as pesquisas acadêmicas nelas realizadas. A reunião teve a participação do Coletivo de Pesquisadorxs em Movimento e também de pesquisadores(as) de diversas universidades que realizavam pesquisas em favelas (alguns deles também moradores(as) de favelas ou bairros populares). No encontro debateu-se a produção da pesquisa e a relação entre acadêmicos/ pesquisadores e favelas e seus moradores. A partir dele, outros encontros foram marcados com o mesmo objetivo para ampliar e aprofundar as reflexões sobre o tema.

Na academia e institutos de pesquisas (incluindo-se aí organizações não governamentais), podemos citar as mesas organizadas em torno da questão. Em 2015, por exemplo, ocorreram as mesas redondas “Produção acadêmica e engajamento político”, na Jornada de Alunos do PPGSA/IFCS/ UFRJ; e “Pesquisa e Militância/Ativismo”, no escopo do ciclo de debates “Desafios em Estudos sobre Policiamento e Crime” (Iesp/UERJ).

No caso dos(as) pesquisadores(as)/ professores(as) individualmente, o modo de tratar a questão também era bastante variado dado que o “produto” de nosso trabalho responde a outros tempos e a outros canais de divulgação. Tudo depende de por onde (ou melhor, através de quem) se entrava no campo. Nesse sentido, mais uma vez, a importância da entrada se dar pelo Raízes em Movimento, por exemplo. Em conversa informal com Thiago Matioli, ele uma vez me disse que “um pesquisador entrar no Alemão pelo Raízes, conversar com as pessoas, é um lugar muito especial, ninguém questiona o que você está fazendo ali” (notas de campo, 2014). Essa afirmação sintetiza a importância, para nós pesquisadores, das escolhas (nem sempre conscientes ou racionais) que fazemos ao entrarmos “em campo”. As instituições e pessoas através das quais entramos na favela nos emprestam sua reputação, suas redes de contatos, nos possibilitam (e também restringem) nossos acessos e circulações. Isso não quer dizer que devamos nos fixar ao lugar de entrada ou às redes das pessoas com quem construímos nossas primeiras relações. Mas devemos estar conscientes da importância estratégica dessas relações. E assim como nós pesquisadores devemos ter tal compreensão ao realizarmos nossas pesquisas, cada vez mais os moradores e, em especial, aqueles e aquelas engajados em ações coletivas têm muito evidente a importância de seu papel nesse caso. Também por isso sentem-se à vontade para nos interpelar.

Por isso também, para alguns grupos e coletivos, o fato de eu ter entrado através de

Alan, David e do Raízes, e também de Thamyra e do Ocupa, me permitiu ser recebida com menos desconfiança. A produção dessa relação de confiança e essa “reputação emprestada” não se constrói apenas a partir da entrada, mas depende de como nós pesquisadores escolhemos estabelecer tais relações (e quem nos escolhe para se relacionar conosco). Nesse sentido, e em relação à minha pesquisa especificamente, devo dizer que o uso da Internet (e em especial do Facebook e recursos como o Messenger e o Whatsapp) me permitiu a continuidade de minha presença, mesmo quando estive fora do país ou distante fisicamente devido a compromissos acadêmicos. As expectativas em relação à minha continuidade ali de alguma forma (nem sempre confirmadas, muitas vezes frustradas por inúmeras razões) era (e tem sido) minimizada pela permanência de um contato “virtual” que contribuiu para atualizar relações. Eu escolhi estabelecer tais relações com meus interlocutores através de meu perfil pessoal nas redes sociais virtuais. Ou seja, eles também tinham (e têm) acesso a informações sobre minha vida pessoal, meus engajamentos (políticos, profissionais, acadêmicos etc), minhas ideias sobre temas variados, por onde circulo etc

Por mais que nos engajemos em formas coletivas de construção das relações entre pesquisadores e interlocutores que busquem superar dicotomias entre diferentes formas de produção de conhecimento e engajamento militante, por exemplo, há, o tempo todo, escolhas pessoais ligadas à pesquisa e ao trabalho de campo especificamente que não estão subordinadas a esta inserção coletiva. Cada pesquisador(as) possui outras relações (no lugar e fora dele) que conformam os resultados daquilo que é pesquisado. Relações institucionais, acadêmicas, de orientação, preferências teóricas, inserções educacionais, profissionais e familiares etc. que contribuem para que diferentes pesquisadores construam distintas formas de produzir o conhecimento a partir do que viu, ouviu, viveu e sentiu no lugar (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996).

Além das escolhas e iniciativas de pesquisadores relacionadas à pesquisa de campo e seu desenvolvimento, pode-se mencionar ações que se deram em nível institucional, ou seja, na academia, partindo do lugar ocupado por pesquisadores como professores. Iniciativas variadas para construir em sala de aula espaços de ensino e aprendizado que incorporassem falas de pessoas de favela, as aqui chamadas “referências” ou os “jovens”, estando elas diretamente inseridas na academia (como cientistas sociais já formados) ou não. Em 2014, acompanhei diretamente essa estratégia nas aulas da disciplina “Antropologias Periféricas - Pensar a cidade: a favela nas Ciências Sociais”, ministradas por Adriana Facina e Pâmella Passos no PPGA/Museu Nacional/UFRJ. Além de receberem pessoas de origem popular para

falarem dos temas das aulas, houve a participação como alunos(as) ouvintes ou inscritos militantes do Complexo do Alemão, por exemplo. Outro exemplo, anterior a este (2013) e do qual tomei conhecimento, foi resultado de uma parceria entre PPGSA/UFRJ, PPGA/ICHF/UFF, Iesp/UERJ e PPCIS-UERJ. O Iesp, o PPCIS e o PPGA ofereceram duas eletivas com o mesmo nome de modo a viabilizar os(as) estudantes de mestrado e doutorado a fazerem os cursos valendo para a integralização dos créditos necessários. Em uma das disciplinas, o mesmo foi feito para a graduação. Elas tiveram como professores Luiz Antonio Machado da Silva, Marco Antonio da Silva Mello e Marcia Pereira, que ministraram uma parte das aulas que integravam as disciplinas. As aulas restantes foram dadas por outros(as) professores(as), palestrantes e intelectuais. Os nomes das disciplinas em questão eram “A favela por favelados”, “A favela por pesquisadores” e (para a graduação) “A favela filmada e cantada”. De acordo com Marcia Leite, “O que foi bacana (muito mesmo) é que conseguimos construir o curso como narrativas sobre a favela - conferindo ( e, creio, assim o curso foi apropriado pelos estudantes) o mesmo estatuto a intelectuais/pesquisadores e intelectuais orgânicos da favela”. Entre os últimos estiveram Mônica Francisco, do Borel (ver Capítulo 1); Itamar Silva, do Santa Marta (Grupo Eco) e um dos diretores do Ibase, o Rapper Fiell (militante de comunicação comunitária também do Santa Marta); e Alan Brum, entre outros(as).

É possível mencionar, ainda, as muitas atividades de “devolução” de pesquisas das quais participei enquanto trabalhei no Ibase (e que também observei em outras ONGs) como um dos espaços de debate dos resultados dos estudos (por vezes anteriores a sua publicação) realizados por pessoas que haviam feito parte do universo investigado.

Evidentemente estes são apenas alguns exemplos dos esforços realizados em múltiplas direções a fim de não apenas debater, mas também contribuir para a reconformação de espaços de aprendizagem e pesquisa. Nestes casos, sobre favela, em que moradores(as) e ativistas locais ultrapassassem a posição de informantes (ainda muito consolidada em diversos contextos) passando a participar também a partir de outros lugares de fala. Esta é uma dimensão do debate que envolve também escolhas metodológicas e teóricas que podem facilitar ou limitar o maior engajamento militante de pesquisadores ligados à universidade e com pretensões “acadêmicas”. E, dentro desse aspecto, não há apenas o modo como pesquisadores e suas pesquisas são percebidos e incluídos (ou não) pelo universo que pesquisam e por interlocutores engajados. Deve-se considerar também a maneira como tais pesquisas e pesquisadores(as) vêm sendo percebidos e incorporados pelo universo acadêmico.

Há, ainda, muita resistência a um engajamento militante explícito de quem pesquisa sob o argumento de que tal fato poderia comprometer a qualidade do trabalho acadêmico realizado. A questão do “distanciamento crítico” para refletir sobre determinado tema e a “objetividade científica” são, dessa forma, recolocados. Naudier e Simonet (2011) propõem na introdução da coletânea “Des sociologues sans qualités? Pratiques de recherche et engagements” desmistificar a “pesquisa ideal”. As autoras refletem sobre outros paradigmas de produção científica, situando os(as) pesquisadores(as) (como propõe o artigo de Pudal, 2011, na mesma publicação) em suas “realidades sociais, políticas, institucionais, econômicas também e a produção de um conhecimento em suas “configurações históricas” singulares, pelas suas “imbricações ao mesmo tempo políticas, científicas e biográficas”” (NAUDIER, SIMONET, 2011, p. 8, tradução livre). Na perspectiva adotada por elas e por outros autores presentes no livro, a “norma da neutralidade do saber” pode se constituir uma arma em uma “batalha científica”. Buscando referência na teoria e engajamento feministas afirmam que:

O saber é sempre político isso porque o pesquisador é sempre situado socialmente, nos disseram as feministas. A imbricação entre engajamentos feministas e científicos segue então uma prática de reflexividade dos(as) pesquisadores(as) que tem lugar no coração do processo de produção da ciência (NAUDIER, SIMONET, 2011, p. 10, tradução livre).

Há uma enorme literatura a respeito do lugar da reflexividade na produção acadêmica (incluindo críticas ou demonstrações de sua insuficiência), alguns já citados neste capítulo, que não terei como retomá-la nesse momento dado o escopo da tese. O que o debate sobre a reflexividade pode ensinar é a importância de identificar e situar diferentes fatos e circunstâncias que “modulam a escolha” de nossos “objetos” de pesquisa. O engajamento militante de quem pesquisa pode ser pensado, nesse sentido, como uma das “disposições pessoais (trajetórias sociais, profissionais ou histórico familiar)” que criam tanto a relação com a profissão e esse universo, quanto a entrada e manutenção no “campo” e a produção científica. A reflexão das autoras não desconsidera as circunstâncias que atravessam o trabalho de campo, suas implicações “emocionais, corporais e mesmo carnis” (citando o trabalho de Loïc Wacquant).

Esse foi o esforço que busquei realizar nesse capítulo. Não apenas analisar uma parte das relações em jogo quando alguém se propõe a fazer um trabalho acadêmico e científico (no caso do capítulo, evidenciando engajamentos variados e implicações na pesquisa de campo), mas também incorporar exemplos de como tais relações e engajamentos podem ser tratados,

sobretudo por nossos interlocutores(as). Sem desconsiderar, no entanto, como a universidade, a academia percebem e lidam com a questão. Nela, e há muito tempo, há diversas iniciativas de pessoas interessadas não apenas em refletir sobre sua posição social em campo e seus efeitos sobre a produção do conhecimento, mas também em contribuir para reconfiguração de relações historicamente desiguais. O saber científico tem um lugar socialmente diferenciado. A autoridade científica é aí produzida (e também produz esse lugar). Isso não pode ser desconsiderado. No entanto, há, como busquei demonstrar neste capítulo, movimentos em variadas direções em busca de criar métodos e formas de relação capazes de refletir, repensar e contribuir para modificar tal realidade. As relações entre pesquisadores(as) e pesquisados(as) e entre quem realiza pesquisa e seus pares situam-se em contextos históricos, a partir de trajetórias pessoais e institucionais. E, é a partir daí que são reproduzidas formas de conhecer e ensinar, mas também de se repensar e criar outras modalidades de pesquisa e produção de conhecimentos (inclusive acadêmico e científico, mas não apenas ele).

## Considerações finais

No início de outubro de 2016 militantes foram presos e agredidos enquanto faziam a cobertura midiática de uma remoção que estava sendo realizada em uma das favelas do Complexo do Alemão. As ameaças e agressões verbais que sofriam cotidianamente por parte de policiais foi, naquele momento, traduzida em ações mais extremas. Entre os presos, Rene Silva e seu irmão Renato Moura, ambos do Voz da Comunidade. O caso ganhou repercussão na Internet e jornais da mídia comercial graças às redes a que Rene encontrava-se inserido. Outros militantes do Alemão entraram em contato com organizações externas, como a Anistia Internacional, para denunciar o ocorrido. Rene e seu irmão foram levados para a delegacia com sede no Alemão (45ª DP) por desacato. Não pararam de filmar e fotografar a remoção quando interpelados pelos policiais. Rene teria se recusado a entregar seu celular. Além da repercussão em diversos meios de comunicação, Rene, Renato, outras pessoas do Voz, mas também do coletivo Papo Reto, do perfil Alemão Morro e de outras ações coletivas que envolvem comunicação fizeram uma manifestação pública.

A foto da atividade que vi no Facebook mostrava cerca de 20 pessoas, em sua maioria jovens, sentadas em uma calçada em frente à 45ª Delegacia de Polícia com uma das mãos tapando suas bocas. A foto de Bento Fábio (outro dos fotógrafos do Alemão) foi associada a palavras em fonte grande na cor branca: “não calarão nossa voz”. A frase criada por eles naquele momento, que acionava a relação da voz dos favelados, dos militantes ao nome de uma das ações coletivas locais (o Voz da Comunidade) e também ao gesto feito por quem participou daquele ato remetem a outra frase: “paz sem voz não é paz, é medo”. A citação da música “Minha Alma (a paz que eu não quero)” do grupo musical carioca O Rappa (1999), foi utilizada, ao longo do meu trabalho de campo, em muitas manifestações, atos e postagens em redes sociais. Assim como a frase (e a performance) do ato acima narrado, ela evoca a importância de poder falar, poder comunicar, poder dizer o que se pensa. Ideias fundamentais para quem tem na comunicação, na produção de textos, imagens e vídeos um de seus modos centrais de atuação militante.

A frase de O Rappa, no entanto, coloca ênfase em outra ideia: a da “paz” (e muitos anos antes da política de “pacificação” ser criada). “Paz sem voz não é paz, é medo”. A letra da música fala dos custos envolvidos para se manter a ideia de paz. Nesse mesmo sentido, podemos pensar a categoria “paz” como uma daquelas que, assim como “ocupação” estiveram em disputa (conforme evidenciado no Capítulo 1). A “paz” da “pacificação”

imposta pela polícia é traduzida por meu interlocutores da seguinte maneira: “essa paz a gente não quer” ou “paz pra quem?” e apareciam nas redes sociais, em faixas, falas e conversas a cada pessoa morta ou baleada em favelas pacificadas. Essa ideia foi incorporada por Mc Calazans (2013) na letra do funk “Polícia passa e fica a dor” (trocadilho com a palavra “pacificadora”). É a polícia do tapa na cara, tapas no peito, tiros e morte, mas também do cerceamento da liberdade, da proibição dos bailes funks e do ir e vir dos moradores. Na letra de Calazans a polícia da paz é a polícia da dor. Essa foi uma denuncia central feita pelas ações locais que acompanhei. A dor causada pela polícia, a dor que sofrem mães, parentes e amigos ao perder alguém. A dor traduzida em “violações de direitos” ao incorporar em sua gramática de luta o direito de reconhecerem os “seus mortos”, o direito de que sejam mais do que estatísticas, a lembrança reavivada de sua ausência a cada “presente!” gritado depois de seus nomes em diversas manifestações. A inserção desses mortos em um contexto. Esses mortos têm família, têm amigos, eram de algum lugar. Mas também em um contexto mais amplo: esses mortos eram jovens, eram negros e eram pobres, o lugar em que moravam se chama favela e é na favela que as pessoas são deixadas morrer dessa maneira. Na favela que a polícia, o “braço do Estado”, atua dessa forma. Não em qualquer lugar da cidade. Na favela “as balas não são (e nunca foram) de borracha”.

A atuação do “Estado” na favela era o centro de suas denúncias. Fosse pela polícia pacificadora, fosse no caso das remoções (como revela o episódio que abre essa conclusão), fosse a precariedade da saúde ou da educação, fossem as obras iniciadas e não concluídas, fossem desabamentos. Todos os problemas da favela devem ser resolvidos. Favelado(a) tem direitos que devem ser reconhecidos e garantidos. E essa era uma ideia central entre meus interlocutores. Ainda que suas formas de atuação variassem enormemente como visto ao longo da tese.

Coletivos, organizações, instituições locais, grupos, perfis, pessoas engajadas individualmente, mobilizados pela ideia de justiça, de liberdade, de garantia de direitos (como disseram pessoas que organizaram a atividade #OcupaAlemãoÀs9h, o “direito de ter direitos”). O que elas faziam eu qualifiquei na tese como engajamento militante e ações coletivas. Essas foram as noções teóricas que me auxiliaram como ponto de partida para analisar o universo que eu estava estudando. Os termos “militante/ militar”, “ativista/ ativismo” e “ação ou trabalho social” estiveram entre os mais recorrentes para eles e elas se referirem a si mesmos e àquilo que faziam naquele momento. Eu, no entanto, os(as) via como

integrantes de um mesmo universo. Circulando pelos mesmos espaços, participando das mesmas reuniões, manifestações e, em alguns casos, projetos sociais. Articulando-se, por exemplo, no “Juntos pelo Alemão” a partir dos desabamentos do final de 2013 ou do assassinato do menino Eduardo de Jesus.

Para mim era evidente uma ruptura no que se referia às associações de moradores (ainda que houvesse relações estabelecidas também com elas como foi visto). Qual seria, portanto, o sentido do uso de cada um desses termos? No que um militante se diferiria de alguém que se dizia ativista ou que realizava ação social no Alemão? Os termos são, muitas vezes, utilizados por meus interlocutores como sinônimos em suas falas públicas e nas entrevistas. No entanto, me atrevo a pontuar algumas possíveis distinções e aproximações. Aqueles e aquelas que se reconhecem como militantes mobilizavam com mais frequência a gramática dos direitos, posicionando-se mais incisivamente em relação ao Estado ou ao poder público. As mobilizações, caminhadas, atos, ocupações faziam parte do repertório dos militantes. Do qual estava muito próximo o repertório, percepção e gramática dos que se consideravam ativistas. “Ativista/ativismo” foi um termo que passei a encontrar mais recentemente, sobretudo entre meus interlocutores mais jovens e àqueles(as) que se utilizam de celulares, tablets, câmeras, Internet e outros recursos comunicacionais para produzir e disponibilizar conteúdos. No entanto, esses, de forma geral, também se reconhecem como militantes. E utilizam-se, muitas vezes, essas palavras como sinônimos.

“Trabalho social” ou “ação social” estava mais conectada a um universo aparentemente distinto. Daqueles e daquelas que, além de integrar e promover projetos sociais, também realizavam ações que poderiam ser consideradas filantrópicas como distribuição de cestas básicas, brinquedos, refeições, roupas etc. No entanto, muitos dos que se reconheciam na militância ou no ativismo também realizavam ações desse tipo. A diferenciação aí parecia se dar por dois aspectos: a centralidade que essas ações tinham para pessoas engajadas e ações coletivas locais e a ênfase dada à gramática dos direitos, que aparecia com mais força entre aqueles e aquelas que se percebiam como militantes e ativistas. Isso não quer dizer, no entanto, que não fossem mobilizadas em determinados momentos por aqueles(as) que se reconheciam mais a partir do que chamavam de ações sociais, trabalhos sociais ou “ajudar a comunidade”.

Como foi possível perceber ao longo da tese, trata-se de um universo híbrido e repleto de nuances. As múltiplas relações entre engajamentos militantes e projetos sociais, reveladas

em trajetórias individuais, coletivas e do projeto social aqui analisados, propõem uma leitura dessas categorias, formas de atuação e modos de enunciação etnográfica. O que nos permite ver trânsitos, conflitos, disputas, variações e deslizamentos entre universos muitas vezes tratados como distintos. Tais formas de atuação militante ou engajada foram aqui descritas e analisadas a partir de vínculos diversos: familiares, de amizade, de vizinhança, de trabalho, de educação etc. As relações pessoais produzem e são produzidas neste cenário. A centralidade de tais relações deve ser considerada. Pessoas vinculavam-se a coletivos, grupos e organizações através de tais relações. São amigos(as), parentes, namorados(as), professores(as) que, de forma recorrente, apresentavam essas iniciativas a outras pessoas. E, por vezes, os afastamentos dessas modalidades de organização também aconteciam pelo rompimento ou afastamento nessas relações. Mas e as “causas coletivas”? Não seriam elas as mobilizadoras do engajamento? A militância, o ativismo ou o trabalho social não se realizavam em nome de algo maior? Da busca por justiça? Da luta por direitos? Da procura por denunciar o que está errado no lugar? Da denúncia de um poder público que trata desigualmente as pessoas a depender de seu gênero, sua cor de pele, sua classes social ou seu local de moradia? Não seriam essas coisas que levam alguém a se engajar em uma mobilização ou em uma ação coletiva?

A resposta é sim e não. Por um lado, e como foi visto ao longo da tese, a construção do engajamento militante e a adesão às causas nele envolvidas são um processo longo. Essa construção se dá na inserção de pessoas em projetos sociais, onde são passados um certo tipo de conhecimento que pode englobar percepções, modos de conceber e realizar o engajamento. Também se dá através de redes de sociabilidade diversas. O engajamento se produz na relação entre pessoas na escola e no trabalho, entre vizinhos, familiares, entre amigos que levam outros amigos a festas em que conhecem outros militantes. Conheci, ao longo da pesquisa, pessoas jovens que se engajaram a partir da participação nas manifestações de junho de 2013, por exemplo.

A “causa” pode ser um mobilizador inicial de adesão. Mas a causa também vai sendo construída a partir dos sentidos dados a ela pelas pessoas em diferentes momentos de seus engajamentos. Elas são recriadas, remobilizadas, reconvertidas a partir de trajetórias individuais e coletivas. Elas mobilizam um amplo repertório para pensar e agir socialmente, o que engloba não apenas uma “consciência” sobre “problemas sociais”, seus efeitos sobre quem vive nas favelas, sobre os(as) jovens, sobre os(as) negros ou as mulheres, mas também

afetos, sentimentos, o modo de se perceber e ser percebido. Nesse sentido, as retribuições envolvidas nas dinâmicas de engajamento são essenciais. E tais retribuições (e também os custos implicados ao se engajar) não vinculavam-se apenas à possibilidade de inserção profissional, por exemplo, como foi visto em alguns casos. As retribuições mais fundamentais (que conseguem fazer valer os custos envolvidos no engajamento, sendo eles menos tempo para familiares e outros amigos, abrir mão de momentos de lazer para participar de reuniões e mobilizações, por exemplo) estavam associadas aos vínculos criados entre pessoas mobilizadas na militância, no ativismo ou no trabalho social. A gratidão de quem recebe algum tipo de ajuda, as amizades e relações afetivas ali criadas ou renovadas (que reforçam o fato de você não estar “lutando” sozinho, de não ser “maluca” sozinha, como diriam alguns(mas) de meus(minhas) interlocutores(as)), a possibilidade de estar junto acreditando em alguma coisa que é vista como fora da normalidade.

Nesse sentido, a crença em comum em uma causa, em que as pessoas acreditam, está intrinsicamente ligada ao estabelecimento de relações pessoais variadas. Porque, somente acreditar em alguma coisa, pensar parecido, não é suficiente para construir e manter o vínculo de engajamento militante ao longo do tempo. É preciso que outras pessoas compreendam, aceitem e aprovelem o engajamento. Muitas vezes a aprovação (ou reprovação) de familiares ou de namorados(as) e maridos/ esposas constrange a possibilidade de permanência em uma ação coletiva. Assim como rupturas em amizades entre militantes e ativistas também podem contribuir para a reconfiguração (ou o fim) de coletivos, organizações e grupos.

As possibilidades de engajamento também estão ligadas ao prestígio e à reputação de pessoas e ações coletivas e à visibilidade deles e de suas ações. É preciso saber que há grupos, coletivos, organizações para que seja possível se engajar ou não. E é necessário que a reputação seja boa, que não haja muitos boatos ou fatos negativos associados a essas pessoas e iniciativas. Para isso, é preciso mostrar que se está fazendo alguma coisa (e aí as redes sociais têm papel essencial), é preciso poder ajudar, mas também estar disponível para conversar, explicar, manter contato. Tudo isso constrói não apenas a reputação de alguém e do grupo a que esta pessoa está vinculado, mas também constrói outros engajamentos, atrai outras pessoas para participar.

Minha tese tratou de engajamento militante em favelas a partir de um lugar: o Complexo do Alemão. Uma modalidade específica de engajamento, na interseção entre projetos sociais e ONGs, em um contexto onde se produz juventude e a própria favela como

ideias e práticas chaves da militância e das iniciativas nomeadas de projeto. Nesse contexto, os trânsitos entre projetos e engajamento não deixam evidentes suas fronteiras. A conclusão a que se chega é que eles se produzem mutuamente nas relações, lugares, pessoas e organizações que constituem esse universo. Para a modalidade de engajamento militante aqui estudada, que abarca organizações locais, coletivos, perfis em páginas do Facebook e também pessoas não engajadas permanentemente mas que frequentam e organizam ações e atividades nesse âmbito, muitas vezes o projeto é incluído na militância, e se faz militância (também) pelos projetos. Eles se percebiam e eram percebidos como parte do movimento social do Alemão.

A busca da produção de uma “cidade segura e integrada” por parte de gestores públicos e outros atores é antiga. Seus efeitos no que diz respeito a dinâmicas locais, incluindo a militância, são variados. Muitos deles não previstos. E foi isso que busquei também evidenciar ao longo do trabalho. Aqueles que se consideram engajados, que se auto-institulam ou são reconhecidos dentro e fora da favela como militantes, ativistas ou protagonistas de ações sociais reinventam suas práticas, seus discursos, seus modos de ser publicamente, de constituir suas relações com os “de fora” e os “de dentro” a partir do contexto em que se inserem, ao mesmo tempo em que contribuem para produzi-lo.

O Complexo do Alemão, em menos de 10 anos, recebeu investimentos do PAC através de políticas variadas vindas dos governos federal, estadual e municipal. Com o PAC, chegaram outros atores ligados a empresas e capitais privados de investimento. Depois dele, a promessa de “pacificação” em uma área da cidade historicamente vinculada à violência protagonizada pelos vendedores de drogas à varejo, o tráfico de drogas.

Aqueles(as) que já eram engajados(as) de diferentes maneiras nos movimentos sociais locais reinventaram-se. Produziram e refizeram alianças. Resistiram, cederam, negociaram. Novos atores ligados às ações coletivas locais foram produzidos nesse contexto. Contexto que não era só esse. Contexto que era também reflexo e produto de um momento político nacional em que políticas públicas passaram a reconhecer (mais ou menos timidamente) novos atores. Negros e negras, mulheres, gays, lésbicas, trans, periféricos(as) de modo geral ganharam nova dimensão na cena pública. Contexto em que as novas tecnologias da comunicação e da informação, a Internet e as redes sociais produziram uma reviravolta não esperada na forma de se ver e de olhar o mundo. De produzir a si próprio e de narrar sua realidade, ideia tão central para os movimentos sociais de favela: ter o direito de falar da sua realidade, do seu

ponto de vista, dispensar mediações, ser mais do que é mostrado nas telas das tevês pelas grandes emissoras e nas teses acadêmicas. Ser plenamente o “nós por nós”. “Nós por nós” que também articulava e incorporava alianças e pertencimentos. E que, em alguns contextos, englobava os de fora, inclusive nós, os(as) pesquisadores(as) acadêmicos(as). A produção da militância nesse contexto não se faz sem solidariedade. Muito menos sem tensões. Entre os grupos e organizações locais; entre eles e as organizações de fora; entre eles e pesquisadores(as) (acadêmicos ou não, engajados ou não). Tudo isso produz e é produzido no engajamento militante.

A militância é também produzida na promessa de paz (a “pacificação”) e na persistência da violência. A violência do tráfico, mas sobretudo a violência do Estado, da polícia que quebra cotidianamente sua promessa de garantir a paz para quem lá vive, para os(as) moradores(as). Ao longo do trabalho de campo, a tensão predominou. Nos tiroteios, cotidianos em alguns períodos. Na tentativa de algumas pessoas, coletivos e organizações denunciarem o que a polícia vinha fazendo ao violar seus direitos. Na tensão entre denunciar e se manter vivo. Entre mostrar a realidade de dentro – com a violência que também recebia curtidas nas redes sociais – e contribuir para amplificar a relação do lugar com ela. Relação já historicamente reproduzida pelos meios de comunicação comerciais a quem buscavam se contrapor. Mas que também são utilizados para amplificar sua visibilidade em certos momentos. A violência da criminalização dos movimentos sociais.

Mas a violência também assume outros contornos. Ameaças, veladas ou não, fazem parte do cotidiano dessas pessoas. Narradas nas redes sociais ou contadas em conversas informais ou nas mesas de bar, sobreviver não é só saber de que lado do Complexo está acontecendo o tiroteio da vez, mas conseguir driblar polícia, saber como lidar com as constantes mudanças na venda de drogas a varejo que também reconfiguraram suas práticas pós-pacificação. Os códigos não estavam claros. Mas as ameaças eram constantes. E é preciso se manter vivo. Por vezes a estratégia é tornar pública a ameaça. Outras, o mais prudente parece se calar. O cálculo era feito dia a dia. E a luta se produzia na busca por caminhos de mudança. Na procura por alterar estatísticas. Por não se tornar estatística. Por humanizar os mortos, restituindo-lhes nomes, histórias, família e denunciando o que os levou a morrer.

A favela e a juventude vêm sendo reconstruídos nesse cenário. Na Internet, nas ruas do Alemão, nas instituições locais, em bares, nas praças, nas casas de militantes. As ONGs e os becos podem ser percebidos como pontos extremos de um mesmo movimento. O que foi visto

no trabalho de campo no entanto é que as ONGs muitas vezes estão nos becos. E os becos estão cada vez mais presentes dentro das ONGs.

## Bibliografia

ABRAMO, Helena Wendel. “O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro”. In: FREITAS, Maria Virgínia de. (org.) *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005, 2ª ed.

ABREU, Sabrina. SILVA, Rene. *A voz do Alemão*. São Paulo: nVersos, 2013.

ALZAMORA, Geane. ARCE, Tacyana. UTSCHE, Raquel. *Acontecimentos agenciados em rede – Os eventos do Facebook no dispositivo protesto*. In: SILVA, Regina Helena Alves da. *Ruas e Redes – Dinâmicas dos Protestos BR*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Você matou meu filho - Homicídios cometidos pela Polícia Militar no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Anistia Internacional, 2015.

APPADURAI, Arjun, “The Production of Locality” In: *Modernity at Large. The Cultural Dimensions of Globalization*, inneapolis, University of Minnesota Press, 1996, 178-199.

APPADURAI, Arjun. “Theory in Anthropology: Center and Periphery”. In: *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 28. N. 2, abril 1986.

ASAD, Talal. *Anthropology and the Colonial Encounter* (1974).

AZEVEDO, Isabel Cristina Alencar de. CECCON, Claudius. *Ideias, sonhos e histórias: cultura digital em Nova Brasília*. Rio de Janeiro: CECIP, 2014.

BAILEY, F. G. “Gifts and Poison”. In: *Gifts and Poison*. Oxford, Basil Blackwell, 1971. p. 1-25.

BARLEY, Nigel. *El antropólogo inocente. Notas desde una choza de barro*, Barcelona: Anagrama, 1989.

BECKER, Howard S. *Outsiders – estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERREMAN, Gerald D. “Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia” [1961]. In ZALUAR, Alba (org.), *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.

BEZERRA, Marcos Otavio. *Participação popular e conflitos de representação política: notas a partir de um caso de orçamento participativo*. In: TEIXEIRA, Carla Costa. CHAVES, Chistine de Alencar. *Espaços e tempos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/ UFRJ, 2004. pp. 145-169.

BIRMAN, Patricia. LEITE, Marcia Pereira. “Apresentação”. In: *Um Mural para a Dor – Movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 9-

18.

BIRMAN, Patricia. “Favela é comunidade?”. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da. Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 99-114

BOLTANSKI, Luc. La souffrance à distance – Morale humanitaire, médias et politique. Paris: Éditions Métailié, 1993.

BONETTI, Alinne. FLEISCHER, Soraya. (orgs.) Entre saias justas e jogos de cintura. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

BOTEZINI, Natana Alvina. “Cabelos em transição: um estudo acerca da influência dos cabelos afro como sinal diacrítico e reconhecimento étnico”. Comunicação apresentada na 38º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu/MG, 2014.

BOURDIEU, Pierre. “A greve e a ação política”. Comunicação apresentada como “conclusão” da segunda mesa redonda sobre a História Social Européia, organizada pela Maison de sciences de l’homme, em Paris, 2 e 3 de maio de 1975.

\_\_\_\_\_. “A 'juventude' é apenas uma palavra”. In: Questões de Sociologia. São Paulo: Marco Zero, 1983, p. 112-121.

\_\_\_\_\_. “Espírito de Estado. Gênese e estrutura do campo burocrático”. Razões Práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996, pp. 91-124.

\_\_\_\_\_. “Compreender”. In: A Miséria do Mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. P. 693-713.

\_\_\_\_\_. “Introdução a uma sociologia reflexiva”. In: O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, 3ª ed., p. 17-58.

\_\_\_\_\_. “A identidade e a representação – Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. In: O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, 3ª ed. P. 107-132.

\_\_\_\_\_. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. (coords.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, 5ª ed., p. 183-191.

\_\_\_\_\_. “A delegação e o fetichismo político”. In: Coisas Ditas. São Paulo, Editora Brasiliense, 2004. p. 188-206.

BOYD, Danah. MARWICK, Alice. “Social Privacy in Networked Publics: 'Teens' Attitudes, Practices, and Strategies. Paper presente at Oxford Internet Institute’s “A Decade in Internet Time: Symposium on the Dynamics of the Internet and Society”, 2011.

BRINGEL, Breno. PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois. Nueva Sociedad, 2015.

BRENNER, Ana Karina. Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com

universitários. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2011.

BRETTEL, Caroline B. (org.) When they read what we write – The politics ethnography. Londres: Bergin & Garvey Ed., 1996.

BRUBAKER, Rogers. COOPER, Frederick. Beyond Identity. In: Theory and Society, Vol. 29, Nº 1. (Feb. 2000), pp. 1-47.

BRUNER, Edward M. Return to Sumatra: 1957, 1997. American Ethnologist 26(2): 1999.

BURGOS, Marcelo Baumann. “Favela: uma forma de luta pelo direito à cidade”. In: MELLO, Marco Antônio da Silva. SILVA, Luiz Antonio Machado da. FREIRE, Leticia de Luna. SIMÕES, Soraya Silveira. Favelas Cariocas – ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp. 373-391.

BURGOS, Marcelo Baumann. “Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: ZALUAR, Alba. ALVITO, Marcos. (orgs.) Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. pp. 25-60.

CAMPOS, Andreilino. Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Cap. 1. “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”. In: O Trabalho do Antropólogo. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998.

CASTRO, Elisa Guaraná de. “O campo das políticas públicas de juventude e o campo político de juventude”. In: PAPA, Fernanda de Carvalho. FREITAS, Maria Virgínia de. (orgs.) “Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil”, São Paulo: Ação Educativa, 2011. p. 281-306.

CASTELLS, Manuel. Comunicación móvil y sociedad. Una perspectiva global. Editorial Ariel – Fundación Telefónica, 2007.

CATELA, Ludmila da Silva. NOVAES, Regina Reyes. “Rituais para a dor. Política, religião e violência no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, Patricia. LEITE, Marcia Pereira. Um Mural para a Dor – Movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 107-140.

COMERFORD, John Cunha. “LUTANDO – Os diferentes usos da palavra *luta* entre trabalhadores rurais”. In: Fazendo a luta – Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999 (Coleção Antropologia da política, 5). pp. 19-48.

\_\_\_\_\_. “OCUPANDO – Estudo sobre *ocupações* de órgãos públicos por trabalhadores rurais”. In: Fazendo a luta – Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da

Política, 1999 (Coleção Antropologia da política, 5). pp. 127-148.

CUNHA, Marize. Et al. O desastre no cotidiano da favela: reflexões a partir de três casos no Rio de Janeiro. In: O Social em Questão . Ano XVIII, nº 33, 2015, p. 95-122.

\_\_\_\_\_. “Cenas históricas da participação popular na constituição de um campo de fronteira nas favelas do Rio de Janeiro”. In: RODRIGUES, Rute Imanishi. (org.) Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 15-42.

CUNHA, Christina Vital da. Evangélicos em ação nas favelas cariocas: um estudo sócio-antropológico sobre redes de proteção, tráfico de drogas e religião no complexo de Acari. Tese de doutorado. PPCIS/UERJ, 2009.

DE CERTEAU, Michel. “A invenção do cotidiano – artes de fazer”. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Projeto Periferia, 2003.

DUBAR, Claude. A socialização: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DAUVIN, Pascal. SIMÉANT, Johanna. Le travail humanitaire – Les acteurs des ONG, du siège au terrain. Paris: Press de Sciences Po, 2002.

EDWARDS, Jeanette. “Familiar Places”. In: Born and Bed – Idioms of Kindship and New Reproductive Technologies in England. Oxford University Press, 2000. p. 3-23.

ELIAS, Nobert. Mozart – Sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

ENNE, Ana Lucia. “Representações sociais como produtos e processos: embates em torno da construção discursiva da categoria “vândalos” no contexto das manifestações sociais no Rio de Janeiro em 2013”. In: Dossiê Indústria cultural e contemporaneidade. História e Cultura, v. 2, n. 2, Unesp, Franca, dez. 2013.

FACINA, Adriana. “Consumo Favela”. In: DANTAS, Aline. MELLO, Marisa S. PASSOS, Pâmella. (Orgs.) Política Cultural com as Periferias: práticas e indagações de uma problemática contemporânea. Rio de Janeiro: IFRJ, 2013. pp. 21-43.

\_\_\_\_\_. “Quem tem medo de proibidão?” In: FACINA, Adriana. BATISTA, Carlos Bruce. (orgs.) Tamborzão: olhares sobre a criminalização do funk. Criminologia de cordel 2. Rio de Janeiro: Revan, 2013. p. 51-71.

\_\_\_\_\_. “Vamos Desenrolar: reflexões a partir de um projeto de extensão universitária no Complexo do Alemão”. In: RODRIGUES, Rute Imanishi. (org.) Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 215-226.

FARIAS, Juliana. Estratégias de visibilidade, política e movimentos sociais: reflexões sobre a luta de moradores de favelas cariocas contra a violência policial. Dissertação de mestrado, PPCIS/ UERJ, 2007.

\_\_\_\_\_. “Da asfixia: reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas cariocas”. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da. (org.) Vida sob cerco – violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 173-190.

\_\_\_\_\_. “Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro”. Tese de doutorado, PPGSA/ IFCS/ UFRJ, 2014.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. Cadernos de Campo, Nº 13, ano 14, USP, São Paulo, 2005. p.155-162.

FEIXA, Carles. LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. Revista Sociedade e Estado – Volume 25, Número 2, Maio/ Agosto 2010, p. 185-204

FELTRAN, Gabriel de Santis. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. São Paulo, Lua Nova, nº 79, 2010, p. 201-233.

FILLIEULE, Olivier. PÉCHU, Cécile. Lutter ensemble. Les théories de l'action collective. Paris: L'Harmattan, 1993.

FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. Revue française de science politique, vol. 51, nº1-2, février-avril 2001, p. 199-217.

FILLIEULE, Olivier. “Temps biographique, temps social et variabilité des rétributions”. In: FILLIEULE, Olivier. (org.) Le désengagement militant. Paris, Éditions Belin, 2005. p. 17-47.

FILLIEULE, Olivier. TARTAKOWSKY, Danielle. La manifestation. Paris: Press de Sciences Po, 2008.

FÓRUM DE JUVENTUDES DO RIO DE JANEIRO. Relatório final do projeto “Militarização das favelas: impacto nas vidas de jovens negros e negras”. Rio de Janeiro: FJRJ, Justiça Global Brasil, Fundo Brasil de Direitos Humanos, 2014.

FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População. SP: Martins Fontes, 2008. (Aula: 1 de fevereiro de 1978).

\_\_\_\_\_. « A governamentalidade ». In : Microfísica do Poder. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1979. p. 277-293.

FREITAS, Eliane Tânia. GOMES, Laura Graziela. Apresentação – Uma Antropologia da Cibercultura. Dossiê Cibercultura, Vivência – Revista de Antropologia, v. 1, nº 45, Natal/RN, 2015. p. 7-10.

GAMA, Fabiene. Fotodocumentação e participação política: um estudo comparativo entre o Brasil e o Bangladesh. Rio de Janeiro/ Paris: UFRJ/ PPGSA e EHESS, 2012.

GARCIA, Afrânio. A globalização subdesenvolvida: Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e a formação de uma escola de pensamento latino-americana (1945-2000). Revista ANTROPOLÍTICA. Niterói, nº 26, 1º sem. 2009. P. 127-159.

GAXIE, Daniel. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. Swiss Political Science Review, 11 (1), 2005, p. 157-188.

GIANNOTTI, Claudia Santiago. (org.) Experiências em comunicação popular no Rio de Janeiro ontem e hoje. Rio de Janeiro: Núcleo Piratininga de Comunicação, 2016.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

\_\_\_\_\_. A Representação do Eu na Vida Cotidiana. Petrópolis, Vozes, 1985.

GOLDMAN, Marcio. “Introdução – Antropologia da Política e Teoria Etnográfica da Democracia”. In: Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 23-52.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003.

GUPTA, Akhil. FERGUSON, James Ferguson. (eds.) Anthropological Locations: Boundaries and Grounds of a Field Science. Berkeley: University of California Press, 1997

HARVEY, David et al. Occupy – movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

HEREDIA, Beatriz. PALMEIRA, Moacir. “O voto como adesão” In: Teoria e Cultura, v.1, n.1, junho/ julho, 2006, p. 35-58.

HEREDIA, Beatriz. PALMEIRA, Moacir. (orgs.) Política, governo e participação popular: orçamento participativo e outras experiências. Rio de Janeiro: 7 letras, 2012.

HINE, Christine. Etnografia Virtual. Colección Nuevas Tecnologías. Editorial UOC, 2004.  
INSTITUTO RAÍZES EM MOVIMENTO. Caderno Devolutiva 2013 – Vamos Desenrolar: produção de conhecimento e memórias. In: Rio de Janeiro: Raízes em Movimento, Tv Tagarela, Praça do Conhecimento, 2013.

LANDIM, Leilah. “Experiência Militante”: História das assim chamadas ONGs. In: LANDIM, Leilah. (org.) Ações em Sociedade: Militância, caridade, assistência etc. Rio de Janeiro: NAU, 1998. p. 23-87.

LEITÃO, Débora Krischke. GOMES, Laura Graziela. “Estar ou não estar lá, eis a questão: pesquisa etnográfica no Second Life”. In: Dossiê – Pesquisas no pontocom: desafios metodológicos, questões éticas e novas categorias para a investigação em ciências sociais. CRONOS – Revista da Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN. v. 12, n. 1, jan/jun. 2011, p. 23-38.

LEITE, Marcia Pereira. “As Mães em Movimento”. In: BIRMAN, Patricia. LEITE, Marcia Pereira. Um Mural para a Dor – Movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. p. 141-190.

\_\_\_\_\_. “Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas”. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da. (org.). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/FAPERJ, 2008, pp 115-141.

\_\_\_\_\_. “Território e ocupação: afinal, de que regime se trata? In: Le Monde Diplomatique Brasil, fevereiro de 2013, p. 13.

LEMONS, André. Cibercultura e Mobilidade. A Era da Conexão. Comunicação apresentada no Encontro da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (Intercom). XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, 2005.

L'ESTOILE. Benoît. “Puis-je refuser mon vote à celui que m'a aidée?” Reciprocité et “politique morale” au Nordeste du Brésil. Atelier Tepsis “Sur les terrains de la politique”. Paris, mai 2014.

LIVINGSTONE, Charlotte. “Armed peace: militarization of Rio de Janeiro's *favelas* for the world cup”. In: Anthropology Today, vol. 30, nº 4, agosto de 2014. p. 19-23.

LODY, Raul. Cabelos de axé: identidade e resistência. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004.

LOPES, Paulo Victor Leite. Sexualidade e construção de si em uma favela carioca: pertencimentos, identidades, movimentos. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2011.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: Merillé et al. Introdução à prática sociológica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 59-108.

MAIA, Junot de Oliveira. “O *Twitter* de Renê Silva e a ocupação da tecnologia: o morro (do Alemão) tem vez”. Trab. Linguist. Apl. Vol.51 nº 1 Campinas, Jan./June 2012.

MACHADO, Carly. “Conexões e rupturas urbanas: projetos, populações e territórios em disputa”. Comunicação apresentada no GT33 - Sobre periferias: novos conflitos no espaço público no 36º Encontro Anual da Anpocs. Águas de Lindoia, SP, 2012.

MAFRA, Clara. World Without Anthropology. In: INGOLD, Tim; HALLAN, Elizabeth. (org.). Creativity and Cultural Improvisation. Oxford/New York: Berg Publishers, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “Quando o campo é a cidade: fazendo

antropologia na metrópole”. In: MAGNANI, José Guilherme C. TORRES, Lilian de Lucca. (orgs.) Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2000.

MALINOWSKI, Bronislaw. "Prólogo" & "Agradecimentos". In: Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato dos empreendimentos e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. Ed. Abril Cultural, São Paulo, 1978.

\_\_\_\_\_. "Introdução - Tema, método e objetivo desta pesquisa". In: Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. Ed. AbrilCultural, São Paulo, 1978.

MATIOLLI, Thiago Oliveira Lima. “Notas sobre o surgimento do bairro do Complexo do Alemão”. In: RODRIGUES, Rute Imanishi. (org.) Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 71-94.

MATONTI, Frédérique. POUPEAU, Franck. Le capital militant. Essai de définition. Actes de la Recherche em Sciences Sociales. 2004/5. Numéro 155, p. 05-11.

MATTOS, Carla dos Santos. “Parado na esquina’: Performances masculinas e identificações entre 'bondes' juvenis na Nova Holanda, Maré, RJ”. In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 7, nº 4, out/nov/dez 2014. p. 643-663.

MARTINS, Gizele de Oliveira. Cidadãos e vítimas: a representação de dois crimes nos jornais cariocas O Cidadão, Meia Hora, Expresso, O Dia e O Globo. Monografia de conclusão de graduação em Comunicação Social. PUC/RJ, 2011.

MÁXIMO, Maria Elisa. O eu encena, o eu em rede: um estudo etnográfico nos blogs. Civitas, Porto Alegre, v.7, n.2, jul.-dez. 2007, p. 25-47.

\_\_\_\_\_. O “paciente informado”: primeiras notas de um estudo etnográfico. Dossiê Cibercultura, Vivência – Revista de Antropologia, v. 1, nº 45, Natal/RN, 2015. p. 23-34.

McADAM, Doug. TARROW, Sidney. TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. Lua Nova, São Paulo, nº 76, 2009, p. 11-48.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. A política dos improváveis: Etnografia da militância no Movimento Nacional da População de Rua. Tese de doutorado em Antropologia. PPGA/UFF, 2017. (Versão preliminar)

MORAES, Alana. GUTIERREZ, Bernardo. Et al. Junho: potência das ruas e das redes. São Paulo: FES, 2014.

MORENO, Rosangela Carrilo. ALMEIDA, Ana Maria F. “Isso é política, meu!” Socialização militante e institucionalização dos movimentos sociais. Pro -Posições, Campinas, v. 20, n. 2, maio/ ago, 2009, p. 59-76.

MOTTA, Eugênia. Casas e economia cotidiana. In: RODRIGUES, Rute Imanishi. (org.) Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 197-214.

MILLER, Daniel. SLATER, Don. The Internet: An Ethnographic Approach. Oxford, 200/ 2001.

MOSSE, David. ““People’s knowledge”, Participation and Patronage: Operations and Representations in Rural Development” .Cooke, Bill; e Kothari, Uma (orgs.). Participation: The new tyranny?. Nova York: Zed Books, 2001, pp. 16-35.

\_\_\_\_\_. Cultivating Development – An Ethnography os Aid Police and Practice. Londres: Pluto Press, 2005.

NAME, Leonardo. “Das redes às ruas: novas tecnologias da informação e comunicação, mobilização social e manifestações políticas no espaço público”. In: RHEINGANTZ, Paulo Afonso; ROSA, Pedro. (orgs.) Qualidade do lugar e cultura contemporânea - Controvérsias e ressonâncias em coletivos urbanos. Rio de Janeiro: FAU/PROARQ, 2012.

NAUDIER, Delphine. SIMONET, Maud. “Introducion”. In: NAUDIER, Delphine. SIMONET, Maud. (orgs.) Des sociologues sans qualité? Pratiques de recherche et engagements. Éditions La Découverte, Paris, 2011.p. 5-21.

NOVAES, Regina. MAFRA, Clara. (org.) Juventude: conflito e sociedade. Comunicações do ISER, nº. 50, ano 17, 1998.

NOVAES, Regina Reyes. “Introdução”. In: NOVAES, Regina Reyes. PORTO, Marta. HENRIQUES, Ricardo. Juventude, cultura e cidadania. Comunicações do ISER. Ano 21, 2002.

\_\_\_\_\_. “Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias”. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. EUGENIO, Fernanda. (orgs.) Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 105-120.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Pacificação e Tutela Militar na Gestão de Populações e Territórios”. In: Mana – Estudos de Antropologia Social. nº 20-1, Rio de Janeiro: PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ, 2014. p. 125-161.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3, Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 49-77.

OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. Anthropology et développement. Essai em socioanthropologie du changement social. Marseille/Paris: APAD/Karthala, 1995.

PALMEIRA, Moacir. HEREDIA, Beatriz M. de. “Os comícios e a política de facções”. In: PALMEIRA, Moacir. HEREDIA, Beatriz M. de. Política Ambígua. Rio de Janeiro : Relume-Dumará : NUAP, 2010. – (Coleção Antropologia da política ; 32)

PAIS, José Machado. Labirintos de vida e trajetórias yô-yô. In: Ganchos, Tachos e Biscates – jovens, trabalho e futuro. Porto/Portugal: Ed. Ambar, 2001, p. 65-83.

PANDOLFI, Dulce. GRYNSPAN, Mario. (orgs.) A favela fala – depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

PAVESI, Patrícia Pereira. Oi, tem internet? Claro! No mundo Tim! Sem conexões não vivo: o consumo do acesso à internet na grande terra vermelha. Tese de doutorado defendida no Progra de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2014.

PEARLMAN, Janice E. O Mito da Marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PETROSILLO, Isabela Rangel. Esse nu tem endereço - O caráter humilhante da nudez e da sexualidade feminina em duas escolas públicas. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF), Niterói/ RJ, 2016.

PINHEIRO, Alan Brum. Et al. “Prefácio”. In: RODRIGUES, Rute Imanishi. (org.) Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 11-14.

PINHEIRO, Alan Brum. “O mundo complexo... do Alemão”. In: RODRIGUES, Rute Imanishi. (org.) Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 227-230.

PORTUGAL, Silvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf>>. 2007.

PUFF, Jefferson. Como um grupo de jovens virou referência internacional na denúncia de abusos policiais. BBC Brasil. 30 de outubro de 2015. [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151028\\_coletivo\\_papo\\_reto\\_alemao\\_jp](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151028_coletivo_papo_reto_alemao_jp)

PUDAL, B. Da militância ao estudo do militantismo: a trajetória de um politólogo. Entrevista concedida a Kimi Tomizaki. Pro-Posições, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 129-138, maio/ago 2009.

\_\_\_\_\_. “Une prise de position dans la sociohistoire du communisme et du militantisme”. In: NAUDIER, Delphine. SIMONET, Maud. Des sociologues sans qualités? Pratiques de recherche et engagements. Paris: Éditions La Découverte, 2011. p. 25-43.

QUIRÓS, Julieta. Política e Economia na Ação Coletiva: uma crítica etnográfica às premissas dicotômicas. Mana 15(1): p. 127-153, 2009.

RAMOS, Jair de Sousa. Subjetivação e poder no ciberespaço. Da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais. Dossiê Cibercultura, Vivência – Revista de

Antropologia, v. 1, nº 45, Natal/RN, 2015. p. 57-76.

RIBEIRO, Gustavo L. “Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento”. *Novos Estudos*, 80, 2008.

ROCHA, Lia. Território, política e criminalidade violenta em uma favela carioca. Vol. 5. *Os Urbanitas*. São Paulo, Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. Representações e autorrepresentações: notas sobre a juventude carioca moradora de favelas e os projetos sociais de audiovisual. Comunicação apresentada no 35º Encontro Anual da Anpocs, 24 a 28 de outubro 2011, Caxambu, MG, Brasil.

\_\_\_\_\_. 'Uma favela 'diferente das outras'? Rotina, Silenciamento e Ação Coletiva na Favela do Pereirão, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Editora Quartet, 2014.

\_\_\_\_\_. O “repertório dos projetos sociais”: política, mercado e controle social nas favelas cariocas. In: BIRMAN, Patrícia. LEITE, Marcia Pereira. MACHADO, Carly. SÁ CARNEIRO, Sandra de. (orgs.) *Dispositivos urbanos e tramas dos viventes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. pp. 319-341.

RODRIGUES, Rute Imanishi e COUTO, Patrícia Brandão. A gramática da moradia no Complexo do Alemão: história, documentos em narrativas. (versão preliminar). In: *Favelas do Rio de Janeiro: percurso histórico e estatuto legal*. 2013, Rio de Janeiro, IPEA.

RODRIGUES, Rute Imanishi. “Introdução”. In: In: RODRIGUES, Rute Imanishi. (org.) *Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 11-14.

\_\_\_\_\_. “Uma construção complexa: necessidades básicas, movimentos sociais, governo e mercado”. In: RODRIGUES, Rute Imanishi. (org.) *Vida Social e Política nas Favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. pp. 43-70.

SANTOS, Regina Bega dos. *Movimentos sociais urbanos*. São Paulo: editora UNESP, 2008.

SAWICKI, Frédéric. SIMÉANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. *Dossiê. Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 200-255.

SCOZ, Louise. Quando pessoas fazem dinheiro com ideias: breves reflexões sobre economia criativa, indústrias de conteúdo e cadeia de produção de valor imaterial. Texto apresentado em seminário do NuCEC – Núcleo de Pesquisa de Cultura e Economia do PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ, Rio de Janeiro, 11 de março de 2015.

SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. *ProPosições*, Campinas, maio/ago. 2009. Vol. 20, nº 2, p. 21-39.

SIGAUD, L. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de sobradinho e

machadinho. PPGAS, Comunicação 9, 1986.

SIGAUD, Ligia. ROSA, Marcelo. MACEDO, Marcelo Hernandez. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 51, nº1, 2008, p. 107-142.

SILVA, Itamar. ROCHA, Lia de Mattos. Associações de moradores de favelas e seus dirigentes: o discurso e a ação como reversos do medo. In: Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro. Justiça Global. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2008, p. 37-47.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. “Introdução”. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da. Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 13-26.

\_\_\_\_\_. “Circulação e fronteiras no Rio de Janeiro: a experiência urbana de jovens moradores de favelas em contextos de pacificação”. In: Fazendo a Cidade – Trabalho, Moradia e Vida Local entre as Camadas Populares Urbanas. Coleção Engrenagens Urbanas. Rio de Janeiro: Mórula, 2016. p. 326-343.

\_\_\_\_\_. “A continuidade do problema da favela”. In: Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. Rio de Janeiro: Mórula, 2016. pp. 161-175.

SOLOVE, Daniel J. The future of reputation – gossip, rumor and privacy on the internet. Yale University Press, New Haven and London, 2007.

SOUZA, Patrícia Lânes Araujo de. Em busca da auto-estima: interseções entre gênero, raça e classe na trajetória do grupo Melanina. Dissertação de Mestrado. PPGSA/ UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. Projetos sociais e relações de gênero: apontamentos para uma reflexão inicial. In: Salto para o Futuro – Projetos sociais e práticas educativas. Ano XVIII, Boletim 10, Junho de 2008, p. 08-18.

\_\_\_\_\_. “Vozes dissonantes: novas tecnologias e comunicação entre jovens organizados na América do Sul”. Comunicação apresentada no Congresso da Internacional del Conocimiento, Santiago/ Chile, janeiro de 2012.

\_\_\_\_\_. Relatório estudo de caso Identidade favelada e novas tecnologias – Pesquisa Jovens pobres e o uso das NTICs na criação de novas esferas públicas democráticas. Rio de Janeiro: Ibase, 2013.

\_\_\_\_\_. ZANETTI, Julia Paiva. Comunicação e Juventudes em movimento – Novas Tecnologias, Território e Desigualdades. Pesquisa Jovens pobres e o uso das NTICs na criação de novas esferas públicas democráticas. Rio de Janeiro: Ibase, 2013.

\_\_\_\_\_. #OcupaÀs9: notas sobre estratégias de mobilização e ação política entre jovens de favelas cariocas. Comunicação apresentada no GT Antropologia

do Poder da VII Jornada de Alunos do PPGA-UFF, Niterói/RJ, outubro de 2013.

\_\_\_\_\_. Favela, Internet e militância: o caso do OcupaÀs9. Comunicação apresentada no II Seminário Fluminense de Sociologia, PPGS-UFF, Niterói/RJ, outubro de 2013.

\_\_\_\_\_. "Jeunesse comme catégorie de gouvernement et catégorie de mobilisation: réflexions à partir des favelas cariocas". Comunicação apresentada no seminário "Modes de gouvernement et pratiques économiques ordinaires: approche comparative" e no encontro de doutorandos da École Normale Supérieure (ENS), "Sciences Sociales - Foljuif 2014", Paris, 2014.

\_\_\_\_\_. "Um projeto chama outro": trajetórias, relações pessoais e engajamento militante em contexto de projetos sociais para jovens moradores de favela. TOMO – Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Recife. Dossiê Práticas Estatais, Engajamento Político e Relações Pessoais. Nº 27, jul/ dez. 2015. p. 205-235.

\_\_\_\_\_. "Ele só tinha 10 anos': morte, limpeza moral e mobilização virtual em uma favela carioca". Comunicação apresentada no GT Tecnologias Digitais e Cibercultura: Política, Cultura, Sociedade da V Reunião Equatorial de Antropologia (REA) e XIV Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste (ABANNE), Maceió/AL, julho de 2015.

\_\_\_\_\_. "Favela e juventude: pensando trajetórias em tempos de ONGs e projetos sociais". Comunicação apresentada no GT Antropologia Urbana da IX Jornada de Alunos do PPGA-UFF, Niterói/RJ, outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. "Internet, visibilidade e favela: movimentos sociais e comunidade em tempos de redes sociais virtuais". Comunicação apresentada no GT Nuevas Ciudadanias y Culturas Digitales: entre el consumo y nuevos activismos da XI Reunião de Antropologia do Mercosul. Montevidéu/ Uruguai, novembro/ dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. "Mobilizações, projetos sociais e juventude em favelas cariocas: um olhar a partir dos eventos #OcupaAlemãoÀs9h e #OcupaBorelÀs9h". In: RODRIGUES, Rute Imanishi. (org.) Vida Social e Política nas Favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. pp. 153-174.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Apresentação – Administrando o mal comum na chave dos "direitos". In: VIANNA, Adriana. (org.) "O fazer e desfazer dos *direitos* – experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades". Rio de Janeiro: E-papers, 2013. p. 11-13.

TILLY, Charles. From mobilization to revolution. 1978.

THÂMARA, Thamyra. Fotoclube: autorepresentação e disputa do simbólico nas favelas cariocas. Rio de Janeiro: PPCULT/ UFF, 2015.

TOMMASI, Livia De. Abordagens e práticas de trabalho com jovens das ONGs brasileiras. Julho de 2004. Disponível em: <http://www.aracati.org.br/>. Consultado em 1º de abril de 2014.

\_\_\_\_\_. “Abordagens e práticas de trabalho com jovens: um olhar sobre as organizações não governamentais brasileiras”. In: JOVENes, Revista de Estudios sobre Juventud. Edição: ano 9, núm. 22, México, DF, janeiro -junho, 2005, p. 246-267.

\_\_\_\_\_. Nem bandidos nem trabalhadores baratos: trajetórias de jovens da periferia de Natal. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, Vol. 5, nº1, jan/fev/mar 2012, p. 101-129.

\_\_\_\_\_. “Naturellement créatifs”: pacification, entrepreneuriat et créativité dans les favelas cariocas. Brésil(s). Sciences humaines et sociales 6, novembre, 2014, p. 55-74.

TURKLE, Sherry. Always-on always-on-you: the tethered self. In: James Katz (ed.) Handbook of mobile communications and social change. Cambridge, MA., 2006.

VALLADARES, Licia do Prado. “A invenção da favela: do mito de origem a favela.com”. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VELAZCO, Dafne; TOMMASI, Livia De. “A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária”. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 56, jun. 2013. p. 15-42.

VELAZCO, Dafne. O discurso da “cidade integrada” no Rio de Janeiro e suas implicações no cotidiano de jovens moradores da Cidade de Deus. Monografia de conclusão de curso e graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. PASTUK, Marília. DEGANI, Ana Paula. Fórum Nacional, Instituto Nacional de Altos Estudos. Favela como oportunidade: plano de desenvolvimento de favelas para sua inclusão social e econômica. 2013.

VERMELHO, Sônia Cristina. Ana Paula Machado, VELHO. Valdecir, BERTONCELLO. Sobre o conceito de redes sociais e seus pesquisadores. Educ. Pesq. São Paulo, 2015.

VELHO, Gilberto. “Observando o familiar”. In: Individualismo e cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. Projeto e Metamorfose – Antropologia das Sociedades Complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

VIANNA, Adriana. FARIAS, Juliana. “A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional”. Cadernos Pagu (37), julho-dezembro de 2011, p. 79-116.

VIANNA, Adriana. “Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos”. In: VIANNA, Adriana. (org.) O fazer e desfazer dos *direitos* – experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades”. Rio de Janeiro: E-papers, 2013. p. 15-35.

WEBER, Florence. O ofício de etnógrafo. In: Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ZALUAR, Alba. ALVITO, Marcos. Introdução. In: ZALUAR, Alba. ALVITO, Marcos. (orgs.) Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. pp. 7-24.

ZENOBI, Diego. “O antropólogo como espião. Das acusações públicas à construção das perspectivas nativas”. IN: Revista Mana, N.16(2), 2010.

**ANEXOS**

## Anexo 1 - Letras de Músicas

### **Rap da Felicidade**

*Mcs Cidinho e Doca (1997)*

Eu só quero é ser feliz  
Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é  
E poder me orgulhar  
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar  
Fé em Deus, DJ

Eu só quero é ser feliz  
Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é  
E poder me orgulhar  
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar  
Mas eu só quero é ser feliz, feliz, feliz, feliz, feliz  
Onde eu nasci, han  
E poder me orgulhar  
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar

Minha cara autoridade, eu já não sei o que fazer  
Com tanta violência eu sinto medo de viver  
Pois moro na favela e sou muito desrespeitado  
A tristeza e alegria aqui caminham lado a lado  
Eu faço uma oração para uma santa protetora  
Mas sou interrompido à tiros de metralhadora  
Enquanto os ricos moram numa casa grande e bela  
O pobre é humilhado, esculachado na favela  
Já não aguento mais essa onda de violência  
Só peço a autoridade um pouco mais de competência

Eu só quero é ser feliz  
Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, han  
E poder me orgulhar  
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar  
Mas eu só quero é ser feliz, feliz, feliz, feliz, feliz  
Onde eu nasci, é  
E poder me orgulhar  
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar

Diversão hoje em dia não podemos nem pensar  
Pois até lá nos bailes, eles vem nos humilhar  
Fica lá na praça que era tudo tão normal  
Agora virou moda a violência no local  
Pessoas inocentes que não tem nada a ver  
Estão perdendo hoje o seu direito de viver  
Nunca vi cartão postal que se destaque uma favela

Só vejo paisagem muito linda e muito bela  
 Quem vai pro exterior da favela sente saudade  
 O gringo vem aqui e não conhece a realidade  
 Vai pra zona sul pra conhecer água de côco  
 E o pobre na favela vive passando sufoco  
 Trocaram a presidência, uma nova esperança  
 Sofri na tempestade, agora eu quero abonança  
 O povo tem a força, precisa descobrir  
 Se eles lá não fazem nada, faremos tudo daqui

Eu só quero é ser feliz  
 Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é  
 E poder me orgulhar  
 E ter a consciência que o pobre tem seu lugar, eu  
 Eu só quero é ser feliz, feliz, feliz, feliz, feliz  
 Onde eu nasci, han  
 E poder me orgulhar, é  
 O pobre tem o seu lugar

Diversão hoje em dia, nem pensar  
 Pois até lá nos bailes, eles vem nos humilhar  
 Fica lá na praça que era tudo tão normal  
 Agora virou moda a violência no local  
 Pessoas inocentes que não tem nada a ver  
 Estão perdendo hoje o seu direito de viver  
 Nunca vi cartão postal que se destaque uma favela  
 Só vejo paisagem muito linda e muito bela  
 Quem vai pro exterior da favela sente saudade  
 O gringo vem aqui e não conhece a realidade  
 Vai pra zona sul pra conhecer água de côco  
 E o pobre na favela, passando sufoco  
 Trocada a presidência, uma nova esperança  
 Sofri na tempestade, agora eu quero abonança  
 O povo tem a força, só precisa descobrir  
 Se eles lá não fazem nada, faremos tudo daqui

Eu só quero é ser feliz  
 Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é  
 E poder me orgulhar  
 E ter a consciência que o pobre tem seu lugar, é  
 Eu só quero é ser feliz, feliz, feliz, feliz, feliz  
 Onde eu nasci, han  
 E poder me orgulhar  
 E ter a consciência que o pobre tem seu lugar  
 E poder me orgulhar  
 E ter a consciência que o pobre tem seu lugar

**Quilombo, favela e rua***Mano Teko e Pingo do Rap (2012)*

Hoje o quilombo vem dizer  
Favela vem dizer  
A rua vem dizer  
É nós por nós

Papo reto nosso  
Eu vou te passar a visão  
Já que a real não se vê na televisão  
Essa mídia tem um lado  
Ser porta-voz do Estado  
Como muitos, nos ferrando  
Se passando de aliado

É chegada a hora  
Os divergentes se juntar  
Partimos pro caô  
Não há quem possa segurar  
O problema não é meu, nem seu  
É nosso, não sabia  
Punhos cortando o ar  
Punhos cortando o ar  
Punhos cortando o ar  
Mostra não somos minoria

Hoje o quilombo vem dizer  
Favela vem dizer  
A rua vem dizer  
É nós por nós

**Polícia passa e fica a dor***Mc Calazans, 2013*

Paz sem voz não é paz, é medo  
 Paz sem voz não é paz, é gueto  
 Favelado merece respeito  
 Não tapa na cara e porrada nos peito

A gente não quer só polícia  
 A gente quer comida, diversão e arte  
 A gente não quer só polícia  
 A gente quer comida, diversão e liberdade

Cadê o baile? Baile acabo!  
 E us morador? Tapa levo  
 É os homi...de 12 na mão  
 Se questionar..vai pro camburão  
 Policia passa e fica a dor  
 Policia passa e deixa dor  
 Policia Passa e fica a dor

Hoje no complexo um neguin chorou  
 Pois seu pai, foi e não voltou  
 A mãe tá triste e orou ao senhor:  
 A policia passou, mas a dor ficou  
 Cantar funk, é uma oração  
 Prá que a paz não venha de caveirão  
 Que sobre isso, não venha mais cantar  
 Favela de dor, mas não pára de criar

**O funk vive em mim***Mc Calazans, 2014*

Amigo, eu sou, eu sou, eu sou, eu sou de favela  
 Em ruas e becos a nossa história  
 Vários momentos hoje só memória  
 Amigo, eu sou, eu sou, eu sou, eu sou de favela  
 E humildemente eu mando assim  
 Eu vivo o funk, o funk vive em mim

Arte, alegria, criatividade, vida  
 Da periferia, o rap é a poesia  
 Mais que simples rima, realidade dura  
 Nenhuma arma é capaz de calar essa cultura  
 Cultura e lazer, arte e diversão  
 Só mulheres lindas e muleques sangue bom  
 Cerveja no boteco e na quadra, futebol

De dia correria, à noite toca o pagodão  
Infelizmente muitos já não voltam mais  
Ah, fica a saudade e por isso eu canto “paz”  
Uns dizem que é a Bíblia, livros, a pistola  
Mas é o microfone a arma pra trazer vitória

Amigo, eu sou, eu sou, eu sou, eu sou de favela  
Em ruas e becos a nossa história  
Vários momentos hoje só memória  
Amigo, eu sou, eu sou, eu sou, eu sou de favela  
E humildemente eu mando assim  
Cultivo o funk, o funk vive em mim

Ai que saudade que eu tenho de tia Ló  
Da dificuldade tinha bem tempo melhor  
Quando ela se foi, pedi a Cristo em oração  
Pra que o dia do tamanho do seu coração

E a criançada é a memória pro futuro  
Que tenha paz, liberdade e seja justo  
Toda noite é um pesadelo, a mesa tá vazia  
É preciso fé em Deus, fé em tu e fé na vida

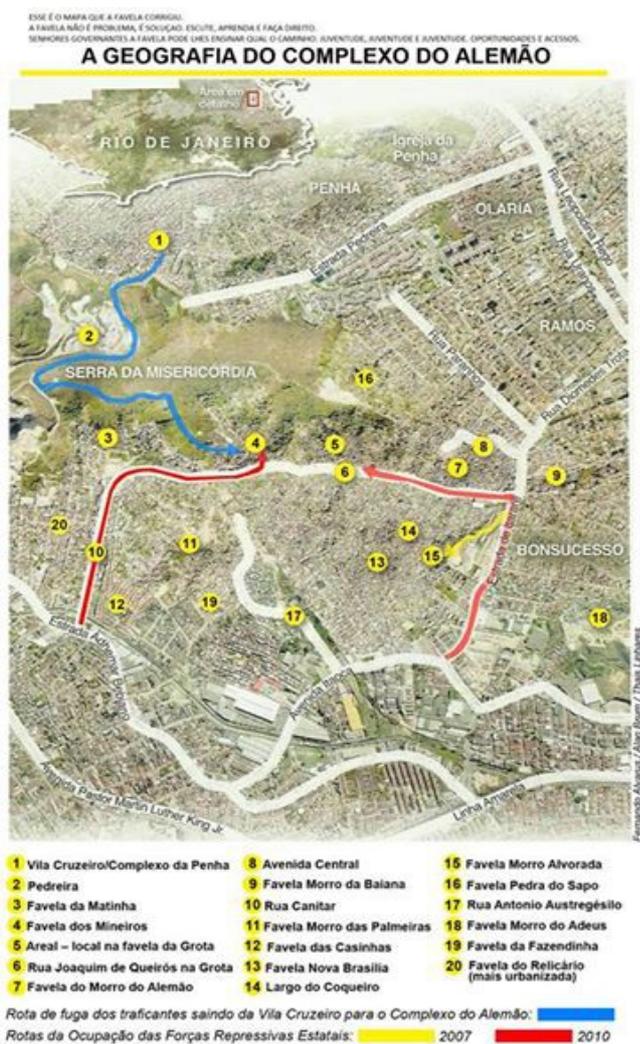
Várias favelas, um só sentimento  
E eu vim do Complexo e daí vieram os fundamentos  
Ao som do tamborzão, lágrimas caem de emoção  
Pois ser MC é mais que escolha, uma missão

Amigo, eu sou, eu sou, eu sou, eu sou de favela  
Em ruas e becos a nossa história  
Vários momentos hoje só memória  
Amigo, eu sou, eu sou, eu sou, eu sou de favela  
E humildemente eu mando assim  
Eu vivo o funk, o funk vive em mim

## Anexo 2 – Mapas Complexo do Alemão



**Mapa do Complexo do Alemão – Google Earth (2013)**



**Mapa Complexo do Alemão**  
(Re)Criado por Alan Brum e Thiago Linhares a partir de mapa da Secretaria Pública de Segurança do RJ e divulgado pela imprensa (2010)

### Anexo 3 – Fotos e imagens



Visão panorâmica parcial do Complexo do Alemão – Foto: Carlos Coutinho



Sede Raízes em Movimento – Foto: Patrícia Lânes



Encontro projeto Formação de Jovens Agentes Culturais – Oca dos Curumins  
Foto: Patrícia Lânes



Fachada sede do Educap – Foto: Patrícia Lânes



Manifestação Complexo do Alemão - 2014



Parede interna ao lado da porta e vista pra rua – Raízes em Movimento



Ato após prisão de Rene Silva e Renato Moura por desacato – Foto: Bento Fábio



Confraternização Coletivo de Pesquisadorxs em Movimento – Raízes em Movimento – dezembro de 2014



Reunião Vamos Desenrolar  
Praça do Conhecimento/ Nova Brasília/ Complexo do Alemão



Uma das imagens usada como “capa” para o perfil do coletivo Papo Reto no Facebook



Maycom Brum, eu e Thainã Medeiros no carro atrás do subprefeito - Chuvas de dezembro de 2013/ Complexo do Alemão



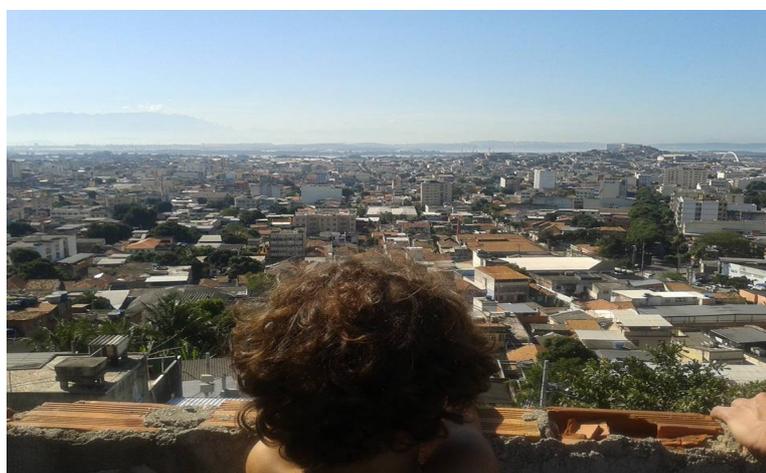
Carlos Coutinho – coletivo Papo Reto – colete, crachá e câmera



Montagem com fotos que tentavam associar a imagem de Eduardo de Jesus à de “traficante”, foto de Eduardo e imagem de sua mãe segurando uma foto do menino após sua morte, em manifestação realizada no dia de seu assassinato – abril de 2014



Arte usada no lugar da foto de perfil do Facebook por moradores e pessoas solidárias à morte de Eduardo e outras pessoas do Alemão, abril de 2015



Vista da laje da sede do Raízes em Movimento/ Morro do Alemão/ Complexo do Alemão